

Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da



Logística S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 01.417.222/0001-77
Praia de Botafogo, 228, sala 1.201 E, ala B
Rio de Janeiro - RJ

R\$ 700.000.000,00

Classificação de Risco Atlantic Rating: BBB+

Classificação de Risco Standard & Poor's: BBB+

Emissão de 70.000 debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, para subscrição pública, em duas séries, relativa à segunda emissão pública da MRS Logística S.A. ("MRS"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 em 1º de outubro de 2001 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de R\$ 700.000.000,00, da espécie com garantia flutuante e garantia real adicional, representada por caução de direitos creditórios oriundos de contratos de prestação de serviço de transporte, com prazo de 72 meses contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de outubro de 2007, conforme deliberado na assembléia geral extraordinária e na reunião do conselho de administração realizadas em 19 de setembro de 2001, cujas atas foram publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Diário Mercantil" em 28 de setembro de 2001 e nas reuniões do conselho de administração realizadas em 9 de novembro de 2001 e 3 de dezembro de 2001, cujas atas foram publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Diário Mercantil" em 13 de novembro de 2001 e 10 de dezembro de 2001, respectivamente. As características das debêntures estão descritas no capítulo "Termos e Condições" deste prospecto.

A emissão foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob os nºs CVM/SRE/DEB/2001/086 para a 1ª Série e CVM/SRE/DEB/2001/087 para a 2ª Série, em 18 de dezembro de 2001.

As debêntures desta emissão possuem códigos ISIN nºs: 1ª série: BRMRSADBS024

2ª série: BRMRSADBS032

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas."

"Este Prospecto foi preparado com base em informações prestadas pela companhia emissora, visando ao atendimento dos padrões mínimos de informação estabelecidos para colocação e distribuição pública de títulos e valores mobiliários definidos pelo Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, o que não implica, por parte da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, das instituições participantes e/ou dos títulos e valores mobiliários objeto da distribuição."



Índice

Sumário da MRS.....	01
Termos e Condições das Debêntures.....	05
Demonstrativo de Cumprimento do Limite da Emissão.....	12
Destinação dos Recursos.....	13
Capitalização.....	15
Demonstrações Financeiras Seleccionadas.....	16
Fatores de Risco.....	18
Atividades da MRS.....	25
Histórico.....	25
Negócios da MRS.....	25
Mercado de Atuação.....	40
Subsidiárias.....	46
Fatores Macroeconômicos.....	46
Serviços.....	48
Serviços em Desenvolvimento.....	49
Fornecedores.....	49
Clientes.....	51
Dependência de Mercados.....	56
Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária.....	58
Marcas e Patentes.....	69
Meio Ambiente.....	70
Contratos Relevantes.....	71
Recursos Humanos.....	87
Principais Concorrentes.....	88
Administração.....	90
Acionistas Controladores.....	96
Comentários da Administração sobre a	
Situação Financeira e os Resultados Operacionais da MRS.....	103
Valores Mobiliários.....	131
Pendências Administrativas e Judiciais.....	133
Transações com Partes Relacionadas.....	137
Tratamento Tributário Aplicável às Debêntures.....	142
Sistema Nacional de Debêntures.....	145
Anexo I da Instrução CVM nº 13/80.....	150
Glossário.....	175

ANEXOS

ANEXO I - Atas da Assembléia Geral Extraordinária e Reuniões do Conselho de Administração que deliberaram sobre a emissão das debêntures.....	181
ANEXO II - Formulário “Informações Anuais – IAN” relativo ao exercício de 2000.....	197
ANEXO III - Formulários “Informações Trimestrais – ITR” relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2001.....	365
ANEXO IV - Formulários “Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP” relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 2000.....	483
ANEXO V - Escritura particular de debêntures e seu Anexo.....	565
ANEXO VI - “Comfort Letter” dos Clientes.....	679
ANEXO VII - Relatórios das agências de classificação de risco.....	697

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA MRS

A MRS Logística S.A. (“MRS”) foi constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar o transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste. Após o consórcio “MRS Logística” vencer o leilão de privatização, arrematando a concessão por R\$ 888,9 milhões, em 20 de setembro de 1996, a MRS assinou com a União Federal o Contrato de Concessão respectivo (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”). Juntamente com a assinatura do Contrato de Concessão, a MRS e a Rede Ferroviária Federal (“RFFSA”) também assinaram o Contrato de Arrendamento, que regula o arrendamento de diversos bens de propriedade da RFFSA à MRS necessários para a operação da Malha Sudeste, tais como trilhos e dormentes (também chamados “via permanente”), locomotivas, vagões, etc. (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Arrendamento”).

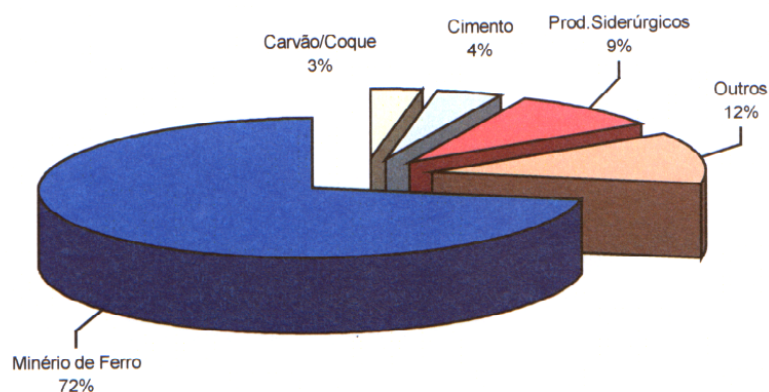
A MRS iniciou efetivamente suas operações na Malha Sudeste em 1º de dezembro de 1996.

A ferrovia estende-se pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, interligando as respectivas capitais desses estados. Liga a região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, ao porto de Sepetiba, por meio da Ferrovia do Aço, que é a ferrovia mais nova e moderna do Brasil. O mapa abaixo mostra a distribuição das linhas da Malha Sudeste e as principais cidades pelas quais passa.



A Malha Sudeste também é estrategicamente posicionada em virtude dos portos que acessa: Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Guaíba. Esses portos possuem terminais de grandes empresas, possuem fluxo intenso de importação e exportação e têm grande potencial de expansão.

Os principais produtos transportados pela MRS são insumos para a indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão, coque e produtos siderúrgicos. Grande parte do minério de ferro é embarcado para a exportação. Além desses produtos, transporta também produtos agrícolas (adubo, fertilizantes, soja e farelo de soja); produtos para construção civil (areia, cimento e argamassa); e produtos industrializados (autopeças, eletroeletrônicos, produtos químicos, etc.). O gráfico abaixo mostra a participação das cargas transportadas pela MRS, de janeiro a setembro de 2001, em termos de toneladas úteis tracionadas ("TU").



FONTE: MRS

A MRS possui algumas estratégias definidas para continuar a crescer no transporte ferroviário. Essas metas passam por (i) diversificação dos produtos transportados; (ii) ampliação dos seus terminais; (iii) parcerias com operadores logísticos; e (iv) exploração de seu acesso aos portos. Cada um destes pontos é desenvolvido a seguir.

Diversificação dos Produtos Transportados

O transporte de cargas da MRS é muito concentrado em minério de ferro, carvão, coque e produtos siderúrgicos. De janeiro a setembro de 2001, por exemplo,

81,7% da produção efetuada¹ pela MRS se referia a esses produtos, trazendo uma dependência muito estreita do setor siderúrgico. Para reduzir essa dependência, a MRS está buscando crescer no transporte de outros tipos de cargas, principalmente de produtos industrializados, cargas perigosas (tais como produtos químicos) e bens de consumo. Além de reduzir o risco setorial da MRS, o transporte dessas cargas é mais rentável, tendo em vista o maior valor agregado dos produtos. Nesse sentido, a MRS busca crescer principalmente no triângulo “Rio-São Paulo-Belo Horizonte”, que concentra as principais indústrias brasileiras e os principais centros de consumo. Exemplo dessa iniciativa é o transporte de produtos químicos da Basf S.A. (“BASF”) do porto de Santos para seu terminal em Guaratinguetá. Outras cargas de interesse para a MRS são papel, celulose, componentes automotivos, combustíveis, bebidas, etc.

Ampliação dos Terminais

A MRS busca aumentar sua produtividade constantemente. Produtividade traduz-se como maior velocidade dos trens, maior utilização das suas locomotivas, vagões e vias permanentes, etc. Outro fator que influencia bastante a produtividade do transporte ferroviário é a velocidade de carga e descarga dos produtos. Essa velocidade depende, dentre outros fatores, da capacidade dos terminais ao longo da ferrovia. Para aumentar essa velocidade, desde a privatização, a MRS tem investido na ampliação dos terminais em parceria com operadores logísticos. A Companhia está investindo em máquinas e equipamentos de carga e descarga e ampliando os terminais para adequá-los as novas demandas.

Parcerias com Operadores Logísticos

A MRS não tem como estratégia, neste momento, atuar diretamente como operador logístico, porque entende que deve focar-se no aumento da qualidade e eficiência do seu transporte ferroviário. O transporte “porta-a-porta” para seus clientes se dá por meio de parcerias com operadores logísticos. Quando existe a necessidade de uma operação logística, a MRS busca uma solução para o seu cliente juntamente com empresas do setor de logística que são suas parceiras de negócios. Procura também diversificar suas parcerias através de vários operadores logísticos de modo a minimizar qualquer dependência. Atualmente, a MRS tem parcerias com os seguintes operadores logísticos: Transportes São Geraldo Ltda., Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda., Multitex Logística Integrada Ltda., Brasilmaxi Transportes Ltda., Santos Brasil S.A., Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos, Itri Rodoferrovia e Serviços Ltda., entre outros.

¹ Em termos de toneladas por quilômetro útil (“TKU’s”)

Exploração do Acesso aos Portos

A MRS possui acesso a quatro dos principais portos brasileiros: Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Guaíba. Esses portos têm um intenso tráfego de exportação e importação, possuindo terminais de grandes empresas, algumas das quais já são clientes da MRS. A Companhia entende que existe um grande potencial de transporte de cargas nesses portos, principalmente cargas transportadas em contêineres.

Nos primeiros 9 meses de 2001, a MRS transportou 51,3 milhões de TUs, um crescimento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano de 2000, tendo obtido uma receita líquida de R\$ 493,5 milhões, superior em 13,4% em relação ao mesmo período de 2000, que foi de R\$ 435,2 milhões.

TERMOS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES

Seguem abaixo os principais termos e condições das debêntures de emissão da MRS, bem como as principais condições da oferta pública. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do prospecto antes de tomar uma decisão de investimento.

Emissora	MRS Logística S.A. (“MRS”, ou “Companhia”, ou “Emissora”)
Quantidade Total de Debêntures	70.000 (setenta mil) debêntures (Debêntures)
Valor Nominal Unitário	R\$ 10.000 (dez mil reais) na Data de Emissão
Valor Total da Emissão	R\$ 700.000.000 (setecentos milhões de reais)
Número de Séries	Duas séries
Forma e Conversibilidade	Nominativas escriturais, não conversíveis em ações.
Espécie	Garantia flutuante.
Data de Emissão	1º de outubro de 2001 (“Data de Emissão”).
Prazo	72 (setenta e dois) meses, a partir da Data de Emissão.
Data de Vencimento	1º de outubro de 2007
Remuneração da 1ª Série	As debêntures da primeira série pagarão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescido de <i>spread</i> (sobretaxa) de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, taxa essa definida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001, após o processo de <i>Bookbuilding</i> . Esta sobretaxa será expressa em base percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculados, capitalizados e pagos anualmente a partir da Data de Emissão.

Remuneração da 2ª Série	<p>A partir da Data da Emissão, o valor nominal das debêntures da 2ª Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada equivalente a 100% (cem por cento) do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, expressa na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, calculada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”). Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGP-M/FGV, será adotado com índice de atualização monetária das debêntures da 2ª Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE. O valor relativo à atualização monetária das Debêntures deverá ser pago integralmente, juntamente com os juros remuneratórios. Sobre o valor nominal atualizado, as debêntures da segunda renderão juros remuneratórios de 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, calculados e capitalizados anualmente a partir da Data de Emissão. Essa taxa de juros foi definida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001, após o processo <i>Bookbuilding</i>, por meio da qual o banco coordenador líder da emissão recebeu ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Série, observado o limite de 13,5%.</p>
Amortização Programada	<p>O principal será amortizado em 5 (cinco) parcelas, pagas anualmente a partir do segundo aniversário da Data de Emissão, de acordo com o seguinte cronograma: 10% (dez por cento) no 24º mês; 15% (quinze por cento) no 36º mês; 20% (vinte por cento) no 48º mês; 25% (vinte e cinco por cento) no 60º mês; e 30% (trinta por cento) no 72º mês.</p>
Garantias Adicionais	<p>As debêntures da presente emissão contarão com garantia adicional pignoratícia representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e Minerações Brasileiras Reunidas – MBR (“MBR”), Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (“CSN”) e Ferteco Mineração S.A (“Ferteco”), conforme “Contrato de Penhor de Direitos Creditórios” que integra a escritura como seu Anexo I.</p>
Encargos Moratórios	<p>Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures de ambas as séries, sob os respectivos débitos em atraso continuarão a incidir as respectivas remunerações previstas nos itens 3.5 e 3.6 acima, acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i>, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.</p>

Decadência dos Direitos aos Acréscimos	Sem prejuízo do disposto no item “Encargos Moratórios” acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura Particular das Debêntures (“Escritura”), ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios ou moratórios relativos ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
Preço de Subscrição e Forma de Integralização	As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, atualizado monetariamente e acrescido do mesmo fator utilizado para pagamento dos juros remuneratórios, calculados <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.
Local de Negociação	Sistema Nacional de Debêntures – SND (“SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto – ANDIMA (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP.
Resgate Antecipado Facultativo	Não haverá resgate antecipado das debêntures, exceto na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, conforme descrito no item “Repactuação”.
Procedimento da Distribuição	A distribuição das Debêntures será pública, em mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente a investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos coordenadores. As debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após as debêntures da 1ª Série terem sido integralmente subscritas ou o eventual saldo não colocado ter sido cancelado. Para tanto, as debêntures da 1ª Série eventualmente não colocadas em até noventa (90) dias, a contar da data de registro da emissão pela CVM, deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª Série. As debêntures da 2ª Série deverão ser colocadas em até dois (2) dias após a colocação integral e/ou cancelamento das debêntures da Primeira Série.

Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses: (i) protesto legítimo e reiterado de título(s) contra a MRS cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$18.000.000,00 (dezoito milhão de reais), ou a constituição da MRS em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo (a) se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela MRS, ou (b) se o protesto ou constituição em mora forem cancelados, ou (c) se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou (d) se o protesto ou constituição em mora for de qualquer outras forma elidido pela MRS na primeira oportunidade processual cabível; (ii) decretação de insolvência ou pedido de concordata da Emissora; (iii) dissolução ou liquidação da MRS; (iv) descumprimento pela MRS de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, não sanado em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (v) transformação, incorporação, fusão ou cisão da MRS; (vi) inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela MRS na Escritura ou no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios; (vii) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; (viii) ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas no “Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”. Verificada a ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS para sanar o evento no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da notificação. Persistindo o evento, o Agente Fiduciário deverá encaminhar correspondência com aviso de recebimento, com cópia aos debenturistas, a CETIP, a CVM e a instituição depositária das debêntures, declarando antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures. Na ocorrência do vencimento antecipado, a MRS obriga-se a efetuar o pagamento das debêntures em circulação de ambas as séries, pelo seu valor nominal unitário, devidamente acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser efetuado em até trinta (30) dias corridos contados do recebimento da correspondência do Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos moratórios previstos acima. O Agente Fiduciário deverá acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado utilizando-se de todos os meios a sua disposição, tais como, mas não limitado a: informações recebidas da MRS, periódicas ou eventuais; outras fontes públicas de informação, tais como certidões de registros públicos, publicações legais, etc. O vencimento antecipado das debêntures também ocorrerá em caso de vencimento antecipado de qualquer dívida da MRS, em montante igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00), em decorrência de inadimplência contratual da MRS.

**Obrigações
Adicionais da
Emissora**

A MRS está ainda adicionalmente obrigada a: (i) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou por qualquer forma distribuir todo ou parte de seu resultado, se estiver em atraso superior a cinco (5) dias relativamente ao pagamento de juros, atualização monetária, remuneração e principal das debêntures objeto desta emissão; (ii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, contratada pela própria MRS; (iii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76; (iv) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço; (v) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de cinco (5) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de algum dos direitos creditórios dados como garantia, nos termos do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças; (vi) manter, na data do último balanço trimestral ou anual de cada ano civil, a partir da Data de Emissão das debêntures e até o pagamento integral das mesmas, a razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA dos últimos 12 (doze) meses menor ou igual aos seguintes quocientes: 7 nos anos 2001 e 2002; 6 nos anos 2003 e 2004 e cinco nos anos 2005, 2006 e 2007; e (vii) quando da divulgação de suas demonstrações financeiras trimestrais ou anuais, a MRS deverá encaminhar tais documentos ao Agente Fiduciário e informá-lo, em detalhe, as aplicações financeiras de curto prazo e seus respectivos valores, para fins de apuração das Disponibilidades Financeiras Consolidadas, conforme definido na cláusula IV (Deveres Adicionais da MRS), 4.1 (i) e (ii) da Escritura de Emissão.

Repactuação

Será permitido à MRS, durante o prazo da presente emissão, o desenquadramento dos limites indicados no item (vi) da Obrigações Adicionais da Emissora descritas acima por no máximo quatro (4) trimestres, sendo vedado, entretanto, o desenquadramento por períodos superiores a dois (2) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento até o final do trimestre imediatamente posterior, não se computando, para os efeitos deste item eventual desenquadramento acarretado pela constatação, ao final de determinado trimestre civil, de que a variação acumulada do IGPM/FGV nos últimos doze meses, a contar do trimestre em questão, foi superior a quinze por cento (15%) ("Evento Extraordinário"). Durante o prazo da presente emissão, se o Evento Extraordinário ocorrer por mais que quatro (4) trimestres consecutivos, ou por mais cinco (5) trimestres não consecutivos, a MRS será obrigada a repactuar as debêntures nos seguintes termos. O Agente Fiduciário, tendo recebido os demonstrativos financeiros a que se refere o item (vii) das Obrigações Adicionais da Emissora, deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela MRS, dos limites e índices aplicáveis. Nessa hipótese, deverá comunicar aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados ou Eventos Extraordinários, mediante envio de correspondência, com aviso de recebimento, a cada debenturista, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar verificação aqui referida e convocar assembleia de debenturistas para que seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, dois terços (2/3) das debêntures em circulação (i) a não aceitação do desenquadramento dos limites e índices e excesso de Eventos Extraordinários e a consequente repactuação das debêntures em circulação ou (ii) a aceitação de novos limites e índices, por prazo a ser determinado nesta assembleia de debenturistas, findo o qual a MRS deverá enviar imediatamente ao Agente Fiduciário declaração e comprovantes de reenquadramento nos limites e índices originalmente previstos, sob pena de, em não o fazendo, acarretar a Repactuação das Debêntures em circulação. Ocorrendo evento de repactuação, a MRS obriga-se a realizar até 5 (cinco) dias úteis após a assembleia de debenturistas acima mencionada, Reunião do Conselho de Administração que deverá deliberar sobre as novas condições das debêntures. As novas condições serão comunicadas aos debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião do Conselho de Administração, na forma de "Aviso aos Debenturistas", concedendo-se o prazo máximo de dez (10) dias úteis, contado da data de sua publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as novas condições fixadas manifestem sua não aceitação. Os debenturistas deverão se manifestar mediante comunicação escrita enviada à CETIP, ou à instituição depositária das debêntures, em ambas hipóteses com cópia endereçada à sede da Emissora.

A MRS obriga-se a adquirir as debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que assim se manifestarem, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas. Na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, a MRS, à seu exclusivo critério, poderá proceder ao resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembleia de debenturistas que a tenha aprovado.

Local de Pagamento	Os pagamentos referentes ao principal e à remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados por meio do SND. Para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND, os pagamentos serão efetuados na sede da instituição financeira depositária das Debêntures ou na sede da Emissora.
Publicidade	Exceto os anúncios de início e encerramento, que serão publicados na “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Mercantil”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a MRS avisar, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação, no prazo de cinco (5) dias úteis da sua ocorrência.
Banco Coordenador Líder	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Banco Coordenador Contratado	Banco Santander Brasil S.A.
Banco Escriturador das Debêntures	Banco Bradesco S.A.
Banco Mandatário	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. DTVM

DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DO LIMITE DA EMISSÃO

A Companhia detinha em 30 de setembro de 2001 em seu Ativo Circulante mais Ativo Permanente um total de R\$ 922.673 mil. Nesta data, a MRS não possuía nenhuma dívida com garantia real. Portanto, a emissão das debêntures no valor de R\$ 450.000 mil é equivalente a 48,77% do total de ativos da MRS, cumprindo assim o limite estabelecido no artigo 60, par. 1º da Lei nº 6.404/76, conforme se vê no quadro abaixo.

<i>Ativo Circulante + Permanente</i>	<i>922.673</i>
<i>Ativo Circulante</i>	<i>233.297</i>
<i>Disponibilidade</i>	<i>83.329</i>
<i>Aplicações Financeiras</i>	<i>68.627</i>
<i>Outros</i>	<i>81.341</i>
<i>Ativo Permanente</i>	<i>689.376</i>

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Entre os anos de 1997 e 1998, a MRS incorreu em endividamentos com indexação à moeda norte americana que, em 30 de setembro de 2001, totalizavam US\$ 265,7 milhões, equivalentes em reais a R\$ 709,8 milhões. A grande maioria destas dívidas possui vencimentos nos próximos 3 anos, com maior concentração em 2005. Estes financiamentos representavam a melhor opção à época para levantamento de recursos para investimentos de longo prazo e a custos adequados para a Companhia. Adicionalmente, o mercado de capitais doméstico não oferecia naquela época opções de financiamento de longo prazo compatíveis com a natureza dos investimentos necessários ao início das operações da Companhia.

Entretanto, a partir de 1999, a mudança no regime cambial e as decorrentes oscilações entre as cotações do Real frente ao dólar norte americano, acarretaram efeitos desfavoráveis à Companhia, gerando desequilíbrios entre sua receita e seu passivo. Desta forma, os atuais resultados econômicos são inadequados para a refletir a real situação financeira da Companhia.

Os recursos da Emissão serão utilizados para estruturação de operações de “hedge” com caixa e possibilitar operação de “swap” de indexadores de Dólar para Real de parte importante da dívida da MRS, limitada ao valor máximo de colocação da Emissão de R\$ 450.000.000,00.

Simultaneamente à troca de indexadores, haverá um alongamento do perfil do endividamento e uma desconcentração de seus vencimentos.

A Companhia não utilizará recursos da Emissão para financiar investimentos, nem tampouco incorrer em endividamento adicional ao existente.

Abaixo, encontra-se demonstrativo das fontes e usos dos recursos captados através desta Emissão de Debêntures:

Fontes	Valor (R\$)	%
Emissão de Debêntures	450,000,000.00	100,0
Total	450,000,000.00	100,0

Usos	Valor (R\$)	%
Estruturação de operações de proteção cambial (“hedges com caixa”), através de instituições financeiras, com o objetivo de neutralizar os efeitos da variação cambial decorrentes dos seguintes endividamentos em moeda estrangeira da Emissora, a saber:		
Senior Notes, com vencimento em Agosto/2005	354,000,000.00	78,7
Financiamento Mitsui, com vencimento em Março/2005	56,000,000.00	12,4
Financiamentos à importação diversos, com vencimentos em 2002:	40,000,000.00	8,9
Total	450,000,000.00	100,0

CAPITALIZAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o endividamento de curto e longo prazos e a capitalização total da Companhia, em 30 de setembro de 2001, e um “pro forma” ajustado exclusivamente para emissão das debêntures. As contas da tabela abaixo estão de acordo com o formulário “Informações Trimestrais - ITR” da Companhia, data-base de 30 de setembro de 2001. Essa tabela deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, presentes no Anexo IV deste Prospecto.

Capitalização		
(em milhares de Reais)		
	Realizado	Ajustado
	30.09.01	Pro-forma 30/09/01
Dívidas de Curto Prazo		
Moeda Nacional		
Financiamentos c/ Inst. Financeiras	8.213	8.213
Debêntures 1ª Emissão	3.124	3.124
Moeda Estrangeira		
Financiamentos c/ Inst. Financeiras/Investidores	93.662	93.662
Total de Dívidas de Curto Prazo	104.999	104.999
Dívidas de Longo Prazo		
Moeda Nacional		
Financiamento c/ Inst. Financeiras	41.673	41.673
Debêntures 1ª Emissão	75.000	75.000
Debêntures 2ª Emissão	-	450.000*
Moeda Estrangeira		
Financiamentos c/ Inst. Financeiras/Investidores	644.632	644.632
Total de Dívidas de Longo Prazo	761.305	1.211.305
Caixa e Investimentos	(86.415)	(536.415)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	315.300	315.300
Prejuízos do Exercício Anterior	(117.533)	(117.533)
Lucros / Prejuízos Acumulados	(94.811)	(94.811)
Capitalização Total	882.845	882.845

* A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão (veja a “Escritura de Emissão” que integra o Anexo V deste prospecto)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial da MRS comparado nos nove meses findos em 30 de setembro de 2001 e 2000. Os quadros devem ser lidos em conjunto com as demais informações financeiras contidas no capítulo “Comentários da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e nos Anexos III e IV deste prospecto. As demonstrações financeiras da MRS foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO (em milhões)

ATIVO	Período findo em			
	30.9.01	30.6.01	30.9.00	30.6.00
Ativo Circulante				
Disponibilidades	8,7	9,0	5,4	5,4
Aplicações financeiras	74,6	107,1	65,8	195,7
Contas a receber de clientes	22,5	17,6	19,8	15,3
Estoques	25,5	30,4	28,7	18,4
Impostos a recuperar	48,1	45,3	41,0	35,4
Contas a receber da RFFSA	32,8	31,7	29,4	30,3
Despesas antecipadas	4,7	5,2	4,7	5,2
Demais contas a receber	7,3	10,6	11,8	7,6
Adiantamento por concessão e arrendamento	9,1	9,1	7,4	7,3
Total do Ativo Circulante	233,3	266,0	214,0	320,6
Ativo Realizável a Longo Prazo				
Adiantamento por concessão e arrendamento	219,6	221,8	229,9	231,7
Contas a receber da RFFSA	23,8	28,9	45,0	47,8
Demais contas a receber	31,9	30,6	28,6	33,6
Total do Ativo R. a Longo Prazo	275,3	281,3	303,5	313,1
Ativo Permanente				
Imobilizado	379,1	365,0	305,2	277,4
Diferido	310,3	179,0	207,9	216,9
Total do Ativo Permanente	689,4	544,0	513,1	494,3
TOTAL DO ATIVO	1.197,9	1091,3	1.030,6	1128,0

PASSIVO	Período findo em			
	30.9.01	30.6.01	30.9.00	30.6.01
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	76,9	72,3	42,2	287,8
Debêntures	28,1	6,7		

Fornecedores	51,6	53,8	46,5	20,0
Impostos, taxas e contribuições	4,3	5,1	10,9	15,0
Salários e encargos sociais	22,6	21,5	21,6	20,2
Concessão e arrendamento a pagar	75,2	71,8	68,4	66,6
Demais contas e despesas a pagar	44,6	35,2	19,9	15,3
Total do Passivo Circulante	303,3	266,4	209,5	424,9
Passivo Exigível a Longo Prazo				
Empréstimos e financiamentos	686,3	607,3	552,5	426,1
Debêntures	75,0	100,0		
Adiantamentos de terceiros	7,7	7,3	6,4	6,3
Provisões diversas	22,7	22,2	28,0	19,9
Total do Passivo E. Longo Prazo	791,7	736,8	586,9	452,3
Patrimônio Líquido				
Capital social	315,3	315,3	315,3	315,3
Prejuízos acumulados	(117,5)	(117,5)	(83,9)	(83,9)
Lucro (prejuízo) do exercício	(94,9)	(109,7)	2,8	19,4
Total do Patrimônio Líquido	102,9	88,1	234,2	250,8
TOTAL DO PASSIVO	1.197,9	1091,3	1.030,6	1128,0

FATORES DE RISCO

O investimento em debêntures envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos são relativos a diversos fatores que afetam o desempenho financeiro e operacional da MRS e também a rentabilidade e liquidez das debêntures. Os fatores de risco abordados neste prospecto são divididos em quatro partes relativas (i) ao ambiente macroeconômico do Brasil que influencia a MRS, (ii) ao setor ferroviário, (iii) às questões internas da própria MRS e, por fim, (iv) às próprias debêntures objeto da emissão, tratando de questões relacionadas às garantias prestadas e sua rentabilidade. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações descritas neste prospecto antes de tomar uma decisão de investimento nas debêntures.

Fatores Relativos ao Ambiente Macroeconômico

Variação Cambial

Em 30 de setembro de 2001, a MRS possuía um passivo atrelado à variação cambial no valor de US\$ 265,7 milhões, sendo que 81,3% desse passivo é relativo à emissão de *Senior Notes* realizada em agosto de 1997 (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – *Fixed Rate Senior Notes*”).

No Brasil, o dólar norte-americano é cotado livremente nos mercados monetários. Somente de janeiro a setembro de 2001, o Real desvalorizou aproximadamente 36,6% em relação ao dólar, como consequência de diversos fatores macroeconômicos que não estão sob o controle do Governo Brasileiro. Essa desvalorização cambial elevou o saldo devedor e os encargos do endividamento em moeda estrangeira da MRS. A MRS, por sua vez, auferia receitas somente em Reais e para esse endividamento não foi contratada operação de proteção de variação cambial (“*hedge*”) visando a proteção de seu resultado contábil.

Portanto, eventual desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano aumenta o passivo da MRS, podendo afetar negativamente seus resultados contábeis (veja o capítulo “Fatores Macroeconômicos – Variação Cambial”).

Racionamento de Energia

Em junho de 2001, foi iniciado um processo de racionamento de energia elétrica no Brasil. O racionamento emergiu de diversos fatores, tais como: aumento crescente da demanda de energia elétrica, fruto do crescimento econômico brasileiro; baixo volume de investimentos alocados pelo Governo Federal para geração e transmissão; e atraso na licitação de novas usinas, em virtude de problemas políticos e com órgãos de proteção ambiental.

O racionamento de energia elétrica obriga todos os setores produtivos a diminuir o consumo de energia elétrica, o que possivelmente trará repercussões para as atividades econômicas. A crise energética poderá afetar a economia causando diversos efeitos negativos, dentre os quais: (i) diminuição das atividades econômicas, com a conseqüente redução dos investimentos; (ii) aumento do custo dos insumos, ou eventual escassez deles; e (iii) insegurança dos agentes econômicos quanto ao futuro. O impacto econômico do racionamento de energia elétrica e de eventual suspensão de fornecimento ainda não pode ser definido em bases firmes, dado o ineditismo da situação e o fato de que o fenômeno atingirá de forma diversa cada setor produtivo. Sendo assim, os resultados da MRS poderão ser afetados negativamente.

Crescimento Econômico Brasileiro e Mundial

A MRS transporta produtos para a construção civil, soja, farelo de soja e eletroeletrônicos. A demanda desses produtos é bastante influenciada pelo crescimento econômico. Portanto, recessão no Brasil pode influenciar negativamente o crescimento da MRS.

Além disso, a MRS também transporta minério de ferro para a exportação. Esse minério de ferro é levado para as indústrias siderúrgicas ao redor do mundo. O preço do ferro, inclusive, é cotado em bolsas de mercadorias do diversos países. Assim, recessão mundial também pode influenciar negativamente o volume de transporte da MRS, principalmente minério de ferro.

Portanto, eventual recessão da economia brasileira e/ou mundial poderá diminuir o transporte de produtos pela MRS podendo afetar negativamente seus resultados.

Atentados nos Estados Unidos

No dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos foram alvo de ataques terroristas. Os efeitos desses ataques sobre a economia mundial ainda são

imprevisíveis. Caso, em vista desses acontecimentos, a economia mundial reduza seu nível de crescimento, as exportações brasileiras de minério de ferro poderão ser diminuídas. Essa eventual queda poderá afetar negativamente o volume de transporte da MRS que tem grande parte de sua produção concentrada em minério de ferro, reduzindo seus resultados e sua capacidade de pagamento das debêntures.

Fatores Relativos ao Setor Ferroviário

Urbanização ao Longo da Via Permanente

Ao longo de praticamente todas as ferrovias brasileiras, principalmente quando atravessam municípios, existe uma forte urbanização, na sua grande maioria muito precária. A faixa de domínio, por exemplo, que deveria corresponder a 15 metros dos trilhos, é raramente respeitada, havendo residências e estabelecimentos comerciais construídos, em determinados lugares, a menos de 1 metro dos trilhos. A Malha Sudeste cruza aproximadamente 100 municípios; dentre eles, três capitais de estados.

Essa urbanização intensa tem como consequência alguns problemas para as ferrovias: acidentes, em decorrência do tráfego de pessoas e animais nas linhas; problemas de roubos de cargas; limitações para expansão e manutenção das linhas férreas por conta da proximidade das construções dos trilhos; etc.

Grande parte da solução desses problemas depende das autoridades governamentais, tanto municipais como estaduais. Esses problemas urbanos, enquanto não equacionados pelas autoridades continuarão a prejudicar a eficiência operacional da MRS e a expansão de suas linhas férreas no futuro.

Fatores Relativos à MRS

Novas Metas do Contrato de Concessão

De acordo com o contrato de concessão, o União, por intermédio do Ministério dos Transportes ("Poder Concedente"), estabelecerá novas metas de produção para a MRS a cada 5 anos. Como a concessão iniciou-se em dezembro de 1996, novas metas serão estabelecidas nos meses de dezembro de 2001 e 2006, quando as debêntures ainda estarão em circulação no mercado. O contrato de concessão diz que a concessionária deverá apresentar ao Poder Concedente projeções de demanda de transporte ferroviário, devidamente consubstanciadas por estudos específicos de mercado. Essas projeções, no

entanto, servirão somente de subsídio ao Poder Concedente, ficando a definição a seu critério.

Se o Poder Concedente pactuar com a MRS metas de produção para os próximos anos e a MRS não conseguir atingi-las, sanções poderão ser impostas à MRS, e inclusive, em casos mais extremos, a extinção da concessão (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”).

Dependência do Setor Siderúrgico

Até 31 de setembro de 2001, 81,7% dos produtos transportados pela MRS correspondiam a minério de ferro, carvão, coque e a produtos siderúrgicos. Nesse sentido, a MRS é muito dependente da performance do setor siderúrgico. Nos anos de 1998 e 1999, por exemplo, alguns países da Ásia, como Coreia e Japão, estavam em crise financeira. Nessa época, houve uma forte retração na demanda por minério de ferro por parte daqueles países, afetando as vendas dos principais clientes da MRS e, conseqüentemente, o transporte de minério pela MRS. Portanto, caso a MRS não diversifique o tipo de carga transportada, sua produção continuará vulnerável a eventuais crises do setor siderúrgico que venham a acontecer no futuro, o que pode afetar negativamente seus resultados (veja o capítulo “Atividades da MRS – Negócios da MRS – Estratégia”).

Licenciamento Ambiental

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento que desempenhe atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento em órgão estadual competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (“Licenciamento”).

Adicionalmente, o Contrato de Concessão e alguns dos Contratos de Financiamento obrigam a MRS a adotar medidas de proteção ambiental, em observância da legislação ambiental brasileira (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes”).

Até a privatização, a única licença ambiental obtida pela Rede Ferroviária Federal S.A. (“RFFSA”) referia-se ao trecho norte da Ferrovia do Aço. Até 30 de

setembro de 2001, a MRS havia obtido licenças ambientais para o trecho sul da Ferrovia do Aço e para alguns postos de manutenção e abastecimento de locomotivas. Além disso, a Companhia herdou da RFFSA um passivo ambiental no valor de aproximadamente R\$ 39 milhões (veja o capítulo “Atividades da MRS – Meio Ambiente - Licenças”).

A inexistência de Licenciamento (i) de toda a malha ferroviária da MRS, excluindo a Ferrovia do Aço já licenciada; (ii) de todos os estabelecimentos da MRS que sejam fontes poluidoras; e (iii) do transporte de produtos perigosos, bem como a degradação ambiental que vier a ser causada pelas atividades da MRS, poderá acarretar: (a) a aplicação de multas sobre a Companhia; (b) o vencimento antecipado de diversos Contratos de Financiamento, o que poderá afetar negativamente a situação econômico-financeira da MRS; e (c) a extinção da concessão (veja o capítulo “Atividades da MRS – Meio Ambiente – Licenças”).

Extinção da Concessão

A concessão outorgada para a MRS pode ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; ou (vi) falência ou extinção da MRS.

Caso a MRS venha a perder a concessão para operar a Malha Sudeste, seus ativos poderão não ser suficientes para cumprir com todas as suas obrigações, inclusive aquelas relacionadas às debêntures desta emissão (veja os capítulos “Demonstrações Financeiras Seleccionadas” e “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”).

Fatores Relativos à Emissão das Debêntures

Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 176 declarando ser “*nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP*”. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras. Portanto, essa cláusula é tida como subordinada ao arbítrio dos credores qualificados como instituições financeiras.

A primeira série das debêntures a serem emitidas pelo MRS será remunerada com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI (“Taxa DI”), divulgada diariamente pela CETIP. Assim, em eventual execução judicial das debêntures, o tribunal poderá estender o entendimento fixado pela Súmula nº 176 e considerar que a Taxa DI não é válida para indexar a remuneração da debênture. Neste caso, o índice que vier a ser estipulado pelo judiciário poderá conceder aos debenturistas uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das debêntures.

Garantia Flutuante

As debêntures dessa emissão são da espécie flutuante. Assim, as debêntures têm privilégio geral sobre o ativo da MRS, podendo esses ativos serem negociados livremente. Caso a MRS negocie seus ativos e, como consequência, o valor desses ativos seja eventualmente reduzido, as debêntures poderão ter sua garantia reduzida. Além disso, nos termos da Lei de Falências, debêntures com garantia flutuante são classificadas depois de créditos com garantia real e com privilégio especial. Portanto, caso a MRS venha a falir, os debenturistas terão seus créditos classificados somente após créditos com garantia real ou privilégio especial.

Garantia Adicional Pignoratícia

Foi firmado Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças (“Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”), entre a MRS e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, MBR, Ferteco e Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (“Unibanco”).

Por meio do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, foram caucionados, em favor dos debenturistas, direitos creditórios (“Recebíveis”) como garantia adicional do pagamento das debêntures. Os Recebíveis correspondem (i) a parcela dos direitos creditórios de titularidade da MRS, atuais e futuros, emergentes dos contratos de transporte celebrados com CSN, MBR e Ferteco (“Clientes”) e (ii) todos os direitos de crédito da MRS contra o Unibanco, em razão de depósitos, presentes ou futuros, dos Recebíveis em uma conta caução mantida neste banco.

Não existem garantias de que os Recebíveis caucionados serão pagos em dia pelos respectivos Clientes da Emissora. Ademais, parte dos Recebíveis referem-se ao pagamento do frete pelo transporte a ser ainda efetuado pela MRS, em razão do que os mesmos poderão deixar de ser exigíveis contra os Clientes, caso a MRS deixe de efetuar

o transporte por sua culpa. Caso essas hipóteses ocorram, a garantia pignoratícia das debêntures poderá ser prejudicada.

ATIVIDADES DA MRS

Histórico

A MRS foi constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar o transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste. Após o consórcio “MRS Logística” vencer o leilão de privatização arrematando a concessão por R\$ 888,9 milhões, em 20 de setembro de 1996, a MRS assinou com a União Federal o Contrato de Concessão respectivo (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”). Juntamente com a assinatura do Contrato de Concessão, MRS e Rede Ferroviária Federal S.A. (“RFFSA”) também assinaram o Contrato de Arrendamento, que regula o arrendamento de diversos bens de propriedade da RFFSA à MRS necessários para a operação da Malha Sudeste, tais como trilhos e dormentes (também chamados “via permanente”), locomotivas, vagões, etc. (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Arrendamento”).

O início efetivo da operação da Malha Sudeste pela MRS se deu em 1º de dezembro de 1996.

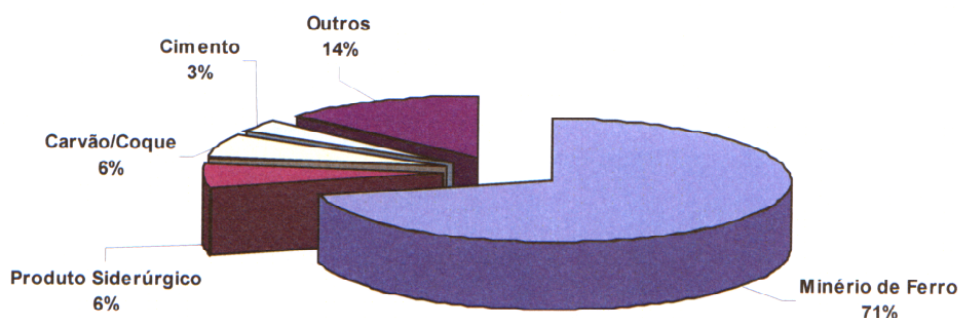
Em 2000, a MRS recebeu o título de Melhor Operadora Ferroviária do ano, na tradicional premiação do setor, promovida pela Revista Ferroviária.

Outro evento relevante foi a obtenção do registro de companhia aberta em 13 de novembro de 1998 e o registro para negociação das ações da MRS na Sociedade Operadora de Mercado de Ativos S.A. (“Soma”) em 18 de dezembro de 1998.

Negócios da MRS

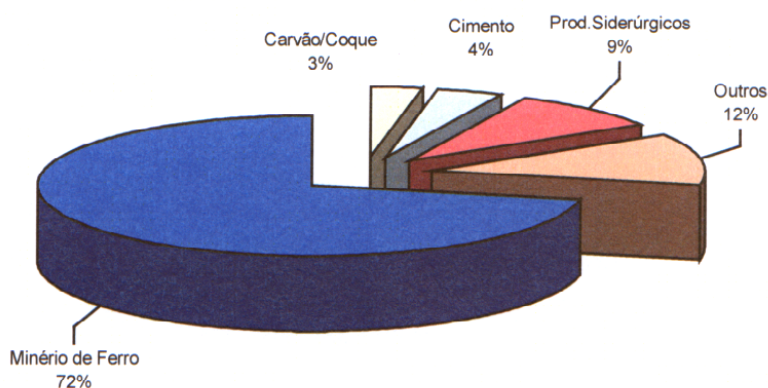
Considerações Gerais

A MRS é a concessionária de exploração de transporte ferroviário de cargas da Malha Sudeste. As principais cargas transportadas são minério de ferro, carvão e coque (essas cargas também são denominadas “heavy haul”), produtos siderúrgicos e cimento. Também transporta “cargas gerais”, isto é, contêineres, produtos agrícolas, produtos químicos, fertilizantes, ferro-gusa, sucata e outros (“Cargas Gerais”). O gráfico abaixo mostra a participação das cargas transportadas pela MRS, de janeiro a setembro de 2001, em termos de toneladas úteis tracionadas (“TU”).



FONTE: MRS

A MRS tem crescido continuamente no transporte de cargas desde dezembro de 1996, quando a Malha Sudeste foi privatizada. O gráfico abaixo mostra a evolução, ano a ano, da produção em Toneladas Kilômetro Útil Transportada (“TKUs”) da MRS, desde 1997 até setembro de 2001.



FONTE: MRS

Malha Sudeste

A Malha Sudeste administrada pela MRS é a antiga malha ferroviária da RFFSA que interliga os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Está situada na região mais desenvolvida do Brasil, provendo acesso aos principais portos do país: Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Guaíba (veja abaixo o item “Portos” neste capítulo).

A Malha Sudeste liga as grandes minas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, na região conhecida com “Quadrilátero Ferrífero”, aos portos e a importantes

indústrias siderúrgicas da região, tais como Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”), Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa (“Cosipa”), Gerdau Metalúrgica S.A. (“Gerdau”), Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas (“Usiminas”), Aço Minas Gerais S.A. (“Açominas”) etc.. Também transporta produtos siderúrgicos dessas indústrias e diversos outros produtos para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Em vista de sua localização geográfica estratégica, a MRS também está interligada com as malhas ferroviárias da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“FCA”), Estrada de Ferro Vitória-Minas (“EFVM”), Ferrobán – Ferrovia Bandeirantes S.A. (“Ferrobán”) e, indiretamente através da Ferrobán, com a Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A. (“Ferronorte”) e Novoeste – Ferrovia Novoeste S.A. (“Novoeste”). A Ferrobán e a Ferronorte utilizam a Malha Sudeste, pagando direitos de passagem (“*Trackage Rights*”) para a MRS, principalmente para transportar mercadorias ao porto de Santos.

A Malha Sudeste possui 1.674 km de linhas férreas. Possui ainda dezenas de terminais de carga e descarga de mercadorias. Sua área de abrangência alcança os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando pelas respectivas capitais de cada um desses estados. O mapa abaixo mostra a distribuição das linhas da Malha Sudeste.



A Malha Sudeste é composta por quatro linhas principais: a Ferrovia do Aço, a linha do Centro, a linha de São Paulo (estas três pertencentes a antiga Superintendência Regional de Juiz de Fora – SR3) e a linha Santos-Jundiaí, pertencente a antiga Superintendência Regional de São Paulo – SR4.

A Ferrovia do Aço e a linha do Centro ligam a região produtora de minério de ferro (Quadrilátero Ferrífero) e a região metropolitana de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e aos portos de Sepetiba e Guaíba. A Ferrovia do Aço, com 370 Km de extensão, liga Belo Horizonte a Saudade, no estado do Rio de Janeiro, onde se conecta à linha de São Paulo. Nessa linha é transportada cerca de 65% de todos os produtos transportados pela MRS, sendo 90% desse montante representado por minério de ferro e os outros 10% por cimento e produtos siderúrgicos. Os principais fluxos de minério de ferro são das minas da MBR e Ferteco para, respectivamente, os portos de Guaíba e Sepetiba e das minas da CSN para sua usina em Volta Redonda. Nessa ferrovia, circulam de 12 a 16 trens por dia carregando minério de ferro, cada um com aproximadamente 130 vagões. É a linha mais nova e moderna da MRS, com rampa máxima de 1%² e desenvolvimento de velocidades acima das médias das demais ferrovias do país.

A linha do Centro liga Barra do Piraí a Conselheiro Lafaiete. Por ela retornam, em direção ao Quadrilátero Ferrífero, os trens que desembarcam nos portos de Sepetiba e Guaíba com o minério de ferro transportado pela Ferrovia do Aço. A linha do Centro também transporta carvão e coque importados do porto de Sepetiba para a CSN, em Volta Redonda.

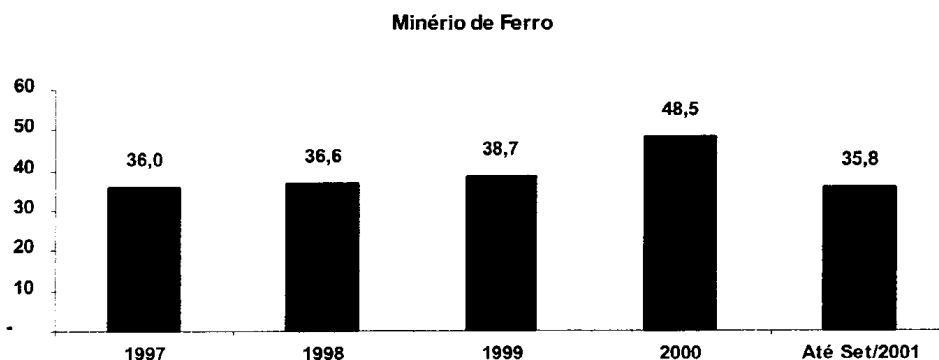
A linha de São Paulo liga Barra do Piraí à região metropolitana de São Paulo, com extensão de aproximadamente 400 Km. Através dessa linha, são transportadas (i) cargas gerais entre São Paulo e Rio de Janeiro; (ii) produtos siderúrgicos da CSN e Usiminas para São Paulo; (iii) cimento de Belo Horizonte para São Paulo; e (iv) bauxita da região de Cataguases (vindo da FCA) para a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, em Jundiaí. Além disso, por essa linha é escoada a produção de diversos produtos da região do Vale do Paraíba para São Paulo. Esta linha possui grande potencial de crescimento para o transporte de carga geral, em vista das cidades que interliga. Ainda, o transporte de cargas gerais possui maior receita unitária que o transporte de cargas “heavy haul”, pois os produtos são de maior valor agregado e, portanto, a tarifa de transporte é superior. A MRS está buscando aumentar o transporte nesta linha como parte de sua estratégia de negócios (veja o capítulo “Atividades da

² Ou seja, a cada 100 metros a linha férrea sobe ou desce 1 metro.

MRS – Negócios da MRS – Estratégia”).

A antiga linha Santos-Jundiaí liga o porto de Santos à cidade de Jundiaí, localizada a 60 Km da cidade de São Paulo e a 45 Km de Campinas. Por essa linha são transportados produtos em contêineres (tais como pneus, autopeças, resinas petroquímicas, papel, etc.) do porto de Santos para São Paulo, Jundiaí e Campinas (utilizando-se da conexão com a linha da Ferrobán) e vice versa. A linha Santos-Jundiaí possui conexão com a linha de São Paulo. Através dessa conexão, são transportados minério de ferro que vem das minas da região do Quadrilátero Ferrífero com destino à Cosipa, em Cubatão; e açúcar, que vem de Ribeirão Preto com destino ao Porto do Rio de Janeiro. A linha Santos-Jundiaí ainda possui conexão com a Ferrobán, através da qual são escoados a soja e o farelo de soja provenientes do Mato Grosso, com origem na Ferronorte, para o porto de Santos.

Nos primeiros dois anos após a privatização (1997/1998), a MRS investiu no crescimento do transporte de minério de ferro transportado pela Ferrovia do Aço. A razão foi que esta ferrovia estava em melhores condições de infra-estrutura e havia uma demanda reprimida por transporte que era possível atender com pouco investimento. O gráfico abaixo mostra o crescimento do transporte de minério de ferro, em TUs, de 1997 a 1999.



FONTE: MRS

A Malha Sudeste é a ferrovia oriunda da RFFSA mais sinalizada do Brasil. Aproximadamente 90% de suas linhas possui sinalização elétrica. Essa sinalização permite que estes trechos sejam controlados pelo Centro de Controle Operacional (“CCO”), em Juiz de Fora, através de lógicas que impedem rotas conflitantes. Do total da sinalização, 80% possui gerador próprio de energia, que são acionados em caso de interrupção no fornecimento de energia pelas distribuidoras.

Material Rodante

Material rodante são locomotivas e vagões. A MRS possui atualmente 361 locomotivas, sendo que 330 estão em operação, e 12.999 vagões. Esse total inclui bens próprios, arrendados e de clientes. Além disso, nem todos os equipamentos estão ativos. As tabelas abaixo mostram as condições do material rodante da MRS, em 30 de setembro de 2001.

DIMENSÃO DA FROTA DE VAGÕES					
Tipo de Vagão	MRS		Vagões de Clientes	Alugados de Outras Ferrovias	Total
	Existente	Ativo			
Fechados	2.278	1.512	1.053		2.278
Gôndolas	5.061	4.374	455		6.114
Hoppers	1.035	1.026			1.490
Plataformas	2.193	1.936		40	2.233
Tanques	75	71	335		410
Outros	474	314			474
Total	11.116	9.233	1.843	40	12.999

DIMENSÃO DA FROTA DE LOCOMOTIVAS				
Tipo	MRS		Alugadas de Outras Ferrovias	Total
	Existente	Ativa		
A	198	205	4	202
B	71	57		71
C	24	22		24
D	50	40		50
Hitachi Elétrica ⁽¹⁾	12	9		12
Total	355	333	4	359

Tipo A: GE U23 C, GE U23 CA, GE U23 CE, GE C30, GE C36, DASH 9, GM SD40-2 e GM SD40-3.

Tipo B: GE U23 C1, GM SD-18, GM SD-38, SLUG

Tipo C: GE U20 C

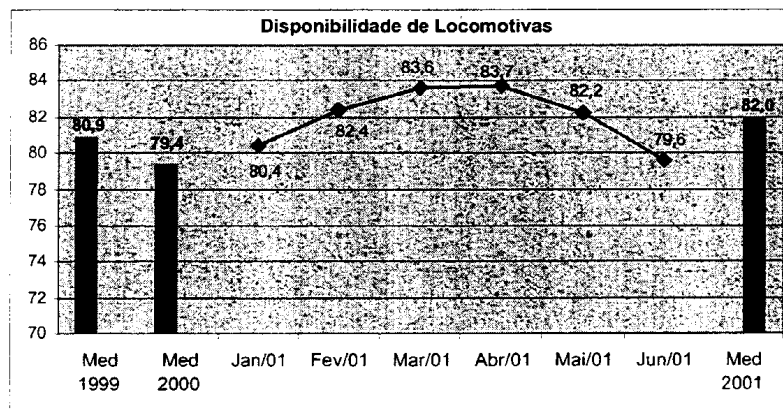
Tipo D: Locomotivas de Serviço

(1) Utilizada na Cremalheira

No transporte de minério de ferro para a Cosipa, a MRS tem uma limitação de desempenho em virtude da descida da serra de Santos, muito acentuada (rampa com inclinação de 10%). Para que o minério de ferro desça a serra de trem, utiliza-se um

sistema conhecido como “cremalheira”. A cremalheira é uma linha ferroviária que possui um trilho dentado no qual engrenam as rodas motrizes, também dentadas, das locomotivas. O sistema cremalheira, apesar de estar em ótimas condições operacionais, não permite a expansão da capacidade de produção para atender os níveis de demanda projetados. A Companhia está estudando o desenvolvimento de um sistema de transporte por correia de longa distância para transportar o minério de ferro para a Cosipa, liberando assim a cremalheira para o transporte de outras cargas, principalmente contêineres.

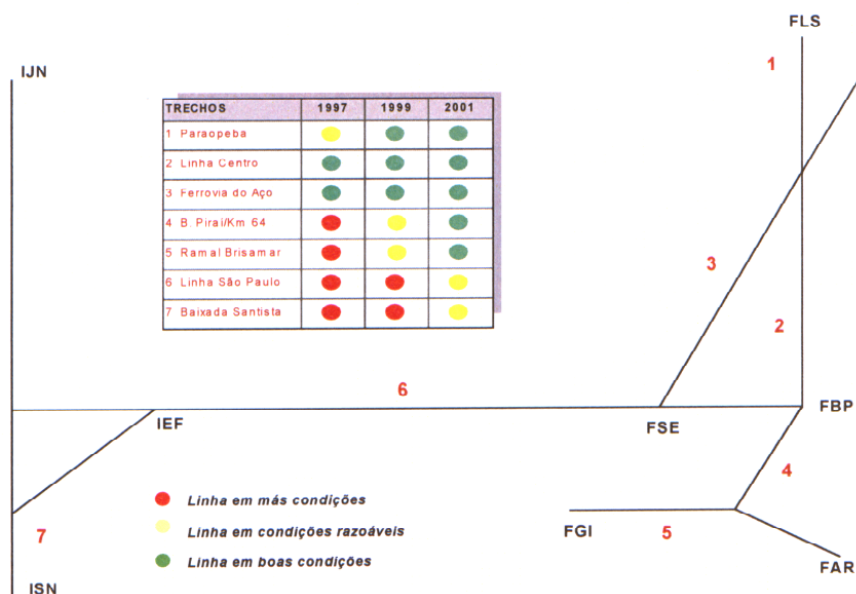
A MRS possui um alto índice de disponibilidade do seu material rodante, que significa o percentual das frotas ativas de locomotivas e vagões sobre o total de frotas. Em 30 de setembro de 2001, esse índice médio correspondia a 85,5% dos vagões e 91,4% das locomotivas. No caso dos vagões, esse índice seria maior não fosse a grande quantidade de vagões “fechados” que foram arrendados da RFFSA. Esses vagões por terem portas estreitas, não são de fácil utilização. Excluindo-se esses vagões, o índice de disponibilidade passa a ser de 89,6%. O gráfico abaixo mostra a evolução do índice médio de disponibilidade da MRS em 1999 e 2001 e mês a mês em 2001.



FONTE: MRS

Investimentos

A via permanente (trilhos e dormentes) da Malha Sudeste na época da privatização estava em bom estado, principalmente a Ferrovia do Aço, que foi construída nas décadas de 70 e 80. O gráfico abaixo mostra as condições de utilização das principais linhas da via permanente da MRS em 1997 (1º ano após a privatização), 1999 e 2001.



Desde a privatização, a MRS tem investido tanto na via permanente, como em material rodante na Malha Sudeste. Os investimentos em via permanente têm sido feitos de forma distribuída em toda a Malha Sudeste, buscando nivelar a qualidade de todos os trechos da ferrovia. A tabela abaixo mostra o total de investimentos feitos pela MRS na Malha Sudeste desde a privatização.

Em milhões de Reais (R\$)					
	2001*	2000	1999	1998	1997
Via Permanente	38,8	26,4	28,2	39,1	29,2
Sinalização	4,9	4,3	3,0	2,3	2,7
Locomotivas	17,1	36,4	11,5	12,1	55,1
Vagões	15,0	8,2	23,7	8,0	11,5
Outros	24,7	16,6	9,6	20,9	6,5
Total	100,5	91,9	76,0	82,4	105,0

* valores realizados até setembro e projetados até dezembro de 2001.

Os principais investimentos que estão sendo feitos atualmente pela MRS, afora os investimentos correntes para manutenção da capacidade de produção, são em duplicação de sua via permanente, em determinados trechos de maior tráfego, e na ampliação de terminais.

A duplicação da via permanente está sendo feita em trechos da Ferrovia do Aço

e da linha de São Paulo, através da conexão dos pátios que existem ao longo da linha. Os pátios são duplicações da linha, com extensão média de 2,5 Km, utilizados para manobra e cruzamentos de trens. Ligando os pátios existentes, a MRS consegue duplicar trechos da ferrovia de uma forma simples e a um custo muito baixo.

Em relação a terminais, a MRS está investindo, juntamente com clientes, ou em parceria com operadores logísticos, para no curto prazo ter grande capacidade de movimentação de produtos siderúrgicos, cimento e contêineres nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Em médio prazo, a MRS desenvolverá ainda áreas para movimentação e armazenagem de cargas em cidades industriais do sudeste, como Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, Porto Real, no estado do Rio de Janeiro, e Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

O investimento em terminais visa o desenvolvimento de novos fluxos de transporte nos quais a origem e/ou o destino não possui desvio ferroviário. Nestes terminais será feito o transbordo da carga para o modal rodoviário e, se necessário ou conveniente para o cliente, a armazenagem da carga. Em particular, os terminais permitirão o aproveitamento dos vagões no retorno vazio para os pontos atuais de origem de carga. Nas rotas Belo Horizonte - São Paulo e Rio de Janeiro - São Paulo, a MRS transporta atualmente grandes volumes de produtos siderúrgicos e cimento, sem aproveitamento dos vagões na viagem de retorno.

Na região Metropolitana de São Paulo, o Terminal de Itaquaquecetuba (Estação Engenheiro Manoel Feio) está recebendo investimentos em linhas para carga e descarga de vagões, galpões para movimentação e armazenagem de cargas, vias de acesso rodoviário, instalações administrativas e, particularmente, para a ligação rodoviária com a Rodovia Airton Sena. O desenvolvimento deste terminal permitirá a MRS atender os clientes finais das siderúrgicas na distribuição de aço, dentre outros. Este serviço é feito hoje, em grande parte, por transportadores rodoviários, que deixariam de fazer o transporte de longa distância, para se concentrar no transporte regional, do terminal ferroviário para o destino final. A MRS poderá ainda usar o terminal para carregar cargas no sentido de retorno, ofertando fretes competitivos para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Segundo pesquisa feita pela *Research International* no período de maio a julho de 2001 a pedido da MRS, mais de 40% da carga de empresas que movimentam grandes volumes (mais de 6.000 toneladas por mês) nestas rotas, é movimentada em carretas abertas, compatíveis com os vagões usados na movimentação de produtos siderúrgicos com destino a São Paulo.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a MRS está desenvolvendo terminais no município de Nova Iguaçu (Estação Rocha Sobrinho), com ênfase na movimentação de contêineres e “*piggy-back*”.

Ainda no Rio de Janeiro, a MRS possui um terminal intermodal (Arará) junto à área portuária da Companhia das Docas do Rio de Janeiro, onde se movimenta açúcar e aço para exportação e cimento para o mercado interno. Neste terminal estão sendo feitos investimentos para aumentar a agilidade na movimentação de vagões, facilitando inclusive o acesso ferroviário ao Porto, em particular aos Terminais de Contêineres e o porto privado da Multiportos.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a MRS encontra-se ainda em fase de negociação das áreas a serem exploradas como terminais intermodais, havendo inclusive a possibilidade de utilização de terminais já existentes nas linhas da FCA (Ferrovia Centro Atlântica).

Portos

A MRS tem acesso a quatro portos brasileiros: Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro e Guaíba, estando os três primeiros entre os principais portos brasileiros. Uma breve descrição de cada um desses portos segue abaixo.

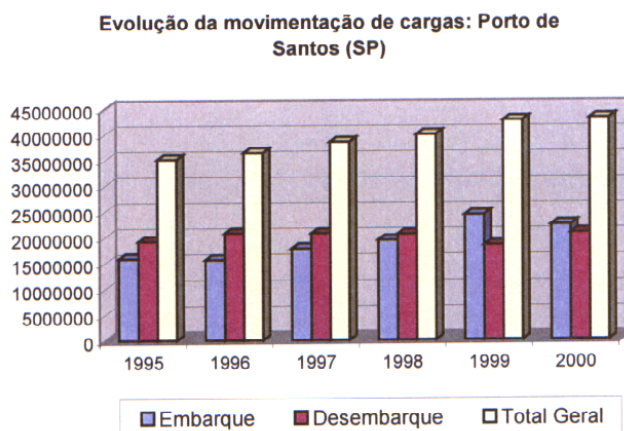
Porto de Santos

A localização privilegiada do porto de Santos é estratégica para os negócios da MRS. Situado no centro sul do Estado de São Paulo e estendendo-se ao longo do estuário limitado pelas Ilhas de São Vicente e de Santo Amaro, o porto de Santos é o porto mais movimentado do Brasil. O acesso ferroviário é possível através das malhas ferroviárias da MRS (ambas as margens) e da Ferrobán (margem esquerda) e pela Unidade Regional Santos (UR 7), da Ferrovia Paulista S.A (FEPASA). Já o acesso rodoviário pode ser feito pela SP – 055 (rodovia Padre Manoel da Nóbrega), SP – 150 (via Anchieta) e SP – 160 (Rodovia dos Imigrantes). A MRS tem acesso garantido às duas margens do porto de Santos e representa a alternativa mais eficiente para escoamento da soja proveniente do Mato Grosso e de produtos industrializados transportados em contêineres provenientes de São Paulo e Campinas.

O Porto de Santos possui infra-estrutura bastante desenvolvida, com terminais especializados para contêineres, fertilizantes, carvão, grãos líquidos, dentre outros; equipamentos adequados para movimentação de cargas; fornecimento autônomo de

energia elétrica, pela usina de Itatinga; além de terminais de uso privativo de clientes da MRS, como Cosipa e Ultrafertil. Neles são movimentadas diversas cargas, como produtos siderúrgicos, produtos têxteis, carvão, minérios, produtos químicos, trigo, sal, adubo, cimento, soja, cítricos, álcool, açúcar, óleo vegetal, carnes, frutas e madeira, dentre outros. Em 2000, a participação da MRS na movimentação de contêineres no porto de Santos representou apenas 3,1% do total de contêineres transportados o que evidencia o enorme potencial de crescimento de volumes para essas cargas.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da movimentação de cargas no porto de Santos entre 1995 e 2000:



Fonte: Relatório do Ministério dos Transportes

A MRS vê o porto de Santos como estratégico para seus negócios. Atualmente, a MRS tem operado com capacidade ociosa no porto de Santos. Na margem direita do porto, por exemplo, a MRS está trabalhando com menos de metade da capacidade instalada, enquanto na margem esquerda, onde a Ferronorte e a Ferrobán embarcam seus produtos, a MRS tem condições de transportar toda a produção destas ferrovias prevista para os próximos anos. As principais iniciativas da Companhia para aproveitar o potencial de expansão dos negócios envolvendo o transporte com o porto de Santos são a recuperação da via permanente na baixada santista, incluindo aumento de sua capacidade através da construção de pátios para cruzamento de trens.

Além disso, os diversos terminais já instalados e os que serão instalados no futuro aumentarão ainda mais o potencial de transporte ferroviário no porto. A Ultrafertil, por

exemplo, está construindo, na baixada santista, um ramal ferroviário cuja inauguração está prevista para setembro de 2001. Este ramal será utilizado principalmente para transportar insumos químicos para a produção de fertilizantes da baixada santista para sua planta em Paulínia (SP), possuindo também potencial para o carregamento de outros tipos de produtos.

Porto de Sepetiba

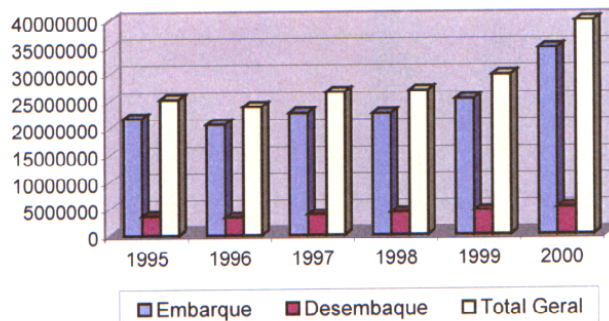
O porto de Sepetiba está localizado na costa norte da Baía de Sepetiba, município de Itaguaí (RJ), ao sudeste da Ilha da Madeira. Esse porto tem potencial para ser um dos principais portos do país e seu acesso por ferrovia é feito exclusivamente através da Malha Sudeste. O acesso por rodovia também é possível através da estrada BR-101. As principais cargas movimentadas são: carvão metalúrgico, coque, enxofre, zinco, minério de ferro, produtos siderúrgicos, dentre outras. O porto de Sepetiba possui três terminais: (i) Tecon – Terminal de Contêineres, pertencente a CVRD e a CSN; (ii) Tecar – Terminal de Carvão, pertencente a CSN; e (iii) o Terminal de Granéis, pertencente à Ferteco.

A MRS acredita também no grande potencial de crescimento do porto, o qual é acessado exclusivamente pela Malha Sudeste. A seguir estão destacados alguns dos fatores que apontam esse potencial:

- i) o porto de Sepetiba tem uma capacidade de crescimento com baixo investimento; a exportação de ferro-gusa, por exemplo, pode ser feita por lá investindo-se apenas no equipamento de carregamento;
- i) os custos de mão de obra são bem inferiores se comparados aos de Santos e Rio de Janeiro; e
- iiii) o atual nível de congestionamento do porto de Santos, que deverá atrair importante volume de carga para o porto de Sepetiba

O gráfico a seguir mostra a evolução da movimentação de cargas no porto de Sepetiba, no período compreendido entre 1995 e 1999.

Evolução da movimentação de cargas: Porto de Sepetiba (RJ)



Fonte: Relatório do Ministério dos Transportes

Porto do Rio de Janeiro

O porto do Rio de Janeiro está localizado na baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O acesso ferroviário é feito exclusivamente pela Malha Sudeste, que representa a alternativa mais eficiente de ligação do porto com os mercados de São Paulo e Minas Gerais. O acesso ao porto também pode ser feito através das rodovias BR-040, BR-101, BR-116, RJ-071 e RJ-083. As instalações do porto incluem o cais de Mauá, cais de Gamboa, cais de São Cristóvão, cais do Caju, o Tecont (terminal de contêineres), além de diversos terminais de uso privativo, como os da Petrobrás S.A (combustíveis), da Exxon Química Ltda. (produtos químicos) e Shell do Brasil Ltda. (combustíveis) entre outros. Dentre os produtos movimentados destacam-se: derivados de petróleo, produtos siderúrgicos, açúcar, papel, trigo e grãos líquidos. No porto do Rio de Janeiro, a MRS possui acesso ao terminis do Arará.

A tabela a seguir mostra a evolução da movimentação de cargas no porto do Rio de Janeiro, no período entre 1998 e 2000:

Ano	EMBARQUE (em toneladas)				DESEMBARQUE (em toneladas)				Total
	granel sólido	granel líquido	carga geral	subtotal	granel sólido	granel líquido	carga geral	subtotal	
1998	9.716	5.476.869	2.262.869	7.749.447	637.026	2.276.694	1.429.739	4.343.459	12.092.906
1999	38.422	5.929.852	3.162.044	9.130.318	674.039	3.373.997	1.399.561	5.447.597	14.577.915
2000	49.678	3.696.960	2.554.642	8.301.280	805.325	5.245.222	1.488.892	7.337.439	13.838.719

fonte: Relatório do Ministério dos Transportes

Porto de Guaíba

O porto de Guaíba, pertencente à MBR, está situado na Ilha de Guaíba, na Baía de Sepetiba (RJ), tendo como sua única opção de acesso terrestre a Malha Sudeste. O porto destaca-se por embarcar de minério de ferro da MBR, transportado de suas minas em Minas Gerais pela MRS.

Racionamento de Energia

O racionamento de energia elétrica não tem afetado de maneira relevante a capacidade de transporte da MRS. A cremalheira é o equipamento que mais consome energia. Apesar de seu consumo não ter sido reduzido, é possível compensar o excesso apurado em operações com ela com a redução de consumo em outras unidades operacionais da MRS que estão economizando acima da meta estabelecida pelo Governo. Apenas durante o primeiro mês de racionamento a MRS foi forçada a restringir a movimentação de carga na cremalheira. Já a partir do segundo mês, através das compensações realizadas, as restrições não foram mais necessárias.

Estratégia

A MRS possui algumas estratégias definidas para continuar a crescer no transporte ferroviário. Essas metas passam por (i) crescimento no transporte de cargas gerais, (ii) ampliação dos seus terminais, (iii) parcerias com operadores logísticos e (iv) exploração de seu acesso aos portos. Cada um destes pontos é desenvolvido a seguir.

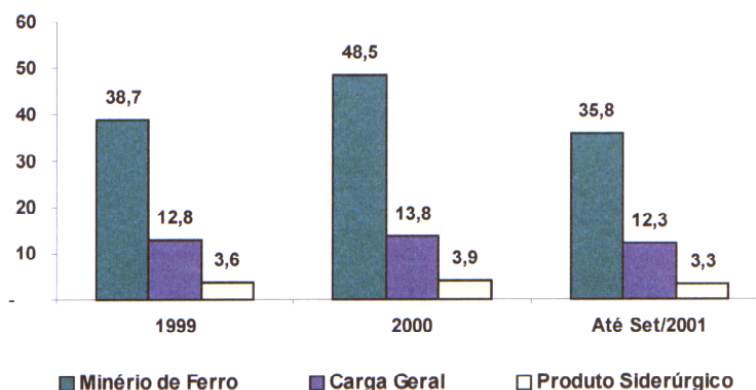
Diversificação dos produtos transportados

O transporte de cargas da MRS é muito concentrado em minério de ferro e produtos siderúrgicos. De janeiro a setembro de 2001, por exemplo, 81,7% do transporte efetuado³ pela MRS se referia a esses produtos, trazendo uma dependência muito estreita do setor siderúrgico. Para reduzir essa dependência, a MRS está buscando crescer no transporte de outros tipos de cargas, principalmente produtos industrializados, cargas perigosas (tais como produtos químicos) e bens de consumo. Além de reduzir o risco setorial da MRS, o transporte dessas cargas é mais rentável, tendo em vista o maior valor agregado dos produtos. Nesse sentido, a MRS busca crescer principalmente no triângulo “Rio-São Paulo-Belo Horizonte”, que concentra as principais indústrias brasileiras e os principais centros de consumo. Exemplo dessa iniciativa é o transporte de produtos químicos da Basf S.A. (“BASF”) do porto de Santos

³ Em termos de TKU's

para seu terminal em Guaratinguetá. Outras cargas de interesse para a MRS são papel, celulose, componentes automotivos, combustíveis, bebidas, etc.

Nos primeiros 9 meses de 2001, o transporte de Cargas Gerais representou, em TKUs, 13,8% do total das cargas transportadas pela MRS, o que significou um aumento de 17,1% em relação ao mesmo período em 2000. O gráfico abaixo demonstra comparativamente a evolução do transporte feito pela MRS, por tipo de carga transportada, no últimos três anos:



Ampliação dos Terminais

A MRS busca aumentar sua produtividade constantemente. Produtividade traduz-se como maior velocidade dos trens, maior utilização das suas locomotivas, vagões e vias permanentes, etc. Outro fator que influencia bastante a produtividade do transporte ferroviário é a velocidade de carga e descarga dos produtos. Essa velocidade depende, dentre outros fatores, da capacidade dos terminais ao longo da ferrovia. Para aumentar essa velocidade, a MRS está investindo na capacitação dos terminais, em parceria com operadores logísticos. A Companhia está investindo em máquinas e equipamentos de carga e descarga e ampliando os terminais para adequá-los a novas demandas (veja o capítulo “Atividades da MRS – Negócios da MRS – Investimentos”).

Parcerias com Operadores Logísticos

A MRS não tem como estratégia atuar diretamente como operador logístico, porque entende que deve focar-se no aumento da qualidade do transporte ferroviário. O transporte “porta-a-porta” para seus clientes se dá por meio de parcerias com operadores logísticos. Quando existe a necessidade de uma operação logística, a MRS busca uma

solução para o seu cliente juntamente com empresas do setor de logística que são suas parceiras de negócios. Procura também diversificar suas parcerias através de vários operadores logísticos, de modo a minimizar qualquer dependência. Atualmente, a MRS tem parcerias com os seguintes operadores logísticos: Transportes São Geraldo Ltda., Multiterminais Alfandegários do Brasil Ltda., Multitex Logística Integrada Ltda., Brasilmaxi Transportes Ltda., Santos Brasil S.A., Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos, Itri Rodoferrovia e Serviços Ltda., entre outros.

Exploração do Acesso aos Portos

A MRS possui acesso a quatro dos principais portos brasileiros: Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Guaíba. Esses portos têm um intenso tráfego de exportação e importação, possuindo terminais de grandes empresas, algumas das quais já são clientes da MRS. A Companhia entende que existe um grande potencial de transporte de cargas nesses portos, principalmente contêineres, com vocação para o transporte ferroviário (veja o capítulo “Atividades da MRS – Negócios da MRS – Portos”).

Mercado de Atuação

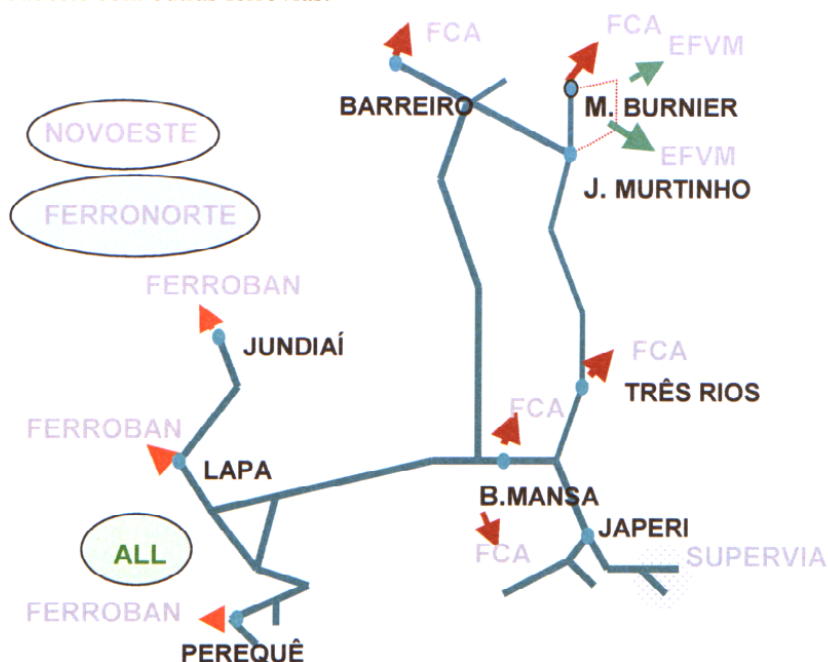
A Malha Sudeste está localizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, três dos principais estados brasileiros. Em função das características econômicas e dos recursos naturais disponíveis em seu mercado de atuação, a MRS transporta para seus clientes principalmente minério de ferro, produtos siderúrgicos, carvão e coque (*heavy haul*), e Cargas Gerais, tais como produtos industrializados e produtos químicos.

Região Geográfica

O mapa abaixo mostra a abrangência da Malha Sudeste bem como as principais cidades que atravessa.



A Malha Sudeste está posicionada estrategicamente. Tem acesso a quatro portos, dos quais três são alguns dos principais do País: Santos, Rio de Janeiro e Sepetiba (veja o capítulo “Atividades da MRS – Negócios da MRS – Portos”). Também está interligada com as malhas ferroviárias da FCA e Ferrobán e Vitória-Minas. Outras malhas não interligadas diretamente também utilizam a Malha Sudeste para transportar cargas: ALL, Ferronorte e Novoeste, que se conectam à Malha Sudeste via Ferrobán. O mapa abaixo mostra os pontos de intercâmbio, direto e indireto, da Malha Sudeste com outras ferrovias.



Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais constituem, em conjunto, a região mais rica e industrializada do Brasil. Juntos respondem por mais de 70% do Produto Interno Bruto - PIB do País, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As respectivas capitais desses Estados representam os principais centros consumidores brasileiros. Essa região também concentra o maior tráfego de transporte de cargas rodoviárias do Brasil.

A MRS vê grande potencial de crescimento de transporte de cargas nessa região, principalmente no mercado de carga geral. Entende que é possível transportar produtos agrícolas, produtos em contêineres (importados e para exportação) de várias cidades para os portos e vice versa, peças e produtos siderúrgicos para as indústrias automobilísticas, produtos químicos, cargas perigosas combustível, bebidas, veículos, dentre outros.

Produtos Transportados

Os principais produtos que a MRS transporta são minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúrgicos, produtos agrícolas, produtos para construção civil e produtos em contêineres. A tabela abaixo mostra os tipos de produtos que a MRS transporta, os respectivos volumes e a receita auferida, desde 1999 até Setembro de 2001.

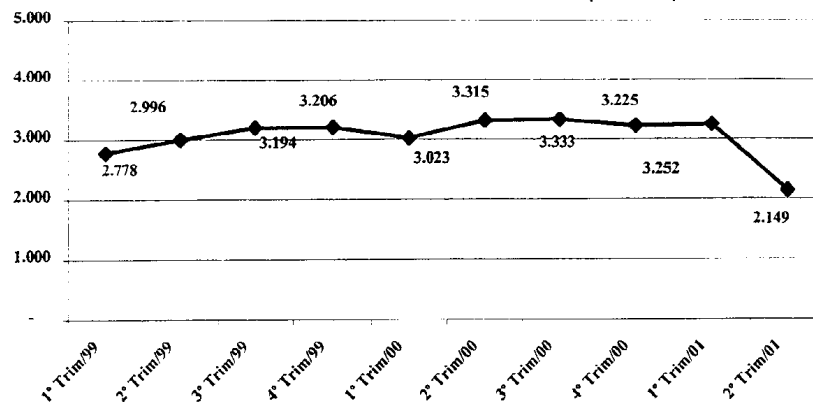
Produto	Volume (em milhões de TUs)			Receita (em milhões de R\$)		
	1999	2000	2001*	1999	2000	2001*
Minério de Ferro	39,1	48,9	24,5	326,7	422,93	230,9
Carvão e Coque	4,1	3,7	2,1	21,0	20,16	12,9
Produtos Siderúrgicos	3,6	3,8	2,3	33,0	57,3	41,0
Cimento	1,8	1,9	0,9	31,1	37,6	20,6
Soja e Afins	1,5	2,6	2,2	6,7	10,9	7,2
Açúcar	0,4	0,3	0,2	4,7	1,7	1,1
Adubos e Fertilizantes	0,1	0,2	0,09	0,1	0,4	0,2
Bauxita	0,5	0,6	0,4	6,3	8,5	6,3
Contêineres	0,4	0,5	0,2	3,8	5,3	3,8
Outros	3,6	3,4	1,8	29,0	29,9	12,7
Total	55,1	66,2	51,4	473,7	594,7	493,4

* até 30 de setembro de 2001.

Minério de ferro, carvão e coque são insumos utilizados na industrialização do aço. O minério de ferro sai do Quadrilátero Ferrífero em direção aos portos e também para consumo interno de indústrias siderúrgicas nacionais (CSN, Aço Minas Gerais S.A. – Açominas (“Açominas”) e Cosipa). O carvão e o coque são importados e desembarcados no porto de Sepetiba para serem levados para a CSN e para a Açominas.

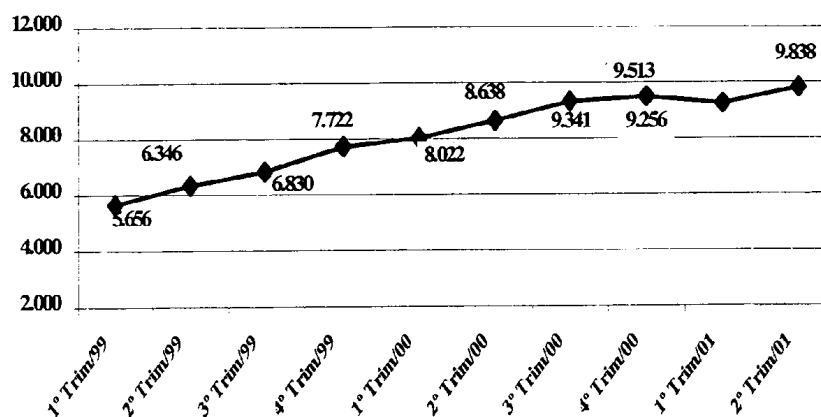
Os gráficos abaixo mostram a evolução do volume de transporte desses produtos, em milhões de TUs, desde janeiro de 1999 até setembro de 2001.

MINÉRIO FERRO - CONSUMO INTERNO (em MTU)



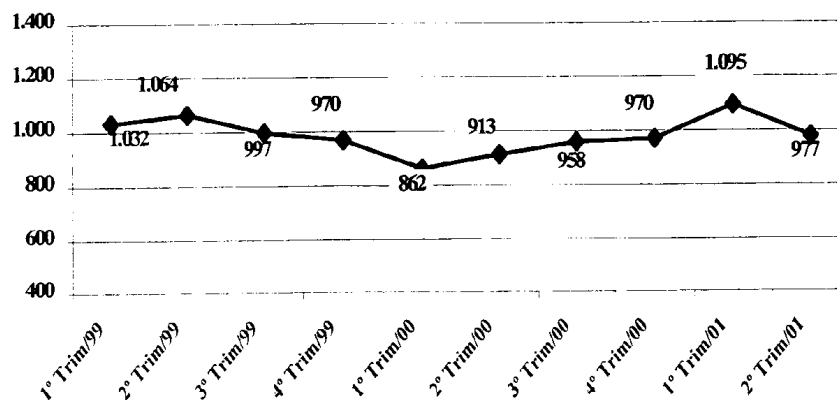
FONTE: MRS

MINÉRIO FERRO - EXPORTAÇÃO (em MTU)

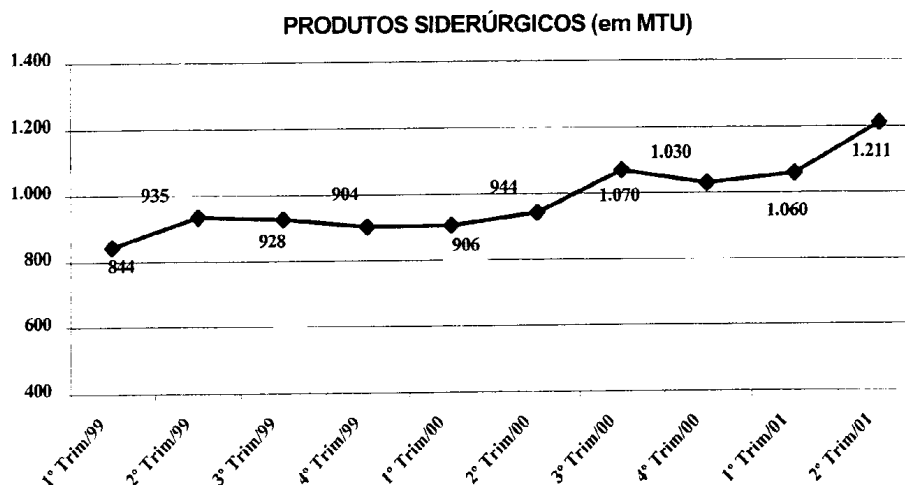


FONTE: MRS

CARVÃO e COQUE (em MTU)

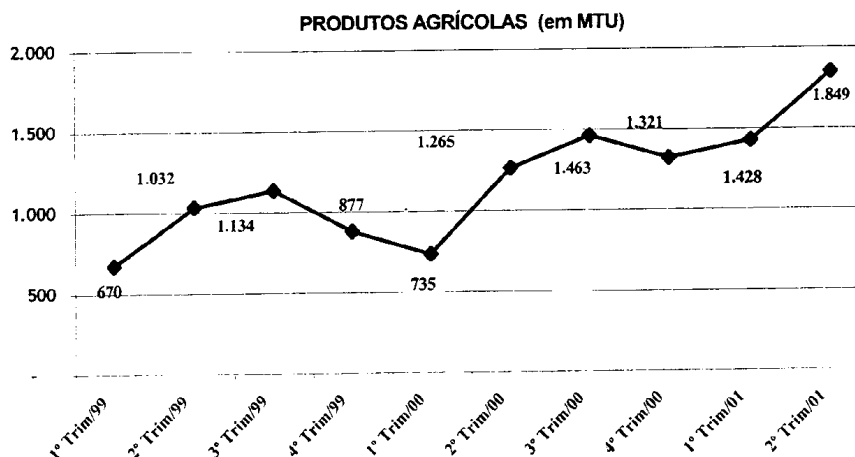


A MRS transporta produtos siderúrgicos, tais como laminados, chapas utilizadas pela indústria automobilística, folhas de flandres para a indústria de enlatados, etc. O gráfico abaixo mostra a evolução do transporte desses produtos, em milhões de TUs, desde janeiro de 1999 até setembro de 2001.

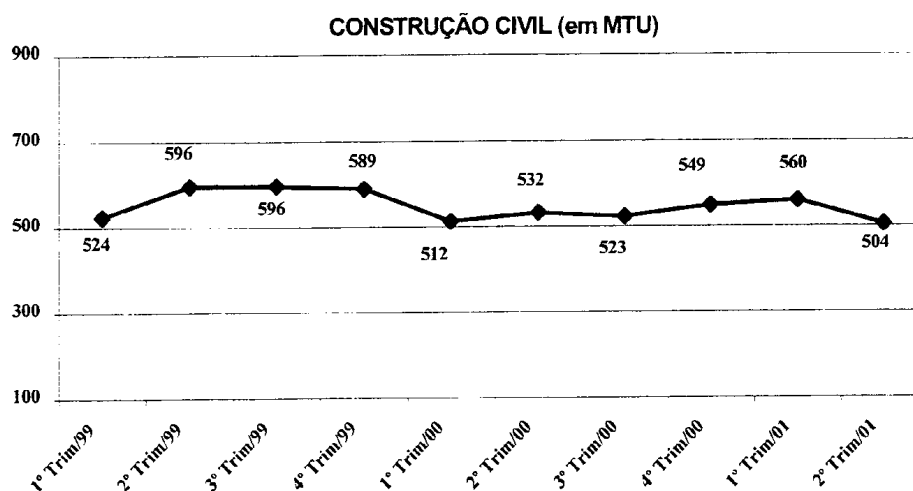


FONTE: MRS

Dentre os produtos agrícolas transportados, destacam-se soja, farelo de soja e açúcar. A soja e farelo saem do Mato Grosso do Sul, vindos pelas linhas da Ferronorte, para serem embarcados no porto de Santos. Como carga de retorno, as composições que levam tais produtos trazem adubos, fertilizantes e enxofre. O açúcar é levado do interior de São Paulo para Santos e Rio de Janeiro. O gráfico abaixo mostra a evolução do transporte desses produtos, em milhões de TUs, desde janeiro de 1999 até setembro de 2001.

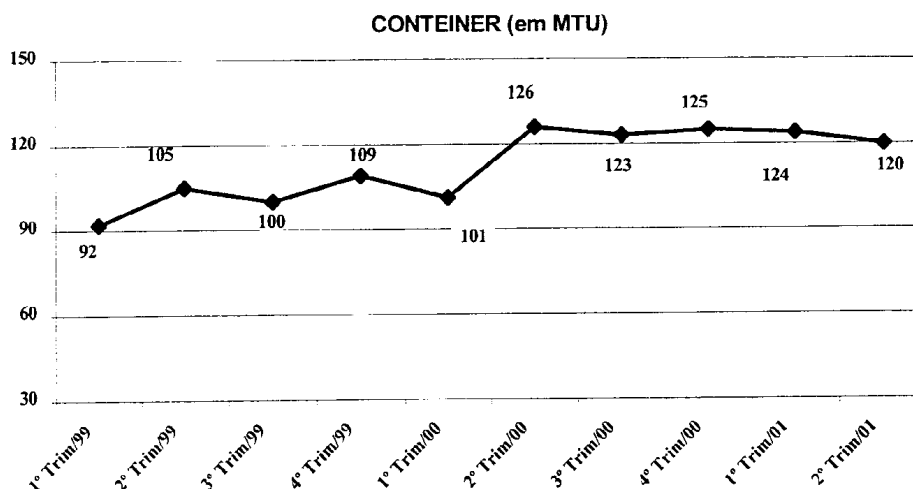


Produtos para construção civil incluem cimento em granel e acondicionado, argamassa, pedras, areia e vergalhões. Cimento e argamassa são transportados de Belo Horizonte para São Paulo e Rio de Janeiro. Areia é carregada do Vale do Paraíba para São Paulo. O gráfico abaixo mostra a evolução do transporte desses produtos, em milhões de TUs, desde janeiro de 1999 até setembro de 2001.



FONTE: MRS

Entre os produtos transportados em contêineres destacam-se pneus, autopeças, resinas petroquímicas, papel, eletroeletrônicos, etc. O transporte de contêineres é realizado através de 5 rotas principais: (i) a rota Rio de Janeiro-Juiz de Fora, levando autopeças para a fábrica da Mercedes-Benz; (ii) a rota Rio de Janeiro-São Paulo, transportando contêineres embarcados e desembarcados no porto do Rio de Janeiro; (iii) a rota Sepetiba-São Paulo, que embarca eletroeletrônicos que vêm de cabotagem de Manaus até o porto de Sepetiba de onde são transportados pela MRS até São Paulo; (iv) a rota Santos-Campinas, que transporta produtos importados e para exportação; e (v) a rota Santos-Guaratinguetá, através da qual a MRS transporta produtos químicos importados para a Basf. O gráfico abaixo mostra a evolução do transporte desses produtos, em milhões de TUs, desde janeiro de 1999 até setembro de 2001.



FORNE: MRS

Subsidiárias

A MRS não detém participação societária em nenhuma empresa, quer coligada quer controlada.

Fatores Macroeconômicos

Os fatores macroeconômicos que afetam o negócio da MRS são a variação cambial e inflação.

Variação Cambial

Atualmente, 29,4% do custo operacional da MRS refere-se a combustível e lubrificantes consumidos pelas locomotivas. O diesel, combustível utilizado nas locomotivas e os lubrificantes, como produtos derivados do petróleo, tem o seu preço indiretamente afetado pela variação cambial (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Fornecimento”). Isso porque o preço do petróleo é cotado em dólares nos mercados internacionais. Entretanto, esse impacto não é direto no custo da MRS, pois quem determina o preço do petróleo no Brasil é a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. (uma sociedade controlada pelo Governo Federal), nem sempre a variação cambial é repassada integralmente ao preço dos combustíveis nacionais. Entre os meses de janeiro a agosto de 2001, o Real foi desvalorizado frente ao dólar em 36,6%, tendo o preço do diesel aumentado 4,6% no mesmo período.

Se por um lado a variação cambial tem o potencial de aumentar os custos da MRS, por outro lado, na medida em que a maior parte da sua receita está vinculada à receita de produtos embarcados à exportação, existe um potencial de aumento de receita com o Real mais desvalorizado por conta de um aumento do fluxo de exportação. Além disso, como esses clientes exportadores têm receita vinculada ao dólar, um eventual repasse no preço da tarifa, estimulado pelo aumento do preço do combustível, tenderia a ser diluído pelo crescimento da receita auferida pelos clientes, facilitando as negociações de preços para a MRS.

Outro impacto da variação cambial é que eventual aumento do preço dos combustíveis tem um impacto maior sobre a tarifa do transporte rodoviário, pois o consumo de diesel dos caminhões por tonelada/km é maior do que o do trem.

A MRS possui dívidas em dólares norte-americanos. Em 30 de setembro de 2001, essa dívida somava US\$ 265,7 milhões. Quaisquer variações positivas ou negativas na cotação do dólar terão efeitos sobre os resultados da MRS. A MRS possui política de contratar operações de proteção cambial (“hedge”) para fazer frente às suas obrigações financeiras de curto e médio prazos, visando a proteção de seu fluxo de caixa.

Inflação

As prestações dos contratos de concessão e arrendamento, as maiores despesas da MRS atualmente, são atualizados monetariamente pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (“IGP-DI/FGV”). Esses contratos estão descritos no capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes”.

A inflação tem potencial de influenciar as despesas com pessoal, tendo em vista que historicamente os sindicatos buscam reajuste salarial com base na inflação.

Crescimento Econômico Brasileiro e Mundial

A MRS transporta produtos para a construção civil, soja, farelo de soja e eletroeletrônicos. A demanda desses produtos é bastante influenciada pelo crescimento econômico. Portanto, crescimento econômico ou recessão no Brasil influenciam o crescimento da MRS.

Além disso, a MRS também transporta minério de ferro para a exportação. Esse minério de ferro é levado para as indústrias siderúrgicas ao redor do mundo. O preço do

ferro, inclusive, é cotado em bolsas de mercadorias do diversos países. Assim, crescimento econômico mundial ou recessão também influenciam o volume de transporte da MRS, principalmente minério de ferro.

Serviços

O serviço prestado pela MRS é o transporte ferroviário de cargas. Os principais produtos transportados são minério de ferro, produtos siderúrgicos, carvão e coque, todos relacionados à indústria siderúrgica. Esses produtos saem das minas situadas na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais e são transportadas tanto aos portos para exportação, como para as indústrias siderúrgicas nacionais. Além dessas cargas, a MRS transporta também produtos para construção civil, adubos e fertilizantes, grãos e produtos manufaturados em contêineres.

A MRS tem buscado melhorar continuamente a qualidade de seus serviços de transporte. Como consequência da falta de investimentos nas ferrovias no período anterior à privatização, o transporte ferroviário perdeu muita credibilidade com clientes em potencial. Esses passaram a utilizar o transporte rodoviário, mesmo para aquelas cargas que são naturalmente mais adaptadas ao transporte por ferrovia, tais como areia, papel, celulose, autopeças, automóveis, etc. Esses últimos produtos – cargas gerais – são atualmente o principal foco de crescimento da MRS (veja o capítulo “Atividades da MRS – Estratégia”).

A melhoria do serviço ferroviário relaciona-se com pontualidade, frequência, integridade física da carga, velocidade de transporte e prestação de serviço de transporte das cargas “porta-a-porta”. A MRS tem criado novos serviços, principalmente para os clientes de cargas gerais, no esforço de reconquistar esses clientes. Algumas das principais iniciativas foram a criação de trens expressos e as operações “*transtrailer*” e “*piggyback*”, cujas características são descritas abaixo.

Trem Expresso – As cargas transportadas em contêineres são na sua maioria produtos industrializados, tais como autopeças, produtos químicos e papel, eletroeletrônicos, dentre outros. Por isso, os clientes têm uma grande necessidade de pontualidade, segurança e velocidade no transporte. Com o objetivo de atender os clientes dessas cargas, a MRS criou 7 linhas de trens expressos para transporte de contêineres no ano 2000. Essas linhas fazem percursos sem escalas ou paradas. Atualmente, as empresas que utilizam os trens expressos são Transportes São Geraldo Ltda., Multiterminais Alfandegários do Brasil Ltda., Brasilmaxi Transportes Ltda., Santos Brasil S.A., Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos e Itri Rodoferrovia e Serviços Ltda.. Os

trens expressos têm sido bem sucedido, com grau de pontualidade médio de 92% e velocidade média superior à das composições normais.

“Transtailer” – É uma operação multimodal, ou seja, as carretas dos caminhões (onde estão as cargas) são montadas sobre um truque ferroviário e tracionadas pela locomotiva da MRS. Nessa operação, o investimento nos equipamentos é realizado pelo cliente. A MRS apenas opera o transporte ferroviário *transtailer* quando ele chega na ferrovia. Recentemente, Companhia São Geraldo de Viação e FAC Logística S.A., dois clientes da MRS que atuam no transporte rodoviário, fizeram uma parceria para a utilização do *transtailer* na ferrovia da MRS. O transporte para estes clientes está em fase final de testes e será iniciado em breve.

“Piggyback” – Consiste em transportar-se a carreta do caminhão em cima de um vagão plataforma⁴. Esse serviço é oferecido para transportadores rodoviários e clientes com grandes volumes de cargas e apresenta duas vantagens grandes vantagens. A primeira é a economia de pedágios rodoviários. Esse, que hoje já é um dos principais custos dos caminhoneiros juntamente com o combustível, é economizado no percurso na ferrovia. A outra vantagem é o alto grau de segurança, pois este sistema impede o roubo de equipamentos, preservando da carga.

Serviços em Desenvolvimento

Atualmente a MRS não possui nenhum serviço em desenvolvimento.

Fornecedores

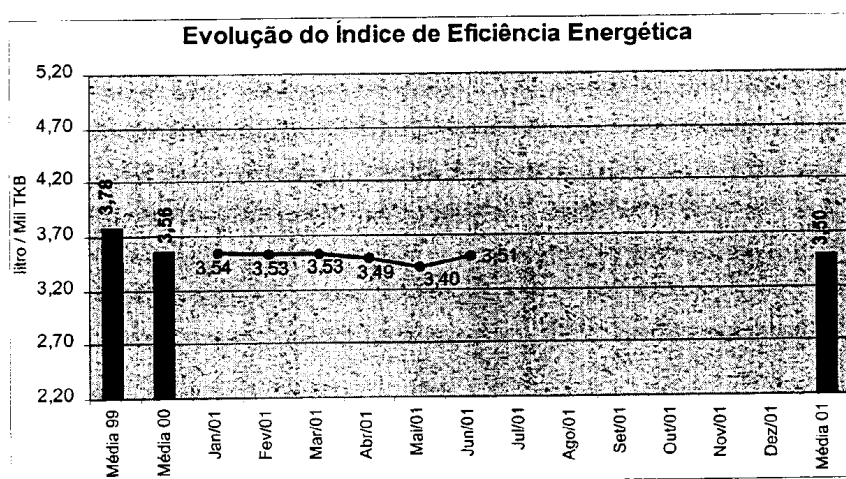
Os principais itens de fornecimento de que necessita a MRS são (i) peças para locomotivas e vagões; e (ii) combustível. Esses dois itens representavam, respectivamente, 20% e 52% das compras da Companhia em 30 de setembro de 2001.

A MRS possui diversos fornecedores de peças para locomotivas e vagões. O principal fornecedor de materiais para vagões é a Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários Ltda., que responde por 16,2% do total das compras da Companhia, sendo que 10% correspondem à aquisição de vagões. Os demais fornecedores de peças não são representativos quando considerados separadamente.

⁴ Vagão plataforma é aquele que só possui a base.

O principal fornecedor de combustível da MRS é a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (“Ipiranga”), com quem a MRS tem contrato de exclusividade para compra de combustíveis.

Como o combustível é o item de maior peso nos custos da MRS, a Companhia tem realizado inúmeros esforços para reduzir os seus gastos com este insumo. Para tanto, a MRS adquiriu, em setembro de 1998, um simulador de treinamento para maquinistas, a fim de aumentar a eficiência na condução das locomotivas, de forma a economizar óleo diesel. O custo do simulador foi de aproximadamente US\$ 2,5 milhões. Desde que a MRS passou a utilizar o simulador, foi possível reduzir o consumo de combustível dos trens em cerca de 10%. O gráfico a seguir demonstra a redução do consumo de combustível nos últimos três anos:



FONTE: MRS

Devido à relevância do fornecimento de combustíveis para a Companhia, descrevemos a seguir as principais características do contrato de fornecimento com a Ipiranga.

Contrato de Fornecimento

Em 9 de julho de 1998, MRS e a Ipiranga celebraram o Contrato de Fornecimento de Produtos e Outros Pactos, aditado em 30 de maio de 2001 (“Contrato de Fornecimento”), com prazo de duração até 30 de setembro de 2006.

O Contrato de Fornecimento tem por objeto o fornecimento, com exclusividade pela Ipiranga, de produtos combustíveis (“Combustíveis”) e do lubrificante

ISAMOTIVO EM 82 (“Lubrificante”) para o consumo dos veículos e locomotivas da MRS. A Companhia, por outro lado, assumiu o compromisso de consumir quantidades mínimas anuais de Combustíveis e do Lubrificante.

Adicionalmente, a Ipiranga também se comprometeu a (i) adequar as instalações para abastecimento da MRS situados ao longo da Malha Sudeste, existentes à época da assinatura do Contrato de Fornecimento; e (ii) construir e operar os postos de abastecimento situados em São Brás do Suaçu, em Minas Gerais, São José dos Campos, em São Paulo, e Itaguaí, no Rio de Janeiro.

O preço dos Combustíveis é obtido pela soma de quatro itens: (i) preço pago pela Ipiranga ao fornecedor do Combustível; (ii) taxa de administração e margem bruta da Ipiranga; (iii) valor do frete de transferência e entrega do Combustível nos postos de abastecimento; e (iv) tributos (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, contribuições ao Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS).

O preço dos Combustíveis e do Lubrificante são reajustados sempre que houver aumento dos custos diretos dos insumos da Ipiranga, bem como quando houver reajuste nos preços ou alterações da sistemática de abastecimento de combustíveis de qualquer natureza, inclusive em virtude de variações tributárias. Na medida em que alguns insumos que compõem o Lubrificante são adquiridos de fornecedores estrangeiros, o seu preço também é reajustado se for o caso, mensalmente, de acordo com a composição de custos do lubrificante.

Os investimentos realizados pela Ipiranga em benfeitorias nos postos de abastecimento também serão reembolsados pela MRS durante a vigência do Contrato de Fornecimento, através de pagamentos mensais, atualizados pelo IGP-M/FGV, acrescidos de juros de aproximadamente 6,7% ao ano. Em 30 de setembro de 2001, o saldo devedor a ser reembolsado pela MRS era de R\$ 3 milhões.

Clientes

Os clientes da MRS em função do grau de dependência do transporte ferroviário, são classificados em dois tipos: cativos e não cativos.

Os clientes cativos são as empresas que não possuem outra alternativa de transporte para determinadas cargas, além da MRS, bem como empresas cuja alternativa existente de transporte é tão mais onerosa do que o transporte ferroviário que não seria

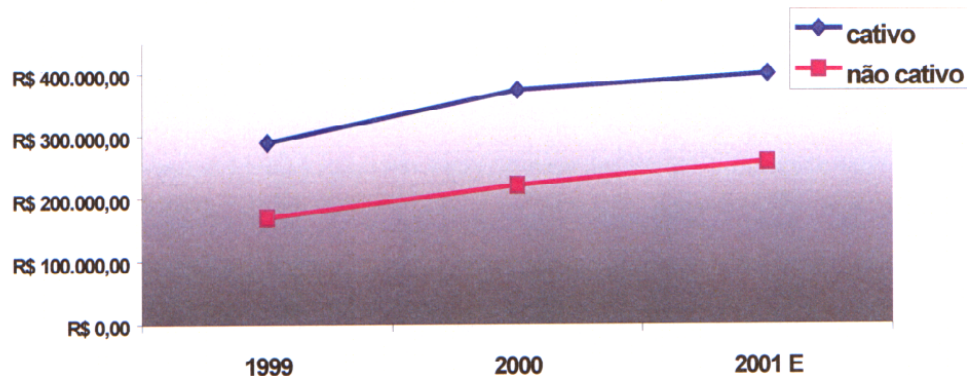
financeiramente viável utilizar essa alternativa (ex.: transportar minério em caminhão em longas distâncias). Os clientes cativos da MRS são: MBR e Ferteco, no transporte de minério de ferro para exportação, e CSN, no transporte de minério de ferro, carvão e coque. Esses três clientes responderam, até 30 de setembro de 2001, por 68,6% da produção em TKU's da MRS. Esses clientes estão descritos no capítulo "Atividades da MRS – Acionistas Controladores".

Os clientes não cativos são todos aqueles que possuem alternativa de transporte além da MRS. Os produtos transportados por esses clientes são as cargas gerais (veja o capítulo "Atividades da MRS – Mercado de Atuação"). Até 30 de setembro de 2001, os clientes não cativos responderam por 22,28% da produção em TKU's da MRS.

A tabela abaixo mostra os principais clientes não cativos da MRS, bem como os produtos transportados e a respectiva participação na receita:

Cliente	Produto	Participação na Receita de 1º de janeiro até 30 de junho Setembro de 2001 (em porcentagem)
COSIPA	Minério	20,5%
USIMINAS	Prod. Siderúrgico	14,5%
CIMENTO TUPI	Cimento	5,6%
CSN	Prod. Siderúrgico	5,6%
Total		100%

A MRS está buscando reduzir a diferença de receita entre clientes cativos e não cativos. Em 1997, no primeiro ano da privatização, os clientes cativos representavam 67% da receita total da Companhia. Até 30 de setembro de 2001, esse percentual era 61%. Os clientes não cativos transportam produtos com grande potencial de expansão de transporte ferroviário e com rentabilidade maior do que o transporte de minério de ferro (veja o capítulo "Atividades da MRS – Negócios da MRS – Estratégia"). O gráfico abaixo mostra a evolução da receita dos clientes cativos e não cativos nos últimos 5 anos até 30 de setembro de 2001.



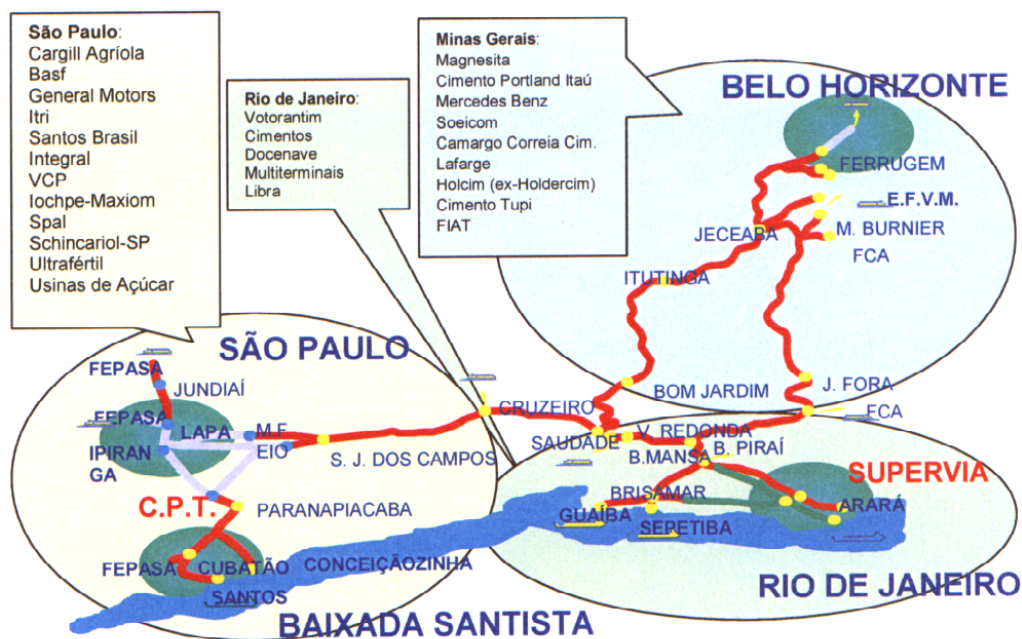
FONTE: MRS

Outra classificação de clientes da MRS pode ser definida por setor de atuação: clientes do setor de mineração e siderurgia, construção civil, produtos agrícolas e carga geral.

Em vista de sua posição geográfica, a MRS é grande transportadora de minério de ferro, carvão, coque, bauxita e produtos siderúrgicos. O mapa abaixo mostra quem são os clientes de mineração e siderurgia da MRS e a sua distribuição por estados.



Os demais clientes atuam nos mais diversos segmentos agrícolas, industriais e de carga geral, destacando-se: soja e farelo de soja, adubos e fertilizantes, pneus, cimento, peças automotivas, eletroeletrônicos, produtos químicos, etc.. O mapa abaixo mostra quem são os clientes de cargas gerais da MRS e a sua distribuição por estados.



A MRS busca crescer no transporte de cargas gerais. Para tanto, tem buscado recuperar a confiança das empresas no transporte ferroviário. Em consequência da falta de investimentos antes da privatização, o transporte ferroviário perdeu muita credibilidade junto às empresas. Fatores como segurança e pontualidade são fundamentais para se alcançar credibilidade.

A MRS está investindo vultosos recursos desde a época da privatização para aumentar a eficiência do transporte ferroviário na Malha Sudeste e assim recuperar a

credibilidade da ferrovia junto às empresas. Investimentos em material rodante, via permanente e treinamento têm sido feitos com esse fim (veja o capítulo “Atividades da MRS – Negócios da MRS – Investimentos”).

A captação de clientes para o transporte ferroviário tem suas peculiaridades. Como o volume de cargas transportadas é muito alto e ocorrem alterações relevantes na logística do cliente, a migração de uma empresa do transporte rodoviário (principal concorrente da ferrovia) para o transporte ferroviário envolve normalmente um grande projeto.

Tarifas

O contrato de concessão dispõe sobre as tarifas que podem ser cobradas pela MRS. O valor da tarifa é fixado pela MRS de acordo com o seu interesse comercial, respeitados os limites máximos estabelecidos pelo Poder Concedente através de portaria do Ministério dos Transportes. De acordo com o Contrato de Concessão, o limite mínimo das tarifas cobradas pela MRS não pode ser inferior aos seus custos variáveis a longo prazo (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”).

Para os clientes cativos, foi desenvolvido um modelo especial de tarifa. O modelo tem como objetivo evitar favorecimentos entre os clientes cativos da MRS, inclusive porque eles também são acionistas controladores da MRS e concorrem entre si, além de assegurar estabilidade financeira para a MRS. As premissas utilizadas para desenvolver o modelo foram: (i) neutralidade entre os acionistas controladores da MRS que são concorrentes entre si; e (ii) separação dos papéis de acionista controlador e cliente.

Para tanto, buscou-se alocar nos clientes cativos os custos totais de operação da MRS, proporcionalmente a utilização da malha por cada um deles. Assim, foi feita uma projeção do custo do transporte, mediu-se a rentabilidade de cada linha, determinando-se o pagamento justo para o transporte em cada fluxo. Esse modelo foi apresentado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A tarifa dos clientes não cativos é fixada caso a caso, respeitando-se os limites impostos pelo Contrato de Concessão e utilizando-se os valores do mercado competitivo

e do modelo tarifário como referências. O valor varia em função do tipo de carga, tempo de embarque e desembarque, distância do percurso, etc.

No período de janeiro a setembro de 2001, a tarifa média cobrada pela MRS foi de R\$ 9,7 por tonelada.

Inadimplência

A inadimplência da MRS, definida como atrasos de pagamento acima de 90 dias, é praticamente nula, situando-se em torno de 0,5% sobre o faturamento bruto.

Dependência de Mercados

Os negócios da MRS dependem da performance do mercado de minério de ferro e de siderurgia, pois estes representam a maior parte da sua produção. De janeiro a setembro de 2001, por exemplo, esses produtos representaram 81,7% do transporte efetuado pela MRS.

De acordo com estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, o Brasil possui cerca de 6,5% das reservas mundiais de minério de ferro (19,2 bilhões de toneladas), estando em 6º lugar dentre os países detentores de maiores volumes deste minério. No Brasil, o estado de Minas Gerais possui 72,2% dessas reservas.

O setor de mineração tem apresentado grande crescimento nos últimos anos, principalmente através da indústria extrativista mineral e da indústria de transformação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, essas indústrias tiveram uma expansão, respectivamente, de 11,48% e de 5,74% em 2000 em relação a 1999. A contribuição da indústria extrativista mineral para a evolução do Produto Interno Bruto - PIB pode ser observada no gráfico a seguir.

Em 2000, as estatísticas do DNPM apontaram a produção de 210 milhões de toneladas de minério de ferro no Brasil, o que representou um crescimento de 8,2% em comparação ao ano anterior. Oito empresas foram responsáveis por 96% da produção, dentre as quais se destacaram Minerações Brasileiras Reunidas (“MBR”), Ferteco Mineração S.A. (“Ferteco”) e Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”).

As exportações de minério de ferro também apresentaram expansão, de acordo com relatório do DNPM, atingindo 158,8 milhões de toneladas em 2000, contra 140,6 milhões de toneladas em 1999. A Ferteco e a MBR exportaram, respectivamente, 22,7

e 20,2 milhões de toneladas em 2000. A MRS transportou praticamente todo o minério de ferro exportado por essas empresas nesse período.

O setor siderúrgico também apresentou importante expansão, principalmente na produção de aço bruto, laminados, semi-acabados para vendas, ferro-gusa e ferro-esponja. De acordo com Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais ("ABM"), esse produtos tiveram uma expansão de, respectivamente, 6,3%, 7,1%, 12,2%, 10,2% e 23,8%, com base na produção do mês de janeiro de 2000 e de 1999.

Grande parte da produção siderúrgica do Brasil concentra-se na Região Sudeste, principalmente em Minas Gerais, onde estão localizadas as siderúrgicas da Usiminas e Açominas; no Rio de Janeiro, com a CSN; e em São Paulo, com a Cosipa. A tabela abaixo destaca a concentração da produção siderúrgica brasileira na Região Sudeste em janeiro de 2001.

ESTADO	FERRO-GUSA		AÇO BRUTO		LAMINADOS E SEMI-ACABADOS PARA VENDAS	
	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%
MINAS GERAIS	1.365,7	54,6	953,6	39,8	802,8	37,8
RIO DE JANEIRO	389,1	15,6	534,2	22,3	477,2	22,5
SÃO PAULO	313,1	12,5	321,9	13,4	279,4	13,2
ESPÍRITO SANTO	431,4	17,3	445,8	18,6	420,9	19,8
OUTROS	-	-	138,6	5,8	141,6	6,7
TOTAL	2.499,3	100,0	2.394,1	100,0	2.121,9	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS

A produção nacional de aço aumentou 11% no ano 2000 comparado com 1999, enquanto a produção mundial aumentou apenas 7,1%, no mesmo período. Contribuíram de forma decisiva para tanto as companhias CSN, Usiminas e Cosipa, com produção de 4,8, 4,4 e 2,7 milhões de toneladas respectivamente. A tabela a seguir demonstra a evolução da produção de aço bruto pelas companhias brasileiras no ano de 2000, em relação a 1999.

EMPRESA	PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO POR EMPRESA		
	janeiro/dezembro de 2000	janeiro/dezembro de 1999	%
	(em 1000 toneladas)		
ACESITA	856,5	785,9	9,0
AÇOMINAS	2.620,1	2.354,9	11,3
AÇO VILLARES	660,2	632,0	4,5
BARRA MANSA	392,9	389,7	0,8
BELGO-MINEIRA	2.571,1	2.266,7	13,4
CBAÇO	7,7	39,9	(80,7)
COSIPA	2.745,9	2.593,3	5,9
CSN	4.781,5	4.851,7	(1,4)

CST	4.751,6	4.413,9	7,7
GERDAU	3.383,2	3.258,0	3,8
MAFERSA	24,5	31,7	(22,7)
MANNESMAN	518,7	364,8	42,2
USIMINAS	4.437,7	2.980,0	48,9
TOTAL	27.751,6	24.996,2	11,0

fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS

O Brasil também se destaca como maior produtor de aço bruto da América Latina. De janeiro a maio de 2001, o Brasil produziu 11,7 milhões de toneladas de aço, enquanto o México e Argentina como segundo e terceiro maiores produtores respectivamente, produziram apenas 5,7 milhões toneladas e 1,8 milhão de toneladas no mesmo período. A tabela a seguir demonstra a evolução da produção de aço bruto na América Latina, de janeiro a maio de 2001, comparado ao mesmo período em 2000.

PAÍSES	janeiro/maio de 2001	janeiro/maio de 2000	%
	(em 1000 toneladas)		
BRASIL	11.706	11.299	3,6
MÉXICO	5.669	6.834	(17,0)
ARGENTINA	1.816	1.746	4,0
VENEZUELA	1.467	1.537	(4,6)
CHILE	571	602	(5,1)
PERU	328	326	0,6
TRINIDAD-TOBAGO	312	288	8,3
COLÔMBIA	276	269	2,6
CUBA	123	142	(13,4)
AMÉRICA CENTRAL	95	89	6,7
PARGUAI	21	28	(25,0)
EQUADOR	24	25	(4,0)
URUGUAI	12	18	(33,3)
TOTAL	22.420	23.203	(3,4)

fonte: Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais - ABM

Além disso, segundo informações da ABM, no período de 1994 a 2000, o setor siderúrgico brasileiro recebeu importantes investimentos, no valor total de US\$ 10 bilhões. Os investimentos visaram ao melhor atendimento dos clientes e ao aumento da competitividade, através da atualização tecnológica do parque produtor, melhoria na qualidade do aço e redução dos custos de produção.

Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária

Edital nº PND/A-05/96/RFFSA

O Edital nº PND/A-05/96/RFFSA (“Edital”) foi o instrumento através do qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização criado pelo Governo, definiu as principais regras do leilão desestatização do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste (“Concessão”).

O Edital estabeleceu que a Concessão seria outorgada mediante a assinatura de três instrumentos: (i) Contrato de Concessão, através do qual são descritas as regras para a prestação do serviço concedido; (ii) Contrato de Arrendamento com a RFFSA, através do qual esta arrenda à MRS todos os bens operacionais necessários à execução do objeto da Concessão; e (iii) Contrato de Compra e Venda de Bens de Pequeno Valor, celebrado entre RFFSA e MRS, para venda em definitivo de bens de pequeno valor.

Do preço fixado para o leilão (R\$ 888, 9 milhões), 5% correspondiam ao preço da Concessão e 95% correspondiam ao arrendamento e venda de bens de pequeno valor. Esse preço deve ser pago em 117 parcelas, sendo que a primeira, no valor de R\$ 266,7 milhões foi paga no ato de liquidação financeira do leilão e as 116 parcelas restantes são pagas trimestralmente, após um ano de carência, contado da data de pagamento da primeira parcela. As parcelas sofrem correção anual pela variação do índice IGP-DI/FGV.

Em função do Edital, os acionistas controladores se obrigaram, entre outras, a:

- i) transformar a MRS em uma companhia aberta e obter seu registro para negociação em Bolsa de Valores, no prazo de até 2 anos contados da assinatura do Contrato de Concessão;
- ii) manter o controle acionário da Companhia, de modo que nenhum acionista detenha, direta ou indiretamente, mais de 20% da totalidade das ações representativas do capital social votante da MRS, ao longo do prazo da Concessão;
- iii) formalizar Acordo de Acionistas dispondo sobre a obrigação descrita no item anterior;
- iv) criar capital autorizado de valor mínimo não inferior ao valor da primeira parcela do lance vendedor do leilão; e

- v) assumir os contratos de trabalho dos empregados da RFFSA, assegurando-lhes todos os direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Com relação à responsabilidade por passivos existentes na data de início da Concessão, o Edital dispõe que todos os passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do Contrato de Concessão, são de responsabilidade da RFFSA. Caso a MRS seja cobrada ou demandada judicialmente a cumprir obrigação que seja de responsabilidade da RFFSA, a Companhia deve, obrigatoriamente, denunciar a lide à RFFSA ou, não sendo isto possível, notificar a RFFSA, por escrito.

Legislação

As principais normas a que a MRS está sujeita são as seguintes:

- i) Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- ii) Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos;
- iii) Decreto nº 2.681, de 7 de dezembro de 1912, que trata da responsabilidade civil dos operadores ferroviários;
- iv) Decreto-Lei nº 1.571, de 31 de agosto de 1977, que trata de depreciação acelerada de vagões, terminais, ramais e desvios ferroviários;
- v) Lei nº 7.810, de 30 de agosto de 1989, que trata da redução de imposto de importação e imposto sobre produtos industrializados de equipamentos ferroviário nas condições que menciona;
- vi) Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996, que regulamenta os transportes ferroviários, tratando também da responsabilidade civil dos operadores ferroviários; e
- vii) Decreto nº 1.945, de 1º de julho de 1997, que institui a Comissão Federal de Transportes Ferroviários – COFER.

Lei de Concessões

A MRS é uma sociedade concessionária do serviço público de transporte ferroviário de cargas. Nesse sentido a Administração Pública pode influir nos seus negócios na condição de poder concedente (“Poder Concedente”).

Sendo o Poder Concedente uma das partes da relação contratual decorrente da concessão, não pode prevalecer sobre o contrato a mesma autonomia aplicável aos contratos firmados entre particulares. Isso porque os contratos celebrados por órgãos ou entes estatais direcionam-se ao atendimento do interesse público e este prepondera sobre os interesses privados.

A preponderância e defesa do interesse público levam à atribuição de prerrogativas ao Poder Concedente. Assim, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para contratos da Administração Pública, pode o Poder Concedente: (i) modificar os contratos, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; (ii) rescindir, unilateralmente, seus contratos; (iii) fiscalizar a execução dos contratos; (iv) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato; e (v) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, para a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Na hipótese de modificação unilateral do contrato pelo Poder Concedente, estabelece o artigo 65 da Lei nº 8.666/93 que os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (i) quando houver modificação do projeto ou das especificações desse para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e (ii) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

No caso de modificações do projeto ou das suas especificações para melhor adequação técnica dos objetivos do contrato, estabelece o artigo 58, § 2º, da Lei 8.666/93 que as cláusulas econômico-financeiras do contrato devem ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual entre a Administração Pública e o contratado. Por outro lado, na hipótese de acréscimo ou decréscimo do valor contratual por alteração quantitativa, este pode ser alterado à razão de até 25%, mantidas as mesmas condições contratuais anteriores.

Além das modificações contratuais impostas unilateralmente pelo Poder Concedente, este ainda pode intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação

na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante sua gestão (artigos 32 e 33 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

De acordo com a Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos, a Administração pode extinguir a concessão através de encampação ou de rescisão por declaração de caducidade do contrato. Extinta a concessão, há imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente, retomando a este todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário.

Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei que dê autorização específica, após aviso prévio e pagamento de indenização. A indenização é realizada com o pagamento das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar, a critério do Poder Concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação de sanções contratuais. A caducidade, que corresponde à rescisão unilateral do contrato, pode ser declarada quando: (i) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente; (ii) quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior; (iii) a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço; (iv) a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto; (v) a concessionária não cumprir as penalidades dentro dos prazos; (vi) a concessionária não atender intimação do Poder Concedente para regularizar o serviço; e (vii) a concessionária for condenada com sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Órgão Regulador

O setor ferroviário é regulado pelo Ministério dos Transportes e, em especial, pela COFER.

Compete ao Ministério dos Transportes dispor sobre normas de segurança a serem observadas no setor ferroviário, bem como aprovar regulamentos das empresas

do setor relativos aos direitos e deveres dos usuários, em especial no que diz respeito à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Decreto nº 1.832/96.

Para a fiscalização do cumprimento das normas do setor ferroviário, o Ministério dos Transportes poderá exigir: (i) relatórios periódicos sobre as atividades da Emissora; (ii) implantação de plano uniforme de contas; (iii) informações gerenciais; e (iv) manutenção do serviço adequado objeto da concessão.

A COFER é órgão colegiado com jurisdição sobre todo o sistema ferroviário nacional com as seguintes competências: (i) decidir, em grau de recurso, no que respeita à aplicação de penalidades, as controvérsias que surgirem entre a União e os concessionários, os concessionários e os usuários, e os concessionários entre si; (ii) manifestar-se quanto às modificações societárias que venham a ocorrer nas empresas concessionárias e que possam comprometer a relação contratual, ou, ainda, ensejar o estabelecimento de qualquer tipo de monopólio ou prática de abuso econômico; (iii) opinar, quando solicitada, sobre propostas de expansão ou de supressão de serviços ferroviários, atenta às necessidades emergentes da satisfação do interesse público objetivado na concessão; (iv) opinar, quando solicitada, sobre matérias pertinentes à modalidade ferroviária, relacionadas direta ou indiretamente aos contratos de concessão, especialmente em relação a normas gerais que disponham sobre níveis de qualidade e segurança dos serviços prestados; e (v) acompanhar e avaliar o desempenho de concessionários e o disciplinamento das relações operacionais entre concessionários e entre estes e usuários.

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi criada em junho de 2001 e deverá iniciar seu funcionamento ao longo do 1º semestre de 2002. Sua entrada em operação levará à extinção do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem (DNER), da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) e da Comissão Federal de Transportes Ferroviários (Cofer). Atualmente sua entrada em operação está pendente de um Decreto do Poder Executivo regulamentando detalhes do funcionamento da agência e eleição de seus principais dirigentes.

Além de cuidar das concessões ao setor privado de transportes terrestres, caberá à nova agência conciliar eventuais conflitos entre as empresas prestadores de serviços, usuários e o Estado. Um dos objetivos diferenciais da nova agência é a constituição de um corpo dirigente definido, visando garantir maior estabilidade nas relações entre o

Governo e a iniciativa privada, além de dar continuidade aos planos traçados para o setor, tornando-o menos vulnerável a quaisquer mudanças políticas.

Aspectos Gerais da Regulamentação do Setor

O Decreto nº 1.832/96 disciplina, principalmente: (i) relações (a) entre a União e as operadoras ferroviárias; (b) entre estas e outras empresas que explorem comercialmente ferrovias; (c) entre as operadoras ferroviárias e seus respectivos usuários; e (ii) questões gerais relativas à segurança nos serviços ferroviários.

A construção de ferrovias e a operação ou exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário poderão ser realizadas pelo Poder Público ou por empresas privadas, estas mediante concessão da União.

A desativação de trechos do subsistema ferroviário nacional comprovadamente antieconômicos, uma vez verificado o atendimento da demanda por outra modalidade de transporte, depende de autorização do poder executivo federal.

A MRS não pode impedir a travessia de suas linhas por outras vias, tubulações, redes de transmissão elétrica, telefônica e similares, anterior ou posteriormente estabelecidas, obedecidas as exigências técnicas e legais pertinentes. Caso a MRS instale via posterior a obra existente, fica a mesma obrigada a assumir todos os encargos decorrentes da construção e manutenção das obras e instalações necessárias ao cruzamento, bem como pela segurança da circulação no local.

A MRS está obrigada a garantir o tráfego mútuo e, no caso de sua impossibilidade, permitir a passagem de outros operadores ferroviários por suas linhas.

A MRS deve manter a via permanente, o material rodante, os equipamentos e as instalações em adequadas condições de operação e de segurança e estar aparelhada para atuar em situações de emergência, decorrentes da prestação do serviço de transporte ferroviário.

O preço dos serviços de transporte de carga poderá ser negociado diretamente com os usuários, respeitados os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela União, à exceção do caso de transporte de cargas de características excepcionais, no qual tarifas e taxas especiais poderão ser negociadas entre a MRS e usuário (há também a possibilidade de tarifa diferenciada a usuário com elevado grau de dependência do transporte ferroviário). As tarifas de referência serão reajustadas, com

base na variação do IGP-DI/FGV, sempre que houver alteração do poder aquisitivo da moeda que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. As referidas tarifas poderão ainda, com a mesma finalidade, ser revistas pela União a cada cinco anos, por determinação desta, ou a qualquer tempo, por solicitação da MRS.

Operações acessórias ao transporte, tais como carregamento e descarregamento, serão cobradas mediante preço acertado entre a MRS e o usuário.

Normas de Segurança

A MRS deve adotar medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativa destinadas a: (i) preservar o patrimônio da empresa; (ii) garantir a regularidade e normalidade do tráfego; (iii) garantir a integridade das mercadorias que lhe forem confiadas; (iv) prevenir acidentes; (v) garantir a manutenção da ordem em suas dependências; e (vi) garantir o cumprimento dos direitos e deveres do usuário.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil da emissora é regulada, principalmente pelos Decretos nº 2.681/12 e 1.832/96. A MRS é responsável por todo o transporte de carga e operações acessórias e pela qualidade dos serviços prestados aos usuários, bem como pelos compromissos que assumir no tráfego mútuo, multimodal e nos ajustes com os usuários.

A responsabilidade da MRS começa com o recebimento da mercadoria e cessa com a entrega da mesma, sem ressalvas, ao destinatário. A responsabilidade fica limitada ao valor declarado pelo expedidor, obrigatoriamente constante do conhecimento de transporte e, havendo culpa recíproca entre a MRS e o usuário, a responsabilidade será proporcionalmente partilhada.

De acordo com o Decreto 1.832/96, a responsabilidade da MRS pelo que ocorrer de anormal nas operações a seu cargo, é elidida diante de (i) vício intrínseco ou causas inerentes à natureza do que foi confiado para transporte; (ii) morte ou lesão de animais, em consequência do risco natural do transporte dessa natureza; (iii) falta de acondicionamento ou vício não aparente, ou procedimento doloso no acondicionamento do produto; (iv) dano decorrente das operações de carga, descarga ou baldeação efetuadas sob a responsabilidade do expedidor, do destinatário ou de seus representantes; e (v) carga que tenha sido acondicionada em contêiner ou vagão

lacrados e, após o transporte, o vagão ou contêiner tenham chegado íntegros e com o lacre inviolado.

A indenização pela MRS, nos casos de perda ou furto, será equivalente ao preço corrente da mercadoria no tempo e no lugar em que devia ter sido entregue; no caso de avaria, será proporcional à depreciação por ela sofrida. Devem ser deduzidas as despesas que deixaram de ser feitas pelo fato da perda da mercadoria.

A despeito das responsabilidades atribuídas à MRS, é possível a contratação de transporte com cláusula de não garantia de mercadoria e a determinação prévia do máximo de indenização a pagar. A contratação em tais termos, todavia, deve ser opção do usuário e deve corresponder a abatimento na tarifa, sob pena de nulidade.

As estradas de ferro respondem também por todos os danos que a exploração de suas linhas causar aos proprietários marginais, exceto se o dano decorrer de infração do próprio proprietário.

Benefícios e Incentivos Fiscais

A Lei nº 7.810, de 30 de agosto de 1989, concede redução de 80% sobre o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidentes sobre equipamentos, máquinas, veículos, aparelhos e instrumentos, e seus respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, importados pela MRS, desde que sem similar nacional e destinados a emprego exclusivo na execução do serviço de transporte ferroviário.

A MRS, conforme o Decreto-Lei nº 1.571, de 31 de agosto de 1977, ao adquirir vagões ferroviários de fabricação nacional, construir terminais, ramais ou desvios ferroviários, poderá proceder à depreciação acelerada desses bens para fins de apuração no lucro tributável, mediante aprovação do Ministério dos Transportes e sob a condição do uso efetivo dos bens por no mínimo cinco anos.

Regulamentação Ambiental

Dado o transporte de produtos perigosos e o exercício de atividades potencialmente poluidoras e modificadoras do ambiente, a MRS deve observar as regras impostas pelas seguintes normas:

- i) Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho

de 1989, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente e atribui sanções aos poluidores do meio ambiente;

- ii) Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“Conama”), que prevê a elaboração de Relatório de Impacto Ambiental (“RIMA”);
- iii) Decreto nº 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, que aprova o regulamento do transporte ferroviário de produtos perigosos;
- iv) Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, que dispõe sobre licenciamento e penalidades impostas a danos contra o meio ambiente;
- v) Portaria do Ministério dos Transportes nº 204, de 20 de maio de 1997, que estabelece normas técnicas para o transporte ferroviário de produtos perigosos;
- vi) Portaria Normativa nº 113, de 25 de setembro de 1997, do IBAMA, que obriga ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- vii) Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que exige o licenciamento prévio para localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades capazes de causar degradação ambiental; e
- viii) Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Estudos e Licenças Ambientais

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento que desempenhe atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de (i) prévio licenciamento em órgão estadual competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e no IBAMA; e (ii) registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Todos os custos incorridos pelo órgão responsável pela emissão das respectivas licenças deverão ser ressarcidos pela empresa interessada ao órgão ambiental competente. As atividades modificadoras do meio ambiente dependem ainda de elaboração de RIMA, a ser feito por pessoal técnico habilitado, às custas do interessado.

Transporte de Produtos Perigosos

Os Decretos nº 98.973/90 e nº 1.797/96 e a Portaria nº 204/97, do Ministério dos Transportes, disciplinam o transporte ferroviário de produtos perigosos.

A MRS, para o transporte deste tipo de carga, deve se adequar a normas técnicas brasileiras e, na ausência dessas, a normas internacionalmente aceitas, visando à prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente.

Cabe à MRS, dentre outros deveres, (i) treinar, sistematicamente, todo seu pessoal envolvido com manuseio, transporte, atendimento a emergências e vigilância de produtos perigosos e (ii) utilizar apenas veículos e equipamentos em boas condições operacionais e adequados ao uso a que se destinam.

O carregamento e descarregamento de produtos perigosos, via de regra, é de responsabilidade do expedidor e do destinatário, respectivamente. Tais operações podem, contudo, ser de responsabilidade da MRS, se assim acordado.

Infrações e Penalidades

A Lei nº 9.605/98 trata, dentre outros assuntos, das penalidades aplicáveis às hipóteses de danos ao meio ambiente.

O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará o transgressor a:

- i) multa simples ou diária;
- ii) perda ou restrição dos incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público;
- iii) perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e

iv) suspensão de sua atividade.

Além das penalidades previstas acima, o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar e a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Por fim, quaisquer atividades da MRS que provoquem algum tipo de dano ambiental, também sujeitarão os responsáveis às sanções penais dispostas na Lei nº 6.938/81, modificada pela Lei nº 7.804/89.

Marcas e Patentes

Está atualmente em fase de recurso, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), o registro da seguinte marca:



Em 1996, a CSN requereu ao INPI o registro da marca mista “Logística S.A. Malha da Região Sudeste – MRS” (“Marca”). O requerimento foi indeferido pelo INPI por duas razões: (i) a categoria na qual a Marca seria registrada (serviços relacionados ao transporte de carga) não se adequaria ao objeto social da CSN; e (ii) o termo “Logística” já havia sido registrado por outra empresa anteriormente.

Para adequação do registro, a CSN cedeu os direitos sobre o pedido de registro da Marca à MRS. A Companhia, por sua vez, modificou a Marca a ser registrada conforme a ilustração acima e interpôs recurso contra a decisão do INPI. No recurso, a MRS alega que o uso do termo “Logística” não é exclusivo da empresa que a registrou e, ainda, que a marca da MRS é inconfundível com a marca já registrada. Atualmente, existem várias empresas que tem o termo “Logística” registrado como parte de sua marca. A Companhia, no momento, aguarda manifestação do INPI.

Em 30 de setembro de 2001, a Companhia não detinha nenhum registro de patente ou era parte em qualquer contrato de licenciamento.

Meio Ambiente

Licenças

De acordo com a regulamentação ambiental, as atividades da MRS estão sujeitas ao licenciamento ambiental (veja o capítulo “Atividades da MRS – Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária – Regulamentação Ambiental”). Até a privatização da Malha Sudeste, a RFFSA não observava as regras sobre controle e licenciamento de suas atividades.

Por ocasião da Concessão, a MRS herdou da RFFSA três grandes passivos ambientais na Malha Sudeste: (i) armazenagem e descarte inadequados de materiais perigosos, tais como diesel, lubrificantes e produtos químicos utilizados na limpeza de vagões; (ii) poluição causada por emissões, derramamentos e vazamentos de diesel, levando a poluição do solo e da água; e (iii) recuperação de áreas degradadas ao longo da ferrovia, conforme compromisso assumido com a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais - FEAM. Em 30 de setembro de 2001, esse passivo ambiental somava aproximadamente R\$ 39 milhões.

Desde o início de suas operações, a MRS tem investido recursos e desenvolvido diversas ações para reverter seu passivo ambiental. Entre essas ações, destacam-se: (i) construção de estabelecimentos para o tratamento de óleo depositado em afluentes; (ii) recuperação do solo contaminado por derramamento de óleo e graxa nos postos de manutenção e abastecimento; (iii) realização de obras de reabilitação de áreas degradadas e reconstituição da vegetação de taludes⁵; e (iv) controle da eliminação de resíduos poluentes nas oficinas, a fim de evitar impactos ambientais pela incorreta disposição desses resíduos.

Com relação ao licenciamento ambiental, antes da privatização, a RFFSA tinha licenciado apenas o trecho norte da Ferrovia do Aço. Em 30 de setembro de 2001, a MRS já tinha licenciado toda a Ferrovia do Aço e alguns postos de manutenção e abastecimento.

Em 2001, a MRS iniciou o transporte de produtos perigosos na Malha Sudeste. A Companhia celebrou um acordo com a Basf S.A. (“BASF”) para transportar produtos químicos do porto de Santos até a sede da empresa no terminal de Guaratinguetá, São Paulo. Antes de assinar o acordo, MRS e Basf fizeram uma análise dos riscos inerentes

⁵ Pequenos vales cortados pela ferrovia.

a este tipo de transporte e, a partir daí, desenvolveram um plano de contingências para eventuais acidentes. De acordo com ofício da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, a MRS não precisa providenciar o licenciamento deste tipo de transporte no Estado de São Paulo.

A observância da legislação ambiental e o desenvolvimento de ações de combate à degradação ambiental é uma condição presente em diversos contratos da MRS, inclusive no Contrato de Concessão. O desrespeito dessa condição pode acarretar o vencimento antecipado desses contratos (veja o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes” e “Fatores de Risco – Licenciamento Ambiental”).

Até 30 de setembro de 2001, a MRS foi ré em apenas uma única ação proposta pelo Ministério Público em função de danos causados ao meio ambiente. A ação teve origem em denúncia anônima de que haveria poluição de um rio pelo derramamento de óleo da oficina da MRS situada em Conselheiro Lafaiete. No entanto, a queixa foi arquivada após a MRS comprovar que a referida oficina possuía sistema de tratamento de afluentes e que não foi responsável pelo derramamento.

Contratos Relevantes

Os contratos relevantes da MRS são: (i) Contrato de Concessão; (ii) Contrato de Arrendamento com a RFFSA; (iii) diversos Contratos Operacionais que têm por objeto operações de arrendamento de bens, fornecimento de matérias-primas e exploração de atividades acessórias à Concessão; e (iv) diversos Contratos de Financiamento. Com exceção do Contrato de Fornecimento de Produtos e Outros Pactos, que está descrito no item “Fornecedores” do Capítulo “Atividades da MRS”, os demais contratos têm seus principais aspectos abordados a seguir.

Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão celebrado entre a MRS e a União (“Poder Concedente”), por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de novembro de 1996, tem por objeto a concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Sudeste, outorgada nos termos do Decreto Presidencial de 27 de setembro de 1996 (“Concessão”) (vide o mapa da Malha Sudeste objeto de Concessão no item “Mercado de Atuação” do capítulo “Atividades da MRS”). A Concessão tem o prazo de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

De acordo com o Contrato de Concessão, é vedada à MRS a realização de quaisquer outras atividades de natureza comercial que não estejam associadas à prestação do serviço público objeto da Concessão, salvo prévia autorização do Poder Concedente. Uma vez concedida a autorização, a atividade adicional autorizada deverá ser contabilizada em separado.

Preço da Concessão

Pela Concessão, a MRS deveria pagar ao Poder Concedente R\$ 44 milhões, equivalente a 5% do preço mínimo do leilão de privatização, fixado pela Resolução CND nº 3, de 22 de janeiro de 1996, do Conselho Nacional de Desestatização (veja o capítulo “Atividades da MRS - Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária – Edital nº PND/A-05/96/RFFSA”).

A MRS, no ato de liquidação financeira do leilão, pagou o equivalente a R\$ 13,3 milhões pela Concessão. O saldo não liquidado, capitalizado a uma taxa de 10% a.a. está sendo pago em 116 parcelas trimestrais no valor de R\$ 863,5 mil. As parcelas sofrem reajuste anual pela variação do IGP-DI/FGV. A periodicidade dessa correção monetária é objeto de discussão judicial (veja o capítulo “Pendências Administrativas e Judiciais – Atualização Monetária da Concessão e Arrendamento”). Em 30 de setembro de 2001, o saldo do preço da Concessão ainda devido pela MRS era de R\$75,19milhões.

Tarifas

No prazo da Concessão, a MRS tem o direito de cobrar tarifas pelo transporte ferroviário de carga (“Tarifa”). O valor da Tarifa é fixado pela MRS de acordo com o seu interesse comercial, respeitados os limites máximos estabelecidos pelo Poder Concedente através de portaria do Ministério dos Transportes. De acordo com o Contrato de Concessão, o limite mínimo das Tarifas cobradas pela MRS não pode ser inferior aos seus custos variáveis a longo prazo.

O Contrato de Concessão também prevê o direito de a MRS cobrar de seus usuários taxas adicionais para operações acessórias necessárias à prestação do serviço, tais como carga, descarga, transbordo, guarda de produtos e outras.

As Tarifas são reajustadas anualmente pela variação do IGP-DI/FGV, na data base de 8 de julho. Todos os reajustes de Tarifas devem ser homologados pelo Ministério dos Transportes, que tem levado certo tempo para fazer a homologação. O reajuste referente aos anos de 1999 e 2000 foi homologado apenas em 2 de fevereiro de

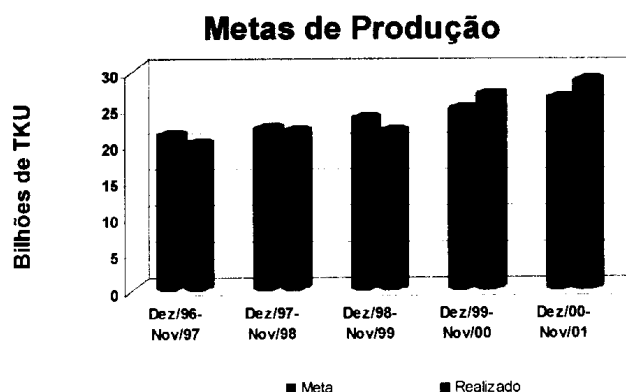
2001, através da Portaria nº 39, que autorizou a MRS a atualizar em 19,68% suas Tarifas. O reajuste não pode ser implantado antes de sua homologação.

Além do reajuste anual, as Tarifas também podem ser revistas pelo Poder Concedente, para mais ou para menos, caso ocorra alteração de mercado e/ou de custos, em caráter permanente, que modifique o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Essa revisão pode ser realizada (i) a qualquer tempo, mediante solicitação da MRS; ou (ii) a cada cinco anos, por determinação do Poder Concedente.

Metas

Visando à melhoria e à segurança na prestação do serviço público do transporte ferroviário de cargas, o Poder Concedente, através do Contrato de Concessão, estipulou metas a serem atingidas pela MRS.

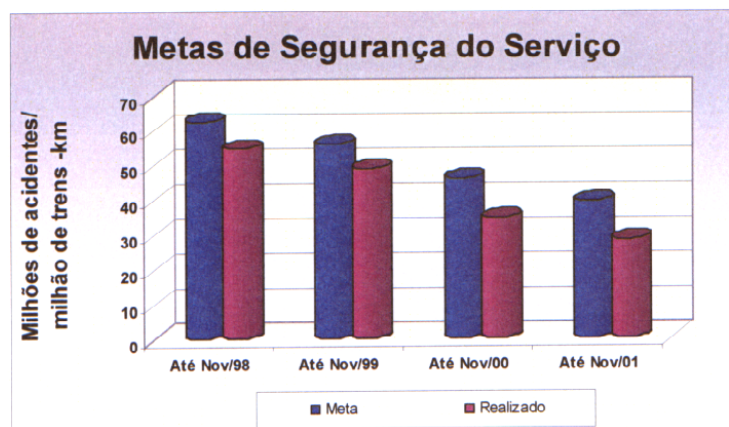
No que diz respeito à melhoria dos serviços prestados, são estabelecidas metas anuais de volume de carga (toneladas) transportada nas ferrovias da Malha Sudeste (“Metas de Produção”). Nos dois primeiros anos da Concessão, a Companhia não atingiu suas Metas de Produção, o que foi conseguido nos anos seguintes e superado no ano 2000, quando a MRS já havia alcançado as Metas de Produção para o ano de 2001. O gráfico a seguir demonstra comparativamente as Metas de Produção e a quantidade de TKUs efetivamente transportadas pela Companhia nos últimos quatro anos:



* Os valores para o Realizado de 2001, são valores projetados

Em relação à segurança dos serviços prestados, são estabelecidas metas anuais de redução do número de acidentes pelo produto de um milhão pelo número de trens e quilômetros percorridos (“Acidentes/Milhão de trens x Km”), a partir do índice de referência de 66 Acidentes/Milhão de trens x Km registrado na Malha Sudeste em 1995

(“Metas de Segurança”). O gráfico a seguir demonstra comparativamente as Metas de Segurança e o número de Acidentes/Milhão de trens x Km ocorridos na Malha Sudeste nos últimos cinco anos:



Fiscalização

A exploração do serviço concedido é acompanhada, fiscalizada e controlada pelo Poder Concedente, através do Ministério dos Transportes. No exercício dessa fiscalização, o Ministério dos Transportes elabora, semestralmente, dois relatórios que abordam, respectivamente, procedimentos (i) contábeis, financeiros e societários; e (ii) técnico-operacionais, adotados pela Companhia (“Relatórios”).

De acordo com a MRS, os resultados desses Relatórios têm sido muito positivos, refletindo a qualidade na prestação do serviço concedido. As principais recomendações feitas nos Relatórios referem-se ao estado de conservação da via permanente nos trechos da linha Raíz da Serra – Conceiçãozinha e Raíz da Serra - Santos na baixada santista. Desde 1999, a MRS investiu R\$ 4,2milhões para a recuperação do trecho, o que levou a reconhecimento dos esforços realizados nos últimos Relatórios.

Penalidades e Extinção da Concessão

Em caso de descumprimento de qualquer obrigação do Contrato de Concessão, o Pode Concedente poderá: (i) advertir a Companhia; (ii) aplicar multa no valor de 10 mil ou 30 mil vezes o valor da maior das Tarifas cobradas pela MRS; ou (iii) intervir na Concessão. O inadimplemento poderá ainda culminar na caducidade da Concessão ou na rescisão do Contrato de Concessão, hipóteses em que a Concessão será extinta.

De acordo com a legislação e o Contrato de Concessão, a Concessão também poderá ser extinta no caso de encampação dos serviços, isto é, o Poder Concedente poderá declarar extinta a Concessão por motivo de conveniência e oportunidade administrativa, sem que a MRS tenha dado causa para tanto. Nesse caso, deve haver uma lei autorizadora e o Poder Concedente deverá indenizar a MRS das perdas e lucros cessantes, antes mesmo da encampação. Além disso, a falência, a extinção da MRS ou a anulação da licitação também podem dar causa à extinção da Concessão.

Existe atualmente uma ação popular ajuizada contra a União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a RFFSA, a MRS e seus acionistas visando à anulação do processo de privatização da Malha Sudeste. A possibilidade de essa ação ser julgada procedente é mínima (veja o capítulo “Pendências Administrativas e Judiciais”).

Contrato de Arrendamento com a RFFSA

O Contrato de Arrendamento de Bens Vinculados à Concessão celebrado com a RFFSA, em 28 de novembro de 1996 (“Contrato de Arrendamento com a RFFSA”), tem por objeto o arrendamento pela RFFSA dos bens operacionais necessários à prestação do serviço de transporte ferroviário na Malha Sudeste, tais como o material rodante e a via permanente (“Arrendamento”). O prazo do arrendamento é de 30 anos.

Os bens operacionais arrendados poderão sofrer, às custas da Companhia, transformações, remodelações, reconstruções e modernizações. Entretanto, quaisquer alterações que impliquem modificações do projeto original dos bens arrendados, limitando seu desempenho, devem ser previamente autorizadas pela RFFSA.

O Contrato de Arrendamento com a RFFSA é vinculado ao Contrato de Concessão, de tal forma que nele se refletirão todas as alterações que o Contrato de Concessão vier a sofrer e sua eficácia cessará no mesmo momento em que cessar a Concessão.

Pelo Arrendamento, a MRS deve pagar à RFFSA R\$ 840,8 milhões, equivalente a 94,597% do preço mínimo do leilão de privatização, conforme estabelecido no Edital nº PND/A-05/96/RFFSA (veja o capítulo “Atividades da MRS - Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária – Edital nº PND/A-05/96/RFFSA”).

A MRS, no ato de liquidação financeira do leilão, pagou o equivalente a R\$ 249,7 milhões pelo Arrendamento. O saldo não liquidado está sendo pago em 116

parcelas trimestrais no valor de R\$ 16,4 milhões. As parcelas sofrem reajuste anual pela variação do IGP-DI/FGV. Em 30 de setembro de 2001, o saldo devido em relação ao arrendamento era de R\$ 75,19 milhões.

O valor estipulado para o Arrendamento tem por objetivo remunerar o Poder Concedente por todo o negócio concedido e não apenas pelo próprio Arrendamento. Em vista disso, na hipótese de devolução de quaisquer dos bens arrendados pela MRS, não haverá redução no valor a ser pago pelo Arrendamento.

Na hipótese de inadimplemento de quaisquer das prestações pecuniárias sob o Contrato de Arrendamento com a RFFSA, a MRS deve pagar multa não compensatória de 10% do valor do débito em atraso, acrescida de juros de mora de 1% ao mês.

Como foi acima dito, o Contrato de Arrendamento tem por objeto o arrendamento de bens operacionais. Os bens não operacionais permaneceram sob a titularidade da RFFSA e para a MRS utilizá-los é necessário que efetue pagamentos adicionais. A MRS, entretanto, identificou que alguns bens operacionais objeto do Contrato de Arrendamento eram na verdade não operacionais, bem como que alguns bens operacionais haviam sido excluídos do Contrato de Arrendamento. Diante disso, a Companhia está atualmente negociando um aditamento ao Contrato de Arrendamento a fim de re-classificar os bens objeto do Arrendamento, sem custos adicionais. Como consequência desse aditamento, a maioria dos grandes pátios que dão acesso aos principais clientes nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que antes eram classificados como não operacionais, passariam a ser bens operacionais.

Encontro de Contas com a RFFSA

Desde a privatização, MRS e RFFSA realizam um “acerto de contas” entre os débitos e créditos que têm entre si. Este “acerto de contas” se refere a compensações entre (i) despesas devidas pela RFFSA, que a MRS paga, em contrapartida de (ii) compra de bens da RFFSA por parte da MRS. Esse “acerto de contas” é negociado caso a caso entre a MRS e RFFSA, dependendo do interesse das partes. São exemplos de despesas da RFFSA que a MRS paga: segurança patrimonial de imóveis não operacionais, despesas condominiais no prédio gerencial da RFFSA, débitos trabalhistas anteriores a dezembro de 1996, etc. São exemplos de créditos que a RFFSA tem contra a MRS: 10% das receitas adicionais que a MRS auferir com outras atividades que não o transporte ferroviário (tais como aluguel da faixa de domínio), compra pela MRS de locomotivas, vagões, peças de reposição do estoque da RFFSA, etc. Historicamente, os saldos credores e devedores desse “encontro de contas” não têm excedido R\$ 400 mil.

Em 27 de agosto de 2001, MRS e RFFSA assinaram termo para conceder quitação mútua das operações realizadas desde a privatização até 31 de dezembro de 2001. A MRS pretende assinar termos parciais de quitação a cada período de 6 meses.

Contratos Operacionais

Para o desempenho normal de seus negócios, a MRS celebra diversos contratos que viabilizam ou incrementam as atividades concedidas sob o Contrato de Concessão. Entre esses contratos, destacam-se os seguintes:

- i) Contrato de Fornecimento de Produtos e Outros Pactos celebrado com a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, em 9 de julho de 1998, para o fornecimento de combustíveis (veja o capítulo “Atividades da MRS – Fornecedores”);
- ii) Contrato de Autorização de Uso e Outras Avenças celebrado com MetroRED Telecomunicações Ltda. (“MetroRED”), em 21 de outubro de 1998 (“Contrato MetroRED”);
- iii) Contrato de Locação de Locomotivas celebrado com General Electric Company (“GE”), em 27 de março de 2000 (“Contrato de Locação de Locomotivas”);
- iv) Contrato de Arrendamento Mercantil celebrado com o Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (“Santander”), em 31 de julho de 2000 (“Contrato de Arrendamento com Santander”); e
- v) Contrato de Arrendamento Mercantil nº 900024-0 FINAME – Leasing, de 12 de janeiro de 2001, celebrado com União de Bancos Brasileiros S.A (“Unibanco”) (“FINAME – Leasing”).

Contrato MetroRED⁶

O Contrato MetroRED, de prazo de vigência de 15 anos, renováveis por mais 10 anos, tem por objeto (i) autorizar a MetroRED a utilizar a faixa de domínio da MRS para implantar rede de telecomunicações com dutos ou cabos de fibra ótica, a ser operada e explorada comercialmente pela MetroRED; e (ii) regular a prestação, pela

⁶ Por força da cláusula 10 do Contrato MetroRED (“Cláusula de Confidencialidade”), nenhuma condição comercial deste contrato poderá ser divulgada sem prévia e expressa anuência da outra parte. Portanto, somente as condições gerais do contrato são abordadas neste prospecto.

MetroRED à MRS, dos serviços de telecomunicações necessários ao desenvolvimento da atividade de controle, supervisão e gerenciamento de tráfego ferroviário, bem como ao funcionamento da sua rede corporativa de voz, dados e imagem.

Pela autorização de uso, a MetroRED pagará mensalmente à MRS um preço composto de uma parcela fixa, referente à utilização pela MetroRED da faixa de domínio da ferrovia, e outra variável, referente a uma participação percentual sobre a receita líquida da MetroRED obtida pela exploração da rede de telecomunicações ao longo da faixa de domínio.

A prestação dos serviços ocorrerá sem qualquer ônus para a MRS, até determinado valor mensal fixado como limite. Para verificação do alcance de tal limite, a MetroRED deve apresentar a MRS, mensalmente, relatório dos serviços prestados com indicação dos valores dos preços unitários a eles relativos.

Contrato de Locação de Locomotivas

O Contrato de Locação de Locomotivas tem por objeto locação de 9 locomotivas GE C36-ME Deixes Electric alugadas à GE nos Estados Unidos da América ("Locomotivas GE"). Em contraprestação, a MRS deve pagar, mensalmente e por locomotiva, um aluguel líquido equivalente a US\$ 365,92 por dia. O prazo da locação é de 5 anos, contados a partir da data de entrega de cada locomotiva, renovável por um prazo de três anos. Na hipótese de renovação, o valor líquido diário dos aluguéis passará, a partir do sexto ano de locação, a ser o equivalente a US\$ 331,00 por locomotiva.

A GE possui uma opção de compra das Locomotivas GE dos seus proprietários originais. De acordo com o Contrato de Locação de Locomotivas, essa opção poderá ser exercida pela MRS, pelo valor de US\$ 460 mil por Locomotiva. Na hipótese de renovação do Contrato de Locação de Locomotivas, findo o oitavo ano de locação, a MRS poderá comprar todas as Locomotivas GE pelo valor de US\$ 290 mil cada uma.

O Contrato é regido pelas leis do Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América. Quaisquer disputas que surjam no âmbito desse contrato e que não possam ser amigavelmente resolvidas serão arbitradas de acordo com as regras e regulamentos da Câmara de Comércio Internacional.

Contrato de Arrendamento com Santander

De acordo com o Contrato de Arrendamento com o Santander, este adquiriu 5 locomotivas GE C30-7 de Gevisa S.A. (“Locomotivas Gevisa”) e as arrendou à MRS, no valor total de R\$ 18 milhões. Este valor será pago, após um período de carência de 6 meses, em (i) 4 parcelas semestrais no valor em moeda corrente nacional equivalente a US\$ 50 mil, acrescidos de juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa LIBOR mais 6% ao ano incidentes sobre o principal; e (ii) em 31 parcelas mensais no valor do saldo devedor restante, acrescido de juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa LIBOR mais 6% ao ano incidentes sobre o saldo devedor, serem pagas a contar do sexto mês após o vencimento da quarta parcela semestral.

No vencimento ordinário do Contrato de Arrendamento com Santander, a MRS poderá exercer uma das seguintes opções, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de três meses antes do término do contrato: (i) comprar as Locomotivas Gevisa mediante pagamento do valor residual garantido - VRG⁷; (ii) renovar o contrato; ou (iii) devolver as Locomotivas Gevisa ao Santander.

O prazo do Contrato de Arrendamento com Santander iniciou-se em 28 de agosto de 2000 e se encerra em 28 de agosto de 2005.

FINAME - Leasing

Nos termos do FINAME – Leasing, Unibanco, utilizando-se de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, adquiriu 360 vagões ferroviários, tipo GDT (“Vagões”), e os arrendou à MRS, no valor total de aproximadamente R\$ 29 milhões. Esse valor será pago pela MRS, após um período de carência de 2 meses, em 96 parcelas mensais consecutivas de igual valor, acrescidas de juros remuneratórios calculados de acordo com a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP mais um *spread* básico de 4,5%, devido ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e de 1,3%, devido ao Unibanco.

No vencimento ordinário do FINAME - Leasing, a MRS poderá exercer uma das seguintes opções, mediante manifestação escrita com antecedência mínima de trinta dias do término do contrato: (i) comprar os Vagões mediante pagamento do valor da opção de compra, equivalente a 20% do valor total dos Vagões; (ii) renovar o contrato; ou (iii) devolver os Vagões ao Unibanco.

⁷ VRG é o valor do bem arrendado a ser pago pelo arrendatário, depois de pagas todas as contraprestações do arrendamento, se este desejar adquirir a propriedade do bem.

Em garantia ao contrato FINAME – Leasing, a MRS emitiu em benefício do Unibanco uma nota promissória, com vencimento à vista, no valor de aproximadamente R\$ 29 milhões. Adicionalmente, todos os créditos de titularidade do Unibanco decorrentes do contrato foram caucionados à FINAME.

Contratos de Financiamento

No curso normal dos seus negócios, a MRS tem contratado diversos financiamentos com instituições financeiras no Brasil e no exterior. Em 30 de setembro de 2001, o saldo total de endividamento da Companhia, acrescidos de juros e outros encargos, era de R\$ 866,3 milhões, abrangendo dívidas que deverão ser amortizadas no prazo de até oito anos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS – POSIÇÃO 30/09/2001			
Natureza	Valor (em milhões de Reais)	Correção + Juros	Vencimento da última parcela do financiamento
Empréstimos vinculados ao dólar norte-americano			
Financiamentos à Importação	40,6	Libor + 1,56% a.a.	Setembro/2002
Senior Notes (Eurobond) – Série A	57,0	9% a.a.	Agosto/2005
Senior Notes (Eurobond) – Série B	528,6	10,625%	Agosto/2005
Financiamento BBA Creditanstalt S.A	27,4	Libor + 4,35% a.a.	Junho/2009
Empréstimo Mitsui & Co. Ltd.	56,1	0,2	Março/2005
Empréstimos denominados em moeda corrente nacional			
Financiamento à importação de trilhos	3,5	TJLP + 3,5% a.a.	Dezembro/2002
FINAME (vagões tipo GDT)	47,3	TJLP + 4,3% a.a.	Dezembro/2008
FINAME (equipamentos)	0,6	TJLP + 4,3% a.a.	Dezembro/2002
Financiamento de equipamentos	2,1	TJLP + 6,0% a.a.	Janeiro/2004
Debêntures	103,1	CDI + 1,5% a.a.	Agosto/2005

Entre os contratos e títulos correspondentes aos financiamentos acima descritos, destacam-se os seguintes:

- i) títulos emitidos no exterior, em 14 de agosto de 1997, em duas séries, com os respectivos valores de face de US\$ 125 milhões e US\$ 195 milhões e data de vencimento em 14 de agosto de 2005 (“Series A Notes” e “Series B Notes”, respectivamente; designadas em conjunto de “Fixed Rate Senior Notes” ou “Notes”).

- ii) Contrato de Empréstimo celebrado com Mitsui & Co., Ltd., em 29 de junho de 1998, no valor de US\$ 30 milhões (“Contrato de Empréstimo - Mitsui”) (vide “Transações com Partes Relacionadas – Contrato de Empréstimo – Mitsui”);
- iii) contratos e título de crédito correspondente ao repasse de créditos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME (“Contratos FINAME”), representados por:
 - a) Contrato de Abertura de Crédito – FINAME nº 31/669967-2, de 17 de abril de 2000, celebrado com Unibanco, no valor de R\$ 10 milhões (“FINAME 31/669967-2”);
 - b) Contrato de Abertura de Crédito – FINAME nº 31/669966-4, de 17 de abril de 2000, celebrado com Unibanco, no valor de R\$ 15 milhões (“FINAME 31/669966-4”); e
 - c) Cédula de Crédito Industrial nº 5305/00, emitida em 20 de junho de 2000 em benefício do Banco Itaú S.A., no valor de R\$ 19 milhões (“Cédula Crédito Industrial”);
- iv) Contrato de Repasse de Empréstimo Externo e Outros Pactos nº KB1.63/01 celebrado com o Banco BBA Creditanstalt S.A., em 15 de fevereiro de 2001, no valor de US\$ 10 milhões (“Contrato com BBA”).

Fixed Rate Senior Notes

Em 14 de agosto de 1997, a MRS emitiu no exterior *Fixed Rate Senior Notes*, subordinadas, não conversíveis, em duas séries, no valor total de US\$ 320 milhões (“Valor Global da Emissão”) e com data de vencimento em 14 de agosto de 2005 (“Data de Vencimento das *Notes*”).

Do Valor Global da Emissão, US\$ 125 milhões correspondem às *Series A Notes*, com taxa de juros fixa de 9% ao ano, enquanto US\$ 195 milhões correspondem às *Series B Notes*, com taxa de juros fixa de 10,625%. Em ambas as séries, os juros devem ser pagos semestralmente, em dólares norte-americanos, sempre em 14 de fevereiro e 14 de agosto de cada ano, até a Data de Vencimento das *Notes*.

As *Notes* foram listadas para negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo⁸ e no mercado PORTAL da bolsa de valores NASDAQ. Assim, as *Notes* podem ser negociadas no mercado europeu e norte-americano, neste último caso, apenas para investidores institucionais qualificados (*Qualified Institutional Buyers*) submetidos à *Rule 144A*.

Os recursos captados através das *Notes* foram destinados a (i) refinanciamento de dívidas a curto-prazo, no valor total de R\$ 196 milhões; (ii) dispêndios de capital; e (iii) programas de manutenção. Das dívidas de curto prazo refinanciadas, cerca de (a) 60% do seu valor referia-se a despesas com o financiamento para a aquisição da Concessão; (b) 25% referia-se a gastos com programas de investimento e custos associados ao programa de redução do número de empregados da Companhia; e (iii) 15% referia-se a despesas com o financiamento de capital de giro.

Em garantia ao integral pagamento das prestações pecuniárias devidas sob as *Notes*, a MRS e suas subsidiárias assumiram diversos compromissos que implicam restrições aos seus negócios. Entre tais restrições, destacam-se as relacionadas a: (i) oferta de garantias; (ii) distribuição de títulos e valores mobiliários; (iii) disposição de seu ativo; (iv) realização de reorganizações societárias; (v) realização de transações com partes relacionadas; (vi) mudança do seu objeto social; (vii) contração de dívidas; e (viii) realização de investimentos.

A quebra de qualquer dos compromissos acima descritos, a insolvência da Companhia ou suas subsidiárias, a extinção da Concessão, entre outros casos, constituem hipóteses de vencimento antecipado das *Notes*. Na ocorrência de alguma das hipóteses de vencimento antecipado, mediante (i) requerimento por escrito dos detentores das *Notes* que representem pelo menos 20% do valor das *Notes* não resgatadas; ou (ii) deliberação extraordinária dos detentores das *Notes*, a instituição financeira fiduciária (“*Trustee*”) considerará os títulos imediatamente vencidos e exigíveis.

As *Series A Notes* conferiram a seus detentores a possibilidade de resgate antecipado (“*Put*”). Em 14 de agosto de 2000, 83,2% das *Series A Notes* foram resgatadas ao preço equivalente a 99,8419% do seu valor nominal. As *Series B Notes* poderão ser resgatadas, em sua totalidade e a critério da MRS, sempre no dia 14 de agosto de cada ano, a partir de 2002, pelo preço equivalente aos seguintes percentuais sobre o valor nominal de face das *Series B Notes*:

⁸ *Luxembourg Stock Exchange*.

DATA DO RESGATE	PERCENTUAL DO VALOR PRINCIPAL
14/8/2002	103,9844%
14/8/2003	102,6563%
14/8/2004	101,3281%

Por outro lado, a MRS ou suas subsidiárias poderão, a qualquer tempo e a qualquer preço, realizar uma oferta, pública ou privada, de compra das *Notes*. As *Fixed Rate Senior Notes* resgatadas ou compradas deverão ser canceladas, não podendo ser renegociadas pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2001, as *Notes* tinham um saldo devedor de principal de R\$ 498 milhões⁹, correspondente a US\$ 21 milhões das *Series A Notes* e US\$ 195 milhões das *Series B Notes*.

Contratos FINAME

O contrato FINAME 31/669967-2 tem por objeto a abertura de uma linha de crédito, provida com recursos da FINAME, para a aquisição de 180 vagões ferroviários, tipo GDT (“Bens”) da Trans-Sistemas de Transportes S.A.. A MRS deve amortizar o valor principal desse contrato em 90 parcelas mensais de valores iguais, após um período de 6 meses de carência. Adicionalmente, foram convencionados juros remuneratórios de 4,3% ao ano, acima da TJLP, acrescido de um *spread* de risco de 1,8% ao ano e comissão de reserva de crédito de 0,1% sobre o saldo não utilizado da linha de crédito.

Entre outras obrigações assumidas sob o contrato FINAME 31/669967-2 ou decorrentes da legislação, a MRS obriga-se a:

- i) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato ora descrito;
- ii) não aplicar os recursos da FINAME em finalidades diversas da aquisição dos Bens;

⁹ Valor obtido pela conversão do saldo devedor das *Notes* em dólares norte-americanos, pela cotação de venda do mercado de câmbio de taxas flutuantes, em 30 de setembro de 2001 (1 US\$ = R\$ 2,3049 – transação PTAX 800 do Sistema de Informações do Banco Central – Sisbacen).

- iii) fazer seguro em relação aos Bens;
- iv) cumprir suas obrigações perante órgãos de proteção ao meio ambiente; e
- v) não transferir o seu controle acionário sem prévia anuência do Unibanco, observando o Acordo de Acionistas e o Contrato de Concessão (veja o capítulo “Atividades da MRS – Acionistas Controladores”).

Na hipótese de inadimplemento de qualquer prestação pecuniária do contrato, incidirá sobre o débito em atraso multa de até o limite 10%, calculada proporcionalmente aos dias de atraso do pagamento, à razão de 1% por dia de atraso, acrescidos de juros de mora de 1% ao ano.

Em garantia ao contrato FINAME 31/669967-2, a aquisição dos Bens ocorre sob o regime de alienação fiduciária. Isso significa que a MRS deterá apenas a posse dos Bens até a integral quitação do financiamento. Enquanto isso não ocorrer, os Bens integrarão o patrimônio do Unibanco. Na hipótese de inadimplemento ou vencimento antecipado das obrigações sob o contrato, poderá o Unibanco alienar os Bens para, com o produto da alienação, quitar o financiamento da FINAME.

O contrato FINAME 31/669966-4 tem por objeto a abertura de uma linha de crédito, provida com recursos da FINAME, para a aquisição de 270 vagões ferroviários, tipo GDT, da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários Ltda. Esse contrato tem as mesmas características e condições, inclusive quanto à modalidade de garantia constituída, do contrato FINAME 31/669967-2.

A Cédula de Crédito Industrial foi emitida pela MRS em benefício do Banco Itaú S.A. em razão do repasse por este de créditos da FINAME para a aquisição de 270 vagões ferroviários, tipo gôndola (“Bens”), de Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários Ltda. Como contraprestação, a MRS deve amortizar o valor principal desse contrato em 84 parcelas mensais de valores iguais, após um período de 12 meses de carência. Adicionalmente, foram convencionados juros remuneratórios de 4,7% ao ano, acima da TJLP, acrescidos de um *spread* de risco de 2,2% ao ano.

Entre outras obrigações assumidas sob a Cédula de Crédito Industrial ou decorrentes da legislação, as principais obrigações da MRS são as mesmas dos contratos FINAME 31/669967-2 e FINAME 31/669966-4 descritas acima, dispensada a observância das relações contábeis a que se referem os itens (vi) e (vii) acima.

Na hipótese de inadimplemento de qualquer prestação pecuniária da Cédula de Crédito Industrial, incidirá sobre o débito em atraso multa de 10%, acrescida de juros de mora de 12% ao ano e despesas de cobrança e honorários advocatícios, se houver. Ainda, poderá o Banco Itaú S.A. sacar letras de câmbio contra a Companhia para a cobrança de quaisquer quantias em atraso.

Em garantia à Cédula de Crédito Industrial, a aquisição dos Bens também ocorre sob o regime de alienação fiduciária.

Contrato com BBA

O Contrato com BBA tem por objeto o repasse de recursos provenientes de uma linha de crédito mantida pelo Banco BBA Creditanstalt S.A. ("BBA") no exterior. Os recursos deste financiamento deverão ser utilizados pela MRS para a ampliação da capacidade da malha ferroviária ("Projeto").

A MRS deve amortizar o valor principal do Contrato com BBA em 14 parcelas semestrais de valores iguais, após um período de 14 meses de carência. Adicionalmente, foram convencionados juros remuneratórios de 4,35% ao ano, acima da taxa LIBOR, incidentes sobre o saldo devedor principal, calculados linearmente com base no ano de 360 dias. Os juros devem ser pagos semestralmente, após um período de 4 meses de carência.

O pagamento semestral do valor do principal e juros deve ser feito em moeda corrente nacional no valor correspondente à conversão do valor do principal em moeda estrangeira, calculado pela média das taxas de câmbio de venda do dólar norte-americano praticadas no Mercado de Câmbio de Taxas Livres no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

Entre outras obrigações assumidas sob o Contrato com BBA ou decorrentes da legislação, a MRS obriga-se a:

- i) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato ora descrito;
- ii) não transferir o seu controle acionário ou alterar a composição do seu capital social;
- iii) não alterar o seu ramo de negócios;

- iv) manter e conservar em pleno vigor todas as aprovações e consentimentos exigidos por qualquer autoridade governamental para a condução de suas atividades;
- v) não aplicar os recursos do financiamento para qualquer outra finalidade que não o desenvolvimento do Projeto;
- vi) manter os ativos necessários à condução de suas atividades em bom estado de conservação e cobertos por seguros; e
- vii) observar, em todos os aspectos relevantes, a legislação tributária, trabalhista, previdenciária e ambiental aplicável.

Na hipótese de inadimplemento das obrigações assumidas sob o Contrato com BBA, a MRS ficará automaticamente constituída em mora, sujeitando-se a partir de então e pelo tempo que perdurar a mora, ao pagamento, ao BBA, de:

- i) juros moratórios de 1% ao mês, incidentes sobre o valor total do saldo devedor apurado na data de vencimento;
- ii) comissão de permanência em percentual equivalente à média das taxas de juros de aplicação praticadas pelo BBA em suas operações de capital de giro (“Taxas de Comissão de Permanência”), no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e a data de seu efetivo pagamento, incidente sobre o valor total do saldo devedor apurado na data de vencimento; e
- iii) multa de 10%, incidente sobre o valor total do saldo devedor acrescido dos juros moratórios e da Taxa de Comissão de Permanência.

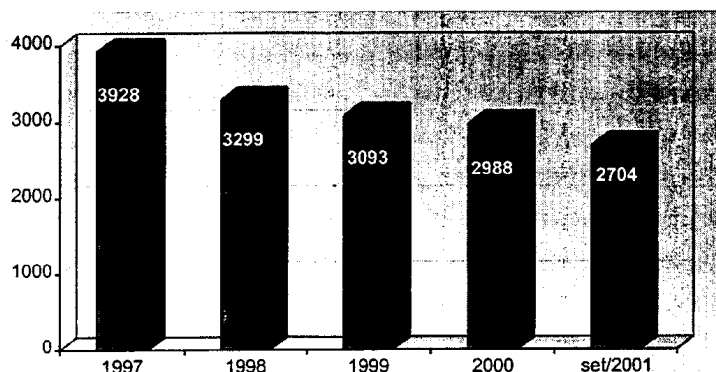
Ainda na hipótese de inadimplemento, o saldo devedor, a partir da data de vencimento da obrigação até a data de seu efetivo pagamento, deixa de ser indexado pela variação cambial do dólar norte-americano para ser indexado à Taxa de Comissão de Permanência.

Em garantia ao Contrato com BBA, a MRS emitiu em benefício do BBA duas notas promissórias, vencíveis à vista, no valor de US\$ 10 milhões e US\$ 5 milhões cada uma. As notas promissórias garantem, respectivamente, (i) o pagamento do principal; e (ii) o pagamento estimado de juros.

Recursos Humanos

Por força do Edital de Privatização, a MRS assumiu os contratos de trabalho de aproximadamente 6.600 empregados da RFFSA, assegurando-lhes todos os direitos trabalhistas e benefícios sociais equivalentes aos planos de previdência complementar e de saúde da RFFSA. Por outro lado, todas as obrigações trabalhistas da RFFSA para com os empregados transferidos para a MRS, relativas ao período anterior à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuaram sob a responsabilidade da RFFSA.

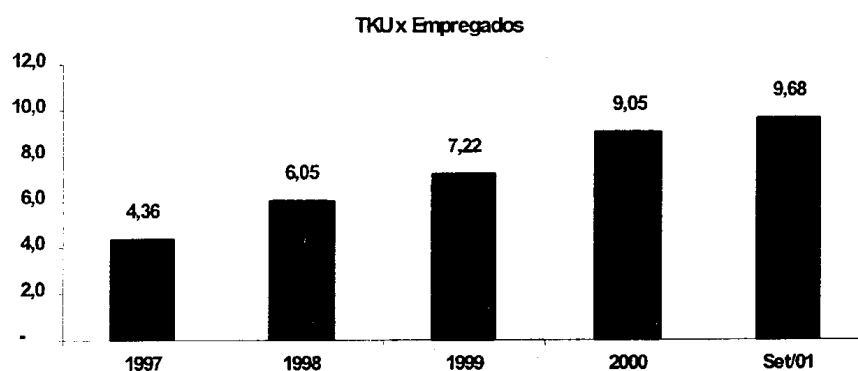
Adicionalmente, a MRS assumiu o Programa de Incentivo de Desligamento – PID desenvolvido pela RFFSA, o que levou a uma redução gradativa do número de empregados da Companhia. Dos 6.600 contratos individuais de trabalho assumidos pela MRS por ocasião da privatização, restavam 2.704 em vigor em 30 de setembro de 2001. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de empregados da Companhia nos últimos cinco anos:



Os empregados da MRS recebem dois tipos de remuneração: (i) fixa e (ii) variável. A política de remuneração fixa consiste em manter a média dos salários pagos no mercado. A política de remuneração variável consiste no pagamento de valores adicionais aos salários fixos, de acordo com o cumprimento de metas estabelecidas para cada setor e para a Companhia como um todo. Com esta política de remuneração, a Companhia pretende reter e motivar seus empregados, bem como alcançar melhores resultados nos seus negócios.

A MRS também tem investido muito na capacitação técnica de seus empregados. Em 1998, a Companhia construiu um centro de treinamento para formar novos maquinistas e manobrista e aperfeiçoar os seus atuais maquinistas. A Companhia

investiu em capacitação de seus empregados R\$ 1.042.164,54 em 1998 , R\$ 1.026.217,37 em 1999, R\$ 883.054,28 em 2000 e espera investir um total de R\$ 1.300.000,00 em 2001. Os resultados desses investimentos têm refletido no aumento da produtividade dos empregados, conforme demonstra o gráfico a seguir:



A MRS possui um bom relacionamento com os sindicatos ferroviários de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Praticamente todos os empregados da Companhia são filiados a esses sindicatos. Em 6 de junho de 2001, a MRS celebrou um acordo coletivo de trabalho, válido pelo prazo de 1 ano. O acordo coletivo estabeleceu um aumento salarial de até 4,73% para os empregados da MRS. Além disso, a Companhia obrigou-se a fornecer aos seus empregados vários benefícios, tais como vale transporte, vale refeição, plano de saúde, seguro de vida e plano de previdência privada. Desde a privatização, a MRS nunca teve nenhuma greve de empregados.

Principais Concorrentes

A MRS administra a única malha ferroviária na sua região de atuação, exceto a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Ferrovia Centro-Atlântica – FCA, ambas controladas pela CVRD. A “Estrada de Ferro Vitória-Minas” liga as minas da CVRD ao porto de Tubarão, no Espírito Santo. É uma operação cujo impacto concorrencial com a Malha Sudeste é pequeno, tendo em vista as cargas que transporta e o percurso que realiza, diferentes das cargas e percurso da MRS.

O principal concorrente da MRS é o transporte rodoviário. Nesse mercado, existem poucas empresas com frotas de caminhões, sendo a maioria composta de caminhoneiros autônomos.

A MRS entende que alguns tipos de carga atualmente transportadas por rodovias podem ser transportadas por ferrovias. São cargas que em outros países são transportadas em trens por ser isso economicamente mais vantajoso. Alguns exemplos são areia, automóveis*, bebidas*, calcário, celulose*, cimento acondicionado, gusa/sucata e papel*.

A MRS entende que os modos rodoviário e ferroviário de transporte se complementam. O transporte rodoviário é inclusive necessário para que a MRS possa prestar o serviço “porta-a-porta” aos seus clientes (veja o capítulo “Atividades da MRS – Serviços”).

A concorrência com o transporte rodoviário, contudo, não atinge todos os tipos de cargas nem todos os clientes da MRS. Os “clientes cativos” (MBR, Ferteco, CSN, etc) que transportam minério de ferro, carvão e coque não estão sujeitos a nenhum tipo de concorrência (veja o capítulo “Atividades da MRS – Clientes”). Outros clientes não têm interesse em migrar para o transporte rodoviário, porque já investiram na compra de vagões para o transporte de suas cargas na ferrovia, tais como a Cimento Tupy, que usa a MRS para o transporte de cimento a granel.

Vantagens Competitivas

A MRS entende que as principais vantagens competitivas do transporte ferroviário sobre o rodoviário para determinados tipos de cargas são: economia de escala, impacto do custo do diesel e segurança.

O trem é muito mais barato no transporte de grandes volumes de cargas por longas distâncias do que os caminhões. A MRS transporta trens de até 15.000 toneladas, equivalentes a 600 carretas de carga de 25 toneladas cada. Essa economia de escala se dá porque o trem tem a possibilidade aumentar a carga transporta com investimento relativamente baixo – acréscimo de vagões e locomotivas. Essa economia tende a crescer quanto maiores as distâncias e os volumes.

O aumento do preço do combustível tem um impacto de custo bem maior no

transporte rodoviário do que no ferroviário. Para o caminhão, o custo do combustível é o item de maior relevância nas suas despesas, enquanto que o trem consegue absorver melhor esse custo em função da economia de escala acima explicada.

O transporte de cargas no trem é mais seguro do que no caminhão. O roubo de cargas de trem é comparativamente muito menor do que o de cargas rodoviárias. O principal motivo é que o trem não pode ser desviado de sua rota. Outra razão é que os contêineres são mais seguros do que as carretas dos caminhões.

Administração

A Companhia é administrada por um conselho de administração e uma diretoria. De acordo com o Estatuto Social da MRS, o conselho de administração é composto por até 17 membros, enquanto a diretoria pode ser composta de 2 a 6 membros. Atualmente, existem 13 conselheiros e 4 diretores na Companhia.

Conselheiros e diretores possuem mandatos de dois anos, com possibilidade de reeleição. De acordo com a Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) realizada em 19 de abril de 2001, re-ratificada pela Ata de Assembléia Geral (“AGE”) de 28 de junho de 2001, a remuneração dos administradores da Companhia é feita da seguinte forma: (i) R\$ 180,00 são pagos aos membros do Conselho de Administração por cada comparecimento em reunião, com efeito retroativo até 15 de dezembro de 2000; e (ii) até R\$ 4,2 milhões serão distribuídos entre os membros da Diretoria entre o período de 1º de maio de 2001 a 30 de abril de 2002.

Segue abaixo breve descrição do currículo de cada administrador da Companhia.

Conselho de Administração

José Paulo de Oliveira Alves – Presidente do Conselho

Formou-se em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969. Exerceu a função de engenheiro e Gerente da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (“ICOMI”) entre 1970 e 1983. Foi Gerente e Diretor Geral da CAEMI Internacional S.A. de 1983 a 1990 e, entre 1990 e

* Cargas que a MRS ainda não transporta, mas que constam do seu plano de negócios.

1996, Diretor Presidente da MBR e Diretor da Caemi. Atuou também como membro do grupo de trabalho que deu origem à MRS. Foi Diretor Presidente da Ferrovia Sul-Atlântica entre 1997 e 1998. Em janeiro de 1998, assumiu a função de Diretor Executivo de Infra-Estrutura e Energia da CSN. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998. É também membro do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA e da Light – Serviços de Eletricidade S.A. e, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Sepetiba Tecon S.A. desde agosto de 1998.

Lauro Henrique Campos Rezende

Formou-se no curso de Economia em 1987 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu as seguintes funções: *Sênior Commodities Officer* no ABN AMRO entre 1988 e 1991, Gerente de Operações Financeiras na Aracruz Celulose entre 1991 e 1996. Desde 1996 atua como Diretor Financeiro da CSN. Compõe o Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998.

Pablo Javier de la Quintana Brüggemann

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e detém os títulos de Mestre em Informática pela mesma instituição e de Ph.D. em *Computing Science* pelo *Imperial College of Science* de Londres. Assumiu diversas posições nas áreas de informática, comercial e de planejamento estratégico na MBR entre 1989 e 1998, chegando a atuar como Gerente Comercial e de Planejamento Estratégico. Também atuou como Superintendente Geral da Área de Infra-estrutura da CSN, e exerce a função de Diretor de Portos e Participações Ferroviárias desta sociedade desde agosto de 1998. Integra o Conselho de Administração da MRS desde dezembro de 1998, sendo membro do Conselho de Administração da Sepetiba Tecon S.A., da Companhia Ferroviária do Nordeste e da Companhia do Desenvolvimento do Sudeste desde 1999.

Wanderlei Viçoso Fagundes

Formou-se em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas em 1965 e em Economia pela Universidade do Estado da Guanabara em 1970. Possui curso de extensão universitária pela *Columbia University*, localizada nos Estados Unidos (1973), e pela INSEAD, na França. Foi Diretor Financeiro e de Controle da MBR de 1984 a 1998. É Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Caemi desde 1999. É membro do Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

Hugo Serrado Stoffel

Formou-se no curso de Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1978. Pós-graduou-se no Curso de Desenvolvimento Gerencial – INSEAD, na França. Foi Diretor Superintendente da MSL Minerais S.A entre agosto de 1994 e julho de 1995. Também foi Diretor Presidente da Pará Pigmentos S.A. entre agosto de 1995 e abril de 1996. Exerce, desde maio de 1996, as funções de Diretor Presidente da MBR e, desde abril de 1998, de Diretor da Caemi. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998.

Guilherme Frederico Escalhão

Formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1983. De 1984 a 1986 foi Gerente de Contas do Citibank N.A., de 1986 a 1992 foi analista do departamento comercial da MBR, depois se transferiu para a MSL Minerais S.A., da qual foi Gerente Comercial e Diretor Superintendente. Em 1994, foi designado Diretor Comercial da MBR, ficando no cargo até 1995. No mesmo ano, foi Diretor Financeiro da CADAM – Caulim da Amazônia S.A., exercendo a função até 1996. De 1996 a 1999, foi Diretor Presidente da Pará Pigmentos S.A. e atualmente é Assessor da Diretoria da MBR. É membro do Conselho de Administração da MRS desde dezembro de 2000.

Delson de Miranda Tolentino

Formou-se em Administração de Empresas e Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais em 1972 e 1976, respectivamente. De 1979 a 1985, exerceu as funções de Gerente Financeiro, de Controladoria e Diretor Adjunto de Finanças da Siderbrás. Foi Diretor Financeiro da Açominas (1985-1988) e do Grupo Mendes Júnior (1989-1995). Desde 1996 é assessor da Presidência da Usiminas e atua em diversas empresas do grupo. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 2000.

Marcus Jurandir de Araújo Tambasco

Formou-se no curso de Engenharia de Minas e Metalurgia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais em 1966. Iniciou sua carreira em 1967 como Engenheiro Pesquisador na Usiminas, da qual foi eleito Diretor Industrial em 1990, cargo no qual permaneceu até 1993. No mesmo ano, foi designado Diretor

Presidente da Cosipa, tendo permanecido no cargo até 1998. Naquele ano, assumiu a função de Assessor da Presidência da Usiminas. É membro do Conselho de Administração da SIDOR e Presidente do Conselho Deliberativo da Caixa dos Empregados da Usiminas. Integra o Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

Roberto Gottschalk

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1989. De 1989 a 1991, foi auditor da Arthur Andersen. Em 1992, foi contratado pela Ferteco como *management trainee*, sendo em 1994 alocado na área comercial como assistente de vendas. Em 1996, foi designado Chefe de Vendas das Américas, exercendo a função até 1998, quando assumiu também o mercado na Ásia. Em 2000, foi nomeado Gerente Geral de Vendas no Mercado Externo, cargo que ocupa até hoje na Ferteco. É membro do Conselho de Administração da MRS desde maio de 2001.

Andréas Walter Brehm

Formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, em 1980. Foi Diretor Tesoureiro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha-Rio de Janeiro de 1999 a 2001. Desde 1996 trabalha para Ferteco, exercendo atualmente o cargo de Gerente Financeiro. Trabalhou para BYK Química e Farmacêutica Ltda. como Gerente de Controladoria e para Deutsch – Südamerikanische Bank AG (atual Dresdner Bank) como Gerente de Operações Especiais. É membro do Conselho de Administração da MRS desde maio de 2001.

Joaquim de Souza Gomes

Formou-se no curso de Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1967. Foi Diretor de Suprimentos da Siderúrgica Riograndense S.A. de 1986 a 1991. É Diretor de Logística da Gerdau. Tornou-se membro do Conselho de Administração da MRS em abril de 2000.

Luiz Antonio Bonagura

Formou-se em Administração de Empresas pela Associação Paulista de Ensino Superior em 1978. Tornou-se Diretor da Ultrafértil em 1994 e Diretor de Relações com

Investidores da Fosfertil em 1995. Também atua como Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes desde 1996. É membro do Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

João Paulo do Amaral Braga

Formou-se em 1977 no curso de Engenharia Elétrica da Universidade de Juiz de Fora. Concluiu os cursos de Gerência de Manutenção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1986 e o de Formação e Aperfeiçoamento Gerencial da Universidade de São Paulo em 1989. Ingressou na RFFSA em 1979, na qual exerceu vários cargos até 1996, dentre os quais a Chefia do Departamento de Planejamento e Controle da Manutenção e a Gerência da Área Técnica de Locomotivas Diesel Elétricas. Desde dezembro de 1998, compõe o Conselho de Administração da MRS, como representante dos empregados.

Diretoria

Júlio Fonatana Neto

Formou-se no curso de Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1978. Em 1981, concluiu a pós-graduação em Administração de Empresas pela Escola de Ciências, Economia, Contábeis e Administração da Universidade Mackenzie. Ingressou em 1986 na Gerdau, onde ocupou diversos cargos, inclusive o de Diretor de Logística e Exportação do Grupo Gerdau. Chegou a ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da MRS entre 1998 e 1999, tornando-se, em novembro de 1999, o Diretor Presidente desta empresa.

Júlio César Pinto

Formou-se em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior em 1976. Foi Diretor Financeiro da Globex (Ponto Frio) de 1996 a 1998 e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da ATL – Algar Telecom do Leste S.A. entre 1998 e 2000. Ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da MRS desde abril de 2000.

Henrique Aché Pillar

Formou-se no curso de Engenharia Civil pelo Instituto Militar de Engenharia em 1976. Detém o título de Mestre em Engenharia e Planejamento de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia. Atuou como Gerente de Transportes da MBR e foi o responsável por estudos sobre a Malha Sudeste que resultaram na criação da MRS. Ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento da Companhia desde novembro de 1996.

Rinaldo Bastos Vieira Filho

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo em 1971. Ingressou na CVRD em 1972, onde ocupou diversos cargos, como o de Gerente de Operações e Manutenção de Ferrovia na Estrada de Ferro Carajás e o de Gerente Geral da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Foi Diretor da Companhia Paraibuna de Energia, onde permaneceu até ingressar na MRS, tendo se tornado Diretor de Pr

odução desta empresa em dezembro de 1996.

Acionistas Controladores

A MRS tem como acionistas controladores 5 empresas, que destacam-se também por serem alguns de seus principais clientes. A tabela abaixo mostra a participação da cada um dos controladores no total de ações e no capital votante da MRS na data de realização da última assembléia geral extraordinária, em 19 de setembro de 2001:

	CSN	MBR	Usiminas	Ferteco	Ultrafertil
Ordinárias	18,25%	14,90%	18,72%	17,22%	8,45%
Total	31,96%	28,79%	10,47%	9,76%	4,68%

Segue a descrição sumária sobre cada um dos acionistas controladores. Na página seguinte encontra-se o organograma de acionistas controladores da MRS.

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN

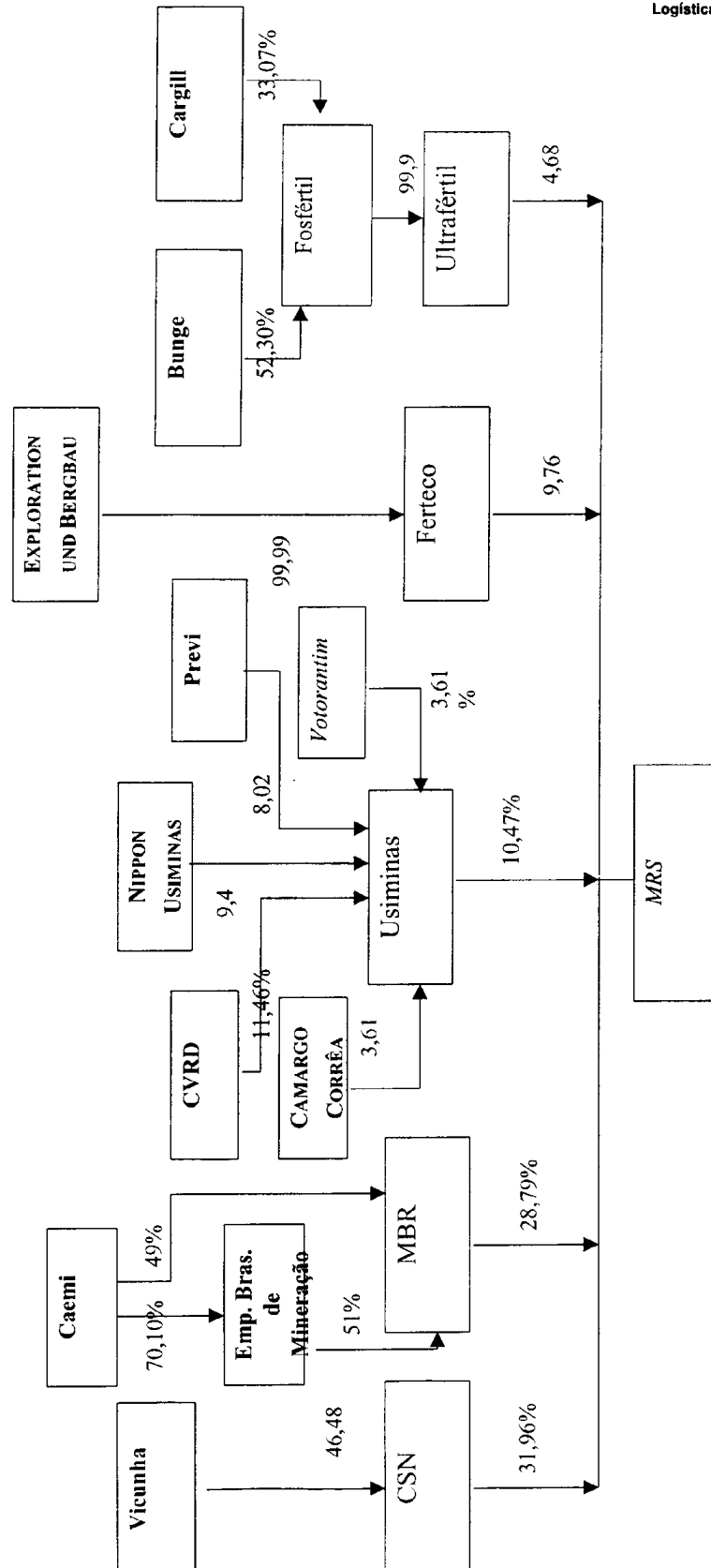
A CSN foi fundada em 1941 e privatizada em abril de 1993, foi uma das precursoras na industrialização do país. Hoje é controlada pela Vicunha Siderurgia S.A., com participação direta equivalente a 46,48% do total de suas ações.

Possui hoje o maior complexo siderúrgico integrado da América Latina, o que lhe proporciona a liderança nacional no setor de produção de aço, com uma capacidade de produção anual líquida de 5 milhões de toneladas.

A partir de seu centro de operações, a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, a CSN atende a demanda dos mais variados ramos da indústria. Entre estes ramos destaque-se a indústria automotiva, a de embalagens, a de utilidades domésticas, a de construção civil, a de máquinas, e a de equipamentos e tubos, entre outras.

Além desta usina, a CSN, que é a terceira maior consumidora de energia elétrica do país, possui central termoeletrica própria. Seu programa de investimentos ambientais prevê um aporte de R\$ 280 milhões até o final de 2002.

Organograma dos Acionistas Controladores



Para escoar sua produção a CSN controla parte das operações do Porto de Sepetiba e ferrovias em três regiões do Brasil, o Sudeste, o Nordeste e o Centro-Oeste, sendo a MRS uma das mais utilizadas.

No exercício de 2000 a CSN exportou 16% de sua produção. A relação de lucro líquido sobre a receita líquida atingiu 50,1% no mesmo período.

Minerações Brasileiras Reunidas - MBR

A MBR foi fundada em 1940 e hoje a Caemi é o seu principal acionista, com 49 % de participação direta, outras participações indiretas. É atualmente a segunda maior produtora e exportadora de minério de ferro do Brasil, e uma das cinco maiores do mundo. Suas reservas minerais são estimadas em mais de 5,6 bilhões de toneladas.

Com a inauguração de três novas minas até 2004, duas das quais já operantes, a MBR planeja atingir uma produção anual de 32 milhões de toneladas de minério de ferro. Tanto as minas quanto as reservas da MBR se localizam no perímetro formado pelas cidades de Belo Horizonte, Mariana, Itabira e Jeceaba, na região centro-sul do Estado de Minas Gerais, conhecido como Quadrilátero Ferrífero.

A MBR é uma empresa essencialmente exportadora (em 1999, 84% das vendas foram destinadas ao mercado internacional), tendo clientes espalhados por 17 países.

No Brasil, a MBR controla, sozinha ou em conjunto, um complexo coordenado mina-ferrovia-porto, capaz de escoar toda a sua produção. Em 2000 a produção da MBR atingiu 26,4 milhões de toneladas de minério de ferro.

No exercício de 2000 a MBR obteve um lucro líquido de R\$ 55,9 milhões e o seu EBTIDA foi de R\$ 209,7 milhões.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS

A Usiminas foi fundada pela iniciativa privada em 1956, e já em 1958 tornou-se uma associação com a participação de capital estatal entre o governo federal e Minas Gerais, em parceria com acionistas japoneses. Tendo sido privatizada em 24 de outubro de 1991, a Usiminas, que até então era controlada pelo governo federal, passou a ter seu controle acionário compartilhado por diversas empresas. Dentre estas, as detentoras das maiores parcelas do capital social são a CVRD, com 11,46% do total de ações, a Nippon Usiminas Company Ltd., com 9,45%, o Caixa Previdenciária dos Funcionários

do Banco do Brasil – Previ, com 8,02% e a Camargo Corrêa S.A. e a S.A. Indústria Votorantim, ambas com 3,61% do total das ações da companhia.

A Usiminas é a segunda maior produtora de aço do Brasil, com uma produção anual que em 2000 chegou a 4,5 milhões de toneladas de aço líquido.

O centro operacional da Usiminas é a Usina Siderúrgica Intendente Câmara, em Ipatinga, no Estado de Minas Gerais. Além da MRS, a Usiminas possui ainda participações em diversas sociedades, que inclui empresas de logística, insumos, siderurgia, distribuição e bens de capital, entre outros ramos.

A Usiminas também detêm o controle da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA, a terceira maior siderúrgica do país. Suas atividades concentram-se na Usina José Bonifácio de Andrada e Silva, na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.

Os principais produtos da Usiminas são os beneficiados de aço e seus laminados em geral, revestidos ou não. Estes produtos são comercializados com diversos setores da economia, com destaque para o automobilístico e de autopeças, tubulações em geral, maquinaria pesada e construção civil.

Em 2000, do total de sua produção, aproximadamente 1,5 milhões de toneladas foram comercializadas no mercado externo. Mais de 80% destas exportações destinam-se aos Estados Unidos da América, Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia, seus principais mercados.

Mineração Ferteco S.A.

A Ferteco (“Ferteco”) é a terceira maior produtora de minério de ferro do Brasil, com reservas potenciais de 2 bilhões de toneladas.

Com a produção das minerações de “Fábrica” e “Córrego do Feijão”, situadas no Quadrilátero Ferrífero, o pólo de mineração do Estado de Minas Gerais, a Ferteco atende o mercado doméstico e internacional com produtos com alto grau de industrialização, o que lhe garante participação no mercado de 20 países. Sua produção anual alcança a casa das 20 milhões de toneladas de minérios de ferro, principalmente derivados da hematita e itabirito.

Todo o escoamento da produção do Complexo Córrego do Feijão, que é de 7 milhões de toneladas/ano, é realizado com exclusividade pela MRS até o porto de

Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro.

A Ferteco é uma empresa constantemente atenta às inovações tecnológicas. Seu programa de investimentos já destinou mais de US\$ 500 milhões para pesquisas geológicas, equipamentos de lavra, instalações de concentração e pelotização, bem como em proteção ambiental e infra-estrutura.

Ultrafertil S.A.

A Ultrafertil é uma das maiores produtoras nacionais de fertilizantes e produtos químicos para a agricultura e pecuária, com uma produção de 2,2 milhões de toneladas em 2000.

Possui dois complexos industriais na baixada santista: Piaçaguera e Cubatão, e um complexo industrial em Araucária, no estado do Paraná. Além destes, possui também um complexo de mineração em Catalão, no estado de Goiás.

Seus principais produtos são nitrogenados e fosfatados, destinados principalmente à fabricação de adubos. A Ultrafertil obteve em 2000 uma receita bruta de R\$ 623 milhões, resultado de um crescimento de 25% em suas vendas no exercício.

O escoamento da produção de seus complexos industriais de São Paulo para o terminal marítimo que a Ultrafertil possui na Ilha do Cardoso, no porto de Santos, é realizado pela Malha Sudeste.

Acordo de Acionistas

Os acionistas controladores da MRS são também alguns de seus principais clientes, o que poderia dar margem à realização de práticas competitivas prejudiciais, tanto entre os acionistas quanto entre estes e os demais usuários da Malha Sudeste. Entre as possíveis práticas mencionadas, podemos citar, exemplificativamente, a utilização diferenciada de benefícios e privilégios e mesmo ações discriminatórias ou que favoreçam os acionistas causando prejuízos para a Companhia.

Para evitar a ocorrência de práticas deste tipo, os acionistas controladores da MRS firmaram, em 25 de novembro de 1996, um acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas") estabelecendo regras capazes de viabilizar sua operação adequada e eficiente.

Pelos termos iniciais do Acordo de Acionistas, os acionistas signatários (“Partes”) devem, proporcionalmente às suas participações, vincular uma parte de suas ações às disposições do Acordo de Acionistas (“Ações Vinculadas”). Estas ações devem equivaler a 50% mais 4 ações do total de ações votantes, proporção esta que deve ser mantida, mesmo em caso de substituição de signatários do Acordo de Acionistas.

As Ações Vinculadas estão distribuídas na forma disposta no quadro abaixo:

ACIONISTA	PORCENTAGEM DE AÇÕES VINCULADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE AÇÕES VOTANTES
CSN	11,6926%
MBR	11,6926%
Usiminas	9,1533%
Ferteco	8,5954%
Ultrafertil	4,5233%
Gerdau	1,1727%
ABS	1,0430%
CELATO	2,1270%
Total	50%

Além de dispor os métodos para operacionalizar esta composição societária no caso de eventual alteração dos signatários do Acordo de Acionistas, estabelece também que nenhum dos acionistas terá participação vinculada superior a 20% do capital votante.

O Acordo de Acionistas dispõe, em seu artigo 2º, sobre os princípios básicos da Companhia, voltados à consolidação de uma prática administrativa séria e próspera, capaz não só de evitar ocorrências anticompetitivas quanto de otimizar a gestão da Companhia. Dentre estes princípios destacam-se o da prestação de serviço adequado e a administração pautada pela eficiência e busca do lucro, realizada de forma autônoma.

Para concretizar esta autonomia administrativa, ficou firmada a proibição de vínculo profissional de qualquer nível entre os diretores da Companhia e seus acionistas. É também proibida a concessão de qualquer privilégio aos acionistas, bem como o tratamento diferenciado, tanto entre estes mesmos quanto, principalmente, entre estes e os demais clientes da MRS. A efetividade destes princípios é garantida pelo

artigo 3º do Acordo de Acionistas, que obriga as Partes a exercer seu direito de voto de maneira coordenada e de acordo com os princípios aqui mencionados.

O artigo 3º define também a disposição do Conselho de Administração da Companhia, a ser formado de acordo com o seguinte quadro:

ACIONISTA	MEMBROS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CSN	3
MBR	3
USIMINAS	2
FERTECO	2
ULTRAFERTIL	1
GERDAU	1
EMPREGADOS	1

Por fim, o artigo 3º relaciona as matérias consideradas como de vital importância para a MRS e o percentual de votos necessário para deliberar sobre elas. Decisões sobre a desistência da Concessão objeto do Contrato de Concessão, alterações na estrutura societária e a dissolução da Companhia, por exemplo, precisam da concordância de todos os acionistas menos um. A única matéria que requer unanimidade total para aprovação é a alteração de vantagens e privilégios das ações preferenciais e/ou criação de nova classe de ações preferenciais.

Além disso, ficou estabelecida também a obrigatoriedade da realização de uma reunião das Partes antes de qualquer Assembléia Geral ou reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre alguma das matérias que o Acordo de Acionistas lista como essencial. Esta reunião prévia vincula o voto das Partes.

O Acordo de Acionistas estabelece uma série de restrições à transferência de ações ordinárias, devendo inclusive as transferências de Ações Vinculadas ser autorizadas pelo próprio Poder Concedente (ver o capítulo “Atividades da MRS – Contratos Relevantes - Contrato de Concessão”), sob pena de nulidade da operação.

O prazo do Acordo de Acionistas é, assim como o do Contrato de Concessão, de 30 anos, o que não implica que a renovação desta produza automaticamente a daquele.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

O sumário das informações financeiras da MRS para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999, 31 de dezembro de 2000, bem como para os primeiros nove meses de 2000 e de 2001, apresentados a seguir, está qualificado em conformidade com as Demonstrações Financeiras da MRS, e suas respectivas Notas Explicativas, razão pela qual devem ser lidas em conjunto com as mesmas (veja o Anexo III – Formulários “Informações Trimestrais – ITR” relativos aos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2001 e o Anexo IV – Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhões de reais)

	2000	1999	1998
ATIVO			
Ativo Circulante			
Disponibilidades	12,5	14,9	0,4
Aplicações financeiras	90,7	152,7	34,6
Contas a receber de clientes	19,7	16,1	25,9
Provisão para devedores duvidosos	(1,4)	(1,5)	(1,4)
Estoques	30,1	24,5	18,9
Impostos a recuperar	46,8	26,0	18,1
Contas a receber da RFFSA	29,7	27,9	47,0
Despesas antecipadas	5,6	2,7	0,9
Demais contas a receber	12,1	19,2	6,8
Adiantamento por concessão e arrendamento	7,4	7,2	8,9
Total do Ativo Circulante	253,2	289,7	160,1
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Adiantamento por concessão e arrendamento	228,0	235,5	242,6
Contas a receber da RFFSA	39,8	57,8	55,1
Créditos fiscais diferidos	15,8		
Demais contas a receber	11,0	7,0	5,1
Total do Ativo R. a Longo Prazo	294,6	300,3	302,8
Ativo Permanente			
Imobilizado	336,0	235,8	172,9
Diferido	205,7	238,0	102,1

Total do Ativo Permanente	541,7	473,8	275,0
TOTAL DO ATIVO	1.089,5	1.063,8	737,9
	2000	1999	1998
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Empréstimos e financiamentos	61,5	291,2	71,4
Fornecedores	66,3	18,4	13,4
Impostos, taxas e contribuições	5,9	3,0	1,9
Salários e encargos sociais	20,4	17,1	12,1
Concessão e arrendamento a pagar	70,3	66,1	57,9
Adiantamentos de clientes	17,0	14,5	
Demais Contas e Despesas a Pagar	15,2	1,4	5,6
Total do Passivo Circulante	256,6	411,7	162,3
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	498,6	406,4	443,3
Provisão para contingências	29,5	11,5	2,5
Obrigações com Debenturistas	100,0	-	-
Demais Contas a Pagar	7,0	2,8	
Total do Passivo E. Longo Prazo	635,1	420,7	445,8
Patrimônio Líquido			
Capital social	315,3	315,3	150,0
Prejuízos acumulados	(117,5)	(83,9)	(20,2)
Total do Patrimônio Líquido	197,8	231,4	129,8
TOTAL DO PASSIVO	1.089,5	1.063,8	737,9

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receita bruta de serviços	594,7	473,7	444,2
Deduções da receita bruta	(52,1)	(44,8)	(42,6)
Receita líquida de serviços	542,6	428,9	401,6
Custo dos bens e serviços vendidos	(399,3)	(306,2)	(298,4)
Lucro bruto	143,3	122,7	103,2
Despesas gerais e administrativas	(32,5)	(30,6)	(32,6)

Provisão para despesas e contingências	0,7	(9,6)	(2,2)
Outras receitas operacionais líquidas	2,2	0,4	0,1
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros	113,7	82,9	68,5
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(156,6)	(142,3)	(76,5)
Resultado operacional	(42,9)	(59,4)	(8,0)
Resultado não operacional			
Créditos fiscais diferidos	15,8		
Imposto de renda e contribuição social	(1,6)		
Plano de participações de empregados	(4,9)	(4,3)	
Lucro/prejuízo do exercício	(33,6)	(63,7)	(8,0)
Geração operacional de caixa (EBITDA)¹⁰	125,9	93,40	68,40

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO
(em milhões de reais)

	2001	2000
ATIVO		
Ativo Circulante		
Disponibilidades	8,7	5,4
Aplicações financeiras	74,6	65,8
Contas a receber de clientes	22,5	19,8
Estoques	25,5	28,7
Impostos a recuperar	48,1	41,03
Contas a receber da RFFSA	32,8	29,4
Despesas antecipadas	4,7	4,7
Demais contas a receber	77,3	11,8
Adiantamento por concessão e arrendamento	9,1	7,4
Total do Ativo Circulante	233,3	214,0
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Adiantamento por concessão e arrendamento	219,6	229,9
Contas a receber da RFFSA	23,8	45,0
Demais contas a receber	31,9	28,6
Total do Ativo R. a Longo Prazo	275,3	303,5
Ativo Permanente		
Imobilizado	379,1	305,2
Diferido	310,3	207,9

¹⁰ Trata-se do lucro da sociedade antes do cômputo de juros, impostos sobre lucro, depreciação e amortização. A geração operacional de caixa (EBITDA – “earnings before interests, taxes, depreciation and amortization”) corresponde a medida de aproximação do fluxo de caixa operacional da companhia.

Total do Ativo Permanente	689,4	513,1
TOTAL DO ATIVO	1.197,9	1.030,6
	2001	2000
PASSIVO		
Passivo Circulante		
Empréstimos e financiamentos	76,9	42,2
Debêntures	28,1	
Fornecedores	51,6	46,5
Impostos, taxas e contribuições	4,3	10,9
Salários e encargos sociais	22,6	21,6
Concessão e arrendamento a pagar	75,2	68,4
Demais contas e despesas a pagar	(44,6)	(19,9)
Total do Passivo Circulante	303,3	209,5
Passivo Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e financiamentos	686,3	552,5
Debêntures	75,0	
Adiantamentos de terceiros	7,7	6,4
Provisões diversas	22,7	28,0
Total do Passivo E. Longo Prazo	791,7	586,9
Patrimônio Líquido		
Capital social	315,3	315,3
Prejuízos acumulados	(117,5)	(83,9)
Lucro (prejuízo) do exercício	(94,9)	2,8
Total do Patrimônio Líquido	102,9	234,2
TOTAL DO PASSIVO	1.197,9,3	1.030,6

Valores em milhões de Reais

	NOVE MESES ENCERRADOS EM	
	Setembro de 2001	Setembro de 2000
Receita bruta de serviços	493,4	435,2
Deduções da receita bruta	(41,2)	(36,0)
Receita líquida de serviços	452,2	399,2
Custo dos serviços prestados	(343,8)	(283,9)
Lucro bruto	108,4	115,3
Despesas gerais e administrativas	(35,2)	(29,0)
Outras, líquidas	10,1	2,4
Lucro oper. antes dos efeitos financeiros	83,3	88,7
Receitas financeiras	24,6	19,6

Despesas financeiras	(163,8)	(117,5)
Lucro (prejuízo) operacional	(55,9)	(9,2)
Resultado não operacional	(0,1)	
Imposto de Renda/C. Social sobre o Lucro	0,2	(6,9)
Créditos fiscais diferidos	(0,1)	(21,2)
Plano de participação dos empregados	(5,5)	(2,3)
Lucro (prejuízo) do exercício	(61,4)	2,8
EBITDA	117,7	98,8

Apresentação das Informações Financeiras

As informações financeiras utilizadas nos comentários da Administração sobre a situação financeira e os resultados da MRS estão baseadas em suas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 1998, 1999 e 2000, bem como nas Informações Trimestrais (ITR) em 30 de setembro de 2001 e 30 de setembro de 2000, elaboradas consoante o disposto na Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e a regulamentação da CVM, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Dessa forma, tais informações financeiras devem ser examinadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da MRS, e suas respectivas Notas Explicativas.

Demonstrações Financeiras de 2001

Em atendimento ao OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 07/01 de 17 de dezembro de 2001, cabe salientar que a MRS Logística S.A. foi instada a promover as alterações mencionadas a seguir em suas demonstrações financeiras de 31/12/2001:

1. com relação ao direito de exploração da concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha sudeste, outorgado pela União, objeto do edital de privatização nº PND/A-05/96/RFFSA, a companhia deverá divulgar em nota explicativa os efeitos que se refletiriam no resultado e nas contas patrimoniais caso a operação fosse considerada como uma aquisição financiada, o que determina o registro em conta do Ativo Permanente Imobilizado Intangível pelo valor integral da operação descrito na cláusula 4ª do contrato firmado em 01/12/96, com a constituição de um passivo (circulante/exigível a longo prazo) no valor do saldo não liquidado no lance vencedor do leilão de privatização.

O mesmo tratamento deverá ser dispensado ao contrato de arrendamento dos bens operacionais (Ativo Permanente Imobilizado Tangível) associado à concessão retromencionada, firmado com a Rede Ferroviária Federal, em face vinculação entre ambos estabelecida por cláusula específica do contrato de concessão.

Os valores que seriam ativados deverão ser amortizados/depreciados considerando o prazo de vigência contratual (para o direito de exploração) e o menor entre a vida útil dos bens arrendados e a duração do contrato (para o arrendamento). Os encargos financeiros (correção monetária pelo IGP-di e juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente, inclusive sobre a carência de 1 ano) incidentes sobre a dívida deverão ser considerados em conta de resultado, obedecido o regime de competência, enquanto que a parcela de principal inserida em cada prestação reduzirá o saldo de passivo constituído.

2. No que se refere às operações de leasing listadas às páginas 75 a 77 do prospecto de emissão primária de debêntures e destacada a seguir, a companhia deverá divulgar em nota explicativa as informações previstas no Parecer de Orientação CVM nº 15/87.
 - Contrato com General Eletric envolvendo 9 locomotivas;
 - Contrato com o Banco Santander envolvendo 5 locomotivas; e
 - Contrato com o Unibanco envolvendo 360 vagões.
3. Deverá reproduzir em nota explicativa o texto PENDÊNCIA ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS (pg. 29 a 32 do prospecto de divulgação de emissão primária de debêntures).
4. Consignar na nota explicativa “contexto operacional” as informações pertinentes aos riscos inerentes ao contrato de concessão, esclarecendo as hipóteses em que o mesmo pode ser rescindido, de acordo com o prospecto de distribuição de debêntures (p.23-24).
5. Incluir na nota explicativa 19 uma descrição qualitativa pormenorizada dos riscos dos instrumentos financeiros, reproduzindo, inclusive, as informações contidas no mesmo prospecto sob o título “Fatores Relativos ao ambiente Macroeconômico / variação cambial” (pg.19 e 20), que mencionam o forte endividamento da empresa em dólares norte-americanos, a ausência de receitas nessa moeda, e ainda a inexistência de hedge.

Os Certificados de Créditos de Fretes Futuros emitidos pela RFFSA relativos a investimentos financiados por usuários decorrentes de contratos celebrados até a data do Edital de Privatização também deverão ser observados nesta nota, bem como a aplicação financeira descrita na nota nº 13 (empréstimos e financiamentos). A nota contemplará, ainda, por instrumento financeiro, o valor contábil e o valor de mercado, nos moldes da Instrução CVM nº 235/95.

6. Aditar à nota explicativa nº 15 – Obrigações com Debenturistas – a existência e respectivo teor da cláusula 5.1.4. da Escritura Particular de emissão de 10.000 debêntures simples firmada em 06/09/00, que fixa as condições para a repactuação desses títulos, tal qual previsto no Parecer de Orientação CVM 21/90, item 8, nota 9.
7. Destacar na nota explicativa sobre a constituição de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativas de contribuição social (nota 10-b nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2000), um cronograma de realização dos créditos fiscais com a devida segregação dos valores relativos a prejuízos e a diferenças temporárias.

Considerações Gerais

A receita auferida pela MRS é preponderantemente gerada pelas tarifas devidas pelos usuários do transporte ferroviário de carga. De acordo com o Contrato de Concessão, a MRS pode fixar tarifas para o transporte dentro dos limites estabelecidos pelo Ministério dos Transportes para cada tipo de carga. O Contrato de Concessão também estabelece que a MRS não poderá praticar tarifas inferiores ao custo variável a longo prazo de operação da malha Sudeste, muito embora não defina os itens a serem computados no custo variável, bem como determina que as tarifas poderão ser ajustadas (i) anualmente, de acordo com a variação do IGP-DI divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; ou (ii) de acordo com revisões, a cada cinco anos, ou quando solicitadas pela MRS (veja o capítulo “Atividades da MRS - Contratos Relevantes – Contrato de Concessão”).

A receita da MRS é contabilizada e os usuários são faturados à medida em que os serviços de transporte de carga são prestados pela Companhia. As deduções da receita bruta correspondem às incidências do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), às alíquotas de 7%, 12% e 18%; da Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS), à alíquota de 3%; e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), à alíquota de 0,65%.

Adicionalmente, em decorrência da implantação da rede de fibra óptica ao longo da malha operada pela MRS, nos termos do contrato firmado com a MetroRED, a MRS auferiu, no ano de 2000, cerca de R\$ 2,6 milhões de receita líquida, contabilizada como “Outras Receitas Operacionais”. Nos primeiros nove meses de 2001, esse item representou uma receita líquida de aproximadamente R\$ 2,6 milhões.

Também como resultado dos investimentos realizados pela MRS, seu parque de oficinas encontra-se plenamente habilitado a prestar serviços a outras concessionárias, tais como soldagem de trilhos, manutenção do sistema de frenagem e rolamentos de locomotivas.

Os custos de prestação de serviços mais representativos para a MRS correspondem a arrendamentos e taxas previstos nos contratos de Arrendamento e Concessão, combustível, mão-de-obra, e materiais.

Desempenho Operacional

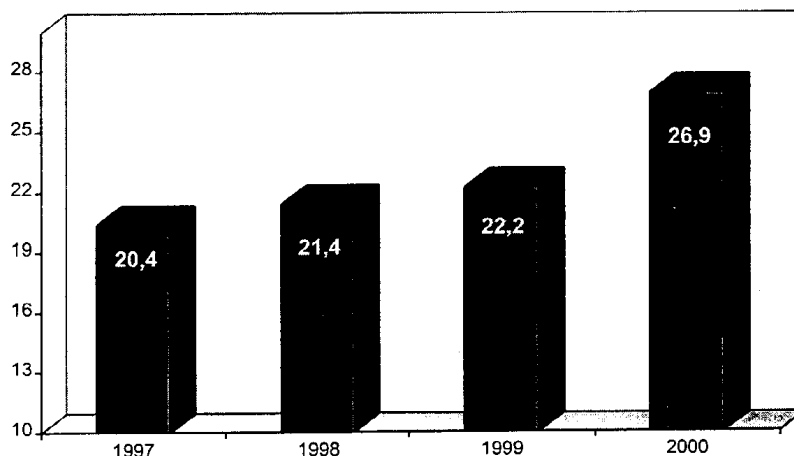
Ao longo do ano de 2000, a MRS aprovou seu Planejamento Estratégico e seu Plano de Negócios.

Como consequência, tomou-se a decisão de continuar focando a prestação de serviços em seus mercados tradicionais e de dar atenção especial ao crescimento de fluxos de mercados de carga geral.

Esta orientação se fundamentou na melhoria do nível de serviços obtida através dos investimentos feitos ao longo dos quatro primeiros anos de operação da MRS e do aumento de competitividade obtido pelo crescimento de escala e pelo processo de contínua redução de custos.

Os resultados alcançados pela MRS no exercício foram os melhores de sua história. O crescimento da atividade econômica, aliado à expansão dos negócios dos seus principais clientes, com destaque para a Ferteco, e à conquista de novos fluxos de transporte, em particular no eixo Rio – São Paulo, levaram a empresa, sem prejuízo da segurança operacional, a bater sucessivos recordes. Coroando esta atuação foi-lhe atribuído o título de Melhor Operadora Ferroviária de 2000, na tradicional premiação do Setor, promovida pela Revista Ferroviária.

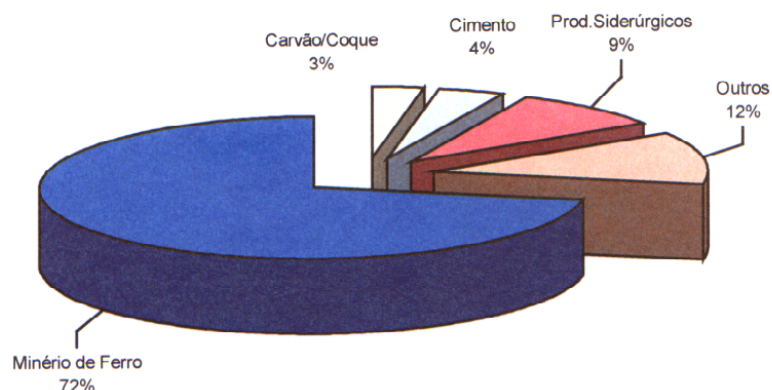
O volume total de transporte na malha foi de 66,3 milhões de TU's úteis, o maior até hoje alcançado, traduzindo um acréscimo de 20,1% em relação ao exercício anterior. A produção correspondente, por sua vez, foi de 26,9 bilhões de TKU's, representando um incremento de 20,9%. Os principais produtos transportados foram minério de ferro, produtos siderúrgicos e carvão, registrando-se, por outro lado, incrementos no transporte de outros produtos (grãos, bauxita e contêineres), em decorrência da diversificação de fluxos posta em prática pela empresa, com o objetivo, inclusive, de aumentar o transporte de cargas de maior valor agregado. Os gráficos a seguir demonstram a evolução do transporte da MRS entre 1997 e 2000, em bilhões de TKUs:



Fonte: MRS

Cabe ressaltar que a produção relativa ao quarto ano de concessão (1º de dezembro de 1999 a 30 de novembro de 2000), totalizando 26,6 bilhões de toneladas-quilômetro úteis, superou a meta contratual estabelecida para aquele período (24,6 bilhões). Da mesma forma, o índice de acidentes verificado, no período, de 34,8 acidentes por milhão de trens-quilômetro, foi inferior ao limite máximo estabelecido, como meta, no Contrato de Concessão (46,2).

A receita bruta oriunda dos serviços de transporte atingiu o montante de R\$ 594,7 milhões, ou seja, 25,5% superior ao resultado alcançado no exercício anterior. O lucro operacional gerado antes das despesas financeiras líquidas foi de R\$ 113,7 milhões, superior em 37,2% ao alcançado em 1999. O gráfico a seguir demonstra a receita bruta da MRS com seus principais produtos em 30 de junho de 2001:



Fonte: MRS

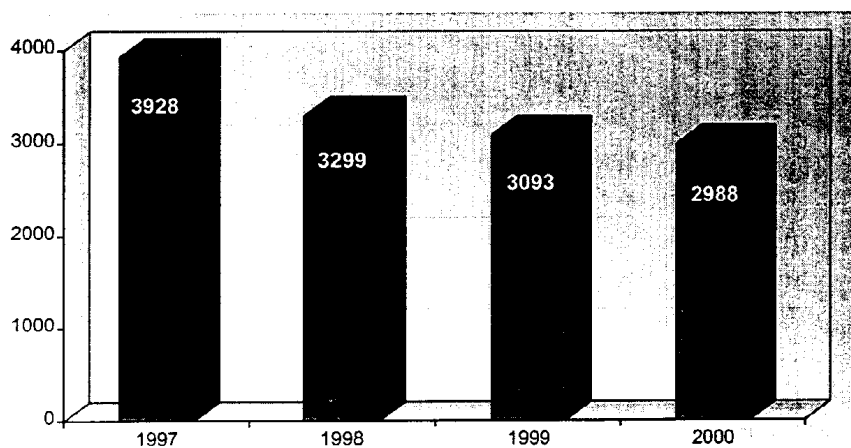
Por outro lado, o número de empregados foi significativamente reduzido, desde o início das operações da MRS, de 6.243, em 1º de dezembro de 1996, para 2.988 em 31 de dezembro de 2000. Em 30 de setembro de 2001 o número de empregados equivalia a 2.648. Até 31 de dezembro de 1998, as despesas com a desmobilização de pessoal e de reestruturação administrativa e operacional corresponderam a cerca de R\$ 37,49 milhões, as quais foram registradas no Ativo Diferido da MRS, e estão sendo amortizadas linearmente no prazo de dez anos (a amortização de parte das despesas diferidas foi iniciada em janeiro de 1998, e parte em janeiro de 1999). A partir dessa data, por considerar que seu quadro de pessoal já se encontrava no nível adequado, as despesas com a desmobilização de pessoal passaram a ser contabilizadas como despesas operacionais.

Ciente da importância do treinamento na capacitação de seu pessoal, em todos os níveis, a Companhia manteve a ênfase dada a essa atividade, na qual foram investidos R\$ 1,767 milhão (acréscimo de 85% em relação ao exercício anterior).

No total, receberam treinamento 1.136 empregados (37% do efetivo), correspondendo a 3.164 treinandos e 78.560 horas de treinamento, cabendo destacar a conclusão do Módulo I do Programa de Aperfeiçoamento de Maquinistas, com 20 turmas, envolvendo 254 maquinistas. Este módulo que compreendeu, desde o seu início em 1999, 600 maquinistas e inspetores, teve como objetivo a redução do consumo de combustível e das quebras de equipamento (engates), o que foi plenamente atingido. O

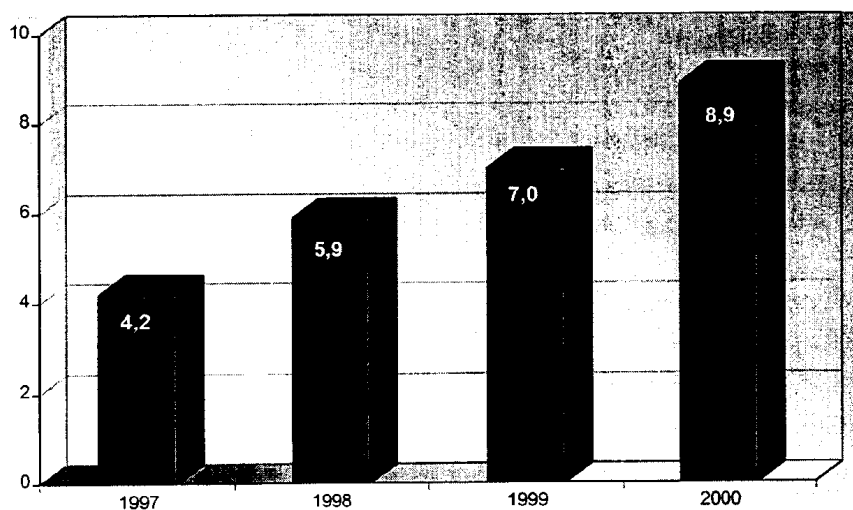
gráfico abaixo demonstra a evolução de pessoal e de produtividade da MRS entre 1997 e 2000:

EVOLUÇÃO DE PESSOAL



FONTE: MRS

EVOLUÇÃO DE PRODUTIVIDADE (MILHÕES DE TKU POR EMPREGADO)



FONTE: MRS

Tratamento Contábil do Arrendamento e da Concessão

Apesar dos crescentes investimentos em imobilizado, os principais ativos operacionais da MRS são aqueles arrendados da RFFSA. Quando da privatização, a MRS pagou adiantamentos à RFFSA e à União Federal, conforme previsto nos Contratos de Arrendamento (correspondente a 95% do valor adiantado) e de Concessão (correspondente aos demais 5% do valor adiantado), respectivamente (informações adicionais sobre esses contratos podem ser encontradas no capítulo “Contratos Relevantes – Contrato de Arrendamento”).

Até 31 de dezembro de 2000, o adiantamento por arrendamento era apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa e modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados atingiriam a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia a apropriação passou a ser efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Os pagamentos devidos trimestralmente pela MRS, tanto pela concessão quanto pelo arrendamento (correspondentes a R\$ 24.882 mil em julho de 2001, atualizados monetariamente de acordo com a variação do IGP-DI/FGV), são provisionados mensalmente pela MRS. Do valor devido pelo arrendamento, até 30% do mesmo pode ser quitado mediante a entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF), que referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes de realização de serviços de transporte, que foram assumidas pela Sociedade em conformidade com o Edital de Privatização. Os CCFF também são atualizados de acordo com a variação do IGP-DI/FGV mais juros de 10% ao ano, e, em 30 de setembro de 2001, apresentava o saldo de R\$ 56,6 milhões.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2,49 bilhões em 100 parcelas trimestrais de R\$ 24,9 milhões, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e atualização monetária com base na variação IGP-DI/FGV. Estes valores já

incluem os juros totais contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 30 de setembro de 2001.

Período encerrado em 31 de dezembro de 2000 comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 1999

Receita Bruta

A tabela a seguir discrimina a receita bruta, o volume transportado e a tarifa média de cada um dos segmentos de atuação nos períodos assinalados:

	Receita Bruta			Volume			Tarifa Média		
	(em milhões de Reais)			(em MTKU)			(R\$/TKU)		
	2000	1999	Var.	2000	1999	Var.	2000	1999	Var.
Minério de ferro	425,11	323,34	31,5%	22,86	18,25	25,26%	18,60	17,72	4,97%
Produtos siderúrgicos	55,60	40,53	37,2%	1,16	1,10	5,45%	47,93	36,85	30,07%
Cimento	25,17	23,51	7,1%	1,05	1,02	2,94%	23,97	23,05	3,99%
Carvão	19,10	20,21	-5,5%	0,50	0,47	6,38%	38,20	43,00	-11,16%
Gusa/sucata	10,91	10,45	4,4%	0,30	0,35	-14,29	36,37	29,86	21,80%
Outros	26,26	34,95	-24,8%	1,00	1,04	-3,85%	26,26	33,61	-21,87
Partilha de frete	32,60	20,68	57,6%						
Total	594,75	473,67	25,6%	26,87	22,23	20,87%	22,13	21,31	3,85%

A receita bruta aumentou 25,6% de R\$ 473,6 milhões, em 1999, para R\$ 594,7 milhões, em 2000, como consequência do aumento do volume transportado e do aumento marginal da tarifa média de transporte. A MRS transportou 26,9 milhões de TKUs em 2000, representando um crescimento de 20,9% sobre o volume total transportado em 1999.

No decorrer do exercício, além da preocupação de atender aos planos de expansão de seus clientes tradicionais, a MRS procurou desenvolver novos empreendimentos e implementar ações no sentido de aumentar a eficiência de seu transporte. Dentre essas ações e empreendimentos desenvolvidos com recursos próprios ou em parceria com clientes ou terceiros, cabe destacar: início das operações no Terminal da Mina do Córrego do Feijão da Ferteco; implantação de quatro rotas de trens expressos (trens de clientes específicos: Santos Brasil S.A., Itri, Multiterminais e Local Frio, mas com frequência e horários definidos, faturados independentemente de estarem cheios ou não) destinados ao mercado de carga geral: Rio – São Paulo, Rio – Juiz de Fora, Santos – Campinas e Santos – Suzano; implantação de trens regulares para o atendimento do transporte de produtos siderúrgicos da Cosipa e da CSN; inauguração do terminal da Basf em Guaratinguetá, com entrada em operação do ramal ferroviário

de acesso com 2,2 km de extensão, permitindo o transporte de insumos importados desde o porto de Santos até o complexo fabril e o transporte de produtos acabados para a exportação através daquele Porto. É a primeira indústria do Vale do Paraíba a transportar produtos químicos por ferrovia; início das negociações para instalação de terminais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; implantação do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC).

Dentre os resultados alcançados, merecem registro: quebra dos recordes de transporte de minério de ferro da Ferteco, MBR e Cosipa; crescimento de 29% no transporte de bauxita; crescimento de 77% no transporte de soja (em grão e farelo); aumento de 16% no número de contêineres movimentados.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela MRS aumentou 30,4%, de R\$ 306,2 milhões, em 31 de dezembro de 1999, para R\$ 399,3 milhões, em 31 de dezembro de 2000, em função sobretudo dos maiores custos com combustíveis e lubrificantes e custos com materiais e serviços.

Item do Custo	Em milhões de Reais		
	2000	1999	Varição
Pessoal	92,0	89,8	2,4%
Combustível e lubrificantes	88,2	57,0	54,7%
Arrendamento e concessão	83,5	74,2	12,5%
Materiais e serviços	74,4	40,6	83,3%
Partilhas de Fretes a Pagar	16,7	14,0	19,3%
Depreciação e amortização	14,8	11,3	31,0%
Custo c/ Acidentes	10,9	6,8	60,3%
Aluguel/Leasing de	6,7	-	-
Locos/Vagões			
Outros custos	12,1	12,5	-3,2%
Total	399,3	306,2	30,4%

Arrendamento e Concessão

De acordo com os critérios de contabilização do arrendamento e da concessão, a MRS registrou custos da ordem de R\$ 74,2 milhões, em 1999, e R\$ 83,5 milhões, em 2000 (nesse sentido, vide “Considerações Gerais – Critérios de Contabilização do Arrendamento e Concessão”).

Pessoal

Os gastos com pessoal aumentaram 2,4%, de R\$ 89,8 milhões em 1999, para R\$ 92,0 milhões em 2000, especialmente em decorrência do dissídio salarial de 6,2% e a diminuição do número de empregados em 2000, de 3.093 em 31 de dezembro de 1999 para 2.988 em 31 de dezembro de 2000.

Materiais e Serviços

Os gastos com materiais e serviços aumentaram 83,2%, de R\$ 40,6 milhões em 1999, para R\$ 74,4 milhões em 2000, devido principalmente as áreas de Via Permanente (R\$ 4,3 milhões em 1999 para R\$ 17,6 milhões em 2000) e Mecânica (R\$ 13,4 milhões em 1999 para R\$ 24,2 milhões em 2000).

Combustível e lubrificantes

Os gastos com combustível e lubrificantes aumentaram 55%, de R\$ 56,9 milhões em 1999, para R\$ 88,2 milhões em 2000, em especial devido ao crescimento do volume transportado, bem como ao aumento de cerca de 30% no preço do óleo diesel ocorrido ao longo do ano-calendário 2000, fatores minimizados pelo aumento na eficiência do consumo de combustível. A eficiência no consumo de combustíveis, medida em litros por mil TKB (toneladas brutas x quilômetros transportados), ficou em 3,56/mTKB em 2000 contra 3,78/mTKB em 1999.

Depreciação e amortização

O custo de depreciação e amortização aumentou 31%, de R\$ 11,3 milhões em 1999, para R\$ 14,8 milhões em 2000, em decorrência do crescimento dos investimentos em imobilizado realizados em 2000, no montante de R\$ 118 milhões.

Outros custos

Os outros custos diminuíram 3,2%, de R\$ 12,5 milhões em 1999, para R\$ 12,1 milhões em 2000.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 16,8%, de R\$ 122,7 milhões, para R\$ 143,3 milhões. A margem bruta (participação do lucro bruto na receita líquida) variou de 28,6% em 1999, para 26,4% em 2000. A margem bruta decresceu em função dos crescimentos nos custos com combustíveis e lubrificantes e custos com materiais e serviços.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 6,2%, de R\$ 30,6 milhões, em 1999, para R\$ 32,5 milhões, em 2000. O item que, isoladamente, mais contribuiu para este aumento foi o acréscimo das despesas com depreciação (R\$ 9,3 milhões em 2000 e R\$ 7,5 milhões em 1999), consequência do aumento do Ativo Imobilizado, de R\$ 235,5 milhões em 1999 para R\$ 336 milhões em 2000.

Provisão para Despesas e Contingências

A provisão para despesas e contingências foi uma receita de R\$ 0,7 milhão em 2000, contra uma despesa de R\$ 9,6 milhões em 1999, em decorrência de reversão de provisão por reavaliação de todas as contingências provisionadas nos anos anteriores.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

As despesas financeiras líquidas aumentaram 10,0%, de R\$ 142,3 milhões para R\$ 156,6 milhões. O fator que contribuiu para este crescimento foi a diminuição da receita financeira, devido a menor variação do dólar em 2000 (9,3% em 2000 e 48% em 1999).

	Em R\$ mil	
	2000	1999
Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações	10.892	1.806
RFFSA (CCFF)	7.891	9.053
Variação Cambial/Monetária	5.431	55.435
Demais Receitas	1.029	1.964
	25.243	68.258
Despesas Financeiras		
Juros s/ Empréstimos	(70.660)	(82.985)
Variação Cambial/Monetária	(54.096)	(60.731)
Amortização da Variação Cambial Diferida	(48.021)	(48.196)

Demais Despesas Financeiras	(9.028)	(18.597)
	<u>(181.805)</u>	<u>(210.509)</u>

Receitas (Despesas) Líquidas	(156.562)	(142.251)
------------------------------	-----------	-----------

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

O resultado líquido correspondeu a prejuízo líquido de R\$ 33,6 milhões, em 2000, e prejuízo líquido de R\$ 63,7 milhões em 1999, em decorrência, principalmente, do aumento do volume transportado e da estabilidade do Real no ano de 2000.

Período encerrado em 31 de dezembro de 1999 comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 1998

Receita Bruta

A tabela a seguir discrimina a receita bruta, o volume transportado e a tarifa média de cada um dos segmentos de atuação nos períodos assinalados:

	Receita Bruta			Volume			Tarifa Média		
	(em milhões de Reais)			(em MTKU)			(R\$/TKU)		
	1999	1998	Var.	1999	1998	Var.	1999	1998	Var.
Minério de ferro	323,34	290,99	11,1%	18,25	17,33	5,31%	17,72	16,79	5,54%
Produtos siderúrgicos	40,53	46,51	-12,9%	1,10	1,17	5,98%	36,85	39,75	7,30%
Cimento	23,51	19,99	17,6%	1,02	1,10	-7,27%	23,05	18,17	26,86%
Carvão	20,21	19,71	2,5%	0,47	0,44	6,82%	43,00	44,80	-4,02%
Gusa/sucata	10,45	8,97	16,5%	0,35	0,30	16,67%	29,86	29,90	0,13%
Outros	34,95	33,30	5,0%	1,04	1,04	-	33,61	32,02	4,97
Partilha de frete	20,68	24,74	-16,4%	-	-	-	-	-	-
Total	473,67	444,21	6,6%	22,23	21,38	3,98%	21,31	20,78	2,57%

A receita bruta aumentou 6,6%, de R\$ 444,2 milhões, em 1998, para R\$ 473,6 milhões, em 1999, como consequência do aumento do volume transportado e do aumento marginal da tarifa média de transporte. A MRS transportou 22,2 milhões de TKUs em 1999, representando um crescimento de 4% sobre o volume total transportado em 1998.

Os seguintes fatores determinaram o aumento do volume transportado: (i) desenvolvimento de operações ferroviárias no Porto de Sepetiba, destacando-se o início do transporte de minério da Ferteco (3.165 mil toneladas no exercício de 1999), e de

produtos siderúrgicos da CSN para aquele Porto e de coque de petróleo do Porto às cimenteiras localizadas nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal; (ii) consolidação e o incremento do transporte de açúcar do interior de São Paulo para o mercado consumidor no Rio de Janeiro ou para a exportação, através do Porto do Rio de Janeiro (das 50 mil toneladas transportadas em 1998, passou-se para cerca de 200 mil toneladas em 1999); (iii) aumento de 25% no transporte da bauxita, passando de um patamar de 36 mil toneladas por mês, para 45 mil toneladas por mês (para 2000, a previsão é de transporte de 50 mil toneladas/mês); (iv) aumento do transporte de grãos agrícolas do interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul para exportação através do Porto de Santos, em regime de tráfego mútuo com a Ferrobahia; e (v) incremento de 45% no transporte de minério de ferro para a Cosipa, de 138 mil toneladas em janeiro de 1999, para 200 mil toneladas em dezembro de 1999.

A tarifa média praticada em 1999 aumentou 6,5% em relação a 1998, principalmente como consequência do repasse do aumento de combustível.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela MRS aumentou apenas 2,4%, de R\$ 298,5 milhões, em 31 de dezembro de 1998, para R\$ 305,7 milhões, em 31 de dezembro de 1999, indicando o sucesso de seu processo de contínua redução de custos, do qual fazem parte os investimentos efetuados, relacionados não apenas com a via permanente (R\$ 10,7 milhões), material rodante (R\$ 35,1 milhões), informatização (R\$ 5,6 milhões) e construção de novos pátios (R\$ 17,5 milhões), mas também com o treinamento e capacitação de seus empregados (cerca de R\$ 1,0 milhão).

Item do Custo	Em milhões de Reais		
	1999	1998	Variação
Arrendamento e concessão	74,2	63,0	17,8%
Pessoal	89,8	101,3	-11,4%
Materiais e serviços	40,6	47,9	-15,2%
Combustível e lubrificantes	56,9	48,1	18,3%
Depreciação e amortização	11,3	6,6	71,2%
Outros custos	32,9	31,5	4,4%
Total	305,7	298,4	2,4%

Arrendamento e Concessão

De acordo com os critérios de contabilização do arrendamento e da concessão, a MRS registrou custos da ordem de R\$ 74,2 milhões, em 1999, e R\$ 63,0 milhões, em 1998 (nesse sentido, veja o item “Considerações Gerais – Critérios de Contabilização do Arrendamento e Concessão”).

Pessoal

Os gastos com pessoal decresceram 11,4%, de R\$ 101,3 milhões em 1998, para R\$ 89,8 milhões em 1999, especialmente em decorrência da redução de 6,2% no número de empregados em 1999, de 3.299 em 31 de dezembro de 1998 para 3.093 em 31 de dezembro de 1999.

Materiais e Serviços

Os gastos com materiais e serviços diminuíram 15,2%, de R\$ 47,9 milhões em 1998, para R\$ 40,6 milhões em 1999, como resultado do programa implementado pela MRS para redução de custos.

Combustível e lubrificantes

Os gastos com combustível e lubrificantes aumentaram 18,3%, de R\$ 48,1 milhões em 1998, para R\$ 56,9 milhões em 1999, em especial devido ao crescimento do volume transportado, bem como ao aumento de cerca de 70% no preço do óleo diesel ocorrido ao longo do ano-calendário 1999, fatores minimizados pelo aumento na eficiência do consumo de combustível. A eficiência no consumo de combustíveis, medida em litros por mil TKB (toneladas brutas x quilômetros transportados), ficou em 3,781/mTKB em 1999 contra 4,211/mTKB em 1998.

Depreciação e amortização

O custo de depreciação e amortização aumentou 71,2%, de R\$ 6,6 milhões em 1998, para R\$ 11,3 milhões em 1999, em decorrência do crescimento dos investimentos em imobilizado realizados em 1999, no montante de R\$ 76,0 milhões.

Outros custos

Os outros custos aumentaram 4,4%, de R\$ 31,5 milhões em 1998, para R\$ 32,9 milhões em 1999. Tais dispêndios estão relacionados com o uso de vias de terceiros, acidentes, energia elétrica e despesas gerais, e seu aumento está relacionado, em

especial, com o pagamento e provisionamento, em 1999, de indenizações relacionadas com acidentes, ocorridos principalmente em 1998.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 18,9%, de R\$ 103,2 milhões, para R\$ 122,7 milhões. A margem bruta (participação do lucro bruto na receita líquida) variou de 25,7% em 1998, para 28,6% em 1999, pela redução no custo de pessoal e decréscimo no consumo de combustível.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas diminuíram 6,1%, de R\$ 32,6 milhões, em 1998, para R\$ 30,6 milhões, em 1999. O item que, isoladamente, mais contribuiu para essa redução foi o decréscimo das despesas com pessoal administrativo e comercial (de R\$ 15,5 milhões em 1998, para R\$ 10,6 milhões em 1999).

Provisão para Despesas e Contingências

A provisão para despesas e contingências foi majorada em 336,4%, de R\$ 2,2 milhões para R\$ 9,6 milhões, em decorrência da inclusão de valores relacionados com novas reclamações trabalhistas e com o questionamento judicial do INSS, do PIS e da COFINS.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram 125,1%, de R\$ 93,5 milhões para R\$ 210,5 milhões. O fator que contribuiu para este crescimento foi o impacto da desvalorização cambial sobre o endividamento em dólar.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram 301,2%, de R\$ 17,0 milhões em 1998, para R\$ 68,2 milhões em 1999, substancialmente em função do aumento dos recursos disponíveis para aplicações, derivados da maior geração de caixa no período, combinado com a sua capitalização, e ganhos realizados em operações de *hedge* cambial.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

O resultado líquido correspondeu a prejuízo líquido de R\$ 63,7 milhões, em 1999, e prejuízo líquido de R\$ 8,0 milhões em 1998, em decorrência, principalmente, dos efeitos decorrentes da desvalorização cambial ocorrida.

Período encerrado em 30 de setembro de 2001 comparado ao período encerrado em 30 de setembro de 2000

Receita Bruta

A tabela a seguir discrimina a receita bruta, o volume transportado e a tarifa média de cada um dos segmentos de atuação nos períodos assinalados:

Período de nove meses findo em:	Receita Bruta (em milhões de Reais)			Volume (em MTKU)			Tarifa Média (R\$/TKU)		
	30/0	.	Var.	.	.	Var.	.	.	Var.
	9/200	30/09/2		30/09/	30/09/2		30/09/2	30/09/2	
	1.	000.		2001.	000.		001	000	
Minério de ferro	335,4	312,85	7,23%	17,38	16,79	3,51%	19,30	18,63	3,60%
	8								
Produtos siderúrgicos	57,07	38,79	47,13%	1,26	0,86	46,51%	45,29	45,10	0,42%
Cimento	20,13	18,34	9,76%	0,80	0,77	3,90%	25,16	23,82	5,63%
Carvão	16,49	14,40	14,51%	0,42	0,34	23,53%	39,26	42,35	-7,30%
Gusa/sucata	5,84	7,44	-	0,16	0,21	-	36,50	35,43	3,02%
			21,51%			23,80%			
Outros	23,99	20,55	16,74%	0,69	0,76	-9,21%	34,77	31,57	10,13%
Partilha de frete	34,46	22,85	50,81%						
Total	493,4	435,22	13,38%	20,71	19,73	4,97%	23,83	22,06	8,02%
	6								

A receita bruta aumentou 13,4%, de R\$ 435,2 milhões, nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 493,5 milhões, no primeiros primeiros nove meses de 2001, como consequência do aumento do volume transportado. A MRS transportou 20,7 milhões de TKUs no primeiros nove meses de 2001, representando um crescimento de 5,0% sobre o volume total transportado nos primeiros nove meses de 2000, equivalente a 19,7 milhões de TKUs. O aumento do volume transportado deveu-se, em grande parte, ao transporte de minério da MBR.

A tarifa média praticada nos primeiros nove meses de 2001 aumentou 8,0% em relação ao primeiros nove meses de 2000, principalmente como consequência do

repassa do aumento de combustível, além da influência de mudanças no *mix* de produtos transportados.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados pela MRS aumentou 21,1%, de R\$ 283,9 milhões, nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 343,8 milhões, nos primeiros nove meses de 2001, face ao aumento do volume transportado, bem como ao aumento de cerca de 27% do preço do óleo diesel ocorrido período de 30 de setembro de 2000 a 30 de setembro de 2001.

Item do Custo	Em milhões de Reais		
	3º trimestre 2001	3º trimestre 2000	Varição
Arrendamento e concessão	85,0	63,1	34,7%
Pessoal	65,1	67,6	-3,7%
Materiais e serviços	56,7	48,6	16,7%
Combustível e lubrificantes	78,9	61,7	27,9%
Depreciação e amortização	16,1	10,5	53,3%
Outros custos	<u>42,0</u>	<u>32,4</u>	29,6%
Total	<u>343,8</u>	<u>283,9</u>	21,1%

Arrendamento e Concessão

De acordo com os critérios de contabilização do arrendamento e da concessão, a MRS registrou custos da ordem de R\$ 85 milhões, nos primeiros nove meses de 2001, e R\$ 63,1 milhões, nos primeiros nove meses de 2000 (nesse sentido, veja o item “Considerações Gerais – Critérios de Contabilização do Arrendamento e Concessão”).

Pessoal

Os gastos com pessoal diminuíram 3,7%, de R\$ 67,6 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 65,1 milhões nos primeiros nove meses de 2001.

Materiais e Serviços

Os gastos com materiais e serviços aumentaram 6,7%, de R\$ 48,6 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 56,7 milhões nos primeiros nove meses de 2001, principalmente em função dos materiais de locomotivas, vagões e Via Permanente.

Combustível e lubrificantes

Os gastos com combustível e lubrificantes aumentaram 27,9%, de R\$ 61,7 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 78,9 milhões nos primeiros nove meses de 2001, em especial devido ao crescimento do volume transportado, bem como ao aumento de cerca de 27% no preço do óleo diesel ocorrido no período de 30 de setembro de 2000 a 30 de setembro de 2001.

Depreciação e amortização

O custo de depreciação e amortização aumentou 53,3%, de R\$ 10,5 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 16,1 milhões nos primeiros nove meses de 2001, em decorrência do crescimento dos investimentos em imobilizado realizados em 2000 e 2001.

Outros custos

Os outros custos aumentaram 29,6%, de R\$ 32,4 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 42,0 milhões nos primeiros nove meses de 2001. Esse aumento se deveu principalmente ao aluguel/leasing de locomotivas e vagões que nos primeiros nove meses de 2000 totalizaram R\$ 2,6 milhões e nos primeiros nove meses de 2001 totalizaram 12,5 milhões, em função de novos contratos de leasing de 360 vagões e 36 locomotivas.

Lucro Bruto

O lucro bruto diminuiu de R\$ 115,3 milhões, nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 108,4 milhões, nos primeiros nove meses de 2001. A margem bruta (participação do lucro bruto na receita líquida) variou de 28,9% nos primeiros nove meses de 2000, para 24,0% nos primeiros nove meses de 2001, sobretudo como consequência do aumento nos custos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 21,4%, de R\$ 29 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 35,2 milhões nos primeiros nove meses de 2001. Os itens que mais contribuíram para esse aumento foi o acréscimo das despesas com depreciação (de R\$ 6,7 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 9,1

milhões nos primeiros nove meses de 2001), consequência do aumento do Ativo Imobilizado, de R\$ 305,2 milhões nos primeiros nove meses de 2000 para R\$ 379,0 milhões nos primeiros nove meses de 2001 e desmobilização de pessoal (de R\$ 1,6 milhão nos primeiros nove meses de 2000 para R\$ 3,6 milhões nos primeiros nove meses de 2001).

Despesas Financeiras

As despesas financeiras aumentaram 67,9%, de R\$ 117,5 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 197,2 milhões nos primeiros nove meses de 2001. O acréscimo das despesas financeiras deveu-se à juros sobre empréstimos e leasing/aluguel de locomotivas e vagões e a amortização da variação cambial diferida nos primeiros nove meses de 2001.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram, de R\$ 19,6 milhões nos primeiros nove meses de 2000, para R\$ 24,6 milhões nos primeiros nove meses de 2001, principalmente em função dos rendimentos derivados do *hedge* cambial contratado pela MRS, em 1999.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Apesar do bom desempenho operacional, a grande desvalorização do dólar e a amortização da variação cambial geraram o prejuízo líquido dos primeiros nove meses de 2001 correspondente a R\$ 94,8 milhões, em contrapartida ao lucro líquido registrado nos primeiros nove meses de 2000, equivalente a R\$ 2,8 milhões.

Liquidez e Recursos de Capital

A atividade desenvolvida pela MRS requer a realização de dispêndios contínuos e substanciais para (i) a realização as melhorias necessárias na via permanente e infraestrutura; (ii) o reparo e a manutenção de locomotivas e vagões; (iii) os pagamentos decorrentes dos Contratos de Concessão e Arrendamento; e (iv) o serviço da dívida.

Em 30 de setembro de 2001, as disponibilidades da MRS correspondiam a aproximadamente R\$ 83,3 milhões. A companhia estima que esse saldo, acrescido dos fluxos de caixa de suas operações e dos recursos a serem obtidos no mercado financeiro,

será suficiente para o financiamento de sua atividade, seus investimentos, o serviço da dívida e outras obrigações de capital.

O prazo médio de financiamento a clientes, em 30 de setembro de 2001, correspondia a 7 dias e o saldo da provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 0,1 milhões, ou 0,01% do total dos valores a receber de seus clientes e nulo se comparado ao faturamento bruto dos primeiros nove meses de 2001. O percentual de clientes em atraso superior a 90 dias, em relação ao valor do contas a receber foi de 0,05% no mesmo período.

A MRS registrou uma geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$ 117,7 milhões no período encerrado em 30 de setembro de 2001. A geração operacional de caixa, em 2000, no mesmo período, correspondeu a R\$ 98,8 milhões. A margem EBITDA cresceu de 24,7% nos primeiros nove meses de 2000 para 26% nos primeiros nove meses de 2001. Esse aumento na geração operacional de caixa, apesar do crescimento significativo dos custos, está refletido no aumento da receita de transporte e principalmente na receita com manutenção de vagões, vendas de sucata e excesso de estoque.

Endividamento

Em 30 de setembro de 2001, a posição de empréstimos e financiamentos da MRS, era a seguinte:

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Senior Notes	854.816	737.568
Aplicações Financeiras Vinculadas	(280.742)	(247.387)
Finame/BNDES	53.138	55.048
Mitsui	56.097	55.318
BBA Creditanstalt	26.713	23.049
Importações	39.831	24.402
Juros e Encargos Provisionados	13.328	31.595
	<hr/>	<hr/>
	763.181	679.593
Circulante	(76.876)	(72.316)
	<hr/>	<hr/>
Longo Prazo	686.305	607.277
	<hr/>	<hr/>

O Fluxo de Amortização dos Financiamentos é o seguinte:

	Milhares de Reais						
	2002	2003	2004	2005	2006	Após 2006	Total
LONGO PRAZO							
Finame/BNDES	2.758	7.817	7.019	6.946	6.946	10.875	42.361
Mitsui		16.028	16.028	8.014			40.070
Senior Notes (líquido)				577.161			577.161
BBA – Creditanstalt	1.908	3.816	3.816	3.816	3.816	9.541	26.713
	4.666	27.661	26.863	595.937	10.762	20.416	686.305

Em 14 de agosto de 1997, a Sociedade emitiu *Senior Notes* no mercado internacional, no montante de US\$ 320 milhões, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125 milhões, e série B, no montante de US\$ 195 milhões. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9% ao ano e serão resgatados integralmente em agosto de 2005. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados, integralmente, a critério exclusivo da MRS, em cada 14 de agosto, com ágio a partir de 2002 (2002: ágio de 3,98%; 2003: ágio de 2,66% e 2004: ágio de 1,33%). O saldo de juros em 30 de setembro de 2001, no montante de R\$ 11,5 milhões (R\$ 28,0 milhões em 30 de junho de 2001), está registrado no passivo circulante e reconhecido no resultado do exercício.

A MRS constituiu em 14 de agosto de 2000 uma aplicação de US\$ 103,9 milhões, a qual em 30 de setembro de 2001 equivale a R\$ 280,7 milhões, já incluída a parcela de R\$ 3,1 milhões relativa aos juros de 8,7% a.a., tendo sido resgatados em 14 de agosto de fevereiro de 2001 rendimentos no montante de R\$ 11,4 milhões. Tal aplicação está vinculada ao resgate das *Series A Notes*, com vencimento previsto em 14 de agosto de 2005.

Os financiamentos com recursos da Finame no montante de R\$ 53,1 milhões, referem-se principalmente a três operações de compra de 840 vagões, pelo prazo de 8 anos, com carência de 6 e 12 meses e estão sujeitos a encargos de TJLP mais 4,3% a 4,7% e 3,8% ao ano. Essas operações tiveram a intermediação do Unibanco, Banco Itaú e Banco Santos S.A..

Em setembro de 1998 foi efetuada uma captação de recursos de US\$ 30 milhões junto à Mitsui & Co. Ltd. Esse empréstimo teve carência de 2 anos, com amortização em 10 parcelas semestrais até 16 de março de 2005 e custo de 3% acima da Libor semestral mais variação cambial. Até 30 setembro de 2001 foram amortizados, em três parcelas, US\$ 9 milhões de principal.

O financiamento junto ao BBA Creditanstalt no valor de US\$10 milhões, foi tomado em fevereiro de 2001, estando sujeito a variação cambial acrescida da variação da Libor para 6 meses mais *spread* de 4,35% ao ano. Este empréstimo possui carência de 22 meses, com amortização em 14 parcelas semestrais iguais, sendo a última em 15 de junho de 2009.

Os financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, com saldo de R\$ 39,8 milhões em 30 de setembro de 2001 (R\$ 24,4 milhões em 30 de junho de 2001), estão sujeitos a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,78% a 9,25% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais *spread*.

A captação de recursos junto à Mitsui & Co Ltd. está parcialmente garantida por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário.

O financiamento junto à Finame está garantido por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

Aumento de Capital

Em AGE realizada em 24 de agosto de 1999, os acionistas da MRS aprovaram o aumento do limite do capital autorizado, sem reforma estatutária, de R\$ 281,7 milhões, para R\$ 450,0 milhões, e a eliminação da vedação de emissão, pela companhia, de ações preferenciais classe “B”, de modo a manter a proporção atual de participação no capital social, relativamente a todas as espécies e classes de ações existentes. Naquela mesma data, o Conselho de Administração da companhia deliberou a efetivação de aumento de capital, mediante subscrição particular e emissão de 105.241 mil ações ordinárias, 45.866 mil ações preferenciais classe “A” e 38.893 mil ações preferenciais classe “B”.

Dessa forma, o capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315,3 milhões, está dividido em 340.000 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil ordinárias, 82.076 mil preferenciais “classe A” e 69.591 mil preferenciais “classe B”.

	30.09.2000	31.12.2000	31.12.1999	31.12.1998	31.12.1997
Capital realizado	315,3	315,3	315,3	150,0	150,0
Lucros (prejuízos)	(178,9)	(117,5)	(83,9)	(20,2)	(12,2)
acumulados					
Patrimônio Líquido	136,4	197,8	243,8	129,8	137,8

Investimentos

A tabela a seguir apresenta os investimentos realizados ao longo dos anos de 1997, 1998, 1999, 2000, bem como os investimentos orçados para os doze meses de 2001:

	<i>Valores em milhões de Reais</i>				
	2001	2000	1999	1998	1997
Via Permanente	38,8	26,4	28,2	39,1	29,2
Sinalização	4,9	4,3	3,0	2,3	2,7
Locomotivas	17,1	36,4	11,5	12,1	55,1
Vagões	15,0	8,2	23,7	8,0	11,5
Outros	24,7	16,6	9,6	20,9	6,5
	100,5	91,9	76,0	82,4	105,0

A MRS pretende investir cerca de R\$ 477 milhões nos próximos cinco anos, entre 2002 e 2006. Desse total, cerca de 31% serão destinados à via permanente, 2% à sinalização, 31% às locomotivas, 21% aos vagões e 15% a outros investimentos. A Companhia pretende utilizar 25% de recursos próprios e 75% de recursos de terceiros.

VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores mobiliários emitidos pela MRS em circulação no mercado são (i) as ações que compõem o seu capital social (“Ações”) e (ii) e as debêntures da primeira emissão da MRS (“Debêntures”).

Ações

O capital social da Companhia é de R\$ 315.300.000,00, totalmente integralizado e dividido em 340.000.000 ações nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto, dividido em ações ordinárias e preferenciais classes A e B, da seguinte forma:

ESPÉCIE	SUBSCRITO		INTEGRALIZADO	
	QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)	QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)
Ordinárias	188.332.666	174.650.851,70	188.332.666	174.650.851,70
Preferenciais classe “A”	82.076.174	76.113.581,36	82.076.174	76.113.581,36
Preferenciais classe “B”	69.591.160	64.535.566,91	69.591.160	64.535.566,91
TOTAL	340.000.000	315.300.000,00	340.000.000	315.300.000,00

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 450.000.000,00 mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas dão direito a dividendos 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e gozam de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As preferenciais classe B não têm direito a voto e conferem os mesmos direitos das ações preferenciais classe A. Entretanto, essas ações são conversíveis, a qualquer tempo, em ações ordinárias ou ações preferenciais classe A, na proporção de 1 para 1. As ações preferenciais classe B, quando representarem no mínimo 25% das ações preferenciais, dão, ainda, o direito de eleger um membro do Conselho de Administração.

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações da MRS são negociadas no mercado de balcão organizado pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos – SOMA, desde dezembro de 1998.

Debêntures

Em 1º de agosto de 2000 (“Data de Emissão”), a MRS realizou a emissão de 10.000 debêntures subordinadas, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, perfazendo o total de R\$ 100 milhões.

As Debêntures têm prazo de 60 meses, contados da Data de Emissão. O valor nominal das Debêntures deve ser amortizado em 4 parcelas anuais e iguais no dia 1º de agosto de cada ano a partir do ano de 2002.

As Debêntures rendem juros equivalentes à 100% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de 1 dia (“Taxa DI *over extra grupo*”), expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de uma sobretaxa de 1,5% ao ano (“Juros”). Os Juros são pagos semestralmente, vencendo-se no dia 1º de fevereiro de cada ano, a partir do ano de 2001.

A MRS tem o direito de, no 24º, 36º ou 48º mês após a Data de Emissão, ou em hipótese de repactuação das Debêntures, resgatar os títulos em circulação, mediante o pagamento do saldo não amortizado do valor nominal das Debêntures, acrescido dos Juros devidos até a data do resgate e ainda não pagos. A Companhia pode, ainda, adquirir as Debêntures em circulação, na forma do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de setembro de 2001, o saldo devedor das Debêntures era de R\$ 103,1 milhões, correspondente a totalidade de 10.000 debêntures em circulação.

PENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

MRS é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível e fiscal oriundas do curso normal de seus negócios, além de um mandado de segurança por ela impetrado contra a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (“CPTM”). Em 30 de setembro de 2001, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$ 112,2 milhões, dos quais foram provisionados R\$ 14,7 milhões.

Processos Trabalhistas

A Companhia é parte em 1.262 ações trabalhistas, que pleiteiam, em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas-extras; e (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 30 de setembro de 2001, o valor total do passivo trabalhista da MRS era de R\$ 40 milhões, dos quais foram provisionados R\$ 2,6 milhões. De acordo com a Companhia, o valor da provisão explica-se (i) pela perspectiva de êxito de 70% em tais ações; e (ii) pelo fato de que a MRS somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a privatização da Companhia. Os débitos anteriores a esta data são de responsabilidade da RFFSA, que é ré em diversas reclamações trabalhistas contabilizadas no passivo da Companhia (veja o capítulo “Atividades da MRS - Ação Governamental e Regulamentação da Atividade Ferroviária – Edital nº PND/A-05/96/RFFSA”).

Processos Cíveis

A MRS é ré em 94 ações cíveis, que versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. O valor total de tais ações, em 30 de setembro de 2001, era de R\$ 14 milhões, dos quais foram provisionados aproximadamente R\$ 1,9 milhão.

De acordo com a Companhia, há uma perspectiva de êxito entre 60% e 70% nas ações cíveis, em função de que os pedidos das ações indenizatórias em geral contêm valores muito elevados. De acordo com a jurisprudência, o valor máximo das indenizações estabelecidas em juízo é de aproximadamente R\$ 100 mil. Além disso, a Companhia possui seguro contra acidentes pessoais, cujo valor da franquia é atualmente de R\$ 100 mil por sinistro.

Processos Tributários

No âmbito fiscal, a MRS é parte de 14 processos administrativos e 5 processos judiciais. O valor total destes processos, em 30 de setembro de 2001, era de R\$ 57 milhões, dos quais foram provisionados aproximadamente R\$ 8,7 milhões.

Os processos tributários em curso dos quais a MRS é parte versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de contribuições ao Programa de Integração Social - PIS, (ii) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, (iii) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na prestação de serviços de transporte de mercadorias destinadas à exportação e (iv) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre bens reversíveis arrendados à MRS quando da outorga da concessão. Abordamos a seguir, os dois principais processos tributários dos quais a MRS é parte.

Auto de Infração - ICMS

Em novembro de 1999, a MRS foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais (“SEFAZ/MG”) pelo não recolhimento do ICMS incidente sobre a prestação de serviços de transporte de mercadorias destinadas à exportação e aproveitamento indevido de créditos relativos a bens destinados ao transporte, ao uso e ao consumo pela Companhia. Os débitos questionados pela SEFAZ/MG perfazem o valor total de R\$ 28 milhões.

O auto de infração foi devidamente impugnado pela Companhia, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87/96, que garante a isenção do ICMS para o transporte de produtos destinados à exportação, bem como admite o aproveitamento dos créditos descritos acima.

Atualmente, o processo está sendo apreciado em âmbito administrativo, onde aguarda decisão do Conselho de Contribuintes do estado de Minas Gerais. No âmbito judiciário, existe jurisprudência favorável à Companhia, que considera muito boa a possibilidade de êxito nesse processo. Tendo em vista essa perspectiva, não há nenhum provisionamento para essa contingência.

Cobrança de IPTU

A Prefeitura Municipal de Santos, no Estado de São Paulo, iniciou processo administrativo de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente

sobre os imóveis e a via permanente arrendados à MRS e situados naquele Município. Os valores cobrados nessa ação perfazem o total de R\$ 9 milhões.

A Companhia, amparada na opinião de juristas e na jurisprudência, impugnou a cobrança, alegando não incidir o IPTU sobre bens operacionais, ou seja, bens de domínio material da União, vinculados à prestação do serviço público concedido e arrendados à MRS para possibilitar o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão. De acordo com a Companhia, as perspectivas de êxito nesse processo são muito boas, razão pela qual não há provisionamento.

Mandado de Segurança contra CPTM – Acordo Operacional

Um litígio cujo objeto é estratégico para os negócios da Companhia refere-se à discussão sobre o direito de a MRS utilizar as linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (“CPTM”)¹¹ para o transporte de cargas com destino ao porto de Santos.

Visando ao aumento da oferta pública do serviço de transporte ferroviário de passageiros, a CPTM pretende restringir ou até mesmo impedir a passagem de trens de carga da MRS, na região metropolitana de São Paulo.. Contra essa pretensão da CPTM, a MRS impetrou um Mandado de Segurança contra o Presidente da CPTM, alegando o direito líquido e certo, conferido pelo Contrato de Concessão e pela própria Constituição Federal, de livre trânsito pelas ferrovias da Malha Sudeste.

Em 1ª instância, uma sentença concedeu à MRS o direito a continuar a promover a circulação de seus trens na região metropolitana de São Paulo. A CPTM não recorreu da decisão, que foi remetida para revisão ao Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. O processo em revisão ainda está com o julgamento pendente, mas o Ministério Público Estadual já manifestou-se favorável à confirmação da sentença. A Companhia requereu então a execução provisória da decisão, que teve início, mas foi suspensa por despacho do Presidente do aludido tribunal. Desse despacho, a MRS apresentou recurso, que ainda está pendente de julgamento.

Atualmente, em virtude de tentativa de conciliação judicial, o processo ficará suspenso até 21 de novembro de 2001, data prevista para a assinatura de um acordo operacional entre as duas partes. Este acordo, de cinco anos de prazo, estabelecerá

¹¹ A CPTM é uma sociedade de economia mista prestadora do serviço de transporte de passageiros na região metropolitana, aglomeração urbanas e microrregiões do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 7.681, de 28 de maio de 1992, e artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo).

regras definidas visando a conciliação da circulação dos trens da MRS e CPTM. Tão logo o acordo seja assinado, o processo litigioso descrito acima será extinto.

Atualização Monetária da Concessão e do Arrendamento

Outro importante litígio envolvendo a Companhia se refere a discussão sobre a periodicidade da atualização monetária dos pagamentos devidos pela MRS sob o Contrato de Concessão e o Contrato de Arrendamento com a RFFSA

O pagamento dos valores referentes à atualização monetária tem sido feito trimestralmente, concomitantemente ao pagamento das respectivas parcelas do preço estabelecido para a Concessão e o Arrendamento. No entanto, de acordo com a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, é nula qualquer estipulação de cobrança de atualização monetária em periodicidade inferior a um ano.

Assim, a MRS propôs uma ação em face do Poder Concedente e da RFFSA visando (i) à abstenção do Poder Concedente e da RFFSA em efetuar a cobrança de atualização monetária trimestralmente, para fazê-la anualmente; (ii) à compensação dos valores pagos em excesso a título de atualização monetária com os valores vincendos devidos sob o Contrato de Concessão e o Contrato de Arrendamento com a RFFSA; ou, na hipótese da compensação ser negada em juízo, (iii) à restituição pelo Poder Concedente e pela RFFSA dos valores pagos a mais pela MRS.

A Justiça Federal do Rio de Janeiro concedeu parcialmente tutela antecipada¹² à MRS, impedindo a cobrança trimestral da atualização monetária, que deverá ser anual, embora tenha sido negado o direito à compensação pretendida. Até 30 de setembro de 2001, a MRS já havia pago em excesso, a título de atualização monetária, aproximadamente R\$ 11 milhões. A ação está pendente de julgamento, sendo muito boas as perspectivas de êxito da Companhia.

¹² De acordo com o art. 273 do Código de Processo Civil brasileiro, o juiz pode, a requerimento da parte interessada, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da proteção jurídica pretendida, desde que haja (i) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou (ii) fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Edital nº PND/A-05/96/RFFSA e com o Contrato de Concessão, é vedada à Companhia a realização de quaisquer operações empresariais e financeiras com seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação, direta ou indireta ("Partes Relacionadas"). Exceção a essa regra é feita às operações que forem associadas à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas e ao objeto social da MRS, desde que sejam contabilizadas em separado em contas específicas e tenham autorização prévia do Poder Concedente.

As transações com Partes Relacionadas da MRS estão associadas à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas e foram realizadas nas mesmas condições e prazos praticados no mercado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Em 30 de setembro de 2001 (Em milhares de Reais)			
Cliente	Contas a Receber	Adiantamento de Clientes	Receitas de Serviços
MBR	7.084		195.138
CSN	2.133	9.483	50.351
FERTECO	2.124	11.156	77.078
USIMINAS	1.078		28.613
GERDAU	557		7.955
TOTAL	12.976	20.639	359.135

Entre as principais transações com Partes Relacionadas, destacam-se: (i) Contrato de Empréstimo com Mitsui; e (ii) contratos de prestação de serviço com a CSN, MBR e Ferteco para o transporte de minérios ("Contratos de Prestação de Serviços").

Contrato de Empréstimo com Mitsui

Em setembro de 1998, a MRS contratou com Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui") um empréstimo de US\$ 30 milhões. Mitsui é acionista controlador da MBR que, por sua vez, é um dos acionistas controladores da MRS.

A Companhia deve amortizar o valor do principal em 10 parcelas semestrais de igual valor, em moeda estrangeira, após um período de 2 anos de carência. Sobre o valor do principal, incidem juros remuneratórios, de pagamento semestral, equivalentes

à taxa LIBOR acrescida de 3% ao ano.

Até 30 de setembro de 2001, foram amortizadas três parcelas do principal, no valor total de US\$ 9 milhões. Nessa data, o saldo devedor do Contrato de Empréstimo com Mitsui era equivalente a R\$ 56,1 milhões.

Em garantia ao Contrato de Empréstimo com Mitsui, a MRS constituiu direito real de garantia sobre 40% dos créditos presentes e futuros oriundos do contrato de transporte celebrado com a MBR. Os recebíveis são depositados em uma conta-caução mantida no banco Citibank S.A., que também foi empenhada em favor de Mitsui.

Contratos de Prestação de Serviços

Os Contratos de Prestação de Serviços tem por objeto a manutenção de vagões para o transporte de minério de ferro e carvão da CSN, MBR e Ferteco (“Serviço de Manutenção”). Cada Contrato de Prestação de Serviços tem prazo de 6 anos.

Pelo Serviço de Manutenção, CSN, MBR e Ferteco devem pagar à MRS um total de R\$ 22 milhões, sendo que aproximadamente R\$ 16,5 milhões são devidos pela CSN, R\$ 4 milhões pela MBR e R\$ 1,5 milhão pela Ferteco. Esses valores são pagos em prestações mensais, reajustadas pela variação da coluna 32 da Fundação Getúlio Vargas e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – Atacado (IPC-A). Na hipótese de inadimplemento, incidem juros de mora de 1% ao mês sobre o débito em atraso, acrescidos de multa de 2%.

Contratos de Transporte

Em 1º de novembro de 2001, a MRS celebrou com a CSN, Ferteco e MBR contratos de prestação de serviços de transporte de cargas, cujos direitos creditórios emergentes, atuais e futuros, são objeto da garantia adicional pignoratícia desta emissão. Esses contratos de transporte são anexos do contrato de penhor, que integra o anexo V deste prospecto. A tabela abaixo mostra a parcela do fluxo de recebíveis de cada contrato que é objeto da garantia adicional pignoratícia:

Contrato de Transporte	Percentual do Fluxo de Cada Contrato
Contrato com CSN	75%
Contrato com MBR	50%
Contrato com Ferteco	75%

Abaixo, segue a descrição de cada um desses contratos.

Contrato com CSN

O Contrato com a CSN tem por objeto a prestação dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro, carvão, coque e outros produtos, a partir dos terminais de carregamento de (i) minério de ferro denominado “Casa de Pedra”, localizado no município de Congonhas do Campo, no Estado de Minas Gerais, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais, e (ii) carvão e coque, denominado TECAR, localizado na Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro, até a Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

O prazo para a execução dos serviços de transporte inicia-se em 1º de outubro de 2001 e encerra-se em 1º de outubro de 2007, renovando-se automaticamente pelo período de 3 anos. De acordo com o Contrato com a CSN, as partes se comprometeram a transportar os seguintes volumes de cargas durante todo o prazo contratual:

Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)	Carvão, Coque e Outros Redutores (milhões de toneladas)
2001ⁱ	2,0	0,8
2002	8,2	3,9
2003	8,7	4,2
2004	8,8	4,3
2005	8,7	4,3
2006	8,7	4,3
2007ⁱⁱ	6,5	3,2

*A quantidade programada para cada ano poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelagem programada, a critério da CSN.

ⁱ Valores de outubro a dezembro.

ⁱⁱ Valores de janeiro a setembro.

Em contrapartida do transporte de cargas, a MRS terá direito à cobrança de tarifa da CSN fixada por produto, que deverá ser paga semanalmente.

A MRS tem o dever de dar prioridade ao transporte de cargas através dos vagões próprios da CSN. Nessas hipóteses, a MRS deverá conceder um desconto de 15% sobre o valor da tarifa cobrada.

Contrato com Ferteco

O Contrato com a Ferteco tem por objeto a prestação dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro e pelotas, a partir dos terminais de carregamento de minério de ferro denominados Terminal Córrego do Feijão e Terminal de Água Santa, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais, até os terminais portuários de Sepetiba e Guaíba, no Estado do Rio de Janeiro, de titularidade, respectivamente, da Companhia Portuária da Baía de Sepetiba – CBPS e da MBR.

O prazo para a execução dos serviços de transporte inicia-se em 1º de outubro de 2001 e encerra-se em 1º de outubro de 2007, renovando-se automaticamente pelo período de 3 anos. De acordo com o Contrato com Ferteco, as partes se comprometem a transportar os seguintes volumes de cargas durante todo o prazo contratual:

Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)
2001 ^I	2,5
2002	10
2003	9
2004	8
2005	8
2006	8
2007 ^{II}	6

* A quantidade programada para cada ano poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelage programada, a critério da Ferteco.

^I Valores de outubro a dezembro.

^{II} Valores de janeiro a setembro.

Em contrapartida do transporte de cargas, a MRS terá direito à cobrança de tarifa da Ferteco fixada de acordo com a origem e o destino do transporte.

A MRS tem o dever de dar prioridade ao transporte de cargas através dos vagões próprios da Ferteco. Nessas hipóteses, a MRS deverá conceder um desconto de 12% sobre o valor da tarifa cobrada.

Para cobrar os serviços de transporte prestados, a MRS deve apresentar à Ferteco, mensalmente, três faturas, as quais deverão ser pagas pela Ferteco em até três dias úteis da sua apresentação.

Contrato com MBR

O Contrato com MBR tem por objeto a prestação dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro, a partir dos terminais de carregamento de minério de ferro denominados Terminal do Andaime, Terminal de Sarzedo, Terminal de Águas Claras e Terminal Olhos D'Água, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais, até os terminais portuários de Guaíba e Sepetiba.

O prazo para a execução dos serviços de transporte inicia-se em 1º de outubro de 2001 e encerra-se em 1º de outubro de 2007, renovando-se automaticamente pelo período de 3 anos. De acordo com o Contrato com MBR, as partes se comprometem a transportar os seguintes volumes de cargas durante todo o prazo contratual:

Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)
2001 ^{II}	6,940
2002	26,500
2003	28,500
2004	30,000
2005	30,000
2006	31,000
2007 ^I	23,250

* A quantidade programada para cada ano poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelage programada, a critério da MBR.

^{II} Valores de outubro a dezembro.

^I Valores de janeiro a setembro.

Em contrapartida do transporte de cargas, a MRS terá direito à cobrança de tarifa da MBR fixada de acordo com a origem e o destino do transporte realizado.

A MRS tem o dever de dar prioridade ao transporte de cargas através dos vagões próprios da MBR. Nessas hipóteses, a MRS deverá conceder um desconto de 12% sobre o valor da tarifa cobrada.

Para cobrar os serviços de transporte prestados, a MRS deve apresentar à Ferteco, mensalmente, três faturas, as quais deverão ser pagas pela Ferteco em até três dias úteis da sua apresentação.

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL ÀS DEBÊNTURES

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Como regra geral, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos produzidos pelas debêntures é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa, sujeitando-se, portanto, à incidência do IRRF, à alíquota de 20%.

Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de debenturista, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada, de capitalização, corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro.

Os debenturistas qualificados como pessoas físicas ou pessoas jurídicas isentas terão seus rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável. As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declararem sua condição à fonte pagadora.

O IRRF pago por debenturistas qualificados como pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido ou real é considerado antecipação, gerando o direito à restituição ou compensação do montante retido com o imposto apurado em cada período de apuração.

Os fundos de investimento e entidades de previdência privada fechadas estão sujeitos à incidência do IRRF. Na hipótese de aplicação financeira em debêntures realizada por instituições financeiras, seguradoras, entidades de previdência privada abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do imposto.

Em relação aos debenturistas residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento cabível em relação aos rendimentos percebidos pelos residentes no País. Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos auferidos pelos investidores externos cujos recursos adentrarem o País de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000). Nessa hipótese, os

rendimentos auferidos por debenturistas estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15%. Em relação aos investimentos oriundos de países que não tributem a renda ou que a tributem por alíquota inferior a 20%, há incidência do imposto de renda à alíquota de 20%, idêntica à aplicável aos investidores domiciliados no País.

Nas operações com debêntures registradas para negociação no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, a retenção do imposto incidente sobre rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras titulares de contas individualizadas deve ser efetuada através do próprio sistema.

Os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras que não possuem contas individualizadas do referido sistema devem ser creditados em suas respectivas contas pela Emissora, cabendo às instituições financeiras titulares das referidas contas a retenção do IRRF.

A retenção deve ser efetuada por ocasião do pagamento dos rendimentos aos debenturistas e o recolhimento do IRRF deve ser realizado até o terceiro dia útil da semana subsequente à do referido pagamento.

Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, considerando-se a totalidade das receitas por estas auferidas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas.

A remuneração conferida a título de pagamento dos juros aos debenturistas qualificados como pessoas jurídicas constitui receita financeira, estando, portanto, sujeita às contribuições para o PIS/PASEP, à alíquota de 0,65%, e à COFINS, à alíquota de 3%. Sobre os rendimentos auferidos por debenturistas qualificados como pessoas físicas não há incidência dos referidos tributos.

O pagamento das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS deve ser efetuado até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao de auferimento da referida receita pelo debenturista.

Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF

A CPMF poderá atingir qualquer debenturista, independentemente de sua qualificação, incidindo sobre as movimentações financeiras realizadas em função da aquisição de debêntures ou posteriores pagamentos realizados aos debenturistas por ocasião da amortização, vencimento ou resgate das debêntures.

A subscrição e integralização das debêntures deverão ser efetuadas à vista e em moeda nacional. Para tanto, os debenturistas realizarão débito de sua conta corrente de depósito, incidindo CPMF sobre o montante lançado.

Os pagamentos efetuados pela Emissora aos debenturistas poderão ser diretamente creditados em sua conta corrente de depósito pela instituição financeira mandatária ou realizados mediante cheque cruzado e intransferível, que deverá ser depositado na conta corrente de depósito ou na conta de poupança do debenturista. Em qualquer das hipóteses, poderá haver nova incidência da CPMF por ocasião da movimentação ou transmissão dos recursos depositados.

A CPMF incidente sobre os rendimentos auferidos por debenturistas qualificados como corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de investimento e fundos de investimento, cooperativas de crédito e instituições financeiras terá alíquota zero, desde que o recebimento de proventos de valores mobiliários emitidos por terceiros esteja compreendido em seu objeto social e que os referidos rendimentos sejam lançados e movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para este propósito.

A partir de 18 de março de 2001, a alíquota da CPMF foi novamente majorada para 0,38%, estando sua extinção prevista para 17 de junho de 2002. Atualmente, existem propostas do Governo Federal para que a CPMF seja prorrogada. A responsabilidade pela retenção e recolhimento da CPMF devida, como regra geral, é atribuída à instituição que realizar o lançamento a débito na conta corrente do debenturista.

SISTEMA NACIONAL DE DEBÊNTURES

Introdução

As debêntures serão negociadas através do Sistema Nacional de Debêntures – SND, responsável pelo registro das negociações de debêntures no mercado de balcão, uma das formas possíveis de negociação de debêntures no mercado secundário. O SND é administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP.

Desde o final do ano 2000, a CETIP se credenciou, junto à CVM, adquirindo a autorização para atuar sob a forma de mercado de balcão organizado (Instrução nº 243, de 1º de março de 1996, da CVM). Assim, a CETIP passou a ter poderes para atuar como entidade fiscalizadora dentro do próprio SND, podendo até mesmo aplicar penalidades aos infratores do sistema, nos limites de sua competência. A CETIP atua também como entidade auto-reguladora, sendo responsável, na condição de auxiliar da CVM, pela fiscalização de seus participantes e das operações por eles realizadas. Suas atividades são, dessa maneira, legalmente submetidas à supervisão e fiscalização da CVM.

Participantes

São membros do SND bancos comerciais, bancos de investimento, bancos múltiplos, sociedades distribuidoras e sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, outras instituições financeiras, pessoas jurídicas não-financeiras, investidores institucionais e companhias emissoras de debêntures.

Dentre os seus participantes podemos destacar três figuras: (i) as companhias emissoras; (ii) os chamados “membros do mercado” (“Membro do Mercado” ou “Membros do Mercado”); e (iii) o banco mandatário.

As companhias emissoras têm as seguintes responsabilidades perante o SND: (i) informar ao administrador do sistema (a) o preço unitário de recompra por ocasião do resgate e (b) os valores relativos ao pagamento de prêmios, juros ou outra remuneração ligada às debêntures; (ii) na hipótese de suspensão de algum evento ligado às debêntures, como por exemplo, o não pagamento de juros ou de principal, após tal

suspensão ser devidamente aprovada pelos órgãos competentes da companhia emissora e pelo agente fiduciário, comunicar com pelo menos um dia de antecedência, ao administrador do sistema a suspensão do evento; e (iii) comunicar ao superintendente-geral do sistema qualquer informação de que tenha conhecimento que possa de alguma maneira afetar direta ou indiretamente a negociação de suas debêntures.

Caso a companhia emissora (i) tenha sua falência decretada; (ii) não realize o pagamento do valor de principal das debêntures (ressalvada a hipótese de comunicação prévia ao administrador do sistema indicada acima); ou (iii) não pague os valores devidos ao SND em função da utilização do sistema no prazo previsto, as debêntures de sua emissão serão bloqueadas e deverão ser retiradas do sistema.

São considerados Membros do Mercado os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos múltiplos, as sociedades distribuidoras e as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, autorizados pela CVM e pelo Banco Central do Brasil a operarem no mercado de capitais.

Podem atuar como banco mandatário os bancos comerciais e os múltiplos. Ao banco mandatário cabe operacionalizar o exercício dos direitos relativos às debêntures por parte dos debenturistas. Dentre as responsabilidades do banco mandatário estão: (i) atuar como liquidante do emissor; (ii) verificar a quantidade, série e emissão das debêntures registradas no sistema, por ocasião da entrada e saída delas no sistema; (iii) conferir os registros no sistema de debêntures que não serão repactuadas; (iv) efetuar, nos termos da escritura de emissão das debêntures, a conversão das debêntures em ações, se for o caso; (v) por ocasião do resgate parcial de debêntures indicar aquelas que foram sorteadas, bem como o preço de resgate; e (vi) verificar o pagamento dos juros registrados no sistema.

Propriedade Fiduciária

Para que as debêntures entrem no sistema elas são fiduciariamente transferidas à CETIP. A propriedade fiduciária consiste na transmissão da propriedade por uma das partes, o fiduciante, a outrem, o proprietário fiduciário. O primeiro aliena determinado bem ao último que, para todos os fins legais, adquire a propriedade do bem alienado. O proprietário fiduciário, por sua vez, se obriga perante o fiduciante e seus sucessores a observar, no exercício do direito de propriedade, certas limitações e a até mesmo a alienar o bem ao fiduciante ou seus sucessores.

A transferência da propriedade em caráter fiduciário à CETIP permite a livre negociação das debêntures no sistema, uma vez que, a despeito das várias negociações de que uma debênture pode ser objeto, a sua propriedade não muda, permanecendo com a CETIP. À medida em que a debênture é negociada, são alterados os registros nas contas do SND, como veremos abaixo, o que permite que a titularidade das debêntures seja transferida.

Na qualidade de proprietária fiduciária, a CETIP se obriga a se valer do seu direito de propriedade somente com fins de permitir que o debenturista negocie seu título e exerça seus direitos sob as debêntures. Outra limitação à qual a CETIP se sujeita diz respeito aos rendimentos auferidos sob as debêntures, que são automaticamente transferidos aos debenturistas, sendo a CETIP apenas uma “ponte” entre a emissora e estes últimos.

Registro das Debêntures e Titularidade dos Debenturistas

Podemos distinguir as contas existentes no SND em dois grupos: (i) contas de participantes e (ii) contas de clientes de Membros do Mercado. Cada Membro do Mercado terá uma destas últimas contas, onde serão lançadas todas as operações de todos os seus clientes. Nas contas de cliente do Membro do Mercado deve ser feito o depósito/retirada de debêntures, como também a liquidação financeira relativa aos créditos representados pelas debêntures, ou seja, aí serão lançados os créditos e débitos relacionados (a) às operações de negociação das debêntures; (b) a resgate, juros, atualização monetária ou quaisquer outros direitos relativos às debêntures; (c) ao desconto de imposto de renda na fonte, de responsabilidade do Membro do Mercado; (d) aos encargos devidos em função da participação no sistema ou exercício de direitos.

A diferença básica entre as contas de participantes e as contas de clientes de Membros do Mercado está em que estas últimas têm no SND apenas um registro sintético onde, sem a identificação do debenturista, são lançadas as operações de depósitos/retiradas de debêntures, ou conversão destas em ações, se for o caso. Isso não significa, entretanto, que não exista um registro analítico sobre tais contas. Tal registro existe, mas não é de responsabilidade do SND, ficando a cargo do Membro do Mercado do qual o debenturista é cliente.

A titularidade das debêntures é presumida de duas maneiras: (i) quando o titular é participante do sistema, como, por exemplo, um investidor institucional, pelo crédito efetuado na sua posição própria de títulos e pelos documentos que originaram tal crédito; ou (ii) quando o titular é cliente de um Membro do Mercado, e portanto, não

participa diretamente do sistema, pelas notas de compra que lhe foram fornecidas pelo Membro do Mercado do qual é cliente.

Debêntures e Operações do Sistema

Ao SND cabe atualizar automaticamente, de acordo com os prazos e condições das debêntures ali registradas, todos e quaisquer valores atribuídos às debêntures, quer sejam eles provenientes de juros, atualização monetária ou ainda de outra forma prevista de rendimento. Também automaticamente, antes do vencimento de qualquer obrigação relativa às debêntures, o sistema expedirá notificação à companhia emissora e/ou a seus representantes comunicando o valor total por aquela devido. O resgate antecipado das debêntures não é automático, devendo a companhia emissora solicitar tal resgate à CETIP.

A ANDIMA e a CETIP não têm qualquer responsabilidade pelo não pagamento por parte da companhia emissora dos valores devidos sob as debêntures, informando os valores que lhe seriam devidos. Quaisquer pagamentos que a companhia emissora venha a efetuar aos debenturistas a título de reparação pelos danos causados em função do atraso só poderão ser efetuados através do sistema caso atendam a todos os debenturistas de forma equânime, para que aquele que venha a adquirir a debênture no futuro saiba as suas condições atuais, como por exemplo acordo efetuado pela emissora e os debenturistas quanto a prorrogação dos juros. A transferência das debêntures na pendência de qualquer pagamento transfere também ao comprador o direito ao recebimento dos valores em atraso.

Uma vez registradas no sistema, todas as operações relativas às debêntures devem ser realizadas através do SND, o que não impede, entretanto, que a companhia emissora retire as debêntures de sua emissão do SND, hipótese em que estas serão entregues aos seus respectivos titulares. Tal entrega se dá mediante o registro das debêntures em livro de registro das debêntures nominativas.

Liquidação Financeira

Nas contas mantidas no SND deve ser realizada, basicamente, a liquidação financeira das debêntures, ou seja, aí serão lançados os créditos e débitos relativos (i) às operações de negociação das debêntures; (ii) resgate, juros, atualização monetária ou quaisquer outros direitos relativos às debêntures; e (iii) desconto de imposto de renda na fonte.

A liquidação financeira das debêntures, quer seja em função de operações ligadas à negociação das mesmas como compra e venda, ou de juros, atualização monetária ou qualquer outro direito ligado às mesmas só se dará mediante ordem do responsável pela liquidação ao banco mandatário, responsável pela centralização de todas as ordens de liquidação ligadas às debêntures e pela liquidação destas no sistema.

O banco mandatário, após o recebimento de todas as ordens de liquidação, as encaminha para os bancos onde os debenturistas mantêm contas de depósito à vista, a fim de que as ordens sejam liquidadas. Caso tais ordens não sejam aceitas, em função, por exemplo, de insuficiência de saldo em conta, a operação é automaticamente cancelada. As operações também são automaticamente canceladas, caso o emitente da ordem de liquidação sofra processo de falência ou de intervenção ou liquidação extrajudicial.

A não liquidação da operação por insuficiência de recursos na conta de depósito à vista daquele que emitiu a ordem ou pela decretação de sua falência ou intervenção ou ainda liquidação extrajudicial não responsabiliza, de forma alguma, a ANDIMA, a CETIP, ou o banco mandatário pela liquidação financeira da mesma.

Após o encerramento das atividades diárias do sistema cada participante que realizou qualquer negócio ou que tenha direito, em função dos títulos depositados, a algum recebimento no dia receberá o chamado “Documento Consolidado de Operações”, que conterá todas as características das suas operações e/ou direitos a receber e que é o único documento comprobatório de suas operações no sistema.

ANEXO I DA INSTRUÇÃO CVM Nº 13/80

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77

NIRE nº nº 33.300.163.565

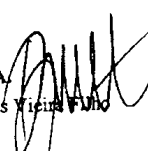
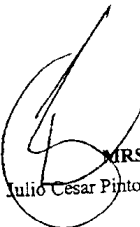
Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, ala B
Rio de Janeiro - RJ

Emissão de 70.000 debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, para subscrição pública, em duas séries, relativas à segunda emissão pública da MRS Logística S.A. ("Emissora"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em 1º de outubro de 2001 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), da espécie com garantia flutuante e garantia real adicional, com prazo de vencimento de 72 meses contados da Data de Emissão, vencendo em 1º de outubro de 2007 ("Data de Vencimento"), conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária e na Reunião do Conselho de Administração realizadas em 19 de setembro de 2001, cujas atas foram publicadas em 28 de setembro de 2001, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal "Diário Mercantil", da Cidade do Rio de Janeiro e nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de novembro de 2001 e 3 de dezembro de 2001, cujas atas foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal "Diário Mercantil" em 13 de novembro de 2001 e 10 de dezembro de 2001, respectivamente ("Emissão").


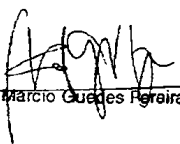
A Emissão foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sob os nºs CVM/SRE/DEB/2001/086 para a 1ª Série e CVM/SRE/DEB/2001/087 para a 2ª Série, em 18 de dezembro de 2001.

As debêntures desta Emissão possuem códigos ISIN nºs BRMRSADBS024 para 1ª série e BRMRSADBS032 para 2ª série.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as debêntures a serem distribuídas."



MRS LOGÍSTICA S.A.
Julio Cesar Pinto Rinaldo Bastos



Marcio Guedes Pereira Junior Julio F. Ingles de Sousa

1 - Composição do Capital Social

A tabela a seguir demonstra a composição do capital social da Emissora (posição em 19 de setembro de 2001, data da última Assembleia Geral Extraordinária):

ESPÉCIE *	SUBSCRITO		INTEGRALIZADO	
	QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)	QUANTIDADE	VALOR (EM R\$)
Ordinárias	188.332.666		188.332.666	
Preferenciais classe "A"	82.076.174		82.076.174	
Preferenciais classe "B"	69.591.160		69.591.160	
TOTAL	340.000.000	315.300.000,00	340.000.000	315.300.000,00

* Ações sem valor nominal.

2 - Características Básicas da Emissão

A tabela a seguir traz um resumo de informações básicas referentes à Emissão:

DEBÊNTURES	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL (R\$)	MONTANTE (R\$)
<u>Primeira Série</u>	25.000	10.000,00	250.000.000,00
<u>Segunda Série (*)</u>	45.000	10.000,00	450.000.000,00
	<i>Custo Máximo da Distribuição</i>		4.830.000,00
	<i>Taxa de Registro (**)</i>		165.740,00
	<i>Montante Líquido Para a Companhia</i>		445.004.260,00

* Limitado a R\$ 450.000.000,00 (Veja o item "Montante da Emissão")

** 0,30% do total da emissão, limitado à R\$ 82.870,00 por série.

3 - Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos Previstos no Contrato de Distribuição

A tabela a seguir demonstra os custos previstos no contrato de distribuição, bem como a taxa de registro pela CVM e o custo máximo da distribuição:

CUSTOS MÁXIMOS DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE EM REAIS	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO (*)
Comissão de Coordenação	1.350.000,00	0,30

Comissão de Colocação(*)	1.680.000,00	0,37
Comissão de Garantia Firme	1.800.000,00	0,4
TOTAL DO CONTRATO	4.155.000,00	0,92
TAXA DE REGISTRO (**)	165.740,00	0,04
CUSTO MÁXIMO TOTAL	4.995.740,00	1,11

* Limitado a R\$ 450.000.000,00.

* Comissão de Colocação: (i) 0,40% (quarenta centésimos de por cento), para um volume de até R\$250 milhões, calculados sobre o volume efetivamente colocado; e (ii) 0,34% (trinta e quatro centésimos de por cento), para um volume acima de R\$250 milhões, calculados sobre o volume efetivamente colocado, observado o limite de emissão de R\$ 450 milhões (veja item “Montante da Emissão”); e

** 0,30% do total da emissão, limitado a R\$ 82.870,00 por série.

Comissionamento

A remuneração devida pela Emissora ao Coordenador pela obtenção do registro de Emissão e demais serviços previstos no Contrato de Garantia Firme de Subscrição e Melhores Esforços de Colocação e Distribuição de 70.000 Debêntures Não Conversíveis em Ações da 2ª Emissão da MRS Logística S.A. (“Contrato de Distribuição”), bem como pela colocação das Debêntures, observará as seguintes condições:

- i) Comissão de Coordenação: 0,30% (trinta centésimos por cento) calculada sobre o montante total da emissão, limitada a R\$ 450.000.000,00;
- ii) Comissão de Colocação: (i) 0,40% (quarenta centésimos de por cento) flat, para um volume até R\$250 milhões, calculados sobre o volume efetivamente colocado; e (ii) 0,34% (trinta e quatro centésimos de por cento) flat, para um volume acima de R\$250 milhões, calculados sobre o volume efetivamente colocado; e
- iii) Comissão de Garantia Firme: 0,40% (quarenta por cento), calculada sobre o valor efetivamente garantido pelo Coordenador.

Custo Unitário do Lançamento

A tabela a seguir demonstra o custo unitário do lançamento das debêntures objeto desta Emissão:

Nº DE DEBÊNTURES	CUSTO DO LANÇAMENTO (R\$)	CUSTO POR DEBÊNTURE (R\$)
------------------	---------------------------	---------------------------

70.000	4.995.740,00	R\$ 71,36
--------	--------------	-----------

4 - Condições e Prazo de Subscrição e Integralização

A colocação das debêntures terá início após a concessão do registro de emissão pública por parte da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da 2ª (segunda) publicação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme o disposto no artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80, e encerramento no prazo máximo de distribuição previsto no item “Contrato de Distribuição de Debêntures” a seguir. As debêntures desta Emissão poderão ser subscritas, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, e serão integralizadas na forma estabelecida no item “Das Condições Gerais da Emissão das Debêntures”.

5 - Contrato de Distribuição de Debêntures

Coordenador Líder

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Coordenador Contratado

Banco Santander Brasil S.A.

Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição o Coordenador Líder da Emissão fará a colocação de até 25.000 Debêntures da 1ª série da Emissão sob o regime de melhores esforços. O Coordenador Líder e o Coordenador Contratado farão a colocação, de até 45.000 Debêntures da 2ª série da Emissão sob o regime de garantia firme, cujos os lotes de Debêntures foram alocados conforme mostrado na tabela abaixo:

Banco	Quantidade
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	43.000
Banco Santander Brasil S.A.	2.000

O Coordenador Contratado aderiu ao Contrato de Distribuição por meio do respectivo contrato de adesão, que previu o lote de garantia firme do Banco Santander Brasil S.A.

As Debêntures da 2ª Série somente serão colocadas após as Debêntures da 1ª Série terem sido integralmente subscritas ou eventual saldo não colocado ter sido cancelado.

Regime de Colocação

A colocação, prevista no Contrato de Distribuição, será realizado de acordo com as seguintes condições:

- i) a colocação das Debêntures somente terá início após a data da expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do anúncio de início de distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM n.º 13/80;
- ii) As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980 (“Instrução CVM n.º 13/80”), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, visando principalmente Investidores Institucionais, tais como Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Privada, Seguradoras e Fundos de Investimentos sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do Coordenador que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures; e
- iii) respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures da Primeira Série serão subscritas em até 90 (noventa) dias contados da data da segunda publicação do anúncio de distribuição e as Debêntures da 2ª série serão subscritas em até 2 (dois) dias após a colocação integral e/ou cancelamento das Debêntures da 1ª série. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP;

Colocação sob Garantia Firme

A colocação das Debêntures sob garantia firme será realizada de acordo com as seguintes condições:

- i) Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na Escritura de Emissão, o Coordenador Líder prestou a garantia firme de subscrição e colocação pública de até 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures da segunda

(2ª) série, perfazendo o montante de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sendo utilizada a seguinte composição para fins de apuração do montante de debêntures da garantia firme:

$Dgf = 45.000 - Dps$, onde:

Dgf = número de debêntures da 2ª Série objeto da garantia firme; e

Dps = número de debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas.

- ii) observados os termos e condições do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e de acordo com os termos da regulamentação da CVM, o Coordenador Líder terá o prazo de até 2 (dois) dias após a colocação integral e/ou cancelamento da Primeira Série, para promover a colocação das Debêntures sob garantia firme;
- ii) se até o final do prazo de subscrição as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, estas deverão ser subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder, nos termos da garantia firme de subscrição prestada, procedendo-se então, à publicação do anúncio de encerramento de distribuição pública das Debêntures; e
- iii) a obrigação do Coordenador Líder é limitada ao pagamento do Preço de Subscrição das Debêntures no dia em que o Coordenador Líder venha a subscrever e ao repasse, à Emissora, no primeiro dia útil após a devida compensação bancária, dos valores recebidos em pagamento do Preço de Subscrição das Debêntures colocadas diretamente pelo Coordenador Líder.

Colocação sob Melhores Esforços

Observados as condições do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e de acordo com os termos da regulamentação da CVM, o Coordenador Líder envidará seus melhores esforços para a colocação de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures da Primeira Série, pelo valor apurado na data da emissão. As Debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data do registro na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A colocação das Debêntures sob o regime de melhores esforços será realizada de acordo com as seguintes condições:

- i) a colocação das Debêntures somente terá início após a data da concessão do registro pela CVM e da publicação do aviso de Início de Distribuição, conforme artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80;
- ii) o Coordenador Líder terá o prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da data da segunda publicação do anúncio do início da distribuição pública, sem prejuízo da concessão do registro pela CVM, para promover a colocação das Debêntures no mercado de balcão, sujeitas ao regime de melhores esforços;
- iii) o Coordenador Líder envidará seus melhores esforços para a distribuição das Debêntures junto ao público durante o prazo estabelecido no item (ii) acima;
- iv) o Coordenador Líder não assume qualquer responsabilidade perante a Emissora na hipótese de não pagamento por parte dos compradores do preço de subscrição das Debêntures por eles colocadas sob o regime de melhores esforços; e
- v) se, no prazo estabelecido no item (ii) acima, as Debêntures não forem totalmente colocadas, o Coordenador Líder não se responsabilizará por eventual saldo não colocado, sendo de responsabilidade da Emissora o cancelamento das mesmas.

6 - Das Condições Gerais da Emissão das Debêntures

Número de Ordem da Emissão e Série

As debêntures serão da 2ª (segunda) emissão, emitidas em duas séries.

Montante da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), na Data de Emissão.

A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$ 450.000.000,00), na data de emissão, observado o procedimento de colocação previsto no item 3.17. Para tanto, o coordenador líder da distribuição prestará garantia firme de subscrição de até 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 2ª Série, sendo utilizada a seguinte composição para fins de apuração do montante de debêntures da garantia firme:

$Dgf = 45.000 - Dps$, onde:

Dgf = número de debêntures da 2ª Série objeto da garantia firme; e

Dps = número de debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas.

Data da Emissão

Para todo efeito legal, a Data de Emissão para todas as debêntures desta emissão será 1º de outubro de 2001.

Valor Nominal Unitário

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão.

Quantidade de Títulos

A Emissão será constituída de 70.000 (setenta mil) debêntures.

Séries

A Emissão será dividida em 2 (duas) séries. A 1ª Série será de até 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, totalizando até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão. A 2ª Série será de até 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, totalizando até R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

Prazo e Data de Vencimento

As debêntures terão prazo de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, com vencimento em 1º de outubro de 2007.

Forma e Conversibilidade

As debêntures desta emissão são nominativas, escriturais e não conversíveis em ações. Não serão emitidos certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures, aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das

debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures – SND Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND.

Espécie

As debêntures desta emissão serão da espécie com garantia flutuante.

Garantia Adicional

As debêntures da presente emissão contarão com garantia adicional pignoratícia representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e Minerações Brasileiras Reunidas – MBR, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN Ferteço Mineração S.A., conforme Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avencas (“Contrato de Penhor de Direitos Creditórios”) que integra a Escritura de Emissão como seu Anexo I.

Remuneração da Primeira Série de Debêntures

As debêntures da Primeira Série renderão juros remuneratórios, doravante “Remuneração”, correspondentes à variação acumulada de cem por cento (100%) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, denominada Taxa DI, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, taxa essa definida pelo Conselho de Administração em reunião de 3 de dezembro de 2001, após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão recebeu ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da Primeira Série, observado o limite máximo de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%) para o *spread*. O *spread* será calculado ao ano, base duzentos e cinquenta e dois (252) dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão ou último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

$$J = VNe \times \left\{ \text{FatorDI} \times \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização;

VNe = saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da Primeira Série no início do Período de Capitalização;

Fator DI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, ou do pagamento da Remuneração, exclusive;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

$\text{spread} = 1,2\%$, na forma percentual ao ano apurada no processo de “Bookbuilding”;

N = 252 dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

Define-se:

- a. Período de Vigência da Remuneração - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração da Remuneração;

- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida anualmente, a contar da Data da Emissão;
- c. Subperíodo de Capitalização - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
- o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
 - os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;

A Remuneração devida sob as debêntures da Primeira Série será paga anualmente a contar da Data da Emissão, todos o dia 1º de outubro de cada ano.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures da Primeira Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a dez (10) dias, ou ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, ou ainda, caso a Taxa DI deixe de representar o custo de captação e o custo de oportunidade no mercado financeiro brasileiro, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de trinta (30) dias contados de qualquer desses

eventos mencionados, para definir, de comum acordo com a MRS, o novo parâmetro a ser aplicado. Caso não haja acordo na Assembleia Geral de Debenturistas, MRS deverá, em até dez (10) dias, resgatar a totalidade das debêntures da Primeira Série em circulação. O resgate se dará pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, acrescido da remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração até o dia do efetivo resgate das debêntures da Primeira Série. Na ausência de critério legal, a Remuneração a que as debêntures da Primeira Série farão jus no período compreendido entre a data de pagamento da última remuneração e a data do resgate das debêntures da Primeira Série será a Taxa DI média dos sessenta (60) dias anteriores à extinção ou vedação legal ou perda de representatividade de aplicação da mencionada taxa.

Remuneração da Segunda Série de Debêntures

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”) a partir da Data de Emissão calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, se necessário, doravante “Atualização Monetária”.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp1}{dct1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp2}{dct2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcpn}{dctn}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado unitário;

VNe = valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário não amortizado;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização¹³ até a data de aniversário das debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário¹⁴, valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da última data-base¹⁵ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

(*) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.

O IGPM/FGV deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM/FGV incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

No caso de indisponibilidade temporária do IGPM/FGV será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos. Nesta hipótese não caberão, quando da divulgação do índice que seria utilizado no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto por parte dos debenturistas.

Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGPM/FGV, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da Segunda Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“INPC/IBGE”). No caso de impossibilidade de uso do INPC/IBGE, o Agente Fiduciário deverá convocar, em no máximo trinta (30) dias a contar da constatação de impossibilidade de utilização do referido índice, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para a deliberação, em comum acordo com a MRS, sobre o novo parâmetro de remuneração. Caso não haja acordo na Assembleia Geral de Debenturistas, as debêntures da Segunda Série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, em até dez (10) dias após a data de realização da referida assembleia geral de debenturistas, pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado, atualizado monetariamente conforme descrito acima,

¹³ Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos da debênture.

¹⁴ Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento da debênture.

¹⁵ Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios e Atualização Monetária até o dia do efetivo resgate das debêntures da Segunda Série. O índice de atualização monetária utilizado que deverá ser utilizado para o resgate das debêntures da Segunda Série será o último IGPM/FGV divulgado antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

O valor relativo à atualização monetária das Debêntures deverá ser pago integralmente, juntamente com os Juros Remuneratórios.

As debêntures da Segunda Série renderão juros remuneratórios de 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, cujo percentual foi definido pelo Conselho de Administração em reunião de 3 de dezembro de 2001, após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão recebeu ofertas do mercado em geral sobre a taxa de juros remuneratórios das debêntures da Segunda Série, observado o limite máximo de treze inteiros e meio por cento (13,5%) ao ano. Os juros remuneratórios terão base 360 dias corridos, e serão incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da Segunda Série, atualizado conforme descrito acima, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis*, por dias corridos, doravante “Juros Remuneratórios”.

Define-se:

- a. Período de Vigência de Juros Remuneratórios - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos Juros Remuneratórios;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente a contar da Data de Emissão, todo o dia 1º de outubro de cada ano.

O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN_a \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização;

VN_a = saldo do valor nominal unitário não amortizado atualizado, anteriormente descrito;

taxa = 13,5% ao ano, percentual apurado no processo de “Bookbuilding”;

N = número de dias representativo do *spread*, base 360 dias corridos;

n = o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

Amortização Programada

O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em cinco parcelas anuais, a contar do segundo aniversário da Data de Emissão. A tabela abaixo mostra o cronograma de pagamento e os valores de amortização do Valor Nominal:

Percentual de Amortização	Data (a contar da Data de Emissão)
10%	Vigésimo quarto (24º) mês
15%	Trigésimo sexto (36º) mês
20%	Quadrágésimo oitavo (48º) mês
25%	Sexagésimo (60º) mês
30%	Septuagésimo segundo (72º) mês

Preço de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da respectiva Remuneração ou Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, que será em moeda corrente nacional, à vista. As debêntures poderão ser subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de concessão do registro da distribuição na CVM. A subscrição

será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures de ambas as séries, sob os respectivos débitos em atraso continuarão a incidir as respectivas remunerações previstas acima, acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo, exceto na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, conforme disposto no item “Repactuação”.

Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures antecipadamente vencidas, na forma mencionada nos parágrafos abaixo, nas seguintes hipóteses:

- i) protesto legítimo e reiterado de título(s) contra a MRS cujo valor global seja igual ou superior a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ou a constituição da MRS em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo (a) se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela MRS, ou (b) se o protesto ou constituição em mora for cancelada, ou (c) se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou (d) se o protesto ou constituição em mora for de qualquer outra forma elidido pela MRS na primeira oportunidade processual cabível;
- ii) declaração de insolvência ou pedido de concordata da MRS;
- iii) dissolução ou liquidação da MRS;

- iv) falta de cumprimento pela MRS de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios ou em lei, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- v) transformação, incorporação, fusão ou cisão da MRS;
- vi) inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela MRS na Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios;
- vii) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; e e
- viii) ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas no Contrato de Penhor de Direitos Creditórios.

Verificada a ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS para sanar o evento no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da notificação. Persistindo o evento, o Agente Fiduciário deverá encaminhar correspondência com aviso de recebimento, com cópia aos debenturistas, a CETIP, a CVM e a instituição depositária das debêntures, declarando antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures. Na ocorrência do vencimento antecipado, a MRS obriga-se a efetuar o pagamento das debêntures em circulação de ambas as séries, pelo seu valor nominal unitário, devidamente acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser efetuado em até trinta (30) dias corridos contados do recebimento da correspondência do Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item “Multa e Juros Moratórios” acima.

O Agente Fiduciário deverá acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado utilizando-se de todos os meios a sua disposição, tais como, mas não limitado a: informações recebidas da MRS, periódicas ou eventuais; outras

fontes públicas de informação, tais como certidões de registros públicos, publicações legais, etc.

O vencimento antecipado das debêntures também ocorrerá em caso de vencimento antecipado de qualquer dívida da MRS, em montante igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00), em decorrência de inadimplência contratual da MRS.

Obrigações Adicionais da Emissora

A MRS está ainda adicionalmente obrigada a:

- i) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou por qualquer forma distribuir todo ou parte de seu resultado, se estiver em atraso superior a cinco (5) dias relativamente ao pagamento de juros, atualização monetária, remuneração e principal das debêntures objeto desta Emissão;
- ii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, contratada pela própria MRS;
- iii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- iv) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- v) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de cinco (5) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de algum dos direitos creditórios dados como garantia, nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Creditórios;
- vi) manter, na data do último balanço trimestral ou anual de cada ano civil, a partir da Data de Emissão das debêntures e até o pagamento integral das mesmas, a razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA (conforme definido abaixo) dos últimos 12 (doze) meses menor ou igual aos quocientes dispostos na tabela abaixo:

Ano Civil	Dívida Líquida Consolidada / EBITDA
2001	sete (7)
2002	sete (7)
2003	(seis) 6
2004	(seis) 6
2005	(cinco) 5
2006	(cinco) 5
2007	(cinco) 5

- vii) quando da divulgação de suas demonstrações financeiras trimestrais ou anuais, a MRS deverá encaminhar tais documentos ao Agente Fiduciário e informá-lo, em detalhe, as aplicações financeiras de curto prazo e seus respectivos valores, para fins de apuração das Disponibilidades Financeiras Consolidadas, definida no inciso “ii” do item 4.2.1 abaixo.

Para os fins do disposto no item (vi) acima e dos itens seguintes, considerar-se-ão as seguintes definições:

- i) “Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório das dívidas financeiras contraídas pela MRS junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, ou devidas em função de emissões de títulos e valores mobiliários de renda fixa emitidos no mercado de capitais brasileiro e/ou internacional, descontadas das Disponibilidades Financeiras Consolidadas da MRS, descritas no ativo circulante de suas demonstrações financeiras;
- ii) “Disponibilidades Financeiras Consolidadas” significa recursos em caixa mais aplicações em certificados de depósito bancários e em fundos de investimento que tenham, pelo menos, oitenta e cinco por cento (85%) dos seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários de renda fixa;
- iii) “EBITDA” significa o somatório (sem qualquer duplicidade) de (i) lucro líquido antes do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para determinado período, mais (ii) os seguintes fatores que foram deduzidos para fins de sua determinação (a) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período; (b) despesas financeiras líquidas; e

- iv) “Evento Extraordinário” significa a constatação, ao final de determinado trimestre civil, de que a variação acumulada do IGPM/FGV nos últimos doze meses, a contar do trimestre em questão, foi superior a quinze por cento (15%).

Repactuação

Em relação à observância pela MRS dos limites previstos no item (vi) das “Obrigações Adicionais da Emissora” descritas acima, deverá ser observado o que segue.

Será permitido à MRS, durante o prazo da presente emissão, o desenquadramento dos limites indicados no item (vi) das “Obrigações Adicionais da Emissora” descritas acima por no máximo quatro (4) trimestres, sendo vedado, entretanto, o desenquadramento por períodos superiores a dois (2) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento até o final do trimestre imediatamente posterior, não se computando, para os efeitos deste item eventual desenquadramento acarretado por Evento Extraordinário.

Durante o prazo da presente emissão, se o Evento Extraordinário ocorrer por mais que quatro (4) trimestres consecutivos, ou por mais cinco (5) trimestres não consecutivos, a MRS será obrigada a repactuar as debêntures nos seguintes termos.

O Agente Fiduciário, tendo recebido os demonstrativos financeiros a que se refere o item (vii) das “Obrigações Adicionais da Emissora” descritas acima, deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela MRS, dos limites e índices aplicáveis. Nessa hipótese, deverá comunicar aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados ou Eventos Extraordinários, mediante envio de correspondência, com aviso de recebimento, a cada debenturista, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar verificação aqui referida.

A MRS, sempre que solicitada pelo Agente Fiduciário, deverá enviar ao Agente Fiduciário informações que comprovem o cumprimento dos limites e índices.

Não havendo o reenquadramento nos prazos previstos acima e sendo ultrapassado o número de Eventos Extraordinários acima mencionados, da presente emissão, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, convocar assembléia de debenturistas para que seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, dois terços (2/3) das debêntures em circulação (i) a não aceitação do desenquadramento dos limites e índices e excesso de Eventos Extraordinários e a

conseqüente repactuação das debêntures em circulação ou (ii) a aceitação de novos limites e índices, por prazo a ser determinado nesta assembléia de debenturistas; findo este prazo, a MRS deverá enviar imediatamente ao Agente Fiduciário declaração e comprovantes de reenquadramento nos limites e índices originalmente previstos, sob pena de, em não o fazendo, acarretar a Repactuação das Debêntures em circulação.

Ocorrendo evento de repactuação, a MRS obriga-se a realizar até 5 (cinco) dias úteis após a assembléia de debenturistas acima mencionada, Reunião do Conselho de Administração que deverá deliberar sobre as novas condições das debêntures. As novas condições serão comunicadas aos debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião do Conselho de Administração, na forma de “Aviso aos Debenturistas”, concedendo-se o prazo máximo de dez (10) dias úteis, contado da data de sua publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as novas condições fixadas manifestem sua não aceitação. Os debenturistas deverão se manifestar mediante comunicação escrita enviada à CETIP, ou à instituição depositária das debêntures, em ambas hipóteses com cópia endereçada à sede da Emissora.

A MRS obriga-se a adquirir as debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que assim se manifestarem, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração ou dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

Na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, a MRS, à seu exclusivo critério, poderá proceder ao resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembléia de debenturistas que a tenha aprovado.

A MRS se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o(s) banco(s) coordenador(es) da emissão por

todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo(s) banco(s) coordenador(es) em razão de qualquer inadimplemento de suas obrigações sob a Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor de Direitos Creditórios ou qualquer outro documento relacionado a presente emissão.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e na instituição financeira depositária das debêntures ou na sede da MRS para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.

Atendimento aos Debenturistas

Os debenturistas serão atendidos pelo Diretor de Relações com Investidores da Emissora, Sr. Júlio César Pinto, na Av. Brasil, 2001, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP 36060-010, telefones nº (32) 3239-3510, (32) 3239-3601, (32) 3239-3967, fax nº (32) 3239-3518 ou e-mail juc@mrs.com.br.

Não Comparecimento dos Debenturistas

O não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela MRS, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

7 - Procedimento da Distribuição

A distribuição será pública, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades de previdência aberta ou fechada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos bancos coordenadores. As Debêntures da 2ª série

somente serão colocadas após as Debêntures da 1ª série terem sido integralmente subscritas ou o eventual saldo não colocado ter sido cancelado. Para tanto, as Debêntures da 1ª série eventualmente não colocadas em até 90 (noventa) dias, a contar da data de registro da emissão pela CVM, deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª série. As debêntures da Segunda Série deverão ser colocadas em até dois (2) dias após a colocação integral e/ou cancelamento das debêntures da Primeira Série.

Publicação na Imprensa

Exceto os anúncios de início e encerramento, que serão publicados na “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Diário Mercantil”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a MRS avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação, no prazo de cinco (5) dias úteis da sua ocorrência.

Negociação

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

8 - Destinação dos Recursos

A MRS utilizará os recursos oriundos desta Emissão para readequar o perfil de seu endividamento de longo prazo (veja o capítulo “Destinação dos Recursos”).

9 – Informações Complementares

Relacionamento entre os Coordenadores e a Emissora

A Companhia possui operações com o coordenador líder da emissão, que consistem principalmente em empréstimos, repasses, títulos e valores mobiliários, prestação de garantias, bem como leasing de máquinas e equipamentos. Em 30 de setembro de 2001, o saldo dessas operações com o Unibanco era o seguinte:

TIPO DE OPERAÇÃO	SALDO (EM REAIS)
Hedge	1.052.241,00
Leasing	102.878.840,00
FINAME	23.499.988,00
Senior Notes	82.155.831,00

Fiança	25.667.448,00
Carta de Crédito	13.785.959,00
Debêntures	51.561.740,00
TOTAL	300.602.047,00

A Companhia também possui transações com o Banco Santander Brasil S.A., envolvendo operações de cessão de crédito e leasing e prestação de fiança. Em 30 de setembro de 2001, o saldo dessas operações era o seguinte:

TIPO DE OPERAÇÃO	SALDO (EM REAIS)	VENCIMENTO
Cessão de Crédito	6.538.293,89	28/2/02
Leasing	52.457.598,36	28/08/05
TOTAL	58.995.792,25	

Contrato de Manutenção de Liquidez

Os Coordenadores não firmaram contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

Instituições Coordenadoras e Locais onde os Investidores Poderão Adquirir as Debêntures

Coordenador Líder

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Av. Eusébio Matoso, 891, São Paulo – SP

Coordenador Contratado

Banco Santander Brasil S.A.
Rua Amador Bueno, 474, 3º andar, São Paulo - SP.

Banco Mandatário

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Banco Escriturador

Banco Bradesco S.A.

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas, 3.333, Rio de Janeiro - RJ

Informações Complementares

Quaisquer outras informações complementares sobre a Companhia e a distribuição em questão, bem como exemplares deste prospecto de emissão, poderão ser obtidos junto ao Coordenador e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E LÍNGUA ESTRANGEIRA

Coque – É o resíduo sólido resultante da destilação do carvão mineral.

EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization*, que corresponde ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Faixa de Domínio - É a faixa de terreno de pequena largura em relação ao comprimento, em que se localizam as vias férreas, arrendadas pela RFFSA à MRS e demais instalações, inclusive os acréscimos necessários a sua expansão.

Ferro-Gusa – É o ferro obtido diretamente de altos-fornos.

Heavy Haul – termo utilizado para designar as cargas de minério de ferro, carvão e coque.

Hedge – é a operação financeira cujo objetivo é a proteção de ativos e/ou passivos contra flutuações de índices aos quais estes mesmos ativos/passivos estão atrelados/expostos.

LIBOR - London Interbank Offering Rate. Corresponde à taxa interbancária de venda para depósitos em dólares americanos da Associação de Bancos Britânicos - *British Banker's Association*

Luxembourg Stock Exchange – Bolsa de Valores de Luxemburgo.

Piggyback – Consiste em transportar-se a carreta do caminhão em cima de um vagão plataforma.

PORTAL - *Private Offerings, Resale and Trading through Automated Linkages*. Trata-se de um Mercado criado pela NASDAQ para a negociação de determinados títulos e valores mobiliários estrangeiros ou norte-americanos através de um sistema automático de comunicação que facilita a distribuição privada, colocação, negociação, resgate e liquidação de títulos para investidores institucionais qualificados (*Qualified Institutional Buyers*) submetidos à *Rule 144A*.

Rule 144 A - Autorização da SEC, órgão equivalente à CVM nos EUA, para venda de pequenas quantidades de títulos sem que tenham sido registradas. No caso da emissão

das *Notes*, elas não podem ser negociadas no mercado PORTAL em lotes cujo valor seja inferior a US\$ 100 mil.

SLUG – É o módulo de tração construído sobre chassis de locomotivas provido apenas de motor de tração, não possuindo motor a diesel e geradores. Este módulo fica intercalado entre duas locomotivas diesel-elétricas tradicionais, sendo alimentado pela energia ociosa produzida pelos geradores destas locomotivas.

Spread de risco - É o valor cobrado para a instituição financeira assumir o risco do financiamento e suportar os encargos de eventual inadimplemento da MRS.

Talude – Pequenos vales cortados pela ferrovia.

Trackage Rights – São direitos de passagem, ou seja, valores devidos a uma concessionária do serviço público de transporte pela utilização de suas ferrovias por outras concessionárias.

Transtailer - – É uma operação multimodal pela qual as carretas dos caminhões (onde estão as cargas) são transferidas para uma plataforma sobre rodas de vagão e transportadas pela locomotiva da MRS

TKU – Tonelada Kilômetro Útil Transportada – Unidade de aferição do trabalho equivalente ao transporte de 1 tonelada de carga à distância de 1 quilômetro. Representa o trabalho efetuado pelos vagões carregados no fluxo de transporte quando da sua circulação dentro dos limites da malha ferroviária da MRS*. Quando se menciona a produção da MRS esta é medida em termos de TKU.

TU – Tonelada Útil Tracionada – É a quantidade de carga do transporte remunerado, movimentada dentro dos limites da malha ferroviária da MRS, originada na malha e recebida por esta, proveniente de intercâmbio com outras malhas ou ferrovias estrangeiras*.

Vagão Plataforma – é o tipo de vagão que só possui a base.

Vagões tipo GDT – São vagões do tipo gôndola, utilizados para o transporte de granéis, como minério de ferro e carvão.

* Definição retirada do “site” do Ministério dos Transportes (www.transportes.gov.br).

VRG – É o valor do bem arrendado a ser pago pelo arrendatário, depois de pagas todas as contra-prestações do arrendamento, se este desejar adquirir a propriedade do bem.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Atas da Assembléia Geral Extraordinária e Reuniões do Conselho de
Administração que deliberaram sobre a emissão das debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM nº 01794-9

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada aos 19 de setembro de 2001.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2001, às 16:00 horas, na sede social da Empresa, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da **MRS LOGÍSTICA S/A**, representando mais de um quarto do capital social com direito a voto, conforme consta do Livro de Presença dos Acionistas. Assumindo a Presidência da Mesa, na forma do Artigo 8º do Estatuto Social, o Sr. Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, substituto designado pelo Sr. José Paulo de Oliveira Alves, Presidente do Conselho de Administração, convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para servir como Secretário. Dessa forma, depois de verificar a existência de quorum muito superior ao mínimo estabelecido na lei, o Sr. Presidente determinou ao Secretário que procedesse à leitura do edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil dos dias 11, 12 e 13 de setembro, o que foi feito, sendo transcrito, a seguir, o seu inteiro teor: “Edital de 1ª Convocação - Assembléia Geral Extraordinária - Ficam os acionistas da **MRS LOGÍSTICA S/A** convocados para, em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 19 de setembro de 2001, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social sita à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, nesta Cidade do Rio de Janeiro, deliberar sobre a emissão de debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, em duas séries, no valor total de R\$ 700.000.000,00, com o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 e prazo final de resgate de 72 meses a contar da data da emissão, para colocação no mercado interno. Os acionistas deverão apresentar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, especialmente documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais expedido pelo Banco Bradesco S/A, instituição depositária. Na hipótese de acionista pessoa jurídica, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua representação legal. A representação por procu-

ração deverá obedecer rigorosamente às determinações do parágrafo 1º do supramencionado art. 126. No caso de custódia, o acionista deverá apresentar comprovante expedido pela instituição financeira depositária. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2001. José Paulo de Oliveira Alves. Presidente do Conselho de Administração.” Encerrada a leitura e após as explicações necessárias sobre as vantagens financeiras decorrentes, a Assembléia aprovou, por unanimidade, a emissão de debêntures e a sua colocação no mercado interno, devendo a operação ora aprovada obedecer à seguinte estrutura: a) **Espécie, Forma e Tipo:** As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, terão garantia flutuante, na forma do artigo 58 da Lei nº 6.404/76 e, adicionalmente, terão, também, garantia pignoratícia de parte dos recebíveis oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte realizados para (i) a Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.417.445/0001-20 e sediada à Praia de Botafogo, 300, 8º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, (ii) a Companhia Siderúrgica Nacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.042.730/0001-04 e sediada à Avenida Lauro Müller, 116, 36º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e (iii) a Ferteco Mineração S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.078.320/0001-13 e sediada à Rua Rodrigo Silva, 26, 22º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; b) **Data da Emissão:** A data da emissão será 1º de outubro de 2001. c) **Valor Total, Valor Nominal Unitário e Quantidade de Títulos:** A emissão terá o valor total de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e será dividida em 70.000 (setenta mil) debêntures, cada uma delas com o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais). d) **Divisão em Séries:** As debêntures serão emitidas em duas séries, consoante a seguinte discriminação: I – A 1ª Série, no valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do CDI Over mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 1ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 1,2% ao ano; II – A 2ª Série, no valor de até R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do IGP-M mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Sé-

rie, observado, para o “spread”, o limite máximo de 13,5% ao ano. Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGP-M, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da 2ª Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE. As debêntures da 1ª Série eventualmente não colocadas em até 90 (noventa) dias deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª Série.

e) **Data de Pagamento da Atualização Monetária/Remuneração:** A forma de pagamento dos juros e a atualização monetária será anual, a partir de 12 (doze) meses contados da data da emissão. f) **Amortização**

do Principal e Vencimento: O prazo final da amortização do principal será de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão, obedecendo o seguinte parcelamento: I - 10% no 24º mês; II - 15% no 36º mês; III - 20% no 48º mês; IV - 25% no 60º mês; V - 30% no 72º mês. g)

Vencimento e Resgate Antecipado: As hipóteses de vencimento antecipado das debêntures serão deliberadas pelo Conselho de Administração da COMPANHIA, tal como permitido pelo artigo 59, VI da Lei nº 6.404/76. h) **Modo de Distribuição:** O modo de distribuição das debêntures será deliberado pelo Conselho de Administração da COMPANHIA, tal como permitido pelo artigo 59, VIII da Lei nº 6.404/76. i)

Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração ou atualização monetária e juros, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a data da emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

j) **Limite de Colocação:** A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Em consequência da deliberação supra, o Conselho de Administração e a Diretoria da Sociedade, conforme o caso, ficaram autorizados a praticar todos os atos necessários à emissão das debêntures, inclusive a celebração de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios para fins de constituição da garantia adicional, a fixação dos termos e condições aplicáveis e, bem assim, a assinatura de todos os documentos e da escritura necessários à efetivação da operação. Além da autorização acima e para o fim de cumprir eventuais exigências feitas pela CVM na análise do processo de distribuição pública, a Assembléia decidiu, ainda, nos termos do art. 59, § 1º da Lei 6.404/76, delegar ao Conselho de Administração da COMPANHIA a deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a

VIII do mesmo artigo 59. Esclareceu, ainda, o Presidente que a emissão de debêntures de que trata a presente já fora, também, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data. Finalmente, ficou decidido, também por unanimidade, que a ata desta Assembléia Geral Extraordinária poderá ser publicada, em extrato, com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 130 da já referida Lei nº 6.404/76. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, por unanimidade, sendo assinada por todos os presentes. Pablo Javier de la Quintana Brüggemann – Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira – Secretário; p. Companhia Siderúrgica Nacional, Maria Isabel dos Santos Vieira; p. Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR, Wanderlei Viçoso Fagundes e Guilherme Frederico Escalhão; p. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, Delson de Miranda Tolentino; p. Ferteco Mineração S/A, Conceição Aparecida Clemente da Silva e Roberto Gottschalk; p. Clube de Investimentos dos Ferroviários da SUDFER, João Paulo do Amaral Braga; Pablo Javier de la Quintana Brüggemann; Delson de Miranda Tolentino; Roberto Gottschalk; Lauro Henrique Campos Rezende; Guilherme Frederico Escalhão; João Paulo do Amaral Braga; Fernando Henrique de Menezes Oliveira e Wanderlei Viçoso Fagundes.

Declaro que a presente é cópia autêntica da ata lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

Fernando Henrique de Menezes Oliveira
Secretário

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM nº 01794-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada às 14:00 horas do dia 19 de setembro de 2001.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de setembro de 2001, às 14:00 horas, na sede social da Empresa situada à Praia de Botafogo, 228, 12º andar, sala 1201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se, com a presença da maioria dos seus membros, o Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A, sob a Presidência do Sr. Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, substituto designado pelo Presidente José Paulo de Oliveira Alves, na forma do art. 12, letra “d”, do Estatuto Social. Instalados os trabalhos o Sr. Presidente convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para servir como secretário e explicou que este Conselho foi convocado regularmente na forma do Estatuto Social. Em sucessivo, para atender a necessidades de negócios da Empresa, o Conselho, por unanimidade, aprovou a emissão de debêntures e a sua colocação no mercado interno, devendo a operação ora aprovada obedecer à seguinte estrutura: a) **Espécie, Forma e Tipo:** - As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, terão garantia flutuante, na forma do artigo 58 da Lei nº 6.404/76 e, adicionalmente, terão, também, garantia pignoratícia de parte dos recebíveis oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte realizados para (i) a Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.417.445/0001-20 e sediada à Praia de Botafogo, 300, 8º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, (ii) a Companhia Siderúrgica Nacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.042.730/0001-04 e sediada à Avenida Lauro Müller, 116, 36º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e (iii) a Ferteco Mineração S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.078.320/0001-13 e sediada à Rua Rodrigo Silva, 26, 22º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; b) **Data da Emissão:** A data da emissão será 1º de outubro de 2001. c) **Valor Total, Valor Nominal Unitário e Quantidade de Títulos:** A emissão terá o valor total de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e será dividida em 70.000 (setenta mil) debêntures, cada uma delas com o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais). d) **Divisão em Séries:** As debêntures serão emitidas em duas séries, consoante a seguinte discriminação: I – A 1ª Série,

no valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do CDI Over mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 1ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 1,2% ao ano; II – A 2ª Série, no valor de até R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do IGP-M mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 13,5% ao ano. Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGP-M, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da 2ª Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE. As debêntures da 1ª Série eventualmente não colocadas em até 90 (noventa) dias deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª Série. e) **Data de Pagamento da Atualização Monetária/Remuneração:** A forma de pagamento dos juros e a atualização monetária será anual, a partir de 12 (doze) meses contados da data da emissão. f) **Amortização do Principal e Vencimento:** O prazo final da amortização do principal será de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão, obedecido o seguinte parcelamento: I - 10% no 24º mês; II - 15% no 36º mês; III - 20% no 48º mês; IV - 25% no 60º mês; V - 30% no 72º mês. g) **Vencimento e Resgate Antecipado:** Não haverá resgate antecipado. h) **Modo de Distribuição e Colocação:** A distribuição das debêntures será pública, com a consequente intermediação de instituição financeira para negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição financeira coordenadora da distribuição das debêntures, que desejarem efetuar investimentos nas debêntures. i) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração ou atualização monetária e juros, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a data da emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. j) **Regime de Colocação:** o regime de colocação será de melhores esforços para a 1ª série e de garantia

filme para o montante total da 2ª série. l) **Limite de Colocação**: A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). m) **Banco Coordenador**: O banco coordenador líder será o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A. Ficou deliberado, ainda, que a matéria deverá ser submetida à Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se, também, na presente data, com o objetivo de proceder às necessárias aprovações e para autorizar a Diretoria da Sociedade a praticar todos os atos necessários à emissão das debêntures, inclusive assinatura da respectiva escritura. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, indo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira, Secretário; Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, por si e como representante de José Paulo de Oliveira Alves; Lauro Henrique Campos Rezende; Guilherme Frederico Escalhão; Wanderlei Viçoso Fagundes, por si e como representante de Hugo Serrado Stoffel; Delson de Miranda Tolentino, por si e como representante de Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; Roberto Gottschalk, por si e como representante de Andreas Walter Brehm; e João Paulo do Amaral Braga.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Fernando Henrique de Menezes Oliveira
Secretário

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM nº 01794-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada às 9:30 horas do dia 09 de novembro de 2001.

Aos nove dias do mês de novembro de 2001, às 9:30 horas, na sede social da Empresa, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se, com a presença da maioria dos seus membros, o Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A**, sob a Presidência do Sr. Pablo Javier de la Quitana Bruggemann, substituto designado pelo Presidente José Paulo de Oliveira Alves, na forma do art. 12, letra “d”, do Estatuto Social. Instalados os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a mim, Hudson Fernando Couto, para servir como secretário e explicou que este Conselho foi convocado regularmente na forma do Estatuto Social. Em sucessivo, para atender as exigências da Comissão de Valores Mobiliários constantes do Ofício/CVM/SER/GER-2/Nº 1226/2001 relativas à segunda emissão pública de debêntures da Companhia, o Conselho, por unanimidade, redeliberou para dar cumprimento às deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2001 e da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2001, cujas atas foram publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Mercantil”, em 28 de setembro de 2001, bem como decidiu redeliberar, para dar cumprimento ao item “j” da supracitada ata de Assembléia Geral Extraordinária e retificar os itens “g” e “l” da supracitada ata de Reunião do Conselho de Administração, com o fim de esclarecer a deliberação sobre o resgate antecipado e o volume de colocação das debêntures. Dessa forma, a segunda emissão pública de debêntures da Companhia deverá obedecer à seguinte estrutura: a) **Espécie, Forma e Tipo:** As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, terão garantia flutuante, na forma do artigo 58 da Lei nº 6.404/76 e, adicionalmente, terão, também, garantia pignoratícia de parte dos recebíveis oriundos dos contratos de prestação

de serviços de transporte realizados para (i) a Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.417.445/0001-20 e sediada à Praia de Botafogo, 300, 8º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, (ii) a Companhia Siderúrgica Nacional, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.042.730/0001-04 e sediada à Avenida Lauro Müller, 116, 36º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e (iii) a Ferteco Mineração S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.078.320/0001-13 e sediada à Rua Rodrigo Silva, 26, 22º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; b) **Data da emissão:** A data da emissão será 1º de outubro de 2001. c) **Valor Total, Valor Nominal Unitário e Quantidade de Títulos:** A emissão terá o valor total de até R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) e será dividida em 70.000 (setenta mil) debêntures, cada uma delas com o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais). d) **Divisão em Séries:** As debêntures serão emitidas em duas séries, consoante a seguinte discriminação: I – A 1ª Série, no valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do CDI Over mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 1ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 1,2% ao ano; II – A 2ª Série, no valor de até R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do IGP-M mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 13,5% ao ano. Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGP-M, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da 2ª Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE. As debêntures da 1ª Série eventualmente não colocadas em até 90 (noventa) dias deverão ser canceladas para colocação das debêntures da 2ª Série. e) **Data de Pagamento da Atualização Monetária/Remuneração:** A forma de pagamento dos juros e a atualização monetária será anual, a partir de 12 (doze) meses contados

da data da emissão. f) **Amortização do Principal e Vencimento:** O prazo final da amortização do principal será de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão, obedecido o seguinte parcelamento: I - 10% no 24º mês; II - 15% no 36º mês; III - 20% no 48º mês; IV - 25% no 60º mês; V - 30% no 72º mês. g) **Vencimento e Resgate Antecipado:** O vencimento das debêntures ocorrerá em 1º de outubro de 2007. Não haverá resgate antecipado, exceto nas hipóteses de repactuação a serem estabelecidas na escritura de emissão das debêntures. h) **Modo de Distribuição e Colocação:** A distribuição das debêntures será pública, com a conseqüente intermediação de instituição financeira para a negociação no mercado de balcão não organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição financeira coordenadora da distribuição das debêntures, que desejarem efetuar investimentos nas debêntures. i) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração ou atualização monetária e juros, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a data da emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. j) **Regime de Colocação:** O regime de colocação será de melhores esforços para a 1ª Série e de garantia firme para a 2ª Série. l) **Limite de Colocação:** A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão. Para tanto, o coordenador líder da distribuição prestará garantia firme de subscrição de até 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 2ª Série, sendo utilizada a seguinte composição para fins de apuração do montante da garantia firme: apurar-se-á as debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas; a diferença entre as debêntures da 1ª Série colocadas e o limite de colocação de 45.000 debêntures será o número de debêntures da 2ª Série que será objeto de garantia firme. m) **Banco Coordenador:** O banco coordenador líder será o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A.. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a

presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, sendo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Assinaturas: Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, Presidente; Hudson Fernando Couto, Secretário; Pablo Javier de la Quintana Brüggemann, por si e como representante de José Paulo de Oliveira Alves e de Lauro Henrique Campos Rezende; Guilherme Frederico Escalhão; Wanderlei Viçoso Fagundes, por si e como representante de Hugo Serrado Stoffel; Delson de Miranda Tolentino; Joaquim de Souza Gomes; e João Paulo do Amaral Braga.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Hudson Fernando Couto
Secretário

MRS Logística S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE Nº 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM nº 01794-9

Ata da Reunião do Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A** realizada às 17:30 horas do dia 03 de dezembro de 2001.

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro de 2001, às 17:30 horas, na sede social da Empresa, à Praia de Botafogo, nº 228, 12º andar, sala 1.201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se, com a presença da maioria dos seus membros, o Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A**, sob a Presidência do Sr. Lauro Henrique Campos Rezende, substituto designado pelo Presidente Sr. José Paulo de Oliveira Alves, na forma do art. 12, letra “d”, do Estatuto Social. Instalados os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para servir como secretário e explicou que a presente reunião foi convocada regularmente, na forma do Estatuto Social, para deliberar sobre as taxas de juros remuneratórios relativas à segunda emissão pública de debêntures da Companhia, conforme previsto no item “d” da ata de Reunião do Conselho de Administração da Empresa realizada no dia 9 de novembro de 2001. Disse, então, que, utilizando o procedimento de “Bookbuilding” mediante o qual recebeu ofertas do mercado em geral relativamente às taxas de remuneração das debêntures de ambas as séries, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, coordenador líder da emissão, apurou os seguintes percentuais: I - 1,2% ao ano para o “spread” relativo às debêntures da Primeira Série; II - 13,5% ao ano para o “spread” relativo às debêntures da Segunda Série. Sendo assim, após discussão e subsequente votação, o Conselho, por unanimidade, mas com a abstenção do Conselheiro João Paulo do Amaral Braga, fixou os “spreads” relativos a cada uma das séries, respectivamente, em 1,2% ao ano para a Primeira Série e em 13,5% ao ano para a Segunda Série. Explicou o Sr. João Paulo do Amaral Braga que se absteve de votar porque, em sua opinião, não recebeu o material técnico necessário à formação do seu convencimento. Disseram, então, o Sr. Presidente e o Diretor Financeiro da Empresa que não havia material a fornecer, tendo

em vista as características do funcionamento do mercado de capitais. Afirmaram, também, que a esta reunião cabia, tão apenas, deliberar sobre a fixação de uma taxa susceptível de flutuação e que, por isso, não poderia ser informada com antecipação. Por outro lado, as taxas fixadas obedeceram, rigorosamente, aos tetos estabelecidos na reunião do dia 09 de novembro de 2001, com a aprovação do Conselheiro João Paulo do Amaral Braga. Na oportunidade, o Sr. Presidente ressaltou a maneira eficiente como vem sendo conduzida a operação, apesar da turbulência econômica do mercado nas últimas semanas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, achada conforme e aprovada, sendo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Lauro Henrique Campos Rezende, Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira, Secretário; Lauro Henrique Campos Rezende, por si e como representante de José Paulo de Oliveira Alves e de Pablo Javier de La Quintana Bruggeman; Guilherme Frederico Escalhão, por si e como representante de Wanderlei Viçoso Fagundes e de Hugo Serrado Stoffel; Roberto Gottschalk, por si e como representante de Chequer Hanna Bou-Habib; Delson de Miranda Tolentino, por si e como representante de Marcus Jurandir de Araújo Tambasco; João Paulo do Amaral Braga.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Fernando Henrique de Menezes Oliveira
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Formulário “Informações Anuais - IAN” relativo ao exercício de 2000

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE 33.3.0016356-5		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 228 - 1201 E		2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
3 - CEP 23359-900	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 559-4600	8 - TELEFONE 559-4601	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 021	12 - FAX 552-2635	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL daf@mrs.com.br			

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

1 - NOME Julio Cesar Pinto				
2 - CARGO Diretor Administrativo e Financeiro				
3 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brasil, 2001		4 - BAIRRO OU DISTRITO Centro		
5 - CEP 36060-010	6 - MUNICÍPIO Juiz de Fora		7 - UF MG	
8 - DDD 032	9 - TELEFONE 3239-3610	10 - TELEFONE 3239-3661	11 - TELEFONE 3239-3967	12 - TELEX
13 - DDD 032	14 - FAX 3239-3609	15 - FAX 3239-3518	16 - FAX -	
17 - E-MAIL daf@mrs.com.br				

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

18 - ITEM	19 - MUNICÍPIO	20 - UF	21 - DDD	22 - TELEFONE	23 - TELEFONE
-----------	----------------	---------	----------	---------------	---------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Julio Cesar Pinto					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brasil, 2001				3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 36060-010	5 - MUNICÍPIO Juiz de Fora				6 - UF MG
7 - DDD 032	8 - TELEFONE 3239-3610	9 - TELEFONE 3239-3661	10 - TELEFONE 3239-3967	11 - TELEX	
12 - DDD 032	13 - FAX 3239-3609	14 - FAX 3239-3518	15 - FAX -		
16 - E-MAIL juc@mrs.com.br					

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2000	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2000
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2001	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2001
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	6 - CÓDIGO CVM 00287-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Márcio Malzone	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 019.495.868-04

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Balcão Organizado				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1230000 - Transportes				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Transporte Ferroviário de Carga				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional		
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.		
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs. 16/03/2001	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs. 16/03/2001	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 22/03/2001

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial	RJ
02	Diário Mercantil	RJ

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 29/05/2001	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

02.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - FUNÇÃO
01	José Pauc de Oliveira Alves	028.347.587-00	14/12/2000	2 anos	2	Presidente do Conselho
02	Lauro Henrique Campos Rezende	773.728.087-15	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
03	Pablo Javier de la Quintana Bruggemann	742.119.357-04	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
04	Wanderlei Vitorio Fagundes	043.341.757-91	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
05	Hugo Serrado Stollé	304.429.237-91	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
06	Guilherme Frederico Escalhão	794.755.537-91	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
07	Klaus Helmut Schweizer	008.277.547-87	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
08	Georg Josef Schmid	834.087.467-53	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
09	Delson de Miranda Tolentino	077.403.446-72	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
10	Marcus Jurandir de Araujo Tambasco	007.418.096-72	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
11	Joaquim de Souza Gomes	004.721.310-87	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
12	Luiz Antônio Bonagura	219.952.228-87	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
13	Jodo Paulo do Amaral Braga	484.413.848-00	14/12/2000	2 anos	2	Membro do Conselho
14	Julio Fontana Neto	662.087.508-49	14/12/2000	2 anos	1	Diretor Presidente
15	Julio Cesar Pinto	205.088.327-72	14/12/2000	2 anos	1	Diretor Administrativo Financeiro
16	Henrique Aché Pilar	309.194.367-49	14/12/2000	2 anos	1	Diretor de Desenvolvimento
17	Rinaldo Bastos Vieira Filho	190.303.207-53	14/12/2000	2 anos	1	Diretor de Produção

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

➤ **José Paulo de Oliveira Alves – Presidente do Conselho**

Formou-se em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1969. Exerceu a função de engenheiro e Gerente da Indústria e Comércio de Minérios S.A. ("ICOMI") entre 1970 e 1983. Foi Gerente e Diretor Geral da CAEMI Internacional S.A. de 1983 a 1990 e, entre 1990 e 1996, Diretor Presidente da MBR e Diretor da CAEMI Mineração e Metalurgia S.A.. Atuou também como membro do grupo de trabalho que deu origem à MRS. Foi Diretor Presidente da Ferrovia Sul-Atlântica entre 1997 e 1998. Em janeiro de 1998, assumiu a função de Diretor Executivo de Infra-Estrutura e Energia da CSN. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998. É também membro do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA e da Light – Serviços de Eletricidade S.A. e, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Sepetiba Tecon S.A. desde agosto de 1998.

➤ **Lauro Henrique Campos Rezende**

Formou-se no curso de Economia em 1987 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu as seguintes funções: "Sênior Commodities Officer" no ABN AMRO entre 1988 e 1991, Gerente de Operações Financeiras na Aracruz Celulose entre 1991 e 1996. Desde 1996 atua como Diretor Financeiro da CSN. Compõe o Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

➤ **Pablo Javier de la Quintana Brüggemann**

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e detém os títulos de Mestre em Informática pela mesma instituição e de PHD em Computing Science pelo Imperial College of Science de Londres. Assumiu diversas posições nas áreas de informática, comercial e de planejamento estratégico nas Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR entre 1989 e 1998, chegando a atuar como Gerente Comercial e de Planejamento Estratégico. Também atuou como Superintendente Geral da Área de Infra-estrutura da CSN, e exerce a função de Diretor de Portos e Participações Ferroviárias desta sociedade desde agosto de 1998. Integra o Conselho de Administração da MRS desde dezembro de 1998, sendo membro do Conselho de Administração da Sepetiba Tecon S.A., da Companhia Ferroviária do Nordeste e da Companhia do Desenvolvimento do Sudeste desde 1999.

➤ **Wanderlei Viçoso Fagundes**

Formou-se em Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas em 1965 e em Economia pela Universidade do Estado da Guanabara em 1970. Possui curso de extensão universitária pela Columbia University, localizada nos Estados Unidos (1973), e pela INSEAD, na França. Foi Diretor Financeiro e de Controle da MBR de 1984 a 1998. É Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da CAEMI Mineração e Metalurgia S.A. desde 1999. É membro do Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

➤ **Hugo Serrado Stoffel**

Formou-se no curso de Administração de Empresas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1978. Pós-graduou-se no Curso de Desenvolvimento Gerencial – INSEAD, na França. Foi Diretor Superintendente da MSL Minerais S.A entre agosto de 1994 e julho de 1995. Também foi Diretor Presidente da Pará Pigmentos S.A. entre agosto de 1995 e abril de 1996. Exerce, desde maio de 1996, as funções de Diretor Presidente das Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR e, desde abril de 1998, de Diretor da CAEMI Mineração e Metalurgia S.A.. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 1998.

➤ **Guilherme Frederico Escalhão**

Formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1983. De 1984 a 1986 foi Gerente de Contas do CITIBANK N.A., de 1986 a 1992 foi analista do departamento comercial da MBR, depois se transferiu para a MSL Minerais S.A., da qual foi Gerente Comercial e Diretor Superintendente. Em 1994 foi designado Diretor Comercial da MBR, ficando no cargo até 1995, no mesmo ano foi Diretor Financeiro da CADAM – Caulim da Amazônia S.A., exercendo a função até 1996; de 1996 a 1999 foi Diretor Presidente da Pará Pigmentos S.A. e atualmente é Assessor da Diretoria da MBR. É membro do Conselho de Administração da MRS desde dezembro de 2000.

➤ **Klaus Helmut Schweizer**

Formou-se em Economia pela Universidade de Cambridge em 1956 e Administração de Empresas pela Universidade de Colônia em 1963. Entre 1969 a 1989 foi Diretor Financeiro e, posteriormente, Presidente da Baminco Mineração e Siderurgia S.A.. Foi Diretor Financeiro e Comercial da Ferteco, da qual é Presidente desde 1985. Foi Diretor da Câmara de Comércio Brasil/Alemanha do Rio de Janeiro e é Diretor da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (CBPS) desde 1996. Compõe o Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

➤ **Georg Josef Schmid**

Formou-se no curso de Administração de Empresas pela San Diego University em 1987 e especializou-se na área bancária pela Bayrische Hypotheken – UND Wechsel Bank, em Augsburg, na Alemanha. Ingressou na Ferteco em 1988, na qual passou por diversos setores, tendo assumido a assessoria do Diretor Presidente e a chefia da Divisão de Estudos Econômicos em abril de 1994. É membro do Conselho de Administração da MRS desde dezembro de 1998.

➤ **Delson de Miranda Tolentino**

Formou-se em Administração de Empresas e Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais em 1972 e 1976, respectivamente. De 1979 a 1985 exerceu as funções de Gerente Financeiro, de Controladoria e Diretor Adjunto de Finanças da Siderbrás. Foi Diretor Financeiro da Aço Minas Gerais S.A. – Açominas (1985-1988) e do Grupo Mendes Júnior (1989-1995). Desde 1996 é assessor da Presidência da Usiminas e atua em diversas empresas do grupo. É membro do Conselho de Administração da MRS desde abril de 2000.

➤ **Marcus Jurandir de Araújo Tambasco**

Formou-se no curso de Engenharia de Minas e Metalurgia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais em 1966. Iniciou sua carreira em 1967 como Engenheiro Pesquisador na Usiminas, da qual foi eleito Diretor Industrial em 1990, cargo no qual permaneceu até 1993. No mesmo ano, foi designado Diretor Presidente da Cosipa, tendo permanecido no cargo até 1998. Naquele ano, assumiu a função de Assessor da Presidência da Usiminas. É membro do Conselho de Administração da SIDOR e Presidente do Conselho Deliberativo da Caixa dos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

Empregados da Usiminas. Integra o Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

➤ **Joaquim de Souza Gomes**

Formou-se no curso de Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1967. Foi Diretor de Suprimentos da Siderúrgica Riograndense S.A. de 1986 a 1991 e Diretor de Metálicos e de Logística e Exportação da Gerdau de 1991 a 1999. Tornou-se membro do Conselho de Administração da MRS em abril de 2000.

➤ **Luiz Antônio Bonagura**

Formou-se em Administração de Empresas pela Associação Paulista de Ensino Superior em 1978. Tornou-se Diretor da Ultrafertil em 1994 e Diretor de Relações com Investidores da Fosfertil em 1995. Também atua como Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes desde 1996. É membro do Conselho de Administração da MRS desde novembro de 1996.

➤ **João Paulo do Amaral Braga**

Formou-se em 1977 no curso de Engenharia Elétrica na Universidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Concluiu os cursos de Formação e Aperfeiçoamento Gerencial na Universidade de São Paulo em 1989 e o de Gerência de Manutenção na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1986. Ingressou na RFFSA em 1979, na qual exerceu vários cargos até 1996, dentre os quais a Chefia do Departamento de Planejamento e Controle da Manutenção e a Gerência da Área Técnica de Locomotivas Diesel/Elétricas. Desde dezembro de 1998 compõe o Conselho de Administração da MRS, como representante dos empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

➤ **JÚLIO FONTANA NETO**

Formou-se no curso de Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia da Faculdade Mackenzie em 1978. Em 1981 concluiu a pós-graduação em Administração de Empresas pela Escola de Ciências, Economia, Contábeis e Administração da Faculdade Mackenzie. Ingressou em 1986 na Gerdau, onde ocupou diversos cargos, inclusive o de Diretor de Logística e Exportação do Grupo Gerdau. Chegou a ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da MRS entre 1998 e 1999, tornando-se, em novembro de 1999, o Diretor Presidente desta empresa.

➤ **JULIO CESAR PINTO**

Formou-se em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior em 1976. Foi Diretor Financeiro da Globex (Ponto Frio) de 1996 a 1998 e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da ATL – Algar Telecom do Leste S.A. entre 1998 e 2000. Ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da MRS desde abril de 2000.

➤ **HENRIQUE ACHÉ PILLAR**

Formou-se no curso de Engenharia Civil pelo Instituto Militar de Engenharia em 1976. Detém o título de Mestre em Engenharia e Planejamento de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia. Atuou como Gerente de Transportes da MBR e foi o

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR

responsável por estudos sobre a Malha Sudeste que resultaram na criação da MRS. Ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento da companhia desde novembro de 1996.

➤ **RINALDO BASTOS VIEIRA FILHO**

Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo em 1971. Ingressou na Companhia Vale do Rio Doce ("CVRD") em 1972, onde ocupou diversos cargos, como o de Gerente de Operações e Manutenção de Ferrovia na Estrada de Ferro Carajás e o de Gerente Geral da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Foi Diretor da Companhia Paraibuna de Energia, onde permaneceu até ingressar na MRS, tendo se tornado Diretor de Produção desta empresa em dezembro de 1996.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
E DIRETOR**



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
RCA	27/09/1999	419	4	SIM	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					
25/11/1996					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
01	Companhia Siderúrgica Nacional							
34.366.669	18,25	74.289.193	48,98	108.655.862	31,96	27/04/2000	SIM	Brasileira
RJ								SIM
02	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.							
28.069.995	14,90	69.817.775	46,03	97.887.770	28,79	27/04/2000	SIM	Brasileira
RJ								SIM
03	Ferteco Minerações S.A.							
32.424.702	17,22	759.952	0,50	33.184.654	9,76	27/04/2000	SIM	Brasileira
RJ								SIM
04	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.							
35.262.462	18,72	342.805	0,23	35.605.287	10,47	27/04/2000	SIM	Brasileira
MG								SIM
05	Ultratêtil S.A.							
15.904.541	8,45	0	0,00	15.904.541	4,68	27/04/2000	SIM	Brasileira
SP								SIM
07	Outros							
42.304.277	22,46	6.457.609	4,26	48.761.866	14,34	27/04/2000	NÃO	NÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER COM DIREITO A VOTO
RCA	27/09/1999	419	4	SIM	NÃO
7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO					
8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS					
25/11/1996					

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
97	AÇÕES EM TESOURARIA							
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
98	OUTROS							
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		
99	TOTAL							
	188.332.666	100,00	151.667.334	100,00	340.000.000	100,00		



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL															
01		Companhia Siderúrgica Nacional				27/04/2000															
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF											
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.									
0101		33.337.091		46,48		0		0,00		33.337.091		46,48		24/04/2001		02.871.007-0001/04		Brasileira		SP	
0102		7.410.457		10,33		0		0,00		7.410.457		10,33		24/04/2001		42.271.429-0001/63		Brasileira		RJ	
0103		2.801.422		3,91		0		0,00		2.801.422		3,91		24/04/2001		32.500.613-0001/84		Brasileira		RJ	
0104		2.419.311		3,37		0		0,00		2.419.311		3,37		24/04/2001		68.670.512-0001/07		Brasileira		RJ	
0105		25.760.980		35,91		0		0,00		25.760.980		35,91		24/04/2001							
0199		71.729.261		100,00		0		0,00		71.729.261		100,00									

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0101		Vicunha Siderurgia S.A.				24/04/2001	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
010101	Vicunha Aços S.A.		04.213.131-0001/08	Brasileira	SP	
203.989.116	100,00	407.979.244	100,00	611.968.354	100,00	24/04/2001
010102	Outros					
6	0,00	0	0,00	6	0,00	24/04/2001
010199	TOTAL					
203.989.116	100,00	407.979.244	100,00	611.968.360	100,00	

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
010101		Vicunha Aços S.A.				24/04/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC.	
01010101		Vicunha Stell S.A.				04.169.992-0001/36		Brasileira				SP	
62.952.492		100,00		125.905.982		100,00		188.858.474		100,00		24/01/2001	
01010199		TOTAL											
62.952.492		100,00		125.905.982		100,00		188.858.474		100,00			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
01010101		Vicunha Stell S.A.				24/01/2001	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
0101010101	Jacks Rabinovich		01.1.4.95-638-/34	Brasileira	SP	
56.654.840	30,00	0	0,00	56.654.840	30,00	24/04/2001
0101010102	Dorothea Steinbruch		05.5.4.94-768-/43	Brasileira	SP	
56.654.840	30,00	0	0,00	56.654.840	30,00	24/01/2001
0101010103	Crotide Rabinovich Pasternak		01.1.4.41-708-/34	Brasileira	SP	
37.769.894	20,00	0	0,00	37.769.894	20,00	24/04/2001
0101010104	Eliezer Steinbruch		01.8.0.04-698-/53	Brasileira	SP	
37.769.894	20,00	0	0,00	37.769.894	20,00	24/04/2001
0101010105	Outros					
6	0,00	0	0,00	6	0,00	24/04/2001
0101010199	TOTAL					
188.849.474	100,00	0	0,00	188.849.474	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0101010101		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Jacks Rabinovich		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 24/04/2001	
------------------------	--	--	--	---	--

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC (Unidades)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0101010102	Dorothea Steinbruch	24/01/2001

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0101010103	Clotilde Rabinovich Pasternak	24/04/2001

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0101010104	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Eli ezer Steinbruch	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 24/04/2001
------------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOMERAZAO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0101010105	Outros	24/04/2001

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL			3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UN*
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 010102	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Outros	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 24/04/2001
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0102	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Fundação Vale do Rio doce de Seg. Social	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 24/04/2001
------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0103	Cx. Benef. dos Empregados da CSN - CBS	24/04/2001

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/ COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0104	Clube de Investimento CSN	24/04/2001

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0105	Outros	24/04/2001

1 - ITEM	2 - NOMERAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
				11 - %
				12 - COMP CAP SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
02	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	27/04/2000				

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.
0201	Empresa Brasileira Mineração S.A. - EBM					
1.912.500.000	51,00	0	0,00	1.912.500.000	51,00	12/12/1996
				34.167.320-0001/52	Brasileira	
0202	CAEMI Miner. e Metalurgia S.A.					
1.837.500.000	49,00	0	0,00	1.837.500.000	49,00	12/12/1996
				31.865.728-0001/00	Brasileira	
0299	TOTAL					
3.750.000.000	100,00	0	0,00	3.750.000.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0201		Empresa Brasileira Mineração S.A. - EBM			12/12/1996	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
020101	Belém Adm. e Participações Ltda.					
189.299.250	9,90	0	0,00	189.299.250	9,90	25/10/1996
020102	CAEMI Mineração e Metalurgia S.A.					
1.340.700.750	70,10	0	0,00	1.340.700.750	70,10	31/12/1998
020103	Outros					
382.500.000	20,00	0	0,00	382.500.000	20,00	
020199	TOTAL					
1.912.500.000	100,00	0	0,00	1.912.500.000	100,00	

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
020101		Belém Adm. e Participações Ltda.				25/10/1996	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
02010101 Bethlehem Steel Corporation					
2.745.999	99,99	0	0,00	2.745.999	99,99
				31/12/1998	
02010102 Bethlehem Steel Intern. Corporation					
1	0,01	0	0,00	1	0,01
				31/12/1998	
02010199 TOTAL					
2.746.000	100,00	0	0,00	2.746.000	100,00

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 02010101	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Bethlehem Steel Corporation	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/1998
----------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 02010102	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Bethlehem Steel Intern. Corporation	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/1998
----------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP CAP SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
020102	CAEMI Mineração e Metalurgia S.A.	31/12/1998

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC.	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0202		CAEMI Miner. e Metalurgia S.A.				12/12/1996	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC	
020201	Mitsui & Co.					Japonesa	
527.500	40,00	1.040.399	40,00	1.567.899	40,00		
020202	Companhia San Lorenzo de Participações				03.001.150-0001/08	Brasileira	
395.613	30,00	817	0,03	396.430	10,11	26/05/1999	
020203	Companhia Fe203				03.001.301-0001/28	Brasileira	
395.613	30,00	817	0,03	396.430	10,11	07/10/1998	
020204	Outros						
24	0,00	1.558.964	59,94	1.558.988	39,78		
020299	TOTAL						
1.318.750	100,00	2.600.997	100,00	3.919.747	100,00		

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
020202		Companhia San Lorenzo de Participações				26/05/1999	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		
02020201	Guilherme Augusto Freiring				69.088.527-68		Brasileiro	
2.999	56,24	1.999	29,98	4.998	41,65			
02020202		Ações em Tesouraria						
2.334	43,76	4.668	70,02	7.002	56,35			
02020299		TOTAL						
5.333	100,00	6.667	100,00	12.000	100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
020203		Companhia Fe203				07/10/1998	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZAO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.	
02020301	Mário Augusto Freiring						
	2.999	56,24	1.999	29,98	4.998	41,65	
02020302	Ações em Tesouraria						
	2.334	43,76	4.668	70,02	7.002	58,35	
02020399	TOTAL						
	5.333	100,00	6.667	100,00	12.000	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
03		Ferteco Minerações S.A.				27/04/2000	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZAO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %					
12 - COMP. CAP. SOC															
0301		Exploration und Bergbau GmbH										Alemã			
104.018.396		99,99		0		0,00		104.018.396		99,99		28/12/1998			
0302		Feror Tec. Empreend. Particip. S.A.										Brasileira		RJ	
10		0,01		0		0,00		10		0,01		21/12/1998			
0399		TOTAL													
104.018.406		100,00		0		0,00		104.018.406		100,00					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0301	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Exploration und Bergbau GmbH		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/12/1998	
------------------	--	--	---	--

1 - ITEM	2 - NOME/RAZO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0302	Ferret Tec. Empreend. Particip. S.A.	21/12/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
04	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.			27/04/2000

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - AÇÕES ORDINÁRIAS / COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES PREFERENCIAIS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
0401	Cia Vale do Rio Doce CVRD	25.810.728	22,99	0	0,00	25.810.728	11,46	25/11/1998
0402	Cx. Prev. Func. Banco do Brasil - PREVI	16.733.232	14,90	1.324.700	1,18	18.057.932	8,02	25/11/1998
0403	Nippon Usiminas Co. Ltd.	20.651.181	18,39	629.076	0,56	21.280.257	9,45	25/11/1998
0404	Clube de Investimento Usiminas - CIU	11.155.464	9,94	0	0,00	11.155.464	4,95	25/11/1998
0405	Camargo Correa S.A.	8.138.017	7,25	0	0,00	8.138.017	3,61	25/11/1998
0406	Fundo de Participação S.A.	0	0,00	2.655.590	2,37	2.655.590	1,18	25/11/1998
0407	The Bank of New York - ADR	0	0,00	6.278.924	5,59	6.278.924	2,79	25/11/1998
0408	Caixa dos Empregados da Usiminas	3.857.748	3,44	0	0,00	3.857.748	1,71	25/11/1998
0409	Fundação CESP	0	0,00	2.392.587	2,13	2.392.587	1,06	25/11/1998

01.01 - IDENTIFICAÇÃO											
1 - CÓDIGO CVM		2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL					3 - CNPJ				
01794-9		MRS LOGÍSTICA S.A					01.417.222/0001-77				
03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA											
1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA					3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
04		Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.					27/04/2000				
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CFF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS (Unidades))		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC	
0410		8.138.017		7,25		0		0,00		8.138.017	
										3,61	
										25/11/1998	
										61.082.582-0001/97	
										Brasileira	
0411		561.482		0,50		9.628.926		8,46		10.190.408	
										4,52	
										25/11/1998	
										Brasileira	
0412						Genesis Asset. Man. Ge. Emre. Commingled					
		0		0,00		3.337.650		2,97		3.337.650	
										1,48	
										25/11/1998	
0413						Bradesco Previdência e Seguros S.A.					
		0		0,00		3.256.200		2,90		3.256.200	
										1,45	
										25/11/1998	
										Brasileira	
0414						Outros					
		17.234.283		15,34		83.502.015		73,84		100.736.298	
										44,71	
										25/11/1998	
0499						TOTAL					
		112.280.152		100,00		113.005.668		100,00		225.285.820	
										100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0401	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Cia Vale do Rio Doce CVRD		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 25/11/1998	
------------------	---	--	---	--

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0402	Cx. Prev. Func. Banco do Brasil - PREVI	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP CAP SOC

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0403	Nippon Usiminas Co. Ltd.	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
	11 - %	12 - COMP CAP SOC.		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794.9	MRS LOGISTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0404	Clube de Investimento Usiminas - CIU	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0405	Camargo Correa S.A.	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0406	Fundo de Participação S.A.		25/11/1998	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		

Divulgação Externa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA The Bank of New York - ADR		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 25/11/1998	
----------	--	--	--	---	--

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS) (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0408		Caixa dos Empregados da Usiminas		25/11/1998	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL			3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0409		Fundação CESP		25/11/1998	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0410	S.A. Indústria Votorantim	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPE/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0412	Genesis Assel. Man. Ge. Eme. Commingled	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0413	Bradesco Previdência e Seguros S.A.	25/11/1998

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM 0414		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Outros		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 25/11/1998	
------------------	--	--	--	---	--

1 - ITEM		2 - NOME/RAZO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05		Ultrafertil S.A.				27/04/2000	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - C/PF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
0501		Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil		192.791.088		99,99		31/12/1998		Brasileira		SP	
192.791.088		99,99		0		0,00		192.791.088		99,99		31/12/1998	
0502		Outros		2.258		0,01		0		0,00		31/12/1998	
2.258		0,01		0		0,00		2.258		0,01		31/12/1998	
0599		TOTAL		192.793.346		100,00		0		0,00		192.793.346	
192.793.346		100,00		0		0,00		192.793.346		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
0501		Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil				31/12/1998				
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.				
Fertifos Adm. e Participação S.A.										
050101	25.212.225	69,88	30.502.756	42,27	55.714.981	51,47	29/09/1992	69.021.251-0001/59	Brasileira	SP
Cia Vale do Rio Doce - CVRD										
050102	3.955.284	10,96	7.910.588	10,96	11.865.882	10,96		33.592.510-0001/54	Brasileira	RJ
Outros										
050104	6.912.503	19,16	33.746.701	46,77	40.659.204	37,57				
TOTAL										
050199	36.080.022	100,00	72.160.045	100,00	108.240.067	100,00				



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
050101	Fertifós Adm. e Participação S.A.	29/09/1992				

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CNPJ/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
05010101	Solorrico S.A. Indústria e Comércio	61.156.501-0001/56	Brasileira	SP		
4.415.693.445	23,07	0	0,00	4.415.693.445	23,07	21/06/1999
05010102	Bunge Fertilizantes S.A.	61.082.822-0001/53	Brasileira	SP		
8.831.386.890	46,13	0	0,00	8.831.386.890	46,13	26/04/2001
05010104	Fertibrás S.A. Indústria e Comércio	61.442.109-0001/73	Brasileira	SP		
2.442.718.201	12,76	0	0,00	2.442.718.201	12,76	31/12/1999
05010105	Fertiza - Cia Nacional de Fertilizantes	61.377.230-0001/69	Brasileira	SP		
1.914.440.112	10,00	0	0,00	1.914.440.112	10,00	29/04/1998
05010106	Fertilizantes Ouro Verde S.A.	60.633.559-0001/80	Brasileira	SP		
1.181.400.805	6,17	0	0,00	1.181.400.805	6,17	10/05/1999
05010107	Fertilizantes do Paraná Ltda. - FERTIPAR	90.810.706-0001/01	Brasileira	PR		
262.662.000	1,37	0	0,00	262.662.000	1,37	30/09/1997
05010108	Macrofertil Ind. e Com. de Fertil. Ltda	75.082.320-0001/08	Brasileira	PR		
65.234.000	0,34	0	0,00	65.234.000	0,34	30/09/1997
05010109	Fertilizantes Heringer Ltda	22.266.175-0001/88	Brasileira	SP		
15.874.000	0,08	0	0,00	15.874.000	0,08	20/03/2001
05010110	Adubos Triângulo Ind. e Com. Ltda	25.412.719-0001/60	Brasileira	MG		
14.954.000	0,08	0	0,00	14.954.000	0,08	08/08/1988

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
050101	Fertifós Adm. e Participação S.A.				29/09/1992	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			
TOTAL								
05010199								
19.144.363.453	100,00	0	0,00	19.144.363.453	100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
05010101		Solortico S.A. Indústria e Comércio				21/06/1999					
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.					
0501010101		Japinha Comércio de Fertilizantes S.A.				03.232.841-0001/12		Brasileira	SP		
3.550		94,65		4.483		61,02		8.033	72,39	16/11/1999	
0501010102		Cargill Agrícola S.A.				60.498.706-0001/57		Brasileira	SP		
0		0,00		1.521		20,76		1.521	13,70	21/06/1999	
0501010103		Outros									
201		5,35		1.343		18,22		1.544	13,91		
0501010199		TOTAL									
3.751		100,00		7.347		100,00		11.098	100,00		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0501010101	Japinha Comércio de Fertilizantes S.A.	16/11/1999
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
050101010101	Cargill Agrícola S.A.	60.498.706-0001/57
22.592.123	100,00	0 0,00
22.592.123	100,00	22.592.123 100,00
050101010102	Bellini Tavares de Lima Neto	20.0695-888-72
1 0,00	0 0,00	1 0,00
22.592.123	100,00	22.592.123 100,00
TOTAL		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL		
050101010101		Cargill Agrícola S.A.				30/01/1999		

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	
12 - COMP CAP SOC.											
05010101010101		Cargill Incorporated						Norte Americana			
401.040.682		100,00		414		0,01		401.041.096		98,86	
05010101010102		Fundação Cargill						Brasileira			
0		0,00		4.619.657		99,99		43.829.928-0001/96		SP	
05010101010199		TOTAL									
401.040.682		100,00		4.620.071		100,00		405.660.753		100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL									
0501010102		Cargill Agrícola S.A.				21/06/1999									
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF							
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.			
050101010201				Cargill Incorporated										Norte Americana	
401.040.682		100,00		414		0,01		401.041.096		98,86					
050101010202				Fundação Cargill								43.829.928-0001/96		Brasileira	
0		0,00		4.619.657		99,99		4.619.657		1,14					
050101010299				TOTAL											
401.040.682		100,00		4.620.071		100,00		405.660.753		100,00					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05010102		Bunge Fertilizantes S.A.				26/04/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	
								12 - COMP. CAP. SOC.			
0501010201		Serrana Participações LTDA				56.643.026-0001/02		Brasileira		SP	
8.516.939		83,31		12.535.954		79,36		21.052.893		80,91	
								26/06/2001			
0501010202		Bunge Ltd (Estrangeira Capital Fechado)						Bermudas			
1.133.493		11,09		0		0,00		1.133.493		4,36	
0501010203		Outros									
573.046		5,60		3.261.284		20,64		3.834.330		14,73	
0501010299		TOTAL									
10.223.478		100,00		15.797.238		100,00		26.020.716		100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010201		Serrana Participações LTDA				26/06/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF										
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.									
050101020101		999.900		99,99		0		0,00		999.900		99,99		26/04/2001		61.074.092-0001/49		Brasileira		SP	
050101020102		100		0,01		0		0,00		100		0,01									
050101020199		1.000.000		100,00		0		0,00		1.000.000		100,00									

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
050101020101		Serrana S.A.				26/04/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
05010102010101		Bunge Ltd (Estrangeira Capital Fechado)						Bermudas					
245.426.620		84,78		85.437.048		80,37		330.863.668		83,60			
05010102010102				Outros									
44.054.889		15,22		20.868.943		19,63		64.923.832		16,40			
05010102010199				TOTAL									
289.481.509		100,00		106.305.991		100,00		395.787.500		100,00			



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL							
05010104		Fertibrás S.A. Indústria e Comércio				31/12/1999							
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
0501010401		1.778 43,73		WD Participações S.A. LTDA		522 7,68		2.300 21,18		31/12/2000		Brasileira SP	
0501010402		794 19,53		Novo Cruzeiro S.A.		0 0,00		794 7,31		31/12/2000		Brasileira SP	
0501010403		244 6,00		Wap S.A.		0 0,00		244 2,25		31/12/2000		Brasileira SP	
0501010404		945 23,25		Wladimir Antônio Puggina		232 3,43		1.177 10,85				Brasileira SP	
0501010405		303 7,44		Wilson Alves de Araújo		20 0,30		323 2,97				Brasileira SP	
0501010406		3 0,05		Outros		5.422 79,77		5.425 49,94					
0501010407		0 0,00		Ações em Tesouraria		600 8,82		600 5,50					
0501010499		4.067 100,00		TOTAL		6.796 100,00		10.863 100,00					

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010401		WD Participações S.A. LTDA				31/12/2000	
1 - ITEM	2 - NOME/RAZO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.	
050101040101	Wladimir Antônio Puggina			06.4.3.53.358-/34		Brasileira SP	
1.170.000	90,00	0	0,00	1.170.000	90,00		
050101040102	Maria Helena Mattos Neves Puggina			21.7.9.97.-218-/09		Brasileira SP	
130.000	10,00	0	0,00	130.000	10,00		
050101040199	TOTAL						
1.300.000	100,00	0	0,00	1.300.000	100,00		

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010402		Novo Cruzeiro S.A.				31/12/2000	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
050101040201	Wilson Alves de Araújo		03.9.7.82-818-772	Brasileira	SP	
21.026.402	91,72	32.917.737	71,80	53.944.139	78,45	
050101040202	Acilia Quintano de Araújo		01.1.7.26-068-11	Brasileira	SP	
1.897.853	8,28	3.421.757	7,47	5.319.610	7,73	
050101040203	Wladimir Antônio Puggina		06.4.3.53-358-34	Brasileira	SP	
0	0,00	706.303	1,54	706.303	1,03	
050101040204	Outros					
0	0,00	8.794.988	19,19	8.794.988	12,79	
050101040299	TOTAL					
22.924.255	100,00	45.840.785	100,00	68.765.040	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010403		Wap S.A.				31/12/2000	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZAO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	
12 - COMP. CAP. SOC											
050101040301		Wladimir Antônio Puggina				06.4.3.53-358-34		Brasileira		SP	
76.666.667		50,00		153.333.333		50,00		230.000.000		50,00	
050101040302		Maria Helena Mattos Neves Puggina				21.7.9.97-218-09		Brasileira		SP	
76.666.667		50,00		153.333.333		50,00		230.000.000		50,00	
050101040399		TOTAL									
153.333.334		100,00		306.666.666		100,00		460.000.000		100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05010105		Fertiza - Cia Nacional de Fertilizantes				29/04/1998	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
0501010501	Fertinal - Adm. Empreend. e Partic. Ltda					
1.199.133.800	99,93	1.638.952.600	69,30	2.838.086.400	79,61	29/04/1998
0501010502						
Outros						
866.200	0,07	726.143.675	30,70	727.009.875	20,39	
0501010599						
TOTAL						
1.200.000.000	100,00	2.365.096.275	100,00	3.565.096.275	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010501		Fertinal - Adm. Empreend. e Partic. Ltda				29/04/1998	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
050101050101		Cargill Agrícola S.A.				0		0,00		6.695.109		99,99	
		6.695.109		99,99						60.498.706-0001/57		Brasileira	
050101050102				Cargill T&C Limited								Norte Americana	
		1		0,01		0		0,00		1		0,01	
050101050199				TOTAL									
		6.695.110		100,00		0		0,00		6.695.110		100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
050101050101	Cargill Agrícola S.A.				03/10/2000	
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (9 - Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC	
05010105010101						
401.040.682		100,00	414	0,01	401.041.096	98,86
05010105010102						
		Fundação Cargill			43.829.928-0001/96	SP
0	0,00	4.619.657	99,99	1,14		
05010105010199						
		TOTAL				
401.040.682	100,00	4.620.071	100,00	405.660.753	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05010106		Fertilizantes Ouro Verde S.A.				10/05/1999	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
0501010601		Serrana Participações S.A.		56.643.026-0001/02		Brasileira		SP					
60.712.871		33,33		0		0,00		60.712.871		33,33		26/04/2001	
0501010602		Bunge Fertilizantes S.A.		61.082.822-0001/53		Brasileira		SP					
60.712.870		33,33		0		0,00		60.712.870		33,33		26/04/2001	
0501010603		Serrana Internacional Ltd				Cayman Island							
60.712.870		33,34		0		0,00		60.712.870		33,34		26/04/2001	
0501010699		TOTAL											
182.138.611		100,00		0		0,00		182.138.611		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010601		Serrana Participações S.A.				26/04/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
050101060101		Serrana S.A.		0 0,00		999.900		99,99		26/04/2001	
999.900		99,99		0 0,00		999.900		99,99		26/04/2001	
050101060102		Outros									
100		0,01		0 0,00		100		0,01			
050101060199		TOTAL									
1.000.000		100,00		0 0,00		1.000.000		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
050101060101	Serrana S.A.				26/04/2001	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPE/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	12 - COMP. CAP. SOC	
05010106010101								
Bunge Ltd (Estrangeira Capital Fechado)								
245.426.620	84,78	85.437.048		80,37	330.863.668	83,60	Bermudas	
05010106010102								
Outros								
44.054.889	15,22	20.868.943		19,63	64.923.832	16,40		
05010106010199								
TOTAL								
289.481.509	100,00	106.305.991		100,00	395.787.500	100,00		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
0501010602		Bunge Fertilizantes S.A.				26/04/2001			

1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	
12 - COMP. CAP. SOC.											
050101060201		Serrana Participações S.A.				56.643.026-0001/02		Brasileira		SP	
8.516.939		83,31		12.535.954		79,36		21.052.893		80,91	
								26/04/2001			
050101060202		Bunge Ltd (Estrangeira Capital Fechado)						Bermudas			
1.133.493		11,09		0		0,00		1.133.493		4,36	
050101060203		Outros									
573.046		5,60		3.261.284		20,64		3.834.330		14,73	
050101060299		TOTAL									
10.223.478		100,00		15.797.238		100,00		26.020.716		100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
050101060201		Serrana Participações S.A.				26/04/2001					
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
05010106020101		Serrana S.A.		0 0,00		999.900		99,99		26/04/2001	
999.900		99,99		0 0,00		999.900		99,99		26/04/2001	
05010106020102		Outros									
100		0,01		0 0,00		100		0,01			
05010106020199		TOTAL									
1.000.000		100,00		0 0,00		1.000.000		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05010106020101		Serrana S.A.				26/04/2001	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		
0501010602010101		Bunge Ltd (Estrangeira Capital Fechado)						
245.426.620	84,78	85.437.048 80,37		330.863.668	83,60			Bermudas
0501010602010102		Outros						
44.054.889	15,22	20.868.943 19,63		64.923.832	16,40			
0501010602010199		TOTAL						
289.481.509	100,00	106.305.991 100,00		395.787.500	100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0501010603		Serrana Internacional Ltd		26/04/2001	

1 - ITEM		2 - NOME/RAZO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/9 - % (Unidades)		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC.	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL							
05010107		Fertilizantes do Paraná Ltda. - FERTIPAR				30/09/1997							
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
0501010701		Alceu Elias Feldmann		01.9.8.99.-109-/63		Brasileira		PR					
25.360.000		80,00		0		0,00		25.360.000		80,00			
0501010702		Carmem Dolores Cadotti Feldmann		56.2.4.76.-649-/15		Brasileira		PR					
6.340.000		20,00		0		0,00		6.340.000		20,00			
0501010799		TOTAL											
31.700.000		100,00		0		0,00		31.700.000		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
05010108		Macrofertil Ind. e Com. de Fertil. Ltda				30/09/1997	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZAO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP CAP SOC.
0501010801	Edézio Castelacci		18.7.5.13.-508-/15	Brasileira	PR	
1.402.500	42,50	0	0,00	1.402.500	42,50	
0501010802	Adilson Stringhella		00.4.7.27.-949-/49	Brasileira	PR	
907.500	27,50	0	0,00	907.500	27,50	
0501010803	José Benedito Vaz de Oliveira		19.1.6.51.-298-/49	Brasileira	PR	
495.000	15,00	0	0,00	495.000	15,00	
0501010804	Mirta Maria Pans Stringhella		00.3.5.13.-389-/93	Brasileira	PR	
495.000	15,00	0	0,00	495.000	15,00	
0501010899	TOTAL					
3.300.000	100,00	0	0,00	3.300.000	100,00	

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL										
05010109		Fertilizantes Heringer Ltda			20/03/2001										
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF							
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ (COTAS)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/ (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.			
0501010901		Dalton Dias Heringer		07.1.6.45.-997-/34		Brasileira		ES							
43.829.400		85,94		0		0,00		43.829.400		85,94					
0501010902		Dalton Carlos Heringer		99.8.1.58.-007-/44		Brasileira		ES							
2.713.200		5,32		0		0,00		2.713.200		5,32					
0501010903		Juliana Heringer Rezende		00.2.7.15.-207-/36		Brasileira		ES							
2.580.600		5,06		0		0,00		2.580.600		5,06					
0501010904		Almir Gonçalves de Miranda		14.2.4.14.-126-/53		Brasileira		MG							
1.876.800		3,68		0		0,00		1.876.800		3,68					
0501010999		TOTAL													
51.000.000		100,00		0		0,00		51.000.000		100,00					

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL							
05010110		Adubos Triângulo Ind. e Com. Ltda				08/08/1988							
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
0501011001		Armando Alcides Nasorny		12.7.3.80.-779-/00		Brasileira		MG					
40.667		33,34		0		0,00		40.667		33,34			
0501011002		Sérgio Rubens Mansano		07.3.9.23.-899-/04		Brasileira		MG					
40.667		33,33		0		0,00		40.667		33,33			
0501011003		Eleutério Trevisan		12.0.2.32.-649-/67		Brasileira		MG					
40.666		33,33		0		0,00		40.666		33,33			
0501011099		TOTAL											
122.000		100,00		0		0,00		122.000		100,00			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0502	Outros	31/12/1998

1 - ITEM	2 - NOMERAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
			11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
07	Outros		27/04/2000	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS/9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 27/09/1999

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		188.332.666	174.652	174.652
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A	ESCRITURAL		82.076.174	76.113	76.113
04	PREFERENCIAIS CLASSE B	ESCRITURAL		69.591.160	64.535	64.535
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			340.000.000	315.300	315.300

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	27/09/1999	315.300.000	165.300.000	Subscrição Particular em Dinheiro	190.000.000	0,8700000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	450.000	27/09/1999

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGISTICA S.A	01.417.222/0001-77

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01				31/12/2000	-33.581	0,0000000000				0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - % TIPO DIVIDENDO FIXO	6 - % TIPO DIVIDENDO MÍNIMO	7 - % TIPO DIVIDENDO CUMULATIVO	8 - BASE DE CÁLCULO	9 - PREV. REEMBOLSO DE CAPITAL	10 - PRÊMIO	11 - DIREITO A VOTO
01	ORDINÁRIA		55,39	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	NÃO	NÃO	SIM
02	PREFERENCIAL	A	24,14	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	NÃO	NÃO
03	PREFERENCIAL	B	20,47	0,00	25,00	0,00	BASEADO NO LUCRO	SIM	NÃO	NÃO

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
24/08/1999	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	4.200	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

- 1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2000
2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1999
3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/1998

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	-33.581	-63.728	-8.067

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2000/027
4 - DATA DO REGISTRO CVM	09/10/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	Taxa DI mais 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESAGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

1- Constituição da Sociedade

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

A MRS Logística S.A. foi constituída como sociedade de capital fechado, porém, atendendo às disposições do Edital PNDA/A-05/RFFSA, obteve em 13 de novembro de 1998, após as necessárias alterações e consolidação do seu Estatuto Social, o seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, estando autorizada a negociação dos seus valores mobiliários no mercado de balcão organizado, administrado pela SOMA - Sociedade Operadora de Mercado de Ativos S.A. Completadas as formalidades indispensáveis, desde 18 de dezembro de 1998 tornou-se possível realizar negociação de valores mobiliários da MRS Logística S.A. no aludido mercado de balcão organizado.

O Valor da concessão e arrendamento é de R\$ 888,9 milhões, equivalente a US\$ 869,8 milhões (30 set. 1996).

Os trechos que foram concedidos para a exploração do transporte ferroviário de cargas:

- Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte
- Santos-Jundiaí.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

2 – Atividades Preponderantes

Em decorrência do contrato celebrado, aos 28 de novembro de 1996, com a União, através do Ministério dos Transportes, a Sociedade obteve a concessão para explorar o serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Sudeste, pelo período de trinta anos, contados a partir de 1º de dezembro de 1996 e prorrogáveis por mais um período de, no máximo, trinta anos, a critério exclusivo da União, na qualidade de Poder Concedente. Por força do aludido contrato, além dos serviços de transporte ferroviário de carga na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão, a Sociedade poderá explorar os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para dar execução aos serviços cuja exploração integra o seu objeto social e cumprindo obrigação assumida no mesmo contrato já referido anteriormente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo prazo da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades relacionadas ao transporte ferroviário de carga da Malha Sudeste, conforme contrato de arrendamento assinado, também, em 28 de novembro de 1996.

Ao contrário do que acontecia anteriormente, quando integrava o sistema de âmbito nacional pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, a Malha Sudeste passou a operar como um sistema ferroviário isolado, o que, aliado à estratégia de negócio implementada, propiciará, no entendimento da Administração da Sociedade, os recursos necessários à manutenção das atividades, à obtenção da lucratividade necessária ao retorno financeiro dos investimentos efetuados e à cobertura dos custos iniciais da concessão, do arrendamento, da recuperação e da modernização da malha ferroviária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Mercados de Atuação

O mercado de transporte de cargas na área de influência da Malha Sudeste é extremamente favorável ao setor ferroviário, seja pela natureza dos produtos movimentados, seja pela concentração pontual da demanda. Seu posicionamento estratégico a coloca em situação privilegiada em relação a potencial de crescimento de negócios e mercados.

Com efeito, na Região Sudeste estão instalados os maiores complexos industriais do país, principalmente empresas de mineração, usinas siderúrgicas e cimenteiras, sendo ainda um importante centro de produção agrícola. Segundo levantamento feito pelo IBGE em 1997, nessa região estão concentrados aproximadamente 58% do produto interno bruto do Brasil.

A produção brasileira de minério de ferro, praticamente toda transportada por via ferroviária, tem se mantido acima do patamar de 165 milhões de toneladas/ano, dos quais 75% são extraídos das jazidas de Minas Gerais.

A região abriga, ainda, o maior parque industrial da América Latina e os principais portos do país.

A demanda por serviços de transporte na região é superior à capacidade de operação da MRS. Por essa razão, o crescimento da produção da MRS depende, apenas, do aumento desta capacidade.

As perspectivas de incremento de produção são as seguintes: (i) transporte de minério de ferro, que atualmente corresponde a aproximadamente 74% do volume transportado pela companhia (apenas a Ferteco aumentará em 20%/1.300.000 toneladas/mês o volume transportado pela MRS para ano de 2001); (ii) transporte de produtos siderúrgicos; (iii) transporte de novos produtos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

ou produtos que hoje respondem por percentual menos significativo da produção da MRS, tais como cimento, produtos agrícolas, contêineres, etc.

Por outro lado, por ser fortemente industrializado, o triângulo São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais apresenta grande demanda reprimida de transporte das chamadas “cargas nobres” – bens de consumo e manufaturados – que hoje privilegiam o transporte rodoviário por falta de alternativas.

As conexões da Malha Sudeste com a Ferronorte e alguns trechos da Ferrobahia permitem opções de transporte integrado a outras regiões do país pelo fato destas ferrovias possuírem a mesma bitola utilizada pela malha da MRS (bitola larga). Adicionalmente, a MRS, através de operações de transbordo, consegue ter acesso às linhas das FCA e da EFVM.

Dependência de Mercados Externos

Como grande transportadora de minério de ferro e de produtos siderúrgicos destinados à exportação – aproximadamente 65% do volume total de minério de ferro e 26,8% do volume total de produtos siderúrgicos transportados – a MRS tem significativa parte de sua receita relacionada ao desempenho desses produtos nos mercados internacionais. Com isso, a demanda de transporte está sujeita a possíveis impactos causados pela retração de tais mercados.

Com o objetivo de minorar os efeitos negativos de tal variação de mercado, a MRS tem investido no desenvolvimento de um novo *mix* de produtos a serem transportados no mercado doméstico. Nesse novo *mix* estão incluídos os seguintes produtos: bauxita, máquinas, peças e acessórios para diversas indústrias, areia, cimento acondicionado e a granel, gesso, soja, farelo de soja, trigo, milho, adubos, fertilizantes, pellets cítricos, açúcar, sal, enxofre, soda cáustica, resinas, fosfatos, papel e papelão, e contêineres, dentre outros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Esses produtos apresentam graus de suscetibilidade diversos em relação a crises econômicas nacionais e internacionais, sendo certo que o transporte de produtos variados reduz o risco apontado acima (Veja capítulo "Produtos Transportados").

É importante notar, entretanto, que apesar das variações dos mercados internacionais, a MRS tem batido sucessivos recordes de produção. Em 1999, o volume total de transporte na malha foi de 55,2 milhões de toneladas, o maior alcançado até então, traduzindo um acréscimo de 4,5% em relação ao exercício anterior. A produção, por sua vez, foi de 22,2 bilhões de toneladas-quilômetro, representando um incremento de 4,0%. No mês de agosto de 2000, a MRS transportou aproximadamente 6,1 milhões de toneladas, resultado que superou em mais de 1,0 milhão de toneladas a melhor performance mensal de 1999, que tinha ocorrido em outubro. Naquele mês, a MRS transportou 5,1 milhão de toneladas, superando, pela primeira vez na história da Malha Sudeste, a marca de 5 milhões de toneladas/mês. O novo recorde confirma a curva de crescimento da produção da ferrovia, que totaliza 66,3 milhões de toneladas acumuladas no período de 2000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

A intensidade do transporte dos produtos agrícolas e insumos destinados à agricultura variam de acordo com a época do plantio e da safra.

O transporte de minério de ferro varia em função do mercado exportador, das cotações internacionais do produto, do cumprimento das cotas de exportação e, portanto, das datas de cumprimento das obrigações assumidas pelos exportadores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1 - ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Transporte de Minério de Ferro p/ Exportação	53,79
02	Transporte de Minério de Ferro Mercado Interno	17,69
03	Transporte de Produtos Siderúrgicos	9,35
04	Transporte de Cimento	4,23
05	Transporte de Carvão e Coque	3,21
06	Transporte de outros produtos	11,73

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1 - ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO	7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA
01	Óleo Diesel	NÃO	0	SIM	SIM	Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga	NÃO LIGADO	53,50
02	Peças para Locomotivas	NÃO	0	SIM	SIM	Gevisa S.A.	NÃO LIGADO	2,36
03	Peças p/ vagão/roda	NÃO	0	SIM	SIM	Maxion Fund. Equip. Ferroviários Ltda	NÃO LIGADO	16,19
04	Peças p/ locos e vagões	NÃO	0	SIM	SIM	MWL Brasil Rodas e Eixos Ltda	NÃO LIGADO	1,32
05	Mat. de Via Permanente	NÃO	0	SIM	SIM	Tupy Fundições Ltda	NÃO LIGADO	0,85
06	Dormentes	NÃO	0	SIM	SIM	Com. e Indústria de Madeiras	NÃO LIGADO	0,79
07	Mat. de Via Permanente	NÃO	0	SIM	SIM	Metaltúrgica Barros Monteiro Ltda.	NÃO LIGADO	0,70
08	Peças e partes p/ Locos	SIM	1.124.872	NÃO	SIM	Corema International Ltd.	NÃO LIGADO	0,57
09	Peças e partes p/ Locos	SIM	1.186.335	NÃO	SIM	American Trading Service	NÃO LIGADO	0,60

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1 - ITEM 2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR			
			9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA	
10 Peças e partes p/ Locos	SIM	832.100	NÃO	SIM
Unitrade Supply Company, Inc.			0.42	
			NÃO LIGADO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGISTICA S.A	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	---	--------------------------------

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1 - ITEM	2 - ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Transporte de Minério de Ferro p/ Exportação	
001	001	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	38,84
001	002	Ferteco Minerações S.A.	14,94
002		Transporte de Minério de Ferro p/ Consumo Interno	
002	003	Companhia Siderúrgica Nacional	7,10
002	004	Outros Clientes	10,60
003		Transporte de Outros Produtos	
003	005	Diversos Clientes	28,52

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Logística das Operações

1 – A Operação Logística na MRS

Localizando-se na região de maior densidade industrial do país a MRS Logística S/A, interliga as principais indústrias nacionais aos centros consumidores e portos do país. A fim de prestar um serviço de maior valor agregado, atendendo uma demanda do mercado, a MRS Logística S.A. vem diversificando sua área de atuação objetivando uma maior participação na operação logística destas empresas.

As características geográficas de sua malha possibilitam à MRS Logística S/A um intercâmbio com outras ferrovias (FCA, FERROBAN, EFVM/CVRD), fácil acesso às principais rodovias e acesso direto aos Portos do Rio de Janeiro, Santos e Sepetiba, credenciando-a para atuar como operadora logística.

Neste texto será apresentado de forma sucinta o estágio atual de participação da MRS Logística S/A em sua operação com outros modais (rodovia), ferrovias, portos e terminais de carga.

2 – Terminais e CCD's

Procurando a inserção de clientes não servidos por desvios próprios ao transporte ferroviário, a MRS Logística S/A vem implementando uma política de criação de Centros de Consolidação e Distribuição (CCD's). O Centro de Consolidação e Distribuição (CCD) de Itaquaquecetuba conta atualmente com dois galpões para descarga e armazenamento, cada um com 324 x 19,5 m. O primeiro galpão opera com dois pórticos, com capacidade para 25 e 32 toneladas respectivamente. O segundo galpão opera com um pórtico com capacidade para 25 toneladas. Esse CCD visa o atendimento da demanda de produtos siderúrgicos da região da Grande São Paulo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

O terminal do Arará situado ao lado do Porto do Rio de Janeiro apresenta-se como um terminal com vocação para produtos de importação/exportação. Atualmente movimenta, principalmente, produtos siderúrgicos, cimento, açúcar e contêineres.

3 - Rodoviário / Intercâmbio com outras Ferrovias

Diversos fluxos de transporte da FCA, FERROBAN e EFVM / CVRD com destino aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro são realizados em conjunto com a MRS Logística S/A, assim como transportes com origem na área de atuação da MRS Logística S/A e destino a pontos não alcançados.

4 – Portos

As linhas da MRS Logística S.A. acessam os portos do Rio de Janeiro, Santos e Sepetiba.

Atingindo tanto a margem direita como a esquerda do Porto de Santos, as composições da MRS Logística S/A operam na exportação/importação de produtos agrícolas tendo acesso direto, entre outros, a alguns terminais privativos. Os terminais de contêineres do Porto de Santos também fazem uso dos serviços da MRS Logística S/A. Uma composição com frequência regular circula entre Santos e Jundiaí.

No Porto de Sepetiba, a MRS Logística S/A opera os terminais de carvão da CSN, sendo automatizado os processos de recuperação do carvão a partir das pilhas e carregamento de vagões com uma capacidade superior a 2.000 toneladas por hora, também opera os terminais do minério de ferro da Ferteco e o terminal de container. Servimos também o terminal privado pertencente a MBR (Porto de Guaíba em Mangaratiba – RJ).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Nestes terminais portuários, todo o processo é altamente mecanizado, da descarga de vagões, feita por viradores de vagões ("car-dumpers"), ao carregamento dos navios, feito por "ship loaders" alimentados por correias transportadoras.

No Porto do Rio de Janeiro a MRS Logística S/A faz uso de seu terminal de cargas (Arará) situado às portas do porto para operar, em sua maioria, cargas destinadas à exportação, produtos agrícolas e contêineres, atingindo os terminais de contêineres recém privatizados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Relação de Equipamentos

1 – Frota de Locomotivas Arrendadas

31/12/2000

TIPO	SERVIÇO	MODELO	POTÊNCIA (HP)	QUANTIDADE	
				Existente	Disponível
DIESEL- ELÉTRICA	CARGA	GE U 23 CA	2.600	27	22
		GE U 23 CE	2.250	16	14
		GE U 23 C	2.250	88	61
		GM SD 40	3.000	39	29
		GE U 23 C1	2.250	18	9
		GM SD 18/38	1.800 / 2.000	52	36
		GE U 20 C	2.000	24	16
		TOTAL		264	187
	OUTROS (Inclusive serviço não remunerado)	GE 720	720	21	11
		ALCO RSD12	1.800	3	1
		ALCO RS3	1.600	3	1
		EFCB	170	3	2
		GE U 5B	600	9	6
		GE U 6B	700	8	6
		HITACHI	1.000	3	2
		TOTAL		50	29
ELÉTRICA	CARGA	HITACHI ELÉT.	3.300	12	6
TOTAL GERAL				326	222

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

**2 – Frota de Vagões Próprios
31/12/2000**

TIPO	SÉRIE	QUANTIDADE		CAPACIDADE (ton.útil)
		EXISTENTE	DISPONÍVEL	
Plataforma	PDQ	2	2	50,5
Gôndola	GDT	900	834	94,6 / 98,6
TOTAL		902	836	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

3 – Frota de Vagões Arrendados
31/12/2000

TIPO	SÉRIE	QUANTIDADE		CAPACIDADE (ton. útil)
		EXISTENTE	DISPONÍVEL	
GAIOLA	ACR	4	0	54,0
FECHADO	FHS	529	152	72,8
	FLR	1	0	52,0
	FRR	2	1	54,0
	FRS	1.441	784	73,5
	FSR	2	0	59,0
	FSS	4	1	73,5
	TOTAL	1.983	938	
GÔNDOLA	GDR	34	28	58,0
	GDS	94	87	81,2
	GDT	2.061	1.980	94,4
	GFS	411	180	75,3
	GHS	223	118	77,0
	GPR	120	23	57,0
	GPS	349	171	72,7
	GQR	150	56	55,9
	GQS	46	45	77,2
	GTS	192	47	70,5
	TOTAL	3.680	2.735	
HOPPER	HAS	41	40	80,4
	HAT	775	728	94,2
	HES	107	91	73,3
	HTS	112	107	73,8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

	TOTAL	1.035	966	
--	--------------	--------------	------------	--

3 – Frota de Vagões Arrendados
(continuação)

TIPO	SÉRIE	QUANTIDADE		CAPACIDADE (ton. útil)
		EXISTENTE	DISPONÍVEL	
PLATAFORMA	PAR	98	0	25,0
	PBS	166	129	75,0
	PCS	15	1	74,0
	PDR	167	146	55,0
	PDS	231	208	72,3
	PES	1.417	1.204	70,5
	PET	1	1	73,7
	PGS	40	35	71,0
	PMR	16	15	54,0
	PMS	14	9	73,0
	PPS	114	57	71,1
	PQU	1	0	110,7
	PRS	1	1	60,0
	PRU	2	2	139,8
	TOTAL	2.283	1.808	
TANQUE	TCR	11	9	58,0
OUTROS (SERV. NÃO REMUNERADO)	DIVERSOS	534	336	ND *
TOTAL GERAL		9.526	6.792	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

* Informação não disponível

Trens em operação e suas características

Prefixo Trem	Produto	Nº Locomotivas por Trem	Nº Vagões por Trem	Série Vagão
BOP	Piggy-back	1	13	PGS
FCP	P. Siderúrgico	1	38	PES
FEL	Gusa/Sucata	1	33	GPS
FOR	P. Siderúrgico	1	22	PES
FZD	P. Siderúrgico	1	38	PES
FZL	P. Siderúrgico	1	33	PES
KER	Carga Geral	1	37	DIVERSOS
KET	Carga Geral	1	41	DIVERSOS
KOM	Carga Geral	1	41	DIVERSOS
NAG	Minério MBR	3	130	GDT
NAS	Minério MBR	3	130	GDT
NEB	Minério Usiminas	2	65	HAT
NEG	Minério MBR	3	130	GDT
NEG1	Minério Ferteco	3	130	GDT
NES1	Minério Ferteco Sep.	3	130	GDT
NEV	Minério CSN	2	87	HAS
NEV1	Minério Barbará	1	26	HAS
NEY	Minério Cosipa	2	65	GDS
NEZ	Minério Açominas	2	77	GDS
NFG	Minério MBR	3	130	GDT
NFG1	Minério Ferteco	3	130	GDT
NFS	Minério MBR	3	130	GDT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

NFS1	Minério Ferteco	3	130	GDT
QSC	CoqueTuoi	2	65	HAT

Trens em operação e suas características
(continuação)

Prefixo Trem	Produto	Nº Locomotivas por Trem	Nº Vagões por Trem	Série Vagão
TOD	Bauxita	1	27	GFS
YCP	Cim. granel	1	30	TPT
YCV	Cim. granel	1	30	TPT
YEJ	Cim. Granel	1	24	TPS
YEJ1	Cim. Granel	1	24	TPS
YEM	Cim. Granel	1	33	TPS
YET	Cim. Granel	1	33	TPS
ADR	Açúcar	1	40	FRS
BNP	Container	1	30	PDS
BVP/BPV	Piggy-back	1	30	PDT
FML	Sucata	1	30	GPS
FVM	P. Siderúrgico	1	34	PES
FVR	P. Siderúrgico	2	34	PES
FVS	P. Siderúrgico	1	30	PES
KPD	Areia	1	26	GHS
KPM	Areia	1	36	GHS
KRT	Carga Geral	1	17	DIVERSOS
KTR	Carga Geral	1	19	DIVERSOS
QSV	Carvão	2	72	GDS
QSV1	Coque Cimenteiras	1	58	GFS
YVP	Escória	1	30	TPT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Tecnologia de Operação Ferroviária

Operação ferroviária, em poucas palavras, pode ser definida como uma sequência de decisões necessárias para atender uma demanda através da adequada alocação de recursos e facilidades disponíveis para a ferrovia. Desta forma, a otimização da operação ferroviária poderia ser caracterizada pelas excelências de seu processo de tomada de decisão e de sua operação propriamente dita (a maneira como seus diferentes trens são conduzidos diariamente).

Entre os diversos sistemas (automatizados ou não) específicos para gerenciar e/ou otimizar o uso das composições na MRS Logística S.A., podemos citar:

- **Simulador de operação de trens**

Permite aperfeiçoar as técnicas dos maquinistas na condução dos trens, minimizar o consumo de combustível, reduzir o desgaste do material rodante e aumentar a segurança no trajeto.

- **Tração distribuída**

Permite o uso mais eficiente da potência das locomotivas através da sua distribuição ao longo do trem, ao invés da clássica tração múltipla na cabeça (frente) do trem. Obtém-se assim substancial economia de combustível e redução em distâncias de frenagem, além de uma recarga no sistema de freio pneumático muito mais rápida, que resulta em maior segurança operacional.

- **Hot-box/hot-wheel (detector de roda e caixa quentes)**

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

São detectores estrategicamente distribuídos ao longo da malha ferroviária, para medir a temperatura das rodas e caixas de rolamento. A ocorrência de defeitos nestes componentes fica significativamente reduzida, o que evita acidentes de grandes proporções.

- **Registrador de eventos de locomotivas (caixa-preta)**

Registra todo o comportamento dinâmico do trem durante o percurso e sua utilização em conjunto com o subsistema de equipagem possibilita a verificação do cumprimento dos padrões de condução treinados via simulador de operação de trens.

- **Sistema de Logística de Transporte – SISLOG**

Visa o planejamento, controle e acompanhamento dos recursos ferroviários, trens, vagões, locos e equipamentos, de forma a garantir o cumprimento das atividades dos trens, buscar a eficiente distribuição de vagões e locomotivas ao longo da malha ferroviária e na formação dos trens, otimizar a geração e garantir o acompanhamento da execução das escalas de maquinistas tornando-as mais uniformes.

- **Painel digital do Centro de Controle Gerencial – CCG**

Camada tática do planejamento da operação ferroviária, fornecendo rápida visualização da situação geral da malha para atuação gerencial;

- **Rastreamento de trens via satélite**

Possibilita o acompanhamento dos trens mesmo quando trafegando em território não-sinalizado ou em outras ferrovias;

- **Licenciamento de trens via satélite**

Substitui o *staff* (bastão) no licenciamento de trens e permite prover meio de comunicação opcional ao rádio;

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

- **“End of train” (dispositivo de cauda)**

Equipamento utilizado em conjunto com o licenciamento de trens que permite a monitorização constante da pressão de ar na cauda do trem, assegurando assim a sua integridade no trajeto.

- **Despacho de trens assistido por computador**

Informatização do Centro de Controle Operacional, agregando novas ferramentas a disposição do despachador, tais como:

- Informações sobre via, trens e equipagens;
- Integração aos sistemas de informação da MRS;
- Rastreamento de trens;
- Representação gráfica de licenças de circulação;
- Traçado automático do Gráfico de Trens;
- Automação de tarefas.

- **Planejamento da circulação**

Visa aplicar algoritmos de otimização de forma a gerar para o despachador o plano de circulação de trens que maximize a vazão com o menor custo, levando em consideração tempo de trem parado, consumo de combustível e operações a serem realizadas pelo trem.

- **Controle de trens baseado em comunicação**

Atualização dos sistemas de sinalização atuais, através da utilização de computadores de bordo, que fornecerão sinalização na cabina da locomotiva e controlarão o respeito às ordens do centro de controle, além de indicar ao maquinista a melhor condução do trem.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

MERCADOS

A MRS Logística S.A. atua no mercado de transporte ferroviário, abrangendo um trecho de cerca de 1.700km, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O mercado de transporte de cargas na área de influência da MRS é extremamente favorável ao setor ferroviário, seja pela natureza dos produtos movimentados, seja pela concentração pontual da demanda. Esta região reponde por cerca de 65% do produto interno bruto (US\$ 740 bilhões/1996) e nela estão instalados os maiores complexos industriais (principalmente siderúrgicos e cimenteiros), de mineração e uma área importante de produção agrícola.

A produção brasileira de minério de ferro tem se mantido acima do patamar de 180 milhões de toneladas/ano, dos quais mais de 70% são extraídos das jazidas de Minas Gerais. A região sudeste responde, também, por mais de 50% da produção de cimento, abrigando ainda o maior parque industrial da América Latina, estando ligada pela malha ferroviária aos principais portos do país (Santos, Rio de Janeiro e Sepetiba).

A malha ferroviária da MRS faz interface com as principais ferrovias brasileiras, permitindo uma opção de transporte intramodal para todas as outras regiões do país.

No chamado Triângulo Econômico Rio - São Paulo - Belo Horizonte, onde se encontra a malha da MRS, o tráfego rodoviário é dos mais intensos, sobretudo de carretas pesadas. O tráfego rodoviário de cargas que entram e saem nas principais rodovias de acesso a São Paulo é de cerca de 200 milhões de toneladas, conforme pesquisa realizada nas principais rodovias de acesso à maior megalópole brasileira, ou seja 20% de tudo o que é movimentado no país.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Em 2000 a MRS transportou 66,3 milhões de toneladas úteis de carga e prevê para 2001 um transporte de 77,6 milhões de toneladas úteis (crescimento de aproximadamente 17%).

As principais cargas transportadas pela MRS em 2000 foram:

Em milhões

Produto	Toneladas
Minério de Ferro	48,5
Carvão e Coque	3,7
Produtos Siderúrgicos	3,7
Cimento	1,7
Outros	8,7
Total	66,3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Principais Concorrentes

O minério de ferro é transportado quase que exclusivamente por via ferroviária. Neste segmento, a única alternativa de transporte à Malha Sudeste é a Estrada de Ferro Vitória - Minas, operada pela CVRD, a qual, contudo é uma das principais concorrentes de dois dos maiores clientes e acionistas da MRS - MBR e Ferteco.

No tocante aos demais segmentos, a principal concorrência decorre não de outras companhias ferroviárias, mas do transporte rodoviário. No chamado Triângulo Econômico Rio – São Paulo – Belo Horizonte, onde se situa a malha da MRS, o tráfego rodoviário é dos mais intensos, sobretudo de carretas pesadas. O tráfego rodoviário de cargas que entram e saem nas principais rodovias de acesso a São Paulo é de cerca de 200 milhões de toneladas, isto é, 50% de tudo o que é movimentado no País.

A grande concentração do transporte de cargas pelas rodovias no Brasil é consequência direta da falta de investimentos no transporte ferroviário e da priorização dos investimentos estatais nas rodovias. Todavia, o modal rodoviário tem como característica um grande número de empresas de transporte e caminhoneiros autônomos, não havendo nenhuma empresa que individualmente detenha parcela significativa do mercado.

A principal distinção entre os modais rodoviário e ferroviário é a maior eficiência energética no transporte ferroviário, com vantagem competitiva na economia de escala, possibilitando o transporte de volumes de carga em maiores distâncias a um custo menor, enquanto que o transporte rodoviário apresenta maior flexibilidade de rotas e horários.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Vantagens competitivas

Para fazer frente à concorrência e recuperar o mercado perdido para o modal rodoviário de transporte, a MRS conta com algumas vantagens competitivas:

- *Posicionamento geográfico estratégico*

Como já mencionado, na área de influência da Malha Sudeste localizam-se importantes centros produtores de minérios, produtos siderúrgicos, produtos agrícolas, produtos industrializados e construção civil. O acesso direto aos Portos de Santos, Rio, Sepetiba e Guaíba é outro fator que acentua a competitividade da MRS nos segmentos destinados à exportação, inclusive no tocante a cargas nobres e contêineres.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Implantação do Transtrailer e do Piggy Back*

A MRS investiu no projeto *TRANSTRAILER*, um Sistema multimodal onde a carreta é adaptada em truques ferroviários para transporte nas linhas da MRS.

Vantagens do Sistema

- Menor custo de transporte
- Transporte ponta a ponta sem transbordo
- A formação do comboio se faz sem a utilização de locomotiva
- Fácil operação
- Pode transportar todo tipo de carga, inclusive cargas perigosas
- A maior utilização das ferrovias permitirá a redução dos congestionamentos
- Simples e fácil manutenção

O sistema Piggy Back consiste em se transportar o semi-reboque rodoviário (carreta), em vagões especialmente adaptados, sem a necessidade do cavalo mecânico. O transporte é efetuado na modalidade de trem expresso, ou seja, com horários de saída e chegada pré-definidos, sem paradas adicionais e com garantia do transit-time.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Base de clientes*

Além de seus acionistas Usiminas, CSN, MBR, Ferteco e Gerdau e companhias interligadas (como a Cosipa), integram ainda a carteira de clientes da MRS várias empresas de grande porte, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PRINCIPAIS CLIENTES DA MRS

MBR-MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL-CSN
FERTECO MINERAÇÃO S.A.
COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA-COSIPA
AÇOMINAS-AÇOS MINAS GERAIS S.A.
CIMENTO TUPI S.A
GERDAU S.A.
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A-
USIMINAS
CARGILL AGRÍCOLA S.A.
HOLDERCIM BRASIL S.A.
PEDRASIL - COMERCIO DE PEDRAS LTDA.
BRASIL BETON S.A.
AURICCHIO E BARROS EXT. COM. AREIA E
PEDRA LTDA.
SERVPORT SERVIÇOS PORTUÁRIOS E
MARÍTIMO LTDA.
ITRI - RODOFERROVIA LTDA.
SOLVAY DO BRASIL S.A.
COMPANHIA METALÚRGICA BARBARA
BELGO-MINEIRA BEKAERT.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Vantagens do transporte ferroviário*

A MRS pretende demonstrar a potenciais clientes as vantagens do transporte ferroviário sobre o rodoviário, principalmente nos longos percursos, dentre as quais destacam-se (i) a capacidade de transportar produtos com grande volume e peso por longas distâncias com custo reduzido; (ii) o fato de a maior parte do transporte rodoviário ser feita por caminhoneiros autônomos, que não se organizam para transportar grandes cargas em frotas, com custo competitivo em relação ao transporte ferroviário; (iii) menor impacto de eventual aumento do preço do diesel sobre o custo do transporte rodoviário, tendo em vista a maior eficiência energética da ferrovia; (iv) tendência de aumento do custo do transporte rodoviário; e (v) maior estabilidade dos preços do transporte de cargas através de ferrovia, que não estão sujeitos a fatores sazonais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

A MRS Logística S.A. possui um processo em andamento no INPI desde 14/12/96, no qual solicita o registro da Marca Mista na classe 38.20/40 com a logomarca MRS LOGÍSTICA S.A., com as seguintes características, obedecidas as devidas proporções.

MRS

Logística S.A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPÓTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TERMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
01	Salas Comerciais	Praia de Botafogo, 228 - 12º andar										
Rio de Janeiro	RJ	0,386	0,386	19	SIM	NÃO	SIM	19/05/1997	18/05/2003			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A MRS Logística S.A., uma das maiores Concessionárias de Transporte Ferroviário no Brasil, informa os resultados referentes ao ano de 2000.

Evolução dos Negócios

Os resultados alcançados pela MRS no exercício foram os melhores de sua história. O crescimento da atividade econômica, aliado à expansão dos negócios dos seus principais clientes, com destaque para a Ferteco, e à conquista de novos fluxos de transporte, em particular no eixo Rio – São Paulo, levaram a empresa, sem prejuízo da segurança operacional, a bater sucessivos recordes. Coroando esta atuação foi-lhe atribuído o título de Melhor Operadora Ferroviária de 2000, na tradicional premiação do Setor, promovida pela Revista Ferroviária.

O volume total de transporte na malha foi de 66,3 milhões de toneladas úteis (TU's), o maior até hoje alcançado, traduzindo um acréscimo de 20,1% em relação ao exercício anterior. A produção correspondente, por sua vez, foi de 26,9 bilhões de toneladas-quilômetro úteis (TKU's), representando um incremento de 20,9%. Os principais produtos transportados foram minério de ferro, produtos siderúrgicos e carvão, registrando-se, por outro lado, incrementos no transporte de outros produtos (grãos, bauxita e contêineres), em decorrência da diversificação de fluxos posta em prática pela empresa, com o objetivo, inclusive, de aumentar o transporte de cargas de maior valor agregado.

Cabe ressaltar que a produção relativa ao 4º ano de concessão (1º de dezembro de 1999 a 30 de novembro de 2000), totalizando 26,6 bilhões de toneladas-quilômetro úteis, superou a meta contratual estabelecida para aquele período (24,6 bilhões). Da mesma forma, o índice de acidentes verificado, no período, de 34,8 acidentes por milhão de trens-quilômetro, foi inferior ao limite máximo estabelecido, como meta, no Contrato de Concessão (46,2).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

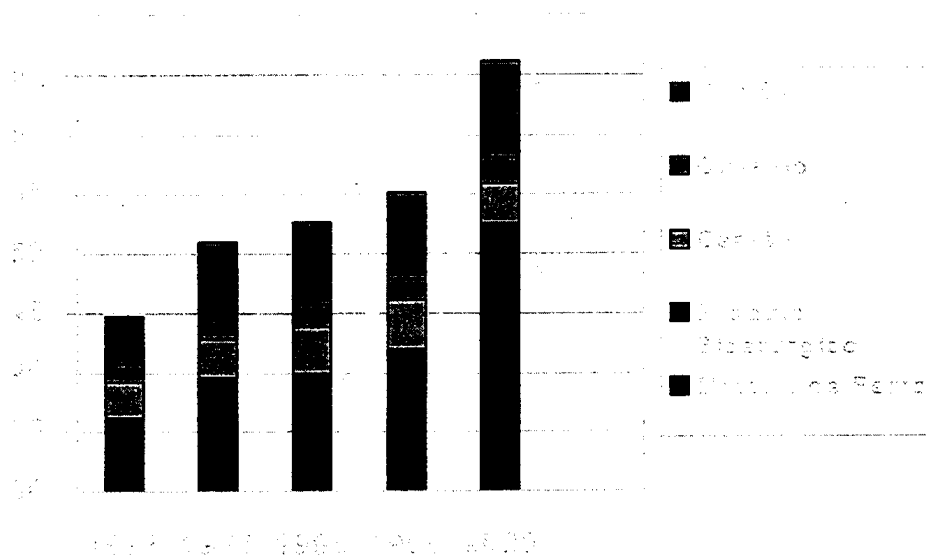
01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A receita bruta oriunda dos serviços de transporte atingiu o montante de R\$ 594,7 milhões, ou seja, 25,6% superior ao resultado alcançado no exercício anterior. O lucro operacional gerado antes das despesas financeiras líquidas foi de R\$ 113,7 milhões, superior em 37,2% ao alcançado em 1999.

O resultado final, entretanto, apresentou-se ainda negativo em R\$ 33,6 milhões, em razão da dedução da parcela (R\$ 48 milhões) relativa ao diferimento da desvalorização cambial ocorrida no exercício de 1999, nos termos da Deliberação no. 294 da CVM, de 26/03/99.

Produção Realizada (milhões de TU)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Novos Negócios / Realizações

No decorrer do exercício, além da preocupação de atender aos planos de expansão de seus clientes tradicionais, a MRS procurou desenvolver novos empreendimentos e implementar ações no sentido de aumentar a eficiência de seu transporte. Dentre essas ações e empreendimentos desenvolvidos com recursos próprios ou em parceria com clientes ou terceiros, cabe destacar:

- ❑ início das operações no Terminal da Mina do Córrego do Feijão da Ferteco Mineração S.A.;
- ❑ implantação de quatro rotas de trens expressos, destinados ao mercado de carga geral: Rio – São Paulo, Rio – Juiz de Fora, Santos – Campinas e Santos – Suzano;
- ❑ implantação de trens regulares para o atendimento do transporte de produtos siderúrgicos da Cosipa e da CSN;
- ❑ inauguração do terminal da Basf em Guaratinguetá, com entrada em operação do ramal ferroviário de acesso com 2,2 km de extensão, permitindo o transporte de insumos importados desde o Porto de Santos até o complexo fabril e o transporte de produtos acabados para a exportação através daquele Porto. É a primeira indústria do Vale do Paraíba a transportar produtos químicos por ferrovia;
- ❑ início das negociações para instalação de terminais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo;
- ❑ implantação do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC).

Dentre os resultados alcançados, merecem registro:

- ❑ quebra dos recordes de transporte de minério de ferro da Ferteco, MBR e Cosipa;
- ❑ crescimento de 29% no transporte de bauxita;
- ❑ crescimento de 77% no transporte de soja (em grão e farelo);

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

- aumento de 16% no número de containeres movimentados.

Investimentos

Os investimentos realizados no exercício atingiram a cifra de R\$ 118,5 milhões, com destaque para o material rodante (R\$ 81,5 milhões), via permanente (R\$ 18,7 milhões) e equipamentos e sistemas de manutenção e sinalização (R\$ 9,0 milhões). Estes investimentos objetivaram, precipuamente, atender ao crescimento da demanda de transporte previsto, em particular de minério de ferro para exportação, bem como atender às metas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Poder Concedente.

Os principais itens de investimento foram:

- continuação do projeto de recuperação e expansão da frota de locomotivas e vagões, destacando-se a aquisição de 720 novos vagões GDT e a reforma (adaptação) e revisão geral de 1041 vagões de diversos tipos.
- início das obras de expansão da capacidade de tráfego em diferentes trechos da malha, tendo sido lançados 36 km de novas linhas, abrangendo a expansão e a ampliação de pátios e, bem assim, a duplicação de ligações entre pátios;
- início da recuperação da superestrutura da via permanente na Baixada Santista e na Linha de São Paulo, para atender ao aumento do transporte de soja, produtos siderúrgicos e contêineres;
- aquisição e instalação de 3 balanças dinâmicas (Barra do Pirai, São José dos Campos e Pátio P1-07 da Ferrovia do Aço), para pesagem de vagões em movimento;
- prosseguimento do projeto de tecnologia da informação.

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Aspectos Financeiros / Operações de Financiamento

Durante o exercício, destacaram-se:

- emissão e colocação de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100 milhões, pelo prazo de 5 anos (a primeira emissão com este prazo no mercado brasileiro), visando obter recursos para os investimentos previstos no Plano de Negócios da Empresa;
- contratação de financiamentos com o BNDES-FINAME para a aquisição de 720 vagões GDT, no valor total de R\$ 41,2 milhões, com o prazo de 8 anos para amortização;
- contratação de *leasing*, com opção de compra, de 19 locomotivas GE C 30-ME da Gevisa, no valor de R\$ 70,5 milhões, pelo prazo de 5 anos;
- alongamento do prazo dos financiamentos de curto prazo, aumentando o Exigível a Longo Prazo em R\$ 222,7 milhões;
- geração operacional de caixa que atingiu R\$ 165,8 milhões, significando um acréscimo de 17,7% em relação ao ano anterior.

Foram ainda contratadas, a exemplo do exercício anterior, operações de hedge cambial, que proporcionaram cobertura contra flutuações da taxa de câmbio em seus compromissos financeiros de curto prazo.

Recursos Humanos

Tiveram prosseguimento as ações voltadas ao aperfeiçoamento e adequação da área de recursos humanos às demandas estratégicas da Empresa. Para melhor embasar estas ações promoveu-se, como no exercício anterior, uma Pesquisa de Clima que obteve a adesão de 90% do quadro da MRS. Os resultados da pesquisa revelaram, em relação à pesquisa anterior, uma melhoria dos padrões organizacionais e de relações com os empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Em termos de gerência, cumpre ressaltar o início, em outubro, do Programa de Desenvolvimento Gerencial, em parceria com a Fundação Dom Cabral (MG), voltado para a melhoria do desempenho da organização. O módulo inicial, Liderança e Gestão de Pessoas, totalizou 7 turmas envolvendo 174 empregados.

No campo interno, deu-se continuidade a todos os programas sociais voltados para a integração dos empregados e suas famílias com a MRS (Programa Nossa Empresa Nossa Casa, Programa Família no Trem e Programa Caminhando com a Qualidade).

Neste contexto, foi lançado o programa de formação escolar Linha do Saber, através de parcerias com o Senai e a Rede Pública de Ensino, dando aos empregados da MRS a oportunidade de concluir seus estudos (Ensino Fundamental – 1º Grau e Ensino Médio – 2º Grau).

Ciente da importância do treinamento na capacitação de seu pessoal, em todos os níveis, a Empresa manteve a ênfase dada a essa atividade, na qual foram investidos R\$ 1,767 milhão (acréscimo de 85% em relação ao exercício anterior).

No total, receberam treinamento 1.136 empregados (37% do efetivo), correspondendo a 3.164 treinandos e 78.560 horas de treinamento, cabendo destacar a conclusão do Módulo I do Programa de Aperfeiçoamento de Maquinistas, com 20 turmas, envolvendo 254 maquinistas. Este módulo que compreendeu, desde o seu início em 1999, 600 maquinistas e inspetores, teve como objetivo a redução do consumo de combustível e das quebras de equipamento (engates), o que foi plenamente atingido.

Foi implementado o Programa de Trainees, com a admissão de 15 candidatos aos quais estão sendo ministrados treinamentos modulares, técnicos e comportamentais, com duração prevista de 18 meses.

Em 31/12/00 o efetivo de pessoal da Empresa era de 2.988 empregados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

A MRS e a Comunidade

Foram ampliados a programação e o alcance dos projetos voltados à integração da MRS com as comunidades em que atua.

O projeto Trem da Solidariedade, envolvendo a participação voluntária de empregados, com o apoio da Empresa, em visitas a creches e abrigos, foi estendido a Conselheiro Lafaiete e Barra do Piraí. Este projeto, juntamente com o projeto MRS Amiga do Paraibuna, integrantes do programa MRS Empresa Cidadã, foram reconhecidos pelo público interno e pela comunidade, merecendo destaque no Guia de Cidadania Corporativa da Revista Exame. Em Juiz de Fora, além do projeto de conservação das margens rio Paraibuna (1 km), a MRS assumiu a conservação da praça Teotônio Villela.

Cabe destacar, finalmente, a realização da Campanha de Prevenção de Acidentes "Sou Amigo do Trem", em parceria com a TV Panorama (Sistema Globo), com a participação de cerca de 8.000 crianças da 1ª à 4ª séries de escolas públicas de 40 municípios das regiões da Zona da Mata e Vertentes, em Minas Gerais.

Tecnologia

Dentre as medidas adotadas neste campo, visando o aumento da produtividade e segurança operacional, cumpre ressaltar:

- aquisição de equipamentos para manutenção e correção de via:
- ↳ Carro Controle (*Track Evaluation Vehicle*). Equipamento de exame da geometria da via permanente e do estado da dormentação. Este equipamento, a ser entregue até junho de 2001, será o mais moderno e o único rodoferroviário do Brasil, capaz de avaliar até 40 km de via em uma hora.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

☛ Trem Esmerilador. Equipamento para manutenção do boleto dos trilhos, corrigindo os defeitos superficiais e as pequenas fissuras decorrentes. Sua entrega está prevista para janeiro de 2002.

A entrada em serviço destes equipamentos possibilitará reduzir o consumo anual de trilhos.

☐ aquisição de 4 veículos rodoferroviários para atendimento rápido de ocorrências na linha.

Segurança Operacional

Pelo quarto ano consecutivo, o índice de acidentes observado, tanto no exercício como no período contratual de 01 de dezembro de 1999 a 30 de novembro de 2000, foi inferior ao limite estabelecido no Contrato de Concessão, tendo-se verificado uma redução de 10,4% no número de acidentes ocorridos em relação ao exercício anterior.

Deu-se prosseguimento ao programa de proteção da linha, com a demarcação e vedação de mais 164 km de faixa de domínio, ao longo da via férrea, em especial no Vale do Paraíba, totalizando 310 km desde o início do programa, no exercício anterior.

Foram assinados, finalmente, 13 convênios com Prefeituras ao longo do trecho com a finalidade de preservar a faixa de domínio da ferrovia, cuidar das cercas e evitar invasões.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Perspectivas

Ao longo de 2000, a MRS aprovou seu Planejamento Estratégico e seu Plano de Negócios.

Como consequência, tomou-se a decisão de continuar focando a prestação de serviços em seus mercados tradicionais e de dar atenção especial ao crescimento de fluxos de mercados de carga geral.

Esta orientação se fundamentou na melhoria do nível de serviços obtida através dos investimentos feitos ao longo dos 4 primeiros anos de operação da MRS e do aumento de competitividade obtido pelo crescimento de escala e pelo processo de contínua redução de custos.

Desta forma, estima-se que para o ano de 2001 o crescimento da produção de transporte será da ordem de 20%, decorrente, em parte, do atendimento a novos projetos na área de influência da MRS (Terminal da Ferteco e Terminal de Contêineres, ambos no Porto de Sepetiba), bem como do processo de diversificação da carteira de clientes e produtos da companhia.

Os investimentos necessários para o cumprimento dessas diretrizes estão previstos no orçamento de 2001, com parcela importante já executada ou comprometida.

A MRS tem a convicção de que o seu crescimento não se limitará ao identificado para o ano 2001. Com a redução das incertezas nos cenários nacional e internacional, está confiante de que poderá, rapidamente, atender às crescentes demandas por serviços logísticos em sua área de influência.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

14.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS

Em 2000 a MRS foi bem sucedida nos esforços que permitiram o alongamento do perfil de sua dívida. A MRS vê ainda com otimismo a possibilidade de implementação dos seus projetos de desenvolvimento do transporte de carga geral e do aumento de capacidade do sistema, devendo para isso contar com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e com a geração crescente de recursos oriundos de suas operações.

Na área de Recursos Humanos, a MRS pretende prosseguir o projeto de aumento da capacitação gerencial e técnica de seus quadros, intensificando as atividades de treinamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Meio Ambiente

Deu-se prosseguimento no exercício às ações voltadas para a melhoria ambiental através da implementação do Sistema de Gestão Integrado de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, divulgando-se as regras básicas de segurança e o Manual do Sistema de Gestão, baseado no controle de perdas.

Foram realizadas obras de recuperação de áreas degradadas e revegetação de taludes no trecho sul da Ferrovia do Aço superando, inclusive, os quantitativos previstos no compromisso assumido com a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – FEAM. Para o apoio a este tipo de obras foi implantado, em Bom Jardim de Minas, um viveiro de mudas arbustivas e arbóreas, tendo sido produzidas no exercício 10.200 mudas.

Cabe ressaltar, finalmente, a elaboração da análise de risco e do plano de contingência referente ao transporte de produtos químicos entre Santos e Guaratinguetá, e o licenciamento ambiental para a instalação da nova oficina de locomotivas e vagões no pátio Coronel Guedes (P1-07) na Ferrovia do Aço.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VALOR (Reais Mil)
01	TRABALHISTA	0,00	0,00		0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,00	0,00		0
03	OUTRAS	0,00	0,00		0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

	Milhares de reais					
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
MBR	6.771	6.130	846		228.368	200.336
CSN	2.245	2.010	8.440	7.246	73.023	71.569
FERTECO	1.513	955	9.598	6.133	88.877	30.200
USIMINAS	651	649			27.022	16.954
GERDAU	825	420			11.445	11.269
	<u>12.005</u>	<u>10.164</u>	<u>18.884</u>	<u>13.379</u>	<u>428.739</u>	<u>330.328</u>

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos participem direta ou indiretamente, exceto aquelas associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO SOCIAL - MRS LOGÍSTICA S.A.

CAPÍTULO I

Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º MRS LOGÍSTICA S.A. rege-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º A Companhia tem por objeto:

- a) prestar serviços de transporte ferroviário de carga;
- b) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão;
- c) explorar os transportes modais relacionados ao transporte ferroviário;
- d) atuar, na forma da lei, como operador portuário, executando serviços e operações de movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;
- e) participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos;
- f) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e
- g) exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo 1º - Por força do disposto no § 2º do Contrato de Concessão, a ser firmado com a União, nos termos do Edital PND/A-05/96/RFFSA, as atividades descritas nas alíneas c) e d) acima não poderão ser exercidas sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente. Quando a solicitação para exploração de tais atividades envolver bem arrendado da Rede Ferroviária Federal S.A., a mesma deverá participar das negociações entre a Companhia e o Poder Concedente.

Parágrafo 2º - A Companhia, visando à consecução de seus objetivos poderá, por deliberação de seu Conselho de Administração, constituir empresas sob seu controle acionário, bem como participar de outras sociedades.

Parágrafo 3º - Na execução de seu objeto social, a Companhia cumprirá os regulamentos e as normas aplicáveis ao transporte ferroviário, suas operações e demais modalidades de transporte, bem como as leis, regulamentos e demais atos expedidos pelo Poder Concedente.

Artigo 3º A Companhia tem sede e foro na Cidade Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Praia de Botafogo, 228, sala 1201 (parte denominada 1201-E), Botafogo, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e manter filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do País.

Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º O capital social é de R\$ 315.300.000,00 (trezentos e quinze milhões e trezentos mil reais), totalmente integralizado e dividido em 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) de ações nominativas ou escriturais, sem valor nominal, sendo 188.332.666 (cento e oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e duas mil, seiscentos e sessenta e seis) ordinárias, 82.076.174 (oitenta e dois milhões, setenta e seis mil, cento e setenta e quatro) preferenciais classe "A" e 69.591.160 (sessenta e nove milhões, quinhentos e noventa e um mil, cento e sessenta) preferenciais classe "B". A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Parágrafo 1º Cada ação ordinária dá direito a 1 (hum) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º As ações preferenciais classe A terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

Parágrafo 3º As ações preferenciais classe B terão direito a dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não têm direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As ações preferenciais classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias na proporção de uma para cada ação ordinária; e/ou em (ii) ações preferenciais classe A na proporção de uma para cada ação preferencial classe B. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observado o prazo de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

comunicação prévia de 15 (quinze) dias, endereçada ao Presidente do Conselho de Administração.

- Parágrafo 4° -** Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, sendo certo que tal direito somente subsistirá enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da sua totalidade.
- Parágrafo 5° -** Poderão ser criadas outras classes de ações preferenciais. Uma ou mais classes de ações preferenciais poderão ser resgatáveis e/ou ter assegurado o direito de eleger em votação em separado um ou mais membros do Conselho de Administração, de acordo com as condições que venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral.
- Parágrafo 6° -** É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, contratar serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.
- Parágrafo 7° -** É facultado à Companhia suspender os serviços de transferências de ações para atender a determinação da Assembléia Geral, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias intercalados durante o exercício, e tampouco por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- Parágrafo 8° -** A Companhia é obrigada a comunicar às bolsas de valores nas quais suas ações sejam negociadas a suspensão transitória de transferências de ações, com 15 (quinze) dias de antecedência.
- Artigo 6°** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Único - O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III

Assembléia Geral

Artigo 7º A Assembléia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses de cada ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

Artigo 8º A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada pelo Conselho de Administração e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por seu substituto estatutário, sendo escolhidos, entre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

CAPÍTULO IV

Administração

Seção I

Das Disposições Gerais

Artigo 9º Os órgãos de administração da Companhia são o Conselho de Administração e a Diretoria.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 10 Os membros do Conselho de Administração, serão eleitos pela Assembléia Geral e os da Diretoria pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 4º e 5º e no Artigo 30.

Parágrafo 1º O mandato dos administradores é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

Parágrafo 2º Os administradores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Artigo 11 A remuneração dos administradores será fixada individual ou globalmente pela Assembléia Geral, podendo delegar ao Conselho de Administração sua distribuição.

Artigo 12 A substituição dos administradores far-se-á de acordo com as seguintes regras:

- a) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, inclusive do Diretor-Presidente, as funções do Diretor ausente ou impedido serão acumuladas por outro Diretor, por designação do Diretor-Presidente;
- b) no caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá indicar outro membro para substituí-lo, podendo, ainda, o Conselheiro ausente, caso entenda apropriado, manifestar seu voto por escrito. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, será o mesmo substituído por Conselheiro indicado pelo Presidente;
- c) no caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, inclusive o de Diretor-Presidente, as suas funções serão exercidas pelo Diretor para esse efeito indicado pelo Diretor-Presidente na forma do inciso "a" acima, que exercerá o cargo até a primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir à vacância. Na falta de indicação pelo Diretor-Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

do substituto temporário, este será indicado de imediato pelo Presidente do Conselho de Administração;

- d) no caso de vacância de qualquer cargo do Conselho de Administração, a Assembléia Geral se reunirá e elegerá um substituto que exercerá o cargo até o final do mandato do membro substituído, sendo que, na vacância do Presidente, caberá ao Conselho designar, dentre os demais membros, o Conselheiro que exercerá suas funções até a primeira Assembléia Geral Ordinária.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 13 O Conselho de Administração será composto de até 17 (dezeessete) membros.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração será presidido por um de seus membros, indicado pela Assembléia Geral que os eleger.

Artigo 14 O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, trimestralmente, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 8 (oito) dias, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - O Presidente deverá convocar o Conselho de Administração quando tal pedido, devidamente fundamentado, com indicação da matéria a tratar, lhe for apresentado:

- a) por qualquer dos Conselheiros;
- b) pelo Diretor-Presidente;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- c) pelo Presidente do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Artigo 15 O Conselho de Administração funciona com a presença da maioria de seus membros e delibera por maioria de votos. O Presidente não terá, em hipótese alguma, voto de desempate.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração terá um Secretário Executivo, escolhido no quadro de pessoal, que terá a incumbência de lavrar as atas e assessorar o Presidente em suas funções.

Artigo 16 Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger e destituir os Diretores da Companhia, indicando, por proposta do Diretor-Presidente, aquele que acumulará as funções de Relações com o Mercado.
- b) deliberar sobre a proposta do Diretor-Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;
- c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- e) convocar a Assembléia Geral;
- f) manifestar-se sobre o Relatório de Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;
- g) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- h) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI e VII do Artigo 59 da Lei 6.404/76;
- i) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 134 de 01/11/90;
- j) escolher e destituir os auditores independentes;
- l) autorizar prévia e expressamente a alienação, a oneração ou o arrendamento a longo prazo de bens do ativo permanente da Companhia;
- m) autorizar prévia e expressamente todo e qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores;
- n) autorizar operações financeiras ativas e passivas de valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;
- o) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;
- p) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembléia Geral;
- q) deliberar sobre a constituição de subsidiárias ou a participação da Companhia em outras entidades;
- r) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- s) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- t) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá criar órgão de auditoria interna, que estará vinculado diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, vedada a delegação a outro órgão da Companhia.

Seção III

Diretoria

Artigo 17 A Diretoria é composta de 2 (dois) a 6 (seis) membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais com a designação que vier a ser dada pelo Conselho de Administração, por proposta do Diretor-Presidente.

Artigo 18 A Diretoria reúne-se sempre que convocada pelo Diretor-Presidente.

Artigo 19 Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por dois Diretores. Dentro dos limites fixados pela Diretoria, a Companhia poderá, ainda, ser representada por um Diretor agindo em conjunto com um procurador ou por dois procuradores agindo em conjunto, dentro dos limites expressos nos respectivos mandatos.

Parágrafo 1º - A Diretoria poderá também delegar, inclusive nas obrigações a serem assumidas no exterior, a um só Diretor ou a um procurador, a representação da Companhia, nos termos e limites que vier a fixar.

Parágrafo 2º - As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores, e conterão os poderes que a Diretoria houver autorizado em cada caso e, com exceção daquelas com cláusula "ad judícia", terão prazo de duração de 1 (um) ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 20 Compete aos Diretores, isoladamente e em colegiado, assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução às deliberações do Conselho de Administração.

Artigo 21 Compete, em especial, à Diretoria, atuando em colegiado:

- a) aprovar a estrutura básica de organização da Companhia, bem como definir as atribuições das várias unidades da mesma;
- b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto neste Estatuto;
- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) aprovar o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia;
- f) aprovar normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) submeter ao Conselho de Administração todos os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, obedecido o limite disposto em delegação específica que, nesse sentido, vier a ser emanada em ato daquele colegiado;
- i) preparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembléia Geral;
- j) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar à Assembléia Geral Ordinária;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- l) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritórios, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;
- m) autorizar a constituição de procuradores, definindo-lhes os poderes;
- n) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembléias Gerais das empresas de que seja acionista;
- o) exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto.

Artigo 22 Compete ao Diretor-Presidente:

- a) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores;
- b) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor;
- c) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos;
- e) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive em suas relações com o Governo e entidades privadas;
- f) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e as atribuições das várias unidades da mesma;
- g) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- h) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas sociedades controladas e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe;
- i) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto.

Artigo 23 Compete aos demais Diretores exercer as atribuições pertinentes às áreas de atuação abaixo discriminadas e cuja responsabilidade lhes seja atribuída pelo Conselho de Administração:

- I - área de comercialização dos serviços de transporte produzidos pela Companhia, a qual realiza pesquisas de mercado e estudos de tarifas, promove e controla a venda de transportes;
- II - área de operação dos serviços de transporte, a qual promove e controla a execução dos aludidos serviços, a manutenção e a reparação do material rodante, a construção, a manutenção, a renovação e a remodelação da via permanente e das instalações necessárias à operação dos serviços de transporte;
- III - área de planejamento, a qual promove a realização de estudos para a definição e atualização dos objetivos empresariais, promove e coordena a elaboração dos planos, programas e orçamentos essenciais ao desenvolvimento dos negócios da Companhia;
- IV - área financeira, a qual exerce a gestão e controla as atividades financeiras da Companhia;
- V - área administrativa, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas a contabilidade, patrimônio e serviços gerais da Companhia;
- VI - área de suprimento, a qual exerce a gestão e controla as atividades relativas à contratação dos serviços e à aquisição, administração e distribuição dos materiais necessários às atividades da Companhia;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- VII - área de pessoal, a qual exerce a gestão dos recursos humanos;
- VIII - área de informática, a qual elabora e implanta a política de informática adequada às atividades da Companhia, definindo tecnologia, equipamentos e software;
- IX - área de proteção ao meio ambiente.

Parágrafo Único - Sem exclusão de outras atribuições decorrentes de lei ou do presente Estatuto, caberá a cada Diretor:

- (a) praticar todos os atos de gestão necessários ao desenvolvimento das atividades relativas à área de atuação sob a sua responsabilidade, observadas as disposições legais e estatutárias;
- (b) cumprir os objetivos, planos e políticas fixados para a área de atuação sob a sua responsabilidade;
- (c) supervisionar as unidades da Companhia incluídas na área de atuação sob a sua responsabilidade;
- (d) colaborar com o Diretor-Presidente na supervisão de todas as unidades da Companhia;
- (e) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 24 O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, não terá funcionamento permanente e será composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

- Parágrafo 1° -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o limite mínimo legal.
- Parágrafo 2° -** O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião.
- Parágrafo 3° -** O Conselho Fiscal funcionará de acordo com regimento interno aprovado pela Assembléia Geral Ordinária que deliberar sua instalação. O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de votos dos presentes. Das reuniões lavrar-se-ão atas, em livro próprio.

CAPÍTULO VI

Exercício Social

- Artigo 25** O exercício social coincide com o ano civil e as demonstrações financeiras serão levantadas ao término de cada ano, de acordo com o disposto na Lei de Sociedade por Ações e demais dispositivos legais aplicáveis.
- Parágrafo 1° -** A Companhia levantará balanços trimestrais ou em períodos menores para o pagamento de dividendos intercalares, na forma do disposto no Artigo 204 da Lei nº 6404/76, e poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços.
- Parágrafo 2° -** Ainda por deliberação do Conselho de Administração poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 26 Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;
- b) um montante proposto pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos a todas as espécies e classes de ações, com observância do disposto nos parágrafos 2º e 3º do Art. 5º e no Parágrafo Único deste artigo;
- c) importância, até 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para constituição de uma reserva especial de renovação, limitada à metade do capital social, destinada à substituição, expansão e modernização das instalações, bem como para amortizações e provisões de praxe;
- d) o saldo remanescente a atender à destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6404/76.

Artigo 27 Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pela Diretoria e, quando não reclamados, dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão a favor da Companhia.

CAPÍTULO VII

Liquidação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 28 A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

CAPÍTULO VIII

Disposições Específicas do Edital PND/A-05/96/RFFSA e Contrato de Concessão firmado com a União

Artigo 29 Nenhum acionista deterá, direta ou indiretamente, participação superior a 20% do capital votante sem prévia autorização do Poder Concedente.

Artigo 30 Um dos membros do Conselho de Administração será eleito por indicação dos empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.

Artigo 31 Qualquer alteração efetuada neste Estatuto deverá ser submetida ao Poder Concedente para aprovação prévia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais

Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Texto aprovado pela AGE de 04/11/98, registrada na JUCERJA em 06/11/1998, sob nº 98/161.891-0, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, páginas 4 e 5, Publicações a Pedido, Quarta-feira, 11 de novembro de 1998 e no Diário Comercial – no Rio de Janeiro – 1º Caderno, página 04, Quarta-feira, 11 de novembro de 1998 e com as alterações aprovadas na AGE de 24/08/1999, registrada na JUCERJA em 05/10/1999, sob nº 00001022774 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte 5, páginas 1 e 2, Publicações a Pedido, segunda-feira, 25 de outubro de 1999 e Diário Comercial – no Rio de Janeiro – página 07, segunda-feira, 25 de outubro de 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - Informações Anuais Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A

01.417.222/0001-77

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A	01.417.222/0001-77

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO E DIRETOR	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	13
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO	13
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA	15
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	88
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	89
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	90
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	90
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	91
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	92
06	04	MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA	92
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	93
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	93
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	94
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	95
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	98
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	102
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	104
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	105
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	107
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	108
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	121
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	124
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	130
13	01	PROPRIEDADES	131
14	01	PROJEÇÕES EMPRESARIAIS E/OU DE RESULTADOS	132
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	142
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	144
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	145
18	01	ESTATUTO SOCIAL	147/165

ANEXO III

Formulários “Informações Trimestrais - ITR” relativos aos trimestres findos em
31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2001

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
4 - NIRE 33.3.0016356-5		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Praia de Botafogo, 228 - Sala 1201 E				2 - BAIRRO OU DISTRITO Botafogo	
3 - CEP 23359-900		4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 559-4600	8 - TELEFONE 559-4601	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 021	12 - FAX 552-2635	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL daf@mrs.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Julio Cesar Pinto					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brasil, 2001				3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 36060-010		5 - MUNICÍPIO Juiz de Fora			6 - UF MG
7 - DDD 032	8 - TELEFONE 3239-3510	9 - TELEFONE 3239-3601	10 - TELEFONE 3239-3967	11 - TELEX	
12 - DDD 032	13 - FAX 3239-3518	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL juc@mrs.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2001	31/12/2001	1	01/01/2001	31/03/2001	4	01/10/2000	31/12/2000
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.						10 - CÓDIGO CVM 00287-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Márcio Malzone						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 019.495.868-04	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Numero de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2001	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2000	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2000
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	188.333	188.333	188.333
2 - Preferenciais	151.667	151.667	151.667
3 - Total	340.000	340.000	340.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1230000 - Transportes
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Transporte Ferroviário de Carga
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Com Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
27/04/2001	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2001	4 - 31/12/2000
1	Ativo Total	1.062.257	1.089.505
1.01	Ativo Circulante	231.653	253.248
1.01.01	Disponibilidades	75.924	103.177
1.01.01.01	Caixa e Bancos	10.845	12.497
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	63.387	85.535
1.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	1.692	5.145
1.01.02	Créditos	22.013	18.258
1.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	22.013	18.258
1.01.03	Estoques	29.350	30.108
1.01.04	Outros	104.366	101.705
1.01.04.01	Contas a Receber RFFSA	30.970	29.739
1.01.04.02	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	9.057	7.435
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	8.224	5.582
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	124	124
1.01.04.05	Impostos a Recuperar	46.758	46.861
1.01.04.06	Adiantamentos a Terceiros	9.233	11.964
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	292.286	294.627
1.02.01	Créditos Diversos	68.169	66.624
1.02.01.01	Contas a Receber RFFSA	34.328	39.755
1.02.01.02	Demais Contas a Receber	10.774	11.049
1.02.01.03	Créditos Fiscais	18.003	15.820
1.02.01.04	Antecipação p/ Compra de Imobilizado	5.064	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	224.117	228.003
1.02.03.01	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	224.117	228.003
1.02.03.02	Aplicações Financeiras	0	0
1.03	Ativo Permanente	538.318	541.630
1.03.01	Investimentos	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	346.202	335.966
1.03.03	Difendo	192.116	205.664

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2001	4 - 31/12/2000
2	Passivo Total	1.062.257	1.089.505
2.01	Passivo Circulante	223.833	256.606
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	50.887	61.498
2.01.02	Debêntures	2.449	7.049
2.01.03	Fornecedores	43.469	66.333
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	7.915	5.883
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	29.559	28.498
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	7.589	10.880
2.01.06.02	Provisões Trabalhistas	10.290	9.478
2.01.06.03	Outras Provisões	11.680	8.140
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	89.554	87.345
2.01.08.01	Concessão e Arrendamento a Pagar	70.619	70.358
2.01.08.02	Demas Contas a Pagar	18.935	16.987
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	704.849	635.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	572.179	498.663
2.02.02	Debêntures	100.000	100.000
2.02.03	Provisões	25.020	29.477
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	7.650	6.992
2.02.05.01	Adiantamentos	7.650	6.992
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	133.575	197.767
2.05.01	Capital Social Realizado	315.300	315.300
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(181.725)	(117.533)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2001 a 31/03/2001	4 - 01/01/2001 a 31/03/2001	5 - 01/01/2000 a 31/03/2000	6 - 01/01/2000 a 31/03/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	160.835	160.835	132.587	132.587
3.02	Deduções da Receita Bruta	(14.092)	(14.092)	(11.035)	(11.035)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	146.743	146.743	121.552	121.552
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(111.240)	(111.240)	(83.817)	(83.817)
3.05	Resultado Bruto	35.503	35.503	37.735	37.735
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(97.601)	(97.601)	(24.700)	(24.700)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(9.929)	(9.929)	(7.424)	(7.424)
3.06.03	Financeiras	(90.505)	(90.505)	(18.236)	(18.236)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.278	5.278	661	661
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(95.783)	(95.783)	(18.897)	(18.897)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	7.017	7.017	1.235	1.235
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(4.184)	(4.184)	(275)	(275)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(62.098)	(62.098)	13.035	13.035
3.08	Resultado Não Operacional	38	38	0	0
3.08.01	Receltas	38	38	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(62.060)	(62.060)	13.035	13.035
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(50)	(50)	0	0
3.11	IR Diferido	50	50	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(2.132)	(2.132)	(596)	(596)
3.12.01	Participações	(2.132)	(2.132)	(596)	(596)
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(64.192)	(64.192)	12.439	12.439

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2001 a 31/03/2001	4 - 01/01/2001 a 31/03/2001	5 - 01/01/2000 a 31/03/2000	6 - 01/01/2000 a 31/03/2000
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	340.000	340.000	340.000	340.000
	LUCRO POR AÇÃO			0,03659	0,03659
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,18880)	(0,18880)		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional

A MRS Logística S.A. é uma Sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

A contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações e das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3 Principais Diretrizes Contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, exceto pela variação cambial incorrida sobre as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, decorrente da desvalorização do real em relação a essa moeda, no trimestre findo em 31 de março de 1999, que foi contabilizada no ativo diferido (vide Nota 14).

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores de reposição.

As despesas antecipadas, estão substancialmente representadas por despesas a apropriar de seguros e aluguel e leasing de vagões e locomotivas vinculados à operação, estão demonstradas ao custo.

Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos.

(c) Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, apresentadas na Nota 13.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. As despesas diferidas com arrendamento, a partir de janeiro de 2001, estão sendo amortizadas pelo período remanescente do contrato.

A variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, ocorrida no primeiro trimestre de 1999, incidente sobre as obrigações denominadas em dólares, foi contabilizada no ativo diferido e está sendo amortizada linearmente desde 1º de janeiro de 1999, em quatro anos (vide Nota 14).

(d) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

A concessão e o arrendamento a pagar são provisionados mensalmente com base no prazo total dos contratos. O custo do arrendamento até 31 de dezembro de 2000, era reconhecido no resultado pela parcela correspondente ao volume projetado de carga transportada em relação à capacidade instalada da ferrovia no período de duração do contrato de arrendamento e a parcela restante apropriada ao ativo diferido, em conta específica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, a partir do atingimento da capacidade instalada de transporte da ferrovia, em janeiro de 2001, a apropriação ao resultado passou a ser linear em relação a vigência do contrato de arrendamento, bem como a amortização das parcelas anteriores apropriadas ao ativo diferido.

A provisão para contingências é constituída com base na expectativa de êxito da administração e de seus consultores jurídicos quanto às ações e autuações contra a Sociedade.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas da legislação fiscal em vigor, para itens tributáveis incluídos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados são parcialmente constituídos, considerando-se a expectativa de lucros futuros em montantes suficientes para absorvê-los.

4 Aplicações Financeiras

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000
Títulos de Liquidez Imediata	48.989	36.926
Aplicações Financeiras Disponíveis no Exterior	10.429	10.602
Fundo de Investimento Bradesco – PUT	3.969	38.007
Aplicações Financeiras Vinculadas – Mitsui	1.692	5.145
	<u>65.079</u>	<u>90.680</u>

Do montante de R\$ 65.079 mil em 31 de março de 2001 (R\$ 90.680 mil em 31 de dezembro de 2000), R\$ 48.989 mil, referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, debêntures e fundos, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, conforme contratos de swap, e possuem liquidez diária. Uma parcela de R\$ 10.429 mil representa uma aplicação no

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

exterior, R\$ 3.969 mil representam aplicações em fundos exclusivos, sendo garantido, no mínimo, rendimento igual à variação cambial e uma parcela de R\$ 1.692 mil refere-se a

aplicação em fundo cambial, vinculada ao pagamento de empréstimo junto à Mitsui & Co Ltd.

5 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

	Milhares de reais					
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços (***)	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000	Em 31 de março de 2001	Em 31 de março de 2000
MBR	6.688	6.771	428	846	55.223	53.148
CSN	2.754	2.245	8.741	8.440	19.670	12.688
FERTECO	1.403	1.513	11.106	9.598	27.419	19.205
USIMINAS	878	651			8.306	5.313
GERDAU	654	825			2.975	2.836
	12.377	12.005	20.275	18.884	113.593	93.190

(*) Apresentadas no ativo circulante na rubrica "Contas a receber de clientes".

(**) Apresentados no passivo circulante em "Demais contas a pagar" e no passivo exigível a longo prazo em "Adiantamentos", sobre os quais incidem juros de mercado.

(***) Apresentadas brutas de impostos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

6 Estoques

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de Dezembro de 2000
Peças de reposição de locomotivas e vagões	11.487	9.388
Trilhos/juntas/grampos/material de solda	4.735	3.923
Dormentes/lastro/fixações	4.257	6.900
Materiais de manutenção eletrônica	3.522	2.642
Aparelhos de mudança de via	1.646	1.129
Freios de locomotivas/vagões e rodeiros	1.481	1.790
Combustíveis e lubrificantes	849	1.275
Outros	1.373	3.061
	29.350	30.108

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Contas a Receber da RFFSA

Estão representadas por créditos relativos a transações decorrentes da assinatura do contrato de arrendamento, que são de responsabilidade da RFFSA.

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 31 de março de 2001</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2000</u>
Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF)	64.852	69.910
Conta Corrente RFFSA	446	(416)
	65.298	69.494
Circulante	(30.970)	(29.739)
	34.328	39.755
Longo prazo		

Os direitos representados por CCFF referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes, de realização de transportes ferroviários, que foram assumidos pela Sociedade em conformidade com o edital de privatização.

Os créditos decorrentes de transportes ferroviários realizados pela Sociedade após a assinatura do contrato de concessão, sofrem atualização pelo IGP-DI mais juros de 10% ao ano e serão abatidos até o limite de trinta por cento do valor das prestações trimestrais referentes aos contratos de arrendamento e concessão, mas deduzidos apenas da parcela correspondente ao arrendamento. A parcela de longo prazo refere-se exclusivamente aos CCFF compensáveis com parcelas de arrendamento vencíveis após um ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Adiantamentos por Concessão e Arrendamento

As parcelas a curto e longo prazos, nos montantes de R\$ 9.057 mil e R\$ 224.117 mil (R\$ 7.435 mil e R\$ 228.003 mil em 31 de dezembro de 2000), respectivamente, estão representadas pelos adiantamentos concedidos à União e à RFFSA, conforme previsto nos contratos de concessão e arrendamento, respectivamente. A parcela de curto prazo compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2000, o adiantamento por arrendamento era apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa e modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados atingiriam a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia a apropriação passou a ser efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

9 Despesas Antecipadas

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 31 de março de 2001</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2000</u>
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	3.112	2.711
Despesas com Seguros	2.636	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Valores Pré-pagos	1.436 1.412
Aluguéis RFFSA	899 1.327
Outros	141 132
	<u>8.224 5.582</u>

10 Impostos a Recuperar

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	37.327	36.022
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	8.544	8.500
Imposto de renda retido na fonte	887	2.339
	<u>46.758</u>	<u>46.861</u>

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, a investimentos efetuados, tais como compra de vagões e leasing de locomotivas, bem como ao grande volume de transporte de produtos destinados a exportações, sobre o qual não há incidência desse imposto.

11 Demais Contas a Receber – Longo Prazo

Milhares de reais	
Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Valores Pré-pagos	4.846 5.122
Depósito Judicial de Ações Trabalhistas	3.604 2.552
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	1.229 1.812
Outros valores a receber	1.095 1.563
	<u>10.774 11.049</u>

As demais contas a receber – longo prazo são compostas, principalmente, por Depósitos Judiciais, por Despesas com aluguel/leasing de locomotivas e vagões e por despesas com lançamento de debêntures, empréstimo Mitsui e Eurobonds, estes últimos incluídos na rubrica Valores Pré-pagos.

12 Imposto de Renda e Contribuição Social – Constituição de créditos tributários

A Sociedade apurou prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social que, em 31 de março de 2001, montam R\$ 263.211 mil e R\$ 266.768 mil, respectivamente (R\$ 199.113 mil e R\$ 201.607 mil em 31 de dezembro de 2000).

Adicionalmente, a Sociedade possui adições temporárias decorrentes da contabilização de provisões para contingências que serão dedutíveis quando as despesas forem efetivamente incorridas e, ainda, exclusão temporária relativa à variação cambial diferida de R\$ 79.742 mil, a qual integrará a base de cálculo quando realizada contra o resultado dos exercícios subsequentes.

Baseada nos resultados registrados no trimestre findo em 31 de março de 2001 e na expectativa de geração de resultados positivos em exercícios futuros, a companhia manteve neste trimestre parte substancial dos créditos fiscais já registrados durante 2000, no montante de R\$ 15.769 mil, equivalente ao imposto de renda e contribuição social correspondentes ao limite de 30% sobre o lucro real projetado para os próximos três exercícios, como segue:

	Milhares de reais	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	263.211	
Base de cálculo negativa		266.768
Diferenças temporárias	17.540	17.540
	<u>280.751</u>	<u>284.308</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Alíquotas	25%	9%
Total do crédito tributário em 31/03/2001	70.188	25.588
Parcela ainda não contabilizada	(58.435)	(21.572)
Crédito tributário contabilizado	11.753	4.016
	15.769	

Este valor está registrado no ativo realizável a longo prazo na rubrica "Créditos fiscais".

13 Imobilizado

Milhares de reais					
			Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000	Taxa anual de deprecia- ção (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	
Bens imóveis (principalmente via permanente)	111.962	(6.561)	105.401	85.525	4
Locomotivas	104.677	(22.698)	81.979	73.118	12,5
Vagões	82.781	(8.333)	74.448	71.318	10
Equipamentos de processamento de dados	5.334	(2.120)	3.214	1.977	20
Aparelhos e equipamentos de sinalização e Telecomunicações	2.259	(563)	1.696	1.630	10
Equipamentos e Ferramentas	7.047	(1.492)	5.555	5.667	10
Bens de pequeno valor	3.584	(1.553)	2.031	2.120	10
Benfeitorias em bens Arrendados	42.968		42.968	56.110	
Imobilização em Andamento	8.209		8.209	23.486	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.				01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS				
Outros	24.175	(3.474)	20.701	15.015
	392.996	(46.794)	346.202	335.966

As benfeitorias em bens arrendados e as imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na manutenção, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, que serão transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados à medida em que os respectivos bens entrarem em operação.

14 Diferido

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000
Gastos pré-operacionais	20.130	20.130
Gastos com estruturação	37.490	37.490
Despesas com arrendamento diferidas	75.877	76.593
Variação cambial diferida	187.351	187.351
	<u>320.848</u>	<u>321.564</u>
Amortização acumulada	(21.124)	(19.684)
Amortização variação cambial acumulada	(107.608)	(96.216)
	<u>192.116</u>	<u>205.664</u>

Baseada na Lei Federal n.º 9.816, de 23 de agosto de 1999, e na Deliberação da CVM n.º 294, de 26 de março de 1999, a Sociedade registrou em conta específica do ativo diferido, a variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre as obrigações denominadas nessa moeda. Esse diferido está sendo amortizado linearmente no prazo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia, previsto no estudo inicial, a apropriação da parcela do arrendamento passou a ser efetuada de forma linear.

15 Empréstimos e Financiamentos

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de Dezembro de 2000
Senior Notes	691.712	625.728
Aplicações Financeiras Vinculadas	(227.174)	(209.875)
Finame/BNDES	56.566	50.409
Mitsui	51.878	52.797
BBA Creditanstalt	21.616	
Importações	18.086	14.781
Juros e Encargos Provisionados	10.382	26.321
	623.066	560.161
Circulante	(50.887)	(61.498)
Longo Prazo	572.179	498.663

O Fluxo de Amortização dos Financiamentos é o seguinte:

Milhares de reais						
2002	2003	2004	2005	2006	Após 2006	Total

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
----------------------------	--------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

LONGO PRAZO

Finame/BNDES	8.142	7.680	6.894	6.823	6.823	10.754	47.116
Mitsui	6.485	12.970	12.970	6.484			38.909
Senior Notes				464.538			464.538
BBA - Creditanstalt	1.544	3.088	3.088	3.088	3.088	7.720	21.616
	<u>16.171</u>	<u>23.738</u>	<u>22.952</u>	<u>480.933</u>	<u>9.911</u>	<u>18.474</u>	<u>572.179</u>

Em 14 de agosto de 1997, a Sociedade emitiu "Senior Notes" no mercado internacional, no montante de US\$ 320,000 mil, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125,000 mil, e série B, no montante de US\$ 195,000 mil. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9% ao ano e serão resgatados integralmente em agosto de 2005. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados, integralmente, a critério exclusivo da MRS, em cada 14 de agosto, com ágio a partir de 2002 (2002: ágio de 3,98%; 2003: ágio de 2,66% e 2004: ágio de 1,33%). O saldo de juros em 31 de março de 2001, no montante de R\$ 9.100 mil (R\$ 23.768 mil em 31 de dezembro de 2000), está registrado no passivo circulante e reconhecido no resultado do exercício.

A MRS constituiu em 14 de agosto de 2000 uma aplicação de US\$ 103,940 mil, a qual em 31 de março de 2001 equivale a R\$ 227.174 mil, já incluída a parcela de R\$ 2.498 mil relativa aos juros de 8,7% a.a., tendo sido resgatado em 16 de fevereiro de 2001 rendimentos no montante de R\$ 9.016 mil. Tal aplicação está vinculada ao resgate dos "Senior Notes" série A, com vencimento previsto em 14 de agosto de 2005.

Os financiamentos com recursos da Finame no montante de R\$ 56.566 mil, referem-se principalmente a três operações de compra de 840 vagões, pelo prazo de 8 anos, com carência de 6 e 12 meses e estão sujeitos a encargos de TJLP mais 4,3% a 4,7% e 3,8% ao ano. Essas operações tiveram a intervenção do Unibanco, Banco Itaú e Banco Santos.

Em setembro de 1998 foi efetuada uma captação de recursos de US\$ 30,000 mil junto à Mitsui & Co. Ltd. Esse empréstimo teve carência de 2 anos, com amortização em 10 parcelas semestrais até 16 de março de 2005 e custo de 3% acima da Libor semestral mais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

variação cambial. Até 31 de março de 2001 foram amortizados, em duas parcelas, US\$ 6,000 mil de principal.

O financiamento junto ao BBA Creditanstalt no valor de US\$10,000 mil, foi tomado em fevereiro de 2001, estando sujeito a variação cambial acrescida da variação da Libor para 6 meses mais "spread" de 4,35% ao ano. Este empréstimo possui carência de 2 anos, com amortização em 14 parcelas semestrais iguais, sendo a última em 15 de junho de 2009.

Os financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, com saldo de R\$ 18.086 mil em 31 de março de 2001 (R\$ 14.781 mil em 31 de dezembro de 2000), estão sujeitos a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,78% a 9,25% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais "spread".

A captação de recursos junto à Mitsui & Co Ltd. está parcialmente garantida por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário. O financiamento junto à Finame está garantido por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

16 Concessão e Arrendamento a Pagar

O montante de R\$ 70.619 mil (R\$ 70.358 mil em 31 de dezembro de 2000) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento, apuradas em regime de competência, com base no valor total e período de vigência dos respectivos contratos (360 meses).

Em janeiro de 2001, a Sociedade efetuou o pagamento da décima quinta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 25.250 mil (R\$ 23.987 mil e R\$ 1.263 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.566 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2.614.613 mil em 102 parcelas trimestrais de R\$ 25.633 mil, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. Estes valores já incluem os juros totais contratuais, de 10% ao ano, e a atualização monetária até 31 de março de 2001. Os custos com concessão e arrendamentos são contabilizados como informado na Nota 3 (d).

17 Obrigações com debenturistas

A Sociedade obteve em 9 de outubro de 2000 a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a emissão de R\$ 100 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, conforme Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 27 de junho de 2000 e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de junho e 10 de agosto de 2000.

Os juros das debêntures são equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia (Taxa DI "over extra grupo"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, mais uma sobretaxa efetiva de 1,5% ao ano e os correspondentes pagamentos serão semestrais vencíveis nos meses de fevereiro e agosto. Os juros devidos até 31 de março de 2001, no montante de R\$ 2.449 mil, estão registrados no passivo circulante em "Debêntures". Todas as debêntures já foram negociadas, tendo como principais debenturistas o Unibanco, o Bozano Simonsen, o Lloyds Bank e o Banco Votorantim.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Quantidade de títulos: 10 mil debêntures.
- Valor nominal: R\$ 10 mil.
- Valor da emissão: R\$ 100.000 mil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Séries: série única.
- Negociação: a emissão foi registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND").
- Espécie: são da espécie quirografária.
- Data de emissão: 1º de agosto de 2000.
- Prazo e amortização: o prazo é de 60 meses e o seu valor nominal será amortizado em 4 parcelas iguais, devidas anualmente em 1º de agosto, a partir de 2002.

18 Compromissos e Contingências

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de dezembro de 2000
Contingências Fiscais	21.968	22.297
Contencioso Trabalhista	1.489	1.381
Causas Cíveis	1.563	1.563
CPMF		4.236
	<u>25.020</u>	<u>29.477</u>

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

A partir do levantamento do passivo ambiental acumulado pela RFFSA ao longo de suas linhas e em unidades industriais, a Sociedade tem identificado potenciais contingências relacionadas com o meio ambiente, contudo de efeitos não significativos. Essas medidas iniciais visam definir áreas de responsabilidade, tendo em vista que, de acordo com os termos do edital, a Sociedade não tem responsabilidade sobre os passivos, de qualquer

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

natureza, decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão. Dessa forma, caso a Sociedade incorra em despesas ou perdas relativas a eventos anteriores à referida assinatura, os valores correspondentes, de responsabilidade da RFFSA, poderão ser descontados das prestações trimestrais do arrendamento a pagar à RFFSA.

Existem outros assuntos de natureza legal, incluindo ações a respeito da constitucionalidade da privatização da Malha Sudeste, bem como potenciais reclamações trabalhistas de empregados desligados da Sociedade após o início das operações. Estima-se que a solução final de todas essas questões não trará impactos negativos relevantes e que a provisão para contingências, no montante de R\$ 25.020 mil em 31 de março de 2001 (R\$ 29.477 mil em 31 de dezembro de 2000), apresentada no exigível a longo prazo, seja suficiente para cobrir eventuais perdas em causas judiciais e/ou administrativas de qualquer natureza.

No cumprimento do seu objeto social, a MRS deverá atender a determinadas condições e obrigações, previstas no edital de privatização e no contrato de concessão, principalmente relacionadas com: (a) o atingimento de níveis mínimos de produção de transporte; (b) redução do índice de acidentes; (c) a reposição de bens vinculados à concessão; (d) a manutenção de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais; (e) a submissão, à Concedente, de acordos de acionistas e suas alterações e de modificações na composição acionária; (f) a submissão, à Concedente, de propostas de emissão de títulos e aquisição e incorporação de empresas; e (g) a obediência aos limites das tarifas fixadas pela Concedente e suas condições de reajuste. A inobservância às condições e obrigações previstas no edital de privatização e no contrato de concessão poderá acarretar a aplicação de penalidades, pela Concedente, que vão desde a advertência e aplicação de multas até a intervenção e a perda da concessão.

Em 30 de março de 2001 a sociedade efetuou o pagamento da CPMF no valor R\$ 4.759 mil referente ao período de 24 de junho de 1999 a 28 de fevereiro de 2001.

19 Arrendamento Mercantil

A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil (leasing) no total de R\$ 76.039 mil, sendo R\$ 62.042 mil relativos à compra de 17 locomotivas GE C30 com taxa Libor de 6 meses, mais 6% ao ano, mais variação cambial, pagamento em parcelas semestrais vencíveis a partir de 28 de fevereiro de 2001, vencendo-se a última em 21 de julho de 2006;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e R\$ 13.997 mil relativos à compra de 220 vagões, sujeitos a encargos de TJLP mais 5,8% ao ano, pagamento em parcelas mensais, vencendo a primeira em 02 de julho de 2001 e a última em 02 de junho de 2009.

20 Capital Social

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315.300 mil, está dividido em 340.000 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil ordinárias, 82.076 mil preferenciais "classe A" e 69.591 mil preferenciais "classe B".

(b) Direito das ações e dividendos

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Sociedade. As ações da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária, e/ou em (ii) ações preferenciais classe A, na proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% da sua totalidade.

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária.

21 Custos Operacionais

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de março de 2000
Custo da Concessão/Arrendamento	27.599	20.651
Combustíveis/Lubrificantes	26.879	18.194
Mão de obra operacional	18.177	18.154
Materiais de Consumo Diversos	9.656	6.540
Serviços de Terceiros	6.856	5.727
Amortização/Depreciação	5.058	3.297
Partilhas de Fretes a pagar	4.922	3.042
Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	3.581	
Despesas com pessoal	3.405	3.326
Outros	5.107	4.886
	<u>111.240</u>	<u>83.817</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O aumento nos custos operacionais no montante de R\$ 27.423 mil (R\$ 111.240 mil em 31 de março de 2001 e R\$ 83.817 em 31 de março de 2000) deve-se, principalmente, ao aumento do volume dos serviços de transporte, ao aumento dos preços dos combustíveis, a novos contratos de aluguel e leasing de vagões e locomotivas, da apropriação linear e amortização do diferido na contabilização do custo do arrendamento.

22 Despesas Gerais e Administrativas

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 31 de março de 2001</u>	<u>Em 31 de março de 2000</u>
Despesas Gerais	3.239	2.717
Amortização/Depreciação	2.730	1.927
Mão-de-obra Administrativa/Comercial	2.692	1.926
Despesas com Pessoal	403	263
Outros	865	591
	<u>9.929</u>	<u>7.424</u>

O aumento nas Despesas Administrativas deve-se, principalmente, as rubricas amortização/depreciação devido ao encerramento de projetos de investimentos que entraram em

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

operação no período e a Mão-de-obra administrativa/comercial onde houve reestruturação de algumas áreas, antes relacionadas ao custo operacional, as quais foram absorvidas pela área administrativa.

23 Receitas e Despesas Financeiras

	Milhares de reais	
	Em 31 de março de 2001	Em 31 de março de 2000
Receitas Financeiras		
Juros sobre Aplicações	3.472	265
Descontos Financeiros	1.209	
Demais Receitas	597	396
	<u>5.278</u>	<u>661</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre Empréstimos/Financiamentos	(22.064)	(17.118)
Juros Leasing/Aluguel Locomotivas	(2.384)	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Demais Despesas Financeiras	(3.718) (1.972)
	(28.166) (19.090)
Variação Cambial Receitas (Despesas) Financeiras	
Variação Cambial do Período	(54.976) 14.961
Variação Cambial Leasing/Aluguel Locomotivas	(628)
Variação Monetária do Período	(621) (2.051)
Amortização Variação Cambial Diferida	(11.392) (12.717)
	(67.617) 193
	(90.505) (18.236)

A variação cambial do período (despesa) é consequência dos efeitos da variação cambial sobre o passivo em moeda norte-americana.

24 Benefícios a Empregados

De acordo com os termos do Edital, para os empregados provenientes da RFFSA são mantidos todos os direitos trabalhistas existentes na data de sua transferência. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade instituiu em julho de 1999 um plano de previdência complementar (MRS PREVI), do qual é patrocinadora, que possui as seguintes características principais:

- Regime de custos: capitalização.
- Tipo de plano: contribuição definida para os benefícios de aposentadoria normal, antecipada, postergada e por invalidez, bem como pensão por morte e benefício diferido por desligamento e de benefício definido para o benefício mínimo de aposentadoria, pensão por morte e invalidez.
- Taxa de contribuição: patrocinadora - 4,83% da folha salarial; participantes - 3,29%, perfazendo 8,12% da folha salarial.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Relação de contribuição: patrocinadora - 59,46% do total e participante - 40,54%.
- Contribuição da patrocinadora no 1º trimestre de 2001: R\$ 412 mil.

25 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 31 de março de 2001 apresentam seus valores contábeis próximos aos respectivos valores de mercado, apurados para operações com características e condições semelhantes, não sendo identificadas variações significativas.

26 Eventos Subseqüentes

Em abril de 2001 a Sociedade efetuou o pagamento da décima sexta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 25.673 mil (R\$ 24.389 mil e R\$ 1.284 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.690 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A MRS Logística S.A., uma das maiores Concessionárias de Transporte Ferroviário no Brasil, anuncia os resultados do 1º trimestre de 2001.

A MRS transportou no 1º trimestre de 2001, 17,45 milhões de toneladas, volume 0,3% inferior ao transportado no 4º trimestre de 2000 e 17,5% a mais que no mesmo período do ano anterior.

Deve ser destacada a produção alcançada no mês de março, quando foram transportadas 6,26 milhões de toneladas, estabelecendo novo recorde mensal de transporte.

Tal desempenho da produção no trimestre resultou numa receita bruta de R\$ 160,8 milhões, uma evolução de 1,2% e 21,3% em relação ao 4º trimestre de 2000 e ao 1º trimestre de 2000, respectivamente. Embora tenha apresentado no trimestre, um volume de transporte inferior ao do último trimestre de 2000, a receita foi superior devido ao reajuste nas tarifas médias praticadas de R\$ 9,08/ton para R\$ 9,21/ton.

O EBITDA registrado no trimestre alcançou R\$ 38,5 milhões, 42% a mais que o valor apurado no trimestre anterior. Isto deveu-se, em parte, ao fato do EBITDA do 4º trimestre ter sido baixo (R\$27,1 milhões), principalmente em virtude da elevação do volume de manutenção de equipamentos nesse trimestre.

No primeiro trimestre de 2001, os custos operacionais unitários apresentaram uma redução de 13% em relação ao 4º trimestre de 2000 e um acréscimo de 11% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

As principais causas dessas variações em relação ao 1º trimestre do ano anterior são o aluguel / leasing de locomotivas e vagões, além do aumento do custo de combustível, ambos decorrentes do aumento do volume de transporte e da maior necessidade de disponibilidade de material rodante; cabe destacar o aumento no preço do óleo diesel na ordem de 26% nesse mesmo período.

Na comparação com o 4º trimestre de 2000, a redução é devida principalmente ao menor volume de materiais e serviços aplicados na manutenção e uma grande redução dos custos com acidentes ferroviários, resultante de melhorias gerenciais e de melhor qualidade de manutenção de frota e via permanente.

Deve-se, ainda destacar que a partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade total instalada da ferrovia, prevista no estudo inicial, a apropriação da parcela do arrendamento passou a ser efetuada em base linear. Pelo mesmo motivo, passou-se a amortizar a parcela anteriormente contabilizada no ativo diferido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O lucro operacional antes dos efeitos financeiros no trimestre atingiu R\$ 28,4 milhões, 13,9% superior aos R\$ 24,9 milhões apurados no 4º trimestre de 2000.

O resultado líquido acumulado no 1º trimestre apresentou-se negativo em R\$ 64,2 milhões. Apesar da melhora significativa no aspecto operacional, o resultado negativo foi, basicamente em consequência dos efeitos da variação cambial sobre o passivo em moeda norte-americana, que impactaram negativamente o resultado em R\$ 50,8 milhões ao longo do trimestre. Contribui também para o resultado negativo, a amortização de R\$11,4 milhões no trimestre referente ao diferimento das perdas resultantes da maxidesvalorização cambial ocorrida ao longo do 1º trimestre de 1999.

Ao longo do 1º trimestre, a MRS adicionou à sua frota 320 novos vagões GDT para o transporte de minério de ferro, de um total de 480 encomendados à Amsted-Maxion. Dos 480 vagões, 120 já haviam sido entregues em dezembro, sendo que os 40 vagões restantes serão entregues até o final do mês de abril.

No mês de fevereiro, a MRS recebeu o Prêmio de Melhor Operadora de Transporte Ferroviário do ano de 2000 da Revista Ferroviária. O Prêmio, o mais importante do setor, é concedido anualmente às empresas que mais se destacam ao longo do ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/03/2001

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - N° ORDEM	01
3 - N° REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2000/027
4 - DATA DO REGISTRO CVM	09/10/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	Taxa DI mais 1,5% a.a.
12 - PRÊMIO/DESAGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000.000
15 - Q TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

20 de abril de 2001

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da MRS Logística S.A. referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2001 e de 2000, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
- 3 Conforme descrito na Nota 14, baseada na Lei Federal nº 9.816, de 23 de agosto de 1999 e na Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido o resultado líquido negativo decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 1999. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que elas ocorrem. Por conseguinte, o patrimônio líquido em 31 de março de 2001 está apresentado a maior em R\$ 79.743 mil (2000 - R\$ 126.440 mil) e o prejuízo do trimestre findo nessa data a maior em R\$ 11.392 mil (2000 - lucro líquido do trimestre a menor em R\$ 12.716 mil).
- 4 Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial como descrito no parágrafo 3, não temos conhecimento de qualquer outra modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

- 5 As Informações Trimestrais - ITR contêm, também, informações contábeis relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2000. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer datado de 20 de janeiro de 2001, que conteve ressalva pelo mesmo assunto descrito no parágrafo 3.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

Luiz Márcio Malzone
Sócio
Contador CRC-RJ-31.376-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/03/2001
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	32
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	34
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	35/36

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
4 - NIRE	33.3.0016356-5	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO			2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Praia de Botafogo, 228 - Sala 1201 E			Botafogo	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
23359-900	Rio de Janeiro			RJ
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
021	2559-4600	2559-4601	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
021	2552-2635	-	-	
15 - E-MAIL				
daf@mrs.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Julio Cesar Pinto				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Av. Brasil, 2001			Centro	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
36060-010	Juiz de Fora			MG
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
032	3239-3510	3239-3601	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
032	3239-3518	-	-	
16 - E-MAIL				
juc@mrs.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2001	31/12/2001	2	01/04/2001	30/06/2001	1	01/01/2001	31/03/2001
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR					10 - CÓDIGO CVM		
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.					00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO		
Luiz Márcio Malzone					019.495.868-04		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2001	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2001	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2000
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	188.333	188.333	188.333
2 - Preferenciais	151.667	151.667	151.667
3 - Total	340.000	340.000	340.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1230000 - Transportes
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Transporte Ferroviário de Carga
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/06/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL		3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.		01.417.222/0001-77

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
20/07/2001	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2001	4 - 31/03/2001
1	Ativo Total	1.091.255	1.062.257
1.01	Ativo Circulante	266.001	231.653
1.01.01	Disponibilidades	116.152	75.924
1.01.01.01	Caixa e Bancos	9.018	10.845
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	101.564	63.387
1.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	5.570	1.692
1.01.02	Créditos	17.594	22.013
1.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	17.594	22.013
1.01.03	Estoques	30.388	29.350
1.01.04	Outros	101.867	104.366
1.01.04.01	Contas a Receber RFFSA	31.721	30.970
1.01.04.02	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	9.057	9.057
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	5.221	8.224
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	124	124
1.01.04.05	Impostos a Recuperar	45.266	46.758
1.01.04.06	Adiantamentos a Terceiros	10.478	9.233
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	281.292	287.222
1.02.01	Créditos Diversos	59.439	63.105
1.02.01.01	Contas a Receber RFFSA	28.908	34.328
1.02.01.02	Demais Contas a Receber	14.761	10.774
1.02.01.03	Créditos Fiscais	15.770	18.003
1.02.01.04	Antecipação p/ Compra de Imobilizado	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	221.853	224.117
1.02.03.01	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	221.853	224.117
1.02.03.02	Aplicações Financeiras	0	0
1.03	Ativo Permanente	543.962	543.382
1.03.01	Investimentos	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	364.980	351.266
1.03.03	Diferido	178.982	192.116

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/06/2001
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2001	4 - 31/03/2001
2	Passivo Total	1.091.255	1.062.257
2.01	Passivo Circulante	266.413	223.833
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	72.316	50.887
2.01.02	Debêntures	6.760	2.449
2.01.03	Fornecedores	53.768	43.469
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.096	7.915
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	39.059	29.559
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	9.495	7.589
2.01.06.02	Provisões Trabalhistas	11.968	10.290
2.01.06.03	Outras Provisões	17.596	11.680
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	89.414	89.554
2.01.08.01	Concessão e Arrendamento a Pagar	71.817	70.619
2.01.08.02	Demais Contas a Pagar	17.597	18.935
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	736.775	704.849
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	607.277	572.179
2.02.02	Debêntures	100.000	100.000
2.02.03	Provisões	22.150	25.020
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	7.348	7.650
2.02.05.01	Adiantamentos	7.348	7.650
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	88.067	133.575
2.05.01	Capital Social Realizado	315.300	315.300
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(227.233)	(181.725)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2001 a 30/06/2001	4 - 01/01/2001 a 30/06/2001	5 - 01/04/2000 a 30/06/2000	6 - 01/01/2000 a 30/06/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	176.233	337.068	145.061	277.648
3.02	Deduções da Receita Bruta	(14.594)	(28.686)	(12.113)	(23.148)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	161.639	308.382	132.948	254.500
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(119.356)	(230.568)	(93.040)	(176.857)
3.05	Resultado Bruto	42.283	77.814	39.908	77.643
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(85.517)	(183.146)	(46.359)	(71.059)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(11.278)	(21.235)	(9.603)	(17.027)
3.06.03	Financeiras	(76.861)	(168.030)	(37.064)	(55.300)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	7.307	15.666	12.374	13.148
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(84.168)	(183.696)	(49.438)	(68.448)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	6.427	14.066	503	1.738
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(3.805)	(7.967)	(195)	(470)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(43.234)	(105.332)	(6.451)	6.584
3.08	Resultado Não Operacional	(155)	(117)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(155)	(117)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(43.389)	(105.449)	(6.451)	6.584
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(260)	(210)	(8.827)	(8.827)
3.11	IR Diferido	0	(50)	23.066	23.066
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.859)	(3.991)	(835)	(1.431)
3.12.01	Participações	(1.859)	(3.991)	(835)	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(45.508)	(109.700)	6.953	19.392

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2001 a 30/06/2001	4 - 01/01/2001 a 30/06/2001	5 - 01/04/2000 a 30/06/2000	6 - 01/01/2000 a 30/06/2000
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	340.000	340.000	340.000	340.000
	LUCRO POR AÇÃO			0,02045	0,05704
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,13385)	(0,32265)		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional

A MRS Logística S.A. é uma Sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

A contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações e das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3 Principais Diretrizes Contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, exceto pela variação cambial incorrida sobre as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, decorrente da desvalorização do real em relação a essa moeda, no trimestre findo em 31 de março de 1999, que foi contabilizada no ativo diferido (vide Nota 14).

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores de reposição.

As despesas antecipadas estão substancialmente representadas por despesas a apropriar de seguros, aluguel/leasing de vagões locomotivas vinculados à operação; estão demonstradas ao custo.

Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos.

(c) Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, apresentadas na Nota 13.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. As despesas diferidas com arrendamento, a partir de janeiro de 2001, estão sendo amortizadas pelo período remanescente do contrato.

A variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, ocorrida no primeiro trimestre de 1999, incidente sobre as obrigações denominadas em dólares, foi contabilizada no ativo diferido e está sendo amortizada linearmente desde 1º de janeiro de 1999, em quatro anos (vide Nota 14).

(d) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

A concessão e o arrendamento a pagar são provisionados mensalmente com base no prazo total dos contratos. O custo do arrendamento até 31 de dezembro de 2000, era reconhecido no resultado pela parcela correspondente ao volume projetado de carga transportada em relação à capacidade instalada da ferrovia no período de duração do contrato de arrendamento e a parcela restante apropriada ao ativo diferido, em conta específica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entretanto, a partir do atingimento da capacidade instalada de transporte da ferrovia, em janeiro de 2001, a apropriação ao resultado passou a ser linear em relação à vigência do contrato de arrendamento, bem como a amortização das parcelas anteriores apropriadas ao ativo diferido.

A provisão para contingências é constituída com base na expectativa de êxito da administração e de seus consultores jurídicos quanto às ações e autuações contra a Sociedade.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas da legislação fiscal em vigor, para itens tributáveis incluídos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados são parcialmente constituídos, considerando-se a expectativa de lucros futuros em montantes suficientes para absorvê-los.

3 Aplicações Financeiras

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Títulos de Liquidez Imediata	84.413	48.989
Aplicações Financeiras Disponíveis no Exterior	13.063	10.429
Fundo de Investimento Bradesco – PUT	4.088	3.969
Aplicações Financeiras Vinculadas – Mitsui	5.570	1.692
	<u>107.134</u>	<u>65.079</u>

Do montante de R\$ 107.134 mil em 30 de junho de 2001 (R\$ 65.079 mil em 31 de março de 2001), R\$ 84.413 mil referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, LFT – Letras Financeiras do Tesouro e fundos, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. O montante de R\$ 13.063

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mil representa uma aplicação no exterior e o de R\$ 4.088 mil representa aplicações em fundos exclusivos, sendo garantido, no mínimo, rendimento igual à variação cambial acumulada desde a data da aplicação até a presente data; o montante de R\$ 5.570

mil refere-se a aplicação em fundo cambial, vinculada ao pagamento de empréstimo junto à Mitsui & Co Ltd.

5 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

Milhares de reais					
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços (***)
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001	Em 30 de junho de 2000
MBR	6.648	6.688		428	130.027
CSN	1.232	2.754	9.075	8.741	35.802
FERTECO	1.215	1.403	10.509	11.106	58.464
USIMINAS	847	878			18.453
GERDAU	379	654			6.001
	10.321	12.377	18.584	20.275	248.747
					192.063

(*) Apresentadas no ativo circulante na rubrica "Contas a receber de clientes".

(**) Apresentados no passivo circulante em "Demais contas a pagar" e no passivo exigível a longo prazo em "Adiantamentos", sobre os quais incidem juros de mercado.

(***) Apresentadas brutas de impostos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

6 Estoques

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Peças de reposição de locomotivas e vagões	9.836	11.487
Trilhos/juntas/grampos/material de solda	8.373	4.735
Dormentes/lastro/fixações	2.229	4.257
Materiais de manutenção eletrônica	3.365	3.522
Aparelhos de mudança de via	1.174	1.646
Freios de locomotivas/vagões e rodeiros	1.830	1.481
Combustíveis e lubrificantes	725	849
Outros	2.856	1.373
	30.388	29.350

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Contas a Receber da RFFSA

Estão representadas por créditos relativos a transações decorrentes da assinatura do contrato de arrendamento, que são de responsabilidade da RFFSA.

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF)	60.189	64.852
Conta Corrente RFFSA	440	446
	60.629	65.298
Circulante	(31.721)	(30.970)
	28.908	34.328
Longo prazo		

Os direitos representados por CCFF referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes, de realização de transportes ferroviários, que foram assumidos pela Sociedade em conformidade com o edital de privatização.

Os créditos decorrentes de transportes ferroviários realizados pela Sociedade após a assinatura do contrato de concessão, sofrem atualização pelo IGP-DI mais juros de 10% ao ano e serão abatidos até o limite de trinta por cento do valor das prestações trimestrais referentes aos contratos de arrendamento e concessão, mas deduzidos apenas da parcela correspondente ao arrendamento. A parcela de longo prazo refere-se exclusivamente aos CCFF compensáveis com parcelas de arrendamento vencíveis após um ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Adiantamentos por Concessão e Arrendamento

As parcelas a curto e longo prazos, nos montantes de R\$ 9.057 mil e R\$ 221.853 mil (R\$ 9.057 mil e R\$ 224.117 mil em 31 de março de 2001), respectivamente, estão representadas pelos adiantamentos concedidos à União e à RFFSA, conforme previsto nos contratos de concessão e arrendamento, respectivamente. A parcela de curto prazo compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2000, o adiantamento por arrendamento era apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa e modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados atingiriam a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia a apropriação passou a ser efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

9 Despesas Antecipadas

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	1.029	3.112
Despesas com Seguros	1.758	2.636
Valores Pré-pagos	1.404	1.436

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Aluguéis RFFSA	501 899
Outros	529 141
	5.221 8.224

10 Impostos a Recuperar

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	43.645	37.327
Antecipações de imposto de renda e contribuição social		8.544
Imposto de renda retido na fonte	1.552	887
Crédito Fiscal CSSL	62	
PIS a recuperar	7	
	45.266	46.758

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, a investimentos efetuados, tais como compra de vagões e leasing de locomotivas, bem como ao grande volume de transporte de produtos destinados a exportações, sobre o qual não há incidência desse imposto, e compra de itens de estoque e investimentos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Demais Contas a Receber – Longo Prazo

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 30 de junho de 2001</u>	<u>Em 31 de março de 2001</u>
Valores Pré-pagos	4.390	4.846
Depósito Judicial de Ações Trabalhistas	3.768	3.604
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	5.968	1.229
Outros valores a receber	635	1.095
	<u>14.761</u>	<u>10.774</u>

A rubrica Valores Pré-pagos, inclui principalmente despesas com lançamento de debêntures, empréstimo Mitsui e Eurobonds.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Imposto de Renda e Contribuição Social – Constituição de créditos tributários

A Sociedade apurou prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social que, em 30 de junho de 2001, montam R\$ 303.252 mil e R\$ 306.159 mil, respectivamente (R\$ 263.211 mil e R\$ 266.768 mil em 31 de março de 2001).

Adicionalmente, a Sociedade possui adições temporárias decorrentes da contabilização de provisões para contingências que serão dedutíveis quando as despesas forem efetivamente incorridas. A variação cambial diferida de R\$ 68.351 mil será adicionada à base de cálculo em montante equivalente ao da despesa com amortização registrada no resultado em cada trimestre.

Baseada nos resultados registrados no trimestre findo em 30 de junho de 2001 e na expectativa de geração de resultados positivos em exercícios futuros, a companhia manteve neste trimestre parte substancial dos créditos fiscais já registrados durante 2000, no montante de R\$ 15.770 mil, equivalente ao imposto de renda e contribuição social correspondentes ao limite de 30% sobre o lucro real projetado para os próximos três exercícios, como segue:

	Milhares de reais	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	303.252	
Base de cálculo negativa		306.159
Diferenças temporárias	20.574	20.574
	323.826	326.733

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Alíquotas	25% 9%
Total do crédito tributário em 30/06/2001	80.957 29.407
Parcela ainda não contabilizada	(69.204) (25.390)
Crédito tributário contabilizado	11.753 4.017
	15.770

Este valor está registrado no ativo realizável a longo prazo na rubrica "Créditos fiscais".

13 Imobilizado

Milhares de reais					
		Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2000		Taxa anual de depreciação (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	
Bens imóveis (principalmente via permanente)	116.974	(7.588)	109.386	105.401	4
Locomotivas	108.331	(25.319)	83.012	81.979	12,5
Vagões	83.891	(9.780)	74.111	74.448	10
Equipamentos de processamento de dados	5.677	(2.403)	3.274	3.214	20
Aparelhos e equipamentos de sinalização e telecomunicações	2.338	(621)	1.717	1.696	10
Equipamentos e ferramentas	11.504	(2.679)	8.825	5.555	10
Bens de pequeno valor				2.031	10
Benfeitorias em bens arrendados	51.391		51.391	42.968	
Imobilização em andamento	13.390		13.390	13.273	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.			01.417.222/0001-77		
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS					
Outros	24.423	(4.549)	19.874	20.701	10
	417.919	(52.939)	364.980	351.266	

As benfeitorias em bens arrendados e as imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na manutenção, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, que serão transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados à medida em que os respectivos bens entrarem em operação.

14 Diferido

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Gastos pré-operacionais	20.130	20.130
Gastos com estruturação	37.490	37.490
Despesas com arrendamento diferidas	75.139	75.877
Variação cambial diferida	187.351	187.351
	320.110	320.848
Amortização acumulada	(22.128)	(21.124)
Amortização variação cambial acumulada	(119.000)	(107.608)
	178.982	192.116

Baseada na Lei Federal n.º 9.816, de 23 de agosto de 1999, e na Deliberação da CVM n.º 294, de 26 de março de 1999, a Sociedade registrou em conta específica do ativo diferido, a variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre as obrigações denominadas nessa moeda. Esse diferido está sendo amortizado linearmente no prazo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia, previsto no estudo inicial, a apropriação, no resultado, da parcela do arrendamento passou a ser efetuada de forma linear pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento.

15 Empréstimos e Financiamentos

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 30 de junho de 2001</u>	<u>Em 31 de março de 2001</u>
Senior Notes	737.568	691.712
Aplicações Financeiras Vinculadas	(247.387)	(227.174)
Finame/BNDES	55.048	56.566
Mitsui	55.318	51.878
BBA Creditanstalt	23.049	21.616
Importações	24.402	18.086
Juros e Encargos Provisionados	31.595	10.382
	<u>679.593</u>	<u>623.066</u>
Circulante	<u>(72.316)</u>	<u>(50.887)</u>
Longo Prazo	<u>607.277</u>	<u>572.179</u>

O Fluxo de Amortização dos Financiamentos é o seguinte:

Milhares de reais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.					01.417.222/0001-77		
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS							
	2002	2003	2004	2005	2006	Após 2006	Total
LONGO PRAZO							
Finame/BNDES	5.469	7.753	6.960	6.888	6.888	10.786	44.744
Mitsui	6.914	13.829	13.829	6.915			41.487
Senior Notes (líquido)				497.997			497.997
BBA – Creditanstalt	1.646	3.293	3.293	3.293	3.293	8.231	23.049
	14.029	24.875	24.082	515.093	10.181	19.017	607.277

Em 14 de agosto de 1997, a Sociedade emitiu "Senior Notes" no mercado internacional, no montante de US\$ 320,000 mil, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125,000 mil, e série B, no montante de US\$ 195,000 mil. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9% ao ano e serão resgatados integralmente em agosto de 2005. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados, integralmente, a critério exclusivo da MRS, em cada 14 de agosto, com ágio a partir de 2002 (2002: ágio de 3,98%; 2003: ágio de 2,66% e 2004: ágio de 1,33%). O saldo de juros em 30 de junho de 2001, no montante de R\$ 28.037 mil (R\$ 9.100 mil em 31 de março de 2001), está registrado no passivo circulante e reconhecido no resultado do exercício.

A MRS constituiu em 14 de agosto de 2000 uma aplicação de US\$ 103,940 mil, a qual em 30 de junho de 2001 equivale a R\$ 247.387 mil, já incluída a parcela de R\$ 7.816 mil relativa aos juros de 8,7% a.a., tendo sido resgatados em 16 de fevereiro de 2001 rendimentos no montante de R\$ 9.016 mil. Tal aplicação está vinculada ao resgate dos "Senior Notes" série A, com vencimento previsto em 14 de agosto de 2005.

Os financiamentos com recursos da Finame no montante de R\$ 55.048 mil, referem-se principalmente a três operações de compra de 840 vagões, pelo prazo de 8 anos, com carência de 6 e 12 meses e estão sujeitos a encargos de TJLP mais 4,3% a 4,7% e 3,8% ao ano. Essas operações tiveram a interveniência do Unibanco, Banco Itaú e Banco Santos.

Em setembro de 1998 foi efetuada uma captação de recursos de US\$ 30,000 mil junto à Mitsui & Co. Ltd. Esse empréstimo teve carência de 2 anos, com amortização em 10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

parcelas semestrais até 16 de março de 2005 e custo de 3% acima da Libor semestral mais variação cambial. Até 30 junho de 2001 foram amortizados, em duas parcelas, US\$ 6,000 mil de principal.

O financiamento junto ao BBA Creditanstalt no valor de US\$10,000 mil, foi tomado em fevereiro de 2001, estando sujeito a variação cambial acrescida da variação da Libor para 6 meses mais "spread" de 4,35% ao ano. Este empréstimo possui carência de 22 meses, com amortização em 14 parcelas semestrais iguais, sendo a última em 15 de junho de 2009.

Os financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, com saldo de R\$ 24.402 mil em 30 de junho de 2001 (R\$ 18.086 mil em 31 de março de 2001), estão sujeitos a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,78% a 9,25% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais "spread".

A captação de recursos junto à Mitsui & Co Ltd. está parcialmente garantida por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário. O financiamento

junto à Finame está garantido por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

16 Concessão e Arrendamento a Pagar

O montante de R\$ 71.817 mil (R\$ 70.619 mil em 31 de março de 2001) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento, apuradas em regime de competência, com base no valor total e período de vigência dos respectivos contratos (360 meses).

Em abril de 2001, a Sociedade efetuou o pagamento da décima sexta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 25.673 mil (R\$ 24.389 mil e R\$ 1.284 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.690 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2.513.082 mil em 101 parcelas trimestrais de R\$ 24.882 mil, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Interna - IGP-DI. Estes valores já incluem os juros totais contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 30 de junho de 2001. Os custos com concessão e arrendamento são contabilizados como informado na Nota 3 (d).

17 Obrigações com debenturistas

A Sociedade obteve em 9 de outubro de 2000 a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a emissão de R\$ 100 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, conforme Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 27 de junho de 2000 e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de junho e 10 de agosto de 2000.

Os juros das debêntures são equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia (Taxa DI "over extra grupo"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, mais uma sobretaxa efetiva de 1,5% ao ano e os correspondentes pagamentos serão semestrais vencíveis nos meses de fevereiro e agosto. Os juros devidos até 30 de junho de 2001, no montante de R\$ 6.760 mil, estão registrados no passivo circulante em "Debêntures". Todas as debêntures já foram negociadas, tendo como principais debenturistas o Unibanco, o Bozano Simonsen, o Lloyds Bank e o Banco Votorantim.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Quantidade de títulos: 10 mil debêntures.
- Valor nominal: R\$ 10 mil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Valor da emissão: R\$ 100.000 mil.
- Séries: série única.
- Negociação: a emissão foi registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND").
- Espécie: são da espécie quirografária.
- Data de emissão: 1º de agosto de 2000.
- Prazo e amortização: o prazo é de 60 meses e o seu valor nominal será amortizado em 4 parcelas iguais, devidas anualmente em 1º de agosto, a partir de 2002.

18 Compromissos e Contingências

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 31 de março de 2001
Contingências Fiscais	18.539	21.968
Contencioso Trabalhista	2.561	2.392
Causas Cíveis	1.953	1.953
	23.053	26.313
Circulante	(903)	(1.293)
Longo Prazo	22.150	25.020

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

A partir do levantamento do passivo ambiental acumulado pela RFFSA ao longo de suas linhas e em unidades industriais, a Sociedade tem identificado potenciais contingências

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

relacionadas com o meio ambiente, contudo de efeitos não significativos. Essas medidas iniciais visam definir áreas de responsabilidade, tendo em vista que, de acordo com os termos do edital, a Sociedade não tem responsabilidade sobre os passivos, de qualquer natureza, decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão. Dessa forma, caso a Sociedade incorra em despesas ou perdas relativas a eventos anteriores à referida assinatura, os valores correspondentes, de responsabilidade da RFFSA, poderão ser descontados das prestações trimestrais do arrendamento a pagar à RFFSA.

Existem outros assuntos de natureza legal, incluindo ações a respeito da constitucionalidade da privatização da Malha Sudeste, bem como potenciais reclamações trabalhistas de empregados desligados da Sociedade após o início das operações. Estima-se que a solução final de todas essas questões não trará impactos negativos relevantes e que a provisão para contingências, no montante de R\$ 22.150 mil em 30 de junho de 2001 (R\$ 25.020 mil em 31 de março de 2001), apresentada no exigível a longo prazo, seja suficiente para cobrir eventuais perdas em causas judiciais e/ou administrativas de qualquer natureza.

No cumprimento do seu objeto social, a MRS deverá atender a determinadas condições e obrigações, previstas no edital de privatização e no contrato de concessão, principalmente relacionadas com: (a) o atingimento de níveis mínimos de produção de transporte; (b) redução do índice de acidentes; (c) a reposição de bens vinculados à concessão; (d) a manutenção de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais; (e) a submissão, à Concedente, de acordos de acionistas e suas alterações e de modificações na composição acionária; (f) a submissão, à Concedente, de propostas de emissão de títulos e aquisição e incorporação de empresas; e (g) a obediência aos limites das tarifas fixadas pela Concedente e suas condições de reajuste. A inobservância às condições e obrigações previstas no edital de privatização e no contrato de concessão poderá acarretar a aplicação de penalidades, pela Concedente, que vão desde a advertência e aplicação de multas até a intervenção e a perda da concessão.

19 Arrendamento Mercantil

A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil (leasing) no total de R\$ 107.894 mil, sendo R\$ 68.857 mil relativos à compra de 19 locomotivas GE C30 com taxa Libor de 6 meses, mais spread de 6% ao ano, mais variação cambial, pagamento em parcelas semestrais vencíveis a partir de 28 de fevereiro de 2001, vencendo-se a última em 21 de julho de 2006; R\$ 22.905 mil relativos à compra de 360 vagões, sujeitos a encargos de TJLP mais 5,8% ao ano, pagamento em parcelas mensais, vencendo a primeira em 02 de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

julho de 2001 e a última em 02 de junho de 2009 e R\$ 16.132 mil relativos à compra de 7 locomotivas SD-40 com taxa CDI mais 1,5% ao ano, com pagamento em parcelas semestrais, vencíveis a partir de 28 de novembro de 2001 e vencendo-se a última em 28 de maio de 2008.

20 Capital Social

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315.300 mil, está dividido em 340.000 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil ordinárias, 82.076 mil preferenciais "classe A" e 69.591 mil preferenciais "classe B".

(b) Direito das ações e dividendos

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Sociedade. As ações da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária, e/ou em (ii) ações preferenciais classe A, na proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% da sua totalidade.

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária.

21 Custos Operacionais

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 30 de junho de 2000
Custo da Concessão/Arrendamento	55.834	41.478
Combustíveis/Lubrificantes	53.614	37.653
Mão de obra operacional	37.443	38.264
Materiais de Consumo Diversos	23.866	14.802
Serviços de Terceiros	15.087	12.489
Amortização/Depreciação	10.473	6.752
Partilhas de Fretes a pagar	9.925	6.653
Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	7.787	748
Despesas com pessoal	6.504	7.147
Outros	10.035	10.871
	<u>230.568</u>	<u>176.857</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O aumento nos custos operacionais no montante de R\$ 53.711 mil (R\$ 230.568 mil em 30 de junho de 2001 e R\$ 176.857 em 30 de junho de 2000) deve-se, principalmente, ao aumento do volume dos serviços de transporte, ao aumento dos preços dos combustíveis, a novos contratos de aluguel e leasing de vagões e locomotivas, da apropriação linear do custo da concessão e arrendamento e amortização do diferido na contabilização do custo do arrendamento.

22 Despesas Gerais e Administrativas

	Milhares de reais	
	Em 30 de junho de 2001	Em 30 de junho de 2000
Despesas Gerais	6.904	6.280
Amortização/Depreciação	5.865	3.864
Mão-de-obra Administrativa/Comercial	5.594	4.136
Despesas com Pessoal	1.091	592
Outros	1.781	2.155
	<u>21.235</u>	<u>17.027</u>

O aumento nas Despesas Administrativas deve-se, principalmente, à depreciação de bens que entraram em operação e a Mão-de-obra administrativa/comercial, onde houve

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

reestruturação de algumas áreas, antes relacionadas ao custo operacional, as quais foram absorvidas pela área administrativa.

23 Receitas e Despesas Financeiras

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 30 de junho de 2001</u>	<u>Em 30 de junho de 2000</u>
Receitas Financeiras		
Juros sobre Aplicações	4.307	7.074
Descontos Financeiros	1.715	
RFFSA (Juros s/ CCFF)	3.697	3.945
Variação Cambial/Monetária	5.098	1.530
Demais Receitas	849	599
	<u>15.666</u>	<u>13.148</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Despesas Financeiras

Juros sobre Empréstimos/Financiamentos	(45.567)	(33.327)
Juros Leasing/Aluguel Locomotivas e Vagões	(5.930)	
Variação Cambial do Período	(99.507)	(4.077)
Variação Cambial Leasing/Aluguel Locomotivas e Vagões	(1.936)	
Variação Monetária do Período	(3.398)	(2.197)
Amortização Variação Cambial Diferida	(22.784)	(25.237)
Demais Despesas Financeiras	(4.574)	(3.610)
	<u>(183.696)</u>	<u>(68.448)</u>

24 Benefícios a Empregados

De acordo com os termos do Edital, para os empregados provenientes da RFFSA são mantidos todos os direitos trabalhistas existentes na data de sua transferência. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade instituiu em julho de 1999 um plano de previdência complementar (MRS PREVI – administrado por uma entidade aberta de previdência privada), do qual é patrocinadora, que possui as seguintes características principais:

- Regime de custos: capitalização.
- Tipo de plano: contribuição definida para os benefícios de aposentadoria normal, antecipada, postergada e por invalidez, bem como pensão por morte e benefício diferido por desligamento e de benefício definido para o benefício mínimo de aposentadoria, pensão por morte e invalidez.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Taxa de contribuição: patrocinadora - 4,83% da folha salarial; participantes -3,29%, perfazendo 8,12% da folha salarial.
- Relação de contribuição: patrocinadora - 59,46% do total e participante - 40,54%.
- Contribuição da patrocinadora no 2º trimestre de 2001: R\$ 413 mil.

25 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 30 de junho de 2001 apresentam seus valores contábeis próximos aos respectivos valores de mercado, apurados para operações com características e condições semelhantes, não sendo identificadas variações significativas.

26 Eventos Subseqüentes

Em julho de 2001 a Sociedade efetuou o pagamento da décima sétima parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 24.882 mil (R\$ 23.638 mil e R\$ 1.244 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.464 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A MRS Logística S.A., uma das maiores Concessionárias de Transporte Ferroviário no Brasil, anuncia os resultados do 2º trimestre de 2001.

A MRS transportou no 2º trimestre de 2001, 17,37 milhões de toneladas, volume 0,5% inferior ao transportado no 1º trimestre de 2001 e 6,2% a mais que no mesmo período do ano anterior. A redução do volume transportado no 2º trimestre foi devida à retração na demanda da maioria das cargas, decorrente das perspectivas negativas da economia (crise energética), e também a reduções nos volumes de minério de ferro para consumo interno, ocasionado pelas paralisações para manutenções programadas de alto fornos da CSN e Açominas.

A receita bruta no trimestre atingiu R\$ 176,2 milhões, uma evolução de 9,6% e 21,5% em relação ao 1º trimestre de 2001 e ao 2º trimestre de 2000, respectivamente. Embora tenha apresentado no trimestre, um volume de transporte ligeiramente inferior ao do trimestre anterior, a receita apresentou-se superior devido ao reajuste nas tarifas de clientes de cargas cativas e ao maior volume de transporte de produtos siderúrgicos e carga geral. Estes fatores contribuíram para que a tarifa média no 2º trimestre tenha alcançado R\$10,15/ton, contra R\$9,21/ton no trimestre anterior, um aumento de 10,2%.

O EBITDA registrado no 2º trimestre de 2001 alcançou R\$ 44,7 milhões, 14,1% a mais que o valor apurado no trimestre anterior. Isto deveu-se, em grande parte, ao aumento da receita apurada neste trimestre, combinado com o contínuo esforço da Administração visando a redução de custos e despesas.

No segundo trimestre de 2001, os custos operacionais unitários apresentaram um aumento de 9,7% em relação ao trimestre anterior e de 19% em relação ao 2º trimestre de 2000. Comparando com o 1º trimestre de 2001, houve um considerável aumento no volume de materiais aplicados em manutenção e, conseqüentemente, do custo de serviço de terceiros.

A chegada e entrada em operação das novas locomotivas GM SD40, GE C-30 e GE C-36 provocaram o aumento de custo de leasing/aluguel.

As principais variações dos custos em relação ao mesmo período do ano anterior foram o aumento do custo do óleo diesel, devido a reajustes de preço, e o aumento dos valores de aluguel e leasing, devido à aquisição de novos vagões e locomotivas. Em compensação, pode-se destacar a redução dos custos com acidentes ferroviários.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O resultado líquido acumulado no 1º semestre apresentou-se negativo em R\$ 109,7 milhões. Apesar da melhora significativa nos aspectos operacionais e comerciais, o resultado negativo foi consequência, basicamente, dos efeitos da variação cambial sobre o passivo em moeda norte-americana, que impactaram negativamente o resultado em R\$ 99,5 milhões ao longo do semestre. Contribuiu também para o resultado negativo, a amortização de R\$ 22,8 milhões no semestre referente ao diferimento das perdas resultantes da maxidesvalorização cambial ocorrida ao longo do 1º trimestre de 1999.

No aspecto operacional destacaram-se:

- Entrada em operação de mais 2 locomotivas GE C-30, de um total de 19 locomotivas completamente modernizadas pela Gevisa S.A., adquiridas pela MRS através de leasing.
- Entrada em operação de 9 locomotivas GE C-36, alugadas pela MRS à GE, que tiveram seus truques trocados para adaptação à largura da bitola larga (1,60 metros) da malha da MRS.
- Desembarque de 7 locomotivas GM SD40-3, totalmente reformadas, adquiridas da NREC-USA, através de leasing e entrada em operação de 5 destas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/06/2001

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2000/027
4 - DATA DO REGISTRO CVM	09/10/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	Taxa DI mais 1,5%
12 - PRÊMIO/DESAGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

20 de julho de 2001

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da MRS Logística S.A. referentes aos trimestres e períodos findos em 30 de junho e 31 de março de 2001 e 30 de junho de 2000, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
- 3 Conforme descrito na Nota 14, baseada na Lei Federal nº 9816, de 23 de agosto de 1999, e na Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 294, de 26 de março de 1999, a companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido o resultado líquido negativo decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 1999. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que elas ocorrem. Por conseguinte, o patrimônio líquido em 30 de junho de 2001 está apresentado a maior em R\$ 68.351 mil (31 de março de 2001 - R\$ 79.743 mil) e o prejuízo do trimestre findo nessa data a maior em R\$ 11.392 mil (30 de junho de 2000 - lucro líquido do trimestre a menor em R\$ 12.522 mil).
- 4 Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial como descrito no parágrafo 3, não temos conhecimento de qualquer outra modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Luiz Márcio Malzone
Sócio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

CRC-SP-160-S-RJ

Contador CRC-RJ-31.376-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 30/06/2001
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PAGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	32
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	34
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	35/36

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2001

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
4 - NIRE		
33.3.0016356-5		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Praia de Botafogo, 228 - Sala 1201 E		Botafogo	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	
23359-900	Rio de Janeiro	RJ	
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE
21	2559-4600	2559-4601	-
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX
21	2552-2635	-	-
15 - E-MAIL			
daf@mrs.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME		3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Julio Cesar Pinto		Centro	
2 - ENDEREÇO COMPLETO		6 - UF	
Av. Brasil, 2001		MG	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO		
36060-010	Juiz de Fora		
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE
32	3239-3510	3239-3601	-
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX
32	3239-3518	3239-3609	-
16 - E-MAIL			
juc@mrs.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2001	31/12/2001	3	01/07/2001	30/09/2001	2	01/04/2001	30/06/2001
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR						10 - CÓDIGO CVM	
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.						00287-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO	
Luiz Márcio Malzone						019.495.868-04	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2001

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2001	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2001	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2000
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	188.333	188.333	188.333
2 - Preferenciais	151.667	151.667	151.667
3 - Total	340.000	340.000	340.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1230000 - Transportes
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Transporte Ferroviário de Carga
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Com Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTE.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

Serviço Público Federal

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

ITR - Informações Trimestrais

Data-Base - 30/09/2001

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM ALTERAÇÃO	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	7 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
--------------------	-----------------------	---	------------------------------------	-------------------------	--	--------------------------------------

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
06/11/2001	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2001

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2001	4 - 30/06/2001
1	Ativo Total	1.197.938	1.091.255
1.01	Ativo Circulante	233.297	266.001
1.01.01	Disponibilidades	83.329	116.152
1.01.01.01	Caixa e Bancos	8.708	9.018
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	68.627	101.564
1.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	5.994	5.570
1.01.02	Créditos	22.528	17.594
1.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	22.528	17.594
1.01.03	Estoques	25.461	30.388
1.01.04	Outros	101.979	101.867
1.01.04.01	Contas a Receber RFFSA	32.786	31.721
1.01.04.02	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	9.057	9.057
1.01.04.03	Despesas Antecipadas	4.675	5.221
1.01.04.04	Demais Contas a Receber	124	124
1.01.04.05	Impostos a Recuperar	48.086	45.266
1.01.04.06	Adiantamentos a Terceiros	7.251	10.478
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	275.265	281.292
1.02.01	Créditos Diversos	55.676	59.439
1.02.01.01	Contas a Receber RFFSA	23.804	28.908
1.02.01.02	Demais Contas a Receber	14.779	14.761
1.02.01.03	Créditos Fiscais	17.093	15.770
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	219.589	221.853
1.02.03.01	Adiantamento por Concessão/Arrendamento	219.589	221.853
1.02.03.02	Aplicações Financeiras	0	0
1.03	Ativo Permanente	689.376	543.962
1.03.01	Investimentos	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	379.062	364.980
1.03.03	Diferido	310.314	178.982

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2001

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2001	4 - 30/06/2001
2	Passivo Total	1.197.938	1.091.255
2.01	Passivo Circulante	303.292	266.413
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.876	72.316
2.01.02	Debêntures	28.123	6.760
2.01.03	Fornecedores	51.571	53.768
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	4.334	5.096
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	49.298	39.059
2.01.06.01	Salários e Encargos Sociais	9.866	9.495
2.01.06.02	Provisões Trabalhistas	12.763	11.968
2.01.06.03	Outras Provisões	26.669	17.596
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	93.090	89.414
2.01.08.01	Concessão e Arrendamento a Pagar	75.193	71.817
2.01.08.02	Demais Contas a Pagar	17.897	17.597
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	791.690	736.775
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	686.305	607.277
2.02.02	Debêntures	75.000	100.000
2.02.03	Provisões	22.698	22.150
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	7.687	7.348
2.02.05.01	Adiantamentos	7.687	7.348
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	102.956	88.067
2.05.01	Capital Social Realizado	315.300	315.300
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(212.344)	(227.233)



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2001 a 30/09/2001	4 - 01/01/2001 a 30/09/2001	5 - 01/07/2000 a 30/09/2000	6 - 01/01/2000 a 30/09/2000
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	156.392	493.460	157.577	435.226
3.02	Deduções da Receita Bruta	(12.531)	(41.217)	(12.861)	(36.010)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	143.861	452.243	144.716	399.216
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(113.276)	(343.845)	(108.678)	(283.925)
3.05	Resultado Bruto	30.585	108.398	36.038	115.291
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(101.434)	(197.721)	(51.795)	(124.464)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(13.940)	(35.175)	(10.350)	(28.987)
3.06.03	Financeiras	(91.489)	(172.560)	(42.591)	(97.890)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	8.919	24.586	6.448	19.596
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(100.408)	(197.246)	(49.039)	(117.486)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	6.257	20.343	1.636	3.374
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(2.262)	(10.229)	(490)	(961)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(70.849)	(89.323)	(15.757)	(9.173)
3.08	Resultado Não Operacional	8	(109)	0	0
3.08.01	Receitas	8	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	(109)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(70.841)	(89.432)	(15.757)	(9.173)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	379	169	(1.880)	(6.947)
3.11	IR Diferido	0	(50)	1.880	21.186
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(1.507)	(5.498)	(830)	(2.262)
3.12.01	Participações	(1.507)	(5.498)	(830)	(2.262)
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(71.969)	(94.811)	(16.587)	2.804

Serviço Público Federal

Divulgação Externa

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Legislação Societária

ITR - Informações Trimestrais

Data-Base - 30/09/2001

Empresa Comercial, Industrial e Outras

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2001 a 30/09/2001	4 - 01/01/2001 a 30/09/2001	5 - 01/07/2000 a 30/09/2000	6 - 01/01/2000 a 30/09/2000
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	340.000	340.000	340.000	340.000
	LUCRO POR AÇÃO				0,00825
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,21167)	(0,27886)	(0,04879)	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional

A MRS Logística S.A. é uma Sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

A Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, principalmente em decorrência dos encargos financeiros incidentes sobre os recursos tomados para o incremento de suas atividades e os investimentos relevantes característicos de uma concessão ferroviária recentemente privatizada, como é o presente caso, bem como pelas amortizações das significativas variações cambiais ocorridas nos últimos exercícios. A administração da Companhia tem concentrado seus esforços no equacionamento dos passivos a longo prazo, quer modificando/alongando o perfil da dívida, quer procurando, sem ônus adicionais, proteção contra as variações cambiais, e, adicionalmente, buscando o equilíbrio financeiro operacional através de renovações de contratos com tarifas mais vantajosas com seus clientes, dentre os quais destacam-se seus próprios acionistas. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, os acionistas são responsáveis pela canalização de recursos necessários à manutenção das atividades operacionais da Companhia.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

A contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações e das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 Principais Diretrizes Contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, exceto pela variação cambial incorrida sobre os direitos e as obrigações denominados em dólares norte-americanos, decorrente da desvalorização do real em relação a essa moeda, no trimestre findo em 31 de março de 1999 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001, que foram contabilizadas no ativo diferido (vide Nota 14). Com relação ao diferimento em 30 de setembro de 2001, está sendo considerado o efeito líquido da variação cambial decorrente dos direitos e obrigações vencíveis a partir de 2002.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores de reposição.

As despesas antecipadas estão substancialmente representadas por despesas a apropriar de seguros, aluguel/leasing de vagões locomotivas vinculados à operação; estão demonstradas ao custo.

Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos.

(c) Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, apresentadas na Nota 13.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. As despesas diferidas com arrendamento, a partir de janeiro de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2001, estão sendo amortizadas pelo período remanescente do contrato. Anteriormente eram amortizadas na proporção entre a carga efetiva e a capacidade instalada.

O resultado líquido negativo decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, ocorridos no primeiro trimestre de 1999 e no período findo em 30 de setembro de 2001, incidente sobre os direitos e as obrigações denominados em dólares norte-americanos, as quais foram contabilizadas no ativo diferido, estão sendo amortizadas linearmente desde 1º de janeiro de 1999 e a partir do exercício de 2001, inclusive, respectivamente, em quatro anos ou de acordo com o prazo de liquidação do passivo, se este for menor, ou verificando-se a recuperação das perdas diferidas mediante a ocorrência de ganhos oriundos de alterações nas taxas de câmbio. (vide Nota 14).

(d) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

A concessão e o arrendamento a pagar são provisionados mensalmente com base no prazo total dos contratos. O custo do arrendamento até 31 de dezembro de 2000, era reconhecido no resultado pela parcela correspondente ao volume projetado de carga transportada em relação à capacidade instalada da ferrovia no período de duração do contrato de arrendamento e a parcela restante apropriada ao ativo diferido, em conta específica.

Entretanto, a partir do atingimento da capacidade instalada de transporte da ferrovia, em janeiro de 2001, a apropriação ao resultado passou a ser linear em relação à vigência do contrato de arrendamento, bem como a amortização das parcelas anteriores apropriadas ao ativo diferido.

A provisão para contingências é constituída com base na expectativa de êxito da administração e de seus consultores jurídicos quanto às ações e autuações contra a Sociedade.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas da legislação fiscal em vigor, para itens tributáveis incluídos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acumulados são parcialmente constituídos, considerando-se a expectativa de lucros futuros em montantes suficientes para absorvê-los.

4 Aplicações Financeiras

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Títulos de Liquidez Imediata	41.238	84.413
Aplicações Financeiras Disponíveis no Exterior	27.189	13.063
Fundo de Investimento Bradesco – PUT	200	4.088
Aplicações Financeiras Vinculadas – Mitsui	5.994	5.570
	<u>74.621</u>	<u>107.134</u>

Do montante de R\$ 74.621 mil em 30 de setembro de 2001 (R\$ 107.134 mil em 30 de junho de 2001), R\$ 41.238 mil referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, LFT – Letras Financeiras do Tesouro e fundos, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. O montante de R\$ 27.189 mil representa uma aplicação no exterior e o de R\$ 200 mil representa aplicações em fundos exclusivos, sendo garantido, no mínimo, rendimento igual à variação cambial acumulada desde a data da aplicação até a presente data; o montante de R\$ 5.994 mil refere-se a aplicação em fundo cambial, vinculada ao pagamento de empréstimo junto à Mitsui & Co Ltd.

Serviço Público Federal Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

Milhares de reais						
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços (***)	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de setembro de 2000
MBR	7.084	6.648			195.138	167.760
CSN	2.133	1.232	9.483	9.075	50.351	40.413
FERTECO	2.124	1.215	11.156	10.509	77.078	64.483
USIMINAS	1.078	847			28.613	20.235
GERDAU	557	379			7.955	8.011
	12.976	10.321	20.639	19.584	359.135	300.902

(*) Apresentadas no ativo circulante na rubrica "Contas a receber de clientes".

(**) Apresentados no passivo circulante em "Demais contas a pagar" e no passivo exigível a longo prazo em "Adiantamentos", sobre os quais incidem juros de mercado.

(***) Apresentadas brutas de impostos.

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

6 Estoques

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Peças de reposição de locomotivas e vagões	9.983	9.836
Trilhos/juntas/grampos/material de solda	4.918	8.373
Dormentes/lastro/fixações	843	2.229
Materiais de manutenção eletrônica	3.535	3.365
Aparelhos de mudança de via	615	1.174
Freios de locomotivas/vagões e rodeiros	1.809	1.830
Combustíveis e lubrificantes	655	725
Outros	3.103	2.856
	<u>25.461</u>	<u>30.388</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 Contas a Receber da RFFSA

Estão representadas por créditos relativos a transações decorrentes da assinatura do contrato de arrendamento, que são de responsabilidade da RFFSA.

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF)	55.993	60.189
Conta Corrente RFFSA	597	440
	56.590	60.629
Circulante	(32.786)	(31.721)
	23.804	28.908
Longo prazo		

Os direitos representados por CCFF referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes, de realização de transportes ferroviários, que foram assumidos pela Sociedade em conformidade com o edital de privatização.

Os créditos decorrentes de transportes ferroviários realizados pela Sociedade após a assinatura do contrato de concessão, sofrem atualização pelo IGP-DI mais juros de 10% ao ano e serão abatidos até o limite de trinta por cento do valor das prestações trimestrais referentes aos contratos de arrendamento e concessão, mas deduzidos apenas da parcela correspondente ao arrendamento. A parcela de longo prazo refere-se exclusivamente aos CCFF compensáveis com parcelas de arrendamento vencíveis após um ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Adiantamentos por Concessão e Arrendamento

As parcelas a curto e longo prazos, nos montantes de R\$ 9.057 mil e R\$ 219.589 mil (R\$ 9.057 mil e R\$ 221.853 mil em 30 de junho de 2001), respectivamente, estão representadas pelos adiantamentos concedidos à União e à RFFSA, conforme previsto nos contratos de concessão e arrendamento, respectivamente. A parcela de curto prazo compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2000, o adiantamento por arrendamento era apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa e modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados atingiriam a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia, a apropriação passou a ser efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

9 Despesas Antecipadas

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	1.084	1.029
Despesas com Seguros	879	1.758

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Valores Pré-pagos	1.404 1.404
Aluguéis RFFSA	124 501
Outros	1.184 529
	4.675 5.221

10 Impostos a Recuperar

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	45.225	43.645
Imposto de renda retido na fonte	2.342	1.552
Crédito Fiscal CSSL	53	62
PIS a recuperar	335	7
COFINS a recuperar	131	
	48.086	45.266

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, a investimentos efetuados, tais como compra de vagões e leasing de locomotivas, bem como ao grande volume de transporte de produtos destinados a exportações, sobre o qual não há incidência desse imposto, e compra de itens de estoque e investimentos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Demais Contas a Receber – Longo Prazo

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Em 30 de setembro de 2001</u>	<u>Em 30 de junho de 2001</u>
Valores Pré-pagos	4.039	4.390
Depósito Judicial de Ações Trabalhistas	3.911	3.768
Despesas Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	5.711	5.968
Outros valores a receber	<u>1.118</u>	<u>635</u>
	<u>14.779</u>	<u>14.761</u>

A rubrica Valores Pré-pagos, inclui principalmente despesas com lançamento de debêntures, empréstimo Mitsui e Eurobonds.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Imposto de Renda e Contribuição Social – Constituição de créditos tributários

A Sociedade apurou prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social que, em 30 de setembro de 2001, montam R\$ 416.693 mil e R\$ 416.860 mil, respectivamente (R\$ 303.252 mil e R\$ 306.159 mil em 30 de junho de 2001).

Adicionalmente, a Sociedade possui adições temporárias decorrentes da contabilização de provisões para contingências que serão dedutíveis quando as despesas forem efetivamente incorridas. A variação cambial diferida de R\$ 201.862 mil será adicionada às bases de cálculo em montante equivalente ao da despesa com amortização registrada no resultado em cada trimestre.

Baseada nos resultados registrados no trimestre findo em 30 de setembro de 2001 e na expectativa de geração de resultados positivos em exercícios futuros, a companhia manteve neste trimestre parte substancial dos créditos fiscais já registrados durante 2000, no montante de R\$ 15.770 mil, equivalente ao imposto de renda e contribuição social correspondentes ao limite de 30% sobre o lucro real projetado para os próximos três exercícios, como segue:

	Milhares de reais	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	416.693	
Base de cálculo negativa		416.860
Diferenças temporárias	19.347	19.347

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
	436.040 436.207
Alíquotas	25% 9%
Total do crédito tributário em 30/09/2001	109.010 39.259
Parcela ainda não contabilizada	(97.257) (35.242)
Crédito tributário contabilizado	11.753 4.017
	15.770

Este valor está registrado no ativo realizável a longo prazo na rubrica “Créditos fiscais”.

13 Imobilizado

Milhares de reais					
		Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001		Taxa anual de depreciação (%)
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	
Bens imóveis (principalmente via permanente)	118.852	(8.647)	110.205	109.386	4
Locomotivas	114.387	(28.370)	86.017	83.012	12,5
Vagões	83.891	(11.222)	72.669	74.111	10
Equipamentos de processamento de dados	5.747	(2.688)	3.059	3.274	20
Aparelhos e equipamentos de sinalização e telecomunicações	2.392	(680)	1.712	1.717	10
Equipamentos e ferramentas	11.079	(2.942)	8.137	8.825	10
Bens de pequeno valor					10
Benfeitorias em bens arrendados	65.736		65.736	51.391	
Imobilização em					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.		01.417.222/0001-77	
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
andamento	12.770	12.770	13.390
Outros	24.420	(5.663)	18.757
			19.874
	439.274	(60.212)	379.062
			364.980

As benfeitorias em bens arrendados e as imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na manutenção, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, que serão transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados à medida em que os respectivos bens entrarem em operação.

14 Diferido

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Gastos pré-operacionais	20.130	20.130
Gastos com estruturação	37.490	37.490
Despesas com arrendamento diferidas	76.617	76.617
Variação cambial diferida 1999	187.351	187.351
Variação cambial diferida 2001	178.342	
	499.930	321.588
Amortização acumulada	(25.785)	(23.606)
Amortização variação cambial acumulada (diferida em 1999)	(130.392)	(119.000)
Amortização variação cambial acumulada (diferida em 2001)	(33.439)	
	310.314	178.982

Baseada na Lei Federal n.º 9.816, de 23 de agosto de 1999, e nas Deliberações da CVM n.º 294, de 26 de março de 1999, e n.º 404, de 27 de setembro de 2001 (alterada pela Deliberação n.º 409, de 1º de novembro de 2001), a Sociedade registrou em conta específica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do ativo diferido, o resultado líquido negativo decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre os direitos e as obrigações denominados nessa moeda, ocorridos no trimestre findo em 31 de março de 1999 e durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001. Esse diferido está sendo amortizado linearmente desde 1º de janeiro de 1999 e a partir do exercício de 2001, inclusive, respectivamente, no prazo de quatro anos ou de acordo com o prazo de liquidação do passivo, se este for menor, ou verificando-se a recuperação das perdas diferidas mediante a ocorrência de ganhos oriundos de alterações nas taxas de câmbio.

A partir de janeiro de 2001, em função do atingimento da capacidade instalada da ferrovia, previsto no estudo inicial, a apropriação da parcela do arrendamento no resultado, passou a ser efetuada de forma linear pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento.

15 Empréstimos e Financiamentos

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Senior Notes	854.816	737.568
Aplicações Financeiras Vinculadas	(280.742)	(247.387)
Finame/BNDES	53.138	55.048
Mitsui	56.097	55.318
BBA Creditanstalt	26.713	23.049
Importações	39.831	24.402
Juros e Encargos Provisionados	13.328	31.595
	763.181	679.593
Circulante	(76.876)	(72.316)
Longo Prazo	686.305	607.277

O Fluxo de Amortização dos Financiamentos é o seguinte:

Milhares de reais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2002	2003	2004	2005	2006	Após 2006	Total
LONGO PRAZO							
Finame/BNDES	2.758	7.817	7.019	6.946	6.946	10.875	42.361
Mitsui		16.028	16.028	8.014			40.070
Senior Notes (líquido)				577.161			577.161
BBA - Creditanstalt	1.908	3.816	3.816	3.816	3.816	9.541	26.713
	<u>4.666</u>	<u>27.661</u>	<u>26.863</u>	<u>595.937</u>	<u>10.762</u>	<u>20.416</u>	<u>686.305</u>

Em 14 de agosto de 1997, a Sociedade emitiu "Senior Notes" no mercado internacional, no montante de US\$ 320,000 mil, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125,000 mil, e série B, no montante de US\$ 195,000 mil. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9% ao ano e serão resgatados integralmente em agosto de 2005. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados, integralmente, a critério exclusivo da MRS, em cada 14 de agosto, com ágio a partir de 2002 (2002: ágio de 3,98%; 2003: ágio de 2,66% e 2004: ágio de 1,33%). O saldo de juros em 30 de setembro de 2001, no montante de R\$ 11.532 mil (R\$ 28.039 mil em 30 de junho de 2001), está registrado no passivo circulante e reconhecido no resultado do exercício.

A MRS constituiu em 14 de agosto de 2000 uma aplicação de US\$ 103,940 mil, a qual em 30 de setembro de 2001 equivale a R\$ 280.742 mil, já incluída a parcela de R\$ 3.087 mil relativa aos juros de 8,7% a.a., tendo sido resgatados em 14 de agosto de 2001 rendimentos no montante de R\$ 11.367 mil. Tal aplicação está vinculada ao resgate dos "Senior Notes" série A, com vencimento previsto em 14 de agosto de 2005.

Os financiamentos com recursos da Finame no montante de R\$ 53.138 mil, referem-se principalmente a três operações de compra de 840 vagões, pelo prazo de 8 anos, com carência de 6 e 12 meses e estão sujeitos a encargos de TJLP mais 4,3% a 4,7% e 3,8% ao ano. Essas operações tiveram a interveniência do Unibanco, Banco Itaú e Banco Santos.

Em setembro de 1998 foi efetuada uma captação de recursos de US\$ 30,000 mil junto à Mitsui & Co. Ltd. Esse empréstimo teve carência de 2 anos, com amortização em 10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

parcelas semestrais até 16 de março de 2005 e custo de 3% acima da Libor semestral mais variação cambial. Até 30 setembro de 2001 foram amortizados, em três parcelas, US\$ 9,000 mil de principal.

O financiamento junto ao BBA Creditanstalt no valor de US\$10,000 mil, foi tomado em fevereiro de 2001, estando sujeito a variação cambial acrescida da variação da Libor para 6 meses mais "spread" de 4,35% ao ano. Este empréstimo possui carência de 22 meses, com amortização em 14 parcelas semestrais iguais, sendo a última em 15 de junho de 2009.

Os financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, com saldo de R\$ 39.831 mil em 30 de setembro de 2001 (R\$ 24.402 mil em 30 de junho de 2001), estão sujeitos a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,78% a 9,25% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais "spread".

A captação de recursos junto à Mitsui & Co Ltd. está parcialmente garantida por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário. O financiamento

junto à Finame está garantido por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

16 Outras Provisões

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Aluguel e Leasing de Locomotivas/Vagões	22.909	14.580
Acidentes/Combustível	2.233	1.619
Despesas CPTM/RFFSA	1.011	956
Causas Cíveis	391	391
Diversas	125	50
	<u>26.669</u>	<u>17.596</u>

O aumento em outras provisões no montante de R\$ 9.073 mil (R\$ 26.669 mil em 30 de setembro de 2001 e R\$ 17.596 mil em 30 de junho de 2001) deve-se, principalmente, a um

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

novo contrato de leasing de 7 Locomotivas SD-40 e a variação cambial dos contratos em dólares norte-americanos.

17 Concessão e Arrendamento a Pagar

O montante de R\$ 75.193 mil (R\$ 71.817 mil em 30 de junho de 2001) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento, apuradas em regime de competência, com base no valor total e período de vigência dos respectivos contratos (360 meses).

Em julho de 2001, a Sociedade efetuou o pagamento da décima sétima parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 24.882 mil (R\$ 23.638 mil e R\$ 1.244 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.464 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2.488.200 mil em 100 parcelas trimestrais de R\$ 24.882 mil, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. Estes valores já incluem os juros totais contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 30 de setembro de 2001. Os custos com concessão e arrendamento são contabilizados como informado na Nota 3 (d).

18 Obrigações com debenturistas

A Sociedade obteve em 9 de outubro de 2000 a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a emissão de R\$ 100 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, conforme Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 27 de junho de 2000 e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de junho e 10 de agosto de 2000.

Os juros das debêntures são equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia (Taxa DI "over extra grupo"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, mais uma sobretaxa efetiva de 1,5% ao ano e os correspondentes pagamentos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

serão semestrais vencíveis nos meses de fevereiro e agosto. Os juros devidos até 30 de setembro de 2001, no montante de R\$ 3.123 mil, estão registrados no passivo circulante em "Debêntures", juntamente com o montante de R\$ 25.000 mil referente à 1ª parcela de principal vencível em agosto de 2002. Todas as debêntures já foram negociadas, tendo como principais debenturistas o Unibanco, o Bozano Simonsen, o Lloyds Bank e o Banco Votorantim.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Quantidade de títulos: 10 mil debêntures.
- Valor nominal: R\$ 10 mil.
- Valor da emissão: R\$ 100.000 mil.
- Séries: série única.
- Negociação: a emissão foi registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND").
- Espécie: são da espécie quirografia.
- Data de emissão: 1º de agosto de 2000.
- Prazo e amortização: o prazo é de 60 meses e o seu valor nominal será amortizado em 4 parcelas iguais, devidas anualmente em 1º de agosto, a partir de 2002.

19 Compromissos e Contingências

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de junho de 2001
Contingências Fiscais	19.118	18.539
Contencioso Trabalhista	2.530	2.561
Causas Cíveis	1.953	1.953
	23.601	23.053

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Circulante	(903)	(903)
Longo Prazo	22.698	22.150

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

A partir do levantamento do passivo ambiental acumulado pela RFFSA ao longo de suas linhas e em unidades industriais, a Sociedade tem identificado potenciais contingências relacionadas com o meio ambiente, contudo de efeitos não significativos. Essas medidas iniciais visam definir áreas de responsabilidade, tendo em vista que, de acordo com os termos do edital, a Sociedade não tem responsabilidade sobre os passivos, de qualquer natureza, decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão. Dessa forma, caso a Sociedade incorra em despesas ou perdas relativas a eventos anteriores à referida assinatura, os valores correspondentes, de responsabilidade da RFFSA, poderão ser descontados das prestações trimestrais do arrendamento a pagar à RFFSA.

Existem outros assuntos de natureza legal, incluindo ações a respeito da constitucionalidade da privatização da Malha Sudeste, bem como potenciais reclamações trabalhistas de empregados desligados da Sociedade após o início das operações. Estima-se que a solução final de todas essas questões não trará impactos negativos relevantes e que a provisão para contingências, no montante de R\$ 23.601 mil em 30 de setembro de 2001 (R\$ 23.053 mil em 30 de junho de 2001), seja suficiente para cobrir eventuais perdas em causas judiciais e/ou administrativas de qualquer natureza.

No cumprimento do seu objeto social, a MRS deverá atender a determinadas condições e obrigações, previstas no edital de privatização e no contrato de concessão, principalmente relacionadas com: (a) o atingimento de níveis mínimos de produção de transporte; (b) redução do índice de acidentes; (c) a reposição de bens vinculados à concessão; (d) a manutenção de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais; (e) a submissão, à Concedente, de acordos de acionistas e suas alterações e de modificações na composição acionária; (f) a submissão, à Concedente, de propostas de emissão de títulos e aquisição e incorporação de empresas; e (g) a obediência aos limites das tarifas fixadas pela concedente e suas condições de reajuste. A inobservância às condições e obrigações previstas no edital de privatização e no contrato de concessão poderá acarretar a aplicação de penalidades, pela Concedente, que vão desde a advertência e aplicação de multas até a intervenção e a perda da concessão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20 Arrendamento Mercantil

A Sociedade possui contratos de arrendamento mercantil (leasing) no total de R\$ 131.273 mil, sendo R\$ 68.886 mil relativos à compra de 19 locomotivas GE C30 com taxa Libor de 6 meses, mais spread de 6% ao ano e variação cambial, com pagamento em parcelas semestrais vencíveis a partir de 28 de fevereiro de 2001, vencendo-se a última em 21 de julho de 2006; R\$ 22.905 mil relativos à compra de 360 vagões, sujeitos a encargos de TJLP mais 5,8% ao ano, com pagamento em parcelas mensais, vencendo a primeira em 2 de julho de 2001 e a última em 2 de junho de 2009, R\$ 33.477 mil relativos à compra de 14 locomotivas SD-40 com taxa CDI mais 1,5% ao ano, com pagamento em parcelas semestrais, vencíveis a partir de 28 de novembro de 2001 e vencendo-se a última em 14 de julho de 2008 e R\$ 6.005 mil relativos a compra de 20 Locotrols GE com taxa de 13,75% ao ano, mais variação cambial, com pagamento em parcelas mensais, vencíveis a partir de 04 de junho de 2001 até 13 de maio de 2005.

21 Capital Social

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315.300 mil, está dividido em 340.000 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil ordinárias, 82.076 mil preferenciais "classe A" e 69.591 mil preferenciais "classe B".

(b) Direito das ações e dividendos

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Sociedade. As ações da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária, e/ou em (ii) ações preferenciais classe A, na

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% da sua totalidade.

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária.

22 Custos Operacionais

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de setembro de 2000
Custo da Concessão/Arrendamento	85.020	63.129
Combustíveis/Lubrificantes	78.954	61.729
Mão de obra operacional	55.377	56.560
Materiais de Consumo Diversos	33.525	27.634
Serviços de Terceiros	23.144	20.971
Amortização/Depreciação	16.124	10.475
Partilhas de Fretes a pagar	14.530	12.265
Aluguel/Leasing de Locomotivas e Vagões	12.548	2.637
Despesas com pessoal	9.703	10.987

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Outros	14.920 17.538
	343.845 283.925

O aumento nos custos operacionais no montante de R\$ 59.920 mil (R\$ 343.845 mil em 30 de setembro de 2001 e R\$ 283.925 em 30 de setembro de 2000) deve-se, principalmente, ao aumento do volume dos serviços de transporte e dos preços dos combustíveis, a novos contratos de aluguel e leasing de vagões e locomotivas, da apropriação linear do custo da concessão e arrendamento e amortização do diferido na contabilização do custo do arrendamento.

23 Despesas Gerais e Administrativas

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de setembro de 2000
Despesas Gerais	11.007	9.382
Amortização/Depreciação	9.081	6.734
Mão-de-obra Administrativa/Comercial	8.458	8.033
Despesas com Pessoal	1.510	1.175
Outros	5.119	3.663
	<u>35.175</u>	<u>28.987</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O aumento nas Despesas Administrativas deve-se, principalmente, à depreciação de bens adquiridos e à Mão-de-obra administrativa/comercial, pela reestruturação de algumas áreas, antes relacionadas ao custo operacional, as quais foram absorvidas pela área administrativa.

24 Receitas e Despesas Financeiras

	Milhares de reais	
	Em 30 de setembro de 2001	Em 30 de setembro de 2000
Receitas Financeiras		
Juros sobre Aplicações	7.083	9.905
Descontos Financeiros	1.778	
RFFSA (Juros s/ CCFF)	5.662	6.594
Variação Cambial/Monetária	9.531	2.436
Demais Receitas	532	661

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	24.586	19.596
Despesas Financeiras		
Juros sobre Empréstimos/Financiamentos	(71.703)	(52.652)
Juros Leasing/Aluguel Locomotivas e Vagões	(11.673)	
Variação Cambial do Período	(28.570)	(17.851)
Variação Cambial Leasing/Aluguel Locomotivas e Vagões	(4.857)	
Variação Monetária do Período	(5.941)	(5.364)
Amortização Variação Cambial Diferida 1999	(34.175)	(36.629)
Amortização Variação Cambial Diferida 2001	(33.439)	
Demais Despesas Financeiras	(6.888)	(4.990)
	<u>(197.246)</u>	<u>(117.486)</u>

25 Benefícios a Empregados

De acordo com os termos do Edital, para os empregados provenientes da RFFSA são mantidos todos os direitos trabalhistas existentes na data de sua transferência. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade instituiu em julho de 1999 um plano de previdência complementar (MRS PREVI – administrado por uma entidade aberta de previdência privada), do qual é patrocinadora, que possui as seguintes características principais:

- Regime de custos: capitalização.
- Tipo de plano: contribuição definida para os benefícios de aposentadoria normal, antecipada, postergada e por invalidez, bem como pensão por morte e benefício diferido

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

por desligamento e de benefício definido para o benefício mínimo de aposentadoria, pensão por morte e invalidez.

- Taxa de contribuição: patrocinadora - 4,80% da folha salarial; participantes - 3,23%, perfazendo 8,03% da folha salarial.
- Relação de contribuição: patrocinadora - 59,80% do total e participante - 40,20%.
- Contribuição da patrocinadora no 3º trimestre de 2001: R\$ 415 mil.

26 Participações

O montante de R\$ 5.498 mil refere-se à despesa com participação dos empregados nos resultados da companhia nos anos de 2001 e 2000, correspondente a 1,5 e 1 salário por empregado, respectivamente.

27 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 30 de setembro de 2001 apresentam seus valores contábeis próximos aos respectivos valores de mercado, apurados para operações com características e condições semelhantes, não sendo identificadas variações significativas.

28 Eventos Subseqüentes

Em outubro de 2001 a Sociedade efetuou o pagamento da décima oitava parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 27.188 mil (R\$ 25.829 mil e R\$ 1.359 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 8.156 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

Em 29 de Setembro de 2001, a Companhia protocolou na CVM, pedido de registro para sua 2ª Emissão de Debêntures, aprovada em Reunião do Conselho de Administração e em

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Assembléia Geral Extraordinária, realizadas em 19 de Setembro de 2001. A emissão terá as seguintes características:

- Espécie, Forma e Tipo: As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, terão garantia flutuante, na forma do artigo 58 da Lei nº 6.404/76 e, adicionalmente, terão, também, garantia pignoratícia de parte dos recebíveis oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte realizados para (i) a Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, (ii) a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e (iii) a Ferteco Mineração S/A.
- Séries: As debêntures serão emitidas em duas séries, consoante a seguinte discriminação: I – A 1ª Série, no valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do CDI Over mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 1ª Série; II – A 2ª Série, no valor de até R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), será indexada de acordo com a variação do IGP-M mais um “spread” a ser definido pelo Conselho de Administração antes do registro da presente emissão pela CVM e após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão deverá receber ofertas do mercado em geral sobre a taxa de remuneração das debêntures da 2ª Série, observado, para o “spread”, o limite máximo de 13,5% ao ano.
- Data de emissão: A data-base para cálculo de remuneração será 1º de outubro de 2001; a companhia está aguardando a aprovação dessa operação por parte da CVM.
- Quantidade de títulos: 70.000 (setenta mil) debêntures.
- Valor nominal: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- Valor da emissão: R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).
- Prazo, data de vencimento e amortização: o prazo das debêntures será de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão, vencendo-se portanto em 01/10/2007, sendo amortizado da seguinte forma: I - 10% no 24º mês; II - 15% no 36º mês; III - 20% no 48º mês; IV - 25% no 60º mês; V - 30% no 72º mês.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Data de Pagamento da Atualização Monetária/Remuneração: A forma de pagamento dos juros e a atualização monetária será anual, a partir de 12 (doze) meses contados da data da emissão.
- Limite de Colocação: A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Após o atingimento desse limite, as debêntures não colocadas no mercado serão canceladas.
- Banco Coordenador: O banco coordenador líder será o UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A **MRS Logística S.A.**, uma das maiores Concessionárias de Transporte Ferroviário no Brasil, anuncia os resultados do 3º trimestre de 2001.

A **MRS** transportou no 3º trimestre de 2001, 16,61 milhões de toneladas, volume 4,4% inferior ao transportado no 2º trimestre de 2001 e 5,3% a menos que no mesmo período do ano anterior. A redução do volume transportado no 3º trimestre foi devida, principalmente, à retração na demanda da maioria das cargas nos meses de julho e agosto, decorrente das perspectivas negativas da economia (crise energética), e também da redução do volume de minério de ferro para exportação da Ferteco. Houve também significativa redução no fornecimento de minério para a Cosipa em função da paralisação para manutenção programada de um de seus alto fornos. O volume total transportado nos primeiros 9 meses de 2001 atingiu 51,43 milhões, um aumento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita bruta no trimestre atingiu R\$ 156,4 milhões, uma redução de 11,3% e 0,7% em relação ao 2º trimestre de 2001 e ao 3º trimestre de 2000, respectivamente. A redução da receita neste trimestre foi causada não somente pela redução nos volumes transportados mas também pela redução da tarifa média no período. Tal decréscimo na tarifa média foi consequência da maior participação dos fluxos de soja e produtos agrícolas, cuja receita de frete é inferior, pois trata-se, em sua maioria, de recebimentos por conta de utilização da ferrovia pela Ferrobán e Ferronorte (trackage rights). A menor movimentação de produtos siderúrgicos no período, cujas tarifas são superiores à média, também impactou negativamente a média das tarifas praticadas. Apesar da redução na receita no 3º trimestre, a receita total apurada nos primeiros 9 meses de 2001 atingiu R\$ 493,5 milhões, um aumento de 13,4% em relação à receita no mesmo período do ano anterior. A tarifa média praticada nos primeiros 9 meses alcançou R\$ 9,59/ton um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O EBITDA registrado nos primeiros 9 meses de 2001 alcançou R\$ 117,8 milhões, 19,2% superior aos R\$ 98,8 milhões registrados no mesmo período de 2000. Este aumento no EBITDA, relativamente superior ao aumento da receita no mesmo período, deve-se ao contínuo esforço da administração visando a redução de seus custos e despesas.

As principais variações dos custos no trimestre são devidas a redução da mão-de-obra operacional de 7%, materiais em 32%, combustível em 5% e uso de vias de terceiros em 8%; em contrapartida houve um acréscimo de custo de acidentes e aluguel/leasing de locomotivas e vagões comparados com o último trimestre.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O esforço para a redução dos custos resultou em uma queda dos custos operacionais unitários de 3,5% em relação ao trimestre anterior e de 4,5% em relação ao mesmo período de 2000.

O resultado líquido acumulado nos nove primeiros meses de 2001 apresentou-se negativo em R\$ 94,8 milhões. Apesar da melhora significativa nos aspectos operacionais, o resultado negativo foi causado, basicamente, pelos efeitos não diferidos da variação cambial sobre o passivo em moeda norte-americana, que impactaram negativamente o resultado em R\$ 29,8 milhões ao longo deste período e também pela amortização de R\$ 67,6 milhões referente ao diferimento das perdas resultantes da maxidesvalorização cambial ocorrida ao longo do 1º trimestre de 1999 e durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001.

No aspecto operacional destacaram-se:

- Entrada em operação, em 1º de agosto, do SISLOG, sistema desenvolvido para planejamento, execução e controle das operações e informações envolvidas no transporte de cargas pela empresa.
- Entrada em operação das últimas 7 Locomotivas SD40-3, totalizando 14 locomotivas SD40-3 em operação, totalmente reformadas, arrendadas do Unibanco por um período de 7 anos.
- Chegada dos 16 sistemas eletrônicos de tração distribuída – Locotrol através de leasing com GE Capital.
- Chegada das 1.560 toneladas de trilhos TR68 importados da França, da empresa CORUS/SOGERAIL no valor de US\$ 730 mil.

Dentre os aspectos comerciais, destacaram-se:

- Transporte de produtos siderúrgicos da CSN para o sul, via ALL (Volta Redonda – Curitiba – Porto Alegre)
- Transporte de autopeças da Ferrosider (fornecedor de autopeças para a Fiat) com origem no Arará (RJ) e destino em Barreiro (BH).
- Transporte de tubos para a Confab - Fluxos do Arará (RJ) para Coruputuba (SP) e Coruputuba (SP) para Taubaté (SP).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Transporte de tarugos para a Gerdau de Araucária, com transbordo em Água Branca para Itaguaí (Cosigua).
- Transporte de coque via Patrag para Brasília passando pela FCA, para o Grupo Votorantim.
- Elaboração dos projetos de trens expressos para a Integral e a Santos Brasil, entre Santos e Jundiaí. Ambos os trens iniciaram viagens em 05 de outubro de 2001.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2001

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - N° ORDEM	01
3 - N° REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2000/027
4 - DATA DO REGISTRO CVM	09/10/2000
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2000
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2005
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	Taxa DI mais 1,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS(UNIDADE)	10.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

6 de novembro de 2001

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da MRS Logística S.A. referentes aos trimestres e períodos findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2001 e 30 de setembro de 2000, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.
- 3 Conforme descrito na Nota 14, baseada na Lei Federal nº 9816, de 23 de agosto de 1999, e nas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nºs 294, de 26 de março de 1999, e 404, de 27 de setembro de 2001 (alterada pela Deliberação nº 409, de 1º de novembro de 2001), a companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido o resultado líquido negativo decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 1999 e durante o ano de 2001. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do período em que elas ocorrem; por conseguinte, o patrimônio líquido em 30 de setembro de 2001 está apresentado a maior em R\$ 201.862 mil (30 de junho de 2001 - R\$ 68.351 mil) e o prejuízo do período de nove meses findo nessa data a menor em R\$ 110.728 mil (30 de setembro de 2000 - lucro do período a menor em R\$ 36.629 mil).
- 4 Baseados em nossas revisões limitadas, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial, como descrito no parágrafo 3, não temos conhecimento de qualquer outra modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Luiz Márcio Malzone
Sócio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2001

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - COM RESSALVA

CRC-SP-160-S-RJ

Contador CRC-RJ-31.376-O

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 30/09/2008 Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	35
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	38
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	39/40

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Formulários “Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP” relativos aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 2000

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO PRAIA DE BOTAFOGO, 228 - SALA 1201 E				2 - BAIRRO OU DISTRITO BOTAFOGO	
3 - CEP 23359-900		4 - MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO			5 - UF RJ
6 - DDD 021	7 - TELEFONE 0551-1450	8 - TELEFONE 0551-6236	9 - TELEFONE 0552-0125	10 - TELEX	
11 - DDD 021	12 - FAX 0552-2635	13 - FAX -	14 - FAX -		
15 - E-MAIL daf@mrs.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ALBERTO RÉGIS TÁVORA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. BRASIL, 2001			3 - BAIRRO OU DISTRITO CENTRO	
4 - CEP 36060-010	5 - MUNICÍPIO JUIZ DE FORA			6 - UF MG
7 - DDD 032	8 - TELEFONE 239-3511	9 - TELEFONE 239-3670	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 032	13 - FAX 239-3518	14 - FAX 239-3966	15 - FAX -	
16 - E-MAIL daf@mrs.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/1999	31/12/1999
2 - Penúltimo	01/01/1998	31/12/1998
3 - Antepenúltimo	01/01/1997	31/12/1997
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICE WATERHOUSE		5 - CÓDIGO CVM 00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luiz Márcio Malzone		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 019.495.868-04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/1999	2 31/12/1998	3 31/12/1997
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	188.333	83.092	83.092
2 - Preferenciais	151.667	66.908	66.908
3 - Total	340.000	150.000	150.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1230000 - Transportes
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Transporte Ferroviário de Cargas
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
17/03/2000	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/1999	4 - 31/12/1998	5 - 31/12/1997
1	Ativo Total	1.063.843	737.903	631.849
1.01	Ativo Circulante	289.748	160.128	129.403
1.01.01	Disponibilidades	265.255	141.221	106.082
1.01.01.01	Aplicações Financeiras	167.614	35.015	35.652
1.01.01.02	Contas a receber de clientes	16.113	25.954	8.793
1.01.01.03	Contas a Receber RFFSA	27.874	46.998	42.975
1.01.01.04	Demais contas a receber	45.277	24.868	11.460
1.01.01.05	Provisão p/ devedores duvidosos	(1.508)	(1.355)	(1.295)
1.01.01.06	Adiant. por Conc./Arrendamento	7.192	8.886	6.713
1.01.01.07	Despesas Antecipadas	2.693	855	1.784
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	24.493	18.907	23.321
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	300.279	302.836	322.309
1.02.01	Créditos Diversos	293.219	297.684	318.421
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	5.152	3.888
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	5.152	3.888
1.02.03	Outros	7.060	0	0
1.03	Ativo Permanente	473.816	274.939	180.137
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	235.807	172.838	104.737
1.03.03	Diferido	238.009	102.101	75.400

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/1999	4 - 31/12/1998	5 - 31/12/1997
2	Passivo Total	1.063.843	737.903	631.849
2.01	Passivo Circulante	411.737	162.310	129.034
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	291.248	71.419	32.004
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	18.430	13.291	12.947
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.015	1.911	2.447
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	99.044	75.689	81.636
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	420.758	445.817	364.972
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	406.446	443.274	364.972
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	14.312	2.543	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	231.348	129.776	137.843
2.05.01	Capital Social Realizado	315.300	150.000	150.000
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(83.952)	(20.224)	(12.157)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/1999 a 31/12/1999	4 - 01/01/1998 a 31/12/1998	5 - 01/01/1997 a 31/12/1997
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	473.677	444.214	397.812
3.02	Deduções da Receita Bruta	(45.257)	(42.570)	(37.652)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	428.420	401.644	360.160
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(305.743)	(298.476)	(268.377)
3.05	Resultado Bruto	122.677	103.168	91.783
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(182.073)	(111.192)	(96.472)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(30.580)	(34.709)	(64.847)
3.06.03	Financeiras	(142.251)	(76.501)	(29.094)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	68.258	17.015	15.610
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(210.509)	(93.516)	(44.704)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	82	592
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(9.242)	(64)	(3.123)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(59.396)	(8.024)	(4.689)
3.08	Resultado Não Operacional	0	(43)	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	(43)	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(59.396)	(8.067)	(4.689)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(4.332)	0	(2.523)
3.12.01	Participações	(4.332)	0	(2.523)
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(63.728)	(8.067)	(7.212)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	340.000	150.000	150.000
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0.18744)	(0.05378)	(0.04808)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/1999

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/1999 a 31/12/1999	4 - 01/01/1998 a 31/12/1998	5 - 01/01/1997 a 31/12/1997
4.01	Origens	187.483	108.871	370.734
4.01.01	Das Operações	15.035	39.209	6.647
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(63.728)	(8.067)	(7.212)
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	78.763	47.276	13.859
4.01.02	Dos Acionistas	165.300	0	0
4.01.03	De Terceiros	7.148	69.662	364.087
4.02	Aplicações	307.290	111.422	233.306
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(119.807)	(2.551)	137.428
4.04	Variação do Ativo Circulante	129.620	30.725	84.726
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	160.128	129.403	44.677
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	289.748	160.128	129.403
4.05	Variação do Passivo Circulante	249.427	33.276	(52.702)
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	162.310	129.034	181.736
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	411.737	162.310	129.034

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	150.000	0	0	0	(20.224)	129.776
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	165.300	0	0	0	0	165.300
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(63.726)	(63.726)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	315.300	0	0	0	(83.952)	231.348

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/1999



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	150.000	0	0	0	(12.157)	137.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(8.067)	(8.067)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	150.000	0	0	0	(20.224)	129.776

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Data-Base - 31/12/1999

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
Empresa Comercial, Industrial e Outras

Divulgação Externa
Legislação Societária



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	150.000	0	0	0	(4.945)	145.055
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(7.212)	(7.212)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	150.000	0	0	0	(12.157)	137.843

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

1º de fevereiro de 2000

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota 10, baseada na Medida Provisória nº 1.818 de 25 de março de 1999 e na Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 294 de 26 de março de 1999, a companhia decidiu exercer a opção de registrar no ativo diferido o resultado líquido negativo decorrente da variação nas taxas de câmbio ocorrida no trimestre findo em 31 de março de 1999. Os princípios contábeis requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do exercício em que elas ocorrem. Por conseguinte, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1999 está apresentado a maior em R\$ 139.156 mil e o prejuízo do exercício findo nessa data, a menor pelo mesmo montante.
- 4 Somos de parecer que, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial, como descrito no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

Luiz Márcio Malzone
Sócio
Contador CRC-RJ-31.376-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 1999

Senhores Acionistas

A Administração da MRS Logística S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembléia Geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos e, bem assim, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, com o Parecer dos Auditores Independentes.

Evolução dos negócios

A crise econômica internacional, verificada a partir do último trimestre de 1998, influenciou negativamente os negócios da empresa nos primeiros meses do exercício, observando-se uma queda acentuada na demanda internacional de minério de ferro e produtos siderúrgicos em geral. O mesmo aconteceu no mercado interno, em particular, no caso dos produtos siderúrgicos e cimento, refletindo a retração observada nos setores automotivo e de construção civil. A esta conjuntura adversa, vieram somar-se os problemas ocasionados pela liberação do câmbio em janeiro, com forte impacto sobre o endividamento da Companhia e, como consequência, em seu resultado. Somente a partir de abril/maio pôde-se observar o início da estabilização da atividade econômica e a consequente recuperação do transporte, que daí por diante apresentou um crescimento significativo, permitindo compensar parte das perdas observadas no primeiro semestre.

Mesmo assim, o volume total de transporte na malha foi de 55,2 milhões de toneladas, o maior até hoje alcançado, traduzindo um acréscimo de 4,5% em relação ao exercício anterior. A produção, por sua vez, foi de 22,2 bilhões de toneladas-quilômetro, representando um incremento de 4,0%. Os principais produtos transportados foram minério de ferro, produtos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

siderúrgicos e carvão metalúrgico, cujo volume, em seu conjunto, cresceu 5,2%.

A receita bruta oriunda dos serviços de transporte atingiu o montante de R\$ 473,7 milhões, ou seja, 6,6% superior ao resultado alcançado no exercício anterior. O lucro operacional gerado antes das despesas financeiras líquidas foi de R\$ 82,9 milhões, superior em 21,0% ao alcançado em 1998.

O resultado final, entretanto, apresentou-se negativo em R\$ 63,7 milhões, em razão, principalmente, dos efeitos decorrentes da desvalorização cambial ocorrida, mesmo após a utilização da faculdade de diferimento de parte destes efeitos por um período de até 4 anos (Deliberação nº 294 da CVM, de 26/03/99).

Novos Negócios / Realizações

Tendo em vista o atendimento de novos mercados, em particular aqueles abrangidos pelo eixo Rio – São Paulo, foram implementadas, no decorrer do exercício, isoladamente ou em parceria com clientes, outras concessionárias ou terceiros, diversas ações visando aumentar a eficiência e a participação do modal ferroviário, cabendo destacar:

- Consolidação e incremento do transporte de açúcar do interior de São Paulo, para o mercado consumidor do Rio de Janeiro ou para a exportação através do porto do Rio de Janeiro. Das 50.000 toneladas movimentadas em 1998, passou-se para, aproximadamente, 200.000 toneladas em 1999.
- Aumento de 25% no transporte de bauxita, passando de um patamar de 36.000 toneladas/mês para 45.000 toneladas/mês. A previsão para 2000 é de um transporte de 600.000 toneladas.
- Aumento do transporte de graneis agrícolas do interior de São Paulo e Mato Grosso do Sul para exportação através do Porto de Santos, em regime de tráfego mútuo com a FERROBAN. No outro sentido, consolidação do transporte de trigo importado, através do Porto de Santos, para a região de Santo André, em parceria com uma empresa do setor privado, que investiu na recuperação de vagões imobilizados da MRS.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Incremento de 45% no transporte de minério de ferro para a COSIPA (138.000 toneladas em janeiro/99 para 200.000 toneladas em dezembro/99).
- Desenvolvimento das operações ferroviárias no Porto de Sepetiba, destacando-se o início do transporte de minério da FERTECO (3.165 mil toneladas no exercício) e de produtos siderúrgicos da CSN para aquele porto e de coque de petróleo do porto às cimenteiras localizadas em Minas Gerais e Distrito Federal. A entrada em operação desse porto, contando com terminais especializados, inclusive de contêineres, abre novas e promissoras perspectivas para a MRS.
- Foi praticamente concluída a implantação da rede de fibra óptica, ao longo da malha, como decorrência do contrato firmado com a empresa MetroRED Telecomunicações Ltda. Esta situação proporcionará à MRS, não só um aumento expressivo das suas receitas não operacionais, como também significativa melhoria tecnológica nas condições dos seus sistemas de sinalização e telecomunicações, aumentando a confiabilidade e segurança das operações.
- Desenvolvimento do projeto do Ramal Córrego do Feijão. Este ramal, com 8,05km de extensão ligará o Terminal Ferroviário do Feijão, junto à mina de minério de ferro de mesmo nome, de propriedade da FERTECO, ao Pátio de Alberto Flores na linha principal da MRS, no Município de Brumadinho (MG). Cabe ressaltar que esta obra virá agregar ganhos ao meio ambiente, eliminando a circulação diária de centenas de caminhões pesados. A entrada em operação do ramal está prevista para meados de novembro de 2000.

Aumento do Capital

De acordo com as disposições do Contrato de Concessão, foi realizado, em setembro, um aumento de capital, em dinheiro, no valor de R\$ 165,3 milhões. Com este evento, o capital social da empresa passou a ser de R\$ 315,3 milhões. Em função desse aporte, a MRS teve sua estrutura de capital

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

reforçada, daí resultando uma melhoria de suas condições de captação de recursos financeiros.

Investimentos

Os investimentos realizados no exercício atingiram a cifra de R\$ 76,0 milhões, com destaque para a via permanente (R\$ 10,7 milhões), material rodante (R\$ 35,1 milhões), informatização (R\$ 5,6 milhões) e construção de novos pátios (R\$ 17,5 milhões). Estes investimentos, fundamentalmente voltados para o atendimento das metas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Poder Concedente, visaram também atender ao crescimento do transporte previsto, sem perder de vista a confiabilidade e a segurança dos serviços prestados.

Os principais itens de investimento foram:

- Implantação de seis novos pátios de cruzamento na Ferrovia do Aço, completando o programa de construção previsto (12 pátios). A entrada em operação desses pátios traz significativa melhoria da circulação dos trens, reduzindo a duração dos ciclos.
- Continuação do projeto de recuperação da frota de locomotivas e vagões, destacando-se a aquisição de 450 novos vagões GDT e a reforma, transformação e adaptação de 375 vagões de diversos tipos.
- Início das obras do Posto de Manutenção e Inspeção de Locomotivas e Vagões no Pátio de Cel. Guedes (Ferrovia do Aço), com entrada em operação prevista para maio de 2000.
- Continuação do projeto de recuperação da via permanente.
- Prosseguimento do projeto de tecnologia da informação.

Aspectos Financeiros / Operações de Financiamento

Durante o exercício, destacou-se a emissão e colocação de Notas Promissórias Comerciais (*Commercial Papers*). Dos R\$ 50 milhões autorizados, foi oferecido e integralmente absorvido pelo mercado local um

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

montante de R\$ 35 milhões. Os recursos desta captação, juntamente com a geração própria de caixa, acrescida do resultado das operações de *hedge* cambial efetuadas no exercício anterior, liquidaram obrigações financeiras de curto prazo contraídas no exterior, num montante de US\$ 40 milhões.

A exemplo do exercício anterior, a empresa contratou operações de *hedge* cambial, que proporcionaram cobertura contra flutuações na taxa de câmbio incidente sobre seus compromissos financeiros de curto prazo.

Recursos Humanos

Tiveram continuidade as ações voltadas ao aperfeiçoamento e adequação da área de recursos humanos, buscando desenvolver sistemas e ferramentas de gestão alinhados às demandas estratégicas da empresa. Para melhor fundamentar estas ações, promoveu-se em toda a empresa uma Pesquisa de Clima, que obteve a adesão de 87% do quadro da MRS, visando diagnosticar e tratar os problemas que afetam os resultados da empresa, com o objetivo de melhorar os padrões organizacionais e de relações com os empregados.

No campo dos benefícios cabe destacar a implantação, em julho/99, do Plano de Previdência Complementar (MRS – PREVI), em atenção ao disposto no Contrato de Concessão, e que obteve 88% de adesão do quadro de empregados.

Foram ainda desenvolvidos e implantados programas sociais destinados a promover a integração dos empregados e suas famílias com a MRS. (Programa Nossa Empresa Nossa Casa; Programa Família no Trem e Programa Caminhando com a Qualidade).

Além disso, consciente de que a obtenção de resultados repousa, fundamentalmente, na capacitação de seu pessoal, a empresa ampliou sua atividade de treinamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nesse sentido, foram investidos R\$ 952.635,00 (acréscimo de 46% em relação ao exercício anterior), correspondendo a 84.495 horas de treinamento (+222%) e a 3.134 treinandos (+166%). No total, receberam treinamento 1.818 empregados, cabendo destacar o Programa de Aperfeiçoamento de Maquinistas, com 40 turmas, envolvendo 350 maquinistas, de um total de 589.

Foi ainda adotado um Programa de Trainees visando a formação de uma equipe de *trainees* de nível superior da MRS. O processo seletivo, que abrangeu 1.365 candidatos, deverá estar concluído no início de 2000.

Em 31/12/99, o efetivo de pessoal da empresa era de 3.093 empregados.

A MRS e a Comunidade

A MRS deu início, no exercício, a uma programação voltada à integração da empresa com as comunidades em que atua. Nesse sentido, foi lançado, em Juiz de Fora, o Programa MRS Empresa Cidadã, integrado por diversos projetos, cabendo destacar:

- Trem da solidariedade – participação voluntária de empregados, com apoio da empresa, em visitas a creches e abrigos. Este projeto deverá ser estendido progressivamente a outras localidades.
- MRS Empresa Viva – visitas mensais de alunos do último período de diversos cursos da Universidade Federal de Juiz de Fora para conhecer as atividades da companhia.
- MRS Amiga do Paraibuna – manutenção, a cargo da MRS, de um trecho de 1 km das margens do rio, incluindo embelezamento paisagístico.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Meio Ambiente

Tiveram seguimento as ações voltadas à melhoria ambiental através do desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho.

Foram concluídas as ações corretivas e preventivas (remediação de solos) na oficina de locomotivas de Cachoeira Paulista e no posto de abastecimento de locomotivas de Barra do Piraí. Além disso, continuaram as obras de reabilitação de áreas degradadas e revegetação de taludes, no trecho sul da Ferrovia do Aço, conforme compromisso assumido com a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais - FEAM.

Finalmente, cabe ressaltar a entrada em operação, em dezembro, do segundo terminal automatizado de abastecimento de óleo diesel para locomotivas, localizado em São José dos Campos (SP), em substituição ao antigo posto de Cachoeira Paulista. Sua instalação, mais um passo no combate ao desperdício de combustível e à contaminação do meio ambiente, foi feita em parceria com a mesma distribuidora responsável pelo primeiro terminal, em São Brás do Suaçuí (MG), em funcionamento desde 1998.

Durante o exercício foram ministrados treinamentos voltados ao meio ambiente, com a participação de 87 treinandos.

Tecnologia

Dando prosseguimento à sua política de apoio à adoção de novos padrões tecnológicos, visando o aumento da produtividade e segurança operacional, a MRS implementou, no exercício, diversas medidas, cumprindo ressaltar:

- Implantação do sistema Rádio Mecânica permitindo, via rádio, transmitir instruções aos maquinistas para sanar eventuais problemas nas locomotivas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- em tráfego, propiciando significativa redução do número de trens-hora parados.
- Implantação de processo mais avançado de soldagem aluminotérmica no campo.
- Implantação de nova tecnologia para lubrificação de trilhos, com acionamento por célula foto-elétrica.
- Utilização de novos tipos de truques para vagões GDT (em fase de testes).
- Desenvolvimento, em parceria com empresa privada, de vagão telescópico para transporte de produtos que exijam embalagens especiais.
- Fabricação e circulação de dois protótipos de vagões plataforma para transporte de contêineres e produtos siderúrgicos, em fase de avaliação. Estes vagões significam uma redução de tara de 30%, aproximadamente.

Segurança Operacional

Uma vez mais, o índice de acidentes observado, tanto no exercício como no período contratual de dezembro/98 a novembro/99, foi inferior ao limite estabelecido no Contrato de Concessão para este período, observando-se uma queda de 21,6% no número de acidentes na malha em relação ao exercício anterior.

Em reforço às medidas em andamento, voltadas à melhoria na qualidade dos serviços, foi iniciado um programa de proteção da linha, tendo sido demarcados e vedados, no exercício, 146 km de faixa de domínio ao longo da ferrovia, em especial, em pontos críticos nas áreas de Juiz de Fora, Barra do Piraí, Belo Horizonte e no trecho Japeri-Brisamar.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bug do Milênio

As providências adotadas pela MRS, internas e externas, para fazer frente a este problema, com o envolvimento de todos os empregados, revelaram-se plenamente eficazes e nenhum sistema apresentou problemas em decorrência da virada do ano 2000.

Perspectivas

Ao longo de 1999, a MRS decidiu rever e atualizar seu Planejamento Estratégico e seu Plano de Negócios.

Como consequência, tomou-se a decisão de continuar focando a prestação de serviços em seus mercados tradicionais com atenção especial, entretanto, no crescimento de fluxos de mercados de carga geral.

Esta mudança de atitude foi possibilitada pela melhoria do nível de serviços obtida através dos investimentos feitos ao longo dos 3 anos de operação da MRS e do aumento de competitividade obtido pelo crescimento de escala e pelo processo de contínua redução de custos.

Desta forma, estima-se para o ano 2000 um crescimento da produção de transporte da ordem de 20%, decorrente, em parte, do atendimento integral a novos projetos que se instalaram na área de influência da MRS (Terminal da Ferteco e Terminal de Contêineres, ambos no Porto de Sepetiba), bem como do processo de diversificação da carteira de clientes e produtos da companhia.

Os investimentos com estes objetivos estão previstos no orçamento para 2000, com parcela importante dos mesmos já executada ou comprometida.

A MRS tem a convicção de que o seu crescimento não se limitará ao identificado para o ano 2000. Com a recuperação da demanda ocorrida a partir do segundo semestre de 1999 e a redução das incertezas nos cenários nacional

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

e internacional, está confiante de que poderá, rapidamente, atender às crescentes demandas por serviços logísticos em sua área de influência.

A capitalização ocorrida em 1999, aliada à crescente disponibilidade de recursos, via geração de caixa, permitirá à MRS fazer face às suas obrigações financeiras e a seus projetos de investimento. A par disto, a MRS estuda a possibilidade de buscar recursos para alongar o perfil de sua dívida e para acelerar a implantação de projetos que possam agregar valor à Companhia.

Na área de Recursos Humanos, a MRS pretende prosseguir o projeto de aumento da capacitação gerencial e técnica de seus quadros, intensificando as atividades de treinamento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança e apoio de seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras e, em particular, a todos os empregados pela sua dedicação e interesse no desempenho da companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Oscar Augusto de Camargo Filho

Conselheiros:

Georg Josef Schmid

Godofredo Mendes Viana

Hugo Serrado Stoffel

Inácio Clemente da Silva

João Paulo do Amaral Braga

José Paulo de Oliveira Alves

Júlio Fontana Neto

Klaus Helmut Schweizer

Lauro Henrique Campos Rezende

Luiz Antônio Bonagura

Marcus Jurandir de Araújo Tambasco

Pablo Javier de la Quintana Brüggemann

Rinaldo Campos Soares

Wanderlei Viçoso Fagundes

DIRETORIA

Diretor Presidente:

Julio Fontana Neto

Diretores

Administrativo-Financeiro

Alberto Régis Távora

Desenvolvimento

Henrique Aché Pillar

Produção

Rinaldo Bastos Vieira Filho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações e das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Embora sem reflexos relevantes, certas cifras das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1998 foram reclassificadas de forma a proporcionar melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1999.

3 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, porém não inclui a variação cambial incorrida sobre as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, decorrente da desvalorização do real em relação a essa moeda, no exercício findo em 31 de dezembro de 1999, que foi contabilizada no ativo diferido (vide Nota 10).

(b) Ativos circulantes e realizável a longo prazo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização do créditos em atraso.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores de reposição.

As despesas antecipadas, substancialmente representadas por despesas a apropriar de seguros vinculados à operação, estão demonstradas ao custo.

Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos.

(c) Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, apresentadas na nota 9.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. As despesas com arrendamento diferidas até 31 de dezembro de 1998 estão sendo amortizadas a partir de janeiro de 1999, pelo período de duração do contrato de arrendamento.

A variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, ocorrida no primeiro trimestre de 1999, incidente sobre as obrigações denominadas em dólares, foi contabilizada no ativo diferido e está sendo amortizada linearmente, no prazo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 1999 (vide Nota 10).

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

A concessão e o arrendamento a pagar são provisionados mensalmente com base no prazo total dos contratos. O custo do arrendamento é reconhecido no resultado

pela parcela correspondente ao volume projetado de carga transportada em relação à capacidade instalada da ferrovia no período de duração do contrato de arrendamento; a parcela restante é apropriada ao ativo diferido, em conta específica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para contingências é constituída com base na expectativa de êxito da administração e de seus consultores jurídicos quanto às ações e autuações contra a Sociedade.

(e) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas da legislação fiscal em vigor, para itens tributáveis incluídos na demonstração do resultado. A Sociedade não apurou lucro tributável e, dessa forma, não foram registradas obrigações relativas a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 1999 e de 1998.

A Sociedade tem apurado prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social, nos montantes acumulados de R\$ 204.398 mil e R\$ 206.880 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 1999 (R\$ 17.798 mil e R\$ 17.938 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 1998). Os ativos fiscais diferidos correspondentes, não reconhecidos contabilmente, acumulam em 31 de dezembro de 1999 um total de R\$ 69.719 mil (R\$ 6.044 mil em 31 de dezembro de 1998).

Adicionalmente a Sociedade possui, em 31 de dezembro de 1999, as obrigações e créditos tributários não contabilizados, nos montantes de R\$ 38.980 mil e R\$ 5.529 mil, respectivamente. As obrigações tributárias decorrem da exclusão temporária, no cálculo do lucro real, da despesa de variação cambial diferida, que será tributada quando realizada contra o resultado dos exercícios subsequentes. Os créditos tributários estão representados substancialmente pelas adições temporárias decorrentes da contabilização de provisões para contingências, que serão dedutíveis quando as despesas forem efetivamente incorridas.

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Do montante de R\$ 152.666 mil em 31 de dezembro de 1999 (R\$ 34.635 mil em 31 de dezembro de 1998), R\$ 124.093 mil estão representados por aplicação em fundos exclusivos, sendo garantido, no mínimo, rendimento igual a variação cambial. A parcela de R\$ 4.662 mil refere-se à aplicação em fundo cambial da

qual R\$ 2.760 mil está vinculada ao pagamento de empréstimo junto à Mitsui & Co Ltd. A parcela restante, no montante de R\$ 23.911 mil, refere-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB. Essas aplicações são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósitos Interbancários – CDI, conforme contratos de swap, e possuem liquidez diária.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 CONTAS A RECEBER DA RFFSA

Estão representadas por despesas pagas pela Sociedade, relativas a transações realizadas antes da assinatura do contrato de arrendamento, que são de responsabilidade da RFFSA, e por créditos decorrentes de transações comerciais.

	Milhares de reais	
	1999	1998
Obrigações trabalhistas	104	23.636
Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF)	85.551	78.385
Adiantamentos concedidos		75
	85.655	102.096
Circulante	(27.874)	(46.998)
Longo prazo	57.781	55.098

As obrigações trabalhistas referem-se a direitos dos empregados provenientes da RFFSA, compostos basicamente por salários, férias, 13º salário, prêmios e outros direitos que foram pagos pela Sociedade. Em 1999 a Sociedade obteve reembolsos efetivos de caixa no montante de R\$ 10.734 mil e converteu créditos, nos montantes de R\$ 6.853 mil e R\$ 4.945 mil, em antecipações de aluguéis (Oficina do Horto Florestal – até outubro de 2001 e prédio administrativo de Juiz de Fora – até abril de 2001) e em compras de estoques, respectivamente, sendo as antecipações registradas em "Demais contas a receber".

Os direitos representados por CCFF referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes, de realização de transportes ferroviários, que foram assumidos pela Sociedade em conformidade com o edital de privatização. Os créditos decorrentes de transportes ferroviários realizados pela Sociedade após a assinatura do contrato de concessão, serão abatidos até o limite de trinta por cento do valor das prestações trimestrais referentes aos contratos de

arrendamento e concessão, mas deduzidos apenas da parcela correspondente ao arrendamento. A parcela de longo prazo refere-se exclusivamente aos CCFF compensáveis com parcelas de arrendamento vencíveis após 365 dias.

6 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

	Milhares de reais					
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
MBR	6.130	9.487			200.336	200.487
CSN	2.010	9.519	7.246	1.300	51.845	71.135
FERTECO	955	790	6.133		30.200	4.785
USIMINAS	649	618			16.954	23.713
GERDAU	420	254			11.269	9.263
	10.164	20.668	13.379	1.300	310.604	309.383

(*) As contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas no ativo circulante na rubrica "Contas a receber de clientes".

(**) Os adiantamentos de clientes estão apresentados no passivo circulante na rubrica "Demais contas e despesas a pagar".

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

7 ESTOQUES

Milhares de reais		
	1999	1998
Peças de reposição de locomotivas	9.400	7.480
Peças de reposição de vagões	2.728	2.556

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.		01.417.222/0001-77	
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
Dormentes/lastro/fixações	2.151	2.125	
Trilhos/juntas/grampos/material de solda	1.395	1.630	
Aparelhos de mudança de via	761	1.098	
Freios de locomotivas/vagões e rodeiros	2.655	1.583	
Combustíveis e lubrificantes	1.635	871	
Materiais de manutenção eletrônica	1.242	316	
Componentes e equipamentos de via	830	620	
Outros	1.696	628	
	24.493	18.907	

8 ADIANTAMENTOS POR CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

As parcelas a curto e longo prazos, nos montantes de R\$ 7.192 mil e R\$ 235.438 mil (R\$ 8.886 mil e R\$ 242.586 mil em 31 de dezembro de 1998), respectivamente, estão representadas pelos adiantamentos concedidos à União e à RFFSA, conforme previsto nos contratos de concessão e arrendamento, respectivamente. A parcela de curto prazo compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

O adiantamento por arrendamento é apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa e modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados não atingirão a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir do atingimento da capacidade instalada da ferrovia a apropriação será efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

9 IMOBILIZADO

		Milhares de reais		Taxa anual de deprecia- ção (%)	
		1999	1998		
Custo	Depreciação acumulada	Total	Total		
Bens imóveis (principalmente via permanente)	62.527	(3.254)	59.273	61.464	4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.		01.417.222/0001-77			
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS					
Locomotivas	66.521	(11.784)	54.737	40.879	12,5
Vagões	20.280	(3.152)	17.128	8.207	10
Equipamentos de processamento de dados	3.132	(1.185)	1.947	2.181	20
Aparelhos e equipamentos de sinalização e telecomunicações	1.749	(319)	1.430	1.347	10
Equipamentos e ferramentas	5.228	(727)	4.501	4.369	10
Bens de pequeno valor	3.584	(1.105)	2.479	2.838	10
Benfeitorias em bens arrendados	35.167		35.167	28.795	
Imobilização em andamento	35.849		35.849	21.785	
Outros	23.906	(610)	23.296	973	10
	257.943	(22.136)	235.807	172.838	

As benfeitorias em bens arrendados e as imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na manutenção, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, que serão transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados à medida em que os respectivos bens entrarem em operação.

O aumento do ativo imobilizado no total de R\$ 76.006 mil ocorreu principalmente pela compra de vagões no valor de R\$ 17.606 mil, pela transferência da conta de gastos com estudos e projetos do diferido para o imobilizado no valor de R\$ 12.668 mil, e manutenção de locomotivas e vagões, bem como equipamentos

para manutenção e reforma da via permanente e construção de pátios no valor de R\$ 36.247 mil.

10 DIFERIDO

	Milhares de reais	
	1999	1998
Gastos pré-operacionais	20.130	20.130
Gastos com estruturação	37.490	37.490

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	
Gastos com estudos e projetos	12.668
Despesas com arrendamento diferidas	55.154 39.892
Variação cambial diferida	187.351
Outros	80
	300.125 110.260
Amortização acumulada	(13.921) (8.159)
Amortização variação cambial acumulada	(48.195)
	238.009 102.101

Baseado na Medida Provisória nº 1.818, de 25 de março de 1999, e na Deliberação da CVM nº 294, de 26 de março de 1999, a Sociedade decidiu registrar a variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, em conta específica do ativo diferido, denominada "Variação cambial diferida". Esse diferido está sendo amortizado linearmente no prazo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 1999.

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Milhares de reais	
	1999	1998
Senior notes		
• Principal	572.480	386.784
• Juros	30.047	14.595
	602.527	401.379

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.		01.417.222/0001-77	
11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
Empréstimos para capital de giro	55.065	86.175	
Financiamentos	40.102	27.139	
	697.694	514.693	
Circulante	(291.248)	(71.419)	
	406.446	443.274	
Longo prazo			

Em 14 de agosto de 1997 a Sociedade emitiu "Senior Notes" no mercado internacional, no montante de US\$ 320,000 mil, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125,000 mil e série B, no montante de US\$ 195,000 mil. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto, iniciando em 1998, e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9,00% ao ano, e poderão ser resgatados integral ou parcialmente em 14 de agosto de 2000. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados em cada 14 de agosto a partir de 2002 por decisão da Sociedade. Os juros apurados até 31 de dezembro de 1999, no montante de R\$ 30.047 mil (R\$ 14.595 mil em 31 de dezembro de 1998), foram registrados no passivo circulante e reconhecidos no resultado do exercício.

Dos empréstimos para capital de giro, no montante de R\$ 55.065 mil (R\$ 86.175 mil em 31 de dezembro de 1998), o montante de R\$ 53.670 mil (R\$ 36.261 mil em 31 de dezembro de 1998) corresponde a uma captação de recursos de US\$ 30.000 mil em setembro de 1998 junto à Mitsui & Co. Ltd. Este empréstimo tem carência de 2 anos, com amortização em 10 parcelas semestrais e custo de 3% acima da Libor semestral mais variação cambial.

A parcela dos financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, no montante de R\$ 35.818 mil (R\$ 27.139 mil em 31 de dezembro de 1998), está sujeita a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,5625% a 9,3086% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais "spread", e será paga em oito parcelas iguais e semestrais (principal e juros) tendo sido a primeira parcela em maio de 1998.

O empréstimo para capital de giro tomado junto à Mitsui & Co. Ltd. está parcialmente garantido por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Entre 13 e 15 de janeiro de 1999, ocorreram mudanças na política cambial até então adotada pelo governo, tendo sido abandonado o controle pelo sistema de bandas. Como consequência dessa decisão e da reação do mercado, verificou-se uma desvalorização do real para US\$ 1 = R\$ 1,72 em 31 de março de 1999 (representando uma variação acumulada de cerca de 43% em relação a 31 de dezembro de 1998). Essa desvalorização do real acarretou o aumento do endividamento da Sociedade, em R\$ 187.351 mil no trimestre findo em 31 de março de 1999, por conta da variação cambial incidente sobre os empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos, cuja contrapartida foi registrada no ativo diferido (vide nota 10).

12 CONCESSÃO E ARRENDAMENTO A PAGAR

O montante de R\$ 66.053 mil (R\$ 57.982 mil em 31 de dezembro de 1998) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento, apuradas em regime de competência, com base no valor total e período de vigência dos respectivos contratos (360 meses).

Em outubro de 1999 a Sociedade efetuou o pagamento da décima parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 21.807 mil (R\$ 20.713 mil e R\$ 1.094 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 6.497 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). A parcela restante foi depositada em conta corrente em favor da RFFSA.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2.457.527 mil em 107 parcelas trimestrais de

R\$ 22.968 mil, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. Estes valores já incluem os juros totais contratuais, de 10% ao ano, e a atualização monetária até 31 de dezembro de 1999.

13 CAPITAL SOCIAL

(c) Capital autorizado

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 1999, os acionistas da Sociedade aprovaram o aumento do limite do capital autorizado, sem reforma estatutária, de R\$ 281.673 mil para R\$ 450.000 mil e a eliminação da vedação de emissão, pela companhia, de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ações preferenciais classe "B" de forma a manter a proporção atual de participação no capital social relativamente a todas as espécies e classes de ações existentes.

(d) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315.300 mil (R\$ 150.000 mil em 31 de dezembro de 1998), está dividido em 340.000 mil (150.000 mil em 1998) ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil (83.092 mil em 1998) ordinárias, 82.076 mil (36.210 mil em 1998) preferenciais "classe A" e 69.591 mil (30.698 mil em 1998) preferenciais "classe B".

(e) Direito da ações e dividendos

Os detentores da ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

As ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Sociedade. As da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em (i) ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária, e/ou em (ii) ações preferenciais classe A, na proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do conselho de Administração, sendo certo que tal direito somente subsistirá enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% da sua totalidade.

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária.

14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

De acordo com os termos do Edital, aos empregados provenientes da RFFSA são mantidos todos os direitos trabalhistas existentes na data de sua transferência. Com relação a plano de previdência, a Sociedade, de acordo com o contrato de concessão, instituiu em julho de 1999, o Plano de Previdência Complementar – "MRS PREVI" – que possui basicamente as seguintes características:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Patrocinadora: MRS Logística S.A.
- Projeção de custo anual : R\$ 2.814 mil
- Regime de custos: Capitalização
- Tipo de Plano: contribuição definida para os benefícios de aposentadoria normal, antecipada, postergada e por invalidez, bem como pensão por morte e benefício diferido por desligamento e de benefício definido para o benefício mínimo de aposentadoria, pensão por morte e invalidez.
- Obrigações vencidas: R\$ 12 mil (pecúlio a pagar em 31 de dezembro de 1999).
- Taxa de contribuição: Patrocinadora - 4,62% da folha salarial, participantes - 2,62%, perfazendo o total de 7,24% da folha salarial.
- Relação de contribuição: Patrocinadora 58,5% do total e participante 41,5%.
- Data da última avaliação atuarial: 31 de dezembro de 1999.
- Contribuições da Patrocinadora no ano de 1999: R\$ 1.167 mil.

Em 1998 a MRS, enquanto não instituiu o seu plano de previdência privada, estava obrigada a arcar com as contribuições da patrocinadora (RFFSA) para os empregados que optaram por continuar filiados à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER como participantes autônomos. O montante dessas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 1998 foi de R\$ 331 mil.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 apresentam seus valores contábeis próximos aos respectivos valores de mercado nessa data, apurados para operações com características e condições semelhantes, não sendo identificadas variações significativas.

Em 31 de dezembro de 1999, a Sociedade possuía como mecanismo de proteção contra oscilações significativas do câmbio no curto prazo, um montante de R\$ 39.805 mil (R\$ 48.348 mil em 31 de dezembro de 1998) em operações de hedge, trocando o indexador dólar de parte dos empréstimos de curto prazo por CDI. O resultado líquido destas operações no ano representa uma receita R\$ 22.000 mil (R\$ 4.039 mil de despesas em 31 de dezembro de 1998).

16 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

A partir do levantamento do passivo ambiental acumulado pela RFFSA ao longo de suas linhas e em unidades industriais, a Sociedade tem identificado potenciais contingências relacionadas com o meio ambiente, contudo de efeitos irrelevantes. Essas medidas iniciais visam definir áreas de responsabilidade, tendo em vista que, de acordo com os termos do Edital, a Sociedade não tem responsabilidade sobre os passivos, de qualquer natureza, decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão. Dessa forma, caso a Sociedade incorra em despesas ou perdas relativas a eventos anteriores à referida assinatura, os valores correspondentes, de responsabilidade da RFFSA, poderão ser descontados das prestações trimestrais do arrendamento a pagar à RFFSA.

A Sociedade está presentemente enfrentando reclamações trabalhistas cujas pretensões, total ou parcialmente, são de responsabilidade da RFFSA. Em 31 de dezembro de 1999 a Sociedade tem a receber da RFFSA R\$ 104 mil (R\$ 23.636 mil em 31 de dezembro de 1998) de obrigações trabalhistas relativas a salários, férias, 13º salário, prêmios e outros direitos, conforme descrito na Nota 5.

Existem outros assuntos de natureza legal, incluindo ações a respeito da constitucionalidade da privatização da Malha Sudeste, bem como potenciais reclamações trabalhistas de empregados desligados da Sociedade após o início

das operações. A Administração da Sociedade acredita que a solução final de todas essas questões não trará impactos negativos relevantes e que a provisão para contingências, no montante de R\$ 11.503 mil em 31 de dezembro de 1999 (R\$ 3.039 mil em 31 de dezembro de 1998), classificada em "Provisão para contingências" no exigível a longo prazo (em 1998 uma parcela de R\$ 496 mil foi classificada em "Demais contas e despesas a pagar", no passivo circulante), seja suficiente para cobrir eventuais perdas em causas judiciais e/ou administrativas de qualquer natureza.

No cumprimento do seu objeto social, a Sociedade deverá atender a determinadas condições e obrigações, previstas no edital de privatização e no contrato de concessão, principalmente relacionadas com: (i) o atingimento de níveis mínimos de produção de transporte; (ii) redução do índice de acidentes; (iii) a reposição de bens vinculados à concessão; (iv) a manutenção de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais; (v) a submissão, à Concedente, de acordos de acionistas e suas alterações e de modificações na composição acionária; (vi) a submissão, à Concedente, de propostas de emissão de títulos e aquisição e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

incorporação de empresas; e (vii) a obediência aos limites das tarifas fixadas pela Concedente e suas condições de reajuste. A inobservância às condições e obrigações previstas no edital de privatização e no contrato de concessão poderá acarretar a aplicação de penalidades, pela Concedente, que vão desde a advertência e aplicação de multas até a intervenção e a perda da concessão.

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2000 a Sociedade efetuou o pagamento da décima primeira parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 23.103 mil (R\$ 21.945 mil e

R\$ 1.158 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 6.890 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). A parcela restante foi depositada em conta corrente em favor da RFFSA.

18 BUG DO MILÊNIO (não auditado)

O Projeto Ano 2000, na MRS Logística S.A. teve seus trabalhos iniciados em agosto de 1998, sendo que a primeira ação foi conscientizar toda a Sociedade e terceiros a ela relacionados a respeito do problema e suas possíveis

consequências. Em seguida formou-se um grupo de trabalho para atuar diretamente no projeto.

Este projeto, com o envolvimento de todos, garantiu a passagem tranquila para o ano 2000, sem nenhum registro de ocorrência.

*

*

*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/1999

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/1999
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999	7
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998	8
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1997 A 31/12/1997	9
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	10
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	12
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24/38

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO			2 - BAIRRO OU DISTRITO	
PRAIA DE BOTAFOGO, 228 - SALA 1201 E			BOTAFOGO	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
22359-900	RIO DE JANEIRO			RJ
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
021	559-4600	559-4601	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
021	552-2635	-	-	
15 - E-MAIL				
daf@mrs.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Julio Cesar Pinto				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. BRASIL, 2001			CENTRO	
4 - CEP		5 - MUNICIPIO		6 - UF
36060-010		JUIZ DE FORA		MG
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
032	3239-3510	3239-3661	3239-3967	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
032	3239-3518	3239-3703	-	
16 - E-MAIL				
iuc@mrs.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2000	31/12/2000
2 - Penúltimo	01/01/1999	31/12/1999
3 - Antepenúltimo	01/01/1998	31/12/1998
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes		00287-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Luiz Márcio Malzone		019.495.868-04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2000
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2000	2 31/12/1999	3 31/12/1998
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	188.333	188.333	83.092
2 - Preferenciais	151.667	151.667	66.908
3 - Total	340.000	340.000	150.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1230000 - Transportes
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Transporte Ferroviário de Carga
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
21/03/2001	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2000
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2000	4 - 31/12/1999	5 - 31/12/1998
1	Ativo Total	1.089.505	1.063.843	737.903
1.01	Ativo Circulante	253.248	289.748	160.128
1.01.01	Disponibilidades	223.140	265.255	141.221
1.01.01.01	Aplicações Financeiras	103.177	167.614	35.015
1.01.01.02	Contas a receber de clientes	19.689	16.113	25.954
1.01.01.03	Contas a Receber RFFSA	29.739	27.874	46.998
1.01.01.04	Demais contas a receber	58.949	45.277	24.868
1.01.01.05	Provisão p/ devedores duvidosos	(1.431)	(1.508)	(1.355)
1.01.01.06	Adiant. por Conc./Arrendamento	7.435	7.192	8.886
1.01.01.07	Despesas Antecipadas	5.582	2.693	855
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	30.108	24.493	18.907
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	294.627	300.279	302.836
1.02.01	Créditos Diversos	283.579	293.219	297.684
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	5.152
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	5.152
1.02.03	Outros	11.048	7.060	0
1.03	Ativo Permanente	541.630	473.816	274.939
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	335.966	235.807	172.838
1.03.03	Diferido	205.664	238.009	102.101

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2000
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2000	4 - 31/12/1999	5 - 31/12/1998
2	Passivo Total	1.089.505	1.063.843	737.903
2.01	Passivo Circulante	256.606	411.737	162.310
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	61.498	291.248	71.419
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	66.333	18.430	13.291
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.883	3.015	1.911
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	122.892	99.044	75.689
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	635.132	420.758	445.817
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	498.663	406.446	443.274
2.02.02	Debêntures	100.000	0	0
2.02.03	Provisões	29.477	14.312	2.543
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	6.992	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	197.767	231.348	129.776
2.05.01	Capital Social Realizado	315.300	315.300	150.000
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(117.533)	(83.952)	(20.224)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2000 a 31/12/2000	4 - 01/01/1999 a 31/12/1999	5 - 01/01/1998 a 31/12/1998
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	594.746	473.677	444.214
3.02	Deduções da Receita Bruta	(52.156)	(44.801)	(42.570)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	542.590	428.876	401.644
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(399.283)	(306.199)	(298.476)
3.05	Resultado Bruto	143.307	122.677	103.168
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(186.207)	(182.073)	(111.192)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(32.533)	(30.580)	(34.709)
3.06.03	Financeiras	(156.564)	(142.251)	(76.501)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	46.983	68.258	17.015
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(203.547)	(210.509)	(93.516)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.962	0	82
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.072)	(9.242)	(64)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(42.900)	(59.396)	(8.024)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	(43)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	(43)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(42.900)	(59.396)	(8.067)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(1.581)	0	0
3.11	IR Diferido	15.820	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(4.920)	(4.332)	0
3.12.01	Participações	(4.920)	(4.332)	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	(33.581)	(63.728)	(8.067)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	340.000	340.000	150.000
	LUCRO POR AÇÃO			
	PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,09877)	(0,18744)	(0,05378)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2000

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2000 a 31/12/2000	4 - 01/01/1999 a 31/12/1999	5 - 01/01/1998 a 31/12/1998
4.01	Origens	382.912	187.483	108.871
4.01.01	Das Operações	176.859	15.035	39.209
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	(33.581)	(63.728)	(8.067)
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	210.440	78.763	47.276
4.01.02	Dos Acionistas	0	165.300	0
4.01.03	De Terceiros	206.053	7.148	69.662
4.02	Aplicações	264.281	307.290	111.422
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	118.631	(119.807)	(2.551)
4.04	Variação do Ativo Circulante	(36.500)	129.620	30.725
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	289.748	160.128	129.403
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	253.248	289.748	160.128
4.05	Variação do Passivo Circulante	(155.131)	249.427	33.276
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	411.737	162.310	129.034
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	256.606	411.737	162.310

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01794-9	MRS LOGÍSTICA S.A.	01.417.222/0001-77

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	315.300	0	0	0	(83.952)	231.348
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(33.581)	(33.581)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	315.300	0	0	0	(117.533)	197.767

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	150.000	0	0	0	(20.224)	129.776
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	165.300	0	0	0	0	165.300
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(63.728)	(63.728)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	315.300	0	0	0	(83.952)	231.348

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária

Data-Base - 31/12/2000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	150.000	0	0	0	(12.157)	137.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(8.067)	(8.067)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	150.000	0	0	0	(20.224)	129.776

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

20 de janeiro de 2001

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota 12, baseada na Medida Provisória nº 1.818, de 25 de março de 1999, e na Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 294, de 26 de março de 1999, a companhia exerceu a opção de diferir a variação cambial ocorrida no trimestre findo em março de 1999 e, por conseguinte, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2000 está apresentado a maior em R\$ 91.135 mil (31 de dezembro de 1999 - R\$ 139.156 mil) e o prejuízo do exercício findo nessa data a maior em R\$ 48.021 mil (31 de dezembro de 1999 - prejuízo do exercício a menor em R\$ 139.156 mil).
- 4 Somos de parecer que, exceto pelos efeitos do diferimento da variação cambial, como descrito no parágrafo 3, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

Luiz Márcio Malzone
Sócio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

CRC-SP-160-S-RJ

Contador CRC-RJ-31.376-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2000

Senhores Acionistas

A Administração da MRS Logística S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembléia Geral o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos e, bem assim, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, com o Parecer dos Auditores Independentes.

Evolução dos Negócios

Os resultados alcançados pela MRS no exercício foram os melhores de sua história. O crescimento da atividade econômica, aliado à expansão dos negócios dos seus principais clientes, com destaque para a Ferteco, e à conquista de novos fluxos de transporte, em particular no eixo Rio – São Paulo, levaram a empresa, sem prejuízo da segurança operacional, a bater sucessivos recordes. Coroando esta atuação foi-lhe atribuído o título de Melhor Operadora Ferroviária de 2000, na tradicional premiação do Setor, promovida pela Revista Ferroviária.

O volume total de transporte na malha foi de 66,3 milhões de toneladas úteis, o maior até hoje alcançado, traduzindo um acréscimo de 20,1% em relação ao exercício anterior. A produção correspondente, por sua vez, foi de 26,9 bilhões de toneladas-quilômetro úteis (TK's), representando um incremento de 20,9%. Os principais produtos transportados foram minério de ferro, produtos siderúrgicos e carvão, registrando-se, por outro lado, incrementos no transporte de outros produtos (grãos, bauxita e contêineres), em decorrência da diversificação de fluxos posta em prática pela empresa, com o objetivo, inclusive, de aumentar o transporte de cargas de maior valor agregado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

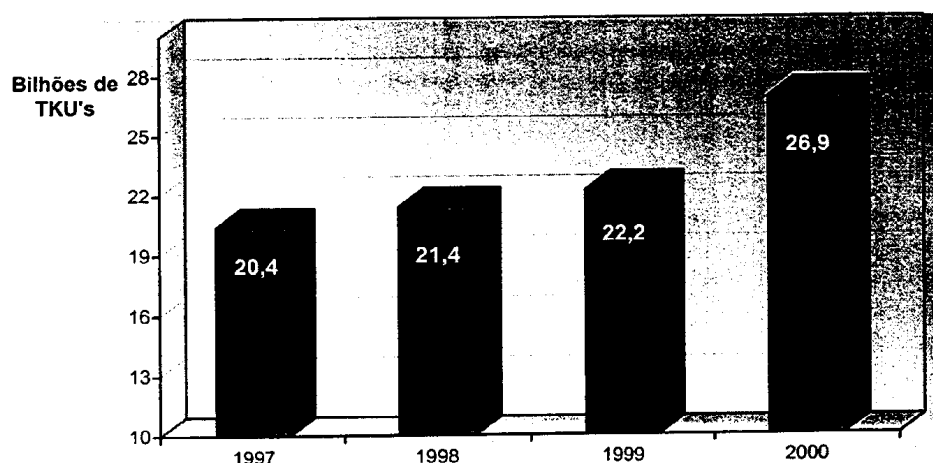
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução da Produção



Cabe ressaltar que a produção relativa ao 4º ano de concessão (1º de dezembro de 1999 a 30 de novembro de 2000), totalizando 26,6 bilhões de toneladas-quilômetro úteis, superou a meta contratual estabelecida para aquele período (24,6 bilhões). Da mesma forma, o índice de acidentes verificado, no período, de 34,8 acidentes por milhão de toneladas-quilômetro, foi inferior ao limite máximo estabelecido, como meta, no Contrato de Concessão (46,2).

A receita bruta oriunda dos serviços de transporte atingiu o montante de R\$ 594,7 milhões, ou seja, 25,6% superior ao resultado alcançado no exercício anterior. O lucro operacional gerado antes das despesas financeiras líquidas foi de R\$ 113,7 milhões, superior em 37,2% ao alcançado em 1999.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

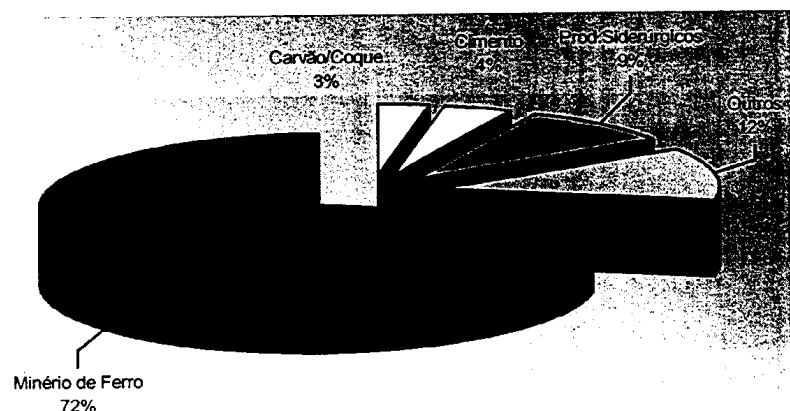
01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Bruta

Pelos Principais Produtos



O resultado final, entretanto, apresentou-se ainda negativo em R\$ 33,6 milhões, em razão da dedução da parcela (R\$ 48 milhões) relativa ao diferimento da desvalorização cambial ocorrida no exercício de 1999, nos termos da Deliberação no. 294 da CVM, de 26/03/99.

Novos Negócios / Realizações

No decorrer do exercício, além da preocupação de atender aos planos de expansão de seus clientes tradicionais, a MRS procurou desenvolver novos empreendimentos e implementar ações no sentido de aumentar a eficiência de seu transporte. Dentre essas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ações e empreendimentos desenvolvidos com recursos próprios ou em parceria com clientes ou terceiros, cabe destacar:

- ☐ início das operações no Terminal da Mina do Córrego do Feijão da Ferteco Mineração S.A.;
- ☐ implantação de quatro rotas de trens expressos, destinados ao mercado de carga geral: Rio – São Paulo, Rio – Juiz de Fora, Santos – Campinas e Santos – Suzano;
- ☐ implantação de trens regulares para o atendimento do transporte de produtos siderúrgicos da Cosipa e da CSN;
- ☐ inauguração do terminal da Basf em Guaratinguetá, com entrada em operação do ramal ferroviário de acesso com 2,2 km de extensão, permitindo o transporte de insumos importados desde o Porto de Santos até o complexo fabril e o transporte de produtos acabados para a exportação através daquele Porto. É a primeira indústria do Vale do Paraíba a transportar produtos químicos por ferrovia;
- ☐ início das negociações para instalação de terminais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo;
- ☐ implantação do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC).

Dentre os resultados alcançados, merecem registro:

- ☐ quebra dos recordes de transporte de minério de ferro da Ferteco, MBR e Cosipa;
- ☐ crescimento de 29% no transporte de bauxita;
- ☐ crescimento de 77% no transporte de soja (em grão e farelo);
- ☐ aumento de 16% no número de containeres movimentados.

Investimentos

Os investimentos realizados no exercício atingiram a cifra de R\$ 118,5 milhões, com destaque para o material rodante (R\$ 81,5 milhões), via permanente (R\$ 18,7 milhões) e equipamentos e sistemas de manutenção e sinalização (R\$ 9,0 milhões). Estes investimentos objetivaram, precipuamente, atender ao crescimento da demanda de transporte previsto, em particular de minério de ferro para exportação, bem como atender às metas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Poder Concedente.

Os principais itens de investimento foram:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ❑ continuação do projeto de recuperação e expansão da frota de locomotivas e vagões, destacando-se a aquisição de 720 novos vagões GDT e a reforma (adaptação) e revisão geral de 1041 vagões de diversos tipos.
- ❑ início das obras de expansão da capacidade de tráfego em diferentes trechos da malha, tendo sido lançados 36 km de novas linhas, abrangendo a expansão e a ampliação de pátios e, bem assim, a duplicação de ligações entre pátios;
- ❑ início da recuperação da superestrutura da via permanente na Baixada Santista e na Linha de São Paulo, para atender ao aumento do transporte de soja, produtos siderúrgicos e contêineres;

- ❑ aquisição e instalação de 3 balanças dinâmicas (Barra do Pirai, São José dos Campos e Pátio P1-07 da Ferrovia do Aço), para pesagem de vagões em movimento;
- ❑ prosseguimento do projeto de tecnologia da informação.

Aspectos Financeiros / Operações de Financiamento

Durante o exercício, destacaram-se:

- ❑ emissão e colocação de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100 milhões, pelo prazo de 5 anos (a primeira emissão com este prazo no mercado brasileiro), visando obter recursos para os investimentos previstos no Plano de Negócios da Empresa;
- ❑ contratação de financiamentos com o BNDES-FINAME para a aquisição de 720 vagões GDT, no valor total de R\$ 41,2 milhões, com o prazo de 8 anos para amortização;
- ❑ contratação de *leasing*, com opção de compra, de 19 locomotivas GE C 30-ME da Gevisa, no valor de R\$ 70,5 milhões, pelo prazo de 5 anos;
- ❑ alongamento do prazo dos financiamentos de curto prazo, aumentando o Exigível a Longo Prazo em R\$ 222,7 milhões;
- ❑ geração operacional de caixa que atingiu R\$ 165,8 milhões, significando um acréscimo de 17,7% em relação ao ano anterior.

Foram ainda contratadas, a exemplo do exercício anterior, operações de hedge cambial, que proporcionaram cobertura contra flutuações da taxa de câmbio em seus compromissos financeiros de curto prazo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Recursos Humanos

Tiveram prosseguimento as ações voltadas ao aperfeiçoamento e adequação da área de recursos humanos às demandas estratégicas da Empresa. Para melhor embasar estas ações promoveu-se, como no exercício anterior, uma Pesquisa de Clima que obteve a adesão de 90% do quadro da MRS. Os resultados da pesquisa revelaram, em relação à pesquisa anterior, uma melhoria dos padrões organizacionais e de relações com os empregados.

Em termos de gerência, cumpre ressaltar o início, em outubro, do Programa de Desenvolvimento Gerencial, em parceria com a Fundação Dom Cabral (MG), voltado para a melhoria do desempenho da organização. O módulo inicial, Liderança e Gestão de Pessoas, totalizou 7 turmas envolvendo 174 empregados.

No campo interno, deu-se continuidade a todos os programas sociais voltados para a integração dos empregados e suas famílias com a MRS (Programa Nossa Empresa Nossa Casa, Programa Família no Trem e Programa Caminhando com a Qualidade).

Neste contexto, foi lançado o programa de formação escolar Linha do Saber, através de parcerias com o Senai e a Rede Pública de Ensino, dando aos empregados da MRS a oportunidade de concluir seus estudos (Ensino Fundamental – 1º Grau e Ensino Médio – 2º Grau).

Ciente da importância do treinamento na capacitação de seu pessoal, em todos os níveis, a Empresa manteve a ênfase dada a essa atividade, na qual foram investidos R\$ 1,767 milhão (acréscimo de 85% em relação ao exercício anterior).

No total, receberam treinamento 1.136 empregados (37% do efetivo), correspondendo a 3.164 treinandos e 78.560 horas de treinamento, cabendo destacar a conclusão do Módulo I do Programa de Aperfeiçoamento de Maquinistas, com 20 turmas, envolvendo 254 maquinistas. Este módulo que compreendeu, desde o seu início em 1999, 600 maquinistas e inspetores, teve como objetivo a redução do consumo de combustível e das quebras de equipamento (engates), o que foi plenamente atingido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

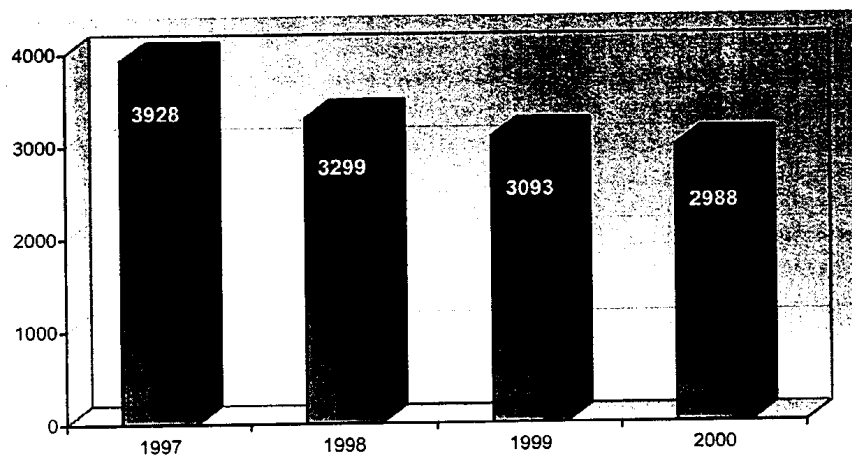
10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Foi implementado o Programa de Trainees, com a admissão de 15 candidatos aos quais estão sendo ministrados treinamentos modulares, técnicos e comportamentais, com duração prevista de 18 meses.

Em 31/12/00 o efetivo de pessoal da Empresa era de 2.988 empregados.

Pessoal

Evolução do Efetivo (em 31/12)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

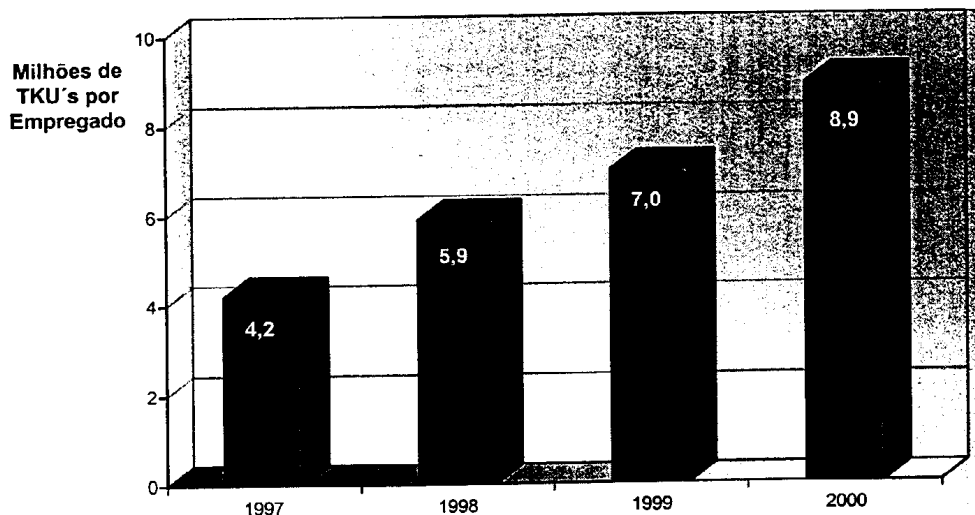
Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Evolução da Produtividade



* Efetivo médio

A MRS e a Comunidade

Foram ampliados a programação e o alcance dos projetos voltados à integração da MRS com as comunidades em que atua.

O projeto Trem da Solidariedade, envolvendo a participação voluntária de empregados, com o apoio da Empresa, em visitas a creches e abrigos, foi estendido a Conselheiro Lafaiete e Barra do Pirai. Este projeto, juntamente com o projeto MRS Amiga do Paraibuna, integrantes do programa MRS Empresa Cidadã, foram reconhecidos pelo público interno e pela comunidade, merecendo destaque no Guia de Cidadania Corporativa da Revista Exame. Em Juiz de Fora, além do projeto de conservação das margens rio Paraibuna (1 km), a MRS assumiu a conservação da praça Teotônio Villela.

Cabe destacar, finalmente, a realização da Campanha de Prevenção de Acidentes "Sou Amigo do Trem", em parceria com a TV Panorama (Sistema Globo), com a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

participação de cerca de 8.000 crianças da 1ª à 4ª séries de escolas públicas de 40 municípios das regiões da Zona da Mata e Vertentes, em Minas Gerais.

Meio Ambiente

Deu-se prosseguimento no exercício às ações voltadas para a melhoria ambiental através da implementação do Sistema de Gestão Integrado de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, divulgando-se as regras básicas de segurança e o Manual do Sistema de Gestão, baseado no controle de perdas.

Foram realizadas obras de recuperação de áreas degradadas e revegetação de taludes no trecho sul da Ferrovia do Aço superando, inclusive, os quantitativos previstos no compromisso assumido com a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – FEAM. Para o apoio a este tipo de obras foi implantado, em Bom Jardim de Minas, um viveiro de mudas arbustivas e arbóreas, tendo sido produzidas no exercício 10.200 mudas.

Cabe ressaltar, finalmente, a elaboração da análise de risco e do plano de contingência referente ao transporte de produtos químicos entre Santos e Guaratinguetá, e o licenciamento ambiental para a instalação da nova oficina de locomotivas e vagões no pátio Coronel Guedes (P1-07) na Ferrovia do Aço.

Tecnologia

Dentre as medidas adotadas neste campo, visando o aumento da produtividade e segurança operacional, cumpre ressaltar:

- aquisição de equipamentos para manutenção e correção de via:
 - ☛ Carro Controle (*Track Evaluation Vehicle*). Equipamento de exame da geometria da via permanente e do estado da dormentação. Este equipamento, a ser entregue até junho de 2001, será o mais moderno e o único rodoferroviário do Brasil, capaz de avaliar até 40 km de via em uma hora.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- ✦ Trem Esmerilador. Equipamento para manutenção do boleto dos trilhos, corrigindo os defeitos superficiais e as pequenas fissuras decorrentes. Sua entrega está prevista para janeiro de 2002.

A entrada em serviço destes equipamentos possibilitará reduzir o consumo anual de trilhos.

- aquisição de 4 veículos rodoferroviários para atendimento rápido de ocorrências na linha.

Segurança Operacional

Pelo quarto ano consecutivo, o índice de acidentes observado, tanto no exercício como no período contratual de 01 de dezembro de 1999 a 30 de novembro de 2000, foi inferior ao limite estabelecido no Contrato de Concessão, tendo-se verificado uma redução de 10,4% no número de acidentes ocorridos em relação ao exercício anterior.

Deu-se prosseguimento ao programa de proteção da linha, com a demarcação e vedação de mais 164 km de faixa de domínio, ao longo da via férrea, em especial no Vale do Paraíba, totalizando 310 km desde o início do programa, no exercício anterior.

Foram assinados, finalmente, 13 convênios com Prefeituras ao longo do trecho com a finalidade de preservar a faixa de domínio da ferrovia, cuidar das cercas e evitar invasões.

Perspectivas

Ao longo de 2000, a MRS aprovou seu Planejamento Estratégico e seu Plano de Negócios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Como consequência, tomou-se a decisão de continuar focando a prestação de serviços em seus mercados tradicionais e de dar atenção especial ao crescimento de fluxos de mercados de carga geral.

Esta orientação se fundamentou na melhoria do nível de serviços obtida através dos investimentos feitos ao longo dos 4 primeiros anos de operação da MRS e do aumento de competitividade obtido pelo crescimento de escala e pelo processo de contínua redução de custos.

Desta forma, estima-se que para o ano de 2001 o crescimento da produção de transporte será da ordem de 20%, decorrente, em parte, do atendimento a novos projetos na área de influência da MRS (Terminal da Ferteco e Terminal de Containeres, ambos no Porto de Sepetiba), bem como do processo de diversificação da carteira de clientes e produtos da companhia.

Os investimentos necessários para o cumprimento dessas diretrizes estão previstos no orçamento de 2001, com parcela importante já executada ou comprometida.

A MRS tem a convicção de que o seu crescimento não se limitará ao identificado para o ano 2001. Com a redução das incertezas nos cenários nacional e internacional, está confiante de que poderá, rapidamente, atender às crescentes demandas por serviços logísticos em sua área de influência.

Em 2000 a MRS foi bem sucedida nos esforços que permitiram o alongamento do perfil de sua dívida. A MRS vê ainda com otimismo a possibilidade de implementação dos seus projetos de desenvolvimento do transporte de carga geral e do aumento de capacidade do sistema, devendo para isso contar com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e com a geração crescente de recursos oriundos de suas operações.

Na área de Recursos Humanos, a MRS pretende prosseguir o projeto de aumento da capacitação gerencial e técnica de seus quadros, intensificando as atividades de treinamento.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança e apoio de seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras e, em especial, a todos os empregados pela sua inestimável dedicação e colaboração.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Paulo de Oliveira Alves

Conselheiros

Delson de Miranda Tolentino
Georg Josef Schmid
Guilherme Frederico Escalhão
Hugo Serrado Stoffel
João Paulo do Amaral Braga
Joaquim Souza Gomes
Klaus Helmut Schweizer
Lauro Henrique Campos Rezende
Luiz Antônio Bonagura
Marcus Jurandir de Araújo Tambasco
Pablo Javier de la Quintana
Brüggemann
Wanderley Viçoso Fagundes

DIRETORIA

Diretor Presidente

Julio Fontana Neto

Diretores

Administrativo Financeiro

Julio Cesar Pinto

Desenvolvimento

Henrique Aché Pillar

Produção

Rinaldo Bastos Vieira Filho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A Sociedade poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida por um período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Sociedade arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, todos os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações e das diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3 Principais diretrizes contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, exceto pela variação cambial incorrida sobre as obrigações denominadas em dólares norte-americanos, decorrente da desvalorização do real em relação a essa moeda no trimestre findo em 31 de março de 1999, que foi contabilizada no ativo diferido (Nota 12).

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede os valores de reposição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As despesas antecipadas, substancialmente representadas por despesas a apropriar de seguros vinculados à operação, estão demonstradas ao custo.

Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos.

(c) Ativo permanente

Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- Amortização do diferido pelo prazo de dez anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. As despesas diferidas com arrendamento, serão amortizadas a partir do atingimento da capacidade instalada da ferrovia, pelo período remanescente do contrato.

A variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, ocorrida no primeiro trimestre de 1999, incidente sobre as obrigações denominadas nessa moeda, foi contabilizada no ativo diferido e está sendo amortizada linearmente desde 1º de janeiro de 1999, em quatro anos (Nota 12).

(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

A concessão e o arrendamento a pagar são provisionados mensalmente com base no prazo total dos contratos. O custo do arrendamento é reconhecido no resultado, pela parcela correspondente ao volume projetado de carga transportada, em relação à capacidade instalada da ferrovia no período de duração do contrato de arrendamento; a parcela restante é apropriada ao ativo diferido, em conta específica.

A provisão para contingências é constituída com base na expectativa de êxito da administração e de seus consultores jurídicos quanto às ações e autuações contra a Sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas da legislação fiscal em vigor, para itens tributáveis incluídos na demonstração do resultado. Os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados são parcialmente constituídos, considerando-se a expectativa de lucros futuros em montantes suficientes para absorvê-los.

4 Aplicações financeiras

Do montante de R\$ 90.680 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 152.666 mil em 31 de dezembro de 1999, principalmente aplicados em fundos exclusivos), R\$ 38.007 mil representam aplicações em fundos exclusivos, sendo garantido, no mínimo, rendimento igual à variação cambial. Uma parcela de R\$ 5.145 mil refere-se a aplicação em fundo cambial, vinculada ao pagamento de empréstimo junto à Mitsui & Co Ltd., e R\$ 10.602 mil representam uma aplicação no exterior. Uma parcela de R\$ 36.926 mil refere-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, debêntures e fundos, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, conforme contratos de swap, e possuem liquidez diária.

5 Estoques

	Milhares de reais	
	2000	1999
Peças de reposição de locomotivas	7.564	9.400
Peças de reposição de vagões	1.824	2.728
Dormentes/lastro/fixações	6.900	2.151
Trilhos/juntas/grampos/material de solda	3.923	1.395
Aparelhos de mudança de via	1.129	761
Freios de locomotivas/vagões e rodeiros	1.790	2.655
Combustíveis e lubrificantes	1.275	1.635
Materiais de manutenção eletrônica	2.642	1.242
Outros	3.061	2.526
	<u>30.108</u>	<u>24.493</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 Impostos a recuperar

	Milhares de reais	
	2000	1999
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	36.022	21.390
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	8.500	
Imposto de renda retido na fonte	2.339	4.625
	<u>46.861</u>	<u>26.015</u>

O acréscimo observado na conta de ICMS deve-se, principalmente, ao aumento dos investimentos, como compra de vagões e leasing de locomotivas, bem como a um maior volume de transporte de produtos destinados a exportações, sobre o qual não há incidência desse imposto.

7 Contas a receber da RFFSA

Estão representadas por créditos relativos a transações realizadas antes da assinatura do contrato de arrendamento, que são de responsabilidade da RFFSA.

	Milhares de reais	
	2000	1999
Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF)	69.910	85.551
Conta Corrente RFFSA	(416)	104
	69.494	85.655
Circulante	(29.739)	(27.874)
	<u>39.755</u>	<u>57.781</u>
Longo prazo		

Os direitos representados por CCFF referem-se a obrigações da RFFSA para com determinados clientes, de realização de transportes ferroviários, que foram assumidos pela Sociedade em conformidade com o edital de privatização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os créditos decorrentes de transportes ferroviários realizados pela Sociedade após a assinatura do contrato de concessão, sofrem atualização pelo IGP-DI mais juros de 10% ao ano e serão abatidos até o limite de trinta por cento do valor das prestações trimestrais referentes aos contratos de arrendamento e concessão, mas deduzidos apenas da parcela correspondente ao arrendamento. A parcela de longo prazo refere-se exclusivamente aos CCFF compensáveis com parcelas de arrendamento vencíveis após um ano.

8 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas nas condições e prazos praticados no mercado para operações semelhantes, podendo ser demonstradas como segue:

	Milhares de reais					
	Contas a receber (*)		Adiantamentos de clientes (**)		Receitas de serviços	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
MBR	6.771	6.130	846		228.368	200.336
CSN	2.245	2.010	8.440	7.246	73.023	71.569
FERTECO	1.513	955	9.598	6.133	88.877	30.200
USIMINAS	651	649			27.022	16.954
GERDAU	825	420			11.445	11.269
	<u>12.005</u>	<u>10.164</u>	<u>18.884</u>	<u>13.379</u>	<u>428.739</u>	<u>330.328</u>

(*) Apresentadas no ativo circulante na rubrica "Contas a receber de clientes".

(**) Apresentados no passivo circulante em "Adiantamentos de Clientes" e no passivo exigível a longo prazo em "Demais Contas a Pagar", sobre os quais incidem juros de mercado

(***) Apresentadas brutas de impostos

De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Sociedade a realização de transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos participem direta

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ou indiretamente, exceto aquelas associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

9 Adiantamentos por concessão e arrendamento

As parcelas a curto e longo prazos, de R\$ 7.435 mil e R\$ 228.003 mil (R\$ 7.192 mil e R\$ 235.438 mil em 31 de dezembro de 1999), representam os adiantamentos concedidos à União e à RFFSA, respectivamente, conforme previsto nos contratos de concessão e arrendamento. A parcela de curto prazo compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até um ano.

O adiantamento por arrendamento é apropriado ao custo dos serviços prestados pelas parcelas correspondentes à proporção entre as quantidades projetadas e o volume total de carga relativa à capacidade instalada da ferrovia, prevista no edital de privatização, considerando que durante a fase de estruturação administrativa, modernização e manutenção do sistema ferroviário arrendado, os volumes transportados não atingirão a capacidade instalada de transporte da ferrovia. A partir de janeiro de 2001, em virtude da expectativa de atingimento da capacidade instalada da ferrovia, a apropriação será efetuada em bases anuais iguais (linha reta).

O adiantamento por concessão é apropriado ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social apuradas conforme alíquotas nominais e o total registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, pode ser resumida da seguinte forma:

	<u>Milhares de reais</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(42.900)	(42.900)
Plano de participação dos empregados	(4.920)	(4.920)
Resultado base para tributação	(47.820)	(47.820)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de realização	(11.936)	(4.304)
Ajuste pela variação cambial amortizada	11.981	4.322
Demais exclusões/adições	1.594	582
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(482)	(176)
	<u>1.157</u>	<u>424</u>
	<u>1.581</u>	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Constituição de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social

A sociedade apurou prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social que, em 31 de dezembro de 2000, montam R\$ 199.113 mil e R\$ 201.607 mil, respectivamente (R\$ 201.138 mil e R\$ 203.627 mil em 31 de dezembro de 1999).

Adicionalmente, a MRS possui adições temporárias decorrentes da contabilização de provisões para contingências que serão dedutíveis quando as despesas forem efetivamente incorridas e, ainda, exclusão temporária relativa à variação cambial diferida de R\$ 91.135 mil, a qual integrará a base de cálculo quando realizada contra o resultado dos exercícios subsequentes.

Baseada nos resultados registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 e na expectativa de geração de resultados positivos em exercícios futuros, a companhia registrou nesse exercício parte de seus créditos fiscais, no montante de R\$ 15.820 mil, equivalente ao imposto de renda e contribuição social correspondentes ao limite de 30% sobre o lucro real projetado para os próximos três exercícios, como segue:

	Milhares de reais	
	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízos fiscais acumulados	199.113	
Base de cálculo negativa		201.607
Diferenças temporárias	24.899	24.899
	<u>224.012</u>	<u>256.506</u>
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Total do crédito tributário em 31/12/2000	56.003	23.086
Parcela ainda não contabilizada	<u>(44.213)</u>	<u>(19.056)</u>
Crédito tributário contabilizado	<u>11.790</u>	<u>4.030</u>
	<u>15.820</u>	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Imobilizado

Milhares de reais					Taxa anual de depre- ciação - %
		2000	1999		
	Custo	Depreciação acumulada	Total	Total	
Bens imóveis (principalmente via permanente)	91.193	(5.668)	85.525	59.273	4
Locomotivas	93.080	(19.962)	73.118	54.737	12,5
Vagões	78.314	(6.996)	71.318	17.128	10
Equipamentos de processamento de dados	3.864	(1.887)	1.977	1.947	20
Aparelhos e equipamentos de sinalização e telecomunicações	2.139	(509)	1.630	1.430	10
Equipamentos e ferramentas	6.885	(1.218)	5.667	4.501	10
Bens de pequeno valor	3.584	(1.464)	2.120	2.479	10
Benfeitorias em bens arrendados	56.110		56.110	35.167	
Imobilizações em andamento	23.486		23.486	35.849	
Outros	17.758	(2.743)	15.015	23.296	10
	376.413	(40.447)	335.966	235.807	

As benfeitorias em bens arrendados e as imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na manutenção, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, que serão transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados à medida em que os respectivos bens entrarem em operação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Diferido

	Milhares de reais	
	2000	1999
Gastos pré-operacionais	20.130	20.130
Gastos com estruturação	37.490	37.490
Despesas com arrendamento diferidas	76.593	55.154
Variação cambial diferida	187.351	187.351
	321.564	300.125
Amortização acumulada	(19.684)	(13.921)
Amortização variação cambial acumulada	(96.216)	(48.195)
	205.664	238.009

Baseada na Medida Provisória n.º 1.818, de 25 de março de 1999, e na Deliberação da CVM nº 294, de 26 de março de 1999, a Sociedade registrou em conta específica do ativo diferido, a variação cambial decorrente dos efeitos da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, incidente sobre as obrigações denominadas nessa moeda. Esse diferido está sendo amortizado linearmente no prazo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 1999.

13 Empréstimos e financiamentos

	Milhares de reais	
	2000	1999
Senior Notes		
Principal	625.728	572.480
Juros	23.768	30.047
	649.496	602.527
Aplicações financeiras de longo prazo	(209.875)	
Empréstimo para capital de giro	54.467	55.065
Financiamentos	66.073	40.102
	560.161	697.694
Circulante	(61.498)	(291.248)
Longo prazo	498.663	406.446

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 14 de agosto de 1997, a Sociedade emitiu "Senior Notes" no mercado internacional, no montante de US\$ 320,000 mil, sendo divididos em série A, no montante de US\$ 125,000 mil, e série B, no montante de US\$ 195,000 mil. Os juros sobre os títulos de ambas as séries vencem semestralmente em 14 de fevereiro e 14 de agosto e o principal vence em agosto de 2005. Os títulos da série A estão sujeitos a variação cambial mais juros de 9% ao ano e serão resgatados integralmente em agosto de 2005. Os títulos da série B estão sujeitos a variação cambial mais juros de 10,625% ao ano, podendo ser resgatados, integralmente, a critério exclusivo da MRS, em cada 14 de agosto a partir de 2002. Os juros apurados em 31 de dezembro de 2000, no montante de R\$ 23.768 mil (R\$ 30.047 mil em 31 de dezembro de 1999), foram registrados no passivo circulante e reconhecidos no resultado do exercício.

A empresa constituiu em 14 de agosto de 2000 uma aplicação de US\$ 103,940 mil, a qual em 31 de dezembro de 2000 equivale a R\$ 209.875 mil, já incluída a parcela de R\$ 6.630 mil relativa aos juros de 8,7% a.a. Tal aplicação está vinculada ao resgate dos "Senior Notes" série A, com vencimento previsto em 14 de agosto de 2005.

O empréstimo para capital de giro corresponde a uma captação de recursos de US\$ 30,000 mil efetuada em setembro de 1998 junto à Mitsui & Co. Ltd. Esse empréstimo teve carência de 2 anos, com amortização em 10 parcelas semestrais até 16 de março de 2005 e custo de 3% acima da Libor semestral mais variação cambial.

Financiamentos tomados para a importação de equipamentos e trilhos, no montante de R\$ 23.513 mil (R\$ 35.818 mil em 31 de dezembro de 1999), estão sujeitos a variação cambial mais juros a taxas que variam de 7,41% a 9,21% ao ano, correspondentes à variação da Libor para 6 meses mais "spread", e estão sendo pagos em oito parcelas iguais e semestrais (principal e juros), tendo sido a primeira em maio de 1998.

Os financiamentos com recursos da Finame no montante de R\$ 42.560 mil, referem-se principalmente a duas operações de compra de 720 vagões, pelo prazo de 8 anos, com carência de 6 e 12 meses e estão sujeitos a encargos de TJLP mais 4,3% a 4,7% ao ano, com interveniência do Unibanco e Banco Itaú.

O empréstimo para capital de giro tomado junto à Mitsui & Co Ltd. está parcialmente garantido por fiança bancária e por parte do faturamento dos serviços de transporte ferroviário. O financiamento junto à Finame está garantido por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento. Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias reais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 Arrendamento mercantil

A sociedade possui contratos de arrendamento mercantil (leasing) no total de R\$ 50.291 mil, relativos à compra de 14 locomotivas GE C30, com taxa Libor mais 6% a.a. mais variação cambial, pagamento em parcelas semestrais vencíveis a partir de 28 de fevereiro de 2001, vencendo-se a última em 21 de julho de 2006.

15 Obrigações com debenturistas

A sociedade obteve em 9 de outubro de 2000 a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a emissão de R\$ 100 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, conforme Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 27 de junho de 2000 e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de junho e 10 de agosto de 2000.

Os juros das debêntures são equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia (Taxa DI "over extra grupo"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação de Títulos, mais uma sobretaxa efetiva de 1,5% ao ano e os correspondentes pagamentos serão semestrais vencíveis nos meses de fevereiro e agosto. Os juros devidos até 31 de dezembro de 2000, no montante de R\$ 7.049 mil, estão registrados no passivo circulante em "Demais conta e despesas a pagar". Todas as debêntures já foram negociadas, tendo como principais debenturistas o Unibanco, o Bozano Simonsen, o Lloyds Bank e o Banco Votorantim.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Quantidade de títulos: 10 mil debêntures.
- Valor nominal: R\$ 10 mil.
- Valor da emissão: R\$ 100.000 mil.
- Séries: série única.
- Negociação: a emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND").
- Tipo e forma: as debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Espécie: serão da espécie quirografária.
- Data de emissão: 1º de agosto de 2000.
- Prazo e amortização: o prazo será de 60 meses e o seu valor nominal será amortizado em 4 parcelas iguais, devidas anualmente em 1º de agosto, a partir de 2002.

16 Concessão e arrendamento a pagar

O montante de R\$ 70.358 mil (R\$ 66.053 mil em 31 de dezembro de 1999) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento, apuradas em regime de competência, com base no valor total e período de vigência dos respectivos contratos (360 meses).

Em outubro de 2000, a Sociedade efetuou o pagamento da décima quarta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 25.014 mil (R\$ 23.760 mil e R\$ 1.254 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.452 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.

Pelos contratos de concessão para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços, a Sociedade pagará o montante de R\$ 2.592.716 mil em 103 parcelas trimestrais de R\$ 25.172 mil, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros contratuais e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. Estes valores já incluem os juros totais contratuais, de 10% ao ano, e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2000. Os custos com concessão e arrendamentos são contabilizados como informado na Nota 3(d).

17 Capital social

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 315.300 mil, está dividido em 340.000 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.333 mil ordinárias, 82.076 mil preferenciais "classe A" e 69.591 mil preferenciais "classe B".

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Direito das ações e dividendos

Os detentores de ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais. Os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Sociedade. As ações da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em: (a) ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária; e/ou em (b) ações preferenciais classe A, na proporção de uma para cada ação preferencial classe A. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito a voto, os acionistas detentores de ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto as mesmas representarem um mínimo de 25% da sua totalidade.

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária.

18 Benefícios a empregados

De acordo com os termos do Edital, para os empregados provenientes da RFFSA são mantidos todos os direitos trabalhistas existentes na data de sua transferência. De acordo com o contrato de concessão, a Sociedade instituiu em julho de 1999 um plano de previdência complementar (MRS PREVI), do qual é patrocinadora, que possui as seguintes características principais:

- Regime de custos: capitalização.
- Tipo de plano: contribuição definida para os benefícios de aposentadoria normal, antecipada, postergada e por invalidez, bem como pensão por morte e benefício diferido por desligamento e de benefício definido para o benefício mínimo de aposentadoria, pensão por morte e invalidez.
- Taxa de contribuição: patrocinadora - 4,83% da folha salarial; participantes -3,26%, perfazendo 8,09% da folha salarial.
- Relação de contribuição: patrocinadora - 59,68% do total e participante - 40,32%.
- Contribuição da patrocinadora em 2000: R\$ 1.652 mil (1999 - R\$ 1.167 mil).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Sociedade pagará aos seus empregados em 1º de fevereiro de 2001, um montante de R\$ 4.920 mil relativo ao Plano de participação dos empregados, que é baseado no atingimento de metas operacionais preestabelecidas. O cálculo da participação foi homologado pela comissão dos representantes dos empregados da MRS e é equivalente a 101,3% do salário nominal de cada empregado, mais um fator acelerador baseado na taxa de gravidade dos acidentes de trabalho dos núcleos operativos e corporativo.

19 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2000 e de 1999 apresentam seus valores contábeis próximos aos respectivos valores de mercado nessa data, apurados para operações com características e condições semelhantes, não sendo identificadas variações significativas.

20 Compromissos e contingências

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Sociedade e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

A partir do levantamento do passivo ambiental acumulado pela RFFSA ao longo de suas linhas e em unidades industriais, a Sociedade tem identificado potenciais contingências relacionadas com o meio ambiente, contudo de efeitos não significativos. Essas medidas iniciais visam definir áreas de responsabilidade, tendo em vista que, de acordo com os termos do edital, a Sociedade não tem responsabilidade sobre os passivos, de qualquer natureza, decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão. Dessa forma, caso a Sociedade incorra em despesas ou perdas relativas a eventos anteriores à referida assinatura, os valores correspondentes, de responsabilidade da RFFSA, poderão ser descontados das prestações trimestrais do arrendamento a pagar à RFFSA.

Existem outros assuntos de natureza legal, incluindo ações a respeito da constitucionalidade da privatização da Malha Sudeste, bem como potenciais reclamações trabalhistas de empregados desligados da Sociedade após o início das operações. Estima-se que a solução final de todas essas questões não trará impactos negativos relevantes e que a provisão para contingências, no montante de R\$ 29.477 mil em 31 de dezembro de 2000 (R\$ 11.503 mil em 31 de dezembro de 1999), apresentada no exigível a longo prazo, seja suficiente para cobrir eventuais perdas em causas judiciais e/ou administrativas de qualquer natureza.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No cumprimento do seu objeto social, a Sociedade deverá atender a determinadas condições e obrigações, previstas no edital de privatização e no contrato de concessão, principalmente relacionadas com: (a) o atingimento de níveis mínimos de produção de transporte; (b) redução do índice de acidentes; (c) a reposição de bens vinculados à concessão; (d) a manutenção de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais; (e) a submissão, à Concedente, de acordos de acionistas e suas alterações e de modificações na composição acionária; (f) a submissão, à Concedente, de propostas de emissão de títulos e aquisição e incorporação de empresas; e (g) a obediência aos limites das tarifas fixadas pela Concedente e suas condições de reajuste. A inobservância às condições e obrigações previstas no edital de privatização e no contrato de concessão poderá acarretar a aplicação de penalidades, pela Concedente, que vão desde a advertência e aplicação de multas até a intervenção e a perda da concessão.

21 Eventos subsequentes

- (a) Em janeiro de 2001 a Sociedade efetuou o pagamento da décima quinta parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$ 25.250 mil (R\$ 23.987 mil e R\$ 1.263 mil, respectivamente). De acordo com o contrato de arrendamento, a parcela de R\$ 7.566 mil do arrendamento a pagar foi quitada através da entrega de Certificados de Crédito de Frete Futuro (CCFF). Tendo em vista ação movida por terceiros contra a RFFSA, a empresa recebeu intimação judicial decorrente de mandado de penhora e, em consequência, depositou a parcela restante à disposição da Justiça.
- (b) A sociedade obteve em janeiro de 2001 um financiamento de R\$ 7.700 mil com recursos da FINAME, para a aquisição de 120 vagões tipo gôndola para transporte de minério de ferro. O empréstimo tem carência de doze meses e será amortizado em oitenta e quatro parcelas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2002 e a última em 15 de dezembro de 2008, com taxa de 3,8% a.a. acima da TJLP.

* * *

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2000

01794-9 MRS LOGÍSTICA S.A.

01.417.222/0001-77

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2000

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01794-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL MRS LOGÍSTICA S.A.	3 - CNPJ 01.417.222/0001-77
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2000 A 31/12/2000	7
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1999 A 31/12/1999	8
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/1998 A 31/12/1998	9
09	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	10
10	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	12
11	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24/41

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Escritura particular de debêntures e seu Anexo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE SETENTA MIL (70.000) DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DA MRS LOGÍSTICA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir qualificadas:

MRS LOGÍSTICA S.A., sociedade anônima com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n° 228, sala 1201E, ala B, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob n° 01.417.222/0001-77, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada “MRS”, e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 17.343.682/0001-38, nomeado nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão perante a MRS, doravante designado “Agente Fiduciário”,

vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Setenta Mil (70.000) Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da MRS Logística S.A., doravante designada “Escritura”, mediante as cláusulas, condições e características abaixo indicadas.

I. AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base nas aprovações da emissão deliberadas na assembléia geral extraordinária da MRS realizada em 19 de setembro de 2001, cuja ata foi publicada em 28 de setembro de 2001, e nas reuniões do conselho de administração realizadas em 19 de setembro de 2001, 9 de novembro de 2001 e 3 de dezembro de 2001, cujas atas foram publicadas respectivamente em 28 de setembro, 14 de novembro de 2001 e 10 de dezembro de 2001. Todas as atas foram publicadas no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e no jornal “Diário Mercantil”.

II. REQUISITOS PRELIMINARES

2. A presente emissão de debêntures será realizada com observância dos requisitos abaixo indicados.

2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei n°

6.404/76, e da Instrução nº 13, de 30 de setembro de 1980, da CVM, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2 Registro da Escritura. A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.3 Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. As atas da assembléia geral extraordinária da MRS e reunião do conselho de administração, realizadas em 19 de setembro de 2001 foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJ”) em 24 de setembro de 2001 sob os números 00001188289 e 00001188288 respectivamente; a ata da reunião do conselho de administração realizada em 9 de novembro de 2001 foi devidamente arquivada na JUCERJ em 14 de novembro de 2001 sob o número 1200154; a ata da reunião do conselho de administração realizada em 3 de dezembro de 2001 foi devidamente arquivada na JUCERJ em 6 de dezembro de 2001 sob o número 00001205064.

2.4 Constituição de Garantia Adicional. As garantias adicionais serão constituídas na forma da lei, sendo devidamente registradas no competente Cartório de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3. A presente emissão de debêntures terá as características abaixo indicadas.

3.1 Data da Emissão, Prazo e Data de Vencimento. Para todos os efeitos legais, a data de emissão de ambas as séries de debêntures, conforme indicadas abaixo, doravante designada “Data de Emissão”, será 1º de outubro de 2001 e terão prazo de setenta e dois (72) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2007.

3.2 Valor da Emissão. O valor total da presente emissão será de até setecentos milhões de reais (R\$700.000.000,00), na Data de Emissão.

3.2.1 A soma das debêntures colocadas, compreendendo as duas séries, não deverá ultrapassar o limite de quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$ 450.000.000,00), na data de emissão, observado o procedimento de colocação previsto no item 3.17. Para tanto, o coordenador líder da distribuição prestará garantia firme de subscrição de até 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures da 2ª Série, sendo utilizada a seguinte composição para fins de apuração do montante de debêntures da garantia firme:

$$Dgf = 45.000 - Dps, \text{ onde:}$$

Dgf = número de debêntures da 2ª Série objeto da garantia firme; e

Dps = número de debêntures da 1ª Série efetivamente subscritas e integralizadas.

3.3 Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário. Serão emitidas até setenta mil (70.000) debêntures, com valor nominal unitário de dez mil reais (R\$10.000,00), na Data de Emissão.

3.4 Séries. A presente emissão será dividida em duas (2) séries. A primeira série, doravante “Primeira Série”, será de até vinte e cinco mil (25.000) debêntures, totalizando até duzentos e cinquenta milhões de reais (R\$250.000.000,00), na Data de Emissão. A segunda série, doravante “Segunda Série”, será de até quarenta e cinco mil (45.000) debêntures, totalizando até quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$450.000.000,00), na Data de Emissão.

3.5 Remuneração – Debêntures da Primeira Série. As debêntures da Primeira Série renderão juros remuneratórios, doravante “Remuneração”, correspondentes à variação acumulada de cem por cento (100%) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, denominada Taxa DI, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%), cujo percentual foi definido pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001 após processo de “Bookbuilding”, tendo sido observado o limite máximo de um inteiro e dois décimos por cento (1,2%) para o *spread*. O *spread* será calculado ao ano, base duzentos e cinquenta e dois (252) dias úteis, incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Emissão ou último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

$$J = VNe \times \left\{ \text{FatorDI} \times \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização;

VNe = saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da Primeira Série no início do Período de Capitalização;

Fator DI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, ou do pagamento da Remuneração, exclusive;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

spread = um inteiro e dois décimos por cento (1,2%), *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano apurado no processo de "Bookbuilding";

N = 252 dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

Define-se:

- Período de Vigência da Remuneração - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração da Remuneração;
- Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida anualmente, a contar da Data da Emissão;

c. Subperíodo de Capitalização - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:

- o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
- os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;

3.5.1 A Remuneração devida sob as debêntures da Primeira Série será paga anualmente a contar da Data da Emissão, todos o dia 1º de outubro de cada ano.

3.5.2 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

3.5.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures da Primeira Série, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *spread*, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

3.5.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a dez (10) dias, ou ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, ou ainda, caso a Taxa DI deixe de representar o custo de captação e o custo de oportunidade no mercado financeiro brasileiro, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de trinta (30) dias contados de qualquer desses eventos mencionados, para definir, de comum acordo com a MRS, o novo parâmetro a ser aplicado. Caso não haja acordo na Assembleia Geral de Debenturistas, MRS deverá, em até dez (10) dias, resgatar a totalidade das debêntures da Primeira Série em circulação. O resgate se dará pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado das debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração até o dia do efetivo resgate das debêntures da Primeira Série. Na ausência de critério legal, a Remuneração a que as debêntures da Primeira Série farão jus no período compreendido entre a data de pagamento da última Remuneração e a data do resgate das debêntures da Primeira Série será a Taxa DI média dos sessenta (60) dias anteriores à extinção ou vedação legal ou perda de representatividade de aplicação da mencionada taxa.

3.6 Remuneração – Debêntures da Segunda Série. O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM/FGV”) a partir da Data de Emissão calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, se necessário, doravante “Atualização Monetária”.

3.6.1 O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado unitário;

VNe = valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário não amortizado;

NI₀ = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário das debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

(*) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão $\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$.

3.6.1.1 O IGPM/FGV deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

¹ Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos da debênture.

² Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento da debênture.

³ Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

3.6.1.2 A aplicação do IGPM/FGV incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.6.1.3 No caso de indisponibilidade temporária do IGPM/FGV será utilizado, em sua substituição, o último índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos. Nesta hipótese não caberão, quando da divulgação do índice que seria utilizado no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da MRS quanto por parte dos debenturistas.

3.6.1.4 Na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGPM/FGV, será adotado como índice de atualização monetária das debêntures da Segunda Série o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“INPC/IBGE”). No caso de impossibilidade de uso do INPC/IBGE, o Agente Fiduciário deverá convocar, em no máximo trinta (30) dias a contar da constatação de impossibilidade de utilização do referido índice, Assembléia Geral de Debenturistas da Segunda Série para a deliberação, em comum acordo com a MRS, sobre o novo parâmetro de remuneração. Caso não haja acordo na Assembléia Geral de Debenturistas, as debêntures da Segunda Série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, em até dez (10) dias após a data de realização da referida assembléia geral de debenturistas, pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado, atualizado monetariamente na forma do item 3.6.1 acima, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios e Atualização Monetária até o dia do efetivo resgate das debêntures da Segunda Série. O índice de atualização monetária utilizado que deverá ser utilizado para o resgate das debêntures da Segunda Série será o último IGPM/FGV divulgado antes de sua extinção ou impedimento legal de utilização.

3.6.1.5 O valor relativo à atualização monetária das Debêntures deverá ser pago integralmente, juntamente com os Juros Remuneratórios mencionados no item 3.6.2 abaixo.

3.6.2 As debêntures da Segunda Série renderão juros remuneratórios de treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, cujo percentual foi definido pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2001 após processo de “Bookbuilding”, por meio do qual o banco coordenador líder da emissão recebeu ofertas do mercado em geral sobre a taxa de juros remuneratórios das debêntures da Segunda Série, tendo sido observado o limite máximo de treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano. Os juros remuneratórios terão base 360 dias corridos, e serão incidentes sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado da debênture da

Segunda Série, atualizado conforme o item 3.6.1, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis*, por dias corridos, doravante “Juros Remuneratórios”.

3.6.2.1 Define-se:

- a. Período de Vigência de Juros Remuneratórios - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos Juros Remuneratórios;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente a contar da Data de Emissão, todo o dia 1º de outubro de cada ano.

3.6.2.2 O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = saldo do valor nominal unitário não amortizado atualizado, anteriormente descrito;

taxa = treze inteiros e cinco décimos por cento (13,5%) ao ano, percentual apurado no processo de “Bookbuilding”;

N = número de dias representativo do *spread*, base 360 dias corridos;

n = o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

3.7 Amortizações. O principal devido sob as debêntures da Primeira e da Segunda Séries será amortizado segundo o seguinte cronograma:

Percentual de Amortização sobre o principal das debêntures		Data (a contar da Data de Emissão)
Dez por cento	(10%)	Vigésimo quarto (24°) mês
Quinze por cento	(15%)	Trigésimo sexto (36°) mês
Vinte por cento	(20%)	Quadrágésimo oitavo (48°) mês
Vinte e cinco por cento	(25%)	Sexagésimo (60°) mês
Trinta por cento	(30%)	Septuagésimo segundo (72°) mês

3.8 Espécie e Garantia. As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, na forma do disposto no artigo 58, da Lei nº 6.404/76, e terão garantia pignoratícia adicional representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR, Companhia Siderúrgica Nacional e Ferteco Mineração S.A., conforme “Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças” que integra a presente escritura como seu Anexo I.

3.8.1 A MRS se obriga a manter, até o integral pagamento de todas as suas obrigações sob as debêntures da presente emissão, o limite mínimo de garantia flutuante exigido pelo artigo 60, §1º, “b” da Lei nº 6.404/76.

3.9 Forma e Tipo. As debêntures terão a forma nominativa escritural e não serão conversíveis em ações da MRS. A MRS não emitirá certificados das debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das debêntures, aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures – SND Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND.

3.10 Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva Remuneração ou Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

3.11 Multa e Juros Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures de ambas as séries, sob os respectivos débitos em atraso continuarão a incidir as respectivas remunerações previstas

nos itens 3.5 e 3.6 acima, acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.12 Local de Pagamento. Os pagamentos referentes ao principal e à remuneração a que fazem jus as debêntures de ambas as séries serão efetuados pela MRS, por intermédio do SND. Para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND, os pagamentos serão efetuados na sede da instituição financeira depositária das debêntures ou na sede da MRS.

3.13 Não Comparecimento dos Debenturistas. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela MRS, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.14 Resgate Antecipado Facultativo. Não haverá resgate antecipado das debêntures, exceto na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, conforme disposto no item 4.3.3 abaixo.

3.15 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures antecipadamente vencidas, na forma mencionada no item 3.15.1 abaixo, nas seguintes hipóteses:

- i) protesto legítimo e reiterado de título(s) contra a MRS cujo valor global seja igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00), ou a constituição da MRS em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo (a) se o protesto ou constituição em mora houver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que devidamente comprovado pela MRS, ou (b) se o protesto ou constituição em mora for cancelada, ou (c) se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou (d) se protesto ou constituição em mora for de qualquer outra forma elidido pela MRS na primeira oportunidade processual cabível;
- ii) declaração de insolvência ou pedido de concordata da MRS;
- iii) dissolução ou liquidação da MRS;

- iv) falta de cumprimento pela MRS de qualquer obrigação prevista nesta Escritura ou no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças ou em lei, não sanada em trinta (30) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- v) transformação, incorporação, fusão ou cisão da MRS;
- vi) inveracidade ou inexatidão substanciais, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela MRS na presente Escritura ou no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- vii) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 762 e 954 do Código Civil Brasileiro, desde que, na hipótese específica de ocorrência do previsto no artigo 954, inciso II, do Código Civil Brasileiro, o(s) bem(s) objeto de penhora não seja(m) substituído(s) em juízo no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, contados da data da efetivação da penhora; e
- viii) ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado previstas no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças.

3.15.1 Verificada a ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS para sanar o evento no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da notificação. Persistindo o evento, o Agente Fiduciário deverá encaminhar correspondência com aviso de recebimento, com cópia aos debenturistas, a CETIP, a CVM e a instituição depositária das debêntures, declarando antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures. Na ocorrência do vencimento antecipado, a MRS obriga-se a efetuar o pagamento das debêntures em circulação de ambas as séries, pelo seu valor nominal unitário, devidamente acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ser efetuado em até trinta (30) dias corridos contados do recebimento da correspondência do Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 3.11 acima.

3.15.2 O Agente Fiduciário deverá acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado utilizando-se de todos os meios a sua disposição, tais como, mas não limitado a: informações recebidas da MRS, periódicas ou eventuais; outras fontes públicas de informação, tais como certidões de registros públicos, publicações legais, etc.

3.15.3 O vencimento antecipado das debêntures também ocorrerá em caso de vencimento antecipado de qualquer dívida da MRS, em montante igual ou superior a dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00), em decorrência de inadimplência contratual da MRS.

3.16 Negociação. A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND.

3.17 Procedimento de Distribuição. A distribuição das debêntures será pública, em mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado de distribuição, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CMV nº 13/80, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, visando principalmente investidores institucionais, tais como entidades abertas e fechadas de previdência privada, seguradoras e fundos de investimento, sendo atendidos prioritariamente os clientes do(s) coordenador(es). As debêntures da Segunda Série somente serão colocadas após as debêntures da Primeira Série terem sido integralmente subscritas ou o eventual saldo não colocado ter sido cancelado. Para tanto, as debêntures da Primeira Série eventualmente não colocadas em até noventa (90) dias, a contar da data de registro da emissão pela CVM, deverão ser canceladas para colocação das debêntures da Segunda Série. As debêntures da Segunda Série deverão ser colocadas em até dois (2) dias após a colocação integral e/ou cancelamento do eventual saldo não colocado das debêntures da Primeira Série.

3.18 Destinação dos Recursos. A MRS utilizará os recursos oriundos desta emissão para readequar o perfil de seu endividamento de longo prazo.

3.19 Publicação na Imprensa. Exceto os anúncios de início e encerramento, que serão publicados na “Gazeta Mercantil”, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Diário Mercantil”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a MRS avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação, no prazo de cinco (5) dias úteis da sua ocorrência.

IV. DEVERES ADICIONAIS DA MRS

4.1 A MRS está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- i) dentro de, no máximo, sessenta (60) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e aquelas constantes do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- ii) dentro de, no máximo, noventa (90) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e aquelas constantes do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- iii) dentro de quinze (15) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis;
- iv) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- v) dentro de quinze (15) dias, todos os demais documentos e informações que a MRS, nos termos e condições previstos nesta Escritura, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, incluindo as obrigações constantes no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças;
- vi) na mesma data em que forem publicados, os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia que, de alguma forma, envolvam o interesse dos debenturistas; e
- vii) sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, enviar ao mesmo, em até cinco (5) dias úteis contados da solicitação, informações que comprovem o cumprimento dos limites indicados no item 4.2 (vi) e (vii) abaixo e, tempestivamente, informar ao Agente Fiduciário, a ocorrência de quaisquer eventos estipulados no item 3.15 da Cláusula III desta Escritura.

4.2 A MRS está ainda adicionalmente obrigada a:

- i) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou por qualquer forma distribuir todo ou parte de seu resultado, se estiver em atraso superior a cinco (5)

dias relativamente ao pagamento de juros, atualização monetária, remuneração e principal das debêntures objeto desta emissão;

- ii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, contratada pela própria MRS;
- iii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- iv) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
- v) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de cinco (5) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento de algum dos direitos creditórios dados como garantia, nos termos do Contrato de Prestação de Garantia Pignoraticia e outras Avenças;
- vi) manter, na data do último balanço trimestral ou anual de cada ano civil, a partir da Data de Emissão das debêntures e até o pagamento integral das mesmas, a razão entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA (conforme definido abaixo) dos últimos 12 (doze) meses menor ou igual aos quocientes dispostos na tabela abaixo:

Ano Civil	Dívida Líquida Consolidada / EBITDA
2001	sete (7)
2002	sete (7)
2003	(seis) 6
2004	(seis) 6
2005	(cinco) 5
2006	(cinco) 5
2007	(cinco) 5

- vii) Quando da divulgação de suas demonstrações financeiras trimestrais ou anuais, a MRS deverá encaminhar tais documentos ao Agente Fiduciário e informá-lo, em detalhe, as aplicações financeiras de curto prazo e seus respectivos valores, para fins de apuração das Disponibilidades Financeiras Consolidadas, definida no inciso “ii” do item 4.2.1 abaixo.

4.2.1 Para os fins do disposto no item 4.2 (vi) acima e 4.2.2 e seguintes abaixo, considerar-se-ão as seguintes definições:

- i) “Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório das dívidas financeiras contraídas pela MRS junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, ou devidas em função de emissões de títulos e valores mobiliários de renda fixa emitidos no mercado de capitais brasileiro e/ou internacional, descontadas das Disponibilidades Financeiras Consolidadas da MRS, descritas no ativo circulante de suas demonstrações financeiras;
- ii) “Disponibilidades Financeiras Consolidadas” significa recursos em caixa mais aplicações em certificados de depósito bancários e em fundos de investimento que tenham, pelo menos, oitenta e cinco por cento (85%) dos seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários de renda fixa;
- iii) “EBITDA” significa o somatório (sem qualquer duplicidade) de (i) lucro líquido antes do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para determinado período, mais (ii) os seguintes fatores que foram deduzidos para fins de sua determinação (a) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período; (b) despesas financeiras líquidas; e
- iv) “Evento Extraordinário” significa a constatação, ao final de determinado trimestre civil, de que a variação acumulada do IGPM/FGV nos últimos doze meses, a contar do trimestre em questão, foi superior a quinze por cento (15%).

4.2.2 Em relação à observância pela MRS dos limites previstos no item 4.2(vi) acima, deverá ser observado o que segue.

4.2.2.1 Será permitido à MRS, durante o prazo da presente emissão, o desenquadramento dos limites indicados no item 4.2(vi) acima por no máximo quatro (4) trimestres, sendo vedado, entretanto, o desenquadramento por períodos superiores a dois (2) trimestres consecutivos, tornando-se obrigatório o reenquadramento até o final do trimestre imediatamente posterior, não se computando, para os efeitos deste item 4.2.2 eventual desenquadramento acarretado por Evento Extraordinário.

4.2.2.2 Durante o prazo da presente emissão, se o Evento Extraordinário ocorrer por mais que quatro (4) trimestres consecutivos, ou por mais cinco (5) trimestres não consecutivos, a MRS será obrigada a repactuar as debêntures nos termos do item 4.3 abaixo.

4.2.2.3 O Agente Fiduciário, tendo recebido os demonstrativos financeiros a que se refere o item 4.2.(vii), deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, verificar o cumprimento, pela MRS, dos limites e índices aplicáveis. Nessa hipótese, deverá comunicar aos debenturistas os eventuais desenquadramentos verificados ou Eventos Extraordinários, mediante envio de correspondência, com aviso de recebimento, a cada debenturista, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar verificação aqui referida.

4.2.2.4 A MRS, sempre que solicitada pelo Agente Fiduciário, deverá enviar ao Agente Fiduciário informações que comprovem o cumprimento dos limites e índices.

4.3 Repactuação. Não havendo o reenquadramento nos prazos previstos no item 4.2.2.1 e sendo ultrapassado o número de Eventos Extraordinários mencionados no item 4.2.2.2, da presente emissão, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, convocar assembléia de debenturistas para que seja aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, dois terços (2/3) das debêntures em circulação (i) a não aceitação do desenquadramento dos limites e índices e excesso de Eventos Extraordinários e a conseqüente repactuação das debêntures em circulação ou (ii) a aceitação de novos limites e índices, por prazo a ser determinado nesta assembléia de debenturistas; findo este prazo, a MRS deverá enviar imediatamente ao Agente Fiduciário declaração e comprovantes de reenquadramento nos limites e índices originalmente previstos, sob pena de, em não o fazendo, acarretar a Repactuação das Debêntures em circulação.

4.3.1 Ocorrendo evento de repactuação, a MRS obriga-se a realizar até 5 (cinco) dias úteis após a assembléia de debenturistas acima mencionada, Reunião do Conselho de Administração que deverá deliberar sobre as novas condições das debêntures. As novas condições serão comunicadas aos debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião do Conselho de Administração, na forma de “Aviso aos Debenturistas” e conforme item 10, concedendo-se o prazo máximo de dez (10) dias úteis, contado da data de sua publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as novas condições fixadas manifestem sua não aceitação. Os debenturistas deverão se manifestar mediante comunicação escrita enviada à CETIP, ou à instituição depositária das debêntures, em ambas hipóteses com cópia endereçada à sede da Emissora.

4.3.2 A MRS obriga-se a adquirir as debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração e que assim se manifestarem, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração ou dos Juros Remuneratórios,

conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação dos debenturistas.

4.3.3 Na hipótese de repactuação das debêntures em circulação, a MRS, à seu exclusivo critério, poderá proceder ao resgate antecipado das debêntures em circulação, pelo saldo do seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido da (i) Remuneração no caso das debêntures da Primeira Série e (ii) Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, no caso das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da assembléia de debenturistas que a tenha aprovado.

4.4 A MRS se obriga, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e o(s) banco(s) coordenador(es) da emissão por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo(s) banco(s) coordenador(es) em razão de qualquer inadimplemento de suas obrigações sob a Escritura, o Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças ou qualquer outro documento relacionado a presente emissão.

V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1 A MRS nomeia e constitui o Agente Fiduciário desta emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a MRS.

5.1.1 O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado pela presente Escritura, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

- v) que, nos termos do artigo 12, IX da Instrução CVM nº 28/83, verificou a regularidade da constituição, suficiência e exeqüibilidade (a) da garantia adicional pignoratícia, constituída por meio do contrato constante do Anexo I desta Escritura; e (b) da garantia flutuante, descrita no item 3.6 desta Escritura; e
- vi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 3.15 desta Escritura.

5.1.2 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das debêntures objeto da presente emissão.

5.2 Remuneração. O Agente Fiduciário receberá da MRS, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) parcelas anuais de dez mil reais (R\$ 10.000,00), sendo o primeiro pagamento devido na mesma data da obtenção do “Registro de Emissão” junto à Comissão de valores Mobiliários – CVM, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores. As parcelas aqui citadas serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de emissão das debêntures até a data de pagamento, calculadas “pro-rata die”, se necessário. Tais remunerações serão devidas mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela MRS;
- ii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;
- iii) as parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

5.2.1 Na hipótese de substituição do Agente Fiduciário, seu substituto receberá a mesma remuneração do Agente Fiduciário descrita acima, em todos seus termos e condições, sendo a primeira parcela anual devida calculada “pro rata temporis”, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário. Essa remuneração

poderá ser alterada de comum acordo pela Emissora e Agente Fiduciário substituto, desde que previamente aprovado pela assembléia geral de debenturistas.

5.3 Despesas do Agente Fiduciário. As despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário serão cobertas pela MRS, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal. Compreendem-se, exemplificativamente, nas despesas aqui referidas:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras publicações que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis.

5.3.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item será acrescido à dívida da MRS e gozará das mesmas garantias das debêntures.

5.3.2 No caso de inadimplemento da MRS, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela MRS. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas, e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportado pelos debenturistas, bem como sua remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da MRS permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.4 Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância da função de agente fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de trinta (30) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela MRS, por debenturistas que representem dez por cento (10%), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até oito (8) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à MRS efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.4.1 O agente fiduciário substituto, no exercício das funções de agente fiduciário estabelecidas nesta Escritura e na legislação em vigor, receberá a mesma remuneração do Agente Fiduciário, observados os termos do item 5.2.1 acima.

5.4.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.4.3 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

5.4.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.4.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

5.5 Deveres do Agente Fiduciário. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos nesta Escritura, em lei ou em ato normativo da CVM:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- ii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- v) promover nos competentes órgãos, caso a MRS não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá solicitar ao oficial do registro que notifique a Administração da MRS para que esta lhe forneça as indicações e documentos que porventura se fizerem necessários;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou não fazer;
- viii) notificar os debenturistas e a Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de noventa (90) dias, mediante correspondência com aviso de recebimento, de qualquer inadimplemento, pela MRS, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- x) verificar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos demonstrativos financeiros a que se refere o item 4.1 acima, devidamente auditados, e após terem sido protocolados junto a CVM, o cumprimento pela MRS dos limites a que se refere o item 4.2 (vi) acima, através de informações obtidas dos demonstrativos financeiros e/ou junto à MRS, comunicando aos debenturistas qualquer desenquadramento verificado;

- xi) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, cartórios de protesto, e outras repartições públicas, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da MRS, ou suas filiais, se relevante;
- xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na MRS;
- xiv) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três (3) vezes;
- xv) comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xvi) verificar a regularidade da constituição das garantias, nos termos do Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo intimar a MRS a reforçar a eventual garantia dada sempre que necessário;
- xvii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, “b”, da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela MRS ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela MRS, (b) alterações estatutárias da MRS ocorridas no período, (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da MRS enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da MRS, (d) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado, (e) resgate e pagamento de rendimentos sob as debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela MRS, (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da MRS, (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração, (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela MRS nesta Escritura e no Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças, (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures, e (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- xviii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à MRS; e
- xix) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a MRS ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da MRS, (a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios, (b) executar as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas, (c) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da MRS, e (d) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos.

5.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 5.5 (xvi) acima se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese do inciso “c” do item 5.5 (xvi) acima, será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

5.5.2 O relatório indicado no item 5.5 (xiii) deve ser colocado à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro (4) meses a contar do encerramento do exercício social da MRS, ao menos nos seguintes locais:

- i) na sede da MRS, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, ala B, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- ii) no escritório principal do Agente Fiduciário, na Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- iii) na CVM; e
- iv) na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures.

5.5.3 O Agente Fiduciário deverá publicar nos órgãos da imprensa em que a MRS efetua suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da MRS, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório indicado no item 5.5 (xiii) se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior.

VI. ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

6. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.1 A Assembléia Geral dos Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela MRS; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, dez por cento (10%) dos títulos em circulação; ou (iv) pela CVM.

6.2 Aplica-se à Assembléia Geral dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

6.3 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

6.4 Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada debênture será atribuído um voto.

6.5 A assembléia poderá, pelo voto de debenturistas que representem, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) dos títulos em circulação, excluídos os títulos detidos (a) pela MRS, (b) por seus acionistas controladores diretos ou indiretos, (c) por sociedades controladas direta ou indiretamente pela MRS ou por seus controladores diretos ou indiretos, (d) por coligadas da (1) MRS ou (2) de seus controladores diretos ou indiretos ou (3) de suas controladas diretas ou indiretas ou (e) por outras pessoas que se encontrem em situação de conflito de interesses com os debenturistas, aprovar modificações nas condições das debêntures.

6.6 Será facultada a presença dos representantes legais da MRS nas Assembléias Gerais dos Debenturistas.

6.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VII. RENÚNCIA

7. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas ou ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da MRS prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VIII. AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

8. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

IX. MODIFICAÇÕES

9. Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente Escritura ou no Anexo I somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente e o respectivo Anexo I e precedida de assembléia de debenturistas realizada nos termos da cláusula VI.

X. NOTIFICAÇÕES

10. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:


Para a MRS	Para o Agente Fiduciário
<p>Sr. Julio Cesar Pinto MRS Logística S.A. Praia de Botafogo, nº 228, sala 1201 E, ala B, 22.359-900 – Rio de Janeiro – RJ tel: (21) 2559-4600 fax: (21) 2552-2635 e-mail: daf@mrs.com.br</p>	<p>Sr. Mauricio da Costa Ribeiro Pentágono S.A. DTVM Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, Rio de Janeiro, RJ tel: (21) 3325-5059 fax: (21) 3325-5969 e-mail: pentagono@pentagonotruster.com.br</p>

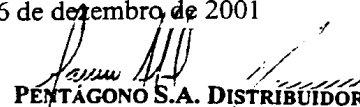
XI. DO FORO

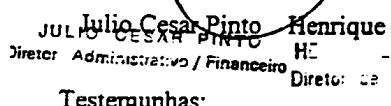
11. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

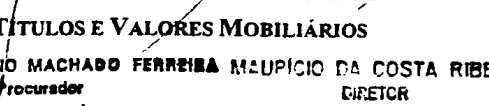
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 11 (onze) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2001

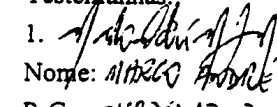

MRS LOGÍSTICA S.A.
Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo / Financeiro

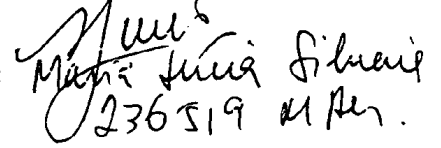

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Henrique Aché Pillar
Diretor de Desenvolvimento


MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA
Procurador


MAURICIO DA COSTA RIBEIRO
Diretor

Testemunhas:

1. 
Nome: *Alfredo Antonio*
R.G.: 04826713-2

2. 
Nome: *Mauricio da Costa Ribeiro*
R.G.: 236519

128 C.R.C.P.N. - Tabelionato A das Américas, 3939 - Bloco I
Rua N. Barre, Tabela: 3088 FRANCISCO CORREIA. Reconheço por
semelhança as firmas de: MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA e MAGALDI
DA COSTA RIBEIRO
No: 26286
Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2001. Conf. por:
Em testemunho da verdade Valor: 5,22
MARCIA DE LUCENA LEVASSOR - Escrevente
IBK86000
IBK86001

COLEGIO DA JUSTICA - RJ
SELO DE FISCALIZACAO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
TATO
IBK86000
COLEGIO DA JUSTICA - RJ
SELO DE FISCALIZACAO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
TATO
IBK86001

Av. Presidente Antônio Carlos, 607 – 9º - Andar - Rio de Janeiro - RJ
CEP.: 20020-010

Antônio Marins Peixoto Filho

Official

Alexandre Augusto Feijó Nicolau

Substituto

REGISTRO AUXILIAR

30
Av.

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Presidente Antônio Carlos, 607 - 9º Andar - Rio de Janeiro - RJ

Case: 2002-010

- NÚMERO

1316

FICHA

1

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES: (Protocolo nº 194. 918 de 07.12.2001)
Instrumento Particular de segunda Emissão de 70.000 Debêntures não conversíveis em ações, datado de 06.12.2001, com Anexo I da mesma data, hoje arquivados, figurando como EMISSORA MRS LOGÍSTICA S.A., com sede nesta Cidade, na Praia de Botafogo nº 228 - Sala 1201E, ala B, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.417.222/0001-77; e COMO AGENTE FIDUCIÁRIO: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede nesta Cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.
Autorização: O Instrumento Particular de Debêntures, acima mencionado, é celebrado com base nas aprovações deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 19.09.2001, cuja ata foi publicada em 28.09.2001; e nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 19.09.2001; 09.11.2001; e 03.12.2001, cujas atas foram publicadas respectivamente em 28 de setembro de 2001, 14 de novembro de 2001 e 10 de dezembro de 2001.- Todas as Atas foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Diário Mercantil.- Quantidade de Títulos: Serão emitidas até 70.000 (setenta mil) Debêntures, - Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será R\$10.000 (dez mil reais) na Data da Emissão.- Séries: A presente emissão será dividida em 02 séries; a primeira série doravante "Primeira Série", será de até vinte e cinco (25.000) debêntures totalizando até duzentos e cinquenta milhões de reais (R\$250.000.000,00) na data da emissão.- a Segunda série, doravante denominada "Segunda Série", será de até quarenta e cinco mil (45.000) debêntures, totalizando até quatrocentos e cinquenta milhões de reais (R\$450.000.000,00), na data da emissão.- As debêntures de 1ª e 2ª Séries, serão remuneradas e renderão juros remuneratórios, conforme o estipulado nos itens 3.5 e 3.6 do Instrumento Particular acima mencionado.- Valor da Emissão: O valor total da emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data da Emissão.- Tipo e Forma: As Debêntures terão a forma nominativa escritural e não serão conversíveis em ações, da MRS.- Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito das Debêntures aberta em nome do debenturista, emitido pela Instituição Depositária das Debêntures.- Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos, quando depositados no SND.- Espécie e Garantia: As debêntures serão da espécie com garantia flutuante na forma do disposto no artigo 58 da Lei 6404/76 e terão garantia pignoratícia adicional representada por caução, em favor dos debenturistas, de direitos creditórios oriundos dos contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e Minerações

Continua no verso

Continua no verso

REGISTRO AUXILIAR

NUMERO 1316	FICHA 1
VERSO	

Brasileiras Reunidas S.A. - MRB, Companhia Siderúrgica Nacional e Ferteco Mineração S.A., conforme "Contrato de prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças, que integra a presente escritura como seu Anexo I.- A MRS se obriga a manter até o integral pagamento de todas as suas obrigações, sob as debêntures da presente emissão, o limite mínimo de garantia flutuante exigido pelo artigo 60 parágrafo 1º, "b" da Lei nº 6404/76.- Preço de subscrição e Forma de Integralização: As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário, acrescido da respectiva Remuneração ou Atualização Monetária e Juros Remuneratórios, conforme o caso, calculados "pro rata temporis", desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional no ato da subscrição.- A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos-SDT, disponibilizado pela CETIP.- Multa e Juros Remuneratórios: Ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures de ambas as séries, sob os respectivos débitos em atraso continuarão a incidir as respectivas remunerações previstas nos itens 3.5 e 3.6 acima, acrescidas de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, calculados "pro rata temporis", desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional irredutível e não compensatória de seis por cento (6%) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial.- Local de Pagamento: Os pagamentos referentes ao principal e à remuneração a que fazem jus as debêntures de ambas as séries serão efetuadas pela MRS por intermédio do SND. Para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND, os pagamentos serão efetuados na sede da Instituição Financeira das debêntures ou na sede da MRS.- DO AGENTE FIDUCIÁRIO: A MRS nomeia e constitui o Agente Fiduciário desta emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a MRS.- Demais cláusulas e condições, as constantes do título.- Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2001.-

SELO: RAO Nº 42762. O OFICIAL

REGISTRO DE IMOVEIS - 3º OFÍCIO
AV. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, 607 - 9º ANDAR

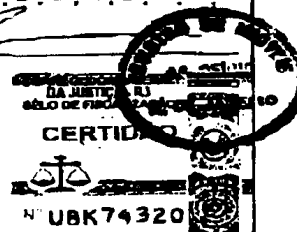
CERTIDÃO: Certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução autêntica da matrícula a que se refere, extraída nos termos do artº 19, parágrafo primeiro da Lei nº 6.015 de 1973, dela constando os eventuais GNUS que recaiam sobre o imóvel.

Em _____ de _____
Rio de Janeiro, 11/12/2001

O Oficial.

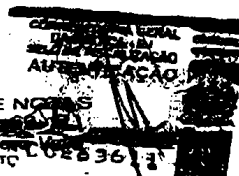
de Registro de Imóveis
ALEXANDRE A. FILIO NICOLAU
Substituto

Envolventes e Lei 3217/99-3350/99
R\$ 16,39



3º Ofício de Notas-Rua do Carmo, 67-ARRELAÇÃO.
Certifico e dou fé que a presente cópia e reprodução autêntica da respectiva face do original que se lhe apresentou.
Conf. por: Custas: R\$ 12,78
Rio de Janeiro RJ, 12.12.2001

Reynoldo de Almeida
SUBSTITUTO



ANEXO I



Este Anexo I é parte integrante da Escritura Particular de Emissão Pública de Setenta Mil (70.000) Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da MRS Logística S.A. celebrado entre MRS Logística S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 6 de dezembro de 2001.

Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças celebrado entre MRS Logística S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S/A e Ferteeco Mineração S/A em 9 de novembro de 2001

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2001

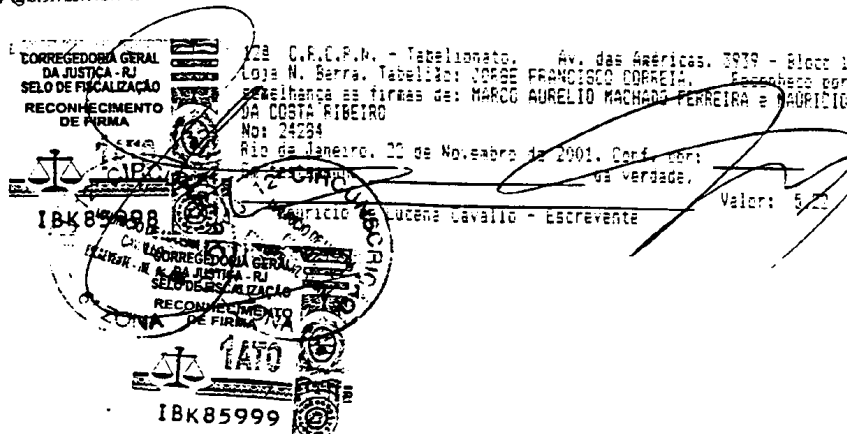
MRS LOGÍSTICA S.A.
JULIO CESAR PINTO **Henrique Aché Pillar**
 Diretor Administrativo / Financeiro **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA **MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO**
 Procurador **DIRETOR**

Testemunhas:

1. **MARCUS LUCINDIVAN** 2. **MARCO ANDRÉ MARTINS GUIMARÃES**
 Nome: **236519 M AR** Nome: **04826713-2 IFD**
 R.G.: **236519 M AR** R.G.: **04826713-2 IFD**

F:\g\0159705714\5714ec12.doc



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA PIGNORATÍCIA E OUTRAS
AVENÇAS**

Pelo presente instrumento, as partes abaixo qualificadas:

MRS LOGÍSTICA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201E, ala B, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 01.417.222/0001-77, na qualidade de devedora pignoratícia e garantidora, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada “MRS”;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade anônima com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 3.333 – salas 307 – 309, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures (doravante designados “Debenturistas”) integrantes da primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da MRS, na qualidade de credores pignoratícios, neste ato representado de acordo com seu estatuto social, doravante designado “Agente Fiduciário”;

e, como intervenientes anuentes (doravante “Intervenientes Anuentes”),

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, 36º andar e sala 3402, inscrita no CNPJ sob nº 33.042.730/0001-04, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante designada “CSN”;

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 300 – 8º andar, inscrita no CNPJ sob nº 33.417.445/0001-20, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante designada “MBR”;

FERTECO MINERAÇÃO S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, 26 / 22.º andar - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 33.078.320/0001-13, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante designada “Ferteco”; e

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., instituição financeira com sede na



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 891, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 33.700.394/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominado “Unibanco”,

CONSIDERANDO QUE a MRS deliberou em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2001, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJ”) sob o nº 00001188289 e nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de setembro de 2001 e 9 de novembro de 2001, devidamente arquivadas na JUCERJ sob o nº 00001188288 e 1200154 respectivamente, a emissão de até setenta mil (70.000) debêntures (“Debêntures”) divididas em duas (2) séries, sendo a primeira de até vinte e cinco mil (25.000) Debêntures e a segunda de até quarenta e cinco mil (45.000) Debêntures, todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de dez mil reais (R\$10.000,00) em 1º de outubro de 2001 (“Data de Emissão”), da espécie com garantia flutuante, contando com garantia pignoratícia adicional representada por caução de recebíveis, para subscrição pública, na forma da “Escritura Particular de Emissão de 70.000 Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão da MRS Logística S/A” (“Escritura”), da qual este contrato é anexo;

CONSIDERANDO QUE a MRS tem fluxo de recebíveis oriundos de contratos de prestação de serviços de transporte celebrados com CSN, MBR e Ferteco, sendo tais contratos doravante designados, respectivamente, “Contrato com CSN”, “Contrato com MBR” e “Contrato com Ferteco” e, em conjunto, os “Contratos de Transporte”, cópias dos quais encontram-se anexas e integram o presente instrumento como seu Anexo I;

CONSIDERANDO QUE os recursos oriundos do fluxo de recebíveis acima mencionado serão depositados em conta corrente de titularidade da MRS no Unibanco;

CONSIDERANDO QUE a MRS deseja prestar garantia pignoratícia na forma aqui indicada em favor dos Debenturistas, como garantia do pagamento integral e pontual de todas as obrigações da MRS sob as Debêntures;

RESOLVEM as partes, devidamente autorizadas por seus respectivos estatutos sociais, formalizar o presente Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e Outras Avenças, mediante as cláusulas a seguir ajustadas:

I. CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA PIGNORATÍCIA

1.1 Para assegurar o cumprimento integral e pontual de todas as obrigações



pecuniárias, principais e acessórias, oriundas das Debêntures, a MRS empenha, neste ato, em favor dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, e entrega ao Agente Fiduciário para a perfeita formalização do penhor:

i) parcela dos direitos creditórios de sua titularidade (doravante conjuntamente designados "Recebíveis"), atuais e futuros, emergentes dos Contratos de Transporte, dentre os quais ressaltamos, sem exclusão dos demais, o direito ao recebimento de frete a que se referem as respectivas cláusulas "8 – Tarifas" de cada um dos Contratos de Transporte; a parcela dos direitos creditórios empenhada corresponde ao percentual indicado na tabela abaixo de cada crédito que a MRS detiver, durante todo o período dos Contratos de Transporte;

Contrato de Transporte	Percentual do Fluxo de Cada Contrato
Contrato com CSN	setenta e cinco por cento (75%)
Contrato com MBR	cinquenta por cento (50%)
Contrato com Ferteco	setenta e cinco por cento (75%)

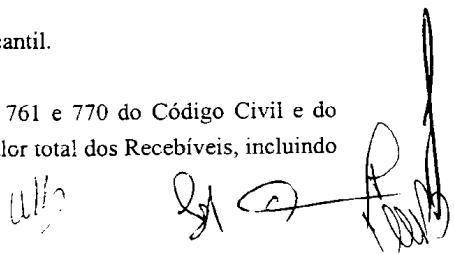
ii) todos os direitos de crédito da MRS contra o Unibanco, em razão de depósitos, presentes ou futuros, na seguinte conta corrente ("Conta Caução")

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A
MRS Logística S.A.
Conta corrente nº 102028-2
Agência 0300 (corporate RJ)

1.2 Tendo em vista que parte do objeto da presente garantia são direitos creditórios futuros, as Partes acordam que a caução de tais Recebíveis reputar-se-á perfeita tão logo os mesmos sejam constituídos, independentemente da assinatura de qualquer outro documento ou da prática de qualquer outro ato por qualquer das partes. Para tal efeito, a constituição dos Recebíveis, através da efetuação da prestação ou realização do evento que os gere, será considerada cumulativamente como (i) contratação da caução sobre os referidos créditos, (ii) entrega deles ao Agente Fiduciário para aperfeiçoamento do penhor e (iii) entrega deles, em depósito, à MRS.

1.3 O penhor aqui previsto tem natureza mercantil.

1.4 Para os efeitos do inciso IV dos artigos 761 e 770 do Código Civil e do artigo 272 do Código Comercial, as partes estimam o valor total dos Recebíveis, incluindo



os presentes e futuros até o mês de outubro de 2007, em aproximadamente um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões de reais (R\$ 1.232.000.000,00), na Data de Emissão das Debêntures. Na mesma data, o saldo da Conta Caução era zero.

1.4.1 O modelo tarifário da MRS e suas premissas de cálculo estão descritos na Reunião do Conselho de Administração da MRS realizada em 2 de fevereiro de 1998, cuja ata integra o presente instrumento como seu Anexo II.

1.5 A MRS neste ato (i) entrega ao Agente Fiduciário uma via assinada original em seu poder de cada um dos Contratos de Transporte; (ii) compromete-se a entregar ao Agente Fiduciário todos os documentos originais representativos dos Recebíveis, comprovatórios da sua exigibilidade ou convenientes à sua cobrança (incluindo, por exemplo, faturas e boletos de cobrança), tão logo os tenha em seu poder.

1.6 A constituição da presente caução não opera ou implica a assunção por parte do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas e/ou do Unibanco de qualquer obrigação da MRS perante quaisquer terceiros, dentre eles CSN, MBR e Ferteco. Da mesma forma, a alienação judicial ou amigável dos bens sujeitos à presente garantia não opera ou implica a assunção de qualquer obrigação da MRS perante quaisquer terceiros, por parte do Agente Fiduciário, dos Debenturistas, do Unibanco e/ou de eventuaiscessionários dos direitos creditórios ora empenhados.

II. DÍVIDA GARANTIDA

2.1 As obrigações da MRS sob as Debêntures encontram-se descritas na Escritura e são integralmente garantidas pela presente caução. Os termos e condições da Escritura são parte do presente contrato como se aqui estivessem transcritos.

2.2 Para fins de execução da garantia aqui constituída, a MRS desde já consente e autoriza o Agente Fiduciário a receber a importância dos Recebíveis, nos termos do artigo 792, IV do Código Civil, empregando os recursos assim obtidos na amortização dos valores devidos sob as Debêntures, independentemente de qualquer notificação a ou nova autorização da MRS.

III. DEPÓSITO E CONSERVAÇÃO DOS RECEBÍVEIS E DA CONTA CAUÇÃO

3.1 Neste mesmo ato, o Agente Fiduciário entrega os documentos originais representativos dos Recebíveis e dos créditos oriundos da Conta Caução em depósito à MRS, que se obriga a possuí-los em nome e por conta do Agente Fiduciário, a título



gratuito, bem como entregá-los imediatamente ao Agente Fiduciário quando lhe for exigido, sob as penas da lei, especialmente a pena prevista pelo artigo 284 do Código Comercial Brasileiro e pelo artigo 904, do Código de Processo Civil.

3.2 A MRS deverá praticar todos os atos necessários à conservação dos Recebíveis e da Conta Caução. Assistirá à MRS o direito de cobrar os Recebíveis durante a vigência da presente caução, obrigando-se a mesma perante o Agente Fiduciário a tomar todas as medidas legalmente admitidas e adotar todos os procedimentos necessários para obter o pagamento integral e pontual dos Recebíveis e, na hipótese de atraso no pagamento por CSN, MBR e/ou Ferteco, o pagamento integral dos Recebíveis acrescido dos encargos moratórios e multas cabíveis, na brevidade possível.

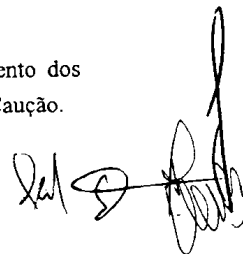
3.3 A Conta Caução não será movimentável por cheque. Os recursos ali creditados deverão ser depositados em conta corrente indicada ao Unibanco pela MRS.

3.4 Fica expressamente estabelecido que caso os Intervenientes Anuentes ou a MRS denunciem os respectivos Contratos de Transporte em que figuram como parte, nos termos da cláusula 7.2 dos contratos mencionados, todos os valores depositados na Conta Caução ficarão automaticamente retidos e os recursos somente poderão ser utilizados para amortização do saldo das debêntures e pagamentos de quaisquer encargos devidos, nas respectivas datas de vencimento. Nessa hipótese, a administração das disponibilidades ali depositadas ficará sob encargo do Agente Fiduciário que deverá aplicar os recursos imediatamente em (i) quotas fundos de investimento de renda fixa, que aplique em títulos públicos federais, administrados pelas seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander do Brasil S.A., Banco ABN AMRO S.A. e Banco Itaú S.A. ou (ii) certificados de depósito bancário - CDB das seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A.

3.4.1 O Agente Fiduciário deverá reter os recursos depositados na Conta Caução até o montante necessário para a liquidação das debêntures em circulação. Sempre que o Agente Fiduciário constatar que os recursos da Conta Caução são suficientes para pagamento do saldo das debêntures e respectivos encargos, calculados *pro rata temporis*, ele deverá depositar os recursos excedentes em conta corrente indicada pela MRS.

IV. PAGAMENTO DOS RECEBÍVEIS

4.1 Os Intervenientes Anuentes obrigam-se a realizar o pagamento dos valores relativos aos Recebíveis exclusivamente mediante crédito na Conta Caução.



4.1.1 Caso a MRS receba quaisquer valores em pagamento dos Recebíveis que não mediante crédito na Conta Caução, a MRS compromete-se a depositar na Conta Caução os respectivos valores por ela recebidos.

4.2 Todos os tributos, despesas e outros encargos relacionados ao crédito dos valores relativos aos Recebíveis na Conta Caução serão suportados pela MRS. Caso o crédito na Conta Caução seja feito por valor inferior ao que seria o valor dos Recebíveis, sem os descontos em virtude da incidência de tributos, despesas ou encargos, a MRS estará obrigada a depositar na conta em questão os valores adicionais necessários para que o valor líquido nela depositado seja igual ao valor dos Recebíveis, sem quaisquer dos descontos acima mencionados.

4.3 Ainda, a MRS desde já consente e autoriza o Agente Fiduciário a, por ocasião de inadimplimento das obrigações da MRS sob as Debêntures ou vencimento antecipado das mesmas, sacar o produto da realização dos Recebíveis da Conta Caução e/ou de quaisquer outras contas correntes da MRS nas quais o produto da realização dos Recebíveis tenha eventualmente sido recebido, até o limite necessário para amortizar os valores devidos sob as Debêntures, independentemente de qualquer notificação a ou nova autorização da MRS. A partir desse evento, a MRS não poderá sacar ou retirar quaisquer valores recebidos pela Conta Caução. Para efetuar o procedimento aqui previsto, o Agente Fiduciário deverá notificar o Unibanco sobre o evento, enviando cópia da notificação à MRS.

V. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA MRS

5.1 Enquanto perdurarem as obrigações sob as Debêntures, a MRS deverá:

- i) encaminhar ao Agente Fiduciário até o quinto (5º) dia útil de cada mês, relatório bancário detalhado, referente ao mês imediatamente anterior, da (a) Conta Caução e (b) se for o caso, eventuais outras contas nas quais Recebíveis tenham sido pagos; esse relatório deverá demonstrar o Movimento Mensal e Movimento Trimestral da Conta Caução abaixo mencionados, discriminando o total de cada um dos Internistas Anuentes e o percentual ; o modelo do relatório bancário integra o presente instrumento como seu Anexo III;
- ii) encaminhar ao Agente Fiduciário até o quinto (5º) dia útil de cada mês relatório referente ao mês imediatamente anterior contendo, no mínimo, sumário dos Recebíveis em carteira, daqueles em atraso, daqueles efetivamente pagos ou gerados no período, e dos procedimentos que estiver adotando para a cobrança dos Recebíveis inadimplidos;



- iii) prestar imediatamente ao Agente Fiduciário, sempre que este lhe solicitar, esclarecimentos detalhados sobre a origem ou destinação de quaisquer recursos lançados a crédito ou a débito na Conta Caução;
- iv) encaminhar ao Agente Fiduciário em até cinco (5) dias úteis contados do recebimento da solicitação deste, quaisquer documentos adicionais relacionadas aos extratos e relatórios indicados acima;
- v) prestar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer informação que este lhe solicitar sobre os serviços que originam Recebíveis, sobre a ocorrência de outros eventos que originam Recebíveis e sobre o pagamento dos Recebíveis;
- vi) não consentir com ou efetuar a alienação, oneração, cessão ou transferência dos Recebíveis a quaisquer terceiros, sob qualquer forma, sem a prévia e expressa autorização por escrito do Agente Fiduciário;
- vii) não rescindir os Contratos de Transporte, nem renunciar, transigir ou concordar com qualquer alteração aos termos de tais contratos ou às condições de pagamento dos Recebíveis sem a prévia anuência do Agente Fiduciário;
- viii) não contratar, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, qualquer acordo com os Intervenientes Anuentes que conceda à esses últimos o direito de compensarem créditos e valores contra a MRS;
- ix) indicar em todas as faturas que serão encaminhadas a CSN, MBR e Ferteco instruções de pagamento em conformidade com o item 4.1 deste contrato;
- x) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de cinco (5) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração ou perecimento dos bens dados em garantia; neste caso, a MRS deverá imediatamente oferecer em garantia ao Agente Fiduciário bens adicionais cujo valor, liquidez e percepção de risco sejam pelo menos equivalentes ao dos bens que diminuíram, desvalorizam-se, deterioraram-se ou pereceram, cabendo ao Agente Fiduciário aceitá-los ou exigir outros bens para reforçar a garantia.

VI. MOVIMENTO MÍNIMO DAS CONTAS CAUÇÃO

- 6.1 A Conta Caução deverá sempre ter, considerando-se um período de três
- (3) meses, lançamentos a crédito que somem, no mínimo, cinquenta e sete milhões de



reais (R\$57.000.000,00) ("Movimento Trimestral"); isto é, a soma de todos os lançamentos a crédito das Contas Caução, nos três meses imediatamente anteriores ao mês de apuração, deverá ser de, no mínimo, cinquenta e sete milhões de reais (R\$57.000.000,00).

6.1.1 Havendo o descumprimento desta cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e utilizar o saldo da Conta Caução para pagamento das Debêntures, nos termos do item 4.3 acima.

6.2 A Conta Caução deverá sempre ter, considerando-se um período de um (1) mês, lançamentos a crédito que somem, no mínimo, dezenove milhões de reais (R\$ 19.000.000,00) ("Movimento Mensal").

6.3 Durante o prazo das Debêntures, o Movimento Mensal poderá ser inferior dezenove milhões de reais (R\$19.000.000,00) e superior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00) por até dois meses consecutivos. Em cada ocorrência, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS alertando-a sobre tal fato.

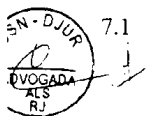
6.3.1 Se o Movimento Mensal for inferior dezenove milhões de reais (R\$19.000.000,00) e superior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00), por três meses consecutivos, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e utilizar o saldo da Conta Caução para pagamento das Debêntures, nos termos do item 4.3 acima.

6.4 Durante o prazo das Debêntures, o Movimento Mensal poderá ser inferior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00) por até dois meses, consecutivos ou não. Em cada ocorrência, o Agente Fiduciário deverá notificar a MRS alertando-a sobre tal fato.

6.4.1 Se, por três meses, consecutivos ou não, o Movimento Mensal for inferior a dezoito milhões de reais (R\$18.000.000,00), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e utilizar o saldo da Conta Caução para pagamento das Debêntures, nos termos do item 4.3 acima.

6.5 A eventual falta de notificação prevista nos itens 6.3 e 6.4 não excluirá o direito de o Agente Fiduciário de declarar vencidas antecipadamente as Debêntures nas hipóteses previstas neste Contrato ou na Escritura.

VII. DECLARAÇÕES



7.1

A MRS neste ato declara ao Agente Fiduciário, para todos os fins de

direito, que:

- i) é a única e exclusiva titular dos Recebíveis e da Conta Caução, sendo plenamente válida e eficaz a caução aqui avençada, nos termos da legislação em vigor;
- ii) os Recebíveis e a Conta Caução encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames (exceto os constituídos em favor dos Debenturistas nos termos deste contrato e 40% dos créditos do Contrato com MBR em favor da Mitsui & CO., LTD.), e assim permanecerão até o pagamento integral de todas as obrigações da MRS sob as Debêntures; e
- iii) os instrumentos que consubstanciam os Recebíveis foram ou serão devidamente celebrados e/ou emitidos, constituindo obrigações válidas e exigíveis conforme os seus termos.

7.1.1 A MRS obriga-se a fazer com que as declarações acima prestadas permaneçam válidas até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures.

VIII. VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1 O descumprimento ou falsidade de quaisquer termos das cláusulas IV, V ou VII em particular e deste contrato em geral provocarão o vencimento antecipado das Debêntures e deste contrato, sem prejuízo do disposto na Escritura e das demais sanções legais cabíveis.

IX. DOS INTERVENIENTES-ANUENTES E DO UNIBANCO

9.1 CSN, MBR e Ferteco expressamente declaram ter ciência da caução dos Recebíveis nos termos aqui estipulados, e comprometem-se a observar especialmente o disposto no item 4.1. da cláusula IV acima.

9.2 CSN, MBR e Ferteco expressamente autorizam a divulgação pela MRS de informações sobre os Contratos de Transportes na medida necessária para a emissão das Debêntures.

9.3 Unibanco comparece neste instrumento para tomar ciência da caução dos Recebíveis e da Conta Caução e anuir com os procedimentos de utilização dos recursos para pagamento das Debêntures previstos no item 4.3.



X.

EXTINÇÃO DA CAUÇÃO DOS RECEBÍVEIS E CONTA

CAUÇÃO

10.1 A caução dos Recebíveis e da Conta Caução constituída neste contrato permanecerá vigente até o pagamento integral de todas as obrigações da MRS sob as Debêntures, evidenciado pela quitação integral emitida pelo Agente Fiduciário.

XI. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A MRS deverá registrar o presente contrato, em até dez (10) dias úteis a contar da data da sua assinatura, junto a Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, devendo arcar com todos os custos e despesas decorrentes de tais registros. Em até cinco (5) dias úteis após sua obtenção dos registros, a MRS encaminhará documentos comprobatórios ao Agente Fiduciário, sob pena de multa no valor de um por cento (1%) sobre o valor total das Debêntures. Sem prejuízo do disposto neste item, caso a MRS não tenha realizado os registros no prazo acordado, poderá o Agente Fiduciário fazê-los, correndo todos os custos e despesas por conta da MRS.

11.2 As Partes concordam que a cláusula 15 dos Contratos de Transporte (Sigilo) não será aplicável quando a descrição de seu conteúdo ou a sua exibição na forma de anexo a este Contrato.

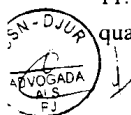
11.3 Este contrato só poderá ser alterado por instrumento assinado por todas as partes.

11.4 A MRS não poderá ceder ou transferir a qualquer título, quaisquer de seus direitos e/ou obrigações relativas a este contrato sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário.

11.5 Todas as notificações pertinentes a este contrato deverão ser realizadas por escrito e serão suficientes quando entregues com prova de entrega ao endereço respectivo de cada parte indicada no preâmbulo deste contrato, ou outro endereço que venha a ser indicado por uma parte às demais.

11.6 As disposições da Escritura complementam o presente contrato para efeito de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados, sendo entretanto o presente instrumento autônomo para fins de execução da garantia aqui prevista.

11.7 A tolerância do Agente Fiduciário, relativamente à falta de cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelas demais partes, não implicará, em qualquer hipótese,



DE NOTAS

novação, perdão ou renúncia dos direitos dele ou dos Debenturistas aqui pactuados, bem como não representará qualquer alteração deste contrato.

11.8 Este contrato obriga as partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.9 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes assim acertadas, assinam o presente contrato em onze (11) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2001.

MRS LOGÍSTICA S.A.
JULIO CESAR PINTO
Diretor Administrativo e Financeiro
Nome: **HENRIQUE ACHÉ PILLAR**
Cargo: **Diretor de Desenvolvimento**

PENTÁGONO S.A.
Nome: **SERGIO DA COSTA RIBEIRO**
Cargo: **DIRETOR**

VALORES MOBILIÁRIOS
Nome: **MARCOS AURÉLIO MACHADO FERREIRA**
Cargo: **Procurador**

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
Nome: **MARCIO VON KRÜGER**
Cargo: **REUNIDAS S.A.**

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Nome: **HUGO SERRADO STOFFEL**
Cargo: **TELEFÔNICA FALCÃO**

MINERAÇÕES BRASILEIRAS
Nome: **MARCIO GULFETTI**
Cargo: **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**

FERTECO MINERAÇÃO S.A.
Nome: **Chequer Hanna Bou-Habib**
Cargo: **Diretor Presidente**

Valéria Maia Barcellos
Nome: **Procuradora**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Nome: **MARCIO GULFETTI**
Cargo: **UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.**

Testemunhas:

Nome: **Mari da Silveira Montanari**
RG: **19.141.846-8**

Nome: **Gloria Mallett**
RG: **4.695.874**



607

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº
S10721603, QUE ENTRE SI FAZEM A
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL E
A MRS LOGÍSTICA S/A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller 116, 36º andar e sala 3402, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.042.730/0001-04, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "CSN"; e, de outro lado,

MRS LOGÍSTICA S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201-E, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "CONTRATADA";

resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços ("CONTRATO"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - OBJETO

- 1.1. É objeto deste CONTRATO a prestação à CSN, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro, carvão, coque e outros redutores, a partir dos terminais de carregamento de minério de ferro denominado Casa de Pedra, localizado no município de Congonhas do Campo - MG, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais e de carvão e coque, denominado TECAR, localizado na Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro, até a Usina Presidente Vargas ("UPV"), em Volta Redonda - RJ. Os serviços serão executados em estrita conformidade com as disposições do presente CONTRATO e dos documentos mencionados na Cláusula 2.1 abaixo ("SERVIÇOS").



1 de 19



- 1.2. Com vistas a uma equilibrada relação entre SERVIÇO e tarifa, comprometem-se as partes a disponibilizar e transportar os seguintes volumes:

Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)	Carvão, Coque e Outros Redutores (milhões de toneladas)
2001 (*)	2,0	0,9
2002	8,2	3,9
2003	8,7	4,2
2004	8,7	4,3
2005	8,7	4,3
2006	8,7	4,3
2007 (**)	6,5	3,2

(*) Valores de outubro a dezembro

(**) Valores de janeiro a setembro

- 1.3. A CSN confirmará, até o dia 31 de outubro de cada ano, a quantidade programada para o ano seguinte, que poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelagem básica para o ano em questão, indicado no item 1.2.
- 1.4. A CSN poderá, a qualquer momento, ajustar a tonelagem básica de um ano específico, desde que com antecedência mínima de 24 meses em relação ao início do ano em questão, conforme indicado no item 1.2.

CLÁUSULA 2. DOCUMENTOS CONTRATUAIS

- 2.1. Os documentos abaixo relacionados, rubricados pelas Partes, fazem parte integrante e complementar deste CONTRATO:
- 2.1.1. ANEXO I – Tarifas por origem/destino;
 - 2.1.2. ANEXO II – Pesos máximos e mínimos de carregamento por vagão;
 - 2.1.3. ANEXO III – Condições operacionais e critérios para liberação de vagões para transporte;
 - 2.1.4. ANEXO IV – Modelo de correspondência da CONTRATADA.
- 2.2. As disposições deste CONTRATO prevalecem sobre as de seus ANEXOS e, na hipótese de divergência entre estes, a prevalência será determinada pela ordem em que estão relacionados na Cláusula 2.1 acima.

CLÁUSULA 3. OBRIGAÇÕES DA CSN

- 3.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a CSN obriga-se a:



2 de 19



- 3.1.1. Realizar, por si e/ou seus prepostos, as operações de carga e descarga.
- 3.1.2. Responsabilizar-se pelo controle da quantidade de carga que será transportada em cada vagão, devendo, com a maior precisão alcançável, na prática, em instalações da natureza das utilizadas para os serviços a que se refere este CONTRATO, fazer com que o carregamento seja realizado de maneira que o peso total da carga útil da composição ferroviária em uso não exceda a soma total final das lotações nominais máximas de cada vagão desta mesma composição, que constam no Anexo II do presente CONTRATO.
- 3.1.2.1. Fica reservado à CONTRATADA a prerrogativa de, a qualquer tempo, realizar pesagem aleatória, sistemática ou por amostragem de vagões, grupo de vagões ou das composições completas, na origem do carregamento.
- 3.1.2.2. Ultrapassado o peso total da carga útil máxima de cada composição, fato constatado no ato da entrega da documentação de carregamento, o trem ou os vagões deverão ser de logo aliviados do excesso de carga, a custo da CSN, até que haja o pleno enquadramento do trem ou dos vagões nos limites de peso previstos no Anexo II; o material retirado para aliviar o excesso de peso, se perdido ou desprezado, não será repostado ou indenizado pela CONTRATADA.
- 3.1.3. Disponibilizar, sempre que solicitado pela CONTRATADA, toda e qualquer documentação relativa ao carregamento de cada composição;
- 3.1.4. Devolver à CONTRATADA, após a operação de descarga, os vagões limpos e livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte (água, lixo, fitas, vergalhões, etc.) para realização de novos carregamentos;
- 3.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção das instalações das linhas ferroviárias e chaves de seus terminais de carga e descarga. Quando solicitada, a CONTRATADA poderá realizar os serviços de manutenção nos citados terminais, mediante acordo entre as Partes;
- 3.1.6. Confirmar, até o dia 25 de cada mês, a programação de paradas para manutenção de equipamentos de carga e descarga para o mês seguinte, superiores a 24 horas, sendo certo que a CSN envidará sempre seus melhores esforços na busca antecipada do fornecimento desta informação, permitindo a CONTRATADA realocar seus ativos.
- 3.1.7. Informar ao CCO – Centro de Controle de Operações - da CONTRATADA em Juiz de Fora, as eventuais suspensões não programadas das operações de carga e descarga das composições, se superiores a 4 (quatro) horas consecutivas, bem como a previsão de restabelecimento dessas operações;
- 3.1.8. Disponibilizar os terminais constantemente aptos a receber os trens e a permitir a realização do serviço de carga e descarga durante as 24 (vinte e quatro) horas do

3 de 19





Contrato nº S10721603

dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, à exceção dos períodos de manutenção;

3.1.9. Elaborar e informar, até 31 (trinta e um) de outubro de cada ano, o Programa Anual de Transporte (PAT) do ano seguinte, que deverá conter subprogramas mensais que distribuam, da maneira mais uniforme possível, o volume de carga a transportar por força deste instrumento e no qual serão ainda relacionados os volumes por estação de carregamento, atendendo o seguinte princípio:

3.1.9.1. Até 5 (cinco) dias de antecedência ao final de cada mês, a CSN informará à CONTRATADA o programa efetivo de carregamento do mês subsequente, com origens e destinos especificados, devendo a CONTRATADA confirmá-lo até o último dia útil de cada mês.

3.1.10. Praticar, através de seu Contraparte, atos, nos limites deste CONTRATO, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito da CSN, inclusive, mas não limitado a:

3.1.10.1. Recusar o transporte em vagões que estejam em desacordo com as condições estabelecidas no Anexo III, nas condições previstas neste CONTRATO ou com as informações fornecidas pela CSN, até que as irregularidades sejam sanadas;

CLÁUSULA 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO e nos documentos a que se refere a Cláusula 2 acima, a CONTRATADA obriga-se a:

4.1.1. Realizar as operações de transporte aqui previstas em trens unitários, por conta e risco da CONTRATADA, desde a chave de acesso às instalações de carregamento até a entrega das composições no pátio de intercâmbio com a "UPV", compreendendo igualmente, os trabalhos de movimentação das respectivas composições ferroviárias, visando às operações de carga ora tratadas. Procedimentos operacionais serão estabelecidos entre a CSN e a CONTRATADA;

4.1.2. Disponibilizar à CSN, as informações necessárias para que esta possa planejar adequadamente as suas operações de carga e descarga.

4.1.3. Entregar à CSN, para operação de carga, os vagões limpos para novos carregamentos, livres de qualquer material que possa contaminar o produto a ser carregado, e garantir que os mesmos, após a operação de transporte, apresentem-se para descarga livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte, tais como água, lixo, vergalhões, fitas etc.

4.1.4. Comunicar imediatamente à CSN por telefone, caso ocorra acidente com qualquer composição ferroviária alocada no serviço previsto neste CONTRATO e,





Contrato nº S10721603

em seguida, via fax ou e-mail, o prefixo do trem ou trens envolvidos, a quantidade de vagões relacionados, a data, hora e local do acidente e as providências a serem adotadas; se houver perda parcial ou total do produto transportado e não tendo havido culpa comprovada da CSN no evento, a CONTRATADA deverá ressarcir à CSN o preço do produto perdido, declarado em Nota Fiscal em até 30 (trinta) dias corridos, facultando à CSN a cobrança de encargos, conforme disposto na cláusula 9, item 9.6 deste CONTRATO.

- 4.1.4.1. Quando o acidente ocorrer dentro dos terminais de carga ou descarga da CSN ou de seus prepostos, a CONTRATADA indenizará a CSN pelos prejuízos causados. Caso o mesmo tenha sido motivado pela CSN ou seus prepostos, caberá a esta indenizar a CONTRATADA pelos valores que vier a desembolsar com reparação de vias e equipamentos, não cabendo à CSN nenhuma indenização referente à carga.
- 4.1.5. Planejar, conduzir e executar os SERVIÇOS com integral observância (i) às disposições deste CONTRATO; (ii) às normas de segurança do transporte e medicina do trabalho previstas na legislação em vigor, obrigando-se ainda a prover seu pessoal com materiais e equipamentos de proteção e segurança individual adequados; (iii) às normas dos órgãos oficiais competentes de controle ambiental e (iv) às normas disciplinares e de segurança da CSN, orientando seu pessoal e exigindo do mesmo o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela CSN, a ser disponibilizado à CONTRATADA.
- 4.1.6. Arcar com toda e qualquer despesa decorrente da execução dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando a, danos ao meio ambiente, todas as multas fiscais e quaisquer outras incidentes, direta ou indiretamente, sobre os equipamentos e/ou SERVIÇOS; todos os tributos, taxas e contribuições municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos SERVIÇOS, e todas as licenças municipais, estaduais e federais necessárias à execução dos SERVIÇOS, exceto os do item 8.2
- 4.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas e ônus causados à CSN e/ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados e/ou prepostos e oriundos de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos SERVIÇOS, bem como tomar todas as medidas cabíveis para a resolução e ressarcimento dessas ocorrências.
- 4.1.8. Responsabilizar-se por qualquer indenização devida em decorrência de danos e/ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus empregados e subcontratados à CSN e/ou a terceiros, bem como pelo pagamento de quaisquer encargos devidos em decorrência da inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes aplicáveis à execução dos SERVIÇOS e por danos sofridos pela CSN em virtude da não adequação dos SERVIÇOS ao escopo aqui previsto.
- 4.1.9. Comunicar imediatamente e por escrito ao Contraparte da CSN ou a quem este indicar qualquer ocorrência imprevista que venha a afetar as cargas sob sua responsabilidade ou o transporte das mesmas, tais como, mas não se limitando

5 de 19





Contrato nº S10721603

a: acidentes, apreensões, interrupções de ferrovias, furto, avarias nos vagões, desencontro de ordens. Estas ocorrências, no entanto, não desobrigam a CONTRATADA de fazer chegar a carga ao destinatário sem quaisquer ônus adicionais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

- 4.1.10. Comunicar, por telefone e por escrito imediatamente à CSN, mantendo seus sistemas atualizados, em qualquer hipótese de mudança ou troca de ordem nas composições ferroviárias entre trechos compreendido do Terminal de carga ao de descarga.

CLÁUSULA 5. ASPECTOS TRABALHISTAS

- 5.1. As Partes são as únicas e exclusivas responsáveis pelos contratos de trabalho de seus empregados e subcontratados, não podendo ser argüida solidariedade das partes, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre a CSN e os empregados e subcontratados da CONTRATADA e vice-versa.

- 5.1.1 A CONTRATADA obriga-se a pagar pontualmente os salários de seus empregados, tributos, contribuições e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o custo da mão-de-obra e/ou sobre os SERVIÇOS, e os custos relativos ao seguro de seus empregados (inclusive o de acidente de trabalho), comprovando perante a CSN, sempre que por esta solicitado, o cumprimento dessas obrigações.

CLÁUSULA 6. CONTRAPARTE

- 6.1. As partes indicam neste ato um representante, que atuará como seu interlocutor para os assuntos relacionados a este CONTRATO ("Contraparte"), com poderes para orientar a prestação dos SERVIÇOS, fornecer e receber todas e quaisquer informações. A substituição do Contraparte deverá ser formalizada por escrito.

Contraparte da CSN: Dimas Bonafé

Contraparte da CONTRATADA: Douglas Rettore.

CLÁUSULA 7. PRAZO

- 7.1. O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de seu encerramento formal, com a emissão do Termo de Encerramento Contratual.



6 de 19





Contrato nº S10721603

- 7.2. O prazo de execução dos SERVIÇOS tem início em 01/10/2001 e término em 01/10/2007 e será renovado automaticamente por períodos de 3 anos, desde que não denunciado, por qualquer das partes e sem qualquer ônus, com 12 meses de antecedência ao término de cada período do CONTRATO.

CLÁUSULA 8. TARIFAS

- 8.1. As tarifas a serem aplicadas no cálculo dos fretes que se refiram ao transporte objeto deste contrato estão relacionadas no "Quadro de Tarifas", constante no Anexo I e serão calculadas para cada ano civil, levando-se em conta a política tarifária da CONTRATADA e utilizando para isto o modelo tarifário desenvolvido pela CONTRATADA, que tem como pressupostos básicos a neutralidade competitiva, a igualdade de tratamento para todas as cargas, a independência entre situação de cliente e acionista e que assegure que o resultado operacional do transporte de carga remunere, equânime e satisfatoriamente, os acionistas, assim como preste um serviço competitivo e de qualidade aos clientes. As tarifas serão revisadas e informadas anualmente à CSN de acordo com o modelo constante do Anexo IV deste contrato, que dele faz parte integrante, ressalvada sempre a observância às alterações determinadas pelo Poder Público.
- 8.1.1. Pelo transporte de carga objeto deste contrato, a CSN pagará à CONTRATADA frete cujo preço será o resultante da multiplicação da tarifa aplicável, na forma do item anterior, pela tonelagem total do transporte realizado em conformidade com os pesos de balança dos pontos de carregamento, respeitado os pesos mínimos de carregamento por vagão que constam do Anexo II deste CONTRATO.
- 8.1.1.1 Com relação a pesagem dos vagões, tanto no terminal de Casa de Pedra, como no TECAR, a mesma é feita de forma automática, através de balança totalizadora do trem na correia transportadora.
- 8.1.2. Se uma das partes eventualmente vier a realizar, por si ou por terceiros, tarefas que, neste CONTRATO, competem à outra parte, aquela poderá cobrar por estes serviços, mediante prévio acordo escrito entre elas.
- 8.2. Correrão à conta da CSN o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) tributo cujo fato gerador é o serviço de transporte aqui contratado, bem como qualquer outro tributo que, após a data de assinatura do presente, venha a substituir o ICMS nesta operação.
- 8.3. Será concedido desconto de 15% sobre o valor da tarifa quando o transporte for realizado em vagões de propriedade da CSN.
- 8.3.1 A MRS deverá dar prioridade para a utilização de vagões da CSN.

CLÁUSULA 9. FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 9.1. A CONTRATADA emitirá a documentação hábil de cobrança, em conformidade com a legislação vigente e entregará sob protocolo a CSN às segundas-feiras, na Gerência de Contas a Pagar (GPC) Escritório Central da CSN, à Rua 21, nº 10, Vila Santa Cecília – CEP 27.269-900, Volta Redonda – RJ.
- 9.2. A CONTRATADA emitirá a cada segunda-feira, o faturamento relativo aos serviços executados na semana imediatamente anterior. Estando os documentos de cobrança apresentados em conformidade com o disposto neste CONTRATO, a CSN efetuará o pagamento devido mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA, a ser efetuado na sexta-feira da mesma semana, valendo o comprovante do depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 9.2.1. Somente será aplicado as disposições contidas no item 9.2. acima, quando os materiais transportados forem entregues na "UPV".
- 9.3. Caso a CONTRATADA não apresente os documentos de cobrança, no prazo estabelecido no item 9.2, exceto por motivo de feriados, o vencimento do referido pagamento será prorrogado por 5 (cinco) dias a contar da data do recebimento pela CSN dos documentos de cobrança, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.4. Na hipótese de ocorrer entre as partes eventual discordância quanto ao valor da fatura apresentada, a CSN pagará a quantia não controvertida, no prazo contratualmente estipulado, ficando a parcela restante a ser paga após a solução da controvérsia, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.5. Constatada pela CSN qualquer irregularidade em fatura já paga, a CSN poderá descontar esse valor do próximo pagamento, comunicando previamente a CONTRATADA;
- 9.6. Caso ocorra atraso de pagamento por responsabilidade única e exclusiva da CSN, ao valor devido na data de efetivo pagamento, serão acrescidos juros de mora correspondentes ao custo de financiamento de curto prazo da CONTRATADA, desde que esteja em linha com o praticado pelo mercado financeiro vigente na ocasião, pelo período compreendido entre a data de inadimplemento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 10. MULTAS

- 10.1. As Partes responderão pelo inadimplemento a elas imputável, referente às obrigações previstas no presente CONTRATO, salvo se comprovada a ocorrência de caso fortuito, força maior, ato de autoridade ou situação de emergência.



8 de 19





Contrato nº S10721603

- 10.2 A Parte que infringir o presente CONTRATO compensará a outra, por qualquer custo que esta venha a incorrer e por qualquer multa, taxa ou emolumento que lhe venham a ser imputados por quaisquer terceiros, que de alguma forma estejam relacionados com o presente CONTRATO.
- 10.3 Além das perdas e lucros cessantes cobráveis por ação direta, a parte que der causa à rescisão deste CONTRATO, pagará à parte inocente uma multa convencional equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 10.4. As multas porventura aplicadas e devidamente aceitas pela CONTRATADA, serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a CSN autorizada a descontá-las dos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que acordado entre as Partes, ou cobrá-las judicialmente, servindo para tanto o presente instrumento como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 11. RESCISÃO

- 11.1 Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, mediante simples aviso escrito à outra parte, sem necessidade de prévia notificação, judicial ou extrajudicial, em quaisquer dos seguintes casos:
- 11.1.1. Inadimplemento de qualquer cláusula, condição ou disposição deste CONTRATO, desde que não sanado o inadimplemento num prazo de 60 (sessenta) dias do aviso acima previsto.
- 11.1.2. Falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, declarada ou homologada;
- 11.1.3. Suspensão, pelas autoridades competentes, da execução dos SERVIÇOS;
- 11.2. Na hipótese de término ou rescisão deste CONTRATO, deverão as partes devolver uma para outra toda a documentação desta que esteja em sua posse, deverá ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA 12 - SEGURO

- 12.1. A CONTRATADA se obriga a contratar o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por danos pessoais e materiais causados a terceiros, correndo por sua conta o pagamento dos valores das apólices correspondentes, das quais deverão ser extraídas cópias e enviadas a CSN, juntamente com as condições gerais do respectivo seguro.
- 12.1.1. Verificado o inadimplemento relativo ao disposto no item 12.1, desta Cláusula, ou caso os valores estabelecidos pela seguradora não se



Contrato nº S10721603

apresentem suficientes para a cobertura dos danos pessoais e patrimoniais eventualmente causados a terceiros, ou ainda, havendo limitação em qualquer cláusula de franquia ou de participação obrigatória constante das respectivas apólices, fica estabelecido e aceito pela CONTRATADA que os ônus decorrentes das indenizações porventura pleiteadas serão de sua inteira responsabilidade, assim como todos os outros danos causados aos seus empregados ou aos veículos e equipamentos que serão utilizados na execução do serviço objeto do presente CONTRATO.

- 12.1.2. Responde ainda a CONTRATADA por quaisquer outros danos ou prejuízos causados na execução dos serviços ora contratados, aos veículos, bens e equipamentos da CSN ou de terceiros, não cobertos pelas respectivas apólices.

CLÁUSULA 13. TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

- 13.1 Decorridos 60 (sessenta) dias após o término da execução dos SERVIÇOS, e desde que cumpridas todas as obrigações assumidas pelas partes, proceder-se-á ao encerramento formal deste CONTRATO, com a emissão pela CSN, do Termo de Encerramento Contratual.

CLÁUSULA 14. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 14.1 Nenhuma das partes será responsável perante a outra pelos prejuízos resultantes da inobservância, total ou parcial, deste CONTRATO se a mesma decorrer de caso fortuito ou força maior na forma prevista no Código Civil brasileiro.
- 14.2 Se, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a parte afetada ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, a parte afetada deverá comunicar o fato imediatamente à outra, informando a ocorrência e a natureza do evento e descrevendo os efeitos danosos.
- 14.3 Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a parte afetada ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da outra de remunerá-las.

CLÁUSULA 15. SIGILO

- 15.1. Às Partes é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos SERVIÇOS, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e/ou informes relativos aos SERVIÇOS executados, à





Contrato nº S10721603

tecnologia adotada e/ou à documentação técnica envolvida, salvo com autorização por escrito da outra parte.

CLÁUSULA 16. CESSÃO DO CONTRATO

- 16.1. Fica expressamente vedada a cessão ou transferência, ainda que em parte ou de forma provisória, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, ressalvada, exclusivamente, a autorização constante do item 16.2 adiante
- 16.2. Poderá a CONTRATADA, dando prévia ciência à CSN, ceder, transferir e ainda dar em caução quaisquer direitos de crédito, atuais ou futuros, decorrentes do presente CONTRATO, com o fim de possibilitar a contratação de empréstimos ou financiamentos

CLÁUSULA 17. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. Este CONTRATO somente poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante termo aditivo assinado pelas Partes, representadas na forma prevista em seus documentos societários, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA 18. NOVAÇÃO

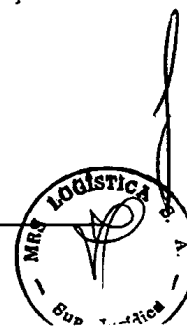
- 18.2. A falta de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, bem como a abstenção ao exercício de qualquer direito aqui conferido às partes, serão considerados atos de mera tolerância e não implicarão em novação ou renúncia ao direito, podendo as partes exercê-los a qualquer momento.

CLÁUSULA 19. CORRESPONDÊNCIAS

- 19.1 As comunicações à CSN deverão ser entregues no seguinte endereço:
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Av. Sérgio Braga, 272 – Conforto
27.265-020 – Volta Redonda, RJ
- 19.2. As comunicações à CONTRATADA deverão ser entregues no seguinte endereço:
MRS – LOGÍSTICA S. A.
Av. Brasil, 2001 – Centro
36060-010 – Juiz de Fora – MG



11 de 19



CLÁUSULA 20. MEIO AMBIENTE

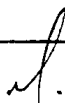
- 20.1 A CONTRATADA responderá integralmente por toda e qualquer reclamação, intimação, multa ou ação proveniente de descumprimento de normas e leis ambientais vigentes, que a CONTRATADA neste ato declara conhecer e obriga-se a cumprir, isentando a CSN de todo e qualquer vínculo de solidariedade.
- 20.2 A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar em um prazo cujo cronograma será definido pelas Partes, um Plano de Contingências para Acidentes, contemplando todas as medidas necessárias para minimizar e corrigir eventuais danos ambientais.
- 20.3. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as instruções da CSN para evitar ou minimizar eventuais danos que a sua atividade vier a causar ao meio ambiente, em decorrência da execução do presente instrumento, obrigando-se a tomar as medidas exigidas pela CSN ou pelos órgãos competentes, no sentido de minimizar, corrigir, recuperar e/ou indenizar os referidos danos.
- 20.4. Obter todas as licenças ambientais municipais, estaduais e federais de sua malha ferroviária, necessárias para execução dos SERVIÇOS, mantendo as mesmas sempre atualizadas.
- 20.5. A CSN poderá auditar no que se referem os itens de meio ambiente, sempre que julgar necessário, mediante prévio aviso de 72 (setenta e duas) horas, por escrito à CONTRATADA.

CLÁUSULA 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

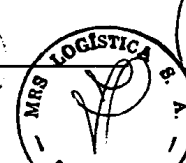
- 21.1. As Partes, ao assinarem o presente CONTRATO, declaram ter tomado pleno conhecimento e aceitado todos documentos indicados na Cláusula 2.1 acima;
- 21.2 A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste CONTRATO não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

CLÁUSULA 22 . JUÍZO ARBITRAL

- 22.1 As Partes envidarão seus melhores esforços para resolver amigavelmente todas as divergências que possam entre elas surgir relativamente ao presente CONTRATO. Para tanto, surgida a eventual divergência, a parte interessada convocará reunião a realizar-se na sede da CSN situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, 36.º andar – sala: 3402, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da data de recebimento da convocação, comprometendo-se as partes a envidar todos os esforços para solucionar amigavelmente a questão em no máximo 30 (trinta) dias corridos. Enquanto permanecer pendente a solução a



12 de 19



CONTRATADA obriga-se a prosseguir diligentemente com o cumprimento integral do objeto do presente instrumento.

- 22.2. Permanecendo a divergência após o prazo previsto no item 22.1, esta será dirimida por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, ficando desde já escolhido o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Americana de São Paulo, como instituição especializada eleita pelas Partes para a condução da arbitragem, aplicando-se aos seus aspectos processuais o Regulamento da citada Câmara.
- 22.3. As Partes indicarão dois árbitros, sendo um indicado pela CONTRATADA outro pela CSN e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, terá sua indicação de acordo com as regras do Centro de Arbitragem, pelo Presidente Câmara de Comércio Americana de São Paulo, vigentes na data de assinatura deste CONTRATO.
- 22.4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa, na Cidade do Rio de Janeiro, onde também será executado o Laudo Arbitral, e será regida, quanto aos aspectos substanciais da controvérsia, pelo direito brasileiro.
- 22.5. As Partes se obrigam, caso se invocado o Juízo Arbitral, conforme facultado no item anterior, a aceitar e cumprir o Laudo Arbitral.
- 22.6. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para conhecer de todas as questões decorrentes do presente CONTRATO que, nos termos da Lei nº 9.307/96, possam ser submetidas ao Poder Judiciário, ficando certo que, a falta da assinatura de qualquer das Partes no Termo de Arbitragem ali previsto não impedirá o seu regular processamento, de acordo com as regras do citado Regulamento, reconhecendo as Partes, desde já, que, por se tratar de arbitragem institucional, não é cabível o procedimento previsto no artigo 7º da Lei nº 9.307/96.
- 22.7. Cada Parte arcará com os honorários de seu próprio perito, dividindo entre si os do árbitro que presidirá o Tribunal Arbitral cujos valores deverão ser previamente acertados.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

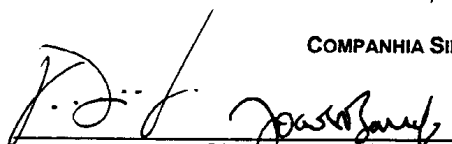


13 de 19



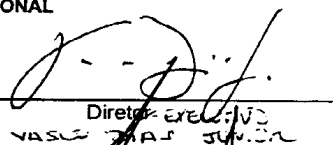
Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2001

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

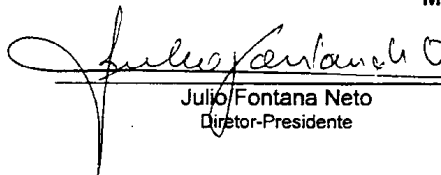

Diretor Executivo

JOÃO LUIS TENREIRO BARROSO

MRS LOGÍSTICA S. A.

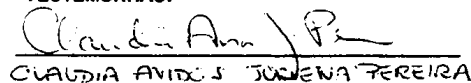

Diretor Executivo

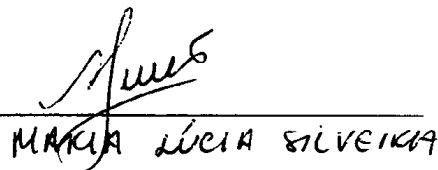
VASCO DIAS JUNIOR


Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente


Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo e Financeiro

TESTEMUNHAS:


CLAUDIA ANTUNES JULIANA FERREIRA


MARIA LUCIA SILVEIRA



ANEXO I – TARIFAS POR ORIGEM/DESTINO

“QUADRO DE TARIFAS”

ITEM	PRODUTO	ORIGEM	DESTINO	UNID.	PREÇO UNIT. (R\$)
001	CARVÃO	SEPETIBA	UPV	Tonelada (t.)	5,09
002	COQUE	SEPETIBA	UPV	Tonelada (t.)	7,52
003	MINÉRIO	CASA DE PEDRA	UPV	Tonelada (t.)	5,93

Obs.: Nos valores acima não estão incluídos os impostos conforme Cláusula oitava do CONTRATO



15 de 19



ANEXO II

Pesos Máximos e Mínimos de Carregamento por Vagão:

COQUE					
Proprietário	Série	Início	Fim	TU/Vg. (máx)	TU/vg. (min)
CSN	HAS	020117	020571	80	25
CSN	GDS	020572	020897	75	40
MRS	HAT	615.030	615.829	94,2	28

CARVÃO					
Proprietário	Série	Início	Fim	TU/Vg. (máx)	TU/vg. (min)
CSN	GDS	20572	20897	75	56
MRS	HAT	615.030	615.829	94,2	39

MINÉRIO					
Proprietário	Série	Início	Fim	TU/Vg. (máx)	TU/vg. (min)
CSN	HAS	020117	020341	80	77
CSN	HAS	020342	020571	80	77
CSN	GDS	020572	020771	75	72
CSN	GDS	020772	020841	75	72
CSN	GDS	020842	020897	75	72
MRS	GDT	611.310	613.574	96	92
MRS	GHS	613.869	614.347	77	74
MRS	HAS	614.987	615.029	80,4	77
MRS	HAT	615.030	615.829	94,2	92



ANEXO III

I. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

- 1) Nos pátios de carga, as composições ferroviárias serão conduzidas pelas suas respectivas equipagens, com obediência às instruções de operação emanadas da CONTRATADA/CSN.
- 2) Nas manobras de carregamento, as equipagens seguirão todas as instruções do representante autorizado pela CSN, sem prejuízo das normas de segurança operacionais da CONTRATADA.
- 3) Os tempos gastos nas viagens das composições entre dois carregamentos consecutivos (ciclo) deverão ser preocupação constante da CONTRATADA e da CSN.
- 4) Mensalmente, a CONTRATADA e a CSN apurarão, conjuntamente, por controles internos próprios adequados, os tempos médios gastos nos percursos de ida e volta, bem como na carga e descarga nos terminais.
- 5) A CONTRATADA é a única responsável pela qualidade e condições operacionais e técnicas dos vagões e equipamentos disponibilizados ainda que estes sejam de terceiros ou da própria CSN, ressalvadas as condições do contrato de manutenção de vagões n.º S00409187A.
- 6) As Partes comprometem-se a buscar continuamente a otimização dos recursos alocados na execução deste contrato, de modo a permitir a melhoria dos níveis dos serviços contratados tais como, mas não se limitando a: adequação de vagões ao tipo de produto transportado, redução dos ciclos de abastecimento, aumento de produtividade.

II. CRITÉRIOS PARA LIBERAÇÃO DE VAGÕES PARA TRANSPORTE

Os tipos de vagões a serem ofertados deverão ser compatíveis com os produtos a serem transportados, devendo ainda, para atender a segurança nas operações de carga e descarga apresentarem as seguintes características:

- ESCADAS E PEGA-MÃO

Os vagões deverão estar providos de escada e pega-mão fixadas na lateral próxima as cabeceiras, exceto para aqueles vagões, cujas características técnicas não o permitam, sem apresentar avarias que comprometam a segurança das pessoas envolvidas no serviço.

- HASTE DE ENGATE

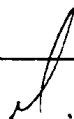
Todos os vagões deverão estar providos de haste de engate em ambos os lados em perfeitas condições de operação.

17 de 19



Contrato nº S10721603

- TORNEIRAS
Todos os vagões deverão estar providos de torneiras do sistema de freio em ambos os lados em perfeitas condições de uso.
- MANGUEIRAS
Todos os vagões deverão estar providos de mangueiras em ambos os lados sem apresentar qualquer tipo de deformação ou vazamento fora dos limites admissíveis.
- ENGATE
O sistema de engate de todos os vagões deverão estar em perfeitas condições de uso e com todos os seus componentes devidamente fixados.
- NUMERAÇÃO DOS VAGÕES
A numeração de série dos vagões da CONTRATADA deverão estar legíveis de forma a permitir sua identificação e conseqüente acompanhamento do fluxo no interior da "UPV".
- LIMPEZA
Todos os vagões disponibilizados para carga e descarga deverão estar livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte (lixo, fitas, vergalhões, etc.)
- ESTADO GERAL
Os vagões deverão apresentar bom estado de conservação, sem apresentação de avarias que coloquem em risco a operação.



18 de 19





ANEXO IV

Carta/PR-RJ/.....

Rio de Janeiro, de de

À

CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

A.C. Sr.

Rua Lauro Müller, 116, 36º andar e sala 3402

Rio de Janeiro – RJ

Prezado Senhor:

De acordo com a CLÁUSULA 8 – TARIFAS, do contrato n.ºfirmado entre as Partes, informamos as tarifas que deverão ser aplicadas para os fluxos dessa empresa.

PRODUTO	ORIGEM	DESTINO	TARIFA (R\$)

Obs.: nos valores acima, não estão incluídos os impostos

Atenciosamente,

Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRANSPORTE Nº 014/01, QUE ENTRE SI FAZEM A
MBR - MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS
S/A E A MRS LOGÍSTICA S/ A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

MBR - MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 300, - 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.417.445/0001-20, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "MBR"; e, de outro lado,

MRS LOGÍSTICA S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201-E, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "CONTRATADA";

resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços ("CONTRATO"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - OBJETO

- 1.1. É objeto deste CONTRATO a prestação à MBR, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro, a partir dos terminais de carregamento de minério de ferro denominados Terminal do Andaime, Terminal de Sarzedo, Terminal de Águas Claras e Terminal de Olhos d'Água, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais até os Terminais Portuários de Guaíba e Sepetiba, estes situados na Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, sendo o segundo de titularidade da Companhia Portuária Baía de Sepetiba – CBPS.

- 1.2. Com vistas a uma equilibrada relação entre SERVIÇO e tarifa, comprometem-se as partes a disponibilizar e transportar os seguintes volumes:

Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)
2001(*)	6,940
2002	26,500
2003	28,500
2004	30,000
2005	30,000
2006	31,000
2007 (**)	23,250

(*) Volumes de outubro a dezembro (**) Valores de janeiro a setembro

- 1.3. A MBR confirmará, até o dia 31 de outubro de cada ano, a quantidade programada para o ano seguinte, que poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelagem básica para o ano em questão, indicado no item 1.2.
- 1.4. A MBR poderá, a qualquer momento, ajustar a tonelagem básica de um ano específico, desde que com antecedência mínima de 24 meses em relação ao início do ano em questão, conforme indicado no item 1.2.

CLÁUSULA 2. DOCUMENTOS CONTRATUAIS

- 2.1. Os documentos abaixo relacionados, rubricados pelas partes, fazem parte integrante e complementar deste CONTRATO:
- 2.1.1. ANEXO I – Tarifas por origem/destino;
 - 2.1.2. ANEXO II – Pesos máximos e mínimos de carregamento por vagão;
 - 2.1.3. ANEXO III - Condições Operacionais;
 - 2.1.4. ANEXO IV - Modelo de correspondência da CONTRATADA.
- 2.2. As disposições deste CONTRATO prevalecem sobre as de seus ANEXOS e, na hipótese de divergência entre estes, a prevalência será determinada pela ordem em que estão relacionados na Cláusula 2.1 acima.

CLÁUSULA 3. OBRIGAÇÕES DA MBR

- 3.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a MBR obriga-se a:

- 3.1.1. Realizar, por si e/ou seus prepostos, as operações de carga e descarga.

- 3.1.2. Responsabilizar-se pelo controle da quantidade de carga que será transportada em cada vagão, devendo, com a maior precisão alcançável, na prática, em instalações da natureza das utilizadas para os serviços a que se refere este CONTRATO, fazer com que o carregamento seja realizado de maneira que o peso total da carga útil da composição ferroviária em uso não exceda a soma total final das lotações nominais máximas de cada vagão desta mesma composição, que constam no Anexo II do presente CONTRATO.
- 3.1.2.1. Fica reservado à CONTRATADA a prerrogativa de, a qualquer tempo, realizar pesagem aleatória, sistemática ou por amostragem de vagões, grupo de vagões ou das composições completas, na origem do carregamento.
- 3.1.2.2. Ultrapassado o peso total da carga útil máxima de cada composição, fato constatado no ato da entrega da documentação de carregamento, o trem ou os vagões deverão ser de logo aliviados do excesso de carga, a custo da MBR, até que haja o pleno enquadramento do trem ou dos vagões nos limites de peso previstos no anexo II; o material retirado para aliviar o excesso de peso, se perdido ou desprezado, não será repostado ou indenizado pela CONTRATADA.
- 3.1.3. Disponibilizar, sempre que solicitado pela CONTRATADA toda e qualquer documentação relativa ao carregamento de cada composição;
- 3.1.4. Devolver à CONTRATADA, após a operação de descarga, os vagões limpos e livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte (água, lixo, fitas, vergalhões, etc.) para realização de novos carregamentos;
- 3.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção das instalações das linhas ferroviárias e chaves de seus terminais de carga e descarga. Quando solicitada, a CONTRATADA poderá realizar os serviços de manutenção nos citados terminais, mediante acordo entre as Partes;
- 3.1.6. Confirmar até o dia 25 de cada mês, a programação de paradas para manutenção de equipamentos de carga e descarga, para o mês seguinte superiores a 24 horas, sendo certo que a MBR envia sempre seus melhores esforços na busca antecipada do fornecimento desta informação, permitindo a CONTRATADA, realocar seus ativos.
- 3.1.7. Informar ao CCO – Centro de Controle das Operações da CONTRATADA, em Juiz de Fora, as eventuais suspensões não programadas das operações de carga e descarga das composições, se superiores a 4 (quatro) horas consecutivas, bem como a previsão de restabelecimento dessas operações;
- 3.1.8. Disponibilizar os terminais constantemente aptos a receber os trens e a permitir a realização do serviço de carga e descarga, à exceção dos períodos de manutenção, devendo as respectivas instalações serem adequadas de maneira a



permitir operação contínua para trens com até 132 (cento e trinta e dois) vagões do tipo GDT e GDS.

3.1.9. Elaborar e informar, até 31 (trinta e um) de outubro de cada ano, o Programa Anual de Transporte (PAT) do ano seguinte, que deverá conter subprogramas mensais que distribuam, da maneira mais uniforme possível, o volume de carga a transportar por força deste instrumento, e no qual serão ainda relacionados os volumes por estação de carregamento, atendendo o seguinte princípio:

3.1.9.1. Até 5 (cinco) dias de antecedência ao final de cada mês, a MBR informará à CONTRATADA o programa efetivo de carregamento do mês subsequente, com origens e destinos especificados, devendo a CONTRATADA confirmá-lo até o último dia útil de cada mês.

3.1.10. Praticar, através de seu Contraparte, atos, nos limites deste CONTRATO, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito da MBR, inclusive, mas não limitado a:

3.1.10.1. Recusar o transporte em vagões que estejam em desacordo com as condições estabelecidas no Anexo III, nas condições previstas neste CONTRATO, ou com as informações fornecidas pela MBR, até que as irregularidades sejam sanadas;

CLÁUSULA 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO e nos documentos a que se refere a Cláusula 2 acima, a CONTRATADA obriga-se a:

4.1.1. Realizar as operações de transporte aqui previstas, em trens unitários, por conta e risco da CONTRATADA, desde a chave de acesso às instalações de carregamento até o posicionamento da composição no virador de vagões existente no terminal portuário de Guaíba e Sepetiba, compreendendo igualmente, os trabalhos de movimentação das respectivas composições ferroviárias visando às operações de carga ora tratadas. Procedimentos operacionais serão estabelecidos entre a MBR e a CONTRATADA;

4.1.2. Disponibilizar à MBR, as informações necessárias para que esta possa planejar adequadamente as suas operações de carga e descarga.

4.1.3. Entregar à MBR, para operação de carga, os vagões limpos para novos carregamentos, livres de qualquer material que possa contaminar o produto a ser carregado, e garantir que os mesmos, após a operação de transporte, apresentem-se para descarga livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte, tais como água, lixo, vergalhões, fitas etc.



- 4.1.4. Comunicar imediatamente à MBR por telefone, caso ocorra acidente com qualquer composição ferroviária alocada no serviço previsto neste CONTRATO, e em seguida via fax ou e-mail, o prefixo do trem ou trens envolvidos, a quantidade de vagões relacionados, a data, hora e local do acidente e as providências a serem adotadas; se houver perda parcial ou total do produto transportado, e não tendo havido culpa comprovada da MBR no evento, a CONTRATADA deverá ressarcir à MBR, o preço do produto perdido, declarado em Nota Fiscal em até 30 (trinta) dias corridos, facultando a MBR a cobrança de encargos, conforme disposto na Cláusula 9, item 9.6 deste CONTRATO.
- 4.1.4.1. Quando o acidente ocorrer dentro dos terminais de carga ou descarga, da MBR ou de seus prepostos, a CONTRATADA indenizará à MBR pelos prejuízos causados. Caso o mesmo tenha sido motivado pela MBR ou seus prepostos, caberá a esta indenizar a CONTRATADA pelos valores que vier a desembolsar com reparação de vias e equipamentos, não cabendo à MBR, nenhuma indenização referente à carga.
- 4.1.5. Planejar, conduzir e executar os SERVIÇOS com integral observância (i) às disposições deste CONTRATO; (ii) às normas de segurança do transporte e medicina do trabalho previstas na legislação em vigor, obrigando-se ainda a prover, seu pessoal com materiais e equipamentos de proteção e segurança individual adequados; (iii) às normas dos órgãos oficiais competentes de controle ambiental e (iv) às normas disciplinares e de segurança da MBR, orientando seu pessoal e exigindo do mesmo o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela MBR, a ser disponibilizado à CONTRATADA.
- 4.1.6. Arcar com toda e qualquer despesa decorrente da execução dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando a, danos ao meio ambiente, todas as multas fiscais e quaisquer outras incidentes, direta ou indiretamente, sobre os equipamentos e/ou os SERVIÇOS; todos os tributos, taxas e contribuições municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos SERVIÇOS, e todas as licenças municipais, estaduais e federais necessárias à execução dos SERVIÇOS, exceto os do item 8.2.
- 4.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas e ônus causados à MBR e/ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados e/ou prepostos, e oriundos de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos SERVIÇOS, bem como tomar todas as medidas cabíveis para a resolução e ressarcimento dessas ocorrências.
- 4.1.8. Responsabilizar-se por qualquer indenização devida em decorrência de danos e/ou prejuízos causados por ação ou omissão sua, ou de seus empregados e subcontratados, à MBR e/ou a terceiros, bem como pelo pagamento de quaisquer encargos devidos em decorrência da inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes aplicáveis à execução dos SERVIÇOS, e por danos sofridos pela MBR em virtude da não adequação dos SERVIÇOS ao escopo aqui previsto.



- 4.1.9. Comunicar, imediatamente e por escrito, ao Contraparte da MBR, ou a quem este indicar, qualquer ocorrência imprevista que venha a afetar as cargas sob sua responsabilidade ou o transporte das mesmas, tais como, mas não se limitando a: acidentes, apreensões, interrupções de ferrovias, furto, avarias nos vagões, desencontro de ordens. Estas ocorrências, no entanto, não desobrigam a CONTRATADA de fazer chegar a carga ao destinatário, sem quaisquer ônus adicionais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.
- 4.1.10. A CONTRATADA se obriga a ceder à MBR o direito de acesso às instalações da Oficina de Manutenção de Vagões, que a contratante vier a utilizar no caso do encerramento da prestação de serviços, referente ao objeto do contrato de manutenção de vagões, DEJU 1406, firmado entre as Partes, em 27 de dezembro de 2000.
- 4.1.11. Comunicar, por telefone e por escrito, imediatamente à MBR, mantendo seus sistemas atualizados, em qualquer hipótese de mudança ou troca de ordem nas composições ferroviárias entre trechos compreendido do Terminal de carga ao de descarga.

CLÁUSULA 5. ASPECTOS TRABALHISTAS

- 5.1. As Partes são as únicas e exclusivas responsáveis pelos contratos de trabalho de seus empregados e subcontratados, não podendo ser argüida solidariedade das partes, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre a MBR e os empregados e subcontratados da CONTRATADA e vice-versa.
- 5.1.1. A CONTRATADA obriga-se a pagar pontualmente os salários de seus empregados, tributos, contribuições e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o custo de mão de obra e/ou sobre os SERVIÇOS, e os custos relativos ao seguro de seus empregados (inclusive o de acidente de trabalho), comprovando perante a MBR, sempre que por esta solicitado, o cumprimento dessas obrigações.

CLÁUSULA 6. CONTRAPARTE

- 6.1. As Partes indicam neste ato um representante, que atuará como seu interlocutor para os assuntos relacionados a este CONTRATO ("Contraparte"), com poderes para orientar a prestação dos SERVIÇOS, fornecer e receber todas e quaisquer informações. A substituição do Contraparte deverá ser formalizada por escrito.

Contraparte da MBR: Guilherme Escalhão

Contraparte da CONTRATADA: Douglas Rettore.

CLÁUSULA 7. PRAZO

- 7.1. O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de seu encerramento formal, com a emissão do Termo de Encerramento Contratual.
- 7.2. O prazo de execução dos SERVIÇOS tem início em 01/10/2001 e término em 01/10/2007 e será renovado automaticamente por períodos de 3 anos, desde que não denunciado com 12 meses de antecedência ao término de cada período do CONTRATO, por uma das Partes.

CLÁUSULA 8. TARIFAS

- 8.1. As tarifas a serem aplicadas no cálculo dos fretes que se refiram ao transporte objeto deste contrato, estão relacionadas no "Quadro de Tarifas", constante no Anexo I, e serão calculadas para cada ano civil, levando-se em conta a política tarifária da MRS e utilizando para isto o modelo tarifário desenvolvido pela MRS, que tem como pressupostos básicos, a neutralidade competitiva, a igualdade de tratamento para todas as cargas, a independência entre situação de cliente e acionista e que assegure que o resultado operacional do transporte de carga remunere, equânime e satisfatoriamente, os acionistas, assim como preste um serviço competitivo e de qualidade aos clientes. As tarifas serão revisadas e informadas anualmente à MBR de acordo com o modelo constante do Anexo IV deste contrato, que dele faz parte integrante, ressalvada sempre a observância às alterações determinadas pelo Poder Público.
- 8.1.1. Pelo transporte de carga objeto deste contrato, a MBR pagará à MRS frete cujo preço será o resultante da multiplicação da tarifa aplicável, na forma do item anterior, pela tonelage total do transporte realizado, em conformidade com os pesos de balança dos pontos de carga.
- 8.1.1.1 Nos terminais de Águas Claras, Olhos d'Água e Andaime a pesagem é realizada através de balança computadorizada totalizadora, do trem ou por vagão, no sistema da correia transportadora. No terminal de Sarzedo, o controle do peso carregado é feito através de pesagem dos caminhões, que descarregam o produto constantes das caçambas diretamente nos vagões, e a complementação para atingir a capacidade dos mesmos, é feita através de pá carregadeira, com balança própria.
- 8.1.2. Se uma das partes, eventualmente, vier a realizar, por si ou por terceiros, tarefas que, neste CONTRATO, competem à outra parte, aquela poderá cobrar por estes serviços, mediante prévio acordo escrito entre elas.
- 8.2. Correrão à conta da MBR o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de



Comunicação) tributo cujo fato gerador é o serviço de transporte aqui contratado, bem como qualquer outro tributo que, após a data de assinatura do presente, venha a substituir o ICMS nesta operação.

- 8.3. Será concedido desconto de 12% sobre o valor da tarifa, quando o transporte for realizado em vagões de propriedade da MBR.

8.3.1 A MRS deverá dar prioridade para a utilização de vagões da MBR.

CLÁUSULA 9. FATURAMENTO E PAGAMENTO:

- 9.1. A CONTRATADA emitirá a documentação hábil de cobrança, em conformidade com a legislação vigente e entregará à MBR, na Gerência de Contas a Pagar à Avenida de Ligação, 3.580, bairro de Águas Claras, cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, cep: 34.000-000.
- 9.2. Para cobrar os serviços de transporte prestados à MBR pela CONTRATADA, esta última emitirá e apresentará à MBR, mensalmente, 3 (três) faturas, que conterão as quantias a pagar pela MBR; as faturas emitidas pela CONTRATADA deverão corresponder aos serviços prestados, respectivamente, nos seguintes períodos de cada mês:
- a) Primeiro período: do dia 1.º (primeiro) ao dia 10 (dez); e
b) Segundo período: do dia 11 (onze) ao dia 20 (vinte), e
c) Terceiro período: do dia 21 (vinte um) ao último dia do mês.
- 9.3. A CONTRATADA, após o encerramento de cada período, disporá de 1 (um) dia útil para apurar o montante devido e apresentar as faturas respectivas à MBR, para fins de pagamento; a MBR disporá do prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do decêndio, para seu pagamento integral, observado o disposto no item 9.7.
- 9.4. Caso a CONTRATADA não apresente os documentos de cobrança no prazo estabelecido no item 9.3, exceto por motivo de feriados, o vencimento do referido pagamento será prorrogado pelo mesmo número de dias atrasados, a contar da data do recebimento pela MBR dos documentos de cobrança, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.5. Na hipótese de ocorrer entre as partes eventual discordância quanto ao valor da fatura apresentada, a MBR pagará a quantia não controvertida, no prazo contratualmente estipulado, ficando a parcela restante a ser paga após a solução da controvérsia, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.6. Constatada pela MBR qualquer irregularidade em fatura já paga, a MBR poderá descontar esse valor do próximo pagamento, comunicando previamente a CONTRATADA;

- 9.7. Caso ocorra atraso de pagamento por responsabilidade única e exclusiva da MBR, ao valor devido na data de efetivo pagamento, serão acrescidos juros de mora correspondentes ao custo de financiamento de curto prazo da CONTRATADA, desde que esteja em linha com o praticado pelo mercado financeiro, vigente na ocasião, pelo período compreendido entre a data de inadimplemento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 10. MULTAS

- 10.1. As Partes responderão pelo inadimplemento a elas imputável, referente às obrigações previstas no presente CONTRATO, salvo se comprovada a ocorrência de caso fortuito, força maior, ato de autoridade ou situação de emergência.
- 10.2. A Parte compensará a outra por qualquer multa, taxa ou emolumento em que esta tenha incorrido por culpa ou omissão imputável àquela.
- 10.3. Além das perdas e lucros cessantes cobráveis por ação direta a parte que der causa à rescisão desse CONTRATO, pagará à Parte inocente uma multa convencional equivalente a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 10.4. As multas porventura aplicadas e devidamente aceitas pela CONTRATADA, serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a MBR autorizada a descontá-las dos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que acordado entre as Partes, ou cobrá-las judicialmente, servindo para tanto o presente instrumento como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 11. RESCISÃO

- 11.1 Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, mediante simples aviso escrito à outra parte, sem necessidade de prévia notificação, judicial ou extrajudicial, em quaisquer dos seguintes casos:
- 11.1.1. Inadimplemento de qualquer cláusula, condição ou disposição deste CONTRATO, desde que não sanado o inadimplemento num prazo de 60 (sessenta) dias do aviso acima previsto.
- 11.1.2. Falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, declarada ou homologada;
- 11.1.3. Suspensão, pelas autoridades competentes, da execução dos SERVIÇOS;
- 11.2. Na hipótese de término ou rescisão deste CONTRATO, deverão as partes devolver uma para outra toda a documentação desta que esteja em sua posse, deverá ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



CLÁUSULA 12. SEGURO

12.1. A CONTRATADA se obriga a contratar, o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por danos pessoais e materiais causados a terceiros, correndo por sua conta o pagamento dos valores das apólices correspondentes, das quais deverão ser extraídas cópias e enviadas a MBR, juntamente com as condições gerais do respectivo seguro.

12.1.1. Verificado o inadimplemento relativo ao disposto no item 12.1, desta cláusula, ou caso os valores estabelecidos pela seguradora não se apresentem suficientes para a cobertura dos danos pessoais e patrimoniais eventualmente causados a terceiros, ou ainda, havendo limitação em qualquer cláusula de franquia ou de participação obrigatória constante das respectivas apólices, fica estabelecido e aceito pela CONTRATADA que os ônus decorrentes das indenizações porventura pleiteadas serão de sua inteira responsabilidade, assim como todos os outros danos causados aos seus empregados ou aos veículos e equipamentos que serão utilizados na execução do serviço objeto do presente CONTRATO.

12.1.2. Responde ainda a CONTRATADA por quaisquer outros danos ou prejuízos causados na execução dos serviços ora contratados, aos veículos, bens e equipamentos da MBR ou de terceiros, não cobertos pelas respectivas apólices.

CLÁUSULA 13. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

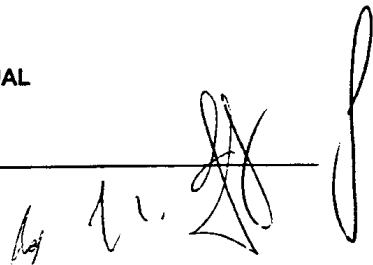
13.1 Nenhuma das partes será responsável perante a outra pelos prejuízos resultantes da inobservância, total ou parcial, deste CONTRATO se a mesma decorrer de caso fortuito ou força maior na forma prevista no Código Civil brasileiro.

13.2 Se, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a parte afetada ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, a parte afetada deverá comunicar o fato imediatamente à outra, informando a ocorrência e a natureza do evento e descrevendo os efeitos danosos.

13.3 Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a parte afetada ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da outra de remunerá-las.

CLÁUSULA 14. TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

10 de 18





- 14.1 Decorridos 60 (sessenta) dias após o término da execução dos SERVIÇOS, e desde que cumpridas todas as obrigações assumidas pelas partes, proceder-se-á ao encerramento formal deste CONTRATO, com a emissão pela MBR, do Termo de Encerramento Contratual.

CLÁUSULA 15. SIGILO

- 15.1 Às partes é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos SERVIÇOS, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e/ou informes relativos aos SERVIÇOS executados, à tecnologia adotada e/ou à documentação técnica envolvida, salvo com autorização por escrito da outra Parte.

CLÁUSULA 16. CESSÃO DO CONTRATO

- 16.1 Fica expressamente vedada a cessão ou transferência, ainda que em parte ou de forma provisória, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, ressalvada, exclusivamente, a autorização constante do item 16.2 adiante
- 16.2 Poderá a CONTRATADA, dando prévia ciência à MBR, ceder, transferir e ainda dar em caução quaisquer direitos de crédito, atuais ou futuros, decorrentes do presente CONTRATO, com o fim de possibilitar a contratação de empréstimos ou financiamentos

CLÁUSULA 17. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1 Este CONTRATO somente poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante termo aditivo assinado pelas Partes, representadas na forma prevista em seus documentos societários, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA 18. NOVAÇÃO

- 18.1 A falta de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, bem como a abstenção ao exercício de qualquer direito aqui conferido às Partes, serão considerados atos de mera tolerância e não implicarão em novação ou renúncia ao direito, podendo as partes exercê-los a qualquer momento.

CLÁUSULA 19. CORRESPONDÊNCIAS

- 19.1 As comunicações à MBR deverão ser entregues no seguinte endereço:
MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS



Praia de Botafogo, 300 – 8º andar – Botafogo
22.259-900 - Rio de Janeiro - RJ

19.2. As comunicações à CONTRATADA deverão ser entregues no seguinte endereço:

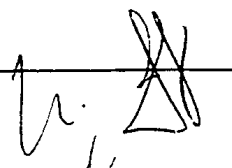
MRS – LOGÍSTICA S. A.
Av. Brasil, 2001 – Centro
36060-010 – Juiz de Fora – MG

CLÁUSULA 20. MEIO AMBIENTE

- 20.1. A CONTRATADA responderá integralmente por toda e qualquer reclamação, intimação, multa ou ação proveniente de descumprimento de normas e leis ambientais vigentes, que a CONTRATADA neste ato declara conhecer e obriga-se a cumprir, isentando a MBR de todo e qualquer vínculo de solidariedade.
- 20.2. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar em um prazo cujo cronograma será definido pelas Partes, um Plano de Contingências para Acidentes, contemplando todas as medidas necessárias para minimizar e corrigir eventuais danos ambientais.
- 20.3. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as instruções da MBR para evitar ou minimizar eventuais danos que a sua atividade vier a causar ao meio ambiente, em decorrência da execução do presente instrumento, obrigando-se a tomar as medidas exigidas pela MBR ou pelos órgãos competentes, no sentido de minimizar, corrigir, recuperar e/ou indenizar os referidos danos.
- 20.4. Obter todas as licenças ambientais municipais, estaduais e federais de sua malha ferroviária, necessárias para execução dos serviços, mantendo as mesmas sempre atualizadas.
- 20.5. A MBR poderá auditar no que se referem os itens de meio ambiente, sempre que julgar necessário, mediante prévio aviso de 72 (setenta e duas) horas, por escrito à CONTRATADA.

CLÁUSULA 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

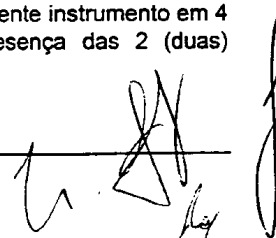
- 21.1. As Partes, ao assinarem o presente CONTRATO, declaram ter tomado pleno conhecimento e aceitado todos documentos indicados na Cláusula 2.1 acima;
- 21.2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste CONTRATO não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.



CLAUSULA 22 . JUIZO ARBITRAL

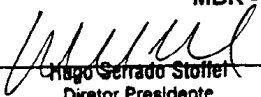
- 22.1. As Partes envidarão seus melhores esforços para resolver amigavelmente todas as divergências que possam entre elas surgir relativamente ao presente CONTRATO. Para tanto, surgida a eventual divergência, a Parte interessada convocará reunião a realizar-se no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, no estabelecimento da MBR - Av. de Ligação, 3580, Mina de Águas Claras, Nova Lima/MG, da data de recebimento da convocação, comprometendo-se as Partes a envidar todos os esforços para solucionar amigavelmente a questão em no máximo 30 (trinta) dias corridos. Enquanto permanecer pendente a solução a CONTRATADA obriga-se a prosseguir diligentemente com o cumprimento integral do objeto do presente instrumento.
- 22.2. Permanecendo a divergência após o prazo previsto no item 22.1, esta será dirimida por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, ficando desde já escolhido o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Americana de São Paulo, como instituição especializada eleita pelas Partes para a condução da arbitragem, aplicando-se aos seus aspectos processuais o Regulamento da citada Câmara.
- 22.2.1 As Partes indicarão dois árbitros, sendo um indicado pela CONTRATADA outro pela MBR e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, terá sua indicação de acordo com as regras do Centro de Arbitragem, pelo Presidente Câmara de Comércio Americana de São Paulo, vigentes na data de assinatura deste CONTRATO.
- 22.2.2 A arbitragem será conduzida em língua portuguesa, na Cidade do Rio de Janeiro, onde também será executado o Laudo Arbitral, e será regida, quanto aos aspectos substanciais da controvérsia, pelo direito brasileiro.
- 22.3. As Partes se obrigam, caso se invocado o Juízo Arbitral, conforme facultado no item anterior, a aceitar e cumprir o que for deliberado pela comissão de arbitragem.
- 22.4 Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para conhecer de todas as questões decorrentes do presente Contrato que, nos termos da Lei nº 9.307/96, possam ser submetidas ao Poder Judiciário, ficando certo que, a falta da assinatura de qualquer das Partes no Termo de Arbitragem ali previsto não impedirá o seu regular processamento, de acordo com as regras do citado Regulamento, reconhecendo as Partes, desde já, que, por se tratar de arbitragem institucional, não é cabível o procedimento previsto no artigo 7º da Lei nº 9.307/96.
- 22.5 Cada Parte arcará com os honorários de seu próprio perito, dividindo entre si os do árbitro que presidirá o Tribunal Arbitral cujos valores deverão ser previamente acertados.

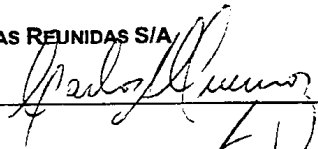
E, por estarem assim, justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2001

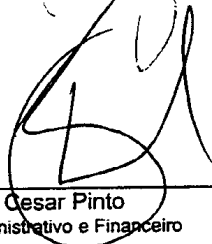
MBR - MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A


Hugo Serrado Stoffel
Diretor Presidente

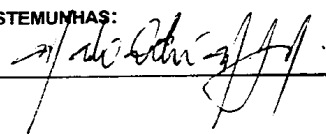

Pedro Luiz

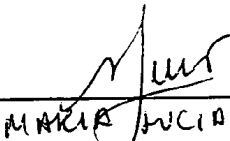
MRS LOGÍSTICA S. A.


Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente

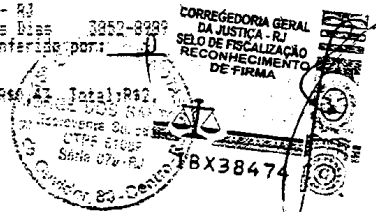

Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo e Financeiro

TESTEMUNHAS:

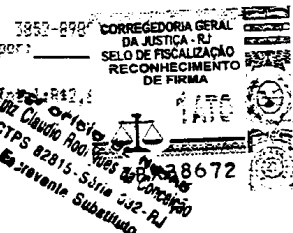

Maria Lucia Silveira


MARIA LUCIA SILVEIRA

15º Ofício de Notas - Rua do Ouvidor, 99 - CENTRO - RJ
Isenção: Fernando Leite Gonçalves Dias 3852-8989
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: Conferido por: _____
Hugo Serrado Stoffel
Rio de Janeiro, 01/11/2001 16:21:16 2870
Público: R\$0,00 Intermediário: R\$1,69 Ato: R\$0,00 FETO: R\$0,00 Total: R\$2,69
Se testamento de verdade,
Vereador das Cidades



15º Ofício de Notas - Rua do Ouvidor, 99 - CENTRO - RJ
Isenção: Fernando Leite Gonçalves Dias 3852-8989
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: Conferido por: _____
Julio Antonio Nogueira Queiroz
Rio de Janeiro, 01/11/2001 16:45:29 28523
Público: R\$0,00 Intermediário: R\$1,69 Ato: R\$0,00 FETO: R\$0,00 Total: R\$2,69
Se testamento de verdade,
Vereador das Cidades



ANEXO I – TARIFAS POR ORIGEM/DESTINO

“Quadro de Tarifas”

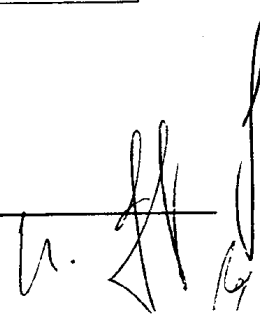
ORIGEM	DESTINO	PREÇO UNIT. (R\$)
Andaime	Guaíba	9,02
Andaime	Sepetiba	8,47
Águas Claras	Guaíba	10,80
Águas Claras	Sepetiba	10,26
Sarzedo	Guaíba	10,29
Sarzedo	Sepetiba	9,65
Casa de Pedra	Guaíba	8,63
Alberto Flores	Guaíba	9,98
Olhos d'Água	Guaíba	10,80
Olhos d'Água	Sepetiba	10,26

Obs.: Nos valores acima não estão incluídos os impostos.

ANEXO II

Pesos Máximos de Carregamento por Vagão:

MINÉRIO				
Proprietário	Tipo	Início	Fim	TU/Vg. (máx)
FERTECO	GDT	027.000-8	027.126-8	99
MRS	GDT	611.310-9	613.574-9	98
MRS	GDT	641.740-0	641.939-9	98
MRS	GDT	642.470-8	645.474-1	98
MRS	GDT	728.001-7	728.060-2	99
MRS	GDT	728.061-1	728.088-2	99
MRS	GDT	728.089-1	728.338-5	99
MRS	GDT	728.539-6	729.288-1	99
MRS	GDT	728.339-3	728.358-0	99
MRS	GDT	728.359-8	728.538-8	99
MBR	GDT	025.180-1	025.223-9	98
MBR	GDT	025.238-1	025.251-4	98
MBR	GDT	025.123-2	025.125-9	98
MBR	GDT	025.001-5	025.002-3	98
MBR	GDT	025.003-1	005.122-4	98
MBR	GDT	025.224-7	025.237-9	98
MBR	GDT	025.126-7	025.179-8	98
MBR	GDS	024.500-3	024.507-1	78,1
MBR	GDS	024.509-7	024.559-3	78,1
MBR	GDS	024.561-5	024.563-1	78,1
MBR	GDS	024.565-8	024.568-2	78,1
MBR	GDS	024.570-4	024.574-7	78,1
MBR	GDS	024.576-3	024.584-4	78,1
MBR	GDS	024.587-9	024.591-7	78,1
MBR	GDS	024.593-3	024.594-1	78,1
MBR	GDS	024.598-4	024.602-6	78,1
MBR	GDS	024.604-2	024.621-2	78,1
MBR	GDS	024.624-7	024.625-5	78,1
MBR	GDS	024.628-0	024.630-1	78,1
MBR	GDS	024.632-8	024.636-1	78,1
MBR	GDS	024.638-7	024.639-5	78,1
MBR	GDS	024.641-7	024.644-1	78,1
MBR	GDS	024.649-2	024.649-2	78,1
MBR	GDS	024.651-4	024.654-9	78,1
MBR	GDS	024.656-5	024.660-3	78,1
MBR	GDS	024.662-0	024.664-6	78,1
MBR	GDS	024.666-2	024.674-3	78,1



ANEXO III

I. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

- 1) Nos pátios de carga e descarga, as composições ferroviárias serão conduzidas pelas suas respectivas equipagens, com obediência às instruções de operação emanadas da CONTRATADA/MBR.
- 2) Nas manobras de carregamento e descarga, as equipagens seguirão todas as instruções do representante autorizado pela MBR, sem prejuízo das normas de segurança operacionais da CONTRATADA.
- 3) Os tempos gastos nas viagens das composições entre dois carregamentos consecutivos (ciclo) deverão ser preocupação constante da CONTRATADA e da MBR.
- 4) Mensalmente, a CONTRATADA e a MBR apurarão, conjuntamente, por controles internos próprios adequados, os tempos médios gastos nos percursos de ida e volta, bem como na carga e descarga nos terminais.
- 5) A CONTRATADA é a única responsável pela qualidade e condições operacionais e técnicas dos vagões e equipamentos disponibilizados ainda que estes sejam de terceiros ou da própria MBR.
- 6) As partes comprometem-se a buscar continuamente a otimização dos recursos alocados na execução deste contrato, de modo a permitir a melhoria dos níveis dos serviços contratados tais como, mas não se limitando a: adequação de vagões ao tipo de produto transportado, redução dos ciclos de abastecimento, aumento de produtividade.



ANEXO IV

Carta/PR-RJ/.....

Rio de Janeiro, de de

À MBR – MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS
A.C. Sr.
Rua Lauro Müller, 116, 36º andar e sala 3402
Rio de Janeiro – RJ

Prezado Senhor:

De acordo com a CLÁUSULA 8 – TARIFAS, do contrato n.ºfirmado entre as Partes,
informamos as tarifas que deverão ser aplicadas para os fluxos dessa empresa.

PRODUTO	ORIGEM	DESTINO	TARIFA (R\$)

Obs.: nos valores acima, não estão incluídos os impostos

Atenciosamente,

Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TRANSPORTE Nº. 015/01, QUE ENTRE
SI FAZEM A FERTECO MINERAÇÃO S/A E A
MRS LOGÍSTICA S/ A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

FERTECO MINERAÇÃO S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, 26 / 22.º andar - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.078.320/0001-13, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "FERTECO"; e, de outro lado,

MRS LOGÍSTICA S/A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 1.201-E, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.417.222/0001-77, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, doravante denominada "CONTRATADA";

resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços ("CONTRATO"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - OBJETO

- 1.1. É objeto deste CONTRATO a prestação à FERTECO, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte ferroviário de minério de ferro e pelotas, a partir dos terminais de carregamento de minério de ferro denominados Terminal do Córrego do Feijão e Terminal de Água Santa, e outros eventuais terminais que venham a ser utilizados, situados no Estado de Minas Gerais, até os Terminais portuários de Sepetiba e Guaíba, estes situados na Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, o primeiro de titularidade da Companhia Portuária da Baía de Sepetiba – CBPS e o segundo da MBR – Minerações Brasileiras Reunidas. Os serviços serão executados em estrita conformidade com as disposições do presente CONTRATO e dos documentos mencionados na Cláusula 2.1 abaixo ("SERVIÇOS").
- 1.2. Com vistas a uma equilibrada relação entre SERVIÇO e tarifa, comprometem-se as partes a disponibilizar e transportar os seguintes volumes:

1 de 18





Ano	Minério de Ferro (milhões de toneladas)
2001(*)	2,5
2002	10
2003	9
2004	8
2005	8
2006	8
2007 (**)	6

(*) Valores de outubro a dezembro (**) Valores de janeiro a setembro

- 1.3. A FERTECO confirmará, até o dia 31 de outubro de cada ano, a quantidade programada para o ano seguinte, que poderá ser 15% maior ou menor do que a tonelagem básica para o ano em questão, indicado no item 1.2.
- 1.4. A FERTECO poderá, a qualquer momento, ajustar a tonelagem básica de um ano específico, desde que com antecedência mínima de 24 meses em relação ao início do ano em questão, conforme indicado no item 1.2.

CLÁUSULA 2. DOCUMENTOS CONTRATUAIS

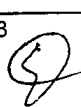
- 2.1. Os documentos abaixo relacionados, rubricados pelas partes, fazem parte integrante e complementar deste CONTRATO:
- 2.1.1. ANEXO I – Tarifas por origem/destino;
- 2.1.2. ANEXO II – Pesos máximos de carregamento por vagão;
- 2.1.3. ANEXO III – Condições Operacionais;
- 2.1.4. ANEXO IV – Modelo de correspondência da CONTRATADA
- 2.2. As disposições deste CONTRATO prevalecem sobre as de seus ANEXOS e, na hipótese de divergência entre estes, a prevalência será determinada pela ordem em que estão relacionados na Cláusula 2.1 acima.

CLÁUSULA 3. OBRIGAÇÕES DA FERTECO

- 3.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO, a FERTECO obriga-se a:
- 3.1.1. Realizar, por si e/ou seus prepostos, as operações de carga e descarga.



2 de 18



- 3.1.2. Responsabilizar-se pelo controle da quantidade de carga que será transportada em cada vagão, devendo, com a maior precisão alcançável, na prática, em instalações da natureza das utilizadas para os serviços a que se refere este CONTRATO, fazer com que o carregamento seja realizado de maneira que o peso total da carga útil da composição ferroviária em uso não exceda a soma total final das lotações nominais máximas de cada vagão desta mesma composição, que constam no Anexo II do presente CONTRATO.
- 3.1.2.1. Fica reservado à CONTRATADA a prerrogativa de, a qualquer tempo, realizar pesagem aleatória, sistemática ou por amostragem de vagões, grupo de vagões ou das composições completas, na origem do carregamento.
- 3.1.2.2. Ultrapassado o peso total da carga útil máxima de cada composição, fato constatado no ato da entrega da documentação de carregamento, o trem ou os vagões deverão ser de logo aliviados do excesso de carga, a custo da FERTECO, até que haja o pleno enquadramento do trem ou dos vagões nos limites de peso previstos no Anexo II; o material retirado para aliviar o excesso de peso, se perdido ou desprezado, não será repostado ou indenizado pela CONTRATADA.
- 3.1.3. Disponibilizar, sempre que solicitado pela CONTRATADA toda e qualquer documentação relativa ao carregamento de cada composição;
- 3.1.4. Devolver à CONTRATADA, após a operação de descarga, os vagões vazios e livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte (água, lixo, fitas, vergalhões, etc.) para realização de novos carregamentos;
- 3.1.5. Responsabilizar-se pela manutenção das instalações das linhas ferroviárias e chaves de seus terminais de carga e descarga. Quando solicitada, a CONTRATADA poderá realizar os serviços de manutenção nos citados terminais, mediante acordo prévio e devidamente firmado entre as partes;
- 3.1.6. Confirmar até o dia 25 de cada mês, a programação de paradas para manutenção de equipamentos de carga e descarga, para o mês seguinte superiores a 24 horas, sendo certo que a FERTECO envidará sempre seus melhores esforços na busca antecipada do fornecimento desta informação, permitindo a CONTRATADA, realocar seus ativos.
- 3.1.7. Informar ao CCO – Centro de Controle de Operações da CONTRATADA em Juiz de Fora, as eventuais suspensões não programadas das operações de carga e descarga das composições, se superiores a 4 (quatro) horas consecutivas, bem como a previsão de restabelecimento dessas operações;
- 3.1.8. Disponibilizar os terminais constantemente aptos a receber os trens e a permitir a realização do serviço de carga e descarga durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, à exceção dos períodos de manutenção;



- 3.1.9. Elaborar e informar, até 31 (trinta e um) de outubro de cada ano, o Programa Anual de Transporte (PAT) do ano seguinte, que deverá conter subprogramas mensais que distribuam, da maneira mais uniforme possível, o volume de carga a transportar por força deste instrumento, e no qual serão ainda relacionados os volumes por estação de carregamento, atendendo o seguinte princípio:
- 3.1.9.1. Até 5 (cinco) dias de antecedência ao final de cada mês, a FERTECO informará à CONTRATADA o programa efetivo de carregamento do mês subsequente, com origens e destinos especificados, devendo a CONTRATADA confirmá-lo até o último dia útil de cada mês.
- 3.1.10. Praticar, através de seu Contraparte, atos, nos limites deste CONTRATO, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito da FERTECO, inclusive mas não se limitando a:
- 3.10.1. Recusar o transporte em vagões que estejam em desacordo com as condições estabelecidas no Anexo III, nas condições previstas neste Contrato ou com as informações fornecidas pela FERTECO, até que as irregularidades sejam sanadas.

CLÁUSULA 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste CONTRATO e nos documentos a que se refere a Cláusula 2 acima, a CONTRATADA obriga-se a:
- 4.1.1. Realizar as operações de transporte aqui previstas, em trens unitários, por conta e risco da CONTRATADA, desde a chave de acesso às instalações de carregamento até o posicionamento da composição no virador de vagões existente no terminal portuário de Sepetiba e Guaíba, compreendendo igualmente, os trabalhos de movimentação das respectivas composições ferroviárias visando às operações de carga ora tratadas. Procedimentos operacionais serão estabelecidos entre a FERTECO e a CONTRATADA;
- 4.1.2. Disponibilizar à FERTECO, as informações necessárias com a maior antecedência possível, para que esta possa planejar adequadamente as suas operações de carga e descarga.
- 4.1.3. Entregar à FERTECO, para operação de carga, os vagões limpos para novos carregamentos, livres de qualquer material que possa contaminar o produto a ser transportado, e garantir que os mesmos, após as operações de transporte, apresentem-se para descarga livres de qualquer material que não seja o da solicitação do transporte, tais como água, lixo, vergalhões, fitas e etc
- 4.1.4. Comunicar imediatamente à FERTECO por telefone, caso ocorra acidente com qualquer composição ferroviária alocada no serviço previsto neste CONTRATO e em seguida via fax ou e-mail, o prefixo do trem ou trens envolvidos, a quantidade

de vagões relacionados, a data, hora e local do acidente e as providências a serem adotadas; se houver perda parcial ou total do produto transportado, e não tendo havido culpa comprovada da FERTECO no evento, a CONTRATADA deverá ressarcir à FERTECO, o preço do produto perdido, declarado em Nota Fiscal ou qualquer outro documento previsto pela legislação fiscal competente, em até 30 (trinta) dias corridos, facultando a FERTECO a cobrança de encargos, conforme 9.7 deste CONTRATO.

- 4.1.4.1. Quando o acidente ocorrer dentro dos terminais de carga ou descarga, da FERTECO ou de seus prepostos, a CONTRATADA indenizará à FERTECO pelos prejuízos causados. Caso o mesmo tenha sido comprovadamente motivado pela FERTECO ou seus prepostos, caberá a esta indenizar a CONTRATADA pelos valores que vier a desembolsar com reparação de vias e equipamentos, não cabendo à FERTECO, nenhuma indenização referente à carga.
- 4.1.5. Planejar, conduzir e executar os SERVIÇOS com integral observância (i) às disposições deste CONTRATO; (ii) às normas de segurança do transporte e medicina do trabalho previstas na legislação em vigor, obrigando-se ainda a prover, seu pessoal com materiais e equipamentos de proteção e segurança individual adequados; (iii) às normas dos órgãos oficiais competentes de controle ambiental e (iv) às normas disciplinares e de segurança da FERTECO, orientando seu pessoal e exigindo do mesmo o cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela FERTECO, a ser disponibilizado à CONTRATADA.
- 4.1.6. Arcar com toda e qualquer despesa decorrente da execução dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando a, danos ao meio ambiente, todas as multas fiscais e quaisquer outras incidentes, direta ou indiretamente, sobre os equipamentos e/ou os SERVIÇOS; todos os impostos, taxas e contribuições municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos SERVIÇOS, e todas as licenças municipais, estaduais e federais necessárias à execução dos SERVIÇOS, excluídos os do item 8.2.
- 4.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas e ônus causados à FERTECO e/ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados e/ou prepostos, e oriundos de negligência, imperícia ou imprudência na execução dos SERVIÇOS, bem como tomar todas as medidas cabíveis para a resolução e ressarcimento dessas ocorrências.
- 4.1.8. Responsabilizar-se por qualquer indenização devida em decorrência de danos e/ou prejuízos causados por ação ou omissão sua, ou de seus empregados e subcontratados, à FERTECO e/ou a terceiros, bem como pelo pagamento de quaisquer encargos devidos em decorrência da inobservância ou infração de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes aplicáveis à execução dos SERVIÇOS, e por danos sofridos pela FERTECO em virtude da não adequação dos SERVIÇOS ao escopo aqui previsto.
- 4.1.9. Comunicar, imediatamente e por escrito, ao Contraparte da FERTECO, ou a quem este indicar, qualquer ocorrência imprevista que venha a afetar as



sob sua responsabilidade ou o transporte das mesmas, tais como, mas não se limitando a: acidentes, apreensões, interrupções de ferrovias, furto, avarias nos vagões, desencontro de ordens. Estas ocorrências, no entanto, não desobrigam a CONTRATADA de fazer chegar a carga ao destinatário, sem quaisquer ônus adicionais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

- 4.1.10. Comunicar, por telefone e por escrito, imediatamente à FERTECO, mantendo os sistemas atualizados, em qualquer hipótese de mudança ou troca de ordem nas composições ferroviárias entre os trechos compreendidos do Terminal de carga ao de descarga.

CLÁUSULA 5. ASPECTOS TRABALHISTAS

- 5.1. As Partes são as únicas e exclusivas responsáveis pelos contratos de trabalho de seus empregados e subcontratados, não podendo ser argüida solidariedade das partes, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo qualquer vínculo empregatício entre a FERTECO e os empregados e subcontratados da CONTRATADA e vice-versa.
- 5.1.1 A CONTRATADA obriga-se a pagar pontualmente os salários de seus empregados, tributos, contribuições e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes ou que venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o custo da mão-de-obra e/ou sobre os SERVIÇOS, e os custos relativos ao seguro de seus empregados (inclusive o de acidente de trabalho), comprovando perante a FERTECO, sempre que por esta solicitado, o cumprimento dessas obrigações.

CLÁUSULA 6. CONTRAPARTE


- 6.1. As Partes indicam neste ato um representante, que atuará como seu interlocutor para os assuntos relacionados a este CONTRATO ("Contraparte"), com poderes para orientar a prestação dos SERVIÇOS, fornecer e receber todas e quaisquer informações. A substituição do Contraparte deverá ser formalizada por escrito.

Contraparte da FERTECO: Roberto Gottschalk

Contraparte da CONTRATADA: Douglas Rettore.

CLÁUSULA 7. PRAZO

- 7.1. O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de seu encerramento formal, com a emissão do Termo de Encerramento Contratual.



6 de 18



- 7.2. O prazo de execução dos SERVIÇOS tem início em 01/10/2001 e término em 01/10/2007 e será renovado automaticamente por períodos de 3 anos, desde que não denunciado com 12 meses de antecedência ao término de cada período do contrato, por uma das Partes.

CLÁUSULA 8. TARIFAS

- 8.1. As tarifas a serem aplicadas no cálculo dos fretes que se refiram ao transporte objeto deste contrato, estão relacionadas no "Quadro de Tarifas", constante no Anexo I, e serão calculadas para cada ano civil, levando-se em conta a política tarifária da MRS e utilizando para isto o modelo tarifário desenvolvido pela CONTRATADA, que tem como pressupostos básicos, a neutralidade competitiva, a igualdade de tratamento para todas as cargas, a independência entre situação de cliente e acionista e que assegure que o resultado operacional do transporte de carga remunere, equânime e satisfatoriamente, os acionistas, assim como preste um serviço competitivo e de qualidade aos clientes. As tarifas serão revisadas e informadas anualmente à FERTECO de acordo com o modelo constante do Anexo IV deste contrato, que dele faz parte integrante, ressalvada sempre a observância às alterações determinadas pelo Poder Público.
- 8.1.1. Durante o ano de 2001, pelo transporte de carga objeto deste contrato, a FERTECO pagará à MRS frete cujo preço será o resultado da multiplicação da tarifa aplicável, na forma do item anterior, pelo número de vagões da composição por 95,5 t (noventa e cinco toneladas e meia) por vagão. A partir de 2002 a cobrança do frete será realizada considerando-se os pesos de 90 t (noventa toneladas) para minério de ferro "em pelotas" e de 95,5 t (noventa e cinco toneladas e meia) para os demais tipos de minério de ferro, sendo estes valores tomados com vistas à utilização de vagões ferroviários do tipo GDT. Esses pesos serão monitorados e reavaliados anualmente.
- 8.1.1.1 Nos terminais de Água Santa e Córrego do Feijão, o carregamento é feito através de pás carregadeiras, que têm suas próprias balanças, que controlam o peso de cada caçambada para determinado tipo de minério e daí determinam o número de caçambadas por vagão.
- 8.1.1.2. Se uma das partes, eventualmente, vier a realizar, por si ou por terceiros, tarefas que, neste CONTRATO, competem à outra parte, aquela poderá cobrar por estes serviços, mediante prévio acordo escrito entre elas.
- 8.2. Correrão à conta da FERTECO o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) tributo cujo fato gerador é o serviço de transporte aqui contratado, bem como qualquer outro tributo que, após a data de assinatura do presente, venha a substituir o ICMS nesta operação.
- 8.3. Será concedido desconto de 12% sobre o valor da tarifa, quando o transporte for realizado em vagões de propriedade da FERTECO.



8.3.1 A CONTRATADA deverá dar prioridade para a utilização de vagões da FERTECO.

CLÁUSULA 9. FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 9.1. A CONTRATADA emitirá a documentação hábil de cobrança, em conformidade com a legislação vigente e entregará à FERTECO, na Gerência de Contas a Pagar à Rua Rodrigo Silva, 26 – 22.º andar, bairro Centro, cidade de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, cep: 20.011-040.
- 9.2. Para cobrar os serviços de transporte prestados à FERTECO pela CONTRATADA, esta última emitirá e apresentará à FERTECO, mensalmente, 3 (três) faturas, que conterão as quantias a pagar pela FERTECO; as faturas emitidas pela CONTRATADA deverão corresponder aos serviços prestados, respectivamente, nos seguintes períodos de cada mês:
- a) Primeiro período: do dia 07 (sete) ao dia 16 (dezesesseis); e
 - b) Segundo período: do dia 17 (dezesete) ao dia 26 (vinte e seis),e
 - c) Terceiro período: do dia 27 (vinte e sete) ao dia 06 (seis) do mês seguinte.
- 9.2.1 Os pagamentos serão efetuados pela FERTECO mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA, sendo o respectivo comprovante bancário considerado prova de pagamento."
- 9.3. A CONTRATADA, após o encerramento de cada período, disporá de 1 (um) dia útil para apurar o montante devido e apresentar as faturas respectivas à FERTECO, para fins de pagamento; a FERTECO disporá do prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do decêndio, para seu pagamento integral, observado o disposto no item 9.6.
- 9.4. Caso a CONTRATADA não apresente os documentos de cobrança no prazo previsto no item 9.3 acima, o vencimento do referido pagamento será prorrogado por igual período de dias de atraso, a contar da data do recebimento pela FERTECO dos documentos de cobrança, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.5. Na hipótese de ocorrer entre as partes eventual discordância quanto ao valor da fatura apresentada, a FERTECO pagará a quantia não controvertida, no prazo contratualmente estipulado, ficando a parcela restante a ser paga após a solução da controvérsia, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.
- 9.6. Constatada pela FERTECO qualquer irregularidade em fatura já paga, a FERTECO poderá descontar esse valor do próximo pagamento, comunicando previamente a CONTRATADA;
- 9.7. Caso ocorra atraso de pagamento por responsabilidade única e exclusiva da FERTECO, ao valor devido na data de efetivo pagamento, serão acrescidos juros de

8 de 18

mora correspondentes ao custo de financiamento de curto prazo da CONTRATADA, desde que esteja em linha com o praticado pelo mercado financeiro vigente na ocasião, pelo período compreendido entre a data de inadimplemento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA 10. MULTAS

- 10.1. As Partes responderão pelo inadimplemento a elas imputável, referente às obrigações previstas no presente CONTRATO, salvo se comprovada a ocorrência de caso fortuito, força maior, ato de autoridade ou situação de emergência.
- 10.2. A Parte compensará a outra por qualquer multa, taxa ou emolumento em que esta tenha incorrido por culpa ou omissão imputável àquela.
- 10.3. Além das perdas e lucros cessantes cobráveis por ação direta a parte que der causa à rescisão deste CONTRATO, pagará à parte inocente uma multa convencional equivalente a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 10.4. As multas porventura aplicadas e devidamente aceitas pela CONTRATADA, serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a FERTECO autorizada a descontá-las dos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que acordado entre as Partes, ou cobrá-las judicialmente, servindo para tanto o presente instrumento como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, inciso II do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 11. RESCISÃO

- 11.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito, mediante simples aviso escrito à outra parte, sem necessidade de prévia notificação, judicial ou extrajudicial, em quaisquer dos seguintes casos:
 - 11.1.1. Inadimplemento de qualquer cláusula, condição ou disposição deste CONTRATO, desde que não sanado o inadimplemento num prazo de 60 (sessenta) dias do aviso acima previsto.
 - 11.1.2. Falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, declarada ou homologada;
 - 11.1.3. Suspensão, pelas autoridades competentes, da execução dos SERVIÇOS;
- 11.2. Na hipótese de término ou rescisão deste CONTRATO, deverão as partes devolver uma para outra toda a documentação desta que esteja em sua posse, deverá ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9 de 18





CLÁUSULA 12. SEGURO

12.1. A CONTRATADA se obriga a contratar o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa por danos pessoais e materiais causados a terceiros, correndo por sua conta o pagamento dos valores das apólices correspondentes, das quais deverão ser extraídas cópias e enviadas a FERTECO, juntamente com as condições gerais do respectivo seguro.

12.1.1. Verificado o inadimplemento relativo ao disposto no item 12.1, desta Cláusula, ou caso os valores estabelecidos pela seguradora não se apresentem suficientes para a cobertura dos danos pessoais e patrimoniais eventualmente causados a terceiros, ou ainda, havendo limitação em qualquer cláusula de franquia ou de participação obrigatória constante das respectivas apólices, fica estabelecido e aceito pela CONTRATADA que os ônus decorrentes das indenizações porventura pleiteadas serão de sua inteira responsabilidade, assim como todos os outros danos causados aos seus empregados ou aos veículos e equipamentos que serão utilizados na execução do serviço objeto do presente CONTRATO.

12.1.2. Responde ainda a CONTRATADA por quaisquer outros danos ou prejuízos causados na execução dos serviços ora contratados, aos veículos, bens e equipamentos da FERTECO ou de terceiros, não cobertos pelas respectivas apólices.

CLÁUSULA TERCEIRA: TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

13.1. Decorridos 60 (sessenta) dias após o término da execução dos SERVIÇOS, e desde que cumpridas todas as obrigações assumidas pelas partes, proceder-se-á ao encerramento formal deste CONTRATO, com a emissão pela FERTECO, do Termo de Encerramento Contratual.

CLÁUSULA 14. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

14.1. Nenhuma das partes será responsável perante a outra pelos prejuízos resultantes da inobservância, total ou parcial, deste CONTRATO se a mesma decorrer de caso fortuito ou força maior na forma prevista no Código Civil brasileiro.

14.2. Se, em virtude da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, a parte afetada ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, a parte afetada deverá comunicar o fato imediatamente à outra, informando a ocorrência e a natureza do evento e descrevendo os efeitos danosos.

14.3. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a parte afetada ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da outra de remunerá-las.

10 de 18





CLÁUSULA 15. SIGILO

- 15.1. Às Partes é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos SERVIÇOS, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e/ou informes relativos aos SERVIÇOS executados, à tecnologia adotada e/ou à documentação técnica envolvida, salvo com autorização por escrito da outra Parte.

CLÁUSULA 16. CESSÃO DO CONTRATO

- 16.1 Fica expressamente vedada a cessão ou transferência, ainda que em parte ou de forma provisória, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, ressalvada, exclusivamente, a autorização constante do item 16.2 adiante

Poderá a CONTRATADA, dando prévia ciência a FERTECO, ceder, transferir e ainda dar em caução quaisquer direitos de crédito, atuais ou futuros, decorrentes do presente CONTRATO, com o fim de possibilitar a contratação de empréstimos ou financiamentos.

CLÁUSULA 17. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. Este CONTRATO somente poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante termo aditivo assinado pelas partes, representadas na forma prevista em seus documentos societários, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA 18. NOVAÇÃO

- 18.1. A falta de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, bem como a abstenção ao exercício de qualquer direito aqui conferido às partes, serão considerados atos de mera tolerância e não implicarão em novação ou renúncia ao direito, podendo as partes exercê-los a qualquer momento.

CLÁUSULA 19. CORRESPONDÊNCIAS

- 19.1. As comunicações à FERTECO deverão ser entregues no seguinte endereço:

FERTECO MINERAÇÃO S/A
Rua Rodrigo Silva, 26 / 22.º andar - Centro
20.011-040 – Rio de Janeiro - RJ

- 19.2. As comunicações à CONTRATADA deverão ser entregues no seguinte endereço:

MRS – LOGÍSTICA S. A.
Av. Brasil, 2001 – Centro
36060-010 – Juiz de Fora – MG

11 de 18



CLÁUSULA 20. MEIO AMBIENTE

- 20.1. A CONTRATADA responderá integralmente por toda e qualquer reclamação, intimação, multa ou ação proveniente de descumprimento de normas e leis ambientais vigentes, que a CONTRATADA neste ato declara conhecer e obriga-se a cumprir, isentando a FERTECO de todo e qualquer vínculo de solidariedade.
- 20.2. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar em um prazo cujo cronograma será definido pelas Partes, um Plano de Contingências para Acidentes, contemplando todas as medidas necessárias para minimizar e corrigir eventuais danos ambientais.
- 20.3. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as instruções da FERTECO para evitar ou minimizar eventuais danos que a sua atividade vier a causar ao meio ambiente, em decorrência da execução do presente instrumento, obrigando-se a tomar as medidas exigidas pela FERTECO ou pelos órgãos competentes, no sentido de minimizar, corrigir, recuperar e/ou indenizar os referidos danos.
- 20.4. Obter todas as licenças ambientais municipais, estaduais e federais de sua malha ferroviária, necessárias para execução dos SERVIÇOS, mantendo as mesmas sempre atualizadas.
- 20.5. A FERTECO poderá auditar a MRS, no que se referem os itens de meio ambiente, sempre que julgar necessário, mediante prévio aviso de 72 (setenta e duas) horas, por escrito à CONTRATADA.

CLÁUSULA 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

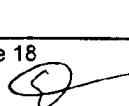
- 21.1. As Partes, ao assinarem o presente CONTRATO, declaram ter tomado pleno conhecimento e aceitado todos documentos indicados na Cláusula 2.1 acima;
- 21.2. A nulidade ou anulação de qualquer cláusula deste CONTRATO não implicará na nulidade ou anulação das demais cláusulas, que permanecerão em vigor, a menos que expressamente anuladas por decisão judicial.

CLÁUSULA 22 . JUÍZO ARBITRAL

- 22.1 As Partes envidarão seus melhores esforços para resolver amigavelmente todas as divergências que possam entre elas surgir relativamente ao presente CONTRATO. Para tanto, surgida a eventual divergência, a parte interessada convocará reunião a realizar-se na sede da FERTECO situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, 26 / 22.º andar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da data de recebimento da convocação, comprometendo-se as partes a envidar todos os esforços para solucionar amigavelmente a questão em no máximo 30 (trinta) dias corridos. Enquanto permanecer pendente a solução a



12 de 18





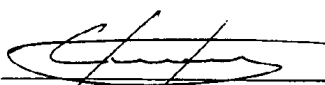
CONTRATADA obriga-se a prosseguir diligentemente com o cumprimento integral do objeto do presente instrumento.

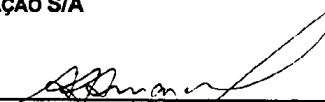
- 22.2. Permanecendo a divergência após o prazo previsto no item 22.1, esta será dirimida por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, ficando desde já escolhido o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Americana de São Paulo, como instituição especializada eleita pelas Partes para a condução da arbitragem, aplicando-se aos seus aspectos processuais o Regulamento da citada Câmara.
- 22.3. As Partes indicarão dois árbitros, sendo um indicado pela CONTRATADA outro pela FERTECO e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, terá sua indicação de acordo com as regras do Centro de Arbitragem, pelo Presidente Câmara de Comércio Americana de São Paulo, vigentes na data de assinatura deste CONTRATO.
- 22.4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa, na Cidade do Rio de Janeiro, onde também será executado o Laudo Arbitral, e será regida, quanto aos aspectos substanciais da controvérsia, pelo direito brasileiro.
- 22.5. As Partes se obrigam, caso se invocado o Juízo Arbitral, conforme facultado no item anterior, a aceitar e cumprir o Laudo Arbitral.
- 22.6. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para conhecer de todas as questões decorrentes do presente CONTRATO que, nos termos da Lei nº 9.307/96, possam ser submetidas ao Poder Judiciário, ficando certo que, a falta da assinatura de qualquer das Partes no Termo de Arbitragem ali previsto não impedirá o seu regular processamento, de acordo com as regras do citado Regulamento, reconhecendo as Partes, desde já, que, por se tratar de arbitragem institucional, não é cabível o procedimento previsto no artigo 7º da Lei nº 9.307/96.
- 22.7. Cada Parte arcará com os honorários de seu próprio perito, dividindo entre si os do árbitro que presidirá o Tribunal Arbitral cujos valores deverão ser previamente acertados.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2001

FERTECO MINERAÇÃO S/A


Chequer Hanna Bou-Habib
Diretor-Presidente


Armando Janeiro Amaral
Diretor Superintendente

13 de 18



MRS LOGÍSTICA S. A.

Julio Fontana Neto
Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente

Julio Cesar Pinto
Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo e Financeiro

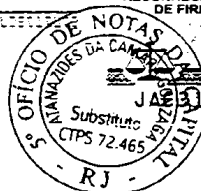
TESTEMUNHAS:

Thaís Portella Sturião
NOME: Thaís Portella Sturião
CPF: 073.536.067/70

Katia Azeredo Diniz
KATIA AZEREDO DINIZ
609.504.127-61

Eu, *Julio Fontana Neto*, Diretor-Presidente da MRS Logística S.A., por meio do presente documento, declaro que a assinatura de *Julio Cesar Pinto*, Diretor Administrativo e Financeiro da MRS Logística S.A., é verdadeira e legítima, e que a mesma foi assinada por mim, *Julio Fontana Neto*, em 14 de Novembro de 2001, em Curitiba, Paraná, Brasil, e que a mesma foi autenticada por mim, *Julio Fontana Neto*, em 14 de Novembro de 2001, em Curitiba, Paraná, Brasil.

CORRESPONDÊNCIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA



+ 25% FETJ
LEI 2217 01/05/99

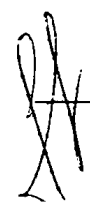


ANEXO I – TARIFAS POR ORIGEM/DESTINO

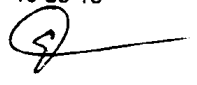
“ Quadro de Tarifas ”

ORIGEM	DESTINO	TARIFA (R\$)
Terminal do Córrego do Feijão	Sepetiba	9,46
Água Santa	Sepetiba	8,15
Terminal do Córrego do Feijão	Guaíba	9,98
Andaime	Sepetiba	8,47
Casa de Pedra	Sepetiba	8,31
Sarzedo	Sepetiba	9,65
Olhos d'Água	Sepetiba	10,26
Água Santa	Guaíba	8,68

Obs.: Nos valores acima não estão incluídos os impostos.



15 de 18


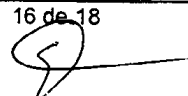
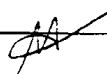







ANEXO II

Pesos Máximos de Carregamento por Vagão:

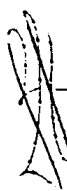
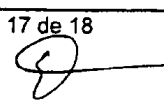
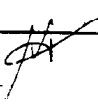


MINÉRIO				
Proprietário	Tipo	Início	Fim	TU/Vg. (máx)
FERTECO	GDT	027.000-8	027.126-8	99
MRS	GDT	611.310-9	613.574-9	98
MRS	GDT	641.740-0	641.939-9	98
MRS	GDT	642.470-8	645.474-1	98
MRS	GDT	728.001-7	728.060-2	99
MRS	GDT	728.061-1	728.088-2	99
MRS	GDT	728.089-1	728.338-5	99
MRS	GDT	728.539-6	729.288.1	99
MRS	GDT	728.339-3	728.358-0	99
MRS	GDT	728.359-8	728.538-8	99
MBR	GDT	025.180-1	025.223-9	98
MBR	GDT	025.238-1	025.251-4	98
MBR	GDT	025.123-2	025.125-9	98
MBR	GDT	025.001-5	025.002-3	98
MBR	GDT	025.003-1	005.122-4	98
MBR	GDT	025.224-7	025.237-9	98
MBR	GDT	025.126-7	025.179-8	98

ANEXO III

I. CONDIÇÕES OPERACIONAIS

- 1) Nos pátios de carga e descarga, as composições ferroviárias serão conduzidas pelas suas respectivas equipagens, com obediência às instruções de operação emanadas da CONTRATADA/FERTECO.
- 2) Nas manobras de carregamento e descarga, as equipagens seguirão todas as instruções do representante autorizado pela FERTECO, sem prejuízo das normas de segurança operacionais da CONTRATADA.
- 3) Os tempos gastos nas viagens das composições entre dois carregamentos consecutivos (ciclo) deverão ser preocupação constante da CONTRATADA e da FERTECO.
- 4) Mensalmente, a CONTRATADA e a FERTECO apurarão, conjuntamente, por controles internos próprios adequados, os tempos médios gastos nos percursos de ida e volta, bem como na carga e descarga nos terminais.
- 5) A CONTRATADA é a única responsável pela qualidade e condições operacionais e técnicas dos vagões e equipamentos disponibilizados ainda que estes sejam de terceiros ou da própria FERTECO.
- 6) As Partes comprometem-se a buscar continuamente a otimização dos recursos alocados na execução deste contrato, de modo a permitir a melhoria dos níveis dos serviços contratados tais como, mas não se limitando a: adequação de vagões ao tipo de produto transportado, redução dos ciclos de abastecimento, aumento de produtividade.

17 de 18



ANEXO IV

Carta/PR-RJ/.....

Rio de Janeiro, de de

À FERTECO

A.C. Sr.
Rua Rodrigo Silva, 26 – 22.º andar - Centro
Rio de Janeiro – RJ

Prezado Senhor:

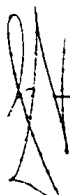



De acordo com a CLÁUSULA 8 – TARIFAS, do contrato n.ºfirmado entre as Partes,
informamos as tarifas que deverão ser aplicadas para os fluxos dessa empresa.

PRODUTO	ORIGEM	DESTINO	TARIFA (R\$)

Obs.: nos valores acima, não estão incluídos os impostos

Atenciosamente,

Julio Fontana Neto
Diretor-Presidente

 _____ 18 de 18   

ANEXO I

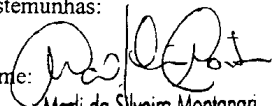
Este Anexo I é parte integrante Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças celebrado entre MRS Logística S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S/A e Ferteco Mineração S/A em 9 de novembro de 2001.

Contratos de Prestação de Serviços de Transporte Celebrados com Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S/A e Ferteco Mineração S/A

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2001.

 JULIO CESAR PINTO Diretor Administrativo e Financeiro		 ACHÉ PILLAR Diretor de Desenvolvimento	
MRS LOGÍSTICA S.A. Nome:		PENTÁGONO S.A. Nome:	
Cargo:		DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Nome:	
25º INTERADOF Nome:		MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA Procurador Nome:	
Cargo:		SERGIO DA COSTA RIBEIRO DIRETOR Nome:	
 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL Nome:		 MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A. Nome:	
Cargo:		MARCIO VON KRUGER Nome:	
 FERTECO MINERAÇÃO S.A. Diretor Presidente Nome:		 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. Nome:	
Cargo:		Nome:	
Cargo:		Cargo:	

Testemunhas:

Nome: 
 RG: 19.141.846-8

Nome: 
 RG: 4.670.874



664

MRS LOGÍSTICA S/A
CGC/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada às 11:00 horas do dia 02 de fevereiro de 1998.

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 1998, às 11:00 horas, na sede social situada à Praia de Botafogo, 228, 12º andar, sala 1201-E, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da **MRS LOGÍSTICA S/A**, sob a Presidência do Sr. Mozart Kraemer Litwinski e com a presença da maioria dos seus membros, a saber: Mozart Kraemer Litwinski, Antônio Rigotto, Oscar Augusto de Camargo Filho, Wanderlei Viçoso Fagundes, Klaus Helmut Schweizer, Marcus Jurandir de Araújo Tambasco, por si e como representante de Rinaldo Campos Soares, Paulo Roberto Perlott Ramos, Inácio Clemente da Silva e Luiz Antônio Bonagura. Instalados os trabalhos, o Sr. Presidente convidou a mim, Fernando Henrique de Menezes Oliveira, para secretariar os trabalhos e determinou que fosse lida a Ordem do Dia, cujo inteiro teor é o seguinte: I – Estudo da conceituação tarifária; II - Plano de Participação nos Resultados de 1998; III - Acordo Operacional com a Companhia Docas do Rio de Janeiro; IV - Contratação de seguro com consórcio integrado pela BRADESCO SEGUROS S/A. V Relatório de Desempenho – Dezembro de 1997; VI - Assuntos Gerais. No tocante ao primeiro item, o Sr. Presidente concedeu a palavra à Sra. Zilda Borges, representante da Ernst & Young, para fazer a apresentação do trabalho desenvolvido por essa Empresa. Inicialmente, a expositora abordando a filosofia que presidiu o trabalho indicou os objetivos gerais do modelo e as suas premissas, de acordo com a seguinte discriminação: I - Objetivos gerais do modelo: a) fornecer informações que balizem negociações mais consistentes, orientando atividades mais rentáveis; b) almejar um negócio financeiramente estável; c) impedir subsídios cruzados. II - Premissas: a) política tarifária que tenha como pressupostos básicos a neutralidade competitiva (“competitive neutrality”) e a igualdade de tratamento (“no discrimination”); b) política tarifária que assegure independência entre as situações de cliente e de acionista (“Chinese Wall” entre



cliente e acionista – independência); c) política tarifária que considere na formação do preço a natureza da carga, de forma que as tarifas para as cargas cativas se baseiem no custo e na remuneração e as tarifas para as cargas não cativas se baseiem no mercado. Na formação das tarifas deverão ser consideradas as duas parcelas a seguir discriminadas: 1º) uma fixa, independente do volume de transporte e constituída do custo fixo operacional, do arrendamento e concessão e da remuneração do capital e 2º) uma variável, dependente do volume de transporte e constituída do custo variável operacional e do investimento de reposição. Para aplicação da fórmula de cálculo acima indicada à situação atual da Empresa, os valores das respectivas parcelas foram obtidos da seguinte forma: a) os relativos aos custos operacionais, tanto o fixo como o variável, foram extraídos do orçamento de 1998. O custo variável operacional foi calculado de acordo com os parâmetros operacionais relativos a cada fluxo, tendo sido estudados, detalhadamente, os dados operacionais de 111 fluxos que representam cerca de 95% do volume total de transporte e 96% da receita total prevista para 1998. Os custos fixos foram alocados em cada fluxo mediante rateio feito na proporção do custo variável total; b) os relativos ao arrendamento e à concessão foram calculados de acordo com os respectivos contratos e com as práticas contábeis atuais da Empresa; c) os relativos aos investimentos de reposição foram projetados para atender à necessidade de manter a capacidade produtiva da Empresa em nível compatível com a demanda de 1998, sendo que os valores líquidos atuais foram convertidos em parcelas anuais com base no custo médio ponderado de capital (WACC - “Weighted Average Cost of Capital”). Ressalte-se que os ativos foram avaliados seletivamente por famílias de locomotivas e vagões. O agrupamento ou distribuição dos itens orçamentários referentes ao custeio de 1998 em uma parcela fixa e outra variável foi adotado com base em sugestão do trabalho americano denominado “URCS – Uniform Railroad Costing System”, realizado através da aplicação do método de regressão linear durante seis anos na época da desregulamentação do setor ferroviário americano. As parcelas de custo fixo e de custo variável dos diversos itens orçamentários foram estabelecidas em relação a cada uma das áreas da Empresa. O cálculo do custo de capital médio ponderado da Empresa (WACC - “Weighted Average Cost of Capital”) foi fixado através da metodologia do CAPM (“Capital Asset Pricing Model”). A remuneração do capital próprio sugerida é de 12,31% e foi calculada com base nos resultados recentes das ferrovias americanas, onde foram considerados os efeitos do endividamento de todas as



empresas avaliadas e, bem assim, com base no impacto do custo Brasil da época atual. O custo de capital de terceiro foi fixado em 10,98%, de acordo com taxa adotada pelo BNDES para linha de crédito atual. Consoante esta análise fundamentalista, a modelagem tarifária ora apresentada sugere a taxa de 11,82% para o custo do capital médio ponderado da MRS Logística S/A. Acrescentou, finalmente, que o "Block rates" constitui uma ferramenta de negociação, para ganhos de escala e alavancagem de vendas, não fazendo parte da modelagem tarifária e devendo ser aplicado até o limite da capacidade instalada por fluxo. Terminada a exposição, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Dr. Luiz Antônio Bonagura para, na qualidade de Coordenador do Comitê constituído pelo Conselho de Administração, fazer as suas considerações sobre o trabalho apresentado. Disse, então, o aludido Coordenador que o Comitê realizou várias reuniões com a presença de representantes de todos os acionistas que o integraram e que as suas considerações constavam do relatório escrito que passou a ler e solicitou fosse transcrito nesta ata, o que é feito a seguir: "Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1998. Ao Conselho de Administração da MRS Logística S/A. Do Comitê de Acompanhamento de Modelagem Tarifária. Ref.: Conceituação de Modelagem Tarifária. Em atendimento ao determinado na reunião desse Conselho do dia 24 de outubro de 1997, constitui-se este comitê com a participação de representantes das empresas acionistas integrantes do grupo de controle (ABS, Celato, CSN, Ferteco, Gerdau, MBR, Usiminas e Ultrafertil), e também por representantes da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), com o fim de acompanhar os trabalhos de desenvolvimento de modelagem tarifária considerando-se o seguinte: "A premissa básica do modelo a ser desenvolvido deverá considerar como um negócio em si a prestação dos serviços de transporte ferroviário a cargo da MRS Logística S/A, de modo a assegurar que o resultado operacional remunere, equânime e satisfatoriamente os acionistas. Essa premissa básica deverá, entretanto, ser adequadamente compatibilizada com a necessidade de preservar a competitividade dos usuários." Baseados nessa premissa, acompanhamos os trabalhos realizados pelos consultores Ernst & Young e Máxima, e pela própria equipe interna da MRS, através de reuniões em grupo e reuniões específicas com cada empresa participante, quando necessário. O modelo ora apresentado baseia-se em experiências internacionais e tem como pontos básicos para a formação da tarifa, os seguintes itens abaixo, que representam a totalidade dos dados econômicos e financeiros que devem ser considerados para a formação da tarifa: a) Despesas c/ou

A handwritten signature in dark ink, appearing to be a stylized 'L' or similar character, located at the bottom right of the page.

Custos Fixos e Variáveis Operacionais incluindo Administração e Comercial; b) Fundo de Reposição; c) Arrendamento e Concessão; e d) Remuneração de Capital. A metodologia apresentada leva em conta os fluxos de transportes específicos de cada cliente, o que impede subsídios cruzados. Contudo, utilizou-se os dados disponíveis neste momento na MRS e com base de custos médios, tornando-se essencial a implantação, no menor espaço de tempo possível, do novo sistema de custos para apropriar-se adequadamente os valores a cada fluxo. Verificamos, ainda, que o método apresentado, apesar de sugerir a prática de "Block Rates", não considera em seu modelo matemático regra para o cálculo desse eventual benefício que traz economia de escala e incentivo aos negócios empresariais. Propomos, portanto, a esse Conselho o seguinte: a) Que seja aprovada a metodologia apresentada; b) Que a política de formação de tarifa leve em consideração a prática de "Block Rates", procedimento este comum no mercado; c) Que a remuneração do capital seja feita de modo a permitir uma curva de crescimento de rentabilidade, atingindo as taxas de remuneração adequadas a empresas deste porte e categoria, no momento em que, segundo avaliação desse Conselho, esteja equiparada às demais em seu desempenho, custos, despesas e etc; d) Que o valor constante do Fundo de Reposição, contido no modelo, mantenha estreita relação com o plano de negócios de longo prazo da empresa; e) Que a periodicidade para revisão das tarifas nos contratos seja feita semestralmente, até que os pontos acima mencionados sejam atendidos. (assinado) Luiz Antônio Bonagura – Coordenador do Comitê." A seguir, processou-se amplo debate sobre a matéria, merecendo destaque especial a preocupação manifestada pelos conselheiros em relação à adoção de custos médios extraídos do orçamento e em relação à taxa de remuneração do capital. No tocante aos custos, os conselheiros consideraram imprescindível que a Administração da Empresa acelerasse a execução do programa de adequada apuração e redução de custos, para, em prazo razoável, possibilitar a fixação de tarifas com a consideração de custos específicos, recomendando a contratação de consultoria internacional para ajudá-la nessa tarefa. Com referência à taxa de remuneração, vários valores foram discutidos, não tendo os conselheiros chegado a uma posição final sobre o assunto. Foi, também, cogitada a possibilidade de fixar a taxa de remuneração do capital por fluxo de transporte, tendo em vista a necessidade de considerar a competitividade do cliente, o que foi reconhecido como política que, a curto prazo, apresenta grande dificuldade de aplicação, tendo em vista a sua complexidade. Por esses motivos,

A handwritten signature in dark ink, appearing to be a stylized 'L' or 'B' followed by a flourish.

ressaltaram os conselheiros a necessidade de uma análise semestral do sistema de custos da Empresa. Encerrada a discussão, o Conselho decidiu, por unanimidade: a) aprovar o relatório do Comitê designado pelo Conselho de Administração e, em consequência, a modelagem tarifária apresentada, obedecidas as recomendações constantes do mesmo relatório, devendo, todavia, a taxa de remuneração do capital ser fixada após análise de sensibilidade feita nas atuais tarifas, em percentuais variados até 12,31%; b) recomendar a contratação de consultoria internacional para análise dos custos e sua adequada apropriação. Em sequência, foi abordado o item II da Agenda: Plano de Participação nos Resultados – PPR para o exercício de 1998. Usando da palavra, o Diretor Administrativo e Financeiro, Alberto Régis Távora, disse que, em atendimento à recomendação do Conselho, procedeu-se à revisão do aludido PPR para inclusão de metas relacionadas com os resultados financeiros da Empresa, especialmente no tocante à lucratividade e à geração de caixa. Essa concepção, já discutida em seus aspectos básicos com os representantes dos acionistas integrantes do Grupo Controlador, adota como indicador mestre, condição fundamental para participação nos resultados, que a rentabilidade do Patrimônio Líquido (Lucro Líquido do exercício/Patrimônio Líquido do início do exercício) seja igual ou superior a 6%. Alcançada a rentabilidade que constitui o indicador mestre e para que haja premiação, é necessário, ainda, que sejam atingidas metas físicas, econômico-financeiras e de qualidade apuradas de acordo com os seguintes indicadores de desempenho: 1º) Meta Financeira: Geração Operacional de Caixa definida de acordo com o EBTIDA, no valor mínimo de R\$ 84 milhões e no valor máximo de R\$ 107 milhões; 2º) Meta Física: Volume de Transporte medido em toneladas úteis (tu), no valor mínimo de 57.000 mil tu e valor máximo de 60.600 mil tu; 3º) Meta de custos: Gastos Operacionais por tonelada, no valor máximo de 4,79 R\$/tu e no valor mínimo de 4,57 R\$/tu; 4º) Meta de Qualidade: Número de Acidentes de Transporte: máximo de 29 acidentes com hora parada de trem/milhão de trem km. No sistema de apuração serão adotados os seguintes pesos: a) para o indicador mestre, 40%; b) para os indicadores econômico-financeiros integrados pelas metas financeira e de custos, 30%; c) para o indicador físico, 20%; d) para o indicador de qualidade, 10%. O valor máximo da premiação será de 1,5 salários se atingidos os valores máximos das metas financeira e física, a meta de qualidade e o valor mínimo da meta de custos. Se não for atingida a meta de qualidade e forem atingidos os valores mínimos das metas financeira e fi-



sica e o valor máximo da meta de custos, o valor da premiação será de 0,5 salário. Para os valores intermediários serão pagos prêmios proporcionais. Valores abaixo dos mínimos referentes às metas financeira e física, valor acima do máximo estabelecido para a meta de custos e número de acidentes superior ao estabelecido como meta de qualidade, não darão direito à respectiva premiação. Ressaltou, ainda, em relação à situação individual de cada empregado, que serão descontadas, proporcionalmente, as faltas (exceto as legais) e somente farão jus à premiação os empregados que trabalharem no mínimo 6 meses no ano. Após amplo debate, os acionistas decidiram recomendar ao Conselho de Administração que aprove o Plano de Participação nos Resultados para o exercício de 1998 apresentado pela Diretoria, com observância das seguintes regras e alterações: I) No sistema de apuração serão adotados os pesos a seguir indicados: a) para o indicador mestre, 40%; b) para os indicadores econômico-financeiros integrados pelas metas financeira e de custos, 30% ; c) para o indicador físico, 20%; d) para o indicador de qualidade, 10%; II) O valor máximo da premiação será de 1 (um) salário se, além do indicador mestre, forem atingidos os valores máximos das metas financeira e física, a meta de qualidade e o valor mínimo da meta de custos. III) O valor mínimo da premiação será de 0,65 salário se, além do indicador mestre, forem atingidos os valores mínimos das metas financeira e física, a meta de qualidade e o valor máximo da meta de custos. IV) Para os valores intermediários serão pagos prêmios proporcionais. V) Valores abaixo dos mínimos referentes às metas financeira e física, valor acima do máximo estabelecido para a meta de custos e número de acidentes superior ao estabelecido como meta de qualidade, não darão direito à premiação. VI) A Diretoria deverá reduzir o valor mínimo da meta de custos para o fim de aumentar o desafio aos empregados, submetendo o novo valor ao Conselho de Administração. Em seguida, passou-se ao item III da Ordem do Dia referente ao Acordo Operacional com a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Recebendo a palavra para relatar a matéria, o Diretor Presidente, Mauro Rolf Fernandes Knudsen, explicou que a CDRJ solicitou à MRS a prestação dos serviços necessários à operação ferroviária na área do Porto Organizado do Rio de Janeiro, uma vez que, em função dos programas empreendidos na área de recursos humanos para facilitar a sua privatização, teve sua força de trabalho dedicada àquela atividade praticamente reduzida a zero. Os serviços a serem contratados compreendem: a movimentação de cargas, o posicionamento e a tração de vagões cheios ou vazios, a circulação de vagões em pátios internos ou externos per-



tencentas ao Porto, a manutenção das instalações, a manutenção das vias ferroviárias, a manutenção do material rodante de transporte e de tração e a manutenção dos equipamentos usados na execução dos serviços. Essa operação não vai gerar diretamente lucro financeiro para a MRS, mas significará maior agilidade na liberação de vagões, propiciando um aumento da carga transportada de e para o Porto. Tratando-se de atividade nova, foi solicitada a autorização do Poder Concedente, estando, atualmente, o respectivo processo em tramitação no Ministério dos Transportes e, pelo mesmo motivo, a matéria está sendo trazida ao Conselho de Administração. Dessa forma, submetida à discussão e votação, a matéria foi aprovada por unanimidade, devendo, todavia, a contratação somente efetivar-se depois de devidamente autorizada pelo Poder Concedente. Em sucessivo, relativamente à celebração de contrato de seguros, novamente com a palavra o Diretor Administrativo e Financeiro, Alberto Régis Távora, explicou que a experiência vivida no ano passado permitiu que a MRS negociasse a renovação dos seguros de riscos operacionais e de responsabilidade civil geral em condições econômicas muito mais favoráveis. Assim, compatibilizados os capitais segurados às reais necessidades da Empresa, obteve-se uma redução significativa no valor do prêmio, o qual passou de um total de US\$ 3,163 milhões para US\$ 2 milhões, com a adoção dos seguintes valores por sinistro: a) seguro de riscos operacionais: capital segurado - US\$ 100 milhões; franquia - US\$ 1 milhão para danos materiais e 10 (dez) dias ou US\$ 1 milhão para lucros cessantes; b) seguro de responsabilidade civil geral: capital segurado - US\$ 20 milhões; franquia - US\$ 100 mil. A matéria está sendo trazida ao Conselho de Administração porque a BRADESCO SEGUROS S/A participa do consórcio segurador que celebrará os contratos, face ao disposto na alínea "m" do art. 16 do Estatuto Social. Submetida à discussão e votação, em decorrência das condições mais vantajosas oferecidas pelo consórcio integrado pela AFG Brasil Seguros S/A, pela BRADESCO SEGUROS S/A e pela Itaú Seguros S/A, a contratação dos aludidos seguros foi aprovada por unanimidade. Tendo em vista o adiantado da hora e como não houvesse esclarecimentos a prestar relativamente ao Relatório de Desempenho de Dezembro de 1997, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada, indo assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mozart Kraemer Litwinski, Presidente; Fernando Henrique de Menezes Oliveira, Secretário; Mozart Kraemer Litwinski, Antônio Rigotto, Oscar Augusto de Camargo Filho, Wanderlei Viçoso Fagundes, Klaus



Helmut Schweizer, Marcus Jurandir de Araújo Tambasco por si e como representante de Rinaldo Campos Soares, Paulo Roberto Perlott Ramos, Inácio Clemente da Silva e Luiz Antônio Bonagura.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.


Fernando Henrique de Menezes Oliveira

Secretário

ANEXO II



Este Anexo II é parte integrante Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças celebrado entre MRS Logística S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S/A e Ferteco Mineração S/A em 9 de novembro de 2001.

Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. realizada em 2 de fevereiro de 1998

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2001.


MRS LOGÍSTICA S.A.
 Nome: **JULIO CESAR**
 Cargo: **Diretor Administrativo / Financeiro**


PENTÁGONO S.A.
 Nome: **HENRIQUE ACHE PILLAR**
 Cargo: **Diretor de Desenvolvimento**


DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 Nome: **MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA**
 Cargo: **Procurador**


SERGIO DA COSTA RIBEIRO
 Nome: **SERGIO DA COSTA RIBEIRO**
 Cargo: **DIRETOR**


COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
 Nome: **HUGO SERRADO STOFFEL**
 Cargo: **Administrador**

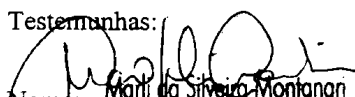

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A.
 Nome: **MARCIO VON KRÜGER**
 Cargo: **Administrador**



FERTECO MINERAÇÃO S.A.
 Nome: **Valéria Maia Barcellos**
 Cargo: **Procuradora**


UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
 Nome: **MARCIO GUEDES PEREIRA JR**
 Cargo: **Administrador**


Chequer Hanna Bou-Habib
 Nome: **Chequer Hanna Bou-Habib**
 Cargo: **Diretor Presidente**

Testemunhas:


 Nome: **Mari da Silva Montanari**
 RG: **19.141.846-8**


 Nome: **Glauco Mallet**
 RG: **4.695.874**



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO RECONHECIMENTO DE FIRMA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
RODRIGO LOPES VIANEIRA
CPF-16.525.978-0
Trav. do Durviro, 218
Rio de Janeiro - RJ
Brasil

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO RECONHECIMENTO DE FIRMA

SECRETARIO DE SEGURANCA PUBLICA
RODRIGO LOPES VIANEIRA
CPF-16.525.978-0
Trav. do Durviro, 218
Rio de Janeiro - RJ
Brasil

BY64934



CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA

IBZ57184

CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO
DE FIRMA

IBZ57185

10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532

[Handwritten signature]

CORRREGDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
 DO RECONHECIMENTO
 DE FIRMA

IBX39791

RECONHECIMENTO
 DE FIRMA

IBX39792

50 Ofício de Notas - Suc. Botafogo-INTARIO-Elmano Cardim Jr.
R-R Real Grandeza, 193 Loja 1/11 - Fone: 286-2433 NO 26110112157.
Declaro reconhecer por semelhança, as firmas de JULIO CESAR PINTO, HENRIQUE
CECILIO DE LIMA e JACQUES DE CARVALHO FILHAR, as quais constam dos padrões arquivados no
cartório.

Assinaturas de	0,48
"Dado" M...	1,69
"Recebi" M...	1,69
Assinatura do Substituto	4,34

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 2001

Em testemunho _____ da verdade.

Afiançadores da Câmara Gonzaga Substituto

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 2001
Em testemunho _____ da verdade.

CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 RECONHECIMENTO
 DE FIRMA

CORREGEDORIA GERAL
 DA JUSTIÇA - RJ
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 RECONHECIMENTO
 DE FIRMA

1BS28262
 1BS28263

70 Ofício de Notas - Notaria: EVYANNE MOURA DA FROTA
Rua do Rosário 78 - RJ - Tel. 283-6689 - NE 73744
CNPJ nº 06.900.001 - CAGECOM (Inscrição) firma(s): #
DIRETORIA HANNA POL SANTOS - 444/108, VALÉRIA#
MATEU BARTELOO DE SAUSSE
RIO DE JANEIRO, 16 de Novembro de 2001 às 10:22:46
Em Testemunho
CLAUDIO CAMPOS PEREIRA - Substituto - Def. P.
Petro: Lda - Petroc. 9.000 0,40 - PETI 0,40 - Total: R\$12,00

BALDO - CAVALHO PEREIRO
Escritório Substituto
70 Ofício de Not.

[illegible]

1915A025407

Relatório Mensal da Conta Caução					
	Titular	Banco	Agência	nº da conta	Soma dos Lançamentos à Crédito no Mês Anterior (em R\$)
	MRS Logística	Unibanco	0300	102028	
Total dos Lançamentos à Crédito no Mês Anterior ¹	MBR				
	CSN				
	Ferteco				
Total dos Lançamentos à Crédito nos Últimos Três meses (incluindo o mês anterior) ²					

F:\g\0159705714\5714co04.doc

¹ Movimento Mensal mencionado na cláusula VI do contrato
² Movimento Trimestral mencionado na cláusula VI do contrato.



ANEXO III

Este Anexo III é parte integrante Contrato de Prestação de Garantia Pignoratícia e outras Avenças celebrado entre MRS Logística S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S/A e Ferteco Mineração S/A em 9 de novembro de 2001.

Modelo de Relatório Bancário da Conta Caução

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2001.

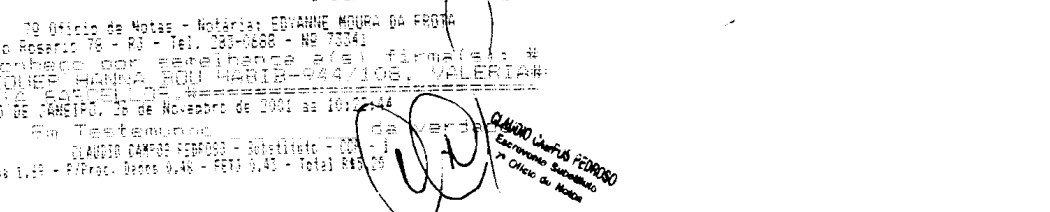
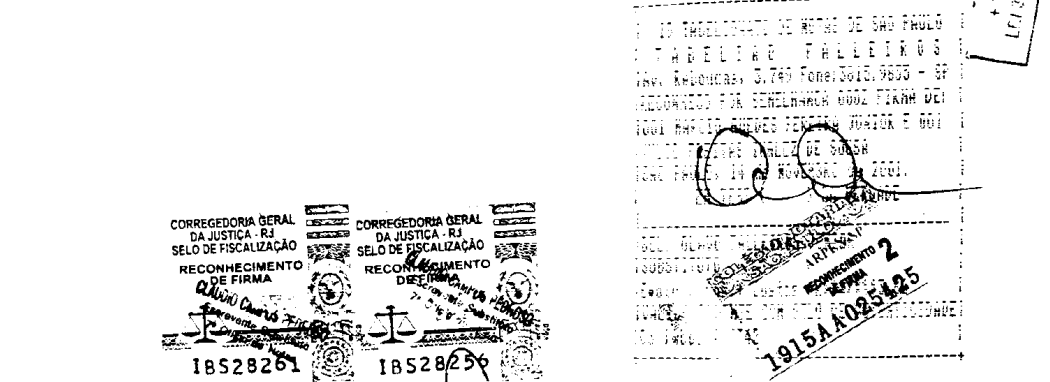
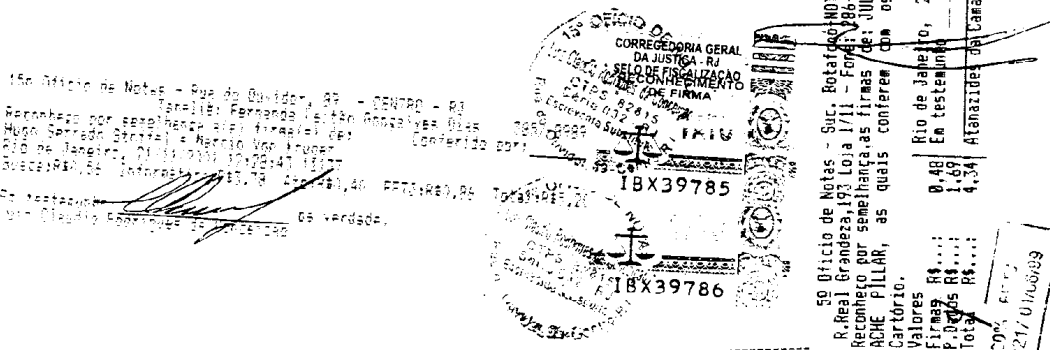
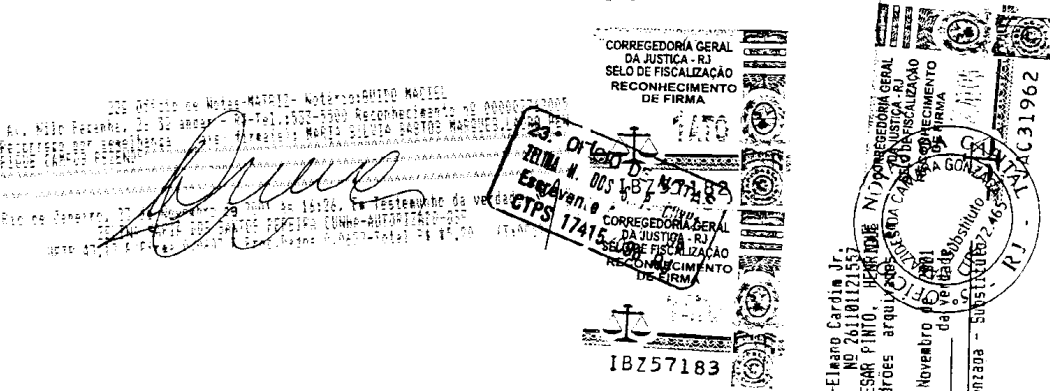
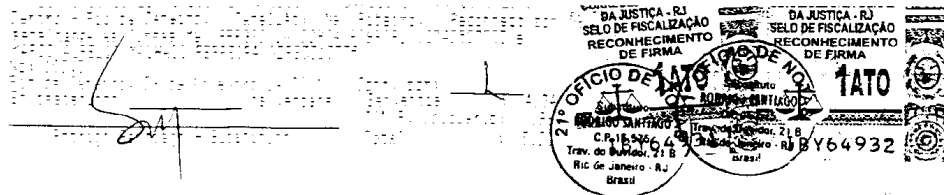
 JULIO CESAR MRS Diretor Administrativo / Financeiro		 HENRIQUE LACHE PILLAR Diretor de Desenvolvimento	
Nome:		PENTÁGONO S.A.	
Cargo:		DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
 MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA Procurador		SERGIO DA COSTA RIBEIRO DIRETOR	
Nome:		Cargo:	
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL		MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S.A.	
Nome:		Nome:	
Cargo:		Cargo:	
 VALERIA MAIA BARCELLOS Procuradora		 MARCIO GUEDES PEREIRA Procurador	
Nome:		Nome:	
Cargo:		Cargo:	
FERTECO MINERAÇÃO S.A.		UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	
Nome:		Nome:	
Cargo:		Cargo:	

Testemunhas:

Nome:
 RG: 19.141.846.8

Nome:
 RG: 4.695.874





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

“Comfort Letter” dos Clientes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



De: Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR (doravante “Acionista”)

Para: MRS LOGÍSTICA S.A. (doravante “Emissora”)

PENTÁGONO S.A. DTVM (doravante “Agente Fiduciário”)

1º de outubro de 2001

Prezados Senhores,

Reportamo-nos à Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da MRS Logística S.A., celebrada, em 27 de setembro de 2001, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (doravante a “Escritura”), com as características e nos termos das deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Extraordinária ambas realizadas no dia de 19 de setembro de 2001.

Reportamo-nos, ainda, ao Acordo de Acionistas datado de 25 de novembro de 1996, firmado entre Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR, Ferteco Mineração S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas, dentre outros, relacionado, *inter alia*, a determinados princípios básicos aplicáveis à formação e administração da Emissora, à administração e controle da Emissora, à aquisição e renovação do Contrato de Concessão firmado pela Emissora com a União Federal, à operação da Malha Ferroviária Sudeste (doravante “Malha Sudeste”), e a determinadas ações detidas por cada Acionista, conforme definição do Artigo 1.1 do Acordo de Acionistas (“Ações Vinculadas”), e às restrições cabíveis quanto à transferência das mencionadas ações.

Os termos e expressões definidos na Escritura terão os mesmos significados quando usados no presente documento.

PRAIA DE BOTAFOGO, 300 - 8º ANDAR - CEP 22259-900 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL - TEL.: 0(**)21 2536-4314 - FAX.: 0(**)21 2552-2346
AV. DE LIGAÇÃO, 3580 - CEP 34000-000 - NOVA LIMA - MG - TEL.: 0(**)31 3289-3000 - FAX.: 0(**)31 3289-3192

Qualquer referência a quaisquer Acordos ou ao Acordo de Acionistas inclui as alterações, complementações ou modificações efetuadas em tais acordos de tempos em tempos.

Pelo presente instrumento, o Acionista apresenta as seguintes representações e declarações:

- A. todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças e renúncias governamentais, societárias, dos acionistas, dos portadores de opções de compra, de credores e quaisquer outros atos exigidos para a assinatura e entrega da presente carta pela Acionista, bem como o cumprimento por parte da Acionista de suas obrigações aqui previstas, foram devidamente obtidos ou concedidos e estão em pleno vigor;
- B. é uma pessoa jurídica devidamente constituída e desenvolve suas atividades segundo as leis da República Federativa do Brasil, tendo capacidade para assumir e cumprir suas obrigações aqui previstas, que constituem obrigações legais, válidas e obrigatórias da Acionista; e
- C. detém hoje a quantidade e o percentual de ações da Emissora (as "Ações") indicados no Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures relativo à Escritura.

Com o objetivo de facilitar a operação de emissão de debêntures em questão, a Acionista desde já reconhece que sua participação na Emissora, o financiamento da Emissora e a operação segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste são de importância estratégica para a Acionista que, por meio do presente instrumento, concorda, em benefício da Emissora, que, pelo prazo total da emissão das debêntures:

- 1. é sua intenção manter a titularidade de 28.069.995 ações ordinárias escriturais da Emissora das quais é atualmente detentora, representando hoje 14,90 % do total de tais ações ordinárias, e que manterá as Ações Vinculadas desembaraçadas de qualquer ônus, caução, penhora ou outro gravame, salvo quando permitido pelo Artigo 4.1.1 do Acordo de Acionistas;

2. fica desde já entendido que a Acionista poderá alienar quaisquer de suas Ações, inclusive as Ações Vinculadas, desde que, no que se refere às Ações Vinculadas, (i) a mencionada alienação cumpra fielmente as exigências estipuladas no Acordo de Acionistas (inclusive, mas sem limitar-se (a) ao direito de preferência dos Acionistas Controladores existentes e (b) à nova Acionista em obrigar-se aos termos do Acordo de Acionistas), (ii) a nova Acionista assine o Acordo de Acionistas, (iii) a nova Acionista seja aprovada pelo Ministério dos Transportes, (iv) a nova Acionista concorde em obrigar-se aos termos do Contrato de Concessão, e (v) a nova Acionista assine uma carta substancialmente na forma da presente Carta, incluindo, especificamente, as Cláusulas 1, 2, 3 (se for o caso), 4, 5 e 6;
3. continuará a utilizar a Malha Sudeste operada pela Emissora para transportar, em bases eqüitativas, mercadorias conforme acordado no contrato de prestação de serviços de transporte ferroviários entre a Acionista e a Emissora, com vigência a partir de 01.10.2001.
4. exercerá seu direito de voto e sua influência sobre a Emissora com vistas a assegurar a administração e o desenvolvimento dos negócios da Emissora de tal forma que a Emissora seja capaz de cumprir todas as suas obrigações;
5. envidará seus melhores esforços para fazer com que a Emissora administre (e continue a administrar) seus negócios de maneira profissional segundo a melhor prática da indústria e, sem limitar à generalidade do exposto acima, para que a Emissora estabeleça e mantenha (e continue a manter) uma equipe de administração estável, experiente e profissional, visando a uma operação e direção segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste; e
6. cumprirá sempre com todas as suas obrigações, previstas no Acordo de Acionistas, no Contrato de Concessão e no Edital de Privatização da operação da Malha Sudeste, inclusive suas obrigações de suprir recursos razoáveis, incluindo recursos financeiros que sejam necessários para que a Emissora faça os investimentos exigidos pelo Contrato de Concessão.

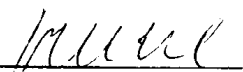
A Emissora e o Agente Fiduciário reconhecem que a presente Carta não constitui garantia, por parte da Acionista, das obrigações da Emissora constantes da Escritura.

A presente Carta poderá ser assinada em qualquer número de vias, cada uma devendo ser considerada como documento original.

Favor confirmar seu consentimento e aceitação aos termos da presente Carta, assinando abaixo.

Atenciosamente,

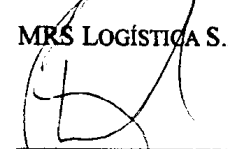
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR

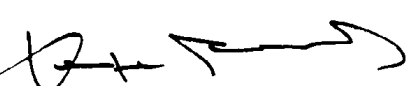

Hugo Serrado Stoffel
Diretor Presidente


Wanderlei Viçoso Fagundes
Presidente do Conselho de Administração

Aceitamos e concordamos com os termos da presente Carta.

MRS LOGÍSTICA S.A.


JULIO CESAR PINTO
Diretor Administrativo / Financeiro


HENRIQUE A. DE PILLAR
Diretor de Desenvolvimento

PENTÁGONO S.A. DTVM


AURÍCIO DA COSTA RIBEIRO
Diretor


MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador

De: Companhia Siderúrgica Nacional (doravante “Acionista”)

Para: MRS LOGÍSTICA S.A. (doravante “Emissora”)

PENTÁGONO S.A. DTVM (doravante “Agente Fiduciário”)

1º de outubro de 2001

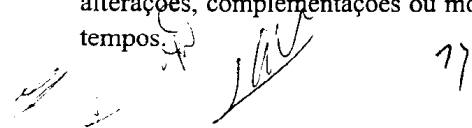
Prezados Senhores,

Reportamo-nos à Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da MRS Logística S.A., celebrada, em 27 de setembro de 2001, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (doravante a “Escritura”), com as características e nos termos das deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Extraordinária ambas realizadas no dia de 19 de setembro de 2001.

Reportamo-nos, ainda, ao Acordo de Acionistas datado de 25 de novembro de 1996, firmado entre Companhia Siderúrgica Nacional, Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR, Ferteco Mineração S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas, dentre outros, relacionado, *inter alia*, a determinados princípios básicos aplicáveis à formação e administração da Emissora, à administração e controle da Emissora, à aquisição e renovação do Contrato de Concessão firmado pela Emissora com a União Federal, à operação da Malha Ferroviária Sudeste (doravante “Malha Sudeste”), e a determinadas ações detidas por cada Acionista, conforme definição do Artigo 1.1 do Acordo de Acionistas (“Ações Vinculadas”), e às restrições cabíveis quanto à transferência das mencionadas ações.

Os termos e expressões definidos na Escritura terão os mesmos significados quando usados no presente documento.

Qualquer referência a quaisquer Acordos ou ao Acordo de Acionistas inclui as alterações, complementações ou modificações efetuadas em tais acordos de tempos em tempos.



Pelo presente instrumento, o Acionista apresenta as seguintes representações e declarações:

- A. todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças e renúncias governamentais, societárias, dos acionistas, dos portadores de opções de compra, de credores e quaisquer outros atos exigidos para a assinatura e entrega da presente carta pela Acionista, bem como o cumprimento por parte da Acionista de suas obrigações aqui previstas, foram devidamente obtidos ou concedidos e estão em pleno vigor;
- B. é uma pessoa jurídica devidamente constituída e desenvolve suas atividades segundo as leis da República Federativa do Brasil, tendo capacidade para assumir e cumprir suas obrigações aqui previstas, que constituem obrigações legais, válidas e obrigatórias da Acionista; e
- C. detém hoje a quantidade e o percentual de ações da Emissora (as "Ações") indicados no Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures relativo à Escritura.

Com o objetivo de facilitar a operação de emissão de debêntures em questão, a Acionista desde já reconhece que sua participação na Emissora, o financiamento da Emissora e a operação segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste são de importância estratégica para a Acionista que, por meio do presente instrumento, concorda, em benefício da Emissora, que, pelo prazo total da emissão das debêntures:

- 1. é sua intenção manter a titularidade das ações ordinárias da Emissora das quais é atualmente detentora, isto é, 34.366.669 ações ordinárias escriturais, representando hoje 18,25% do total de tais ações ordinárias, e que manterá as Ações Vinculadas desembaraçadas de qualquer ônus, caução, penhora ou outro gravame, salvo quando permitido pelo Artigo 4.1.1 do Acordo de Acionistas;
- 2. fica desde já entendido que a Acionista poderá alienar quaisquer de suas Ações, inclusive as Ações Vinculadas, desde que, no que se refere às Ações Vinculadas, (i) a mencionada alienação cumpra fielmente as exigências estipuladas no Acordo de Acionistas (inclusive, mas sem limitar-se (a) ao direito de preferência

dos Acionistas Controladores existentes e (b) à nova Acionista em obrigar-se aos termos do Acordo de Acionistas), (ii) a nova Acionista assine o Acordo de Acionistas, (iii) a nova Acionista seja aprovada pelo Ministério dos Transportes, (iv) a nova Acionista concorde em obrigar-se aos termos do Contrato de Concessão, e (v) a nova Acionista assine uma carta substancialmente na forma da presente Carta, incluindo, especificamente, as Cláusulas 1, 2, 3 (se for o caso), 4, 5 e 6;

3. continuará a utilizar a Malha Sudeste operada pela Emissora para transportar, em bases equitativas, mercadorias conforme acordado no contrato de prestação de serviços de transporte ferroviários entre a Acionista e a Emissora, com vigência a partir de 01.10.2001.
4. exercerá seu direito de voto e sua influência sobre a Emissora com vistas a assegurar a administração e o desenvolvimento dos negócios da Emissora de tal forma que a Emissora seja capaz de cumprir todas as suas obrigações;
5. envidará seus melhores esforços para fazer com que a Emissora administre (e continue a administrar) seus negócios de maneira profissional segundo a melhor prática da indústria e, sem limitar à generalidade do exposto acima, para que a Emissora estabeleça e mantenha (e continue a manter) uma equipe de administração estável, experiente e profissional, visando a uma operação e direção segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste; e
6. cumprirá sempre com todas as suas obrigações, previstas no Acordo de Acionistas, no Contrato de Concessão e no Edital de Privatização da operação da Malha Sudeste, inclusive suas obrigações de suprir recursos razoáveis, incluindo recursos financeiros que sejam necessários para que a Emissora faça os investimentos exigidos pelo Contrato de Concessão.

A Emissora e o Agente Fiduciário reconhecem que a presente Carta não constitui garantia, por parte da Acionista, das obrigações da Emissora constantes da Escritura.

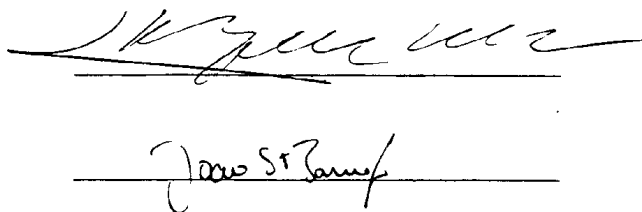


A presente Carta poderá ser assinada em qualquer número de vias, cada uma devendo ser considerada como documento original.

Favor confirmar seu consentimento e aceitação aos termos da presente Carta, assinando abaixo.

Atenciosamente,

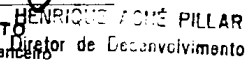
Companhia Siderúrgica Nacional


João Sr. Baruf

Aceitamos e concordamos com os termos da presente Carta.

MRS LOGÍSTICA S.A.


JULIO CESAR PINTO
Diretor Administrativo / Financeiro


HENRIQUE ADM. PILLAR
Diretor de Desenvolvimento

PENTÁGONO S.A. DTVM


JURICIO DA COSTA RIBEIRO
DIRETOR


MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador

PPA1241

USIMINAS

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

Para: MRS LOGISTICA S.A. (doravante “Emissora”)

PENTÁGONO S.A. DTVM (doravante “Agente Fiduciário”)

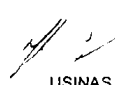
1º de outubro de 2001

Prezados Senhores,

Reportamo-nos à Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da MRS Logística S.A., celebrada, em 27 de setembro de 2001, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (doravante a “Escritura”), com as características e nos termos das deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Extraordinária ambas realizadas no dia de 19 de setembro de 2001.

Reportamo-nos, ainda, ao Acordo de Acionistas datado de 25 de novembro de 1996, firmado entre Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR, Ferteco Mineração S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, dentre outros, relacionado, *inter alia*, a determinados princípios básicos aplicáveis à formação e administração da Emissora, à administração e controle da Emissora, à aquisição e renovação do Contrato de Concessão firmado pela Emissora com a União Federal, à operação da Malha Ferroviária Sudeste (doravante “Malha Sudeste”), e a determinadas ações detidas por cada Acionista, conforme definição do Artigo 1.1 do Acordo de Acionistas (“Ações Vinculadas”), e às restrições cabíveis quanto à transferência das mencionadas ações.

Os termos e expressões definidos na Escritura terão os mesmos significados quando usados no presente documento.


USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3011 - Engenho Nogueira - CP 806 - Fax (031) 499-8899 - CEP 31310-260 - Belo Horizonte
- MG
S - 0995



USIMINAS

Qualquer referência a quaisquer Acordos ou ao Acordo de Acionistas inclui as alterações, complementações ou modificações efetuadas em tais acordos de tempos em tempos.

Pelo presente instrumento, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas (“Acionista”) apresenta as seguintes representações e declarações:

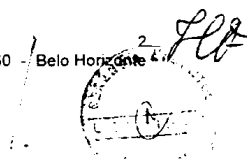
- A. todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças e renúncias governamentais, societárias, dos acionistas, dos portadores de opções de compra, de credores e quaisquer outros atos exigidos para a assinatura e entrega da presente carta pela Acionista, bem como o cumprimento por parte da Acionista de suas obrigações aqui previstas, foram devidamente obtidos ou concedidos e estão em pleno vigor, na hipótese de serem necessárias;
- B. é uma pessoa jurídica devidamente constituída e desenvolve suas atividades segundo as leis da República Federativa do Brasil, tendo capacidade para assumir e cumprir suas obrigações aqui previstas, que constituem obrigações legais, válidas e obrigatórias da Acionista; e
- C. detém hoje a quantidade e o percentual de ações da Emissora (as “Ações”) indicados no Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures relativo à Escritura.

Com o objetivo de facilitar a operação de emissão de debêntures em questão, a Acionista desde já reconhece que sua participação na Emissora, o financiamento da Emissora e a operação segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste são de importância estratégica para a Acionista que, por meio do presente instrumento, concorda, em benefício da Emissora, que, pelo prazo total da emissão das debêntures:

- 1. é sua intenção manter a titularidade das ações ordinárias da Emissora das quais é atualmente detentora, isto é, 35.262.482 ações ordinárias nominativas, representando hoje 18,72% do total de tais ações ordinárias, e que manterá as

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3011 - Engenho Nogueira - CP 806 - Fax (031) 499-8899 - CEP 31310-260 - Belo Horizonte - MG

S - 0995

2. 

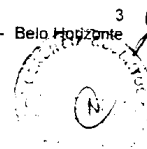
USIMINAS

Ações Vinculadas desembaraçadas de qualquer ônus, caução, penhora ou outro gravame, salvo quando permitido pelo Artigo 4.1.1 do Acordo de Acionistas;

2. fica desde já entendido que a Acionista poderá alienar quaisquer de suas Ações, inclusive as Ações Vinculadas, desde que, no que se refere às Ações Vinculadas, (i) a mencionada alienação cumpra fielmente as exigências estipuladas no Acordo de Acionistas (inclusive, mas sem limitar-se (a) ao direito de preferência dos Acionistas Controladores existentes e (b) à nova Acionista em obrigar-se aos termos do Acordo de Acionistas), (ii) a nova Acionista assine o Acordo de Acionistas, (iii) a nova Acionista seja aprovada pelo Ministério dos Transportes, (iv) a nova Acionista concorde em obrigar-se aos termos do Contrato de Concessão, e (v) a nova Acionista assine uma carta substancialmente na forma da presente Carta, incluindo, especificamente, as Cláusulas 1, 2, 3 (se for o caso), 4, 5 e 6;
3. exercerá seu direito de voto e sua influência sobre a Emissora com vistas a assegurar a administração e o desenvolvimento dos negócios da Emissora de tal forma que a Emissora seja capaz de cumprir todas as suas obrigações;
4. envidará seus melhores esforços para fazer com que a Emissora administre (e continue a administrar) seus negócios de maneira profissional segundo a melhor prática da indústria e, sem limitar à generalidade do exposto acima, para que a Emissora estabeleça e mantenha (e continue a manter) uma equipe de administração estável, experiente e profissional, visando a uma operação e direção segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste; e
5. cumprirá sempre com todas as suas obrigações, previstas no Acordo de Acionistas, no Contrato de Concessão e no Edital de Privatização da operação da Malha Sudeste, obrigando-se também a prover todos os recursos financeiros indispensáveis para que a empresa realize os investimentos necessários à manutenção e ao aperfeiçoamento do serviço público de transporte ferroviário, sempre visando o atendimento adequado aos usuários.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3011 - Engenho Nogueira - CP 806 - Fax (031) 499-8899 - CEP 31310-260 - Belo Horizonte
- MG

S - 0995



USIMINAS

A Emissora e o Agente Fiduciário reconhecem que a presente Carta não constitui garantia, por parte da Acionista, das obrigações da Emissora constantes da Escritura.

A presente Carta poderá ser assinada em qualquer número de vias, cada uma devendo ser considerada como documento original.

Favor confirmar seu consentimento e aceitação aos termos da presente Carta, assinando abaixo.

Atenciosamente,

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas

Paulo Penido Pinto Marques
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Idalino Coelho Ferreira
DIRETOR DE COMERCIALIZAÇÃO

Aceitamos e concordamos com os termos da presente Carta.

MRS LOGÍSTICA S.A.

Julio Cesar Pinto
Diretor Administrativo / Financeiro

Henrique Achi Pillar
Diretor de Desenvolvimento

PENTÁGONO S.A. DTVM

Cio da Costa Ribeiro
DIRETOR

MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador

PPA1241

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3011 - Engenho Nogueira - CP 806 - Fax (031) 499-8899 - CEP 31310-260 - Belo Horizonte - MG

S - 0995



Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2001
GEJUR/CE-219/01
VMB/kad.

À
MRS LOGÍSTICA S.A. (doravante "Emissora")

PENTÁGONO S.A. DTVM (doravante "Agente Fiduciário")

Prezados Senhores,

Reportamo-nos à Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples da MRS Logística S.A., celebrada, em 27 de setembro de 2001, entre a Emissora e o Agente Fiduciário (doravante a "Escritura"), com as características e nos termos das deliberações aprovadas na Reunião do Conselho de Administração e na Assembléia Geral Extraordinária, ambas realizadas no dia de 19 de setembro de 2001.

Reportamo-nos, ainda, ao Acordo de Acionistas datado de 25 de novembro de 1996, firmado entre Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR, Ferteco Mineração S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, dentre outros, relacionado, *inter alia*, a determinados princípios básicos aplicáveis à formação e administração da Emissora, à administração e controle da Emissora, à aquisição e renovação do Contrato de Concessão firmado pela Emissora com a União Federal, à operação da Malha Ferroviária Sudeste (doravante "Malha Sudeste"), à determinadas ações detidas por cada Acionista, conforme definição do Artigo 1.1 do Acordo de Acionistas ("Ações Vinculadas") e às restrições cabíveis quanto à transferência das mencionadas ações.

Os termos e expressões definidos na Escritura terão os mesmos significados quando usados no presente documento.

Qualquer referência a quaisquer Acordos ou ao Acordo de Acionistas inclui as alterações, complementações ou modificações efetuadas em tais acordos de tempos em tempos.

Pelo presente instrumento, a Ferteco Mineração S.A. apresenta as seguintes representações e declarações:

- a) todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças e renúncias governamentais, societárias, dos acionistas, dos portadores de opções de compra, de credores e quaisquer outros atos exigidos para a assinatura e entrega da presente carta

FERTECO MINERAÇÃO S.A.

SEDE DA ADMINISTRAÇÃO

Rua Rodrigo Silva, 26 - 22º Andar - 20011-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 292-6616 - Fax: (021) 507-2198 - Telex: FEMI BR 21-22177

pela Acionista, bem como o cumprimento por parte da Acionista de suas obrigações aqui previstas, foram devidamente obtidos ou concedidos e estão em pleno vigor;

- b) é uma pessoa jurídica devidamente constituída e desenvolve suas atividades segundo as leis da República Federativa do Brasil, tendo capacidade para assumir e cumprir suas obrigações aqui previstas, que constituem obrigações legais, válidas e obrigatórias da Acionista; e
- c) detém hoje a quantidade e o percentual de ações da Emissora (as "Ações") indicados no Prospecto de Distribuição Pública de Debêntures relativo à Escritura.

Com o objetivo de facilitar a operação de emissão de debêntures em questão, a Acionista desde já reconhece que sua participação na Emissora, o financiamento da Emissora e a operação segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste são de importância estratégica para a Acionista que, por meio do presente instrumento, concorda, em benefício da Emissora, que, pelo prazo total da emissão das debêntures:

- 1. é sua intenção manter a titularidade das ações ordinárias da Emissora das quais é atualmente detentora, isto é, 32.424.704 ações ordinárias escriturais, representando, hoje, 17,22% do total de tais ações ordinárias, e que manterá as Ações Vinculadas desembaraçadas de qualquer ônus, caução, penhora ou outro gravame, salvo quando permitido pelo Artigo 4.1.1 do Acordo de Acionistas;
- 2. fica desde já entendido que a Acionista poderá alienar quaisquer de suas Ações, inclusive as Ações Vinculadas, desde que, no que se refere às Ações Vinculadas, (i) a mencionada alienação cumpra fielmente as exigências estipuladas no Acordo de Acionistas (inclusive, mas sem limitar-se (a) ao direito de preferência dos Acionistas Controladores existentes e (b) à nova Acionista em obrigar-se aos termos do Acordo de Acionistas); (ii) a nova Acionista assine o Acordo de Acionistas; (iii) a nova Acionista seja aprovada pelo Ministério dos Transportes; (iv) a nova Acionista concorde em obrigar-se aos termos do Contrato de Concessão e (v) a nova Acionista assine uma carta substancialmente na forma da presente Carta, incluindo, especificamente, as Cláusulas 1, 2, 3 (se for o caso), 4, 5 e 6;
- 3. continuará a utilizar a Malha Sudeste operada pela Emissora para transportar, em bases equitativas, mercadorias conforme acordado no contrato de prestação de serviços de transporte ferroviários entre a Acionista e a Emissora, com vigência a partir de 01.10.2001;
- 4. exercerá seu direito de voto e sua influência sobre a Emissora com vistas a assegurar a administração e o desenvolvimento dos negócios da Emissora de tal forma que a Emissora seja capaz de cumprir todas as suas obrigações;

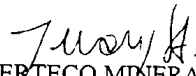
5. envidará seus melhores esforços para fazer com que a Emissora administre (e continue a administrar) seus negócios de maneira profissional segundo a melhor prática da indústria e, sem limitar à generalidade do exposto acima, para que a Emissora estabeleça e mantenha (e continue a manter) uma equipe de administração estável, experiente e profissional, visando a uma operação e direção segura, eficiente e rentável da Malha Sudeste; e
6. cumprirá sempre com todas as suas obrigações, previstas no Acordo de Acionistas, no Contrato de Concessão e no Edital de Privatização da operação da Malha Sudeste, inclusive suas obrigações de suprir recursos razoáveis, incluindo recursos financeiros que sejam necessários para que a Emissora faça os investimentos exigidos pelo Contrato de Concessão.

A Emissora e o Agente Fiduciário reconhecem que a presente Carta não constitui garantia, por parte da Acionista, das obrigações da Emissora constantes da Escritura.

A presente Carta poderá ser assinada em qualquer número de vias, cada uma devendo ser considerada como documento original.

Favor confirmar seu consentimento e aceitação aos termos da presente Carta, assinando abaixo.

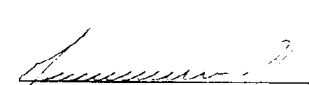
Atenciosamente,


FERTECO MINERAÇÃO S.A.
Juarez Saliba de Avelar Chéquer Hanna Bou-Habib
Diretor-Presidente Diretor-Comercial

Aceitamos e concordamos com os termos da presente Carta.

MRS LOGÍSTICA S.A. / 2001


JULIO CESAR PINTO 
Diretor Administrativo / Financeiro Diretor do Desenvolvimento
PENTÁGONO S.A. DTVM 26/11/2001


MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Diretor


MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Relatórios das agências de classificação de risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**STANDARD
& POOR'S**

Comunicado à Imprensa

S&P atribui rating “brBBB+” ao novo programa de debêntures da MRS Logística

*Analistas: Reginaldo Takara, São Paulo (55) 11-5501-8932;
Milena Zaniboni, São Paulo (55) 11-5501-8945*

São Paulo, 23 de novembro de 2001 – A Standard & Poor's atribuiu hoje o rating “brBBB+”, em sua Escala Nacional Brasil, à futura emissão de debêntures da MRS Logística S.A. (MRS) no mercado doméstico. Ainda que o valor nominal do programa de debêntures seja R\$ 700 milhões, a emissão será efetivamente de, no máximo, R\$ 450 milhões. O rating de crédito corporativo “brBBB+” atribuído à empresa, nessa mesma escala, foi reafirmado. A perspectiva desse rating permanece estável.

Os ratings refletem o forte posicionamento da MRS dentro do mercado de transporte ferroviário de carga, como única provedora desse tipo de serviço a várias empresas mineradoras de ferro e siderúrgicas de classe mundial localizadas no Brasil, sendo que algumas delas são também acionistas da MRS e operam dentro de um modelo tarifário favorável. Também se refletem nos ratings, o aprimoramento do desempenho operacional da empresa desde sua privatização e a expectativa de contínua elevação de sua rentabilidade, como resultado do crescimento do volume de carga geral. Esses fatores positivos são contrabalançados pela alta alavancagem da MRS – necessária também no financiamento dos investimentos futuros da empresa –, bem como os desafios impostos pela desaceleração da economia global a curto prazo, o que poderá afetar negativamente os volumes de algumas de suas principais cargas.

O rating atribuído à futura emissão de debêntures também reflete as garantias proporcionadas aos debenturistas, na forma de garantia flutuante sobre os ativos não ligados à concessão e arrendamento; uma série de cláusulas restritivas (*covenants*), e a caução de um percentual dos recebíveis decorrentes de contratos de transporte de longo prazo firmados entre a MRS e seus clientes cativos: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Ferteco Mineração S.A. (Ferteco) e Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR). A Standard & Poor's acredita que a preferência dos debenturistas sobre os ativos não relacionados à concessão assegura uma perspectiva de recuperação no mesmo nível

do rating de crédito corporativo da empresa, uma vez que tais ativos (no valor contábil de aproximadamente R\$ 890 milhões) deveriam ser reembolsados pelo poder concedente em caso de inadimplemento da MRS ou de uma eventual reversão do contrato de concessão.

A operação da MRS consiste de quatro linhas ferroviárias com extensão de 1.674 km. A maior parte da receita e do volume transportado é gerada pela carga de minério de ferro originada nas minas de propriedade dos acionistas da MRS com destino a terminais portuários e a usinas siderúrgicas. Grande parte da carga é exportada, o que torna as receitas da MRS relativamente resistentes à volatilidade do mercado brasileiro.

Após o aumento substancial da tonelagem em 2000 (atingindo 66 milhões de toneladas métricas no ano), em função do volume adicional contratado pela Ferteco Minerações S.A. (Ferteco), a MRS vem registrando um crescimento mais modesto, porém significativo em 2001. A tonelagem total aumentou 5% para 51,4 milhões de toneladas métricas nos primeiros nove meses de 2001 em relação ao mesmo período do ano anterior, com substanciais aumentos na carga geral (como soja oriunda da Região Centro-Oeste). Alguns sinais de desaceleração têm sido percebidos no terceiro trimestre em função do desaquecimento da economia, tendo como resultado uma menor movimentação de carga nas siderúrgicas e um declínio das exportações de minério de ferro. Embora os volumes transportados sejam parcialmente afetados pelo recuo da atividade econômica a curto prazo, espera-se que a MRS continue a apresentar aumento de suas receitas a médio prazo.

O perfil financeiro agressivo da MRS reflete-se na relação entre dívida ajustada pela concessão e arrendamento e capitalização total, a qual atingiu 94,4% em setembro de 2001 (ante 88,9% em dezembro de 2000 por causa do impacto da desvalorização do real sobre a base de capital nos últimos seis meses). Esse risco é parcialmente contrabalançado pelo fato de a MRS ser controlada por seus maiores clientes. Além disso, a dívida de curto prazo foi bastante reduzida (para cerca de US\$39 milhões em setembro de 2001), depois que a opção de venda dos investidores (*put*) foi exercida em agosto de 2000. No entanto, a relação entre geração interna de caixa (*Funds from Operations - FFO*) e o endividamento total é bastante baixa, atingindo 5,1% no período de 12 meses finalizado em 30 de setembro de 2001, e deverá permanecer restrita nos próximos anos por causa da forte carga da dívida. A cobertura de juros pelo EBITDA, ajustada pela concessão e pagamentos de arrendamentos, manteve-se relativamente estável em 1,1x (vez) em setembro deste ano. Os recursos da emissão de debêntures serão utilizados para financiar uma oferta de compra pelo Deutsche Bank AG (sendo esta compra vinculada a um depósito da MRS de igual valor) de papéis denominados em dólares (*senior notes*) e com vencimento em 2005, o que reduzirá a exposição da empresa ao descasamento de moedas entre sua dívida e suas receitas.

Em abril deste ano, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma das maiores produtoras de minério de ferro do mundo, anunciou que se associaria a Mitsui Co. Ltd. e compraria 50% da Caemi Mineração e Metalurgia S.A., que é, em última instância, a controladora da MBR, um dos acionistas da MRS. Logo após esse anúncio, a CVRD também divulgou a aquisição do controle acionário da Ferteco da ThyssenKrupp Stahl

AG. A aquisição da Caemi foi aprovada pelas autoridades anti-truste européias no final de outubro. O desinvestimento solicitado das operações de pelletização canadenses da Caemi não deve ter efeitos relevantes sobre a MRS no Brasil. A Standard & Poor's considera a entrada da CVRD como um dos principais acionistas da MRS como um fator positivo, em função do seu foco em logística, sua solidez financeira e seu posicionamento no mercado global de minério de ferro. Além disso, a MRS poderá se beneficiar no futuro das sinergias a serem obtidas pela Ferteco e MBR sob a administração da CVRD.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete as expectativas da Standard & Poor's de que a MRS continuará registrando índices de rentabilidade satisfatórios como resultado do modelo tarifário que a permite repassar os aumentos de custo. Embora os níveis de endividamento da MRS restrinjam sua flexibilidade financeira, a Standard & Poor's não espera que o perfil financeiro da empresa seja alterado significativamente no médio prazo.

INFORME URGENTE
Nº 328 - 27/11/2001



MRS LOGÍSTICA S.A.



SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES -
VALOR: R\$ 700 MILHÕES

Praia de Botafogo, 228 - 12º andar - Ala B - Sala 1201 E

**RATING
NACIONAL
DE
DEBÊNTURES**

Relações com a Atlantic Rating: Marco André Guimarães, Ger. Operações Financeiras

Tel.: (21) 2559-4633 **Fax:** (21) 2552-2635

Site: www.mrs.com.br - **E-mail:** mag@mrs.com.br

**ATLANTIC
RATING**

BBB+
**RATING
NACIONAL**

**DESDE
Nov/2001**

Divulgação do Rating Nacional

Em reunião realizada no dia 26/nov./2001, o Comitê de Risco da Atlantic Rating atribuiu o Rating Nacional **BBB+**, à segunda emissão pública de debêntures da MRS Logística S.A.

O Rating Nacional BBB é atribuído a títulos classificados como de qualidade satisfatória. O emitente possui condições adequadas para efetuar o pagamento dos juros e do principal no vencimento. Mudanças da conjuntura econômica podem causar algum impacto sobre os títulos, com eventuais reflexos na capacidade de pagamento nos prazos contratados.

Os sinais de Mais (+) ou Menos (-) são usados como símbolos de classificação para indicar a posição relativa de um crédito dentro da categoria de classificação.

As debêntures serão nominativas, escriturais, não conversíveis em ações e com garantia flutuante. A emissão, no valor total de R\$ 700 milhões, será realizada em duas séries, sendo a primeira de 25 mil debêntures e a segunda de 45 mil. O valor nominal unitário das debêntures, em ambas as séries, é de R\$ 10 mil. O prazo da operação é de seis anos, contados a partir da data da emissão, em 01/out./2001, sendo o vencimento final em 01/out./2007. Apesar do valor de R\$ 700 milhões, a empresa pretende colocar em mercado o correspondente a R\$ 450 milhões, independente da série, com garantia firme de colocação do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. Ao final da colocação da emissão, as debêntures remanescentes serão imediatamente canceladas.

A amortização das debêntures ocorrerá com base no cronograma abaixo:

Data	Percentual de Amortização
01/out./2003	10%
01/out./2004	15%
01/out./2005	20%
01/out./2006	25%
01/out./2007	30%

As remunerações serão pagas anualmente, sendo o primeiro vencimento em 01/out./2002 e os demais efetuados com os pagamentos do principal. No caso da primeira série, os juros remuneratórios serão baseados na taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia (taxa DI), acrescidos de um spread de até 1,2% ao ano, a ser definido em processo de bookbuilding. Já as debêntures da segunda série serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) acrescido de um spread de até 13,5% ao ano, também definido por bookbuilding.

A emissão contará com garantia de caução de parcela de direitos creditórios oriundos de contratos de prestação de serviços de transporte de carga, celebrados entre a MRS e os clientes, que também são acionistas: Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Ferteco Mineração S.A. O prazo destes contratos termina no dia 01/out./2007, o mesmo ocorrendo com o instrumento de caução. Os contratos são automaticamente prorrogados por três anos, desde que não haja manifestação de uma das partes com relação ao término dos mesmos,

Rua Sete de Setembro, 99 - 25º andar
Rio de Janeiro - Brasil - 20050-005
Tel.: (5521) 2224-3558 - Fax: (5521) 2509-1551
E-mail: info@atlanticrating.com.br

Rua Pedroso Alvarenga, 1.284 - 12º andar
São Paulo - Brasil - 04531-004
Tel.: (5511) 3078-6166 - Fax: (5511) 3079-5802
Site: www.2ratings.com.br



com antecedência mínima de 12 meses da data de vencimento. No caso do encerramento dos contratos no vencimento, haverá uma retenção de valores na conta de caução, de forma que a última parcela não fique sem garantia. Durante o período de vigência da operação, a MRS deverá garantir que circulem, mensalmente, o mínimo de R\$ 19 milhões pela conta corrente de caução.

Através desta emissão, a MRS tem como objetivo melhorar o perfil do seu endividamento de longo prazo, alongando-o mais e eliminando o risco de desvalorizações cambiais. O pagamento da debêntures ocorrerá com base na capacidade de geração de caixa da emissora.

A MRS foi constituída em ago./1996, sendo a detentora da concessão para a exploração do transporte ferroviário de cargas na Malha Sudeste, interligando os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os principais acionistas da companhia são: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas (18,7% do capital votante), CSN (18,3%), Ferteco (17,2%), MBR (14,9%) e Ultrafertil S.A. (8,5%).

Em set./2001, a MRS apresentava patrimônio líquido de R\$ 103 milhões e passivo financeiro líquido total de R\$ 783 milhões. Nos primeiros nove meses de 2001 apurou receita líquida de R\$ 452 milhões, Ebitda de R\$ 118 milhões e prejuízo no período de R\$ 95 milhões.

As principais razões para o Rating Nacional **BBB+** da MRS Logística S.A. foram:

PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES

- A MRS opera sua malha ferroviária numa região de intensa atividade econômica, correspondendo à cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Possui acesso a importantes portos brasileiros (Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Guaíba), e está interligada com as principais ferrovias nacionais.
- Os principais acionistas da MRS são clientes cativos da empresa, sendo fortemente dependentes da sua prestação de serviços de transporte ferroviário. Os contratos cativos garantem à MRS mais de 60% de suas receitas.
- O destacado nível de capitalização de seus acionistas possibilita uma capacidade financeira suficiente para a realização de aportes de capital na MRS, caso haja necessidade.
- O instrumento de caução de recebíveis fortalece a emissão. Os contratos de prestação de serviços, que originam os recebíveis a serem caucionados, possibilitam adequado grau de conforto durante toda a operação, uma vez que são firmados entre a MRS e seus principais acionistas. Em caso de inadimplência, os valores retidos serão utilizados para o pagamento aos debenturistas. Com base em um valor de recebimento mensal mínimo de R\$ 19 milhões, o prazo máximo para o ressarcimento das parcelas do principal ocorreria no prazo de nove meses.
- O fluxo de caixa operacional vem mostrando crescimento consistente desde o início das atividades da MRS. Em virtude da grande parcela de clientes

cativos e das características do principal produto transportado (minério de ferro), o fluxo de caixa das operações tem apresentado grau de previsibilidade bem acima das demais empresas que atuam no setor.

- A MRS vem apresentando, ao longo dos anos, uma evolução tanto no volume total (em toneladas) de transporte na malha ferroviária, quanto na produção alcançada (em toneladas-quilômetro úteis).
- O transporte ferroviário apresenta reduzida participação na matriz brasileira de transporte de cargas. Considerando o potencial econômico e a posição estratégica da área de sua atuação, a MRS detém elevado potencial para capturar fatia de mercado, hoje atendida por empresas do setor rodoviário.

PONTOS FRACOS E AMEAÇAS

- Concentração no transporte de minério de ferro, carvão, coque e produtos siderúrgicos, que corresponderam a 89% de todo o transporte efetuado, em termos de toneladas por quilômetro útil, no primeiro semestre de 2001. Isto implica em uma elevada dependência do setor siderúrgico.
- A aquisição do controle da Ferteco e de 50% da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. – controladora da MBR – pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) insere o risco de futuramente a CVRD desviar, para sua ferrovia (Estrada de Ferro Vitória-Minas), parte do transporte que, atualmente, é exercido pela MRS. Entretanto, como a CVRD passa a integrar o grupo de controle da MRS, parte deste risco está mitigada.





Atlantic Rating

- A estrutura de capital da MRS vem enfraquecendo nos últimos trimestres, refletindo em parâmetros pouco conservadores de alavancagem. Caso não tivesse ocorrido o diferimento da desvalorização cambial do Real em 2001, o patrimônio líquido estaria negativo. Apesar da presente emissão reduzir o endividamento em moeda estrangeira, não será suficiente para eliminar todo o risco de exposição cambial.
- Geração de caixa final não é suficiente para a MRS realizar os elevados investimentos previstos para os próximos anos, uma vez que parcela significativa da mesma estará comprometida com obrigações financeiras. Portanto, haverá necessidade da MRS captar novos recursos, o que ocasionará maior exposição financeira.
- Fatores macroeconômicos adversos, tais como aumento dos níveis inflacionários, desvalorização do Real, elevação da taxa de juros e decréscimo do PIB podem impactar, desfavoravelmente, os resultados da empresa.
- A remuneração da primeira série das debêntures é baseada na taxa CDI, que pode ser objeto de questionamento, a partir da Súmula 176 do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Num eventual questionamento judicial das debêntures, em que não seja aceita esta taxa, a remuneração dos debenturistas poderá ficar prejudicada.

A súmula completa do Rating Nacional da emissão de debêntures da MRS Logística será disponibilizada em breve.

Emissora

MRS LOGÍSTICA S.A.
Praia de Botafogo, 228, sala 1.201 E, ala B
Rio de Janeiro - RJ

Coordenador Líder

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Avenida Eusébio Matoso, 891
São Paulo - SP

Coordenador Contratado

BANCO SANTANDER BRASIL S.A.
Rua Amador Bueno, 474
São Paulo - SP

Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DTVM
Avenida das Américas, 3.333, grupo 307-309
Rio de Janeiro - RJ

Banco Mandatário

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Avenida Eusébio Matoso, 891
São Paulo - SP

Banco Escriturador

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
Osasco, SP

Consultor Jurídico

LEVY & SALOMÃO - ADVOGADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.601, 11º andar
São Paulo - SP